25
1877-1878

Bibliotheca da Imprensa da Universidade de Coimbra

O INSTITUTO

XXV ANNO — SEGUNDA SERIE

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA
COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
COIMBRA

OTELLO

O INSTITUTO

XXV ANNO — SEGUNDA SERIE

VOLUME XXV

Julho de 1877 a Junho de 1878

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
COIMBRA

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1878

COLLABORADORES DO VOLUME XXV DO INSTITUTO

Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Adolpho Frederico Moller
Adriano de Paiva de Faria Leite Brandão
Adriano Xavier Lopes Vieira
Alfredo Campos
Antonio Augusto da Costa Simões
Antonio José Viale
Antonio Maria Seabra d'Albuquerque
Antonio Sergio da Silva e Castro
Augusto Filippe Simões
Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão
Francisco de Castro Freire
Francisco Machado de Faria e Maia
Gaspar Ribeiro de Sottomayor
Guilherme de Vasconcellos e Abreu
Henri Faure
João de Deus
Joaquim Augusto de Sousa Refoios
Joaquim dos Santos e Silva
José Epifanio Marques
José Frederico Laranjo
José Silvestre Ribeiro
Luiz Carlos Simões Ferreira
Luiz da Costa e Almeida
Thomaz Blanc
Vicente Ferrer Neto Paiva

Posthumo

Frei Fortunato de São Boaventura (Ineditos).

COLLABORADORES DO ANUARIO XXX DO INSTITUTO

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME XXV

Acção (Da) benefica do sulfato de estrichnina sobre a constipação de ventre idiopathica e suas consequencias hypochondriacas, pag. 510.

Advertencia, pagg. 76, 309.

Alexandre Herculano, pag. 97.

Apontamentos de cinematica, pagg. 457, 502.

Apreciações da imprensa conimbricense, pag. 557.

A sua excellencia... (poesia), pag. 374.

Benjamin Constant, pag. 431.

Bibliographia, pagg. 237, 375.

Bibliographia da Imprensa da Universidade de Coimbra nos annos de 1876 e 1877, pagg. 139, 230, 283, 435, 481, 531.

Breve noticia sobre o apparelho de Pettenkofer, pagg. 165, 214.

Caminho honrado (O), pag. 476.

Cardoso Borges, pag. 289.

Catalogo das plantas medicinaes que habitam o continente portuguez, pagg. 254, 304, 362, 422, 472, 522.

Causas economicas da emigração, pagg. 99, 145, 193.

Desenfado (poesia), pag. 217.

Determinação e desenvolvimento da idêa do direito ou synthese da vida juridica, pagg. 290, 337, 385, 437, 485.

Dramas da miseria (poesia), pag. 372.

Elogio historico de Alexandre Herculano, pag. 533.
Ensaio philologico, pagg. 49, 241.
Epistola (poesia), pag. 80.
Epître (poesia), pag. 77.
Estructura tubular, pag. 404.
Inedito de frei Fortunato, pagg. 90, 129, 184, 220.
Leverrier, pag. 251.
Loas a Nossa Senhora do Cabo (poesia), pag. 427.
Machiavel, pagg. 42, 86, 526.
Nota sobre a significação de tres equações differentes, pag. 357.
Nova Universidade de Amsterdam (A), pag. 315.
Origens ethnicas da peninsula iberica, pagg. 21, 56.
População (A), pag. 1.
Progresso ou retrocesso?, pag. 175.
Questions védiques, pagg. 15, 111.
Remedios populares, pag. 465.
Sangria (Da) na hemorrhagia ou apoplexia cerebral, pagg. 120, 159, 207.
São Pedro de Muel (poesia), pag. 310.
Segunda lição do curso de sãoskrito, pagg. 268, 320.
Sonetos, pagg. 170, 171, 172.
Telephonia (A), a telegraphia e a telescopia, pag. 414.
Versão do psalmo 50 (poesia), pag. 125.
Versos de amor (poesia), pag. 173.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

A POPULAÇÃO

(Excerpto d'um livro inedito)

Summario: — Resumo das doutrinas de Malthus. — Refutação d'essas doutrinas por Bastiat, por Carey, por Proudhon. — Critica de todos estes escriptores. — Trechos de Adam Smith, de Malthus, de J. B. Say, de Rossi, de Stuart-Mill, de Laing, de Elisée Reclus, testimunhando o facto de ser a intelligencia um excitante á demasiada propagação. — Lei de evolução da população nas suas relações com as subsistencias. — A emigração é uma quantidade que varía principalmente com as organisações economicas.

(Continuado do n.º 12, volume xxiv, paginas 252)

O mesmo se prova d'outro modo. — Em geral as nações occupam na escala do pauperismo o mesmo logar que na da riqueza. Na Inglaterra conta-se um indigente sobre cinco pessoas; na Belgica e no departamento do Norte um sobre seis; na França um sobre nove; em Hespanha e na Italia um sobre trinta; na Turquia um sobre quarenta; na Russia um sobre cem. A Irlanda e a America do Norte, uma e outra collocadas em condições excepcionaes e oppostas, apresentam a primeira a proporção assustadora d'um e mais sobre dois; a segunda um e talvez ainda menos sobre mil. A miseria compõe-se exclusivamente do deficit causado pela propriedade á classe trabalhadora. A humanidade é sempre ferida antes que o pão e a terra lhe faltem.

Dizem que se transviam os operarios. Instruam-nos pois os economistas. Dizem que a conducta do operario é má. Póde ser. Mas tracta-se da medida do seu salario e fallam-nos da sua con-

ducta. Dizei-me o que valem quatorze horas de trabalho por dia, e se receiaes errar, com a mão no coração, avaliae vós o vosso, e nós tomaremos para padrão o valor que lhe dérdes. Dizem que o capital circulante não está em proporção com a circulação! É verdade. Como ha de elle circular se o consummidor é obrigado a pagar por cinco o que elle mesmo deu por quatro?

No estado de civilisação a miseria resulta exclusivamente do antagonismo economico: o que é pois necessario é procurar o equilibrio entre todos os antagonismos das instituições economicas actuaes; e portanto o unico problema relativo á população é este — Qual é a lei de equilibrio entre a população e o globo? [1]

No estado de divisão do trabalho, das machinas, do commercio e do credito, a riqueza cresce como o quadrado do numero dos trabalhadores. Mas ao lado d'este duplo movimento da população e da producção, manifesta-se um outro, desconhecido até hoje pelos economistas, — é a aggravação do trabalho, aggravação que resulta necessariamente da theoria de Ricardo. Com effeito, augmentando o bem-estar, apezar da esterilidade crescente da terra e da multiplicação dos consumidores, a somma de trabalho augmenta necessariamente para a sociedade e para o individuo.

E qual é o resultado da aggravação do trabalho sobre a população?

Um primeiro facto parece estabelecido.— A mesma força, o mesmo principio que preside á creação da especie, preside tambem á dos valores: portanto o trabalho e o amor são antagonicos. Assim Malthus tinha observado que os selvagens da America, levando uma vida cheia de tribulações e angustias, são mediocremente inclinados ao amor; mas elle accrescenta que esta frieza diminue rapidamente com a abundancia e repouso. Um homem d'um vasto saber, Augusto Comte, signala a fecundidade singular da classe indigente como uma das leis mais notaveis da economia politica. O que se devia tambem notar era que essa classe indigente é por natureza pouco trabalhadora. A castidade é com-

---

[1] Proudhon, ibid., pag. 337, 338, 340, 343 e 344.

panheira do trabalho. Os homens da meditação são de mediocre capacidade para o amor. Pascal, Leibnitz, Kant, etc., esqueceram-se nas suas contemplações de que eram homens. O sexo adivinha estes homens; a têmpera d'estes genios inspira-lhe pouco attractivo. Deixa as mulheres, dizia a João Jacques essa gentil Veneziana, e vae estudar mathematica. Este resfriamento progressivo, resultante da aggravação do trabalho, dará em resultado o equilibrio da população com o globo. Proudhon apresenta ainda outras razões, mas tão subtis e tão mysticas, que por fim elle quasi reconhece que está amontoando nuvens para fazer luz, e teias de aranha para estradas, voltando á razão, que lhe parece decisiva, da aggravação do trabalho [1].

Eis as idêas de Proudhon relativamente á população; com relação á emigração o que pensa elle?

Não o diz; mas é facil deduzil-o dos seus principios. A emigração, como a desproporção da população, tem por causa a má organisação economica.

O leitor está provavelmente cançado de tantas allegações a respeito da população; mas quem não viu, diz Stuart Mill, senão as suas idêas, viu bem pouco. A logica de nossos paes tinha uma regra —*Cave ab homine unius libri.* A regra está demonstrando que é irracional; conhecimentos profundos são sempre conhecimentos extensos. Exposta a theoria de Malthus, e a refutação de tres homens illustres de campos diversos, vejamos em que se combinam essas refutações, e digamos tambem o que pensamos do problema da população, para d'ahi inferirmos alguma cousa com relação á emigração.

A obra de Malthus, como disse Proudhon, assustou a sociedade e fez duvidar da Providencia; e um escriptor dos mais bem intencionados da economia politica attrahiu sobre si as pedradas dos seus conterraneos pobres e a indignação de todos que sentem em si amor ou compaixão por esse martyr, que tem, ha seculos,

---

[1] Proudhon, ibid., pag. 357, 374, 375, 389 e 390.

um golgotha de dores, sem que ainda veja um *dia do senhor*, que lhe prometta fazel-o resurgir sem cruz, sem chagas e sem miseria.

O susto chegou ao delirio: homens honestos propuzeram remedios infames para cohibir o excesso da propagação — a prostituição, a sodomia, a eradicação do feto, etc. A indignação foi egual ao susto. *Malthusiano, Malthusiano,* eis a phrase mais injuriosa do socialismo contra a economia politica.

E não eram as leis das suas progressões que despertavam todos estes clamores: eram sobretudo as consequencias que Malthus deduzia. Ou não exceder as subsistencias, ou morrer; portanto, pobre, ou não te propagues, ou morre. Mas maior producção não livraria da morte? Não. A emigração? Não. Nem uma repartição mais egual de productos? Não. Era ainda peior. Os ricos fazem para ti officio de caixas economicas: no dia da carestia as suas accumulações alliviam-n'a um pouco. Mas nós não temos direito ao trabalho? Não. Nem á esmola? Não. A esmola é até um mal; cria a miseria. Mas então que quereis? — Um homem que nasce num mundo já occupado, se a sua familia não tem os meios para o sustentar, ou se a sociedade não precisa do seu trabalho, não tem o menor direito a reclamar uma porção qualquer de alimento, e *é realmente de mais sobre a terra.* No grande banquete da natureza não ha meza posta para elle. *A natureza manda-lhe que se vá,* e ella mesma não tarda em executar esta ordem [1].

Estas palavras escreveu-as Malthus na primeira edição do seu livro: são uma consequencia rigorosissima dos principios anteriores; a eschola economica não quer que se transcrevam, e mostra a segunda edição, em que foram supprimidas [2]. Mas, meus senhores, uma consequencia subsiste, embora se não escreva, emquanto subsistem os principios; e os de Malthus são os vossos; o symbolo da vossa sciencia é elle; vós sustentais a harmonia dos interesses, portanto a solidariedade do todo social, e apezar d'isso

---

[1] Blanqui, *Histoire de l'Économie Politique,* chap. 35, pag. 124.

[2] Vej. Bastiat, *Harmonies Économiques,* chap. 16, pag. 499.

negais o direito ao trabalho e á esmola, portanto a solidariedade nas dores sociaes. Negados estes dois direitos, junctando a essa negação a affirmação de que a esmola é prejudicial, que direito deixais vós aos indigentes senão o de morrer? As palavras de Malthus estão escriptas nas vossas theorias, e despenham-se d'ellas como uma cataracta que não soffre diques. Supprimindo a crueldade das palavras, Malthus não supprimiu nada; e é o que reconhecem mesmo os economistas menos facciosos e mais sinceros, como por exemplo Adolpho Blanqui, que affirma que as palavras foram supprimidas, mas que o espirito d'ellas ficou [1].

Malthus foi refutado. Mas refutaram-se as duas leis de progressão? Nem Bastiat, nem Proudhon, nem Carey, o mais arrojado de todos, negaram que a humanidade, independentemente de todos os obstaculos, dobrasse dentro de vinte e cinco annos; e desde o momento que se não atacou esta proposição, o edificio de Malthus parece que subsiste. Bastiat e Proudhon encarregaram-se de provar as duas progressões de Malthus, chegando até Proudhon a demonstrar a identidade d'uma e d'outra. A que se reduzem pois as refutações de Malthus?

Bastiat, Proudhon, Carey respondem a Malthus — A população não cresce como vós dizeis. Malthus respondeu — Eu não digo como ella cresce, digo como ella póde crescer, e o que ha de acontecer se esta possibilidade se realisar toda. Portanto, vós não me refutais quando me ensinais como ella cresce.

As duas proposições de Malthus são verdadeiras; mas apezar d'isso nada está perdido. Malthus affirma que a duplicação dos homens em vinte e cinco annos, é, não uma realidade universal, *mas uma possibilidade;* se affirmasse com verdade que era uma realidade permanente com a lei da progressão arithmetica parallela, então assustassemo-n'os, que estavam sentadas a fome e a morte ao nosso lado; mas, se se parte d'uma possibilidade, as consequencias são tambem só possibilidade.

---

1 Vej. *Histoire de l'Économie Politique*, par A. Blanqui, quatr. édit., tom. sec., pag. 124.

E é isto o que dispensa de refutar directamente Malthus, o que permitte não combater a primeira proposição. O que se póde dizer a Malthus é o seguinte: — A vossa primeira proposição é verdadeira, a segunda queremos suppôr que o seja; mas o problema social sobre população não consiste na affirmação d'uma possibilidade, mas na determinação da lei segundo a qual se effectiva essa possibilidade.

E Bastiat, Proudhon, e Carey affirmam que a posibilidade não se effectua d'um modo egual em todas as circumstancias, e todos tres affirmam que a tendencia geral da propagação da população é do maximo para o minimo em relação ás subsistencias; e affirmam isto — Bastiat em nome do habito que impede de decahir e produz a previdencia; Carey em nome da adaptação das funcções ás circumstancias, e da correlação entre o desenvolvimento intellectual e o enfraquecimento do instincto da propagação; Proudhon em nome da aggravação do trabalho.

Concordamos, na generalidade, com estas idêas; a propagação é variavel, e ha de limitar-se ou não pelos *meios de existencia*, na phrase e no sentido de Bastiat, conforme a população que se propaga não for indigente ou o for. Se o não for, essa população será previdente, terá uma vida mais ou menos intellectual, e a sua propagação não será excessiva. Se a população for indigente, não terá habitos que a convidem a não decahir, não terá vida intellectual, propagar-se-ha em excesso.

Ora como a tendencia da civilisação é ir da menos justa para a distribuição mais justa dos productos, da desegualdade para a egualdade, segue-se que a lei da população é — ir do excesso para o não excesso entre ella e os meios de existencia, produzindo-se por fim o completo equilibrio.

Conforme for indigente ou não, dissemos nós. Com effeito, se ha alguma cousa demonstrada em psychologia economica é que é a pobreza do pobre, que é a origem da sua imprevidencia; é que por sua natureza a miseria é prolifica; o indigente tem este nome significativo — proletario.

Tenha paciencia o leitor: havemos de apresentar-lhe alguns testemunhos d'este facto, facto que os economistas viram, mas cujas consequencias não tiraram, e facto que refuta o coração da obra de Malthus.

Adam Smith. — Ainda que sem duvida a pobreza afaste do casamento, entretanto não o impede sempre: parece até ser favoravel á geração. Uma montanheza quasi a morrer de fome tem muitas vezes mais de vinte filhos; ao passo que uma bella dama, que tem muito cuidado da sua pessoa, é algumas vezes incapaz de ter um só, e em geral acha-se esgotada por dois ou tres partos. A esterilidade, que é tão frequente na alta sociedade, é extremamente rara nas pessoas de condição inferior [1].

Malthus. — Nas classes superiores da sociedade não ha razão para temer que os casamentos sejam frequentes de mais. Os sentimentos elevados que dão a posição e a educação oppõem sempre, nessas classes, grandes obstaculos ao casamento, em virtude dos motivos de prudencia que elles suggerem. É necessario fazer nascer nas classes inferiores as luzes e a previdencia de que as primeiras são providas [2].

J. B. Say. — O operario não sómente não prevê a velhice, mas nem sequer prevê os accidentes, a doença, as enfermidades [3].

Rossi. — Calculou-se que, se os Montmorency se tivessem multiplicado segundo a lei de augmento que dobra a população em vinte e cinco annos, elles formariam hoje por si sós uma multidão que a Europa com difficuldade poderia conter. Em vez d'isto,

---

1 Vid. Adam Smith. *De la richesse des Nations*, trad. de G. Garnier, edit. Guillaumin, 1859, tom. 1.°, liv. 1.°, chap. 8.°, pag. 188–190.

2 Malthus, obr. cit., liv. 4.°, cap. 9.°, pag. 523 e 524.

3 J. B. Say, *Traité d'Économie Politique*, edit. Guillaumin, 1841, liv. 1.°, chap. 15.°, pag. 139.

eu não sei se existe um só descendente directo do primeiro barão christão; a tal ponto influia sobre as familias nobres o receio de declinarem empobrecendo, receio que deu origem a instituições e a costumes, que a riqueza procurará sempre imitar, ainda a despeito da lei.

Não é no seio da miseria que podem nascer essas prudentes previsões que devem temperar no homem o imperio dos sentidos, e enfraquecer o augmento da população. Aquelle que não tem nada a temer, nem a esperar, não calcula, nem reflecte. O homem que vive de privações apodéra-se com empenho de toda a excitação physica que póde por um instante fazel-o esquecer da sua miseria. O rico sacrifica todas as cousas, e a maior parte dos seus filhos, e sacrifica-se a si mesmo, se é preciso, ao poder da sua familia, ao brilho e á grandeza da sua raça. Essa mãe impassivel, que com um pé no tumulo, no fundo d'um castello, resistia ás lagrimas, ás supplicas das suas filhas e dos seus filhos segundos, que repelliam em vão a vida monastica e a ordem de Malta, pensava por ventura em si mesma, nos seus gozos pessoaes? Não: era do futuro, era de seres que lhe eram desconhecidos que ella se preoccupava; ella estava sob o imperio tyrannico d'uma idêa. O egoismo da miseria é completamente pessoal. Mais desculpavel que o do rico, é talvez mais aspero ainda e mais absoluto. Aquelle qne não tem nada, e que desespera d'um melhor futuro, esse não tem que prever, nem que calcular; não pensa senão no momento presente. Póde elle dar a vida a seres mais desgraçados do que elle é? Além d'isso, quem teria direito de se queixar? Elle tem vivido sempre, elle, na penuria, dia a dia, sem outro apoio além da Providencia; ella não faltará aos seus filhos. Morrem elles, morrem ainda jovens, morrem ao nascer? Deus o quiz, e tanto melhor para os que morreram [1].

Stuart-Mill. — Á medida que a especie humana se eleva acima

---

[1] Rossi, *Cours d'Économie Politique*, année 1836–1838, édit. Bruxelles, 1851, vingtième leç., pag. 251–253.

da condição dos animaes, a população é contida pelo receio da penuria, mais do que pela penuria real. E quando se não receia a fome, um grande numero de pessoas são influenciadas do mesmo modo pelo receio de perderem o que se chegou a considerar como uma posição razoavel na vida. Até hoje não se têm encontrado senão estes dois motivos assás poderosos na especie humana em geral, para contrariar a tendencia ao desenvolvimento da população. Vê-se geralmente a maior parte dos individuos das classes medias ou pobres, todas as vezes que estão livres de sujeição exterior, casar-se cedo, e quasi por toda a parte ter tantos filhos quantos lhes é possivel ter, continuando a conservar a posição social para que nasceram, ou que estão costumados a olhar como tal.

Nas classes medias existe ainda um motivo de repressão que deriva do desejo de fazer mais do que conservar essa posição, do desejo de a melhorar. Mas similhante motivo raras vezes produz este resultado nos individuos das classes laboriosas. Basta-lhes poderem crear as suas familias como elles mesmos foram creados, e os mais prudentes dão-se ordinariamente por satisfeitos. Muitas vezes mesmo não pensam nisto; contam com o acaso ou com os recursos da caridade legal ou voluntaria. Os paizes em que a prudencia voluntaria tem sido practicada ha mais tempo e no mais alto gráu são a Noruega e certas partes da Suissa. É digno de nota que estes dois paizes, que se distinguem d'uma maneira tão honrosa, são habitados por pequenos proprietarios territoriaes [1].

Laing, citado em Carey. — A divisão da terra é para o excesso de população e para a sua consequencia a ruina da sociedade, um freio que falta completamente num systema social differente. Nas artes, nos ramos de industria ainda os mais uteis e necessarios, a procura para os trabalhadores não é uma procura visivel, conhecida, continua, apreciavel; mas é-o na agricultura

---

1 Vid. Stuart-Mill, *Principes d'Économie Politique*, trad. Dussard et Seneuil, troisième édit., tom. 1.°, liv. 1.°, chap. 10.°, § 3.°, pag. 182, 183 e 184.

sob a nossa condição social. O trabalho que ha a fazer, a subsistencia que o trabalho obtem do solo a que se applica, são cousas que se vêem, são elementos familiares ao homem que calcula os seus meios de existencia. O seu campo póde ou não sustentar uma familia? Póde elle ou não casar-se? São perguntas a que cada homem póde responder immediatamente, sem hesitação, sem grande calculo. É o habito de contar com a probabilidade, em que o espirito não tem nada de claro diante de si, que causa os casamentos temerarios, imprevidentes, tanto nas classes baixas como elevadas da sociedade, e produz entre nós (Inglaterra) o excesso da população. Necessariamente a probabilidade ha de entrar no calculo de cada um quando falta a certeza, caso em que estamos, em que, pela nossa distribuição da propriedade, uma subsistencia certa não é senão o apanagio d'um pequeno numero, em vez de ser o dos dois terços da população. Em seguida vêm factos demonstrativos d'estas asserções; depois conclue:—A mais profunda de todas as observações que se têm feito na sciencia economica é a de Salomão: «A ruina do pobre é a sua propria pobreza.» É a sua pobreza que causa a sua multiplicação excessiva, e a sua multiplicação excessiva causa a sua pobreza. Remediae-lhe a pobreza, fazei com que elle possua, inoculai na massa inteira da sociedade os gostos, os habitos, os sentimentos de previdencia que acompanham a posse, abolindo as leis de successão que concentram toda a propriedade numa classe superior, e tereis remediado o excesso da população [1].

Élisée Reclus. — A população da França augmentou, mas a proporção do augmento foi muito menor que a de muitas outras nações, e nalguns annos mesmo diminuiu. Segundo o recenseamento de 1872 a França perdeu mais de 450:000 habitantes nos seis annos que ha entre este e o de 1866, e isto sem contar a perda resultante da separação da Alsacia-Lorena. Os desastres do

---

[1] Laing, *Notes of Traveller.* London, 1854, pag. 33, 165 e 166, extractado da obra por vezes citada de Carey, tom. 3.º, pag. 269, 270 e 271.

anno terrivel não explicam esta diminuição consideravel. Além d'esses desastres ha forçosamente causas profundas de mortalidade ou de diminuição nos nascimentos. Dada população egual, a Inglaterra teria ganho perto de tres milhões de habitantes, ao passo que a França perdeu meio milhão. É verdade que desde 1872 a população começou de novo a elevar-se; mas a razão do augmento é tão fraca que, se não muda para mais, só passados muitos seculos a fará dobrar. A França, que em 1800 era em população quasi um quinto do grupo europeu, hoje é um decimo; mas se a população cresce menos rapidamente, a proporção dos homens validos é mais consideravel. Quaes as causas d'este phenomeno?

Além d'outras, uma das mais importantes, que se revela bem pelas estatisticas departamentaes, é o desejo que têm os paes de assegurar o bem-estar dos filhos. Em geral os nascimentos são relativamente mais numerosos nos departamentos pobres, que naquelles em que os habitantes vivem bem. A Bretanha, uma das regiões mais pobres da França, é das mais fecundas em familias; na Normandia e Eure, regiões de agricultura próspera, o numero dos habitantes reduz-se constantemente. Em nenhum departamento da França o numero dos celibatarios é mais consideravel; os seus habitantes estão possuidos do amor quasi monomaniaco do bem-estar [1].

Este phenomeno da grande fecundidade da classe indigente, phenomeno que uns suppozeram resultado de um estado natural physico, outros d'um estado moral que produz a imprevidencia, e que é talvez devido a uma e a outra cousa, viram-no todos os economistas, mas a maioria d'elles não lhe tirou as consequencias. Se a demazia de propagação é um symptoma da doença — indigencia — atacae esta se quereis debellar aquelle. Não é certo, pois, como affirmava Malthus, que uma producção maior e uma

---

1 Élisée Reclus, *Nouvelle Géographie Universelle*, tom. 2.º — *La France* chap. 14.º, pag. 839-844.

distribuição mais egual dos productos, em vez de resolverem o problema da população, o complicassem. Stuart-Mill, que não é suspeito, Laing, outro Inglez, apresentam a previdencia nos pequenos proprietarios territoriaes, e o ultimo mostra a correlação entre aquella qualidade e este estado.

Fazei, pois, que todos possuam; introduzi a justiça nas relações economicas, e cada familia se propagará na proporção dos seus meios. Como o Christo dizia aos discipulos — Procurae primeiro o reino de Deus, e tudo o mais virá como accessorio; assim a sciencia social diz — procurae a justiça, e encontrareis nella a solução de todas as questões.

Sejam, porém, quaes forem as perturbações na ordem economica, é certo que a evolução é no sentido da injustiça para a justiça, da desegualdade para a egualdade; portanto a lei da população é, como já dissemos, ir do excesso para o equilibrio relativamente aos meios de existencia; e como a emigração ha de seguir a evolução da população, segue-se que a emigração ha de ser tambem uma quantidade variavel, e que é necessario seguir as diversas organisações economicas da sociedade para determinar o modo como ella se produz, e portanto as suas causas.

Demonstrado que o progresso da civilisação ha de procurar o equilibrio entre a propagação de cada familia e os seus meios, já não insta refutar a segunda lei. Todavia diremos duas palavras das refutações que estudámos.

Bastiat rejeita essa lei em nome da superioridade que as faculdades têm sobre as necessidades no estado da sociedade. Proudhon em nome da divisão do trabalho, machinas e concorrencia; o que é a mesma idêa de Bastiat sob uma fórma mais analytica. Carey em nome da differenciação do trabalho; o que é ainda a mesma idêa. Mas é claro que o trabalho podia dividir-se, as machinas e a concorrencia augmentarem sem que o producto augmentasse proporcionalmente, se a terra caminhasse para a pequena productividade. Carey e Proudhon viram isto, e por isso foram por diante.

Carey demonstra que a cultura vai dos terrenos menos ricos

acaba pelos mais ricos. Parece-nos, como a Stuart-Mill, que uma affirmação menos de extremos seria mais verdadeira [1]. Mesmo estava mais nos principios de Carey; os terrenos mais estereis não serão tambem aquelles que offerecerão sempre mais facilidade de cultura, e a humanidade póde começar pelos mais fracos e ir aos mais ricos logo que tenha forças para isso, abandonando os primeiros cultivados, e voltando a elles quando haja necessidade; chegando até a cultivar por fim os que a principio não podia nem queria cultivar, porque se apresentavam estereis e não tinha meios de lhes mudar a esterilidade. Parece isto mais verdadeiro.

Com relação aos outros argumentos de Carey, a elevação da agricultura a sciencia, é certo que mal podemos calcular o augmento de producto que ella nos trará. A substituição do alimento animal pelo vegetal é um argumento verdadeiro na generalidade, mas que precisa de ser menos extensivo; a evolução tem-se feito no sentido indicado por Carey; mas não póde ir até onde parece querer leval-a.

Os habitantes das regiões intertropicaes podem viver com um regimen exclusivamente vegetal, sem soffrerem com isso; os das regiões que começam a ser frias precisam de carne; e os das regiões polares precisam de gordura [2]. Com relação ao argumento da menor perda de forças e portanto da menor necessidade de alimento, tem de certo algum peso; mas se ha, como quer Proudhon, uma aggravação de trabalho, as cousas contrabalançar-se-iam. A piscicultura parece-nos um recurso immenso, e a inspecção do globo não é propria para acordar já receios. E posto que de tudo isto se conclua que a progressão das subsistencias não póde talvez ser tão continua e indefinida como quer Carey, todavia, se pelo estudo da propagação se prova que esta tende a equilibrar-se com os meios de existencia sem necessidade de mor-

---

1 Vej. Stuart-Mill, obra cit., tom. 1.º, pag. 209 e seg.

2 Vid. Quatrefages, *Rapport sur les Progrés de l'Antropologie*, édit. de l'Imprimerie Imperiale, 1867, pag. 332.

talidades anormaes ou emigrações dolorosas, a humanidade não tem que se lamentar da não infinidade d'esse progresso. Sob o ponto de vista da população e das subsistencias um estado estacionario parece-nos, como a Stuart-Mill, conciliavel com a felicidade da humanidade. Se o progresso é uma lucta, a felicidade é um equilibrio [1].

J. Frederico Laranjo.

---

[1] Vid. Stuart-Mill, obra cit., pag. 304, tom. 2.º

QUESTIONS VÉDIQUES

(Continuado do n.º 12, volume xxiv, paginas 260)

Cependant la caste sacerdotale parmi les Aryas hindous n'a pas réalisé ces destinations qui sont sa raison d'être. La métaphore a été nuisible aux Aryas hindous plus qu'à aucune autre branche de la familie aryene, car ils ont confondu dans un seul mot l'idée de «divinité» et celle de «intermédiaire» entre cette divinité et les hommes. Ils ont commencé l'élimination, la réduction des dieux, ils sont arrivés à établir une hiérarchie, ce qui est s'approcher du polythéisme; mais au sommet ils ont placé le brahmane, ce qui est rester dans le fétichisme.

Le mot qui, par la métaphore, a été la mort de l'Inde c'est le mot *brahman*.

Dans le sacrifice du *Soma,* commun aux Aryas hindous et aux Aryas persans (*Homa* pour ceux-ci), ils faisaient, les uns et les autres, usage d'une botte, d'une poignée de verges liées ensemble et coupées à peu près de même grandeur. Par ce faisceau de petites branches ils représentaient le pouvoir producteur de la nature, la croissance, la prospérité, l'abondance, la richesse.

Cette poignée de verges liées ensemble était désignée par le mot *brahman, bareçman* (chez les Aryas persans) [1], d'une racine *brh,* éclore, croître.

La présence du faisceau *brahman* était indispensable à tout sacrifice. L'obtention d'un bien en dépendait. La prière adressée par chaque individu à la divinité qu'il désirait rendre propice

---

[1] Cf. *Haug.* «Brahman und die Brahamen,» «Ueber die ursprüngliche Bedeutung des Wortes brahman;» *Roth.* «Zeitschrift der Deutschen morgl. Gesellschaft.» I, 66, etc.; Voir le résumé dans *Muir,* «O. S. T.» I, sect. I, pg. 250 et suiv.

n'aurait pas eu d'effet sans la présence du *brahman*. *Brahman* n'a plus signifié, dès lors, le faisceau des verges, il a signifié prière par excellence (on doit se rappeler que les hymnes de l'Atharva-véda, sont nommés *brahmas*). Bref, l'idée s'est faite que *brahman* était ce qui donnait tout, le bien suprême, le Dieu par excellence. Les Aryas hindous n'employant plus le nom *brahman* comme les Aryas persans employaient celui de *bareçman,* mais désignant par *véda* la botte de l'herbe *kuça,* le mythe de *brahman* s'est formé d'une façon absolue. Et le prêtre étant aussi désigné par le mot *brahman,* l'idée de suprême vertu, pouvoir absolu, divinité, est devenue l'attribut de l'homme lui-même. La *Taïttiriya-Samhitâ* dit positivement que les *brahmanes* sont les dieux visibles sur la terre[1]. Plus tard le *brahmane* est doué du pouvoir de faire des tomber cieux les dieux et le plus grand des dieux, Indra lui-même.

Quand ces mythes ont commencé à éclore parmi les Aryas hindous, les Aryas persans étaient déjà avancés dans la phase de peuple agricole, ayant une conception plus élevée: celle d'un Esprit suprême, *Ahuramazda*.

Les souvenirs des guerres des Aryas hindous et des Aryas persans entre eux, tels que nous les voyons par leurs livres sacrés, nous permettent de conclure, que l'Arya hindou n'avait plus qu'une vague idée des guerres qu'il soutint pendant son séjour au Pendjab; tandis que les Aryas persans ont gardé un bien vif souvenir des dommages et des dévastations qu'ils eurent à subir de la part de leurs voisins; leur état politique s'en ressentait. Esquissons à larges traits ce sujet.

Les Aryas persans et les Aryas hindous constituaient deux branches émigrées de la même famille ethnique, que quelques orientalistes et ethnologues dénomment *Famille aryenne,* c'est-à-dire, des *Aryens* ou *Aryas*. On ne sait pas encore si ces deux branches ont émigré conjointement ou à des époques différentes. Quelques auteurs pensent qu'elles ne se sont séparées que dans les contrées voisines de l'Indus et du Kaboul. C'est une hypo-

[1] Cf. *Muir,* O. c., I, 240 et suiv., sect. I, particulièrement 262 note 44.

thèse dont je ne connais pas la démonstration. Il nous est permis de croire, d'après la communauté dans le langage (vocabulaire et grammaire) et dans la mythologie, d'après l'identité dans certaines parties du culte particulières à ces deux branches, que les *aïryas* et les *aryas*, comme ils s'appelaient eux-mêmes, ont vécu longtemps encore d'une vie commune, après que la majeure partie des branches du tronc commun fixées en Europe, se fût éloignée de sa patrie première. Quand ils se sont trouvés en contact entre l'Hindoukoh et l'Himâlaya, ils formaient deux branches absolument distinctes. Les différences dans le langage, dans les conceptions cosmogoniques, dans l'organisation domestique et dans la vie sociale étaient bien tranchées. Les uns étaient plus avancés et prêts à entrer dans le régime agricole, les autres étaient encore assujettis aux actions de la nature et menaient une vie de pasteurs. La différence sociale a été la cause de leur séparation dernière. Les Aryas persans et les Aryas hindous ne se sont point séparés à cause d'une scission religieuse. La scission a été sociale d'abord.

La religion, aux époques primitives, est plus tolérante qu'on ne le pense généralement. C'est une tolérance inconsciente, justement parce que l'intolérance est caractéristique d'une époque voisine de l'histoire. La tolérance consciente et raisonnée est le résultat d'une époque de grand développement moral et scientifique. L'intolérance ne commence que peu avant l'établissement et la définition du dogme. La tolérance c'est le respect de la personne humaine. L'intolérance en est la négation. Avant d'être intolérant, il faut, par conséquent, se croire supérieur. Cette supériorité, le développement social seul la donne.

Or, les Aryas persans s'étaient constitués en communautés agricoles, tandis que les Aryas hindous continuaient l'état de vie de pasteur. Ils ont été Abel et Caïn. Ils sacrifiaient sur d'identiques autels et aux mêmes dieux. Abel est le type du peuple pasteur; Caïn est le type du peuple agriculteur qui offre les produits de la terre déchirée par le soc [1].

---

[1] Cf. *Flav. Joseph.* «Ant. Juives,» I, 2, 1.

Les Aryas hindous, quand ils habitaient la région nord du Pendjab, ne cultivaient qu'occasionnellement, pressés par le besoin d'être nourris, quelques petites portions de terrain [1]. Ils sont arrivés trop tard à cette période du développement social pendant laquelle l'agriculture est une occupation permanente. Même au temps de la rédaction du Code de Manou, l'agriculture est pour eux chose qu'on n'estime pas [2]. Dans le Rigveda on trouve un hymne [3] qu'on considère adressé au génie de la terre et de l'agriculture. Il est composé de différents fragments réunis peut-être ensemble parce qu'il y est question de choses semblables: ainsi *kshetrapati* le maître, le protecteur des champs (*ritch* 1–3); *çuna* la croissance, la prospérité (des semailles?) (*ritch* 4); *sîtâ* le sillon (*ritch* 6, 7); *çunasîrao,* la prospérité et la charrue (deux génies des champs, de l'agriculture?) (*ritch* 5, 8). *Yâska* explique *çunasîrao* en identifiant ce duel avec *Vâyu* (le vent) et *Aditya* (le soleil). D'autres autorités identifient ce même duel avec *Indra* et *Vâyu* ou avec *Indra* et *Sûrya* (autre nom du soleil). Quelques indianistes pourtant, pensent que *sîra* est la personnification du *soc* de la charrue et *çuna* quelqu'autre partie de la charrue. Le mot *lângalam* «charrue» qu'on lit à la quatrième *ritch* de cet hymne ne se trouve plus dans le Rigveda. De même *sîram* n'y revient que deux fois en désignant l'instrument aratoire [4]. Le mot *krishi* «agriculture» se rencontre une seule fois [5]. Et pourtant la racine de celui-ci était ancienne car on la trouve dans les langues congénères, comme le russe, le lithuanien en Europe, le zend en Asie et même dans les langues du plateau de Pamir, comme le *ghalchah* [6]. Les Aryas persans, au contraire, exaltaient avec des

---

1 *Haug.* «Essays on the Sacred Lang. and Writ. of the Parsees,» pg. 249.

2 Code de Manou, X, 84.

3 Rgv. IV, 57.

4 Rgv. X, 101, 3, 4. Cf. aussi I, 117, 21 ; VIII, 22, 6 où l'on trouve *vrika* que *Sâyana* traduit par *lângalam*.

5 Rgv. X, 34, 13.

6 V^e «J. of the As. Soc. of Bengal.» No. II, 1876, pg. 190.

louanges pleines d'un vif enthousiasme l'agriculture [1], qu'ils croyaient dans la sincérité de leurs âmes l'*œuvre pure et sainte d'Armaïti* [2]. Les Aryas persans pratiquaient l'agriculture d'une façon permanente, car ils connaissaient la manière de procéder pour l'irrigation des terrains secs, ils savaient étancher les marais, ils cultivaient les arbres à fruit [3].

Les Aryas hindous attaquaient leurs voisins agriculteurs dont ils détruisaient les propriétés après les avoir pillées [4]. Les Aryas persans forçaient les Aryas hindous à labourer la terre, et quelquefois les pasteurs entraient spontanément ou de force dans les communautés agricoles, en prêtant serment de ne plus suivre la vie nomade, de ne pas adorer les *devas* (les dieux des Aryas hindous) et d'obéir fidèlement à «Ahuramazda [5].»

La formule abjuratoire, telle que nous la connaissons par le Zend-Avesta [6], nous révèle encore un fait d'une haute importance. C'est que le mariage était déjà consacré par la religion chez les Aryas persans. L'homme marié, le *pater-familias* est le modèle de l'homme de bien. Dans le Rik je ne connais pas de fait à l'appui duquel on puisse dire que le mariage avait déjà le cara-

---

[1] Z-Avesta, Farg. III, 75 et suiv., Yaçna, XXXI, 10. Farg. III, 11–20.

[2] Le génie de la terre. Cf. *Haug.* «Essays,» pg. 159, et «Die fünf Gâthâs,» 2 vol., pg. 49. Yaçna, XLVII, 2, ou *(Spiegel)*, XLVI, 2. Correspondant au mot zend «ârmaïti,» on trouve dans le Rigveda le mot «aramati,» que *Grassmann* «Woeeterbuch zum Rigveda» traduit: *Andacht, génie des Andacht.* Cf. le «Dict. de S.-Pétersbourg.» *Haug.* pourtont, tout en acceptant la signification de *dévotion, piété*, pour quelques passages, donnait au mot «aramati» la signification de *terre* à deux endroits. Bgv. X, 92, 4 et 5. Ce qui prête au génie féminin *Aramati* du Rik un caractère semblable au génie ou archange. *Armaïti* de l'Avesta. Consultez, sur *Aramati* et *Armaïti*, l'article de *Haug.* «Zend Studien» dans le VIIIe vol. de la «Z. d. D. Morg. Ges.»

[3] *Haug.* «Essays» Z.-Av., *l. c.*

[4] *Haug.* «Essays,» pg. 249.— Z.-Avesta, Yaçna, XIII, où l'on trouve la formule de la «Profession de Foi.»

[5] Z.-Av., Farg., XIX, 85–88.— Cf. *Haug. l. c.* etc., et Yaç. XIII, ut supra.

[6] Yaçna, XIII.

ctère d'institution sociale chez les Aryas hindous. Quelques épisodes du Mahâbhârata, qu'on pense pouvoir rapporter à des faits d'époque védique, nous font voir l'Arya hindou pratiquant le rapt, la polygamie et même la polyandrie, l'inceste [1].

La scission sociale a amené la scission religieuse. Les deux branches aryennes qui sont restées en Asie furent séparées dès lors à jamais, et chacune a suivi un développement distinct et caractéristique dans sa civilisation. Les Aryas hindous ont occupé la partie de l'Inde qui s'étend de l'occident à l'orient entre l'Indus et le Gange, confinée au nord par la chaîne de l'Himâlaya et au sud par les monts Vindhyas. Ils donnèrent à ce territoire le nom de *Aryâvarta* «demeure, résidence des Aryas.» Les Aryas persans s'établirent entre les monts du Turkestan et du Kirman, limités à l'Orient par la ligne qui traverse l'Hindoukoh et les ferme dans un vaste trapèze avec la ligne déterminée à l'occident par le *grand désert de sel.* A leur nouvelle patrie ils ont donné le nom de *Aïryana,* d'où notre mot *Eran* ou *Iran* par l'intermédiaire de la langue *pahlavi,* et *iraniens.*

(à suivre) G. DE VASCONCELLOS-ABREU.

---

[1] Cf. «Indische Studien,» V. On trouve des traces de polyandrie dans le Rigveda, Mandala I, sukta 119, ritche 5. Cohabiter avec la femme de son frère c'est une chose encore permise à Orisse. Il y a même le proverbe «NA DŌSHA ODRE BHRATR-VADHU-BHOGE» *il n'y a pas de mal à Orisse à cohabiter avec la femme du frère.*

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ORIGENS ETHNICAS DA PENINSULA IBERICA [1]

I

Summario: — Os finnicos e os vasconços. — Os seus idiomas agglutinativos. — Origem turania dos finnicos. — Será commum aos vasconços? — Provas deduzidas da philologia e da anthropologia. — Hypothese de Retzius e sua classificação das raças humanas. — Refuta-se esta hypothese. — Opiniões dos philologos ácerca da lingua vasconça. — Os mais antigos dos craneos da Peninsula e da Europa. — Craneos fosseis de Néanderthal e de Gibraltar. — Outros do Cabeço da Arruda, Cesareda e Cueva de la mujer. — Maxillas. — Raça de Cro-Magnon. — Sua distribuição geographica. — Povoaria a peninsula Iberica? — Factos comprobativos. — Será representada ainda hoje pelos berébéres? — Necessidade de novas observações. — Os berébéres e os antigos egypcios. — Povos mediterraneos. — Sua civilisação ha 3000 annos. — Extender-se-hia á Peninsula? — Conclusões.

Nos extremos da Europa, entre os pantanos da Finlandia, no meio das brenhas e fraguras dos Pyreneus, remanecem, com os nomes de *finnicos* e *vasconços,* os ultimos representantes de duas raças extranhas. Parece que outros povos mais civilisados, a quem teriam de ceder o passo e de abandonar os logares amenos e apraziveis, onde em principio habitariam, os foram de tempos a tempos repellindo e internando para as suas vivendas actuaes. O insolito da linguagem, dos costumes, das propensões, em summa

---

[1] É um capitulo da *Introducção á Archeologia da Peninsula* que está no prelo. O assumpto continúa noutro capitulo que em seguida publicaremos.

do typo ethnico, em todas as epochas têm feito com que lhes attribuam maior antiguidade que aos outros povos da Europa. A linguagem, sobre tudo, torna-se por extremo notavel, pelo seu character agglutinativo, entre idiomas, que, por serem flexivos, correspondem a um gráu superior de cultura e desenvolvimento intellectual.

Convém saber que os philologos modernos admittem tres phases distinctas na evolução da linguagem: o monosyllabismo, a agglutinação e a flexão. Ainda hoje alguns povos se conservam na primeira d'estas phases; outros persistem na segunda; outros, emfim, mais perfectiveis, mais dispostos a modificar-se, obedecendo á lei do progresso, elevaram-se gradual e successivamente da primeira á segunda e da segunda á terceira das phases mencionadas. Ora, assim como o chinez de Cantão ou de Fo-Kien (porque noutras provincias da China a linguagem offerece o curioso phenomeno da transição da primeira para a segunda phase) assim como o chinez de Cantão ou de Fo-Kien parece incapaz de passar do monosyllabismo á agglutinação, e muito mais á flexão, assim tambem o finnico e o vasconço têm conservado até hoje, no meio e em contacto de povos que fallam idiomas flexivos, a sua antiga linguagem agglutinativa.

Com razão pois se têm considerado estes dois povos como subsidios importantes para a solução do problema das origens ethnicas da Europa. Por quanto, determinada a raça ou determinadas as raças d'onde procederam os finnicos e os vasconços, conhecer-se-hiam desde logo os predecessores dos mais antigos dos povos que a historia menciona. Aos vasconços, isolados como estão, e distantes de outros povos com idiomas agglutinativos, não se lhes póde rastejar a stirpe, mas quem seguir attentamente os passos e vestigios dos povos finnicos para as partes orientaes, lá irá encontrar a mesma raça na Asia, pela Siberia occidental dilatando-se até ao rio Jenessei e até aos montes Altai. E pois se vê confinar ahi, da parte do nascente, com mongoes proprimente dictos, e, da parte do sul, com turcos e tartaros, não é muito que se tenham os finnicos como um ramo do grande tronco mongolico, e se designem tanto a estes, como aos outros povos com quem se

emparentam, pelo nome generico de *turanios,* da região que parece ter-lhes sido berço, para os distinguir dos aryos ou *iranios,* povos oriundos não do Turan, mas do Iran.

Procederiam, porém, os vasconços egualmente do Turan, e pertencerão por conseguinte á raça mongolica? O character agglutinativo da linguagem, só por si, não basta para demonstrar identidade de origem ou de raça. Homens brancos, amarellos e negros fallam idiomas agglutinativos em varias partes do mundo. Mas Luciano Bonaparte e Charancey julgaram achar outras analogias particulares entre o finnico e o vasconço, e entenderam que seriam ambos da grande familia das linguas turanias do norte da Asia [1]. No campo da anthropologia cuidou Retzius ser commum a finnicos e vasconços a mesma fórma do craneo. Assim a identidade ethnica d'estes povos parecia provada por duas das sciencias que mais competentemente o poderiam fazer.

Deixaremos aos philologos a analyse e discussão da prova philologica, por exigir conhecimentos geraes de linguistica e especiaes dos idiomas agglutinativos. Mas para bem se avaliar a prova anthropologica, importa-nos dizer algumas palavras ácerca da hypothese de Retzius.

A côr da pelle, da iris e do cabello, por uma parte, e por outra parte a distribuição geographica, têm servido de elementos fundamentaes á maior parte d'aquelles que tractaram de classificar as raças humanas. Todavia nem Blumenbach, nem Cuvier, nem Morton, nem Agassiz, nem qualquer dos auctores de classificações principalmente fundadas nos characteres referidos, deixaram de prestar a devida attenção aos da fórma e capacidade do craneo. Tal é com effeito a importancia d'estes characteres, que, relativamente aos de outros orgãos, muito bem poderemos consideral-os como subordinadores.

Retzius foi quem primeiro classificou as raças humanas sómente pelas mais apparentes das differenças anatomicas observadas nos

---

1. *Dictionnaire universel du* XIX *siècle* par P. Larousse — verb. BASQUE.

craneos. A classificação do celebre medico sueco, ha poucos annos fallecido, é tão simples como ingenhosa. Todos os craneos humanos são ou *dolichocephalos* (alongados), ou *brachycephalos* (redondos). Admittida esta divisão geral, as raças humanas, segundo o auctor, dividir-se-hiam tambem em raças dolichocephalas e raças brachycephalas. Cada uma d'estas classes se subdividiria em raças *orthognathas* (com maxillas verticaes) e em raças *prognathas* (com maxillas inclinadas de trás para diante e de cima para baixo) [1].

No tempo de Retzius os mais antigos dos craneos que na Scandinavia se conheciam eram brachycephalos; e como os dos finnicos o fossem tambem, e se julgasse o mesmo dos vasconços, suppoz aquelle anthropologo que a Europa, antes de ser habitada pelos povos actuaes da raça irania, o teria sido por outros da raça turania, dos quaes o maior numero seria destruido pelos primeiros, e o resto afugentado para as vertentes dos Pyreneus e para as regiões pantanosas da Finlandia.

Outro povo, não menos antigo, na opinião de alguns procedente da Peninsula, e, por tanto, aparentado com os vasconços, seriam os liguros. No tempo de Herodoto e de Hecateu de Mileto habitavam uma parte da Italia. Antecedentemente haviam fundado Genova, e em epocha ainda mais remota, 1300 ou 1400 annos antes de Jesus Christo, passavam á Sicilia com o nome de Sicanos [2]. Os liguros tinham mediana estatura, olhos e cabellos negros e a cabeça redonda [3]. Como por estes characteres parecesse não pertencerem ás raças iranias, associaram-os tambem aos vasconços e finnicos, reportando-os á raça mongolica e constituindo com todos a população primitiva da Europa. Os liguros seriam dos povos autochtonos totalmente destruidos, chegando a perder-se a sua linguagem, que ninguem hoje sabe qual fosse, mas que, se-

---

1 *Ethnologische scriften.*

2 Steur — *Ethnographie des peuples de l'Europe avant Jesus-Christ.* Bruxelles, 1873, tom. III, pag. 80 e 90.

3 Idem, id., pag. 84.

gundo a hypothese, deveria pertencer ao grupo das agglutinativas, e assimilhar-se, por tanto, ás dos finnicos e dos vasconços.

Todas as apparencias pareciam pois em favor da hypothese. Povos de raça mongolica, taes como os finnicos, liguros e vasconços, habitariam em epochas remotissimas a Europa. Viriam depois os aryos, que destruiriam os liguros e por ventura outros povos, cuja memoria se perdesse, e deslocariam os finnicos e os vasconços para a Finlandia e para as vertentes meridional e septemtrional dos Pyreneus.

A hypothese de Retzius importava necessariamente: 1.º A brachycephalia dos mais antigos dos craneos humanos fosseis da Europa; 2.º A brachycephalia das raças mongolicas ou turanias; 3.º A brachycephalia dos finnicos, liguros e vasconços, 4.º finalmente a dolichocephalia das raças aryas, e por tanto da maior parte dos actuaes europeus. Contra a opinião de Retzius está hoje demonstrado: 1.º Que os mais antigos dos craneos humanos fosseis encontrados na Europa são dolichocephalos; 2.º Que a brachycephalia não é character ethnico exclusivo da raça mongolica ou de qualquer outra, mas que em cada raça ha uns craneos brachycephalos e outros dolichocephalos, predominando porém uns mais outros menos conforme os grupos ethnicos; 3.º Que os finnicos são brachycephalos, mas os vasconços hespanhoes dolichocephalos; 4.º Que entre os aryos ha tambem craneos redondos ou brachycephalos. Além d'isto a diversidade dos typos ethnicos dos finnicos e dos vasconços não consiste unicamente na fórma do craneo. Os primeiros têm grande estatura, cabello muito louro e olhos azues: os segundos são morenos com olhos e cabellos de côres escuras [1].

Destruida a prova anthropologica, resta-nos a prova philolo-

---

[1] A hypothese de Retzius, hoje abandonada, influiu, ainda ha poucos dias, no sr. Theophilo Braga para suppôr que a Peninsula seria outr'ora habitada por mongoes. Esta raça, affirma o auctor, estaria representada nos vasconços; e a sua poesia nos epicedios e pastorellas italianas, portuguezas e hespanholas. Vej. *Parnaso portuguez moderno.* Lisboa, 1877.

gica. Já dissemos que reservariamos aos philologos a analyse e discussão d'este ponto. Entretanto, limitando-nos aos argumentos de auctoridade, poderemos ainda mostrar que a prova não tem o valor que alguns lhe attribuiram. Com effeito, sendo extremamente communs na Asia, Africa e America os idiomas agglutinativos, tanto se póde relacionar o euskara (lingua dos vasconços) com o finnico da Europa, como com qualquer das innumeras linguas da mesma classe d'aquelles tres continentes. E na verdade todas essas hypotheses têm seus propugnadores. O atraso da philologia comparada e a imperfeição dos methodos de demonstração fazem possivel a defesa de todas as opiniões.

Modernamente porém vai prevalecendo a tendencia para reunir no mesmo grupo o euskara e certas linguas da America. A analogia, segundo Pruner-Bey, está na indole geral da linguagem euskara, na construcção da grammatica, e finalmente no systema de numeração. Whitney, sem affirmar decisivamente a analogia do vasconço com os idiomas americanos, entende que no Velho-Mundo não ha nenhum que lhe seja tão similhante [1]. Hovelacque, posto que censure aquelles que não hesitam em suppôr intimo parentesco entre o chippeway e o lénâpé ou outras linguas da America e o euskara, confessa comtudo haver certas analogias de conjugação entre os verbos das primeiras e os da segunda. Nota mais uma particularidade commum aos idiomas dos vascongados e de alguns povos americanos e vem a ser a composição por syncope. O vasconço faz, por exemplo, de *ortz,* nuvem, e de *azantz,* ruido, *ortzanz,* trovão ou, litteralmente, ruido da nuvem [2]. Emfim Max-Müller reune o vasconço, o georgiano e as linguas agglutinativas da America no mesmo grupo que chama das linguas *holophrasticas,* terceiro das agglutinativas, e colloca a lingua dos finnicos separadamente no segundo grupo das linguas turanias [3].

---

[1] *La vie du langage.* Paris, 1875, pag. 213.

[2] *La linguistique.* Paris, 1876, pag. 87 a 106.

[3] *Dictionnaire universel du* XIX *siècle,* verb. LANGAGE.

Mais adiante veremos que não sómente a philologia, mas tambem a archeologia propende a estabelecer interessantes relações entre os habitantes prehistoricos da Iberia e os de certas regiões da America. Por agora, inutilisado o fio que Retzius propozera, para servir de guia no labyrintho das origens ethnicas da Europa em geral e mais em particular da Peninsula, buscaremos outro que nos offerecem os ultimos descobrimentos da paleontologia humana.

Dentro dos limites d'esta sciencia, que não passa ainda para além da edade quaternaria, os vestigios dos primeiros habitantes da Peninsula correspondem ás estações prehistoricas de San Isidro, perto de Madrid, e da pedreira de Forbes em Gibraltar. Consistem os primeiros em instrumentos de silex, os quaes, pelas fórmas e lascado, se assimilham de tal sorte áquelles que se têm descoberto em Saint-Acheul, que mui naturalmente se reportam á mesma epocha, isto é, aos primeiros tempos da edade quaternaria, o que tambem se prova com a grande espessura do deposito que é de vinte e um metros bem medidos. O craneo achado em Gibraltar tem os characteres anatomicos da mais antiga das raças até hoje conhecidas. Importa-nos pois saber qual foi esse typo humano, e quaes os elementos por onde os naturalistas fixaram os seus characteres fundamentaes.

No anno de 1857 o dr. Fuhlrott impressionou vivamente o mundo com uma descoberta inesperada. Foi nem mais nem menos que o celebre craneo de Néanderthal, na caverna d'este nome, perto de Hochdal, entre Düsseldorf e Elberfeld, na Prussia. A extraordinaria proeminencia das arcadas supraciliares que formam grosso rebordo na parte anterior, o grande desenvolvimento dos seios frontaes, o angulo facial, calculado aproximadamente no fragmento restante, entre 56° e 66°, o occiput alongado, as suturas escamosas, a espessura dos ossos, a estreiteza e pouca altura da fronte e outras extranhas particularidades tão differente o fazem do typo normal, que, visto por qualquer das faces, não parece o que em verdade é — um craneo de homem.

Alguns naturalistas que o estudaram, como Schaaffausen, Huxley, Vogt, Lyell disseram francamente assimilhar-se ao do

macaco o craneo humano de Néanderthal muito mais que qualquer outro das raças contemporaneas. Outros, porém, Busk e Barnard Davis, por exemplo, negaram tal similhança, declarando aquelle craneo mui pouco differente do typo actual. Á Sociedade anthropologica de Paris apresentou Gratiolet o craneo de um idiota contemporaneo para mostrar que era com este e não com o do gorilla a similhança do craneo de Néanderthal. Em opposição aos naturalistas primeiramente citados, e tambem a Gratiolet, appareceu Pruner-Bey a sustentar que o volume do cerebro, outr'ora contido no craneo descoberto por Fuhlrott, ultrapassaria o volume medio do cerebro do homem moderno, e a attribuir, em conclusão, o mesmo craneo a algum dos celtas, frequentadores das cavernas do valle do Rheno [1].

Os adversarios de Darwin e da hypothese transformista empenhavam-se pois em attenuar o valor de uma prova, que se lhes afigurava concludente para mostrar como a especie humana poderia proceder de alguma outra especie inferior. Todavia Quatrefages, apezar de adversario tambem d'esta idêa, não pretendeu aperfeiçoar a fórma nem reduzir a antiguidade do craneo de Néanderthal. Incapaz de contradizer ou alterar a verdade manifesta para acreditar as opiniões proprias e mascabar as alheias, escreveu:

«Os achados muito recentes de Faudel no *lœhm* de Eguisheim (Baixo-Rheno), de Cocchi nas argilas post-pliocenes do Olmo, perto de Arezzo (Italia), de Eugenio Bertrand nas alluviões quaternarias das baixuras de Clichy (Sena), de Fitz, emfim, nas areias diluvianas de Brüx (Bohemia), ao mesmo tempo que demonstraram serem os characteres anatomicos do homem do Néanderthal characteres ethnicos, posto que exaggerados, confirmaram tambem as primeiras idêas apresentadas ácerca da sua antiguidade relativa. Com effeito quasi todas estas peças osseas, ajunctando-lhes as maxillas de la Naulette, de Arcy, de Clichy, de Goyet, parece agora poderem referir-se á mais antiga das edades

---

[1] *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, tom. IV, pag. 314 a 323.

quaternarias, áquella em que abundantemente predominavam os grandes mammaes desapparecidos da face da terra. O estudo anatomico d'estes fragmentos parece attestar haverem pertencido a uma só e mesma raça dolichoplatycephala e prognatha..., [1]»

Os mais antigos dos restos fosseis da especie humana, até hoje descobertos, remontam pois aos primeiros tempos da edade quaternaria, quando o mammouth, as especies priscas do rhinoceronte, o megaceronte hibernico e outras das grandes alimarias desapparecidas habitavam ainda a Europa, e disputavam aos nossos infelizes antepassados a posse das cavernas, a presa dos animaes ou a colheita dos fructos da terra. Na maior parte d'esses restos humanos se observam, se bem que menos proeminentes, os characteres do craneo de Néanderthal. Á raça a que todos se attribuem deu-se o nome generico de raça de Canstadt, por ter apparecido no campo dos mammouths, perto d'essa cidade, no Wurtemberg, o primeiro dos craneos em que se verificaram taes characteres.

Pondo de parte a estação de San Isidro, onde até hoje não tem apparecido nenhum craneo humano, resta-nos a pedreira de Forbes em Gibraltar, cujo craneo Quatrefages comprehendeu entre os da velha e primitiva raça de Canstadt. Com quanto faltassem no jazigo fosseis characteristicos para se determinar a epocha do homem a quem pertenceu este craneo, é todavia certo que, pelas suas fórmas, se assimilha por extremo áquelles entre os quaes foi classificado. Eis aqui os mais notaveis dos seus characteres: paredes grossas, capacidade pequena, occipital alongado para traz, escama temporal com a fórma de curva abatida, arcadas supraciliares muito proeminentes, apophyse orbitaria externa extremamente desenvolvida, fronte muito obliquada para traz e separada, por uma depressão, das enormes arcadas. As orbitas são tambem muito grandes e muito distantes uma da outra. A sua largura, e ainda mais a sua altura, são as maiores que Broca até hoje tem encontrado em craneos de homem. Visto o craneo

---

1 *Crania ethnica*, pag. 7.

de face, os rebordos externos das orbitas sobresahem tanto, que, bem como no de Néanderthal, encobrem inteiramente a região temporal. Os ossos malares, deprimidos no angulo superior, descem quasi verticalmente, de modo que, apezar da extensão do diametro bimalar, mal se conhecem as maçãs do rosto. São muito largos os buracos das fossas nasaes. Os ramos ascendentes dos maxillares superiores têm a fórma quasi convexa por cima e aos lados d'estes buracos. A arcada dentaria, robusta, alonga-se muito no sentido antero-posterior, formando uma volta de ferradura, que se aperta notavelmente na parte de traz. Huxley, Broca, Alix insistiram neste character que lhes parece particular da raça de Forbes'-Quarry. Emfim a face é prognatha; e o angulo facial de Camper, difficil de medir por causa do desenvolvimento dos seios frontaes, parece de 75°, e de 70° o angulo facial alveolar. A tamanho prognathismo da maxilla superior corresponderia provavelmente certo gráu de projecção da parte media da arcada dentaria inferior, donde resultaria a inserção obliqua dos incisivos, notada por Spring [1].

Os auctores da *Crania ethnica* vêem o mesmo typo de Canstadt, posto que extremamente modificado, noutros craneos fosseis descobertos em Hespanha e Portugal. Na raça que habitava o Cabeço da Arruda, e que deixou neste logar tão abundantes vestigios que se calculou teriam pertencido a uns quarenta e cinco individuos, observa-se o contraste dos characteres do typo de Canstadt com os de outro typo menos imperfeito e de certo menos antigo. Assim, á proeminencia das arcadas supraciliares, á larga depressão que as separa, ao desenvolvimento dos seios e á pequena elevação das bossas frontaes correspondem nos mesmos craneos a altura da região frontal, a brachycephalia e a maior capacidade interior, de certo proporcionada a cerebros mais volumosos que os da antiga raça de Forbes e Néanderthal. Os characteres da face, porém, relacionam outra vez a raça do Cabeço da Arruda com outras mais imperfeitas. Os characteres dos ma-

---

1 *Crania ethnica*, pag. 21 e 22.

xillares superiores demonstram notavel prognathismo e grande largura dos buracos nasaes. Nos maxillares inferiores observam-se tambem signaes de prognathismo; além d'isto alguns dos characteres da celebre maxilla de Moulin-Quignon, e por fim a saliencia triangular do mento [1].

Dissemos num dos capitulos anteriores as razões por que se ha de attribuir a raça do Cabeço da Arruda á epocha da pedra polida e provavelmente ao tempo dos kiokkenmoddings. Á mesma epocha da pedra polida se reportam os vestigios encontrados nas cavernas de Cesareda. Aqui, posto que os characteres ethnicos de alguns individuos diffiram muito d'aquelles que ultimamente analysámos, outros ha todavia que se lhes assimilham. Parece ter havido nesta estação prehistorica a sotoposição de varios depositos correspondentes a varias epochas. Não é muito pois que junctamente com os vestigios da epocha do Cabeço da Arruda appareçam outros differentes, mais ou menos antigos e até de raças diversas.

Nos dentes das maxillas da Casa da Moura, uma das cavernas de Cesareda, nota-se tamanho desgaste, que a face de trituração de todos elles deveria formar uma superficie concava. O prognathismo é maior nestes maxillares que nos do Cabeço da Arruda. Tanto nas maxillas superiores como nas inferiores se notam, se bem que pouco distinctas, as suturas inter-maxillares, o que junctamente com o excessivo alongamento de traz para diante demonstra o gráu inferior d'aquella raça na escala dos seres humanos. Os auctores da *Crania ethnica*, depois de descreverem os principaes characteres dos ossos maxillares de Cesareda, convêm em que, pela sua fórma, são muito analogos aos do homem fossil de la Naulette ou d'Arcy, pertencente á primeira raça que denominaram de Canstadt.

Num dos craneos de Cesareda a fronte é pequena, achatada de ambos os lados e muito inclinada de diante para trás. As dimen-

---

[1] Pereira da Costa — *Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda.* Lisboa, 1865.

sões d'este coronal coincidem com as do osso correspondente do craneo de Forbes ou de Néanderthal. Os characteres dos parietaes são tambem os mesmos nestes e naquelle; mas, apezar da depressão da sutura sagital, commum a todos, no craneo de Cesareda ha mais alguma elevação na parte media. Este e outros craneos de Cesareda são *dolichocephalos* ou sub-dolichocephalos, character que só por si importa differença essencial entre esta raça e a do Cabeço da Arruda [1].

O frontal da *Cueva de la mujer*, caverna proxima da Alhama de Granada, offerece, posto que menos salientes, os characteres da parte analoga do craneo da pedreira de Forbes. O craneo a que pertencia aquelle frontal deveria ser extremamente dolichocephalo, e conter um cerebro pouco desenvolvido na parte correspondente ás faculdades intellectuaes. Com este osso encontraram-se outros do esqueleto, e entre elles um femur, a cujas altas proeminencias se apegariam musculos de grande força. Tambem, pela sua grande curvatura, differe da fórma que tem actualmente nas raças europêas, e até d'aquella que outr'ora teve nas raças antigas da mesma região [2].

Todos os observadores têm sido conformes em considerar analogas as maxillas fosseis da Peninsula e a de Moulin-Quignon. Áquellas que já mencionámos convirá accrescentar outra que appareceu em Gibraltar junctamente com instrumentos de pedra polida e de bronze, e que Falconer e Prüner-Bey acharam tambem similhante á celebre maxilla descoberta em Abbeville em 1863 [3].

Auctorisará este facto a suppôr que os habitantes primitivos da Peninsula, excepto os de Forbes'-Quarry e por ventura outros contemporaneos de que se se não descobriram ainda vestigios, pertenceriam á mesma raça de Moulin-Quignon? Não. Porque esta raça era brachycephala; ora a brachycephalia não se tem

---

[1] J. F. N. Delgado —*Noticia ácerca das grutas de Cesareda.* Lisboa. 1869.

[2] Mac-Pherson —*La cueva de la mujer*, 1.ª e 2.ª parte. Cadiz, 1870–1871.

[3] *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, tom. v, pag. 62.

verificado senão nos craneos do Cabeço da Arruda. Os outros, entre elles o da Genista de Gibraltar, são dolichocephalos. Além d'aquelles que já mencionámos, ha os da Andaluzia, que Gongora affirma serem dolichocephalos, por ter examinado muitos, achados em varios sitios d'esta provincia [1].

Mas, se os craneos fosseis da Peninsula são pela maior parte dolichocephalos e não se podem classificar entre os do typo de Canstadt, ao que obstam não sómente os characteres anatomicos, mas tambem o terem apparecido junctos com ossos de animaes domesticos, haveremos de referil-os á segunda raça dolichocephala de Quatrefages e Hamy, isto é ao typo de Cro-Magnon.

É cedo ainda para bem definir e classificar as raças prehistoricas, e muito mais para delinear com exacto rigor a sua distribuição geographica. Não resta duvida nenhuma de que o homem foi contemporaneo dos grandes mammaes desapparecidos; parece incontestavel que tambem o seriam alguns d'aquelles restos fosseis, dos quaes se fez resaltar o typo da primeira raça; mas do craneo de Canstadt que lhes deu o nome, ha quem affirme não ter essa antiguidade. Virchow cita um escripto de Hælder que torna o caso duvidoso [2]. Por outra parte, os diversos typos humanos, até hoje determinados, não se succederam uns aos outros em epochas egualmente successivas. Os typos mais antigos continuaram a apparecer por entre os menos antigos, e, por virtude da lei do atavismo, ainda hoje se reproduzem alguns dos seus characteres em certos individuos contemporaneos.

Da raça de Cro-Magnon conhecem-se melhor os characteres anatomicos, por terem apparecido restos mais completos e mais numerosos; mas a sua distribuição geographica, fóra da França, não está perfeitamente demarcada. Quatrefages e Hamy affirmam haver-se encontrado o typo de Cro-Magnon em Hamoir, na Belgica; em Léry, no Eure; em Grenelle; em Lozére; nas landes

---

[1] *Antig. prehist. de Andalucia.*

[2] *Les peuples primitifs de l'Europe. La revue scientifique de la France et de l'étranger*, 2.ª série, 4.ª année, n.º 1, juillet, 1874, pag. 12.

de Bourdeaux; em Sordes, na Gascunha; nas Vascongadas, nos craneos dos vasconços primitivos; em Zaraus; nos tumulos megalithicos da Africa, explorados pelo general Faidherbe; no paiz dos Kabylas de Djurjura; na Roknia; e finalmente nos craneos dos guanchos das Canarias [1]. Accrescentemos a estas regiões, pelos motivos ponderados, Portugal e Andaluzia, e as Asturias, por se ter descoberto um craneo do mesmo typo na mina de cobre del Milagro. Admittindo que a raça de Cro-Magnon existiria em todos esses pontos, não custará a suppôr que se extenderia desde as circumvizinhanças do Garonna até ás praias do mar Cantabrico; que appareceria depois nas Asturias, em Portugal, na Andaluzia; donde, por fim, se dilataria por todo o litoral da Africa do norte e pelas ilhas Canarias.

É obvia a importancia fundamental d'este roteiro para a ethnologia da Peninsula. Faça-se corresponder o centro da raça de Cro-Magnon ao sudoeste da França, e mais em particular ao valle de Vezére, a um territorio aproximadamente circumscripto pelos limites da antiga Aquitania, e admitta-se a existencia de vestigios d'esta raça nas regiões habitadas pelos vasconços, nas terras litoraes de Hespanha e Portugal, e finalmente, além do Estreito, na Africa do norte. Ficará assim resolvido o problema das origens autochtonicas de peninsula Iberica. Quem ignora que os povos da Aquitania passavam por iberos, que estes occuparam uma grande parte da Peninsula, a que deram o proprio nome, se não o receberam d'ella; que os vasconços são considerados ainda hoje commumente como os ultimos restos d'essa gente notavel, que, mais pela prehistoria do que pela propria historia, se conhece; e finalmente que a proximidade geographica, as analogias ethnicas, as da fauna e da flora estão indicando a antiga existencia de povos irmãos nas costas meridionaes da Peninsula e nas septemtrionaes da Africa? A raça de Cro-Magnon, já de per si resultante do cruzamento de uma raça mais com outras menos imperfeitas, seria pois o fundo geral, onde, pelo decurso dos tempos,

---

1 *Crania ethnica. L'espèce humaine*. Paris, 1877, pag. 248.

viriam misturar-se e dissolver-se os elementos ethnicos de outros povos emigrantes de varios logares da superficie da terra, e mui differentes entre si pelos characteres physicos e moraes.

Será porém a presupposta distribuição geographica da raça de Cro-Magnon, na parte respectiva á Peninsula, um facto real e positivo, ou apenas uma hypothese que algumas circumstancias fortuitas fazem parecer provavel? Em que argumentos se estriba tal opinião?

Já vimos que os logares, onde os auctores da *Crania ethnica* suppõem ter existido a raça de Cro-Magnon, concordam exactamente com a hypothese, quando se applica fóra da Peninsula, e ainda aqui na parte correspondente ás Vascongadas. E, se não referiram ao typo de Cro-Magnon outros craneos fosseis achados em Hespanha e Portugal, os da Alhama e de Cesareda, disseram todavia bastante para conhecer que tambem não os poderiam classificar entre os de Néanderthal, d'Engis ou de Forbes. Pela nossa parte entendemos que, á falta de mais minuciosa investigação, aquelles craneos peninsulares, pelas suas fórmas menos imperfeitas, por serem dolichocephalos e finalmente por terem apparecido junctos com ossos de animaes domesticos, só á raça de Cro-Magnon se hão de reportar. Os characteres notaveis do femur de Alhama parece confirmarem esta mesma conjunctura. Assim pois admittiremos como extremamente provavel que a raça de Cro-Magnon habitaria nos tempos prehistoricos uma parte da França, a peninsula Iberica e a Africa septemtrional. E para que a nossa opinião não corra desacompanhada de toda a auctoridade que lhe faça boa sombra, lembraremos emfim que anthropologos taes como Busk, Broca e Falconer, referiram ao typo de Cro-Magnon o craneo da Genista, em Gibraltar, e o da mina de cobre del Milagro nas Asturias.

Mas, por outra parte, sabe-se que nos mais antigos dos tempos de que ha memoria, a raça berébere povoava já uma zona extensissima da Africa septemtrional desde as praias do Mediterraneo até ao oceano Atlantico, a Libya, a Numidia, a Mauritania e outros paizes, que os egypcios, os gregos e romanos variamente denominaram. Ora, se os kabylas representam ainda hoje e os

guanchos representavam ha poucos seculos a raça de Cro-Magnon, se os primeiros são beréberes e os segundos o foram tambem, natural parecerá perguntar se os beréberes actuaes não representarão hoje em dia aquella velha raça de Cro-Magnon? Se, nos tempos prehistoricos não occupariam, por tanto uma parte da França, a peninsula Iberica e a Africa septemtrional, onde, por fim, mais livres de cruzamentos ou da acção expulsora de outros povos, se perpetuariam até hoje?

Broca e Hamy em França inclinam-se para esta hypothese que ultimamente foi tractada em Hespanha com grande desenvolvimente por D. Francisco Tubino [1]. Topinard não a demonstra, para o que será ainda cedo, mas affirma que fortes presumpções a tornam muito provavel [2].

Broca examinou innumeros craneos vasconços e julgou-os analogos aos dos beréberes [3]. Pruner-Bey tambem reconheceu nos maxillares, encontrados nas cavernas da Cesareda e no Cabeço da Arruda, os characteres do typo do berébere do continente africano [4]. Cita-se, além d'isto, em favor da hypothese a grande similhança da fauna e da flora, em geral, e mais em particular dos typos humanos, nos vizinhos litoraes europeu e africano, das serras da Ronda e da cordilheira do Riff, por exemplo. Cita-se mais a união possivel em epochas remotas entre a Africa e a Europa em sitios correspondentes ao Estreito. Finalmente, admittindo este facto geologico, suppõe Quatrefages a raça de Cro-Magnon oriunda da Africa, d'onde emigraria para a Europa com a hyena, o leão, o hippopotamo e outros animaes africanos [5].

---

[1] F. M. Tubino — *Los monumentos megaliticos de Andalucia, Extremadura y Portugal — Museo español de antiguidades*, tom. VII, pag. 353. Esta memoria sahiu depois na *Revista de Anthropologia* de Madrid com o titulo: *Los aborigenes ibéricos ó los beréberes en la Peninsula.*

[2] *L'anthropologie.* Paris, 1876, pag. 486.

[3] *Bulletins de la Société d'Antropologie de Paris*, tom. IV, pag. 38 a 62.

[4] *Congrès international d'Anthropologie et d'Archeologie prehistoriques*, 2.ª session, 1867.

[5] *L'espèce humaine.* Paris, 1877, pag. 249. Depois dos tempos geologicos,

Em França, onde se têm descoberto e estudado muitos craneos e outros ossos humanos fosseis conhecem-se já os characteres anatomicos da raça de Cro-Magnon e a sua distribuição geographica Sabe-se, por exemplo, com certeza que era ao sudoeste a parte por ella mais povoada. Na Peninsula faltam-nos os estudos necessarios para affirmar com certeza qualquer opinião. Em vista das razões ponderadas, é provavel que á raça de Canstadt, representada pelo craneo de Forbes, e talvez pelos instrumentos de silex de San Isidro, se seguisse a de Cro-Magnon, á qual se reportam os outros craneos da Genista de Gibraltar, e os de Alhama, da mina del Milagro e de Cesareda. Mas, depois do muito que nestes ultimos annos tem progredido a paleontologia humana, e particularmente depois da publicação da *Crania ethnica,* obra abundante de subsidios para os estudos comparativos, importa rever todos esses vestigios peninsulares, medil-os com exactidão, classifical-os e comparal-os entre si e com os typos conhecidos. Importa mais buscar outros vestigios, porque os de quatro ou cinco estações em toda a extensão da Peninsula não bastam para sanccionar qualquer conclusão positiva. Convirá finalmente passar além do Estreito, e determinar as relações de similhança ou de differença que por ventura existam entre a paleontologia humana da Europa meridional e a das regiões septemtrionaes do continente africano.

A archeologia e a historia revelam-nos outros factos, que, posto que não cheguem a demonstrar cabalmente o predominio da raça berébere na Peninsula, dão todavia a esta hypothese mais alguns gráus de probabilidade. Ha mais de tres mil annos, por exemplo, os egypcios estavam em relações com os libycos, a quem chamavam *lebu,* d'onde se derivaria talvez a fórma grega *libues.* Os tumulos

---

mas ainda nos prehistoricos, a passagem dos beréberes da Africa para a Europa não era impossivel pelas aguas do Estreito, pelo Mediterraneo ou pelo Atlantico. Entre as conchas fosseis, achadas em França na estação de Laugerie-Basse, algumas ha que não poderiam ter sido trazidas senão da ilha Wight. Ora durante a edade do rangifer não havia communicação por terra entre a França e a Inglaterra. Idem, pag. 242.

reaes das dynastias XVIII, XIX e XX, em Biban-el-Moluk, estão adornados de notaveis pinturas, entre as quaes se vêm representadas quatro raças que deveriam ser partes constituintes do vasto imperio dos pharaós. Em primeiro logar os *rot* ou egypcios, pintados de vermelho e parecidos com os paizanos actuaes das margens do Nilo; em segundo logar os *namu* de côr amarella e de nariz aquilino, correspondentes aos povos asiaticos que viviam ao oriente do Egypto; depois os *nashu* ou negros prognathas de cabello crespo; e finalmente os *tamahou* brancos, de olhos azues e cabellos louros [1].

Não falta quem supponha significar *tamahou* em egypcio *homem do norte;* e serem, por tanto, os homens brancos e louros, em quem imperavam os pharaós, procedentes da Europa septemtrional. Mas o general Faidherbe impugna tal etymologia, e assevera que a lingua berébere ainda hoje se chama *tamahoug* no Sahara, onde mais pura se tem conservado [2].

Por outra parte, consta de uma grande inscripção de setenta e sete columnas, conservada em Karnak e interpretada pelo visconde de Rougé, que os *tamahu,* capitaneados por Mormuiu, foram derrotados pelos pharaós Ramsés e Merenptah. Emfim na Argelia appareceram monumentos de Tutmés III, em cujo tempo, consequentemente, se dilataria o imperio egypcio até áquella região extrema da Africa septemtrional [3].

Para combinar, harmonisar e explicar todos esses factos é mister referir os *tamahu* á Africa do norte, e por tanto suppôr que seriam beréberes, os quaes ora fariam parte do vasto imperio egypcio, ora tentariam libertar-se do jugo pouco toleravel de um povo distante e de raça differente. É verdade que o typo do berébere de hoje não parece muito conforme ao do *tamahu* de ha tres mil e tantos annos. A maior parte dos beréberes têm olhos,

---

[1] Topinard — *L'anthropol.*, pag. 451.

[2] Anatole Roujou — *Recherches sur les races humaines de la France.* Paris, 1874, pag. 86.

[3] Tubino — Mem. cit.

pelle e cabello escuros. Mas este typo contemporaneo póde não ser já o mesmo do tempo dos pharaós, por se ter alterado, por effeito de influencias extranhas, que não deixariam de transformal-o no espaço de tantos seculos. Muitos dos habitantes das montanhas de Marrocos e da Argelia, e os touaregs do Sahara, logares aonde era mais difficil chegar a influencia dos cruzamentos, são de alta estatura, claros, de olhos azues e cabello louro. Assim o attesta o general Faidherbe, que estudou as regiões da Africa septemtrional, e o confirma F. M. Tubino, accrescentando haver tambem observado com frequencia o mesmo typo nas serranias da Ronda áquem do Estreito. Encontrar-se-hão, porém, por todos os logares, aonde menos poderiam chegar influencias extranhas, beréberes brancos e de olhos azues, com quem se pareçam ainda hoje os retratos pintados ha trinta e mais seculos nos tumulos reaes de Biban-el-Moluk?

Mas a influencia da civilisação egypcia dilatava-se ainda para áquem dos limites do continente africano e chegava muito perto da Peninsula, senão a algumas das proprias gentes que a povoavam. Quinze seculos antes da era christã já os sardos possuiam marinha militar, e duzentos annos antes, no seculo XVII, já o Egypto nomeava funccionarios especiaes para tractarem, em nome dos pharaós, as questões internacionaes ou commerciaes com os povos pelasgicos do Mediterraneo, taes como os tuscos, dardanios e gregos [1]. A inscripção de Karnak menciona entre os homens do mar, alliados com os libycos, os *sárdainá* ou sardos, os *turs'a* ou etruscos e os *mas'uas* ou amazirghas [2]. É provavel que a todos tivesse applicação o nome generico de *tamahou*. Os *rebu* ou *lebu* (libyos) e os *ma'suas* que habitavam tambem a Africa septemtrional, apparecem adornados com o mesmo singular toucado; e vem a ser uma larga trança enroscada que passa por deante da orelha e cahe sobre a espadua, recurvando-se á maneira do chifre

---

1 Steur — *Ethnographie des peuples de l'Europe avant Jesus-Christ.* Bruxelles, 1873, tom. III, pag. 193.

2 Tubino — Mem. cit.

inferior de alguns carneiros. O mais notavel é que um dos pharaós, Ramsés II, se adorna com toucado similhante. Por este facto, e porque se vê gravada nos braços e pernas dos tamehou a ovelha, symbolo conhecido da deusa Neith, se provam as relações intimas que em epochas remotas ligavam estes povos aos habitantes do Egypto.

Os povos confederados, segundo a citada inscripção, invadiram o Egypto e chegaram até Memphis. Foram porém derrotados pelo pharaó ou pelos seus generaes. O principe Mormuiu perdeu o arco, a aljava e as sandalias junctamente com as suas joias de ouro e prata e utensilios de bronze. Os povos do mar deixaram tambem objectos de ouro e prata, espadas, facas, couraças e cnemides. Pela importancia e qualidade dos despojos se avaliará o subido gráu de civilisação a que tinham chegado, ha mais de 3000 annos, todas estas gentes convizinhas do Mediterraneo [1].

Os povos da Peninsula, pelo menos os das regiões meridionaes e orientaes, acompanharam de certo os seus vizinhos das ilhas do Mediterraneo e do norte da Africa nos estadios da civilisação que successivamente percorreram. Por aquellas mesmas regiões se encontram vestigios das construcções cyclopeas dos povos pelasgicos. Nas ilhas Baleares abundam os *talayots* analogos ás *nuraghas* da Sardenha. A par com estas construcções de fórma pyramidal vêem-se outras á maneira de barcos com as quilhas voltadas para cima, e que não são senão as *mapalia* ou *magalia,* que os getulos ou numidas do tempo de Sallustio construiam no seu paiz: «*ædificia oblonga incurvis lateribus tecta quasi navium carinæ sunt* [2].» Os sardos e os iberos usavam a longa tunica negra e roçagante á moda dos médas, que, por este costume, se differençavam dos outros povos nomadas, celtas, scythas e germanos, cujos vestidos se lhes cingiam aos corpos e apenas lhes cobriam

---

[1] Tubino — Mem. cit.

[2] Sallust. Bell. Jugurth. in princip. Ácerca dos talayots e das navêtas ou casas com a fórma de barcos ás avessas da ilha de Menorca veja o artigo do sr. Fernando Duro, no jornal — *La Academia*, n.º 12.

as pernas. Finalmente o *cetra* ou escudo pequeno redondo era usado pelos libycos, iberos e bretões [1].

De quanto deixamos ponderado parece-nos concluir-se com grande probabilidade: 1.° Que na epocha da pedra polida a Peninsula seria habitada pela raça de Cro-Magnon, pelo mesmo tempo existente na parte meridional da França e na septemtrional da Africa; 2.° Que esta raça é ainda hoje representada pelos berébéres; 3.° Que ha tres mil e mais annos os povos libycos e pelasgicos estavam já tão civilisados que podiam invadir o Egypto e medir-se com os exercitos dos pharaós; 4.° Que os habitantes da peninsula Iberica, pelo menos os de certas regiões, deveriam estar tambem similhantemente civilisados, e ter por tanto ultrapassado a edade da pedra.

(*Continúa*)

A. Filippe Simões.

---

[1] Steur — op. cit., tom. 2.°, pag. 118. Rougemont — *L'age du bronze*, pag. 286.

LITTERATURA E BELLAS ARTES

MACHIAVEL

ESTUDO LITTERARIO, MORAL E POLITICO

Questo é il gran segretario fiorentino, *Nicoló Machiavelli*, un uomo dei più grandi che l'Italia, tanto ferace di sublimi ingegni, abbia mai prodotti.

PIGNOTTI.

III

Concluo neste artigo o exame das *Legazioni,* correndo aliás *como um correio que vai de pressa,* pois que desejo arredar o enfado que aos leitores póde advir da continuação demorada de um só assumpto.

— Quando no anno de 1503 exercia Machiavel o elevado cargo de embaixador juncto da côrte pontificia, lavrava em Roma a peste. Arriscada era então a residencia naquella cidade, tanto mais quanto a falta de boa policia e o desleixo da administração clerical eram parte para que se exacerbasse a epidemia, e fosse espalhando perniciosos estragos.

Da correspondencia do secretario Florentino se vê que estava elle desassombrado de terror. Não pedia licença para se retirar de Roma; antes se mostrava possuido de animo, e tão sereno, que até gracejava no meio do temeroso espectaculo que estava presenciando: —*A peste vai fazendo muito bem a sua obrigação: não poupa as moradas dos Cardeaes, nem outras onde se lhe offerece occasião ou proveito.*

— Expulsos tinham sido de Florença os Medicis, e passado havia o poder para Soderini, como *Gonfaloniere* perpetuo da Republica [1].

Um irmão de Soderini era cardeal, e residia em Roma, sendo muito acceito ao papa Julio II, e decidido protector dos interesses de Florença, como era de esperar do seu amor da patria e do irmão. Ninguem melhor do que este cardeal estava no caso de seguir passo e passo e bem de perto o desempenho da missão diplomatica de Machiavel; e d'aqui resulta que tem summo valor o seu testemunho. Aos *Dez* participou elle que só por obediencia ao governo da Republica se deliberara a consentir que o Secretario Florentino sahisse de Roma. Formalmente o recommendou aos *Dez,* nos mais excessivos termos, quaes são os seguintes:

«Consagrem-lhe vossas senhorias uma decidida affeição, por quanto, em pontos de fidelidade, de actividade e de prudencia, nada deixa a desejar.»

— Na propria missão diplomatica, de que ora tractamos, é muito de notar a diligencia que Machiavel empregou em informar cabalmente o seu governo ácerca de Cesar Borgia. Os conselhos

---

[1] Escrevo sempre *Gonfaloniere,* em italiano, e não *Gonfaloneiro*, como tenho encontrado escripto na versão portugueza, por quanto, tractando-se de um cargo especial da Republica Florentina, não deve dar-se-lhe a feição portugueza, que não sôa bem.

Gonfaloniere tanto quer dizer como *Doge.*

Por vezes temos fallado do Gonfaloniere Soderini, — e de passagem diremos que não estava elle na altura do seu cargo. *Imbecille gonfaloniere* lhe chama Pignotti; e até mais tarde fez Machiavel um epigramma, em que argúe a fraqueza de character e incapacidade:

La notte che morì Pier Soderini
L'alma n'andò dell'inferno alla bocca;
E Pluto la gridò: anima sciocca,
Che inferno? va nel limbo dè Bambini.

— Quando Pedro Soderini, na noite em que morreu, chegou á entrada do inferno, bradou-lhe Plutão: Alma tresloucada! que vens fazer ao inferno? Vae para o limbo dos innocentinhos.—

que a tal respeito deu á Republica, leaes e discretos, concorreram para que tivesse o merecido castigo o inhumano e atroz caudilho. Cesar Borgia foi preso em Ostia, e conduzido a Roma, por ordem de Julio II; as suas tropas foram desarmadas na Toscana; realisando-se assim a nobre predicção do Cardeal de Amboise, communicada por Machiavel ao seu governo: *Deus nunca deixa impune crime algum, e quer castigar agora os do Duque...*

E com effeito, Cesar Borgia, desatinado, sollicitou e obteve um salvo conducto para se transportar a Napoles, e em chegando alli, foi por Gonzales de Cordoba (o Gran Capitan) entregue a Fernando, o Catholico.

Eis o modo, verdadeiramente dramatico, por que um escriptor de boa nomeada descreve o final da tempestuosa carreira do abominavel heroe:

«Passados annos, um cavalleiro, de viseira calada, pelejava esforçado contra os subditos rebeldes do Sire d'Albret. Mal ferido na refrega, cahiu por terra, e quando levantaram a viseira, reconheceram o filho de Alexandre VI. Tinha-se evadido da prisão em que por muito tempo o retivera Fernando, o Catholico, e veio alli encontrar mais gloriosa morte do que a que merecia [1].»

— Depois que os Medicis foram expulsos de Florença, foi o Gonfaloniere Soderiri reforçando a sua auctoridade, a ponto de se dirigir a Luiz XII, de França, em seu proprio nome, e de encaminhar os negocios da Republica no rumo da sua politica pessoal, através dos complicados manejos da ambição dos estados que disputavam a preponderancia na Italia.

Ligado com o Imperador da Allemanha contra Julio II, queria tambem estar em bom pé de relações com o monarcha francez,

---

[1] *Italie et renaissance* par J. Zeller.

A prisão a que se refere Zeller é o castello de la Mota em Medina del Campo. Alli esteve encerrado Cesar Borgia por muito tempo, até que pôde lograr evadir-se por meio de afortunado estratagema.

Pignotti *(Storia Toscana)* coincide com Zeller na apreciação da morte de Cesar Borgia, dizendo: *morte troppo onerevole per tanto scelerato.*

no interesse do seu poder e da manutenção da Republica de Florença.

Nesta disposição de animo, ordenou a Machiavel (em missão na França no anno de 1510) que a Luiz XII fizesse sentir que elle gonfaloniere não separava a causa de Florença da de França; que seu irmão, o Cardeal Soderini, nutria os mesmos sentimentos, e se não visitara el-rei, foi porque o Papa lhe não dera licença. Era dever do Cardeal acatar a pessoa do Pontifice, por ser o seu primeiro senhor, e além d'isso por ser Julio II um homem energico e ardente em seus actos, e, pela natureza das cousas, de grande auctoridade perante os principes:

«.... e farai fede a sua Maestà, Monsig. reverendissimo mio fratello essere della medesima opinione e animo, e se non ha fatto suo debito in visitare la sua Maestà, ne è stato cazione che il Papa non gli ha voluto mai dare licenza, al quale bisogna che lui abbia rispetti grandi per essere suo primo signore, ed appresso uomo sì rotto e caldo nelle sue azioni e di tanta autorità, che i Principi gli hanno ad aver rispetto [1].»

Devia Machiavel insinuar a Luiz XII que, para assegurar os seus dominios na Italia, lhe era necessario ter sempre contente o Imperador, desassocegados e em afflicção os Venezianos: d'este modo teria por si o Papa e a Hespanha, porque aquelle não tinha boas tropas, e a esta faltaria uma situação adequada para o prejudicar:

«.... e tutto l'intento di sua Maestà sia volto a due cose volendo stare ben sicuro delle cose sue d'Italia: l'una è tenere contento l'Imperadore, l'altra è tenere affliti i Viniziani; fatto questo, il Papa e Spagna stanno seco, perchè l'uno non ha buona gente, l'altro non ha comodità di offenderlo.»

O Papa causava grande inquietação a Soderini: queria até que Luiz XII estorvasse a Julio II o servir-se de tropas da Suissa,

---

[1] *Opere di Niccolò Machiavelli*, vol. VII. Milano, 1805.
A esta edição das obras de Machiavel recorro em todas as citações italianas que faço.

porque estas e o dinheiro o fariam atrevido; não convinha, porém, que rompesse com o Papa, pela razão de que, se um Pontifice amigo não vale muito, um Pontifice inimigo é assaz nocivo, pela importancia que deriva da egreja, e por não poder mover-se-lhe directamente guerra, sem provocar a inimizade de todos:

«.... che sua Maestà debba fare ogni cosa per non rompere col Papa, perchè un Papa amico non val molto, inimico nuoce assai, per la reputazione che si tira dietro la Chiesa, e per non gli poter far guerra *de directo* senza provocarsi nemico tutto il mondo.»

Machiavel possuiu-se bem das instrucções recebidas, e desempenhou com admiravel tino a melindrosa incumbencia que lhe foi commettida. Todos os despachos relativos a esta difficil missão inspiram o mais vivo interesse, pelo conhecimento que dão de graves negociações, e pela evidencia em que põem a agudeza de engenho do Secretario Florentino, e a sollicitude com que busca esclarecimentos para seguramente informar o seu governo e indicar-lhe a conveniente direcção dos negocios da Republica.

Esses despachos apresentam-nos Machiavel, ora sendo recebido por Luiz XII em audiencia intima, ora em largas entrevistas com os ministros principaes, ora em conversações com os embaixadores extrangeiros, ora em contacto com pessoas diversas que mais ou menos o podessem allumiar.

Por brevidade limitar-me-hei a offerecer á consideração dos leitores uma passagem do despacho em que Machiavel refere o modo por que o recebera Luiz XII na primeira audiencia, e a resposta que o soberano lhe déra. E por quanto este nosso estudo é tambem litterario, registaremos no original toscano essa passagem, como amostra da phrase e estylo do grande escriptor:

«.... Sua Maestà mi ricevè molto gratamente, e mi disse che era certo della fede vostra e affezione verso di lui, perchè da lui voi avevi avuto di molto bene e di molto profitto, ma che gli era venuto ora tempo da esserne più certo, e mi disse: Segretario, io non ho inimicizia col Papa nè con alcuno, ma perchè ogni dì nasce delle amicizie e nimicizie nuove, io voglio che i tuoi Signori, senza dimorare punto, si dichiarino di quello, e di quanto vogliono fare in mio favore, quando egli occorressi che il Papa o

alcun altro molestassi o volesse molestare li Stati miei che io tengo in Italia; e manda uno apposta subito perchè io ne abbi risposta presto, e me lo faccino intendere o a bocca o per lettere come parrà loro, perchè io voglio sapere chi è mio amico o mio inimico, e scrivo loro a rincontro, che io per salvare lo Stato loro offero tutte le forze di questo regno, e venire con la propria persona.»

Como se dissesse:—S. M. recebeu-me com grandes mostras de agrado, e me disse que estava certo da lealdade e affeição da Senhoria, pois que d'elle havieis vós recebido muitos beneficios e proveito. Era, porém, chegada a occasião de necessitar ainda de maior certeza.—Secretario! me disse S. M., eu não estou indisposto com o Papa, nem com alguem; mas como todos os dias estão surgindo amizades e inimizades novas, quero que os teus Senhores, sem detença, declarem o que e quanto podem fazer em meu beneficio, quando se fizer ou pretender fazer aggravo aos estados que eu tenho na Italia. Manda depressa um correio a Florença, afim de que eu tenha uma resposta prompta, e possa conhecer as suas intenções, communicadas de viva voz, ou por escripto, como lhes parecer melhor. O que eu quero é saber quem é meu amigo ou quem é meu inimigo. Dize-lhes tambem que, para salvar o estado, lhes offereço todas as forças d'este reino, e irei pessoalmente em sua defesa.—

Não se limitava o Secretario a transmittir informações e apresentar alvitres, quaes o seu talento e experiencia lhe suggeriram, usava tambem de uma nobre franqueza para censurar hesitações, e recommendar promptidão nas resoluções, *ma bisogna a tutto celerità.*

A Senhoria era tarda em resolver-se; mas o Secretario não se acobardava de lhe repetir que se désse pressa, e aproveitasse a *occasião,* que não dura muito: *E perché l'occasione ha poca vita, conviene vi risolviate presto.*

A cada passo se encontram na correspondencia diplomatica do Secretario Florentino expressões de egual energia, de admiravel concisão e grandemente conceituosas. Batiam-se os francezes na Italia contra os castelhanos, sendo estes commandados pelo Gran-

Capitan, Gonzales Hernandez de Cordoba, que já se havia apoderado de Napoles, e tomado á ponta da espada as fortalezas d'esta cidade: o que tinha forçado os francezes a retirar-se. A Senhoria de Florença queria amiudadas noticias da guerra e Machiavel lhe disse em um dos seus despachos: *Do lado dos francezes ha dinheiro e melhores tropas; os hespanhoes têm por si a fortuna.*

— Se eu consultasse unicamente o meu gosto, demorar-me-hia no estudo de cada uma das missões de Machiavel, e principalmente nas que se referem a Luiz XII, a Julio II (esse vulto immensamente notavel), e ao Imperador da Allemanha. Mas embarga-me o receio de tomar grande espaço nesta *Revista,* repositorio interessante de escriptos de mais elevado tomo.

Vou, pois, concluir o rapido exame das *Legazioni,* para passar ao dos *Discorsi sopra la prima deca di T. Livio.*

— Abonei, logo no principio, com o auctorisado conceito de Lord Macaulay o merecimento politico e litterario da correspondencia diplomatica de Machiavel, e agora encerro o meu humilde trabalho com o testemunho valioso de um historiador e critico italiano:

«Foi Machiavel um homem de Estado, e proveitoso foi o seu serviço a Florença... Na edade de 29 annos foi eleito para o cargo de segundo chanceller dos Senhores, e não tardou em ser nomeado Secretario da Republica, uma especie de ministro dos negocios extrangeiros. As vinte embaixadas que exerceu, juncto do Imperador, do Rei de França, e da Côrte de Roma, mostram bem a conta em que o tinha a Republica. Facilmente se imagina o quão util fosse á patria um homem de tantas luzes: *si può immaginare quanto un uomo dei suoi lumi fosse utile alla patria.*»

Assim se expressa Lorenzo Pignotti no quarto *Ensaio sobre as Lettras, Sciencias e Artes da Toscana.*

José Silvestre Ribeiro.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES NOVISSIMAS

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Rosas pallidas. Narrativas originaes, por Guiomar Torresão, precedidas de uma carta de Thomaz Ribeiro, 2.ª edição, com retrato, 1877. Este volume foi enviado pelo editor, o ex.mo sr. Manuel Malheiro, do Porto.

A Evolução Litteraria, publicação quinzenal de litteratura amena e instructiva, de que é director o ex.mo sr. Carlos Oliveira. Assigna-se para este interessante jornal na rua dos Douradores, n.º 159, 1.º andar, Lisboa.

Revista de Lisboa, jornal politico e litterario. Falta-nos o primeiro numero, e pedimos encarecidamente ao nosso illustrado collega o favor de o enviar ao Instituto.

Está no prelo a *Formosa Lusitania,* por Catharina Carlota Lady Jachson, versão do inglez por Camillo Castello-Branco, edição de luxo, adornada com vinte bellas gravuras representando vistas e monumentos de Portugal. Esta obra publicar-se-ha por cadernetas quinzenaes, contendo cada uma duas folhas de impressão e uma gravura, pelo preço de 250 réis fortes. Assigna-se na Livraria Portuense, rua do Almada, n.os 121-123, Porto.

Archivo bibliographico, n.os 1 e 2. Coimbra, 1877.

Odes et Élégies, par l'Abbé Th. B., ancien professeur au petit-seminaire de Beaucaire, précedées d'une épitre en vers par Jules Canonge.

Revista litteraria do Porto, publicação semanal. N.º 1. Porto.

Boletim da sociedade de geographia de Lisboa. N.º 1, dezembro de 1876.

Sociedade de geographia de Lisboa. Pareceres n.os 1 e 2.

O padre Gonçalves, sinologo portuguez. Noticia bibliographica, por Pereira Caldas.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

Durante os mezes de agosto, setembro e outubro a correspondencia litteraria deve ser dirigida ao sr. Augusto Mendes Simões de Castro, rua do Visconde da Luz, — a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

PORTO 22 9 1877

25
~~XXIV~~ ANNO — AGOSTO DE 1877

SEGUNDA SERIE — N.° 2

SANTAREM 21 9 1877

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
Ensaio philologico — por F. A. Rodrigues de Gusmão ..	49
Origens ethnicas da peninsula iberica — por A. Filippe Simões	56
advertencia — por A. A. F. P.	76
Epitre (poesia) — por L'abbé Th. Blanc	77
Epistola (poesia) — por A. J. Viale	80
Machiavel — por José Silvestre Ribeiro	83
Um inedito de frei fortunato	90

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COIMBRA

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ENSAIO PHILOLOGICO

GOSTO LITTERARIO, COMO SE FORMA

Programma para os Lyceus Nacionaes

I

A palavra *gosto,* no sentido figurado, é termo particular da lingua franceza, que foi introduzido em nosso idioma, com a mesma significação, ha pouco mais de cem annos [1].

Sendo, porém, facil assinar a origem do termo, e a epocha da sua adopção entre nós, é sobremaneira difficil definil-o. É uma expressão vaga, de accepção arbitraria, dando-lhe o valor, que lhe apraz, o escriptor que a emprega.

Sem embargo de ser termo particular da lingua franceza, não se encontra, tomado abstractamente, nem nos versos de Boileau, nem na prosa de Racine, nem nas dissertações de Corneille, nem nos dramas de Molière.

Maravilhou-nos a omissão nestes celebres auctores; se houvessem usado em seus escriptos da palavra *gosto,* ministrar-nos-hiam, por ventura, elementos para determinar o complexo de noções, que devia representar.

Forçoso nos foi explorar outras minas, onde podessemos encontrar algumas piscas do precioso metal, quer dizer, algumas

---

[1] *Obras poeticas* de Francisco Dias Gomes — Elegia x, nota (20), pag. 148.

indicações ácerca do valor do famigerado vocabulo; e, se nas explorações não fomos tão feliz, como desejavamos, não póde, ainda assim, considerar-se de todo improficua a diligencia, porque nos rendeu para este Ensaio taes ou quaes elementos.

II

Na opinião de Laharpe *gosto* póde definir-se *conhecimento do bello e do verdadeiro, sentimento das conveniencias* [1].

«Ha na arte, diz La Bruyere, um ponto de perfeição, como de bondade e maturidade na natureza; o que o sente e o ama, tem o *gosto* perfeito; o, que o não sente e o ama áquem ou além, tem o *gosto* defeituoso.»

«Ha, por consequencia, um bom e um máo *gosto,* e com razão se disputam gostos [2].»

Charles Durand, propondo o espirito como creador do *gosto,* define-o sob este ponto de vista, e explica o sentimento das conveniencias.

«Com o genio descobre-se o sublime; com o talento e o estudo chega-se ao conhecimento e á practica do bello; com o espirito adquire-se o *gosto.*»

«Em si mesmo tem o homem uma consciencia, que o não engana sobre o que é bem e sobre o que é mal; é natural esta faculdade, e a sua consequencia é a probidade. Succede o mesmo com o espirito do homem; tem o poder não de conhecer o que é bem, mas o que é bello. Desenvolve-se esta faculdade com o estudo, uso e educação, e sua consequencia é o *gosto.*»

«Póde, conseguintemente, dizer-se que o *gosto* deriva de uma faculdade, que eu nomearia a *consciencia do espirito.*»

«Esta consciencia do espirito, que nos acompanha no mundo, umas vezes toma o nome de *gosto,* quando julgamos alguma obra;

---

1 Laharpe — *Cours de littérature ancienne et moderne*, tom. 1.er, pag. 8.

2 *Les caractères de la Bruyere*, tom. 1.er, pag. 8.

chama-se outras vezes *tacto,* quando nos sabemos aproveitar de um sem numero de circumstancias; com a sociedade, chama se, algumas vezes, *sentimento das conveniencias;* passa, em muitas outras materias, por *delicadeza de juizo* [1].»

Outro escriptor discorre da seguinte maneira: «A razão humana, não obstante ser uma e identica, toma differentes fórmas, segundo os diversos objectos, a que se applica.»

«Considerada em relação ás verdades accessiveis a todo o ente racional toma o nome de *senso commum.* Quando se exerce nos dominios da sciencia ou da verdade pura toma o nome de *razão especulativa.* Se se exercita nos dominios das verdades moraes em sua relação com a vontade, chama-se *razão practica.* Quando aprecia a belleza nas obras da natureza ou da arte, dá-se-lhe o nome de *gosto,* que preside á sciencia chamada *Esthetica.*»

«O *gosto* esthetico, considerado em geral, é, pois, uma das funcções da razão humana, que nos faz sentir e apreciar o bello, assim nas obras da natureza, como nas producções da arte, e nos trabalhos do espirito.»

Sobreleva em philosophia e perspicuidade a tudo que fica exposto o que a respeito do assumpto escreveram dois celebres Humanistas Portuguezes.

«*Gosto,* em geral, é o conhecimento das bellezas, que se acham espalhadas nas obras da natureza e da arte, em quanto este conhecimento é acompanhado do sentimento. O sentimento é a base do bello e do gosto, ou a commoção, por que se nos faz sensivel [2].»

O *gosto* nas artes, diz Jeronymo Soares Barbosa, é o mesmo que o discernimento nas sciencias, e o juizo nas acções da vida. As funcções são as mesmas, e só os objectos differentes. O das artes é o bello, o das sciencias a verdade, e o das acções da vida

---

[1] *Cours d'eloquence,* etc. par Ch. Durand, tom. second, chap. 6, pag. 190.

[2] *Tractado elementar de philosophia moral* por Antonio Soares Barbosa, tom. 1.º, pag. 32.

o decoro. O discernimento e a intelligencia considera as cousas em si mesmo; o *gosto* por ordem ás nossas sensações agradaveis ou desagradaveis; e o juizo e prudencia, por ordem aos outros, com quem vivemos. Ha espiritos falsos, que crem ver a verdade, onde a não ha. Ha stultos, que julgam decente o que o não é. Tambem ha homens de máo gosto, que crem sentir o bello onde não existe. Assim como, pois, a intelligencia e discernimento nas sciencias é o habito e facilidade de distinguir o verdadeiro do falso; e o juizo o habito de conhecer o que é decente e indecente ás pessoas, logares e occasiões; assim o *gosto nas Bellas Artes é a facilidade e habito de sentir nas obras da natureza e nas suas imitações, o que é bello, e o que o não é; o bello perfeito, e o mediocre* [1].

Por diversas maneiras se exprimem estes eminentes escriptores na manifestação do que entendem por *gosto;* são, todavia, concordes na idêa fundamental, que deve aquilatar o valor do termo.

O conhecimento do bello e do verdadeiro, sentimento das conveniencias; o sentimento e o amor do ponto de perfeição na arte; a faculdade de conhecer o bello; a faculdade de sentir nas obras da natureza e nas suas imitações o que é bello; presuppõem todas estas varias expressões um juizo sobre os requisitos que devem reunir quaesquer productos da arte ou da natureza, para attingirem o maximo gráu de perfeição nas suas respectivas espheras, e gerarem o *gosto.*

O cunho do *gosto* poderá sellar uma obra, quando reunir o maximo numero de perfeições da sua ordem; e será optimo juiz, para o contrastar, o que estiver habilitado para apreciar esse complexo de perfeições.

Das definições referidas a que nos parece mais adequada é a de J. S. Barbosa: *gosto nas Bellas Artes,* diz o celebre philologo, *é a facilidade e habito, de sentir nas obras da natureza, e nas suas imitações o que é bello, e o que o não é.*

---

[1] *Poetica de Horacio*, traduzida e explicada por Jeronymo Soares Barbosa, pag. 46.

Diz nas Bellas Artes, porque no seu numero entra a poesia; póde, porém, applicar-se ás Bellas Lettras, as quaes, além da poesia, comprehende a Eloquencia e a Historia.

Fica, pois, definido *Gosto Litterario.*

Cumpre-nos, agora, indicar os meios, pelos quaes se adquire a *facilidade e habito de sentir o que é bello,* ou, por outras palavras, expor *como se fórma o gosto.*

III

Suppostas as disposições naturaes, adquire-se *o habito de sentir, nas obras da natureza e nas suas imitações, o que é bello,* com o exercicio e com a observação.

Dirige-se a observação tanto á natureza bella, como ás imitações que mais perfeitamente a representam.

Não é a arte outra cousa mais que a theoria e collecção razoada d'estas observações, que nos ensinam a distinguir o bello apparente do verdadeiro, o perfeito do mediocre.

Sem estas regras e idêas distinctas o habito, como instrumento cego, confunde muitas vezes uma cousa com outra; e daqui provém a differença dos sentimentos e gostos sobre o mesmo objecto, ao mesmo tempo que não ha senão um verdadeiro.

As leis geraes do *bom gosto,* das quaes todas as regras não são mais que consequencias, reduzem-se a duas brevissimas, que Quintiliano *Inst. Or.* VIII, 3, 71, dá d'este modo:

> *Naturam intueamur. Hanc sequamur.*
> *Observar a natureza bella, e Imital-a bem* [1].

É, na verdade, o *gosto* um habito de julgar do que é bello, como já dissemos. Ha, porém, um *gosto bom,* e um *gosto máo;*

---

[1] *Poetica de Horacio,* traduzida e explicada por Jeronymo Soares Barbosa, pag. 46.

aquelle aprehende o bello verdadeiro, este deixa-se illudir do falso, e apparente. Que faz, pois, a arte? Fórma o *bom gosto,* para este poder servir de guia segura ao genio. E como se fórma? Ensinando as regras constantes e invariaveis do bello natural, que os artistas, como seus imitadores, devem seguir. Mostrando depois nos poemas de *bom gosto,* que a observancia exacta d'ellas é a causa, porque agradaram a todos, em todo o tempo, e em todo o logar.

Dadas d'este modo idêas distinctas da verdadeira poesia, com a applicação d'ellas a tal e tal poema, o discernimento se augmenta, e fixa pela comparação do *bello* perfeito com o mediocre, e do verdadeiro com o apparente. Da comparação se segue o prazer ou o desprazer, e este sentimento é o *gosto* formado pelas mãos da arte.

Assim como, pois, se podem ensinar as sciencias, assim se podem dar lições do *gosto;* e não é cousa rara ver um homem, antes insensivel ás bellezas da arte, tornar-se com aquellas lições ao principio amador, depois intelligente, e a final bom juiz.

D'este modo a arte, formando o *gosto,* prepara ao genio uma guia digna d'elle.

Á poesia continúa Soares Barbosa a referir-se nas passagens transcriptas, esta doutrina é, porém, egualmente applicavel á Eloquencia.

«Para *formar o gosto,* diz Charles Durand, o meio mais conveniente é o estudo profundo dos melhores escriptores [1].»

«É o habito e a escolha da leitura quem mantém o *gosto* do bello e o amor da verdade, affirma Laharpe [2].»

Alludindo á reforma litteraria de el-rei D. José, disse o Abbade Corrêa da Serra: «Foi a leitura dos classicos antigos, e dos modelos francezes, inglezes e italianos, que veio purificar o *gosto* [3].»

---

1 *Cours d'eloquence* cit. pag. 190.

2 *Cours de littérature* cit. pag. 32.

3 *Memoria ou vista rapida sobre o estado das sciencias e das Bellas Lettras em Portugal,* etc. *Primeiro ensaio sobre a historia litteraria de Portugal* por Francisco Freire de Carvalho, pag. 417.

Dirigindo-se aos Arcades, deu-lhes este conselho Pedro Antonio Corrêa Garção: «Tractai de formar um systema de *bom gosto* pelas mais irrefragaveis regras da Poesia e da Eloquencia [1].»

Da resenha d'estas breves sentenças e doutrina exposta deduz-se este principio geral:

Para formar o gosto litterario é necessario o estudo profundo dos melhores escriptores, e o conhecimento cabal dos preceitos da Rhetorica e da Poetica, derivados d'esses famosos codigos, que nos legou a sabia antiguidade, illustrados pela critica dos philologos modernos.

F. A. Rodrigues de Gusmão.

---

[1] *Obras poeticas* de Pedro Antonio Corrêa Garção — *Oração segunda*, pag. 362.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ORIGENS ETHNICAS DA PENINSULA IBERICA

(Continuado do n.º 1, paginas 41)

II

Summario:—Se os vasconços descenderão dos beréberes.—Insufficiencia das provas allegadas.—Hypotheses da unidade e da pluralidade iberica.—Razões favoraveis a esta ultima.—A philologia e a historia.—A Iberia do Caucaso comparada com a peninsula Iberica.—Os iberos e os povos com quem estavam relacionados.—Difficuldade de determinar os antigos povos peninsulares.—Asserções vagas dos auctores.—Necessidade de resolver o problema por methodos novos.—Até que ponto as invasões historicas esclarecem as prehistoricas.—O Mediterraneo e o Atlantico, vias principaes por onde vieram as civilisações á Peninsula.—Relacionam-se estas vias com as duas correntes das emigrações asiaticas.—A distribuição geographica dos dolmens peninsulares characterisa uma das civilisações, vindas pelo Atlantico.—Os monumentos pelasgicos characterisam outra, vinda pelo Mediterraneo.—Antinomia d'estas duas civilisações.—Outras antinomias entre o occidente e o oriente já nos tempos historicos.—As mais antigas das minas de cobre.—Analogias entre os povos antigos da Iberia e os da America.—A civilisação da epocha do cobre.—Os ciganos e os antigos fundidores do cobre e do bronze.

Broca e outros dos modernos propendem, já o dissemos, para classificar os vasconços entre os representantes actuaes da raça de Cro-Magnon, que, nos tempos prehistoricos povoara o sudoeste da França, a peninsula Iberica e o norte da Africa. Nesta hypothese os vasconços seriam pois os ultimos restos dos antigos beréberes, que em epochas remotas passariam da Africa á Europa.

A dolichocephalia dos craneos dos antigos e modernos habitantes das provincias vascongadas é o unico facto até hoje conhecido e allegado em favor de tal idêa. Ora a insufficiencia d'esta prova demonstra-se claramente, porque, se os vasconços, por serem dolichocephalos, descendessem dos antigos beréberes ou da raça de Cro-Magnon, seguir-se hia que todos e quaesquer craneos dolichocephalos pertenceriam á mesma raça: o que seria absurdo. Por outra parte sabe-se hoje que os vanconços francezes são brachycephalos [1]. Por consequencia tão licito parecerá suppôr que os vasconços, primitivamente dolichocephalos, se tornariam, em parte, brachycephalos por effeito dos cruzamentos, como affirmar a inversa, isto é, que os vasconços primitivos teriam sido brachycephalos, e que, por influencia de raças extranhas, se tornariam depois, na região mais sujeita a essas influencias, dolichocephalos. A esta consideração accresce outra não menos ponderosa, e vem a ser que a similhança da lingua vasconça é com idiomas asiaticos e americanos e não com os da Africa septemtrional.

A opinião mais geralmente seguida é ser o euskara a lingua ou antes um dos idiomas dos antigos iberos, que se conservaria entre os vasconços pela resistencia maior que estes povos offereceram á dominação romana, e por serem aquelles em quem menos sensivel se tornou a sua influencia modificadora [2].

---

[1] A dolichocephalia dos vasconços hespanhoes e a brachycephalia dos vasconços francezes constam das tabellas publicadas por Topinard e por Quatrefages nos livros *L'anthropologie* e *L'espèce humaine.*

[2] Esta opinião tem sido em todos os tempos e pela maior parte dos auctores geralmente seguida. Entretanto o atrazo da philologia e da archeologia peninsulares não permitte ainda formular qualquer demonstração rigorosa. O que por ora se sabe dos costumes e linguagens dos povos que habitavam a Peninsula é tão pouco e tão incerto, que não ha que extranhar vermos na actualidade uns, como Luchaire, sustentarem que o euskara seria a lingua dos antigos iberos que povoavam a Peninsula e a Aquitania, e outros, como Sayce, affirmarem que as inscripções celtibericas não se parecem nada com aquelle mesmo idioma dos vasconços. Vej. *La Academia*, tom. 1.º, pag. 370 e 238.

Tomando por fundamento as provaveis analogias entre os modernos vasconços e os antigos iberos, pretendeu Guilherme de Humboldt reduzir ao euskara de hoje as designações locativas das regiões da Peninsula que suppunha haverem sido habitadas por estes povos. Este systema, segundo o qual os antigos iberos constituiriam um povo unico e com uma só lingua, teve numerosos sectarios durante muitos annos. O *iberismo* oppunha-se ao *celticismo,* pois affirmava que na Peninsula, depois de invasão dos celtas, prevalecera a lingua e o character iberico.

Mas recentemente Charnock, Van-Eys e outros têm provado o muito que Humboldt se afastara da verdade nas suas interpretações philologicas [1]. Em vista dos interessantes resultados da critica moderna, a hypothese da unidade cede o passo á hypothese da pluralidade dos povos ibericos. Os resultados obtidos pelos philologos estão concordes com as indicações da historia. Com effeito, escriptores de todas as epochas descrevem-nos os iberos, os habitantes das varias regiões da Iberia, com costumes, nomes, idiomas e alphabetos differentes [2]. As tradições restantes dos

---

[1] F. M. Tubino — *Los Aborigenes ibericos.*

[2] Strabão affirma que os iberos usavam não sómente de muitos dialectos, mas tambem de alphabetos diversos; lib. III, pag. 139, lib. IV.

Anteriormente aos povos da Peninsula dominados pelos romanos, seis ou cinco seculos antes de Jesus Christo, os *tartessos* habitavam ao meio-dia, desde o Guadalquivir até ao Segura, ao norte de Carthagena. Os *cunétos*, vizinhos dos tartessos, habitavam ao occidente as margens do Guadiana, e dilatavam-se pelo litoral até ao cabo de S. Vicente.

Ao norte dos cunétos habitavam os *kempsos,* dilatando-se até aos Pyreneus, pelos arredores da provincia de Guipuscoa.

A leste os *gletos* entre os Pyreneus e o Ebro.

Perto dos gletos, no interior das terras, os *vascões* sobre o Ebro, e os *ceretos* ao pé dos Pyreneus.

No litoral do Mediterraneo, ao sul dos Pyreneus, os *indiketos.*

No interior das terras, entre os tartessos ao meio-dia, os gletos ao norte, e os kempsos a oeste, habitavam os *etmanei* da *Ora maritima,* talvez os mesmos que os *edetarios* de Strabão, os quaes mais tarde viriam ás praias do Mediterraneo.

No VI seculo antes de Christo os liguros occupavam os dois extremos da

iberos representam-os divididos em tribus, sem grandes relações entre si, ao que obstavam a diversidade de sangue e de linguagem. Quando os celtas invadiram a Peninsula, a maior parte d'essas tribus não chegaram a confederar-se contra o inimigo commum. Algumas até se alliaram com elle contra os povos vizinhos; outras permaneceram solitarias e impassiveis no meio da conflagração geral.

Apezar do influxo de sangue extranho, já de celtas, já de phenicios, já de carthaginezes nos povos peninsulares, os romanos encontram tamanhas difficuldades para subjugar a Iberia, como para unifical-a sob o imperio das mesmas leis. Ora vencedores, ora vencidos, luctam por espaço de dois seculos, e, sómente Julio Cesar consegue emfim fazer acceitar as leis romanas e o mesmo governo aos povos subjugados.

Durante quatro seculos mantem-se a união da Peninsula pela força das armas, e mais ainda pelo commum interesse dos seus habitantes em conservar a civilisação que Roma lhes impozera e ao mundo antigo. Mas, depois da destruição do imperio, rotos os laços que estreitavam os povos, renovam-se as sub-divisões da Hespanha em pequenos estados, differentes uns dos outros pelas religiões, leis e costumes. Mais tarde, estabelecida a unidade religiosa, o elemento monarchico chega a ligar por vezes num só todo as varias partes desaggregadas. Mas a esta força oppõem-se sempre mais ou menos, por uma ou por outra fórma, as resistencias derivadas das differenças originaes. Ainda hoje a Hespanha

---

cordilheira dos Pyreneus, a leste perto de Ampurias, a oeste as cercanias de Bayona. Dilatar-se-hiam até ás fontes do Betis ou Guadalquivir, onde era a lagôa ligustica. D'Arbois de Jubainville, *Les premiers habitants de l'Europe*. Paris, 1877.

Mais tarde acham-se mencionados pelos auctores os povos seguintes, dos quaes alguns nomes manifestamente correspondem aos anteriores: *Arevacos, astures, ausetanos, autrigones, bargusios, bastitanios, berones, caristios, carpetanos, celtiberos, cerratanos, coniscos, contestanos, cosetanos, cimeos, ilergetes, icarcitanos, indigetes, lacetanos, laletanos, lusones, murgobos, obcades pelendones, pesicos, tartesios, turdetanos, turdulos, vacceos, vardulos* e *vettones*. Lafuente — *Hist. gen. de España*, tom. 1.º, Apend.

se esforça para conservar unidas as suas provincias, e para obrigal-as a se regularem pelos mesmos codigos, e a se organisarem pelos mesmos principios administrativos. Difficil empresa! Hoje, como em epochas passadas, resistem poderosamente a esse grande esforço os sangues diversos que gyram nas veias dos peninsulares. A pluralidade das origens dos velhos iberos ainda agora se patentêa nos ultimos dos seus descendentes!

Demonstrada, em opposição á unidade, a pluralidade iberica, segue-se naturalmente investigar que povos seriam esses collectivamente designados pelo nome de iberos. E primeiro que tudo vejamos até onde se póde determinar a origem da palavra Iberia.

Juncto do Caucaso, na lingua de terra que separa o mar Negro do mar Caspio, no logar actualmente occupado pela Georgia, houve um paiz homonymo com a Peninsula. Chamavam-lhe os latinos *Iberia* e *iberes* ou *iberi* aos seus habitantes. Muitos rios a regavam, em cujos areaes, bem como nos dos rios de Hespanha, diziam antigos auctores abundarem palhetas de ouro. A um d'elles, o rio Arak, chamavam *Arago,* nome commum ao affluente do Ebro na Hespanha. Em correspondencia a este ultimo, citava Strabão o rio Ibero. Finalmente ambas as Iberias, ricas de metaes, foram exploradas em eras remotas.

Acham interpretadores da Biblia que a Iberia do Caucaso, e não a nossa como erradamente escreveram auctores portuguezes e hespanhoes, teria sido povoada por Tubal e Mesec, filhos de Japhet e netos de Noé. Nos dois irmãos personificava Ezechiel os Scythas que em tempo de Cyaxara reinaram na Asia Anterior, e tinham por berço a Scythia iberica, e concorriam com vasos de bronze aos mercados de Tyro. Alguns dos antigos, desde Homero, qualificam de grandes exploradores e fabricantes de metaes os povos da Iberia Caucasica ou das regiões proximas, abundantes de minas de prata, cobre, ferro, etc. Os Chalybes, habitantes do paiz de Thermodoon, inventaram o processo de temperar o aço, designado entre os gregos usualmente pelo nome dos inventores [1].

---

[1] Rougemont — *L'âge du bronze*, pag. 168 e seg.

Taes analogias suscitam naturalmente a idêa de que um povo, emigrado da Iberia do Caucaso, estabelecendo-se nas regiões do nordeste da Hespanha, ahi continuaria a explorar os metaes, applicando a certos rios e por ventura a outros logares os nomes dos rios e logares que tinha deixado, e designando todo o paiz que viera occupar, ou antes explorar, com o nome de Iberia, por se chamar assim o seu proprio paiz natal. A preponderancia d'este povo faria depois com que se extendesse a toda a Peninsula e ainda mais além o nome da parte onde elle dominava.

Na antiguidade havia já quem seguisse esta opinião. Outros eram porém pela contraria, sustentando que os iberos da Europa teriam colonisado e denominado a Iberia da Asia. Outros finalmente julgavam que entre os iberos da Asia e os da Europa não havia similhança nenhuma nem na linguagem nem nos costumes, e só o nome seria commum. Appiano, contemporaneo de Trajano e de Marco Aurelio, menciona todas estas tres opiniões [1]. A primeira é a mais geralmente seguida; porém não falta quem prefira a ultima, estribando-se nos characteres iranios dos iberos asiaticos, e na falta de taes characteres entre os iberos occidentaes, que pertenceriam a uma raça extranha ao grande tronco indo europeu [2]. A verdade é que, na actualidade, a anthropologia não sabe ainda com certeza classificar estes povos. Ha razões para crer que seriam formados pela mistura da raça turania e da irania. Emfim os argumentos philologicos até hoje apresentados não têm mais força que todas as analogias que mencionámos, como provas da procedencia caucasica dos iberos europeus, e particularmente quando se pretende substituir aquella origem pela incertissima Atlantida de Platão [3].

A Iberia e os iberos apparecem-nos na transição da prehistoria

---

[1] Mithridates, 101, cit. por D'Arbois de Jubainville.

[2] D'Arbois de Jubainville, *Les premiers habitants de l'Europe.* Paris, 1877, pag. 304 a 307.

[3] Tal é o systema recentemente proposto e defendido por D'Arbois de Jubainville no livro citado.

para a historia sem que se lhes possa rastrear as origens. Os mais antigos dos geographos gregos chamavam Iberia ás regiões para áquem do Rhodano. Assim o declara Strabão [1]. Com effeito, Eschylo, escriptor do seculo v antes de Jesus Christo, e Avieno, que escreveu a *Ora maritima* no seculo IV da nossa era, porém com documentos pouco posteriores á fundação de Marselha pelos annos de 600 antes de Christo, indicam o Rhodano como limite da Iberia.

Mas, por outra parte, não faltam egualmente razões para crer que os antigos chamavam em particular iberos aos habitantes do litoral mediterraneo desde o Segura até aos Pyreneus [2]. Parece por tanto que o nome de iberos, pertencendo primitivamente a estes povos, se extenderia depois a outros que no resto da Peninsula, e ainda para alem dos Pyreneus, se alliariam com elles, e mais por interesses commerciaes ou outros do que por similhanças ethnicas.

No tempo da guerra de Troya, onze ou doze seculos antes de Christo, os siculos invadiam a Sicilia e expulsavam os sicanos. Ora a origem iberica dos sicanos é attestada por Thucydides, Philisto de Syracusa, Ephoro, Dyonisio de Halicarnaso e outros [3]. Os primeiros d'estes auctores concordam em que os sicanos habitavam na Iberia nas margens de um rio chamado Sicano, que, segundo a opinião geral, seria o Jucar, que desemboca no Mediterraneo ao sul de Valencia. Avieno e Hecateu fallam de certa cidade chamada Sicana, que no seculo VI antes de Jesus Christo existiria nas margens de um rio [4].

Alguns dos nomes dos povos antigos parece derivarem dos rios, cujas margens elles habitavam. Assim é que os *tartessos* tomariam o nome do rio *Tartesso,* hoje Guadalquivir; os *sordos,*

---

1 Strabão, lib. III, cap. 4.º, § 19.

2 Neste systema os iberos differençar-se-hiam dos tartessos, cunetos e kempsos, e comprehenderiam os *glétos*, os ceretos, os vascões e os indiketos.

3 Citados por Masdeu — *Hist. critic. de España,* tom. 2.º, pag. 303 e 304.

4 D'Arbois de Jubainville op. cit.

sordones ou *sardones* do rio Sordo da Gallia Meridional, perto dos Pyreneus: os *sicanos* do rio *Sicano,* hoje Jucar; e finalmente os *iberos* do rio *Ibero,* hoje *Ebro,* que percorre as provincias hespanholas de Aragão e de Catalunha.

Induzidos pelas similhanças onomasticas, pretendem alguns que os sardos seriam tambem iberos. Dos sordones ou sordos das costas do Mediterraneo, ao norte dos Pyreneus, procederiam os sardos. Estes, com o nome de *Shardana* apparecem já mencionados nos monumentos egypcios do seculo XIV antes de Jesus Christo, ao que nos referimos no capitulo antecedente. Na Corsega menciona Seneca os iberos que fallavam e trajavam á moda dos cantabros da Hespanha [1]. Como hespanhol que era por nascimento, Seneca não deveria enganar-se em tal observação. Comtudo, na opinião de outros, os sardos antes pertenceriam á familia dos liguros.

Aqui temos outros povos, antigos como os iberos, com elles relacionados e cujas origens são egualmente obscuras. Muito antes da guerra de Troia, alguns dois mil annos talvez antes do nascimento de Christo, os liguros, segundo Thucydides, expulsavam os sicanos das margens do rio Sicano da Iberia e os obrigavam a refugiar-se na Sicilia [2]. Avieno refere as fontes do Tartesso ou Betis ou Guadalquivir á lagôa ligustica [3]. Ora, as fontes d'este rio correspondem ás abas das serras que pelo oriente limitam a provincia de Jaen, ao norte das quaes, na provincia antiga de Murcia, passa o rio Jucar, em direcção ao Mediterraneo, onde desagúa ao sul de Valencia. Concordam por tanto os dois textos, seis seculos anteriores a Jesus Christo, na região da Peninsula que os liguros habitavam. Accrescente-se ainda que Estevam de Byzancio, compilador do seculo VI da era christã, soccorrendo-se provavelmente de documentos muitos anteriores, põe não longe do mesmo rio Tartesso a cidade de *Ligustina,* cujos habitantes diz

---

1 Seneca — *Consolatio ad Helviam.*

2 Thucydides, I, VI, cap. 2.º

3 Avieno — *Ora maritima.*

serem *liguros* [1], e ter-se-ha a convicção de que estes povos occuparam uma parte determinada da Peninsula.

O imperio dos liguros dilatou-se pela Gallia e pela Italia, particularmente pelas regiões litoraes mediterraneas até ao rio Arno. No periplo que chamam de Scylax, anterior a Aristoteles, distinguem-se os liguros propriamente dictos, que habitavam a leste do Rhodano, dos liguros e iberos misturados, que habitavam para a parte do occidente, entre o Rhodano e Ampurias, cidade da provincia hespanhola da Catalunha [2].

Tacito no primeiro seculo da era christã classificava os siluros da Grã-Bretanha entre os povos ibericos, por terem a côr morena e os cabellos crespos dos iberos. Suppunha-os oriundos da Hespanha. A *Ora maritima* confirma até certo ponto o parecer de Tacito, mencionando na Hespanha o monte Siluro [3]. A côr morena, o cabello farto e crespo eram geralmente considerados como characteres ethnicos dos iberos. Num epigramma que o ciume inspirara a Catullo, apostropha este poeta a um celtibero nos termos seguintes: «... Ó filho cabelludo da Celtiberia, Ignacio, que não tens outro merito senão o de possuires uma barba espessa e uns dentes que fazes alvos á força de fricções de urina [4]....»

Se attendermos a que os liguros são geralmente havidos como iranios, e á presupposta origem caucasica dos iberos, acharemos grande difficuldade em separar completamente do tronco iranio ou indo-europeu os iberos. Por outra parte não se póde tambem negar a existencia dos characteres ethnicos referidos e de outros, que differençam os iberos dos povos decididamente iranios, em meio dos quaes viviam. Mais adiante se verá que taes factos se explicarão plausivelmente, admittindo que os iberos resultariam da fusão das raças mongolica e caucasica, para o que estavam

---

1 Edição Westermann, pag. 184, cit. por D'Arbois de Jubainville, pag. 242.

2 D'Arbois de Jubainville, op. cit., pag. 241.

3 Tacito, *Agricola*, cap. II. Avieno, *Ora maritima*, vers. 433.

4 Ad Contubernales, Carm. XXXVII.

adequadamente situadas as regiões que separam o mar Caspio do Mar Negro, berço provavel dos iberos occidentaes.

Mas estes povos ninguem hoje poderá sustentar que fossem os primitivos da peninsula Iberica, habitada já na edade da pedra, como se prova pela paleontologia humana e pela archeologia prehistorica. Os homens de San Isidro e da Cesareda não seriam por certo iberos, e já na edade dos metaes é possivel que tambem o não fossem os primeiros dos exploradores do cobre, como adiante veremos. Quaes seriam pois os predecessores dos iberos? É muito para notar-se que, na epocha da pedra polida, no tempo em que as cavernas serviam de habitações ou de sepulturas, a analogia dos objectos encontrados numa caverna da Alhama de Granada, na Andaluzia, e noutra caverna de Dijon, em França, auctorise a suppôr que povos da mesma raça ou representantes da mesma civilisação habitariam estas duas partes remotas, mas comprehendidas na região que mais tarde foi conhecida pelo nome de Iberia, tomada esta palavra na mais lata das suas accepções. Catão o antigo pretende que os medas, persas e armenios fossem os primitivos dos habitantes da Peninsula. Na opinião de Herodoto seriam os syginnos. Mas a verdade é que todo o exame e discussão dos textos dos auctores não chegarão a dar-nos outras indicações mais que as que deixámos expostas com relação aos iberos.

As memorias escriptas, só por si, não bastam pois para a determinação dos povos que em epochas remotas, anteriormente aos iberos, habitaram a Peninsula. A solução do problema ficará reservada á critica moderna, que, pela interpretação racional dos factos, achará a luz que nos falta em tantas trevas. Á philologia sobre tudo compete subministrar-nos os principaes dos elementos para a historia verdadeira e positiva das origens ethnicas. Mas o atrazo d'esta sciencia, na parte respectiva á Peninsula, priva-nos por ora dos seus poderosos recursos. Egual importancia tem neste ponto a archeologia. São poucos tambem os subsidios que ella nos presta, mas ainda assim os unicos de que podemos lançar mão neste estudo interessante.

Primeira e previamente, para fazer idêa do numero, importancia

e procedencia das invasões prehistoricas, importa-nos considerar aquellas que se effeituaram já nos tempos historicos [1]. Ora estas ultimas foram de povos que se distribuem naturalmente por tres classes principaes: 1.ª Africanos (phenicios, carthaginezes e mouros); 2.ª Asiaticos (iberos, celtas, arabes e alguns dos barbaros da edade media); 3.ª Europeus (gregos, romanos, outros dos barbaros da edade media e normandos). Effectuaram-se tantas invasões no espaço de trinta seculos, pouco mais ou menos. Por tres vias differentes entravam os invasores na Peninsula. Pelo Mediterraneo, a mais freqnentada de todas, viriam os iberos, os phenicios, os carthaginezes, os gregos, e algumas vezes os romanos e os normandos. Pelo Atlantico, celtas, normandos e outros dos povos septemtrionaes. Pelo Atlantico e pelo Mediterraneo, por uma e por outra parte do Estreito de Gibraltar, arabes e mouros. Emfim pelos Pyreneus entrariam por algumas vezes os celtas, romanos e barbaros.

Pelas invasões historicas impossivel será especificar as prehistoricas. Mas o que das primeiras se conclue relativamente ás segundas é que deverão ter sido frequentes e effectuadas, pela maior parte, pelas duas vias maritimas: pelo Mediterraneo e pelo Atlantico. Ora estas duas vias relacionam-se naturalmente com as duas correntes principaes das emigrações dos povos, que directa ou indirectamente vieram da Asia para a Europa. As regiões da Asia, d'onde em geral se suppõe terem partido as antigas emigrações, formam um vasto espaço circumscripto por duas grandes cordilheiras, a do Altai ao norte e a do Himalaya ao sul. Pondo de parte, por divergentes em relação á Europa, as irradiações para o nordeste e para o sueste da Asia, restam aquellas que se

---

[1] Seguimos o mesmo methodo, que tão vantajosamente Lyell applicou á geologia. Apezar da diversidade de condições em que operam as forças physicas e o homem, ainda neste caso se prova a analogia das invasões historicas com as prehistoricas. Identidade não ha, como entre as causas geologicas actuaes e as antigas. Mas essa mesma analogia nos basta para as conclusões a que pretendemos chegar.

effectuaram para as partes de oeste ou para a Asia Menor, Egypto e Africa septemtrional; e para as partes de noroeste ou litoraes do Baltico e do mar do Norte. Ora d'estas duas vias a primeira foi por certo a das mais antigas das emigrações. Tudo as favorecia por este lado. Eram muito menos os obstaculos naturaes, as distancias tambem menores, e finalmente muito mais doce o clima e a terra mais fertil, além de outras condições, todas conformes ao desenvolvimento da civilisação. Por isso os paizes, onde primeiramente se manifestou, e até com grande antecipação relativamente á Europa, foi na Assyria, Babylonia e Egypto.

As emigrações dos africanos ou beréberes e dos asiaticos, vindos pelo Mediterraneo, devem pois ter precedido quaesquer outras. A dos beréberes póde até reportar-se a epochas anteriores á descoberta da navegação, ao tempo em que a Europa estaria ainda unida á Africa, pela Sicilia ou pelo estreito de Gibraltar. D'esta sorte se explicaria a distribuição geographica da antiga raça de Cro-Magnon e de especies de animaes africanos desde o meio da França até ao deserto do Sahara [1].

Os povos emigrados da Asia pela parte de noroeste occupariam primeiramente as costas do Baltico ou do mar do Norte. Depois dilatar-se-hiam pelas costas occidentaes da Europa, pelas ilhas Britannicas, pela França, e afinal pela peninsula Iberica. A via dos Pyreneus seria menos frequentada, porque ás difficuldades, resultantes dos obstaculos naturaes, accresceriam as resistencias offerecidas por povos da mesma raça, que habitassem áquem e álem da cordilheira. A arte, auxiliada pela natureza, deveria formar por aquella parte uma barreira fortissima a quaesquer invasores, que, vindos de longe, intentassem penetrar na Peninsula. Mas da parte do mar não havia taes difficuldades. Na epocha da pedra polida practicava-se já a navegação entre o norte da Africa ou o meio-dia da Europa e as regiões septemtrionaes d'este conti-

---

[1] Quatrefages — *L'espèce humaine.*

nente [1]. A distribuição geographica dos dolmens, que pela maior parte occupam os litoraes e as margens dos rios, prova-nos que a civilisação que elles representam se propagaria essencialmente pela navegação. Na Peninsula formam uma longa faxa semi-circular, uma cintura megalithica, extendida desde a parte mais interna do golfo de Biscaia até ao cabo de Gata, occupando assim as provincias de Alava, Santander, Galiza, o reino de Portugal e a Andaluzia. A largura d'esta faxa extensa, numas partes será pouco maior, noutras, pouco menor que a largura maxima do reino de Portugal, tomada, como é costume, entre Campo-maior e o cabo da Roca.

Bastará, por tanto, a consideração da cintura megalithica da Peninsula para provar que a civilisação dolmenica deve ter vindo pelo mar. Mas a cintura não é completa; interrompe-se desde o cabo de Gata até ao cabo de Creus, isto é nas regiões orientaes, nas provincias de Murcia, Valencia e Catalunha. Qual seria pois o obstaculo á propagação dos dolmens por tamanha extensão de terra, que, por ser banhada pelo mar, estava em condições tão favoraveis como o restante litoral para receber a nova civilisação? Foi uma civilisação anterior, que trouxeram pelo Mediterraneo povos emigrados pelo oeste da Asia, em quanto a outra, a dos dolmens, deve ter correspondido áquelles que emigraram pelo noroeste e vieram á Peninsula pelo Atlantico.

D'esta sorte a civilisação dos dolmens caminharia do norte para o sul, hypothese, contra a qual têm objectado a maior perfeição e variedade dos objectos encontrados nos dolmens do norte em relação aos extrahidos dos dolmens do sul. Mas este facto, apezar de verdadeiro, não constitue prova evidente. Por quanto, havendo a edade da pedra, e em geral os tempos prehistoricos, durado por mais tempo nos paizes septemtrionaes que nos meridionaes, é claro que o costume de construir os dolmens deveria tambem conservar-se até mais tarde. Por isso, tendo mais

---

[1] Com factos, citados por Lyell e Quatrefages, se demonstra a existencia da navegação atlantica na epocha da pedra polida.

tempo de progredir, a industria humana deixaria vestigios mais perfeitos, correspondentes a uma epocha posterior da sua evolução.

Não faltam para contrapôr aos dolmens outros vestigios materiaes das antigas civilisações, vindas pelo Mediterraneo. São os monumentos cyclopeos, cuja origem se encontra na Asia Menor, na Bithynia, segundo a opinião de Mimaut [1]. Depois continuam pela Arcadia, Epiro, Grecia, Italia, Sicilia, Sardenha e ilhas Baleares. Na Peninsula, diz Rougemont, seguem-se por Tarragona, Sagunto e mais para o interior até Toledo [2]. Mas o que melhor nos convence da incompatibilidade das duas civilisações vem a ser a lei da antinomia dos seus vestigios respectivos. Na Asia, da mesma sorte que na Europa, onde ha dolmens faltam as construcções cyclopeas, onde restam vestigios das segundas faltam os primeiros.

A esta, como a toda e qualquer regra geral, se descobrirão de certo algumas excepções. Nas ilhas Baleares, por exemplo, vêem-se as *mapalias* ou *navetas* e os *talayots,* monumentos cyclopeos, e a par com elles os dolmens e os menhires. Na Andaluzia acham-se tambem dolmens e muralhas cyclopeas, como as do Castello de Ibros em Jaen. Mas estes dolmens, bem como os das Baleares, parecem menos antigos que os de Portugal. Na *Cueva de la pastora* ha uma galeria subterranea, cuja camara circular é coberta á roda com pedras, dispostas á maneira d'aquellas que formam a abobada de escalão (encorbellée), e por cima e no centro acaba de cobril-a uma lage dolmenica [3]. Ora, se esta singular construcção é, com effeito, uma abobada incompleta, mostraria a fusão dos dois estylos, porque a abobada, inteiramente extranha á architectura dolmenica, encontra-se muitas vezes pelos monumentos cyclopeos. Na mesma região se operou em tempos muito posteriores uma similhante fusão entre o estylo christão ogival e o estylo mahometano egualmente incompativeis.

---

[1] Mimaut — *Histoire de Sardaigne,* citado no *Bulletin de la Société d'anthropologie de Paris,* tom. 5.º, pag. 22.

[2] Rougemont — *L'âge du bronze,* pag. 73.

[3] Tubino — *Los aborigenes ibericos.*

Da lei da antinomia dos dolmens com as construcções cyclopeas claramente se deprehende o terem sido contemporaneos, porque duas civilisações sómente poderiam repellir-se na mesma epocha e não em epochas differentes. Prova-se porém, até certo ponto, mais directamente este facto, porque em excavações, feitas em nuraghas da Sardenha e em talayots das Baleares têm apparecido armas de silex e de bronze [1]. Assim, ao tempo em que os introductores do estylo dolmenico abicavam ás praias occidentaes da Peninsula, povos de outra raça, e ligados a outro centro de civilisação, incompativel com o costume ou com o rito dos dolmens, habitavam as regiões orientaes, banhadas pelo Mediterraneo.

A antinomia do occidente com o oriente, ou das civilisações, vindas pelo Atlantico á Peninsula, com aquellas que entraram pelo Mediterraneo, ou finalmente dos povos das regiões septemtrionaes da Europa com os do oeste da Asia e do norte da Africa, manifesta-se-nos, pela primeira vez, na epocha da pedra polida, entre os constructores dos dolmens e os constructores dos talayots ou dos muros cyclopeos. Depois, na aurora dos tempos historicos, entre os celtas e os iberos. Mais tarde, outra vez, entre os barbaros, procedentes das regiões septemtrionaes da Europa e os

---

1 *Revue d'anthropologie*, 1875, pag. 507. *La Academia*, 1877, pag. 184 e 185. As explorações feitas nas nuraghas e talayots não têm sido taes que provem evidentemente a coincidencia da construcção d'estes monumentos, ou dos mais antigos, dentro dos limites da edade da pedra. As armas de silex até hoje encontradas não bastam, porque muitas vezes acontece apparecerem taes vestigios misturados com os do cobre ou do bronze, como ainda ha pouco tempo nas explorações de Schliemann no sitio de Troia. É possivel tambem que, ao tempo em que os povos orientaes da Peninsula, mais avançados na estrada da civilisação estivessem já na epocha do cobre ou do bronze, os occidentaes vivessem ainda na edade da pedra. E assim se explicaria o achado de uma frecha de cobre nas grutas da Cesareda, unico documento de uma civilisação, posterior á de todos os outros vestigios encontrados. Mas, para se dar como provada esta discordancia, isto é, que os povos do oriente estariam já na epocha do cobre ou do bronze, quando os do occidente não teriam ainda ultrapassado os limites da epocha neolithica, seria mister emprehender mais numerosas e methodicas explorações, tanto das construcções dolmenicas ao occidente como das cyclopeas ao oriente.

arabes e mouros, vindos da Asia e da Africa. Hoje, finalmente, como ha oito seculos, a resistencia invencivel á união de Portugal e Castella é ainda um effeito d'esta grande e prolongada antinomia do occidente com o oriente. A Galiza é uma excepção, porque, ficando ao occidente, se uniu á Hespanha e não a Portugal. Mas todos sabem que outr'ora o portuguez e o galego fallaram a mesma lingua, e que ainda hoje, pelo character, pelos costumes, pelas propensões populares, Portugal e a Galiza se assimilham mais entre si do que com quaesquer outros povos da peninsula Iberica.

Outros vestigios de uma civilisação primitiva, talvez mais ou menos relacionada com os monumentos cyclopeos, estão nas antigas minas de cobre del Milagro, nas Asturias; de Cerro-Muriano, em Cordova; de Odiel e Riotinto, na Huelva; e finalmente de Ruy Gomes, no Alemtejo [1]. Os machados de pedra com que trabalhavam nestas explorações denotam uma industria prehistorica, anterior ao uso do ferro e até provavelmente ao do bronze.

Ha certa variedade nas fórmas dos taes martellos. Uns assimilham-se áquelles que se têm encontrado em varias estações prehistoricas da Europa; em cavernas da França e lagos da Suissa: outros, como os de Cerro-Muriano, parece terem antes mais analogia com instrumentos congeneres, achados em minas de cobre do Lago Superior, na America do norte [2]. Aqui apparecem tambem vestigios notaveis de construcções cyclopeas nas margens dos rios Colorado, Mancos, San Juan e La Plata do Novo-Mexico. Tornam-se sobre tudo notaveis as grandes e altas torres redondas, feitas de duas ou tres muralhas concentricas, as habitações excavadas nas rochas, as quaes dizem similhantes a outras da Asia Menor, e finalmente as inscripções, entre cujos hiero-

---

1 Tubino — *Estudios prehistoricos.* Madrid, 1868, pag. 98 a 106. Pereira da Costa — *Noticia de alguns martellos de pedra e outros objectos que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Ruy Gomes no Alemtejo.* No *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes.* Lisboa, 1868, n.º v.

2 Tubino — op. cit.

glyphos se distingue a figura do homem e de varios animaes. Algumas d'estas inscripções foram gravadas na pedra, outras pintadas com argillas vermelha e branca [1]. Ora todas ellas, pelo genero do desenho, e algumas por serem coloridas e pelas substancias colorantes empregadas, se assimilham extremamente a outras da Andaluzia, encontradas tambem em nichos ou casas abertas nas rochas [2]. Por outra parte os philologos aproximam os idiomas dos vasconços aos dos georgianos e aos de certos povos da America, a ponto de os reunirem todos no mesmo grupo [3].

Estes factos estão indicando a existencia de uma antiga civilisação, irradiante da Asia para a Europa e para a America, e characterisada pela exploração e fabrico do cobre. Os seus vestigios acham-se em regiões extensas da Asia, na Russia scythica, no Caucaso, na Hungria e Transylvania, na Iberia e na America. Tão mal se conhece ainda a archeologia prehistorica d'estes povos, representantes da epocha do cobre, que a maior parte dos archeologos têm chegado a negar a sua existencia, admittindo sómente a da epocha do bronze. Entretanto os estudos apenas começados das antiguidades tchoudes na Asia e na Europa, os poucos conhecimentos adquiridos ácerca das minas de cobre prehistoricas fazem já evidente a irradiação de uma antiga civilisação do mesmo centro commum para varias partes do mundo.

A qual das raças humanas se ha de referir este grande movimento prehistorico da exploração e fabrico do cobre? Os tchoudes, a quem se attribuem as minas do noroeste da Asia, da Russia scythica e da Hungria e Transylvania, são de raça turania. Os mais antigos dos povos da America assimilham-se tambem mais aos turanios que aos iranios. Emfim os proprios vasconços parece não serem inteiramente extranhos á raça mongolica. Aristoteles

---

1 W. H. Holmes — *A notice of the ancient ruins of southwestern Colorado, examined during the summer of* 1875. *United states geological and geographical survey of territories* —Washington, March, 21, 1876.

2 Gongora — *Antig. prehist. de Andalucia.*

3 Vej. a classificação das linguas por Max-Müller no *Diction. univers. du* XIX *siècle*, verb. LANGAGE.

refere que os iberos (de Hespanha), povo bellicoso, erguiam á roda de cada tumulo tantos obeliscos, quantos inimigos o defuncto matara em vida. Os annaes chinezes de Tchéon (567 a 579 depois de Jesus Christo) repetem *verbum ad verbum* as palavras de Aristoteles, mas a proposito de um povo tartaro. Dizem dos *thoukiones* ou turcos orientaes, restos dos hiongnon (hunos), que por aquelle mesmo tempo figuraram entre os invasores da Europa meridional, vindos do norte, «que elles põem uma pedra sobre a sepultura, e levantam á roda tantas pedras, quantos homens o defuncto matara em vida [1].»

Á classificação dos vasconços ou dos antigos iberos entre os povos da raça mongolica oppõem-se, bem o sabemos, razões ponderosas, taes como a presupposta origem dos segundos e os caracteres ethnicos dos primeiros. Porém nenhuma d'estas razões constitue uma difficuldade insoluvel. O character ethnico dos vasconços não póde ter-se conservado puro durante milhares de annos no meio de povos de raças differentes. É por tanto admissivo que os mais antigos dos exploradores do cobre fallassem algum idioma similhante ao euskara, algum idioma agglutinativo, hoje perdido, no tempo em que foram construidas as nuraghas e os talayots, e anteriormente á entrada dos iberos na Peninsula. Ainda assim não ha impossibilidade em attribuir a estes ultimos as mais antigas das minas, suppondo que nelles predominariam os characteres ethnicos da raça caucasica, posto que, pela linguagem e pela civilisação que representavam, se relacionassem com a raça mongolica. As regiões que separam o mar Caspio do mar Negro eram exactamente aquellas, aonde vinham encontrar-se as raças caucasica e mongolica, para da Asia emigrarem para outras partes do mundo. Tudo são trevas em tão remota antiguidade. Ainda hoje uns sustentam que o euskara fôra a linguagem dos iberos; outros affirmam que as inscripções ibericas, achadas em varias regiões da Peninsula, são inconciliaveis com a lingua dos vasconços. A philologia está por tanto tão atrazada, que não resolveu ainda

---

[1] *Fragm. histor. graecor.*, tom. 2.º, pag. 180.

este ponto fundamental. A anthropologia diz-nos apenas haverem-se encontrado dois crancos, um dolichocephalo e outro brachycephalo, cada um em sua mina. A archeologia não sabe classificar os vestigios dos povos primitivos da Peninsula, e nem ao menos, até hoje, demonstrara cabalmente a differença capital entre os dolmens e os monumentos cyclopeos, e as conclusões importantissimas que resaltam da sua antinomia e distribuição geographica.

Quanto ao centro e extensão de uma antiga civilisação mongolica, anterior á historia, recentes descobrimentos confirmam a asserção de Justino, o historiador. Segundo esta asserção, que exprime antigas tradições asiaticas, a Asia anterior seria inteiramente senhoreada durante quinze seculos pelos scythas, povo mais antigo que os proprios egypcios. Ora os estudos assyriologicos demonstram este mesmo desenvolvimento dos povos turanios na Asia anterior ainda antes dos aryos e dos semitas [1].

A incerteza do character ethnico, verificada nos iberos e noutros dos povos antigos da Peninsula e da Europa, é tambem commum ainda hoje a uma raça muito notavel, cujas tribus, essencialmente nomadas, vaguêam pela face da terra practicando a arte de fundir ou forjar os metaes. Chamam-lhes *tzigeuners* ou *ziguener* na Allemanha, *tzigani* na Hungria, *zingaros* na Italia, *bohemios* na França, *gitanos* em Hespanha, e finalmente *ciganos* em Portugal. No Alemtejo encontram-se muitos individuos d'esta raça. Habitam em Evora as ruas de certo bairro, e conservam os seus costumes proprios, entre os quaes se notam sobre tudo as ceremonias e festejos dos casamentos. Vaguêam, como nomadas, pelos campos e de povoação em povoação. Vivem da rapina e de comprar, vender ou trocar cavallos ou muares, distinguindo-se nas feiras pela astucia com que enganam os compradores. Ha poucos annos vagueava em Portugal uma tribu de ciganos, que tinha por industria o concerto de vasos e utensilios de cobre ou de bronze. Estacionavam pelos arrabaldes das cidades, onde abarracavam

---

[1] Lenormant — *Les premiéres civilisations*, tom. 1.º, pag. 107.

como tropas em campanha, demorando-se com as suas forjas, em quanto os moradores da povoação lhes davam trabalho. Durante a edade media estas visitas dos ciganos fundidores ou caldeireiros eram mais frequentes, e então, como hoje, practicavam sempre da mesma fórma que Herodoto já notara. Mas é ainda mais extraordinario que as fundições até hoje descobertas e pertencentes á epocha do bronze auctorisam a suppôr que já nesses tempos remotos a arte de fundir o bronze seria practicada por extrangeiros, que estabeleciam as suas officinas em raso campo, fóra das povoações. Isto mesmo parece deduzir-se dos *thesouros* achados pelas montanhas, onde teriam sido escondidos pelos fundidores vagabundos, que por qualquer causa não teriam podido voltar em busca d'esses ricos depositos.

Na opinião de alguns os ciganos constituem um povo moderno das margens do Indus ou Sind, cujas primeiras emigrações datariam do tempo de Tamerlan, que pol-os perseguir os obrigaria a expatriarem-se. Outros porém attribuem-lhes muito maior antiguidade, e suppõem que os actuaes ciganos descendem dos syginnos, que Herodoto diz terem sido os primeiros habitantes de Hespanha, e que teriam vindo do Danubio: Strabão é de parecer que os syginnos procederiam antes do Caucaso. Tambem não falta quem tenha achado relações de parentesco entre os syginnos e os sicanos, primeiros habitantes da Sicilia. Haverá apenas uma similhança casual entre os nomes de syginnos, tzigeuners, tziganos, sicanos e ciganos, ou serão com effeito fórmas differentes do nome de uma antiga raça, que, vindo da Asia, diffundiria pela Europa a industria do fabríco do bronze nos tempos prehistoricos?

Ainda outra circumstancia notavel. Diz Herodoto que os syginnos trajavam largas vestes á maneira dos medas, d'onde conclue que os primeiros seriam effectivamente d'estes ultimos povos, que em epochas remotas viriam á Hespanha. Strabão affirma que os habitantes das Baleares eram optimos fundidores e os primeiros dos homens que, segundo se dizia, usaram largas tunicas, *tunicas late pretextas*.

A. Filippe Simões.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ADVERTENCIA

O sr. Thomaz Blanc foi ultimamente eleito socio correspondente do Instituto por iniciativa do sr. dr. Antonio de Assis Teixeira de Magalhães. Por esse motivo dirigiu ao seu e nosso consocio a *Epistola* que publicamos hoje, e que o sr. conselheiro Antonio José Viale traduziu a instancias nossas, para que a traducção na lingua de Camões acompanhe o original na lingua de Racine.

São estes poetas, os srs. Blanc e Viale, dois venerandos anciãos insignes pelos seus dotes litterarios, respeitados e estimados ambos cordialmente nos seus paizes e fóra d'elles. Seriam estas poesias penhor bastante do seu merecimento, senão o abonassem já de ha muito outros importantes trabalhos de litteratura, que não apontamos por serem geralmente conhecidos.

As corporações scientificas e litterarias, que têm por fim a cultura das sciencias e das lettras, são por isso mesmo um laço que estreita as diversas nacionalidades, e até as diversas politicas. Formam as lettras a verdadeira e genuina democracia, a mais doce e amoravel fraternidade. Victor Hugo e Chateaubriand na França, Castilho e João de Lemos em Portugal, além de muitos outros, são exemplos notaveis do que dizemos.

Não penetram o limiar das academias as dissidencias extranhas, e essa é a sua maior valia. E se por vezes se manifesta escasso rumor de paixões alheias, é som que se esvaece, perdido na harmonia das lettras.

Honram-se as paginas do Instituto com tão distincta collaboração.

A. A. F. P.

EPITRE

A Monsieur A. de Assis Teixeira de Magalhães

Membre de l'Institut de Coïmbre

Cher Teixeira, ton nom a réveillé ma Muse
De son trop long sommeil; peut-être je m'abuse;
Mes vers vont exciter ton rire ou ta pitié;
N'importe, mes vieux doigts vont essayer encore
Pour toi de moduler sur mon luth peu sonore
Un hymne à l'Amitié.

Dieu plaça ton berceau dans la Lusitanie
Où fleurit l'oranger, cette terre bénie,
Qu'échauffe le soleil, que caressent les flots,
Dont les antiques fils, jusques au Nouveau Monde
Portèrent de la Foi la lumière feconde, [1]
Apôtres et héros.

Son nom était connu des plus vastes empires;
On voyait l'Océan couvert de ses navires;
Le commerce rendait son État florissant;
On respectait son nom, on vantait ses prouesses;
Et ses ports regorgeaient de toutes les richesses
Que produit l'Orient...

---

1 ... tambem as memorias gloriosas
D'aquelles Reis, que foram dilatando
A fé, o imperio...
(*Os Lusiadas*, Cant. 1, 2).

Mais du Temps destructeur la puissance suprême
A brisé les rayons de son beau diadème;
Et pour te consoler de cet insigne affront,
Aujourd'hui tes enfants, riche Lusitanie,
Te refont ta couronne, et l'art et le génie
La posent sur ton front.

Si leurs bras redoutés ne font plus de conquêtes;
Et s'ils ne doublent pas le noir cap des Tempêtes,
Emportant de la Foi le céleste flambeau;
Par d'immenses travaux leur noble intelligence
Élargit chaque jour le champ de la science
Et si vaste et si beau.

L'un déroule à nos yeux les pages de l'histoire,
De vos braves aïeux raconte la victoire
Sur le Maure effrayé, chassé de vos remparts;
L'autre porte, à son tour, des savants, des poètes,
Des esprits éminents, sublimes interprètes
Des lettres et des arts.

Celui-ci, s'envolant vers les plus hautes sphères,
Des astres nous décrit les lois et les mystères,
Et révèle à nos yeux des secrets inconnus;
Des nombres celui-là parcourt le champ aride,
Résout, en se jouant, comme un nouvel Euclide,
Des problèmes ardus.

Et toi, cher Teixeira, qu'un feu sacré dévore,
Qui travailles la nuit, souvent jusqu'à l'aurore,
Veillant, comme un soldat devant les ennemis,
Tu déroules le fil qui dirige sans crainte
Le juriste égaré dans un noir labyrinthe,
Dans les lois de Thémis.

Grace à toi, cher ami, malgré mon ignorance,
Dans le temple sacré des arts, de la science,
Dans l'illustre INSTITUT me voilà donc admis.
Compte, bon Teixeira, sur ma reconnaissance;
Á l'amour de ton nom je dois cette indulgence
De tes savants amis.

Adieu, mon cher Collègue, en mon nom remercie
De l'honneur qu'on m'a fait, la docte Académie.
Si les vers du vieillard, façonnés à moitié,
Sont froids et languissants, privés du feu céleste,
Son cœur est toujours jeune, une flamme lui reste,
Celle de l'amitié.

L'ABBÉ TH. BLANC

Curé de Domazan.

EPISTOLA

Ao sr. dr. A. de Assis Teixeira de Magalhães

Socio do Instituto de Coimbra

Caro Teixeira, o teu illustre nome
Fez despertar, emfim, a minha lyra
Do longo somno seu. Talvez me illuda...
Em ti meus versos compaixão ou riso
Excitarão... Que monta? O velho vate
Hymno vai modular, não sonoroso,
Á candida amizade.

Em Lysia houveste o berço. Abençoado
Paiz onde floresce a larangeira,
Onde o sol fertiliza um solo ameno,
Que as ondas vêm beijar! A novos mundos
Seus filhos hão levado a lei de Christo,
Apostolos e heróes.

Foi claro o nome seu no inteiro globo;
Cobriam seus baixeis o vasto oceano;
Riquezas lhe fundia o seu commercio;
Era acatado por seus altos feitos,
De contínuo a seus portos affluiam
Orientaes productos.

Do seu diadema fulgido ha quebrado
O Tempo assolador alguns dos raios;
Mas d'essa affronta consolar-te pódes;
Hoje teus filhos, nobre Lusitania,
De outro laurel, laurel de genio e de arte,
Cingem-te a regia fronte.

Se já seu braço não conquista reinos,
Se não dobram o cabo Tormentorio
Da fé levando o facho refulgente;
Todos os ramos do saber humano
Hoje, com longo estudo e vivo engenho,
Cultivam á porfia.

Qual da sciencia os penetraes franqueia;
Qual de bravos avós narra as victorias,
Que arrancaram ao Moiro a injusta presa;
Qual os sabios memora, exalça os vates,
Genios da gloria, interpretes sublimes
Das artes e das lettras.

Este, dos astros contemplando o curso,
Descobre as suas leis, e nos revela
Da natureza os intimos arcanos;
Outro, sem hesitar, como brincando,
Dos numeros resolve, Euclides novo,
Os mais arduos problemas:

E tu, caro Teixeira, quantas vezes,
Com nobre ardor, 'té que desponte a aurora,
Qual em marcia facção véla o soldado,
Vélas, immerso em cogitar profundo,
E aos ministros de Themis dás um fio
Das leis no labyrintho!

Sob os auspicios teus, se bem que indouto,
Das artes, do saber, eis-me admittido
No templo augusto, no *Instituto* vosso:
Tens certa a gratidão do novo socio;
Tal honra devo a ti, devo-a, Teixeira,
Aos teus sabios amigos.

Caro Collega, adeus. Por mim te digna
Graças mil tributar ao sabio Gremio...
Se os toscos versos do provecto bardo
Fogo não tem; são languidos e frios,...
Joven está seu coração: aquece-o
A chamma da amizade.

A. J. Viale.

MACHIAVEL

ESTUDO LITTERARIO, MORAL E POLITICO

IV

Discursos sobre a primeira decada de Tito Livio

No mez de setembro de 1512 entraram de novo os Medicis em Florença, e desde logo se operou na governação uma completa mudança.

Perdeu o Secretario Florentino o seu alto emprego, a despeito de quatorze annos de relevantes serviços feitos á sua patria. Não lhe haviam consentido a sua honradez e nobre desinteresse enriquecer-se no exercicio de suas funcções; de sorte que de repente se viu reduzido á pobreza e a penosas difficuldades de sustentar a sua familia.

Como genero de consolação, entregou-se ao estudo e á composição de obras, que aliás lhe deram nomeada entre os contemporaneos e perante a posteridade [1].

— Afamados são os magnificos *Jardins Ruccellai,* onde a illustre familia Florentina d'este nome estabeleceu uma Sociedade ou Academia philosophica. A essa Academia foi Machiavel convidado a associar-se, em consideração do seu grande talento, experiencia dos negocios e sentimentos republicanos. Amigaveis relações contrahiu o novo socio com os academicos, e mais particularmente com Zanobi Buondelmonti, e Cosimo Ruccellai, aos

---

[1] Em muito adequados termos se exprime, a este proposito, o auctor de uma obra premiada pela Academia Franceza: «Dante et Pétrarque avaient jadis salué les anciens comme maîtres de sagesse et de poésie; *Machiavel, tombé du pouvoir, rassasié d'humiliations, leur demandait de graves consolations.*» (M. Émile Gebhart. *Rabelais, la Renaissance et la Réforme.*)

quaes deveu generosos soccorros, delicadamente offerecidos á desgraça.

Foram esses dois mais intimos amigos que pediram a Machiavel que escrevesse os *Discursos,* reduzindo assim a escripta as luminosas idêas por elle expressadas de viva voz na Academia. A tão lisongeiro pedido annuiu o douto academico.

Se lerdes os —*Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*— vereis que foram elles dedicados aos dois amigos bemfazejos, inspiradores do valioso trabalho; e ahi vereis tambem as bellas expressões com que Machiavel dá testemunho de sua gratidão:

«Io vi mando un presente il quale se non corrisponde agli obblighi che io ho con voi è tale, senza dubbio, quale ha potuto Niccolò Machiavelli mandarvi maggiore; perchè in quello io ho espresso quanto so, o quanto ho imparato per una lunga pratica, e lezione delle cose del mondo.»

Encanta-me nesta passagem a ingenuidade com que Machiavel confessa e apregôa os beneficios recebidos, não hesitando em divulgar a divida em que o constituira a liberalidade de amigos excellentes. Assim fico preparado para confirmar a feliz disposição do seu animo, quando na dedicatoria do *Tratado da arte da guerra* diz a Lorenzo Strozzi:

«Le quali (mie fatiche) a voi mando, sì per dimostrarmi grato, ancora che la mia possibilità non vi aggiunga, dè benefici che ho ricevuto da voi.»

— Os *Discursos* revelam em Machiavel uma grande somma de conhecimentos, uma penetração rara, uma perspicacia notavel no julgar os homens, uma tendencia admiravel, pouco vulgar no seu tempo, para generalisar idêas.

O objecto immediato dos *Discursos* é indicar as causas principaes do engrandecimento dos Romanos, e os obstaculos que impediram as outras nações de chegar á mesma altura. O publicista, collocando-se neste terreno, estava mais á larga do que no seu outro e bem famoso escripto — *O Principe* —; e d'aqui resulta que ha nos *Discursos* maior elevação de idêas, mais amplo desenvolvimento de theorias politicas, propensão e aspirações mais puras e mais nobres do que no — *Principe* —.

No trecho da dedicatoria dos *Discursos,* que ha pouco registámos, não escapou á attenção dos leitores o conceito que o proprio auctor fazia do seu escripto, quando declarava que alli havia lançado o que a longa practica e a lição das cousas do mundo lhe ensinara.

O sabedor e muito auctorisado Sismondi chega a asseverar que tudo quanto de mais profundo se tem escripto em politica, em todas as linguas, depois de Machiavel, nasceu das meditações d'aquelle grande homem [1].

Occasião teremos de examinar mais de perto este ultimo conceito, com referencia aos escriptos politicos de Montesquieu, á luz das ponderações muito notaveis de um dos historiadores e criticos mais conspicuos dos nossos tempos.

Desde que as obras historicas da antiguidade reappareceram a lume depois do grande cataclismo do Imperio Romano (observa um escriptor muito versado na litteratura italiana, Ginguené), os eruditos sómente tractavam de apurar os textos, e de vigiar a exactidão das copias e das edições; — os philologos estudavam a propriedade e as bellezas da linguagem; — os sabios buscavam nas obras da antiguidade as datas e as concordancias chronologicas; — e o commum dos leitores só procurava deliciar-se com a narração dos feitos illustres dos antigos, e com a variedade dos acontecimentos.

Ninguem ainda se tinha lembrado de beber naquelles historiadores lições politicas, e exemplos e doutrina para bem da governação dos povos. Reservada estava essa gloria para Machiavel. Desde que este grande pensador concebeu o seu luminoso plano, tomou o povo romano como ponto de comparação, para apreciar

---

1 *De la Littérature du Midi de l'Europe,* par J. C. L. Simonde de Sismondi.

Finamente pondera Sismondi que não incorreu Machiavel no anathema da egreja e da sociedade, compondo os *Discursos,* como succedera com o — *Principe* —. Naquelles, dando aliás lições não menos profundas, dirigia-se a todos os homens honestos que folgam de reflectir sobre os destinos das nações.

os factos analogos ou diversos da historia dos outros povos antigos, e os acontecimentos do seu paiz e do seu tempo. Explicando uns á luz dos outros, deduziu maximas geraes; e estas, comparadas com os exemplos de que dimanaram, offerecem um character notavel de evidencia e de infallibilidade; sendo muito lisongeira para Machiavel a circumstancia de não apresentar abstracções vazias e ôcas, mas sim resultados seguros da practica, e fructos já sazonados pela experiencia [1].

Se Machiavel toma para texto das suas ponderações os assertos de Tito Livio, é comtudo certo que aprendera primeiramente em Tacito a ler e explicar o *Patavino*.

— Entrando agora na apreciação critica dos *Discursos,* diremos que nesta obra, bem como em todos os escriptos politicos de Machiavel, avulta a tendencia deploravel para attender mais a um determinado resultado dos acontecimentos, do que *ao bem e ao mal moral,* e mais ao engrandecimento e preponderancia do *Estado,* do que ao desenvolvimento da felicidade dos individuos.

Aquelle grande homem vivia em uma epocha, na qual as acções humanas não eram aferidas pelos principios severos e invariaveis do *honesto e do justo,* pelos dictames philosophicos da responsabilidade moral do homem. E ainda isto não era tudo: afigurava-se aos pensadores d'aquelle tempo que as Sociedades e as Leis só têm por fim immediato o tornarem vigoroso, independente e preponderante o Estado, — e não lhes accudia á mente que aquelles dois poderosos meios são essencialmente destinados a augmentar a felicidade dos individuos.

D'estes dois modos de encarar a politica e a governação dos povos, resultavam fatalmente apreciações que hoje nos espantam, e que até reputamos detestaveis e infames.

A impopularidade, pois, de Machiavel, em quanto aos seus escriptos politicos, é mais proveniente do tempo em que viveu o grande homem, do que da prevenção moral e politica do proprio auctor.

---

1 *Histoire Littéraire d'Italie*, par P. L. Ginguené.

Antecipando um pouco o que havemos de dizer por occasião do estudo do *Principe,* observaremos, com Macaulay, que Machiavel carrega com o odioso d'aquelles tempos, porque, apezar de ser honesto, nobre e leal o teor do seu procedimento, não se acobardou de expor mais claramente, e de exprimir com maior vigor do que todos os escriptores, as maximas geralmente recebidas, e das quaes fôra impossivel que elle se desprendesse.

É imaginosa, quanto discreta, a maneira por que Macaulay expressa, neste particular, a sua opinião. Considera a posteridade como um supremo tribunal de appellação que jámais se cança de louvar a sua propria justiça, o seu proprio discernimento, e se regula pelo que faziam os dictadores romanos depois de uma sedição geral. Encontrando tão numerosos delinquentes, que não é possivel punir a todos, — toma ao caso alguns d'entre elles, e faz cahir sobre a sua cabeça todo o peso da offensa, de que não são mais culpados do que aquelles que escaparam. Dá Macaulay de barato que a dizimação seja um bom modo de castigo militar; mas protesta contra a sua applicação á philosophia da historia.

E pois que citei Macaulay, convido os leitores a percorrerem com elle a judiciosa descripção analytica, em que se demora, do estado politico e moral da Italia na ultima metade do seculo XV e principios do seculo XVI [1].

O Secretario Florentino parte do presupposto de que os homens, sendo por natureza máos, só aguardam a occasião de se apresentarem taes. Por vezes a maldade se conserva occulta por algum tempo; mas a experiencia mais cedo ou mais tarde a faz apparecer. Estejam pois os homens de Estado e os Legisladores

---

[1] *Essais politiques,* citados.

Verdadeiramente a descripção a que nos referimos no texto abrange tambem os seculos que se seguiram immediatamente á quéda do imperio romano; mas torna-se mais frisante a respeito da Italia nos fins do seculo XV e principios do seculo XVI. — O que Macaulay pretende provar é que a explicação do que ha de mysterioso na vida e escriptos de Machiavel se encontra no estado dos sentimentos moraes dos italianos do seu tempo.

de sobre aviso, attendam a esta prevenção, e por ella regulem o governo e as Leis.

E não se pense que Machiavel diz isto a medo e em meias palavras, não; exprime-se nos termos mais energicos e decisivos:

— Come dimostrano tutti coloro cheragio nano del vivere civile, & come ne é piena di essempi ogni historia, é necessario à chi dispone una Republica, & ordina leggi in quella, presupporre tutti gli huomini caltivi, & che gli habbino sempre ad usare la malignità dello animo loro qualunche volta ne habino libera occasione. Et quando alcuna malignità sta occulta un tempo, procede d'una occulta cagione, che per non si essere veduta esperienza del contrario, non si conosce; sua la fai poi scoprire il tempo, il quale dicono essere padre di ogni verità — [1].

Na conformidade d'este presupposto formúla Machiavel, em um grande numero de casos, as suas theorias, e explica os acontecimentos politicos da antiguidade e do seu tempo.

A tendencia de Machiavel para o governo republicano é sempre muito desenganada; e na comparação entre um povo e um principe não hesita em dar a preferencia ao primeiro, como sendo, no seu conceito, mais prudente, mais constante e mais discreto do que o segundo: *come un popolo é piu prudente, piu stabile e di miglior giudicio che un Principe.*

Vejamos as provas d'esta asserção.

Nos seus prognosticos um povo parece ter um instincto admiravel, a ponto de se poder acreditar que um poder occulto lhe faz prever o mal e o bem: *talchè pare che per occulta virtù è prevegga il suo male e il suo bene.*

Se dois oradores lhe fallam em diverso sentido, é raro que elle não prefira a opinião melhor: *che non pigli l'opinione migliore.*

Se um povo erra por vezes, muitas mais erra um Principe, muito mais influenciado pelas paixões do que aquelle: *molte volte erra ancora un Principe nelle sue proprie passioni, le quali sono molte piu che quelle dè popoli.*

---

1 *Discorsi*, liv. 1.º, cap. 3.º

Um povo jámais poderá ser levado a ir buscar para uma magistratura um homem infame e de costumes corrompidos, — o que aliás succede facilmente com um Principe: *nè mai si persuaderà ad un popolo che sia bene tirare alla dignità un uomo infame e di corrotti costumi: il che facilmente e per mille vie si persuade ad un Principe.*

Um povo começa a ter horror a uma cousa, e por muitos seculos permanece na mesma opinião; o que não se vê em um Principe: *Vedesi un popolo cominciare ad avere in orrore una cosa e molti secoli stare in quella opinione, il che non si vede in un Principe.*

— Não concluimos ainda a serie de provas da tendencia muito decidida de Machiavel para o governo popular; como, porém, não convenha cançar a paciencia dos leitores com extensos artigos, reservamos para o immediato o que a tal respeito falta, e o mais que devemos expôr.

José Silvestre Ribeiro.

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO

(Continuado do n.º 10, paginas 184)

CAPITULO V

Pedro Julião — depois Summo Pontifice João XX

Não escreverei nem a vida e acções, nem a apologia d'este famoso portuguez, tão cruelmente julgado pelos seus contemporaneos, e por uma serie de escriptores de todos os seculos e nações. Excitou-me o amor da patria e o meu acatamento e reverencia á Cadeira de S. Pedro, a fazer neste ponto as mais laboriosas indagações para colher o que fosse necessario para vingar a memoria d'este pontifice, ou pelo menos para mostrar que elle até agora foi tractado com summa injustiça e desmesurada severidade. Não me faltou alicerce ás minhas esperanças, e tal copia de materias e documentos se me apresentavam, que julguei necessario compor uma dissertação latina, a que poria um titulo na apparencia vaidoso, porém realmente o mais bem apropriado e verdadeiro, que seria: *De Petro Juliano postea Johanne* XX *philosopho, medico, et summo pontifice, atque in his omnibus egregio atque laudando.* Não consentindo porém as minhas actuaes circumstancias que eu publique, por meio da estampa, o que a este proposito havia colligido, ao menos tractarei de pôr em ordem aquellas especies de maior monta, e que mui facilmente conduzem á certeza de que este nosso portuguez foi tractado com sobeja parcialidade, para lhe não chamar agora sobeja aversão, pelos seus contemporaneos, donde veio chegar á posteridade o seu nome tão vituperado e infamado, que a muitos parecerá uma empresa, se não louca pelo menos arriscada, o intentar eu a sua justificação ao mesmo passo que esta causa parece julgada sem appellação nem aggravo no tribunal da historia. Entre tanto, não me arredando de aquella primeira traça que me havia proposto seguir, considerarei este pontifice debaixo dos já indicados pontos de vista.

§ 1.º

João XX considerado como philosopho

Nesta parte convêm todos os contemporaneos d'este summo pontifice, sem exceptuar aquelles que lhe foram mais adversos. Grande em philosophia lhe chama o dominicano Fr. Ptolomeu de Lucca, posto que lhe seja o menos favoravel de todos quantos d'elle escreveram. E sem disputar agora sobre a qualidade de philosophia que elle aprendeu e ensinou, qual foi a Aristotelica, injustamente escarnecida de muitos modernos, que ou d'ella nunca tiveram perfeito conhecimento, ou por sinistros motivos a desprezam, basta-me que ella fosse usual nesses tempos, e que nella sobresahisse o nosso portuguez, para que elle seja assás digno de louvor, excepto se lhe quizerem impor a obrigação de ter sido maior que o seu seculo, ou accusal-o de possuir em gráu eminente a sciencia philosophica mais acreditada nos seus dias. E com effeito, se é nodoa para o nosso portuguez o ter seguido a philosophia de Aristoteles, tambem o deveria ser para os mais seus contemporaneos, o que tão longe é de ser verdade, que mui afoutamente direi que ainda neste ponto de sciencias profanas, caso me dessem a escolher ou a de S. Thomaz de Aquino, ou a de Condillac, de Fitche ou de Kant, eu mais quizera a primeira do que as segundas, pois vejo claramente que a primeira teve a arte por certo maravilhosa de enfrear para sempre os abusos da segunda contra o que mais importa conhecer e seguir, que é a religião verdadeira.

Differentes obras escreveu Pedro Julião, que se podem ver em a *Bibliotheca Lusitana;* porém uma principalmente, quero dizer as Summulas, ou resumo de Dialectica segundo os principios de Aristoteles, fez tal fortuna em o orbe litterario, que bastaria só ella para lhe grangear uma illustre nomeada. D'este compendio ainda manuscripto se tiraram immensas copias, que dirigiram os primeiros estudos philosophicos da maioria dos sabios d'aquella edade; e apenas foi conhecida a arte de imprensa, foi tal o numero

das suas edições desde a que vulgarmente se crê ter sido a primeira [1] até a romana de 1630 [2], que tentando eu fazer esta resenha, e achando-me com umas quarenta a cincoenta edições, abri mão d'este sim fastidioso mas para os bibliographos utilissimo trabalho, e tanta força achei nesta perseverança de applausos á obra do nosso portuguez, que desde logo assentei que só por este sequito de edições que chegou a alcançar de tão perto o seculo chamado das luzes, se podia inferir que não foi elle um homem ordinario, e que a approvação de tantos seculos, por mais que a sciencia vaidosa dos modernos queira taxal-os de barbaros e tenebrosos, pésa muito na balança do juizo, e ainda o mais austero e imparcial, para nos convencer que a obra de um portuguez, sendo com geral approvação o texto de muitissimas escholas, nem por isso é cousa de pouco momento, e que se deva pôr de parte, quando se fizer a historia da litteratura portugueza. Ainda mais se reforça este argumento, quando vemos que se o mestre, ou Aristoteles, conseguiu uma nuvem de commentadores, o que cede

---

[1] Veja-se adiante o meu parecer sobre a primeira edição do *Thesouro dos pobres;* e como se tracta por ora de composições philosophicas, não é fóra de proposito junctar aqui as noticias bibliographicas, que a este proposito referiu o erudito Panzer no tomo decimo—*Index geral*, pag. 407, e que foram omittidas na *Bibliotheca Lusitana* Tractatus xii in *Dialecta Aristotelis* Coloniae, officina Guentell, 1504, 4.° Basileae Michael Furter, 1511, 4.° Argentorati Math. Hupfut, 1515, 4.° Repartitiones tractatuum Logical. Coloniae offic. Guentell, 1508, 4.° Compendiarius Parvorum Logicalium liber, Coloniae Henr. Guentell, 1509, 4.° Viennae Hieron. Victor, etc., 1512, 4.° Viennae Joh. Singren., 1516, 4.° Textus Summularum in tractatus et capita distinctus. Daventriae Rich. Paffroet, 1493, 4.° Lipsiae, Melchior Lotter, 1503, 4.° Cracoviae Joh. Haller, 1519, 4.° Textus septem tractatuum Coloniae, Henr. Guentell, 1503, 4.° Lipsiae, Wolfg Monacensis, 1508, 4.° Lipsiae, Melchior Lotter, 1510, 4.° Lipsiae, id., 1512, 4.° Lipsiae, id., 1516, 4.°

[2] Quasi meio seculo adiante fazia imprimir em Roma o dominicano P. Altamura, a sua *Bibliotheca Dominicana*, e seguindo a erronea opinião de que o auctor das Summulas era dominicano, accrescenta:—Hic ex industria summa facilitate compilavit pro tyronibus Summulas Logicales, quibus usque ad tyrocinium meum an. 1621 rectores communiter prudentissime utebantur in nostra religione, Edição Rom., 1677, pag. 13.

em muita gloria sua, tambem o discipulo, ou Pedro de Hispano, os teve e de muitas nações e corporações religiosas. Illustrou-as com effeito Versorio, como se vê na *Edição Parisiense* de 1487, e commentou-as o dominicano Fr. Pedro Crockart, assim como o franciscano Fr. Nicolau de Orbellis e o carmelitano Fr. Mattheus de Bolonha, e o theologo parisiense Pedro Tartareto, e o hespanhol Thomaz de Mercado; e os que estudavam a arte de pensar, ou de raciocinar, por estas Summulas nem por isso deixaram de fazer um papel mui distincto na republica das letras, nem de combater e postergar as heresias levantadas naquelle tempo, nem de enriquecerem o mundo litterario de obras, que não só em aquelles tempos mas que ainda hoje podem ser lidas com proveito, o que é tão certo, que a meu ver merecem o nome de barbaros todos aquelles escriptores chamados philosophos, que ao tractarem dos seculos XIII e XIV se mostram possuidos de horror e estremecidos na consideração de tamanha barbaridade, que a muitos respeitos não só é preferivel a certos progressos, a certas illustrações, porém até digna de invejar-se quando a comparamos a uma pretensa sabedoria moderna, cujos venenosos frutos ameaçam corromper e estragar para sempre o genero humano... Esperando que os meus leitores me perdoem este momentaneo desafogo, tornarei ás provas dos estudos philosophicos de Pedro Hispano, o que é tanto mais necessario, quanto é certo que movidos da justa celebridade das Summulas, e do *Thesouro dos pobres,* e aproveitando o erro de algum inexacto historiador, não têm faltado escriptores que attribuissem aquellas obras ou Summulas a um dominicano chamado Fr. Pedro Hispano, e este ao sancto padre João XXI. Em quanto ao primeiro já os doutos Padres Eckard e Guietif, dando mostras da mais louvavel e escrupulosa imparcialidade, quasi desistiram inteiramente de reivendicar para a sua ordem Dominicana, que felizmente abunda em tal copia de glorias litterarias proprias, que é certamente das que menos carecem das emprestadas; e por isso apenas tractarei de esbulhar, o que será bem facil, o escriptor francez de uma gloria que lhe não pertence. Digo será bem facil, porque em verdade custaria a crer que no seculo XIX houvesse tal preten-

ção, se por acaso o não vissemos em a *Biographia Universal*, impressa modernamente em París, e onde a par de muitos artigos excellentes, e assás dignos da reputação litteraria de seus auctores se encontram não poucos, que, ameaçando deslustrar toda a obra, a privarão da honra de poder citar-se como auctoridade decisiva, em pontos de historia ou de critica.

Não duvída pois o compilador dos artigos de João XXI—francez, natural de Cahors, de lhe attribuir o *Thesouro dos pobres*, e outras obras medicas do nosso portuguez, e de que adiante se fará menção, e julguei a proposito desembaraçar-me por uma vez d'estes inimigos da nossa gloria litteraria, para me não ver obrigado a encetar de novo este genero de combate, quando tenha de escrever das obras medicas do nosso portuguez.

Á excepção da ultima obra philosophica, que alli se attribue ao escriptor francez, e cuja propriedade não lhe disputo, nem lhe invejo, por quanto o seu mesmo titulo mostra que não devem lastimar-se os portuguezes de que o seu conterraneo fosse ignorante da arte de converter qualquer metal em ouro, todas as mais pertencem ao nosso Pedro Julião por ser esta a voz constante de todos os seculos, e porque assim o attesta um grande numero de edições da principal d'essas obras, e outro ainda maior numero de codices manuscriptos, que eu mesmo tenho encontrado em diversas livrarias, e nomeadamente em a do Vaticano, o que ainda melhor se poderá ver no § seguinte. Porque arte se poderá combater um tão solemne e perpetuo argumento, de quem seja o auctor de taes obras, e como será possivel que se mostre com alguns visos de credibilidade que a opinião commum dos doutos é que o francez João XXI escreveu o *Thesouro dos pobres*? Que auctoridade poderá ter uma asserção vaga e sem provas, no seculo XIX, contra a opinião constante do proprio seculo em que floresceu o nosso portuguez, ou do immediato?

Contemporaneo do sancto padre João XXI foi Martinho de Tulda, que levou a sua chronica até 1379; e é o proprio que tractando de João XX escreveu assim: *Fuit magnus medicus, et scripsit librum de medicina, qui* Thesaurus pauperum *vocatur*. Desembaraçado pois, a final, d'estas mui pequenas contradicções, e

não sabendo penetrar quem fosse um Pedro Hispano, que estudava pelos fins do seculo XII em Bolonha, e que pelos annos de 1230 era professor de Direito Canonico em a propria Universidade, e lastimando-me de que o eruditissimo Tiraboschi não mencione, quer seja na qualidade de philosopho, quer seja na de medico, o nosso portuguez; nem por isso deixarei de ter á mão outra auctoridade pelo menos egual, pois que metteu os hombros a uma empresa muito mais vasta e difficil que a historia da litteratura italiana; e que, ao fallar das obras philosophicas de Pedro Hispano, confessa que este sabio muito influiu nos adiantamentos d'esta sciencia, donde se vê quanto elle se fez digno de memoria a ponto que só com segunda tenção, e com a mais notoria injustiça poderá ser esquecido o seu nome por aquelles que escreverem a historia litteraria, ou de philosophia, ou de medicina.

Quasi me determinava a omittir uma questão relativa ás Summulas de Pedro Hispano, porque a julgava sufficientemente discutida pelo auctor da *Bibliotheca Lusitana;* porém a descoberta de um novo testemunho em favor do nosso portuguez me induz mais a tocal-a do que a tractal-a novamente.

Não tem faltado escriptor, aliás grave e sisudo [1], que, negando a Pedro Hispano a gloria de ter sido o auctor das *Summulas,* o imagine simples traductor, ou para melhor dizer plagiario de uma obra que ao mesmo proposito escrevera no seculo undecimo o celebre Miguel Psello. Assim mesmo ficaria pertencendo ao nosso portuguez uma gloria de outro jaez, qual seria a de possuir no seculo XIII vastos conhecimentos da lingua grega, o que lhe asseguraria um certo primado, quero dizer, o de sabedor d'esta lingua, o que, sendo raro ainda nas outras nações, durante o seculo XIII se deve ter como rarissimo na peninsula das Hespanhas, como já deixei advertido no capitulo primeiro d'esta obra.

Não era possivel que um tal roubo litterario escapasse á noticia já não digo dos latinos, mui pouco versados naquella lingua,

---

[1] Bartholomeu Keckermman — Tom. 1.º Oper. Praecogn. Log., pag. 105 e 107.

mas aos gregos, que até em pontos litterarios costumavam sempre levar a excesso a sua indisposição contra os latinos, fructo de um antigo, e desesperado ciume, que tantos males causou á egreja, e ao estado. Como soffreriam os gregos este plagiato sem o contradizerem, e sem vingarem para o seu compatriota esta propriedade, caso lhe pertencesse? E como poderia Ricobaldo de Ferrara, historiador do seculo XIII, affirmar expressamente que Pedro Hispano compozera tractados de logica [1], se por ventura elle não tivesse feito mais que uma traducção? Esconder-se um tal plagiato aos latinos e gregos era cousa impracticavel, e por isso, ainda na falta de outros argumentos, nunca eu me chegaria a persuadir da existencia de um tal crime litterario; ha porém não só a certeza de que Maximo Planudes traduziu em grego a obra do nosso portuguez, quando eram passados ao menos trinta annos depois de sua morte, mas tambem o expresso testemunho de outro grego [2], que traduziu na sua lingua alguns pedaços da Dialectica de Pedro Hispano, o que deixa inteiramente resolvida a questão da genuinidade de um tal escripto, que por tantas e tão multiplicadas provas se conhece ser obra original do nosso portuguez.

---

1 Eccardi Corpus Hist. medii aevi — Tom. 1.°, col. 1:219.

2 Nessel, Catalogus sive recensio specialis omnium Cod. MSS. graecorum Bibliothecae Caesarae Vindobon, parte 5.ª, Cod. 128 — que assim descreve: Excerpta miscellanea ex diversis, etc.... Ex dialectico Mag. Petri Hispani, interprete Georgio Scholario.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES NOVISSIMAS

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

A crise e os Bancos, por Luciano Cordeiro. Lisboa, 1877.

De la découverte de l'Amérique, por Luciano Cordeiro. Lisboa — París, 1876. Brochura em portuguez e francez.

Portugal e o movimento geographico moderno, relatorio feito na primeira sessão solemne annual da Sociedade de Geographia de Lisboa. Lisboa, 1877.

Les intérêts européens en Asie. La Perse et les Persans, por De Croisier. Paris, 1873.

Relatorio da administração da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra, desde 27 de julho de 1864 a 26 de julho de 1865, pelo dr. Francisco de Castro Freire.

Gritos del combate, poesias por G. Nunez de Arce. Madrid, 1875.

Estudos archeologicos. Celtiberos. Coimbra, 1877.

O Mosteiro de Rendufe da extincta ordem Benedictina, devorado das chammas em 29 de julho de 1877. Braga, 1877.

Histologia do ovulo nos mammiferos, pelo dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte.

Des fistules génito-urinaires chez la femme, pelo dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte. París, 1865.

Allocução recitada na sala grande dos Paços das Escholas da Universidade de Coimbra por occasião da inauguração do retrato de Sua Majestade El-Rei o senhor D. Luiz I no fausto dia 6 de outubro de 1862.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

Durante os mezes de agosto, setembro e outubro a correspondencia litteraria deve ser dirigida ao sr. Augusto Mendes Simões de Castro, rua do Visconde da Luz, — a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

25
~~XXIV~~ ANNO — SETEMBRO DE 1877

SEGUNDA SERIE — N.° 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

ALEXANDRE HERCULANO — por A. A. F. P. 97

CAUSAS ECONOMICAS DA EMIGRAÇÃO — por J. Frederico Laranjo 99

QUESTIONS VÉDIQUES — por G. de Vasconcellos Abreu 111

DA SANGRIA NA HEMORRHAGIA OU APOPLEXIA CEREBRAL — por José Epiphanio Marques 120

VERSÃO DO PSALMO 50 (poesia) — por A. J. Viale 125

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO 129

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NOS ANNOS DE 1874 E 1875 — por A. M. Seabra d'Albuquerque 139

ALEXANDRE HERCULANO

Pinheiro solitario,
Que o raio fulminou,
E que gemeu tombando,
E não mais murmurou.
(A. H.)

Estão de luto as letras, porque falleceu um dos seus mais esmerados cultores. Era para todos grande, e para muitos o maior. Pensador mais profundo entre nós não o havia de certo, nem character mais austero, nem mais firme abnegação. Foi modelo unico e inimitavel.

Alexandre Herculano nasceu humilde e elevou-se acima de todas as grandezas. Encaneceu no serviço e no lustre da patria; defendeu-a com o sangue das veias, nobilitou-a com os suores do estudo. E soldado e poeta, historiador e politico, foi sobretudo um homem honrado.

Corre-nos o mundo eivado de egoismo, feracissimo de pretenções ineptas, alagado em ridiculos embustes, de modo que quasi extranhamos a nobre isenção que distinguiu o auctor da *Harpa do Crente* desde a recusa que fez d'uma commenda ao rei D. Pedro v até á sua espontanea reclusão nos olivaes de Santarem.

Principalmente é memoravel o contraste entre o rei e o subdito, entre o rei, que se gloriava da condecoração que do povo recebera como premio das suas fadigas, e o subdito, que não acceitava a condecoração offerecida pelo rei. Lição e exemplo nos dão estes factos, rarissimos na historia dos povos e nos reinados dos imperantes.

Foi D. Pedro um rei que não pautou por outros o seu reinado, mas modelou-o para que servisse de norma a todos. E distinguindo-se na epidemia da febre amarella, honrou-se em receber a medalha popular que lhe conferiram.

Alexandre Herculano, profundo como Lamenais na *Voz do Propheta,* emulo de Walter Scott no romance historico, foi para nós mais do que Macaulay na Inglaterra ou Augustin Thierry na França com a sua *Historia de Portugal.* Não foram serviços que elle fez, foi uma revolução, e revoluções não se pagam com venéras de cavalleiros.

Mas fôra impertinencia referir o que todos sabemos d'este prestantissimo cidadão; e para escrever-lhe a biographia o jornal é pequeno e o tempo escasso. Commemoramos tão sómente, e com a mais profunda mágua, o seu fallecimento, que teve logar em sua casa de Valle de Lobos a 13 d'este mez de setembro pelas 10 horas da noite.

É o sepulchro eschola de desenganos para a vida da carne; na pedra da campa quebram-se, frageis como o vidro, as paixões terrenas. Mas a vida do espirito principía alli; desprendendo-se do seu involucro de barro, paira sobre a terra, illuminando-a com os reflexos da sua gloria. A posteridade começa com a morte; enraiza n'ella, e d'ella toma a fria severidade dos seus juizos. Com Alexandre Herculano toda a severidade será justa, porque não haverá crysol onde melhor se afine o oiro do seu relevante merecimento.

O illustre historiador era hoje o socio honorario mais antigo do Instituto de Coimbra.

A. A. F. P.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

CAUSAS ECONOMICAS DA EMIGRAÇÃO

(Excerpto d'um livro inedito)

Summario: — As causas economicas da emigração são as mais importantes. — Deducção das relações dos estados — selvagem, pastoril, agricola, e agricola-industrial e commercial com a mortalidade, a guerra e a emigração. — Confirmação historica d'esta deducção. — Determinação da idêa de progresso segundo Spencer e Carey. — Confirmação d'estas idêas pela analyse. — Analyse da doutrina da *eschola economica* sobre industrias naturaes e artificiaes. — Demonstração historica da possibilidade de influencia consciente e voluntaria na combinação das industrias. — A combinação das industrias é o maior remedio contra a emigração.

Estabelecendo o problema da emigração, reconhecemos que sendo a população que emigra, a natureza da população e as condições que a subordinam haviam de subordinar a emigração; e no capitulo precedente vimos que a relação entre a população e as subsistencias era uma relação variavel, e por isso a emigração uma quantidade variavel tambem, sendo necessario seguir as diversas organisações economicas da sociedade para determinar as causas d'este phenomeno.

É claro que as causas que assim se determinam, são sómente as causas economicas, e a emigração póde ter muitas causas d'outra natureza. Mas se as condições a que a população está sujeita não são sómente condições economicas, é certo que estas são as que mais influencia podem ter na emigração. A raça a que pertence um povo, a posição e a fórma do paiz que habita, a sua religião, o seu governo, a sua historia, são condições sociaes importantes, mas que com relação á emigração só a hão de produzir

accidentalmente. O equilibrio entre estas condições estabelece-se cedo, e quebra-se com difficuldade, em quanto que o equilibrio entre a população e a producção e distribuição dos meios de existencia é um ideal que a razão antevê que se ha de realizar, mas que nunca se apresentou ainda como realidade. As causas da emigração, as mais geraes, as mais constantes, hão de ser, pois, causas economicas. E em muitas circumstancias até em que a causa mais visivel não pareça economica, a analyse irá descobrir uma causa economica, a que a não economica serviu simplesmente de auxilio. Por exemplo: — Ha em algumas nações leis que prohibem o casamento aos que não mostrem a possibilidade de subsistir. Esta lei determina muitas emigrações; mas é claro que a condição economica que deu origem á lei e que faz com que ella se applique prohibindo o casamento, concorreu tanto como a lei para a emigração; a causa politica encontra, pois, como antecedente necessario a causa economica.

Entre nós a perspectiva de se alcançar fortuna no Brasil é uma das causas mais poderosas de emigração; mas é aos que têm mais sêde que mais se apresentam as miragens; a attracção d'essa perspectiva ha de variar com as circumstancias economicas do paiz. Uma causa, pois, que parece ser tanto moral como economica e externa, tem como condição necessaria uma causa economica interna.

O coração do nosso problema está, pois, na organisação economica; são as causas economicas as mais profundas, e é por ellas que devemos começar. Tinha razão Robertson quando escrevia: —Em todas as investigações a respeito do homem em sociedade, os meios de subsistencia são o primeiro objecto que deve fixar a attenção.

Mas se é necessario seguir as diversas organisações economicas da sociedade, quantas são essas? Não é possivel, nem é preciso seguir as mais pequenas variações no modo de subsistir da humanidade; basta analysar as mais caracteristicas; e essas podemos reduzil-as aos seguintes estados:

Estado selvagem.

Estado nomada ou pastoril.

Estado sedentario. Este estado póde ser ou agricola, ou industrial, ou commercial, ou a combinação d'alguns ou de todos estes systemas.

Chamo estado selvagem aquelle estado em que o homem vive total ou principalmente dos productos naturaes, fructos, caça, pesca.

Chamo estado pastoril aquelle em que o homem vive principalmente do leite e da carne dos animaes que apascenta.

Chamo estado sedentario aquelle em que o homem tem como meio principal de subsistencia a agricultura. Os diversos estados que se podem dar neste estado sedentario, e que ennumerámos, têm no seu nome a sua definição.

É uma proposição evidente ou quasi evidente — que uma determinada porção de terreno sustentará uma população menor ou maior conforme o estado d'essa população for selvagem, pastoril ou sedentario.

Talvez já não seja visivel, mas demonstraremos, que no estado sedentario uma determinada porção de terreno sustentará uma população menor ou maior conforme a distribuição da propriedade territorial, e conforme a menor ou maior combinação dos tres systemas — agricola, industrial e commercial.

Se a mesma porção de terreno se satura, pois, com quantidades diversas de população, conforme o estado em que a população vive; segue-se que o desequilibrio entre a população e os meios de subsistencia, e por tanto as suas consequencias necessarias, a mortalidade anormal, as guerras, a emigração ou a menor propagação, hão de apparecer mais cedo ou mais tarde, com maior ou menor intensidade, segundo esses diversos estados.

Suppondo agora que um povo selvagem, em desequilibrio intenso com relação ás subsistencias; e em que se dava grande mortalidade; que tinha guerras frequentes ou grande emigração, nos consultava pedindo um remedio para os males que padecia; é claro que seria uma loucura responder-lhe — não morram, não façam guerra, não emigrem. A resposta razoavel, o remedio unico era: — Mudem de vida; em vez de se alimentarem dos fructos,

da caça e da pesca, domestiquem animaes, e sustentem-se de leite e carne.

Suppondo que esse povo passava de selvagem a pastoril, passados tempos dar-se-ia o desequilibrio, e portanto as consequencias d'elle. Se nos viesse dizer: — Démo-nos bem com o primeiro remedio que nos indicou, mas agora padecemos outro mal. O nosso terreno primitivo tornou-se insufficiente para os gados de que precisamos; temos de invadir outros terrenos, e d'essas invasões resultam guerras contínuas; o que nos aconselha agora? É claro que seria irrisorio responder — não invadais outros terrenos, não tenhais guerras. A resposta razoavel seria: — Não crieis só gados, agricultai tambem.

Suppondo ainda que esta passagem do estado pastoril para o agricola se effectuava, mas que o desequilibrio vinha a produzir-se por fim, o povo dir-nos-ia: — Parte dos nossos concidadãos deixa os nossos campos e vai para outras nações; estas emigrações são uma causa de dôres e de angustias para os que vão e para os que ficam; como se poderá impedir este movimento? Se respondessemos que construissem uma muralha ou de pedra ou de soldados em torno do paiz; esta resposta seria tão louca como aquell'outras — não morram, não invadam, não guerreiem. A resposta sensata seria: — No estado de civilisação a que chegastes, a população d'um paiz proporciona-se não só ás subsistencias que produz, mas tambem aos braços que póde empregar; ora vós agricultais só; as materias primas que exportais vão dar trabalho á nação que as importa, as manufactura, e vol-as exporta depois. Além da população que sustenta, o vosso paiz podia sustentar mais uma porção de individuos egual ao numero dos que converteram as vossas materias primas em manufacturas. Não manufacturastes; essa porção de individuos ficou sem trabalho; emigrou.

Suppondo que a qualquer d'estas indicações se respondia que não se queria ou que não era possivel realizal-a; que os homens do estado selvagem não queriam ou não podiam passar para o estado pastoril; que os do estado pastoril não queriam passar para o estado sedentario; que os do estado sedentario-agricola não que-

riam ou não podiam passar para um estado de combinação de industrias; nesse caso era necessario volver-lhes: — Pois se não quereis ou se não é possivel realizar essas indicações, não é tambem psssivel evitar os males de que vos queixais. A grande mortalidade do estado selvagem é claro que era impossivel suspendel-a; as invasões e as guerras do estado pastoril era possivel comprimil-as; mas, em vez da guerra externa, appareceram as guerras internas ou a morte pela fome; umas e outra mais dolorosas, menos naturaes, anti-civilisadoras; a emigração do estado agricola era tambem possivel impedil-a; mas em vez da emigração appareceria a guerra externa ou interna, ou a mortalidade anormal pelo excesso da miseria. Repellindo da superficie do corpo social um symptoma sem arrancar a causa que o produzia, substituia-se sómente o symptoma mais natural e menos doloroso, por outro artificial e dolorosissimo. Era abafar vulcões para os converter em tremores de terra.

As idêas que servem de base a estas consequencias parecem-nos, como dissemos, evidentes, pelo menos na maxima parte; todavia é necessario desenvolvel-as. Num capitulo do *Espirito das Leis* [1], intitulado: — Do numero dos homens na sua relação com o modo por que elles procuram a subsistencia — Montesquieu escreve: — Quando as nações cultivam as terras, eis em que proporção se acha nellas o numero dos homens. Como o producto d'um terreno inculto está para o producto d'um terreno cultivado, assim o numero de selvagens num paiz está para o numero dos agricultores no outro; e quando o povo que cultiva as terras cultiva tambem as artes, nesse caso a determinação das proporções exigiria bastantes pormenores.

São exactamente estes *pormenores* de que falla Montesquieu, que é necessario apresentar aqui. Mas porque as consequencias do estado selvagem e nomada se apresentam como hypotheses, é necessario tambem verifical-as; o que faremos resumidamente.

---

[1] Liv. 18, cap. 10.

Se abrirmos um livro em que se trace o quadro da sociedade selvagem, a obra de Malthus por exemplo, no capitulo terceiro, a *Historia da America* de Robertson no livro quarto, encontraremos que a economia da sociedade nesse estado produz os mais deploraveis effeitos. A difficuldade de encontrar subsistencias diminue a attracção do homem para a mulher, levando-o por isso a maltractal-a continuamente. Nalgumas tribus, a mulher é considerada como um animal de carga, e em quanto o homem perde o dia na dissipação e na preguiça, ella é condemnada a um trabalho incessante. O seu destino é ás vezes tão affrontoso, que a propria ternura maternal a leva a tirar a vida ás filhas para as subtrahir á escravidão intoleravel que seria o seu destino [1]. Ha até regiões em que a passagem da mulher para a mão do marido se faz espiando este uma mulher d'uma tribu inimiga, atordoando-a com a massa, enchendo-a de feridas d'onde sahe o sangue lufando, e trazendo-a assim para a sua habitação [2].

Imagine-se por este prologo o livro da vida da mulher nas suas relações com o homem. O infanticidio, que vemos produzir-se pela ternura, encontra mil outras cousas. A mulher procura muitas vezes o aborto pelo uso de certas hervas. Se a mãe morre no periodo de amamentação, o pae colloca sobre o cadaver o filho vivo, e descai-lhe em cima uma pedra que o esmaga. É que não se encontraria mulher nenhuma que quizesse substituir a mãe como ama [3]. Se os filhos nascem defeituosos, no defeito vem as mais das vezes a pena de morte; quando a familia a não executa, executa-a a natureza; a lei da selecção natural desenvolve-se aqui em toda a majestade da sua força.

A estas causas de morte accrescem as epidemias, as fomes, as guerras contínua. Como os animaes de preza com que se semelham, diz Robertson, pelo modo de proverem á sua subsistencia,

---

1 Vid. Robertson—*Histoire d'Amérique*, édit. Maestricht, 1780, tom. 2.º, liv. 4.º, pag. 303.

2 Vid. Malthus, obr. cit., cap. 3.º, pag. 23.

3 Malthus, pag. 25.

os povos caçadores não podem viver proximos uns dos outros. Duzentas ou trezentas pessoas occupam muitas vezes territorios mais consideraveis que alguns reinos da Europa [1]. Se a caça se dispersa ou desapparece é necessario emigrar. Se se encontram outras tribus, ha guerras, mas estas guerras nunca civilisam; a historia parece demonstrar que, para poder ser civilisadora, é necessario que a lucta se dê entre povos em differentes estados. As guerras são de exterminio.—Vamos comer a nação tal—eis o grito de guerra, e este grito de tigre é executado sempre que é possivel [2].

A observação confirma, pois, a hypothese que apresentámos. Neste estado ha emigrações, mas differem das nossas em não civilisarem; e é principalmente pelos phenomenos mais terriveis que apresentámos, e não por ellas, que se revela o desequilibrio entre a população e as subsistencias.

Os povos pastores apresentam já um quadro muito diverso. A historia classica dá-nos o conhecimento de povos pastores e dos seus encontros com a civilisação, da influencia que exerceram sobre ella, e que d'ella receberam. Neste estado, a população é muito mais densa, e a subsistencia é mais abundante e menos incerta. O homem ganhou em poder e a mulher em attracção, e por isso é mais considerada. Não se procura o aborto; as mães não matam os filhos, por amor; se as mães morrem, os filhos não são sacrificados, e ellas são mais fecundas. Quando se produz o desequilibrio entre a população e as subsistencias, esses povos têm outros recursos que não têm os selvagens.

Como muito bem observaram Malthus e Gibbon, esses povos torna-os formidaveis a faculdade de se moverem em massa e a necessidade de exercerem muitas vezes esta faculdade para mudarem de pastagens [3]. As emigrações são frequentes; ás vezes são pacificas; outras vezes, resultando d'ellas encontrarem-se com

---

1 Robertson, liv. 4.º, pag. 369, 381 e 404.

2 Malthus, obr. cit., pag. 34.

3 Malthus, obr. cit., pag. 60; Gibbon — *Décadence des Romains*, cap. 26.

outros povos, ou nomadas, ou já agricultores, surge a guerra; da guerra dos povos nomadas com os agricultores resulta ás vezes fundirem-se os dois povos; e apparece d'este modo uma sociedade nova, mais variada nos seus instinctos, nos seus habitos, e por isso mesmo mais propria para maiores progressos.

A historia dos Hebreus, no estado de pastores, apresenta-nos emigrações pacificas e emigrações-invasões. A passagem de Abrahão da Chaldea para Chanaan, a separação dos gados de Abrahão e Lot, a ida para o Egypto são exemplos de emigrações pacificas; a vinda dos Hebreus para a Palestina uma emigração-invasão, como a tinha sido a dos Hycsos no Egypto. Cyro encontra-se e lucta com os povos pastores; Dario combate-os antes de combater os Gregos; os Cimbros e os Teutonios, povos pastores, combatem Roma. Os Hunos, os Germanos eram povos pastores. Os seus rebanhos, diz Tacito d'estes ultimos, são o seu unico thesouro, fazem d'elles todas as suas delicias [1]. A expansão d'estes povos, resultante da falta de subsistencias e dos costumes adquiridos num tal estado de vida, ou d'uma lucta religiosa, como quer Thierry [2], destroe o imperio Romano e origina o mundo moderno. A China tem-se encontrado por vezes com os povos pastores; é contra elles que levantou as suas muralhas, do mesmo modo que as levantaram os Romanos nos confins do seu imperio; e a civilisação moderna está talvez destinada a luctar com os povos nomadas da Asia e a trazel-os para a civilisação.

No estado nomada produz-se pois a emigração pacifica e a emigração-invasão, mas principalmente esta e tendo uma intensidade enorme, uma intensidade que derriba imperios.

Passemos ao estado sedentario.

Conta-se de Alexandre Magno que tendo este conquistador encontrado numa das suas expedições um povo que se sustentava

---

[1] Tacito — *De Moribus Germanorum*, § 5.

[2] V. Amédée Thierry — *Tableau de L'Empire Romain*, liv. 6.°, cap. 2.°

de peixe, elle lhe prohibira continuar a alimentar-se d'aquelle modo. Miguel Chevalier, narrando este facto, pergunta:—Era o capricho d'um vencedor? Não, responde elle, era a preparação d'um futuro. Queria obrigal-os a cultivar os cereaes da Europa, sentindo que assim os encaminhava para a civilisação. A civilisação, diz o mesmo escriptor, data da descoberta e cultura dos cereaes [1].

Concordamos com estas idêas; mas é claro que numa sociedade que a agricultura tornou sedentaria, ha, como dissemos, a possibilidade de diversos modos de existencia. Para que a sociedade progrida economicamente, qual é o sentido que deve ter o seu movimento economico?

Esta questão traz comsigo outra mais geral:—Em que consiste o progresso? Tendo de determinar em que consiste o progresso num dos modos de ser da sociedade, é conveniente examinar a questão geral; a questão geral e a particular hão de esclarecer-se uma á outra.

Herbert Spencer na sua obra—*Os Primeiros Principios*—, Carey na obra por vezes citada, levantaram esta questão; aquelle sob o ponto de vista geral, este d'um modo mais especial. Retomando uma idêa emittida por Harvey, e seguida por Volff e Baer, Herbert Spencer dá do progreeso a seguinte definição:—A passagem d'um ente do estado homogeneo, indefinido e incoherente, a um estado de heterogeneidade definida, e em que as diversas partes heterogeneas se ligam entre si de modo que formam uma unidade—[2]. Interpretando as palavras de Spencer—é a passagem da não individualidade para a individualidade, a passagem da unidade sem variedade á variedade unidade. Spencer demonstra a verdade da sua definição com os factos da astronomia, da geologia, da biologia, da psychologia e da sociologia. Em astronomia

---

[1] Michel Chevalier—*Cours d'Économie Politique fait au Collège de France*, édit. Bruxel., 1845, pag. 46 et 48.

[2] *Les Premiers Principes*, trad. de M. E. Cazelles, pag. 359 et 424.

admitte-se que o systema solar proveio d'uma nebulosa; portanto uma massa diffusa, uniforme, incoherente, aperfeiçoou-se passando do estado de homogeneidade ao de heterogeneidade unificada [1]. A terra esteve num estado de fusão; acima d'ella havia uma enorme e incoherente massa de vapores; foi-se aperfeiçoando solidificando-se-lhe a crusta, dando logar aos mares e ás terras, distribuindo estas numa infinidade de fórmas, e por todas estas differenciações, differenciando os climas e as producções [2]. Na biologia o mesmo. A composição chimica d'um germen vegetal ou animal é quasi a mesma; esta uniformidade vai desapparecendo, e na mesma proporção os entes se vão distinguindo; e na escala dos seres os mais perfeitos são aquelles em que ha maior complicação de elementos [3].

O progresso physico, intellectual e moral do homem, a creatura superior, e tambem a mais heterogenea, prova o mesmo. O organismo humano tem-se diversificado cada vez mais nas subdivisões civilisadas da especie, e a especie, considerada no seu conjuncto, tornou-se mais heterogenea pela multiplicação e differenciação das raças. O Papu, por exemplo, tem o corpo e os braços muito bem desenvolvidos, mas as pernas muito curtas; lembra-nos o quadrumano. No Europeu as pernas e os braços são relativamente heterogeneos [4].

Passando do homem considerado individualmente ao homem em sociedade, a mudança do homogeneo em heterogeneo manifesta-se nos progressos da civilisação considerada como todo, e no progresso de cada nação. Da indivisão das funcções economicas, e da dos poderes politicos passa-se para a divisão; das linguas syntheticas para as analyticas; da escriptura-pintura á escriptura-phonographica; a poesia, a musica e a dança, que a

---

1 *Les Premiers Principes*, trad. de M. E. Cazelles, pag. 329 e 353.

2 Ibid., pag. 354 e 355.

3 Spencer, obr. cit., pag. 356 e seg.

4 Ibid., pag. 364.

principio formam um todo, separam-se. O progresso é pois a passagem da homogeneidade á heterogeneidade unificada [1].

Em Carey encontram-se as mesmas idêas diversamente exemplificadas. A perfeição está na razão directa da individualisação. O homem é o mais perfeito dos seres e o mais individualisado, o unico que numa mesma especie, raça, nação, apresenta differenças de gostos, de sentimentos, de faculdades, tão numerosas como as que se encontram no rosto humano. Para que estas differenças se desenvolvem porém, é necessario que o homem fórme uma associação com os homens; e a associação é tanto maior quanto maior é a variedade.

Carey cita de Goethe como expressão das idêas que elle adopta o trecho seguinte: — Quanto mais imperfeito é um ser, tanto mais se semelham entre si as partes que o constituem, e mais essas partes se semelham ao todo. Quanto mais perfeito é, tanto mais dissemilhantes são as partes componentes. No primeiro caso, estas partes são mais ou menos uma reproducção do conjuncto; no segundo são totalmente differentes. Quanto mais as partes se semelham, menos subordinação reciproca existe entre ellas, a subordinação das partes indica um alto gráu de organisação.

Estas palavras de Goethe, diz Carey, são tão verdadeiras applicadas ás sociedades, como aos vegetaes e aos animaes. A differença é a condição essencial para a associação. O agricultor não tem necessidade de fazer trocas com outro agricultor, mas sim com o carpinteiro, o ferreiro, o moleiro, etc. A vida é uma troca de relações, e onde não ha differença de objectos não póde haver trocas. Para fazer nascer a electricidade são necessarios dois corpos diversos; para o trigo se transformar nos seus elementos é necessario pol-o em contacto com outros. No mundo social como no mundo physico, o poder de associação está na razão directa da individualisação. Quanto mais rapido é o consummo dos alimentos materiaes ou intellectuaes, mais conside-

---

[1] Spencer, obr. cit., pag. 365 a 384.

ravel será o calor que d'elles deve resultar, e mais rapido tambem o augmento do poder para substituir a quantidade consummida. Para que o consummo siga de perto a producção é necessario que haja associação, e esta não póde existir sem a diversidade nos modos de occupação.

Esta verdade manifestar-se-ha evidente a todos aquelles que notarem com que promptidão se espalham as idêas nos paizes em que a agricultura, a industria e o commercio estão combinadas, comparativamente com o que acontece nos paizes puramente agricolas: — a Irlandia, a India, a Jamaica, a Turquia, o Brasil, Portugal [1].

Estas idêas repetem-se em todo o livro por diversas fórmas; são, para assim dizer, a idêa eixo da obra de Carey. É necessario combinar as industrias — eis o brado constante do grande ingenho e da vasta erudição do economista americano. A nação que for só agricola será miseravel; Portugal vem sempre citado como exemplo [2].

(Continúa) J. Frederico Laranjo.

---

1 Carey, obr. cit., tom. 1.º, pag. 52 a 62.

2 Carey, obr. cit., tom. 1.º, pag. 91.

QUESTIONS VÉDIQUES

(Continuado do n.º 1, paginas 20)

Quelle aura été la cause de cette double émigration dans des directions absolument opposées? Les luttes des deux branches aryennes? Je ne peux pas le croire. Les causes ont été certainement diverses. D'abord la nature fertile à l'orient du Pendjab invitait les peuples pasteurs à y entrer, commes les vallées à l'occident traçaient le chemin du plateau de l'Iran aux Aryas persans. Ensuite on remarque dans les hymnes védiques un fait digne d'être étudié: c'est que l'immigration dans les pays voisins du Gange coïncide avec l'apothéose d'un héros guerrier inconnu aux Aryas persans et dont leurs livres ne font pas mention. Ce héros c'est *Indra* [1].

De ceci je pense pouvoir conclure que la scission entre les deux branches aryennes était déjà faite à ce temps là, et que les Aryas persans avaient immigré dans l'Iran avant le départ des Aryas hindous pour les contrées du Gange.

Parmi les Aryas hindous, Indra est un héros ou un dieu, — héros, chef guerrier, dieu de l'espace lumineux. Comme héros et *a fortiori* comme dieu, quoique védique, il est d'une époque

---

[1] *Haug* pensait que le démon *Andra* du Farg. X du Vendidad de l'Avesta est le dieu *Indra* du Rik. *Spiegel* dit que, dans le texte publié par Westergaard, le nom de *Andra* se trouve une autre fois page 475, ce qu'il pense être interpolation. *Burnouf* a été le premier à assimiler *Andra* et *Indra*. Élève de Haug, je regrette ne pas pouvoir accepter son opinion. *Harlez* traduit le passage en question ainsi: «J'expulse Andra, Çaoru, Nâonhaïti...» En note il dit: «La ressemblance des noms a fait assimiler ces trois dévas à Indra, Çiva et aux Açwvins de l'Inde; mais cette assimilation repose sur une base bien fragile.»

postérieure à celle de *Trita* ou *Traïtana* [1]. Ces deux noms appartiennent à un dieu, expression d'une conception d'époque précédente de celle des hymnes védiques, tant son origine y est obscure. Il est le prédécesseur d'*Indra;* on peut dire l'archétype d'*Indra,* car on compare ce dieu au plus ancien *Trita* comme vainqueur des démons [2], et on le dit «àptya» comme de *Trita* [3]: *Aptya* signifie proprement, «qui a rapport à *apta,* c'est-à-dire aux *eaux — apta: aqueux,* c'est l'épithète de *Trita* comme fils de l'*eau* par *Agni: le feu* [4]. L'identification de *Trita* avec *Traïtana* le fait encore identifier au *Thrâetaona* zend et au *Féridoun* du *Shâh-Nâmeh.* Le surnom de *Aptya* donné à *Trita* correspond au nom zend du père de *Thraétaona, Athvya* [5], le *Abtîn* du poème de Firdousi. Ainsi, la conception de *Trita,* on peut le dire sans crainte de trop se hasarder, est une conception de la mythologie *aryenne,* tandis que *Indra* ne peut être identifié à aucun dieu de la mythologie européenne ni même asiatique. *Indra* a un caractère éminemment guerrier dans les hymnes du Rik. Comme dieu il est postérieur à *Varuna;* il est un dieu particulier aux Hindous, un dieu national, qui, petit à petit, a pris la place que Varuna occupait dans le panthéon védique [6].

Les faits relatifs aux victoires d'Indra sont exclusifs au Véda. Par conséquent le nom de *Vritrahâ* lui a été donné à une époque

---

1 Vᵉ *Roth.* «Zeitschrift der D. Morg. Ges.» Vol. II, pg. 216, et vol. VI: «Dict. de S.-Petersb. s. v. Cf. *Haug.* «Essays.»

2 *Vritrakâ,* I, 52, 5; 187, 1.

3 Cf. par ex.: 1, 105, 9, avec X, 120, 6.

4 La connexion de *Trita* avec l'*eau* nous porte à comparer ce nom au grec Τρίτων, etc.

5 «Qui demeure dans les eaux — *Wasserbewohner, von ap.*» (*Justi, Fick,* etc.).

6 *Varuna* est le centre où vont se réunir tous les grands attributs des dieux védiques. Varuna est une conception tout à fait aryenne. Parmi les Grecs, c'est οὐρανός; parmi les iraniens, c'est «Ahuramazda.» Cf. *Whitney.* «Oriental and ling. Studies.» pg. 42, *Roth* ut supra, et dans le «Dict. de S.-Petersb.» les mots *indra, asura.*

postérieure à la séparation définitive des deux branches aryennes de l'Asie. Il est impossible de confondre *Indra Vritrahâ* avec le *Veretraghna* de l'Avesta [1].

Ce mythe de *Vritrahâ* ou *Veretraghna* est un mythe qui a rapport aux phénomènes lumineux et météorologiques. A l'époque de la séparation définitive le mot *vritra* ou *veretra* avait déjà pris le sens général d'*ennemi* et *vritrahâ* celui de *victorieux* [2]; mais à son origine *vritrahâ* signifiait *la foudre:* la racine *han* ou *ghan* signifiant *déchirer, frapper, écarter, tuer, vaincre,* et *vritra* signifiant *celui qui cache,* c'est-à-dire *le nuage qui cache les eaux, qui les retient et qui arrête les rayons de la lumière, qui répand les ténèbres dans l'espace auparavant bleu du ciel.* Ainsi *Vritrahâ* est le dieu de la foudre, comme *Veretrahna* est le compagnon de *Mithra,* le dieu de la lumière des Aryas persans. C'est lui qui frappe les esprits des ténèbres de sa redoutable massue; c'est lui qui dispose de la foudre, et, faisant jaillir l'éclair, fend la nue en délivrant la pluie et rendant la lumière à l'espace, l'abondance à la terre, la vie à toute la nature.

Le mythe de *Veretraghna* a une grande importance dans le culte iranien. *Zarathustra* (Zoroastre) l'a adoré et en récompense il a reçu de lui *la vigueur du bras et la force robuste du corps.* On tuait, pour le sacrifice qu'on lui faisait, un animal à peau tirant sur le jaune ou sur le vermeil, couleurs de l'aurore. La chair de la victime était préparée et mangée par le sacrificateur et par les *fidèles.* Si *l'impie, l'infidèle* la mangeait, les terres des aïryas seraient envahies par les ennemis de Zarathustra [3].

Ceci nous fait voir clairement l'importance de *Veretraghna* dans le culte iranien. Mais au-dessus de *Veretraghna* est *Mithra* et au-dessus de tous est le vrai dieu des iraniens *Ahuramazda.*

---

[1] Cf. *Spiegel.* «Die heil. Schrif. d. Parsen,» vol. II, pg. cx, et «Ind. Studien,» vol. III, pg. 419.

[2] V^e l'excellent travail de *Bréal,* «Hercule et Cacus.»

[3] Z.-Avesta, Bahràm-Yast, c'est-à-dire *le cantique de Behrâm. Behrâm* ou *Bahrâm,* c'est la forme raccourcie de *Veretraghna.*

Il contemple la lutte de *Mithra* aidé de *Veretraghna* et des autres génies contre l'esprit des ténèbres, mais il ne se mêle pas à cette lutte, car il n'a point de forme ni aucun attribut humain. Sa place est au-dessus des cieux; sa demeure est le *Garonmâna* éternellement dans les splendeurs de la plus vive lumière où il est assis sur un trône d'or.

Les Aryas hindous sont arrivés jusqu'à la conception de *Varuna*, «l'omniscient Asura [1],» correspondant à celle de *Ahuramazda*.

Mais bientôt Indra occupe sa place dans les cryances hindoues et «*Asura*» a été pris dans un mauvais sens, et comme synonyme de *démon*. *Indra* combat lui même les *asuras*, et, quoique *asura* [2], il est le vainqueur des *asuras*.

Dans le Rik on lit «asurâ» *les deux asuras* pour désigner *Varuna* et *Mithra* [3]. *Agni, Pradjapati, tous les dieux* sont des *asuras* [4]. Ainsi *asura* dans les parties les plus anciennes du Rik [5] est, par la forme et par la signification, exactement égal au mot *ahura* de l'Avesta. En effet, c'étaient des désignations également nobles, grandes et saintes dans la pensée des Aryas et des Aïryas. Dans le sanskrit védique et dans la langue zende le mot est ancien; il précède de beaucoup et la religion brahmanique et la religion mazdéenne; sa racine est «as», «ah»: «respirer, être, vivre», d'où «asura», «ahura» *le producteur de la vie* [6] idée en contradiction absolue avec celle de *démon des ténèbres*. Il me semble que cette signification du mot «asura» suffit pour défendre d'accepter l'explication, du reste très-ingénieuse, de Gubernatis [7]. Le mot ne se prêtait pas à l'équivoque, car il n'avait

---

1 Rgv. VIII, 42, 1.

2 Rgv. I, 174, 1; 54, 3; etc., etc.

3 Rgv. VII, 36, 2; VIII, 25, 4.

4 Rgv. V, 12, 1; 15, 1; X, 10, 2; I, 108, 6.

5 Deux passages seulement exceptés: II, 30, 4, et VII, 99, 5, où il s'agit de la défaite des fils, *descendants* ou *gens d'Asura*. Mais cela confirme plus mon idée.

6 V° *Fick*. «Vergl. Wörterbuch d. Indog. Sprachen.»

7 «Letture sopra la Mitologia Vedica,» pg. 253-254.

pas le sens ambigu comme le mot *Esprit* en occident, pour pouvoir désigner le *Saint-Esprit* et le *Mauvais-Esprit*.

J'ose preposer, à titre d'hypothèse, une autre explication de la confusion de ces deux idées opposées exprimées par le même mot.

D'après ce qui vient d'être dit, l'épithète d'*asura* a été donné à Indra à une époque postérieure à l'immigration des Aryas persans dans le plateau de l'Iran, et le dieu Indra est un dieu national et exclusif des Aryas hindous.

Par conséquent les *asuras* ennemis d'Indra ne sont pas du tout les éraniens. Si les *Brâhmanas,* plus tard, en faisant allusion aux Aryas persans les dénomment *asuras,* cela n'est qu'une dénomination comme celle de *vritra* pour désigner un ennemi, et celle de *vritrahâ* pour désigner le vainqueur des ennemis. Donc le mot «asura» n'est pas devenu propre à signifier *ennemi des dieux* par scission religieuse, ni par opposition avec le mot «ahura» *esprit de vie,* comme «devâs» dieux des Aryas hindous, désignait *les esprits du mal* pour les Aryas persans.

Or, parmi les noms des ennemis d'Indra il y en a deux très-remarquables. Les passages du Rik qui les donnent sont: II, 30, 8; IV, 30, 14.

Ces deux passages se rapportent sinon au même fait, au moins à des faits contemporains. Bien plus, attribués, avec un caractère historique des hymnes au même individu, ces deux passages nous signalent le même point dans l'espace, l'un en nous indiquant la religion d'un peuple, l'autre en donnant une époque.

Le premier texte (Rgv. II, 30, 8) nous dit qu'Indra a vaincu et tué le *taureau,* ou *chef,* ou *maître,* des *Çandikas:* c'est-à-dire des *descendants,* ou des *disciples,* ou des *sectaires* de *Çanda.*

D'après le *Sanskrit Wœrterbuch* de St-Pétersbourg *Çanda* était «l'un des prêtres des asuras». Le nom Çanda ne se trouve pas dans le Rigveda. Il est pourtant facile à pénétrer, et quelques lexicographes lui donnent comme signification celle de *taureau.*

Le second texte (Rgv. IV, 30, 14) nous dit que l'ennemi d'Indra était *Çambara,* fils de *Kulitara* ou de la race de *Kulitara.*

Les faits mentionnés par ces deux hymnes se sont succédé dans les contrées de l'Indus et de la Sarasvatî, dont le souvenir

s'éteignit plus tard dans la mémoire des Aryas immigrés dans le pays du Gange.

Agathias, d'après *Bérose* appelle Σανδης l'Hercule assyrien [1]. Dans un vocabulaire de Babylone *Bar* est traduit par *Zindu* lesquels sont applicables tous les deux, dit Rawlinson, à l'*Hercule assyrien* ou *Homme taureau* de l'Assyrie.

Dans la célèbre inscription cunéiforme de *Tuklat-Habal-Asar* [2], mieux connu sous le nom de *Tiglath-Phalasar* ou *Tiglath-Pileser I,* on lit le nom d'un roi contre lequel le monarque assyrien est allé porter ses armes en le faisant son captif qui, sous les formes *Kiliteru, Kaliteru, Kaliantiru* doit être comparé au patronymique «Kâolitara» du vaincu d'Indra.

Serait-ce là un descendant du *Kuliteru* de l'inscription? et serait-il de race arienne ou adorateur de *Axur* [3].

Le Rik témoigne le fait que des *Aryas,* ennemis d'Indra, vivaient de *l'autre côté de la Sarayu.* Si Çambara était de race aryenne, il est probable que ses dieux ont été *asuras.* Si, en supposant que les deux textes se rapportent au même fait, Çambara était sectaire de Çanda, la confusion entre les deux désignations «asura» et «ashur» était facile. Si chacun des textes se rapporte à des faits absolument indépendants, si Çambara n'a rien de commun avec Çanda, il avait deux ennemis dont l'un était probablement adorateur d'*Ashur* comme je suis porté à le croire d'après la confrontation avec Σανδης, l'Hercule assyrien. Il est

---

1 Apud «Rawlinson's Herodotus,» vol. I, pg. 649–650.

2 *Rawlinson* «Inscription of Tiglath-Pileser» in «Records of the Past,» vol. V. Assyrian Texts, pg. 10.

3 Le nom «Axur» ou «ashura» des inscriptions cunéiformes, a les significations du nom «asura» en sk. et «ahura» en zend. La racine de ces deux-ci est, comme il est déjà dit, «as,» *respirer, vivre, être,* d'où «asura,» *le producteur de la vie,* etc. La racine de «axur» est «axar» ou «ashar,» *marcher sur uu chemin drcit; marcher sans obstacle, sans difficultés,* d'où *être heureux, être fort, être puissant.* Le travail psychique a donné les mêmes résultats, mais il n'y a rien de commun à l'origine.

possible que l'autre ennemi fût un *asura* c'est-à-dire de race aryenne, adorateur de *dieux asuras* [1].

A l'époque de Tiglat-Pileser I, 1150 ans avant Jésus-Christ, l'empire assyrien était fermé au nord et à l'orient par des tribus aryennes, plus ou moins civilisées. Plus de 1000 ans déjà avant les massacres faits sous l'empire du guerrier assyrien, le Kurdistan avait les crêtes de ses montagnes couronnées de peuple aryen. Plus de 2000 ans avant Jésus-Christ, d'après Bérose, des hommes descendus des terres de la Médie, et paraît-il, des *Aryas,* c'est-à-dire de race aryenne, avaient conquis Babylone où ils établirent leur domaine pendant plus de deux siécles. Des éléments aryens très-importants entraient dans la formation des «Arba Lisum» ou *quatre langues* de la Chaldée ancienne.

Les Assyriens poussaient au nord et à l'est contre la mer Caspienne les Aryas, arméniens et mêdes. A l'orient de la Caspienne il y avait d'autres tribus aryennes qui s'étendaint jusqu'au Ferghâna. Quelques-unes des tribus vaincues par les assyriens étaient internées dans le territoire de l'empire et partagées comme esclaves entre ses habitants. D'autres payaient des taxes imposées en signe de dépendence ou étaient obligés de vouer au service religieux la fleur de leur jeunesse, orgueil de leurs rois.

---

[1] Quand, il y a bientôt un an, je lus devant M. Ph. Ed. Foucaux, professeur de sanskrit au Collège de France, le travail dont je donne ici le résumé, je ne connaissais pas encore le livre du Rev. K. M. Banerjea, de Calcutta, que M. F... m'a signalé. J'en ai fait l'acquisition et à mon tour je signale ce travail plein de modestie, de bonne de foi et de science: «The Arian Witness or the testimony of arian scriptures in corroboration of biblical history, etc.» Calcutta, 1875. Les citations données dans ce livre sont quelquefois fausses par fautes d'impressions non corrigées, ex.: pg. 22, au lieu de Rgv. I, 1, 22, on doit lire Rgv. I, 22, 16, 17. Je sais que le Rev. Banerjea a publié, à l'usage des étudiants orientalistes, le texte annoté des 32 premiers hymnes du Rgv. précédé d'une introduction, dans laquelle il essaye de démontrer la similitude ou l'unité de quelques traditions aryennes (védiques) avec des traditions de l'Asie occidentale, principalement celles découvertes par les études cunéiformes. Je n'ai pas encore pu me procurer cet ouvrage.

Il y en avait qui allaient se réfugier dans les montagnes escarpées au cœur des forêts les plus épaisses. Là, encore, les poursuivait Tiglath Pileser. Leurs cadavres tombaient du haut des rocs élevés, et comme une pluie de morts, descendaient les versants [1].

C'était au nom d'Ashur que le guerrier assyrien assujettissait les peuples en ravageant leurs contrées, détruisant leurs villes, faisant brûler leurs pâturages, prenant leurs troupeaux. Soixante-dix ans encore après, les Assyriens, passant au sud de la Caspienne à travers la Médie, poussaient des pointes jusqu'à l'Indus, où, avec eux, pénétraient aussi les peuplades fugitives.

La stérilité à laquelle la disparition de la mer qui autrefois couvrait le désert de Kobi condamnait les terres de l'Oxus et de l'Yaxarte, était une barrière suffisante pour forcer les Aryas fugitifs à prendre la direction du sud. Ils envahissaient alors la Baktriane et, arrêtés par l'obstacle des montagnes de l'orient, ils suivaient les debouchés que leur offraient les défilés de l'Hindou-Koh. Ils pénétraient alors dans le Pendjab et dans le pays du Kaboul.

Si, comme le pense Banerjea, les traditions védiques font des références au pays de l'Euphrate et du Tigre, telle est la cause de l'émigration des Aryas hindous du Pendjab pour les bords du Gange, telle est la cause de confusion des deux idées de *producteur de la vie, fort, héros, puissant* et *ennemi, démon* dans un seul mot «asura».

De ce qui vient d'être dit on doit conclure que la plupart des hymnes védiques et la plus belle mythologie des Aryas hindous, celle qui est commune aux Aryas persans, sont antérieures de plus de douze siècles à l'ère chrétienne, ce qui est conforme à l'opinion reçue.

A partir de ce moment, les Aryas hindous commencent la vie de nation. L'inspiration des Rishis disparaît pour faire place aux spéculations des Brahmanes. On réunit les hymnes.

---

[1] Inscription.

On étudie la langue déjà vieillie, on l'analyse, on la travaille. On fait disparaître les variations dialectales, on lui donne une uniformité dominante, modelée, artificielle. Le beau langage populaire, dans lequel les chantres védiques ont célébré d'Indus et Sarasvatî, à force d'être sequestré, devient le *sanskrit* c'est-à-dire, d'après les idées brahmaniques, *purifié, sacré, rendu propre pour les choses du culte.*

Aux hymnes védiques du Kaboulistan oriental, et du Pendjab succèdent les *Brâhmanas.*

Abandonnons, nous aussi, l'Indus et les rivières qui s'y jettent, allons vers le Gange pour sonder les mystères que ces livres nous révèlent [1].

G. DE VASCONCELLOS ABREU.

---

[1] Ici se termine la première partie de ce travail, concernant les *Samhitâs;* la seconde partie, relative aux *Brâhmanas,* sera publiée plus tard.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

DA SANGRIA NA HEMMORRHAGIA OU APOPLEXIA CEREBRAL

Não é sempre facil reconhecer a causa d'uma apoplexia: lesões cerebraes muito variadas são capazes de provocar o estado apopletico. Comprehende-se portanto que, na hypothese, a therapeutica tenha de variar consoante as condições pathogeneticas da molestia e, implicitamente, que a applicação rotineira das sangrias não possa figurar como indispensavel no estado apopletico.

A apoplexia acompanha frequentemente a hemmorrhagia cerebral; e, neste caso, a sangria é o primeiro agente therapeutico que geralmente se emprega. Sendo porém incontestavel que a practica das sangrias tem sido algumas vezes inutil e ainda prejudicial, julgamos conveniente apresentar em quadro resumido a discussão que, nos ultimos annos, se tem ventilado relativamente a este ponto de therapeutica.

I

Para Trousseaux, a hemmorrhagia cerebral, seja qual for o seu gráu, não deixa de ser um facto consumado, contra o qual não ha medicação que possa aproveitar.

Para basear a sua opinião o auctor não adduz sómente considerações theoricas, invoca tambem factos experimentaes e pathologicos.

Terá o cerebro, diz Trousseaux, algum privilegio que os outros tecidos não partilhem? Não consta. Ora os meios usados nas

contusões de qualquer parte do corpo reduzem-se ao alkool camphorado, á agua branca, á compressão, etc. e algumas vezes prescinde-se de toda e qualquer applicação, na certeza de que, tanto num como noutro caso, a duração da ecchymose é sensivelmente a mesma. Não existindo pois privilegio especial no cerebro, não se concebe que tenhamos mais acção sobre os derrames cerebraes que sobre os dos outros tecidos.

Segundo certos pothologistas a congestão cerebral acompanha constantemente a apoplexia, e é nessa supposta congestão que prende o estado apopletico; crença esta, que os absolve da applicação constante da sangria: Trousseaux porém, sem negar absolutamente a existencia da congestão, explica a apoplexia por outro mechanismo.

«O cerebro, diz elle, ao experimentar uma lesão *brusca,* responde a esta grave offensa de modo muito variavel mas ás vezes muito exaggerado. Assim, um individuo qualquer, cujo cerebro seja parcialmente dilacerado por uma bala ou ferido por um instrumento perfurante, cahirá como se fôra fulminado por um raio; mas, apezar do derrame intra-craneano proveniente da ferida recebida e da congestão phlegmasica inseparavel da dilaceração de tecidos, o sentimento, movimento e intelligencia manifestar-se-hão lenta e, algumas vezes, rapidamente. A este estado de resolução, analogo ao que segue a *commoção,* denomina o auctor — *étonnement cérébral.*»

A experimentação parece ainda confirmar a opinião que expuzemos.

Trepane-se com effeito o craneo d'um cão ou coelho; interponha-se ao craneo e superficie cerebral uma bala de chumbo, e a resolução geral não tardará a apparecer: essa resolução porém cessará passado certo periodo, ficando apenas a hemiplegia correspondente á compressão cerebral. Como nessa experiencia, diz Trousseaux, não póde invocar-se a *commoção,* é preciso admittir que o cerebro, surprehendido por um accidente inesperado, revelou esta surpreza por phenomenos transitorios. Conclue pois o auctor que, ao operar-se um derrame cerebral, a apoplexia consecutiva, attribuida por certos pathologistas á congestão, deve

filiar-se no *étonnement cérébral,* phenomeno este que parece corresponder á *nevrolysia* de Jaccoud.

Trousseaux acceita a fluxão irritativa do cerebro e admitte que esta possa provocar symptomas apopleticos; não concebe porém a apoplexia brusca e anterior aos phenomenos circumscriptos por effeito da pretendida congestão. O que se tem denominado congestão apopletiforme consiste geralmente, segundo o auctor, num phenomeno analogo ao accidente epileptico, ecclamptico, ou syncopal, e por isso a medicação antiphlogistica parece-lhe inutil e mesmo prejudicial.

Fundado nas considerações expostas, o illustrado professor francez não sangra o doente, nem o submette a rigorosa dieta; pelo contrario dá-lhe algum alimento e proscreve toda a intervenção activa, affiançando ter obtido maior numero de curas, e em menos tempo, por este systema *expectante* do que pelo processo das sangrias.

Trousseaux reconhece as difficuldades com que ha a luctar para não sangrar um apopletico; os attritos que ha a vencer para banir um meio therapeutico reputado legitimo e valioso por tantas gerações medicas; a coragem emfim e força de vontade que é preciso ter para resistir ás instancias da familia do doente e ainda ás dos collegas; entretanto cumpre não ceder, porque mesmo na extracção d'uma pequena porção de sangue ha muitas vezes perigo real, podendo a morte seguir-se a uma sangria insignificante.

O illustrado professor francez, baseado em considerações theoricas e factos experimentaes já expostos, e tendo-lhe a observação revelado: 1.º a reproducção de hemmorrhagias cerebraes apezar, e talvez em consequencia de sangrias anteriores; 2.º o apparecimento de hemmorrhagias cerebraes depois de sangrias preventivas—conclue por banir a phlebotomia da therapeutica da hemmorrhagia cerebral.

II

Como já dissemos, a practica rotineira das sangrias foi seguida por muitas gerações medicas como a unica efficaz para combater a apoplexia cerebral. A datar porém de certa epocha alguns medicos sensatos impressionaram-se vivamente com a inutilidade da sangria practicada algumas vezes na imminencia apopletica, e mais ainda com a nocividade d'aquelle meio therapeutico em alguns casos de apoplexia consumada, surgindo naturalmente a questão da conveniencia ou inconveniencia da phlebotomia no estado apopletico. Travou-se acalorado debate entre as primeiras summidades medicas, votando uns pela proscripção absoluta da sangria, o que nos parece uma exaggeração perigosa; querendo outros a phlebotomia em todos os casos, o que é inadmissivel em face das observações necroscopicas; dizendo emfim alguns que a sangria tinha indicações e contra-indicações, cumprindo sobretudo estudar as circumstancias apropriadas á applicação das emissões sanguineas.

No ultimo grupo figura o dr. Rigons-Stern. Este eminente practico não desconhece a vantagem e mesmo a necessidade das sangrias em algumas apoplexias; o que elle nega é a conveniencia d'aquelle meio therapeutico em todas, por ser incontestavel que estas podem derivar de lesões diversas, algumas das quaes, por exemplo — o amollecimento agudo ou apopletiforme do cerebro — cujo diagnostico é tão obscuro como importante debaixo do ponto de vista therapeutico, excluem formalmente o emprego das emissões sanguineas.

Infelizmente a lei de Recamier, que suppõe *consonancia de symptomas na hemmorrhagia cerebral, e dissonancia no amollecimento apopletiforme do cerebro* [1] verificada nalguns casos obser-

---

[1] Segundo forem perturbadas simultanea ou isoladamente as manifestações funccionaes do cerebro — intelligencia, movimento e sensibilidade — *assim haverá consonancia* ou *dissonancia de symptomas.*

vados por Trousseaux, não está ainda solidamente estabelecida. Do mesmo modo a rapidez ou lentidão com que as paralysias se manifestam, e a presença ou ausencia de convulsões iniciaes e de ligeiras contracturas não são tambem criterio sufficiente para estremar á cabeceira do doente a hemmorrhagia cerebral do amollecimento apopletiforme do cerebro. Temos pois um problema importante a resolver, cumprindo a todos os practicos o empenhar-se sériamente no sentido de esclarecer este ponto de diagnostico tão importante para a therapeutica da apoplexia cerebral.

Assim como o dr. Rigons-Stern, Mr. Ardouin não practíca sempre a sangria na apoplexia cerebral nem a repelle systematicamente, por isso que a observação lhe tem revelado casos em que a phlebotomia tem accelerado a morte do doente — outros, em que a sangria teve incontestavelmente uma acção benefica e por ventura principal na cura obtida — alguns emfim, em que, pelo tractamento tonico e revulsivo sobre a pelle, a cura se operou rapidamente.

Quaes serão pois os casos em que deverá opportunamente applicar-se a sangria?

Cumpre, diz Mr. Ardouin, attender muito ás condições individuaes, mas o que sobretudo deve guiar o medico na applicação ou abstenção da sangria é o estado do apparelho circulatorio e o da innervação. Se ha indicios de congestão activa, embora exista um coagulo sanguineo na massa cerebral, a phlebotomia está indicada — havendo stupor de feições, innervação como suffocada, e principio vital deprimido, deve recorrer-se aos tonicos.

Parece-nos prudente a opinião de Mr. Ardouin; não cremos porém que as indicações da sangria, apontadas pelo eminente practico, sejam tão claras e frisantes que resolvam todas as duvidas debaixo do ponto de vista de diagnostico e de therapeutica.

(Continúa) José Epiphanio Marques.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

VERSÃO DO PSALMO 50

(Miserere mei, Deus,)

Deus de clemencia infinda,
Tende de mim piedade:
A minha iniquidade
Obliterae, Senhor.

Pois em misericordias
Vós sois tão abundoso,
Com este criminoso
Não exerçaes rigor.

Mas, inda mais, lavae-me
Das manchas do peccado:
Assim purificado,
Mui outro me verei.

Conheço a minha culpa,
E tenho, de contino,
Presente o desatino
Do mal que perpetrei.

A vós unicamente
Eu fiz a atroz offensa;
Ousei vossa presença,
Meu Deus, desacatar.

Sois sempre justo e recto;
Contra sentença vossa
Não ha ninguem que possa
Escusas allegar.

Mas vós sabeis que eu fôra
Em culpa concebido,
E peccador sahido
Do seio maternal.

Eis que a verdade amando,
A mim, que muito honrastes,
Arcanos revelastes
De sciencia divinal.

Foi mercê grande: agora,
Outra implorando, eu clamo;
Com verde hyssópeo ramo
Ah! vinde-me asperger.

Por vós mundificada
Minha ferida impura,
Em estremada alvura
A neve hei de exceder.

Ouça de novo annuncios
De beneficios vossos,
Meus humilhados ossos
De gosto exultarão.

Ah! desviae os olhos
Do meu error funesto:
Em mim nem leve resto
Deixae de corrupção.

Um coração formae-me
Limpo de indigno affecto;
Em mim animo recto
Vos praza renovar.

Longe de vossa face
Não me arrojeis proscripto:
Do vosso Sancto Esp'rito
Não me queiraes privar.

Restitui-me o gozo
Que outrora em mim sentia
Na fé com que em vós via
A minha salvação.

Por vós communicado,
O Espirito supremo
Me infunda, em todo o extremo,
Vigor, consolação.

Aos máos as sendas vossas
Eu mostrarei: perversos
Detestarão, conversos,
Seus crimes, seu error.

Da sanguinaria pena
Forrae-me ao risco, ao susto;
A vós, Deus sancto e justo,
Tributarei louvor.

Descerrareis meus labios:
Em canticos, em hymnos,
De vossos dons divinos
Eu soltarei pregão.

Se vos prouvessem hostias,
Eu rezes immolara:
A vós offerta cara
As victimas não são.

O sacrificio praz-vos
De animo humilde, afflicto;
Um coração contrito
Jámais desprezareis.

Sião a vós recorre:
Se conseguir seu brado
De vós ser escutado,
Seus muros erguereis.

As oblações e os votos,
O justo sacrificio,
De receber, propicio,
Então vos prazerá.

Sobre o altar, com pompa
Propria do fausto evento,
Rezes de grosso armento
O povo immolará.

A. J. VIALE.

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO

CAPITULO V

(Continuado do n.º 2, paginas 96)

§ 2.º

João XX considerado na razão de medico

Todas as vezes que succede metter fouce em seara alheia occorre-me sempre o decantado *Ne sutor ultra crepidas,* e por mais que eu consulte os bons auctores e me aproveite do que dizem os entendidos e versados naquellas materias que eu ignoro, fica-me sempre um temor excessivo de que me censurem de arrojado e temerario, e de incorrer na justa indignação do publico sabedor e illustrado. É por esta razão, que eu serei brevissimo no juizo das obras medicas do nosso Pedro Julião; e escrevendo sempre a medo, e com certo aperto de coração apenas deverei tomar folego, e respirar quando chegue aos para mim deleitosos e amenissimos campos da bibliographia, ou da theologia. Sei de mais a mais que os modernos com o famoso historiador da Medicina á sua frente [1] olham para o *Thesouro dos pobres* e mais escriptos do nosso portuguez com um desdem, que se equivoca facilmente com o formal desprezo, e quasi atrevendo-se a negar o que tres ou quatro seculos consecutivos affirmaram de Pedro Hispano. Grande medico lhe chamaram todos os seus contemporaneos; grande medico lhe chamaram até os medicos dos seculos seguintes, e ainda nos fins do seculo XVI e em distancia de quatrocentos annos do proprio em que foi eleito pontifice, se estampava em Francfort o

---

1 Schlegel — *Storia della Mediceria pragmatica*, tom. 4.º, pag. 272.

Thesouro dos pobres, debaixo de um titulo, que não indica nem desprezo, nem pouca estima do auctor, e é o seguinte:

Thesaurus pauperum Petri Hispani Pontificis Romani Philosophi ac Medici doctissimi, de medendis morbis humani corporis liber. Experimenta particularia per simplicia medicamenta ex probatissimis auctoribus et propriis observationibus collecta continens. Num primum[1] *opera et studio Guilielmi Adolfi Scribonis in lucem editus et multis in locis castigatus. Francfort apud haeredes Chr. Egen., 1576.*

Na dedicatoria a João Volfio Marpurgense, depois de tocar alguns particulares da vida e acções d'este pontifice, em que teve por guias bem pouco fieis nesta parte a Platina e Trithemio, accrescenta: «Quiz ao menos apontar o que foi de habil, perito, e versado na theoria e practica da Medicina este medico hespanhol; o que bem se mostra pelo *Thesouro dos pobres,* que é uma especie de armazem, em que se podem achar as mais uteis e seguras experiencias. Este livro é uma especie de botica a mais bem provida de medicamentos, é uma especie de jardim amenissimo, e o mais abundante de varios simpleces os mais conducentes para a saude. Simpleces lhe chamo, porque o auctor se empenhava em curar com elles as doenças, e por isso bem poucos remedios compostos aconselha e descreve, obrando nesta parte judiciosamente... Caso porém pareça a algum dos leitores que o nosso hespanhol como empirico não seja digno de credito, pois que o raciocinio, como deixo mostrado, é necessario para a Medicina; por certo que na prefacção do auctor poderá notar facilmente que elle não é um simples medico empirico, porém dogmatico... o que tambem se colhe do seu tractado das febres, onde bem claro ensina que é necessario indagar as diversas causas donde as febres tenham procedido. É por tanto um livro que assás merece andar nas mãos de todos, etc.

---

[1] Que illusão! Quantas edições se contam a esse tempo d'esta obra! Ainda não é certo que a de 1476 fosse a primeira, como adiante se verá.

Á dedicatoria seguem-se varios elogios poeticos ao auctor e á obra, porém logo no primeiro, não obstante o seu começo

En Petrus Hispanus Medicus feliciter usus
Artibus, hoc moriens nobile liquit opus,

se encontra uma satyra formal, em que se approva o que os modernos escrevem d'este nosso portuguez:

Quod suspensã docet collo sanare, bonamque
Esse caracterum vim: puer anne Papa est?

Mas para que tenho em suspensão os meus leitores? Ainda mesmo que no *Thesouro dos pobres* se aconselhem e prescrevam certos remedios extravagantes e ridiculos, assim mesmo cumpre advertir que Pedro Hispano tinha assás discrição para condemnar absolutamente os versos ou cantos supersticiosos [1], e posto que elle não duvide affirmar que todo aquelle que trouxer comsigo os nomes dos tres Reis Magos [2] não será accommettido de epilepsia, eu antes quizera curar-me com estes medicos taxados de ignorancia ou de superstição, do que chamar para minha cabeceira um medico propenso a outros defeitos mil vezes mais graves, ou iscado de materialismo... Muito embora Pedro Julião pagasse o sempre indispensavel tributo ás opiniões, que vogavam no seu tempo, e não alcançasse a medicina naquelle estado de progressos de que elle hoje se jacta, nem por isso lhe devemos negar o titulo de grande medico.

Se Plinio e Dioscorides foram grandes, e abalisados sabedores das sciencias naturaes, se a eschola Salerinitana foi alguma cousa no mundo litterario, se os Arnaldos de Villa Nova, se os Pedros de Abano, foram grandes medicos, apezar de conterem nas suas obras muito e muito que se deva ou castigar ou expungir, por-

[1] *Thesaur. pauper.*, pag. 253, edit. Lugdunens., anni 1525.
[2] Ibid., pag. 255.

que não seria grande medico o nosso Pedro Julião, que soube toda a medicina que no seu seculo se podia estudar e aprender, e que não só aproveitou o que escreveram os mediços arabes, então mui validos, e justamente validos nas escholas da Peninsula das Hespanhas, mas que possuia Hippocrates, o medico dos medicos, o medico por excellencia, a que os proprios modernos reconhecem pelo seu verdadeiro mestre, e exemplar a que todos folgam de accudir, e nenhum se peja de o tomar por seu guia e seu modelo? Agrada-me concluir esta discussão com as palavras formaes de um egregio professor de medicina, que ha pouco falleceu nesta capital do mundo christão.

«Seja o que for (diz elle [1]) dos erros em que cahiram os medicos d'esse tempo, e das absurdissimas superstições que elles excogitavam, e remedios que applicavam aos enfermos por seguirem nestes pontos o que se tinha por verdadeiro naquelles dias, não tenho duvida em affirmar que João XXI (melhor dissera XX) foi no seu tempo um bom medico, excepto se quizerem excluir d'este rol a Simão de Cordo, a Pedro de Abano, e a Arnaldo de Villa Nova, que foram astros brilhantissimos d'este seculo e do seguinte, apezar de não serem cultos neste genero de sciencia.»

Motivo foi este, por que summamente me consolei de que Mr. Alibert afamado promovedor dos genuinos estudos de medicina, e que no meio dos poucos, que modernamente mais se distinguiram nesta sciencia, a nenhum deixou salva a primazia, assim escrevesse d'este Pontifice. E o Papa João XXII, que foi grande medico antes de subir ao Pontificado [2].

Passemos agora ao que eu ha muito desejava, isto é ao exame de uma prova que se deve chamar externa do merecimento da obra, quero dizer as suas edições e traducções, que bem provam

---

[1] Johan. Baptistae Bomba — *Romani de Pontificibus Medicis aut Medicorum filiis commentarium, etc.* Romae, 1821, pag. 15.

[2] *Nosologie Naturelle,* tom. 1.º na prefacção, onde lhe chama João XXII, talvez na persuasão de que o seu compatriota do seculo seguinte fôra o auctor do *Thesouro dos pobres,* o que já deixámos convencido de illusão e falsidade.

que nunca foi olhada com indifferença, antes que foi assaz estimada e applaudida, e d'esta prova farei uso mais ao largo, por isso mesmo que é mais conforme com os meus gostos e com os meus estudos.... e já que pela facilidade de consultar muitos livros, e examinar diversos Codices manuscriptos d'esta obra, e das mais de medicina, que escreveu o nosso portuguez, conheci que sem embargo da fartura de especies adduzidas pelo auctor da *Bibliotheca Lusitana,* resta ainda muito e muito que accrescentar-lhe, pensei fazer um pequeno serviço á patria litteratura, se de muito que apontei fizer uma selecção, que por certo não será desagradavel aos amadores d'este genero de erudições. Prevenindo entre tanto os meus leitores de que me foi impossivel acertar com a Universidade ou estudo publico onde o nosso portuguez estudasse medicina, pois ainda que as opiniões se dividam entre Paris e Montpellier, nem Boulay, nem Astrui, nas suas Historias me submnistraram outro argumento que não fosse a noticia vaga, que deram alguns historiadores portuguezes, ao que já alludiamos em o capitulo primeiro d'esta obra, e não deixando todavia de esperar que talvez quando eu menos o pense descobrirei alguma cousa de positivo nesta materia, e começarei a promettida resenha das obras medicas do nosso portuguez, pelo que a todos os respeitos se chama a principal de todas.

Mr. Brunet no seu *Manuel du Libraire* tem o seguinte:

Petri Hispani (Johannis XXI) *Thesaurus pauperum. Exaratus Antuerpiae per me Theodorum Martini....*, 1476, die 22 maii, in fol.

E declara immediatamente ser esta a primeira edição d'esta obra, porém sendo tal o seu objecto, e tão geralmente conhecida a sua utilidade, é bem de presumir que se fizesse anteriormente alguma edição, se por ventura não fossem edições d'esta obra, e sou induzido a conceber esta bem fundada suspeita não só por muitos exemplos de edições reputadas primeiras, e que ultimamente passaram ao seu logar de segundas e terceiras, mas pelo que observo no tocante ás proprias obras do nosso portuguez, e como o succedido com os seus tractados de Logica me devia servir aqui de prova, e não debil, do que tenho suspeitado, por

isso reservei para este logar o que melhor ficaria noutro, se por ventura eu não temesse repetir o que já disse, e causar fastio aos meus leitores.

O douto jesuita portuguez, padre Antonio de Macedo, na sua *Lusitana purpurata,* quando falla nas obras do sancto padre João XX, diz, fundado no dizer de outros [1], que a sua Logica unida ao *Doctrinale puerorum* de Alexandre de Villa Dei, foram os primeiros livros que se imprimiram. Ainda que seguido por outros, foi desamparado pelos melhores criticos, e passava já tanto em julgado que elle ou crera de leve, ou errara neste ponto, que eu mesmo assim o dizia nos meus borrões, e tinha por inteiramente apocrypha aquella noticia. Mas que assombro não foi o meu, quando, ao examinar a obra do sabio Murr, que se intitula:— *Memorabilia Bibliothecarum publicarum Norimbergensium,* achei o seguinte:

Petri Hispani —*Tractatus editio Moguntiae,* anno 1462 una cum grammatica Alexandri Dolensis! [2]

D'aqui se vê que os *Tractados philosophicos* de Pedro Hispano foram no estampar coevos, e talvez anteriores á famigerada *Biblia Moguntina;* e se o padre Macedo não teve razão para acreditar que estes livros fossem os primeiros que se imprimiram, pelo menos se lhe chamasse dos primeiros que se imprimiram teria dicto a pura verdade. Bem sei que pelo nome vago de *Tractados* não se póde dizer que entrassem neste numero as Summulas; porém, como a estas mais de uma vez se deu o nome de *Tractados,* é bem crivel que os de maior uso e prestimo, e que faziam um livro elementar de primeira necessidade fossem tambem os primeiros estampados... Por uma paridade de razão eu julgo mui provavel que o *Thesouro dos pobres* fosse impresso antes de 1476, e sem combater o douto bibliographo Brunet, fico na liberdade de esperar que ainda pelo andar do tempo se venha a descobrir a primeira edição d'esta obra, tão estimada, e

---

[1] *Ed. Parisiens.* de 1663, pag. 54.

[2] Parte 2.ª Norembergae, 1788, pag. 149.

tão util e precisa ao genero humano. Seria tediosa a lista de todas as edições posteriores á de 1476, e basta-me advertir que foram muitissimas, para que só d'este argumento se conclua que ainda em seculos menos escuros, e mais polidos que o decimo terceiro, era bem reputado e procurado dos amadores de livros o *Thesouro dos pobres,* o que ainda melhor se conhece pelas traducções em differentes linguas, que fazem outra prova não menos luminosa de quanto era lido e estimado.

A primeira traducção de que tenho noticia foi a italiana, estampada em Veneza por João Ragazo e João Maria, socios em 1494 em 4.º pequeno [1]. Guarda-se na selectissima livraria do Duque de Modena, mui rica de edições do seculo XV; a esta seguiram-se outras muitas edições, de que me bastará indicar a Veneziana de 1500 — sem nome do impressor [2], a de 1531 por Bento Bendoni, a de 1543 por Agostinho Bindoni, a de 1544 pelo mesmo, sem fallar em outras que se lhe seguiram, e advertindo sempre que outras muitas haveria pelo mesmo tempo ou

---

[1] Póde ver-se Argelati — *Bibliotheca degli volgarizzatori.* — Milano, 1767, tom. 3.º, pag. 411; e para as tres Venezianas, que aponto, deve consultar-se o eruditissimo philologo Bartholomeu Gamba na *Serie delle edizioni de testi de lingua italiana.* — Milano, 1812, pag. 414. No tomo 6.º do *Diccionario da Crusca,* pag. 38, nota 237, edição de Napoles de 1547 mui sériamente se affirma que Pedro Hispano, auctor do *Thesouro dos pobres,* é o Cardeal Bispo de Sabina e creatura do sancto padre Bonifacio VIII. Risum teneatis etc.... O celebre poeta Vicente Monti, achando em alguma edição incorrecta que a palavra latina *Occipitium* respondia á italiana *Cipresso,* d'aqui tirou azos para invectivar Pedro Hispano sobre a sua sciencia medica, dando por outra parte a entender uma ignorancia que não se devia suppor em um italiano de *tanto grido,* pois teve para si que esta obra foi escripta originalmente em italiano.

[2] Na Bibliotheca Casanatense ha uma edição Veneziana do proprio mez e anno, que tem o nome do impressor, isto é, João Aloisi de Varisi; e claro é ser diversa da que citamos, pois esta se dá por concluida a 2, e a Casanatense a 20 de novembro.... Duas edições da mesma obra ao mesmo tempo e no mesmo logar sempre deram a entender a affluencia de compradores, e merecimento não vulgar da obra.

na propria cidade, ou em quaesquer outras de Italia. Ao menos a obra de Pedro Hispano adquiriu uma certa immortalidade nestas regiões por ventura as mais benemeritas de litteratura, quer seja antiga, quer moderna, visto que a versão do *Thesouro dos pobres* é texto de lingua, o que por signal já tem dado no seculo XVI e nestes ultimos tempos occasião, como já se notou, a bem torpes enganos. Mais tarde foi esta obra trasladada em inglez debaixo do titulo:

Treasury of Health Englished, ed augmented by H. LLoyd. London, 1585, in 8.º [1].

Da versão castelhana estampada em 1622 julga o doutissimo D. Nicolau Antonio que foi precedida de outras edições mais antigas, nem faltou a versão portugueza, que escripta em characteres rabinicos pertencia ao citado D. Nicolau, e d'ella fez memoria o cisterciense D. Julio Bartolocci...

Aqui teria eu acabado o meu exame sobre a sciencia medica de Pedro Julião, e suas provas, e mencionando apenas os numeros dos *Codices Vaticanos,* onde se contêm as suas obras [2] não teria mais que dizer a este proposito; mas feliz ou infelizmente deixo no alvedrio dos meus leitores a eleição de qualquer d'estes dois extremos tão contrarios, se por ventura não achasse no fim

---

[1] *Hyde Cathlogus Impressorum Bobl. Bodheyanae.*

[2] *Codices Vaticanos,* n.os 5373, 5374, 5375 e 5377; *Vaticano Palatinos,* n.os 995, 1008, 1085, 1139, 1200, 1256, 1259 e 1316; *Vaticano Regios,* ou que pertenceram a Catherina, rainha de Suecia, n.os 1731 e 1312; *Vaticano Urbinatenses,* n.º 1392. Cumpre advertir que no *Codice Vaticano Palatino* se contém por letra do seculo XV a obra seguinte: *Iste liber qui intitulatur, liber de regimine principum, qui secundum aliquos ascribitur Aristoteli, qui fecit eum ad instantiam Alexandri Magni, et secundum aliquos ascribitur Magistro Petro de Hispania, qui fecit eum et misit Regi Hispaniae per modum Litterae missilis.* Occorreu-me que bem facilmente seria este o proprio livro *de regimine sanitatis*, que dizem fôra escripto pelo nosso portuguez, e mandado á rainha D. Branca, mãe de S. Luiz de França; porém feito um breve exame conheci que era uma parte do *Secretum Secretorum*, que falsamente se attribuiu a Aristoteles, e que foi impressa em Bolonha por Bento Ettore, 1516.

do *Commentario* ou *Memoria* já citada do dr. Bomba o seguinte, que me animou a emprehender novos trabalhos: «Para que eu dê um bom final a esta obra, e para maior augmento da *Bibliotheca Medica,* faço saber que entre as muitas preciosidades litterarias do Vaticano se guarda manuscripta uma obra de Pedro Lusitano, desconhecida até hoje ainda aos mui accurados bibliographos (se por ventura não é parte do seu tractado *de oculis,* que eu nunca vi) que nunca foi dada ao prelo e que se intitula:

Tractatus mirabilis aquarum, quem composuit Mag. Petrus Hispanus cum naturali industria secundum intellectum ad visum conservandum et contra omnem maculam de oculo.

Os codices porém do Vaticano, que contêm as obras de Pedro Lusitano, têm por marca os n.os 5373, 5374 e 5375, e ahi se encerram muitos tractados de Medicina, que, posto que sejam anonymos, talvez pertencem ao mesmo pontifice, e das quaes se poderiam tirar optimas especies, ainda que para as desentranhar e pôr em limpo seria necessario gastar muito tempo e muitas horas de estudo.»

Até aqui o sabio italiano, e foi quanto bastou para que eu, estimulado da gloria nacional, e já revolvendo na imaginação a mais abundante colheita de fructos litterarios, até hoje encobertos ou ignorados, me expuzesse a uma fadiga, que tudo promettia ser coroada do melhor sucesso. Não succedeu assim, pois havendo á mão os dois primeiros codices, e achando sómente no Codice 5377, e não em o Codice 5375, as promettidas obras de Pedro Hispano, conheci á primeira vista que todas aquellas esperanças erão vans e mal fundadas. No Codice 5373 a maior parte dos extractos ou opusculos, que alli se contêm, são de auctores conhecidos: a saber Pedro de Tussigano, Gentil de Fulgino ou Foligno, Bartholomeu de Varignana, Marco Antonio de Guaineri, Gilberto, Inglez, Angelo Cardeal de Aquapendente, e outros.

No Codice 5374 apparece o *Liber Servitoris,* Balchasi Benaberazerim, translatus a Simone Januensi, interprete Habroam Juddo Tortuosensi. É do seculo XV, e acaba assim: Finit Liber servitoris de preparatione medicinarum simplicium. Impressus Venetiis per Nicolaum Jenson Gallicum. As sette folhas manus-

criptas, que se seguem neste Codice, apenas contêm um receituario italiano mais recente, e sem o mais leve indicio de que o seu collector fosse Pedro Hispano.

No Codice 5377 é que vem o tractado *de aquis,* com o proprio titulo acima copiado, e que é breve, pois, começando a folhas 135 acaba a folhas 137, e como tenha de mais a mais um com o sobre titulo —*Pro oculis*—, sem temeridade se póde crer que seja parte do tractado *de oculis,* como suspeitava o dr. Bomba....

Caso porém seja uma obra original de Pedro Hispano, inteiramente separada de qualquer outra do mesmo auctor, assim mesmo o sabio italiano por certo que não tem a gloria de ter sido o primeiro que a fizesse conhecida...

Ha muitos annos (que em 1822 já passavam de trinta) um sabio hespanhol advertiu que nos Manuscriptos do Escurial existia o tal opusculo e pequeno tractado *de aquis.* Foi elle o doutissimo Perez Bayer nos seus preciosos additamentos á *Bibliotheca Hespanhola* de D. Nicolau Antonio, e como esta segunda edição seja conhecida em Roma, por que fatalidade ao recensear os escriptos de um medico hespanhol, não occorreu ao dr. Bomba ser absolutamente necessario soccorrer-se dos auctores hespanhoes, e nomeadamente d'aquelle que tão zelosamente se incumbira, e tão felizmente desempenhara a tarefa mui custosa de emendar e illustrar uma Bibliotheca das mais bem trabalhadas, das mais criticas, e bem dispostas que até hoje appareceram no mundo? Fallo assim não para extranhar ou reprehender, mas tão sómente para que os extrangeiros que tractarem das nossas cousas sejam menos faceis em suppor que nós ignoramos o que ha muito nos era sabido, ou que nos dão novidade naquillo mesmo que talvez ha seculos já era assaz conhecido entre nós.

(Continúa).

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1874 E 1875

(Continuado do n.º 12, vol. XXIV, paginas 288)

P

Paulo de Barros Pinto Osorio. Ao que escrevemos na *Bibliographia* de 1872 e 1873, accrescentaremos que tomou o gráu de bacharel na faculdade de Philosophia em 1875; e quando frequentava o 5.º anno da mesma faculdade, escreveu e publicou:

129) — *Questões de hygiene e de agricultura. Cemiterios e incineração dos cadaveres.* Coimbra, Impensa da Universidade, 1874, 8.º, 135 paginas.

Este livro tem o seguinte offerecimento: — Ao seu bom pae, Victorino Cardoso Pinto de Barros, e a seu illustrado mestre, o ex.mo sr. dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho, em signal de respeito e profundo reconhecimento, offerece o auctor.

O professor da 8.ª cadeira — *Agricultura geral, zootechnica, economica raral* no 5.º anno da faculdade de Philosophia, acima citado, apresentou alguns pontos de hygiene para serem resolvidos em dissertação pelos seus discipulos, e este auctor houve-se com tal mestria na desenvolução do ponto, que o professor o aconselhou a que o désse á estampa, pois que em Portugal é materia inteiramente nova e ainda não tractada.

Varios jornaes se occuparam d'este importante livro. Com muito louvor, porém, e mais extensamente no *Conimbricense,* n.º 2:817, de 1874, o seu illustrado redactor, o sr. Joaquim Martins de Carvalho, escreveu o seguinte:

«Recebemos e agradecemos um livro nitidamente impresso na typographia da Universidade. Intitula-se — *Questões de hygiene e de agricultura — Cemiterios e incineração dos cadaveres.* — É seu auctor o sr. Paulo de Barros, estudante do 5.º anno da faculdade de Philosophia.

«É de grande importancia scientifica a questão tractada neste livro, e que actualmente é estudada em França, na Austria, na Italia e na Suissa. O auctor discute largamente e com muita erudição as vantagens e inconvenientes dos cemiterios, decidindo-se pela preferencia d'este methodo de inhumação, e condemnando a incineração dos cadaveres.

«É digno de ler-se tudo quanto o sr. Barros escreve a respeito de tão melindroso assumpto, no campo da hygiene, da agricultura, da religião, da historia, e dos sentimentos. O problema é difficil de resolver, porque prende com as mais elevadas questões scientificas e sociaes. Ninguem póde ser indifferente ao destino dos seus restos mortaes, ou o fogo os converta em fumo e cinzas, ou o cadaver seja consumido pelos vermes da terra.

«A egreja não condemna as pyras mortuarias, e até os livros sanctos dizem — *in pulverem revertéris*. A incineração dos cadaveres foi muito usada em Roma e na Grecia; e na epocha actual a opinião publica parece manifestar-se a favor d'este systema em alguns paizes civilisados.

«O sr. Barros, porém, combate energicamente esta practica funeraria, e prefere o cemiterio nas devidas condições hygienicas, respondendo a todas as objecções que se têm proposto contra este systema de enterramentos. A respeito do emprego do phosphoro na agricultura, o auctor não se intimida com a influencia desastrosa dos cemiterios, e discute este ponto delicado e interessante com muito criterio philosophico.

«Sentimos não ter espaço para fazer mais larga menção d'este trabalho scientifico. A Universidade de Coimbra deve ufanar-se em entrar francamente no combate, concorrendo tambem para a solução do problema que hoje preoccuppa os homens de sciencia em París, Vienna de Austria e Suissa.

«Felicitamos o sr. Paulo de Barros pelo seu livro, e fazemos votos para que outros alumnos distinctos da Universidade venham á imprensa com os seus importantes trabalhos scientificos, porque honram o seu nome e a eschola que os educa.»

Pedro Gastão Mesnier, filho de Jacques Robert Mesnier, nasceu no Porto aos 22 de setembro de 1848.

Descende de uma antiga familia normanda, que teve distinctos representantes no seculo XVII (vide Chesnaye-Desbois, *Dictionnaire de la noblesse française sub voce-Mesniere-Puysaie)*. Seu avô era um dos primeiros capitalistas da cidade do Porto; e seu pae, Thiago Roberto Mesniere, foi um dos homens que mais incremento deu á industria em Portugal, empregando os seus capitaes em importantes emprezas, sendo director da primeira fabrica de fundição de ferro do Porto, da fabrica do gaz em Braga, etc.

Durante o segundo cerco do Porto poz o sr. Mesniere pae á disposição da causa popular quatro navios que então possuia, e sustentou á sua custa mais de cincoenta homens armados.

Recebeu o sr. Pedro Gastão a sua primeira instrucção em Inglaterra. Os revézes de fortuna que a sua familia soffreu obrigaram-no a voltar para Portugal, onde se matriculou na faculdade de Mathematica na universidade de Coimbra.

Como a ruina total de seu pai o deixasse completamente destituido de recursos, viu-se forçado a abandonar a universidade, e a acceitar um despacho para servir nas obras publicas das provincias ultramarinas.

Partiu de Lisboa a 15 de maio de 1870, a bordo d'um navio de vela, com destino a Moçambique. O navio que o levava foi accommettido por uma furiosa tormenta no cabo da Boa Esperança, e por isso teve de arribar, e só depois de muitas difficuldades é que arribou ao porto de Moçambique. Ahi se demorou algum tempo o sr. Mesnier, e foi encarregado da construcção da ponte de desembarque que fica defronte do palacio do governo. Porém, como então a quadra sanitaria fosse muito desfavoravel e estivesse grassando a peste africana, obteve do governo permissão para continuar a sua viagem até á India, para onde fôra especialmente despachado.

Partiu de Moçambique a bordo d'um pequeno barco de mouros, de lotação inferior a quarenta tonelladas, e nelle se aventurou a atravessar o oceano indico.

Depois de longa e perigosa viagem, cheia de soffrimentos e de estranhas peripecias, durante a qual tocaram em varios pontos da costa de Africa, soffreram um temporal proximo das ilhas

Comoras, o qual deixou o barco sem leme e desmantelado, á mercê das calmarias da zona equatorial, chegando a ponto de padecerem os horrores da fome e da sêde durante muitos dias, e foram encalhar nos atolls dos Laquedivas, chegando por fim ao porto de Bombaim.

De Bombaim o sr. Mesnier foi para Goa, onde substituiu na cadeira de Introducção do Lyceu o sr. dr. David da Cunha, que voltara para Portugal.

Durante a insurreição dos batalhões de cypayes em 1871, apresentou-se como voluntario nas tropas fieis ao governo, e foi encarregado de varias commissões importantes, como entre outras de ir buscar as peças de artilheria que ficaram no arsenal de Goa-Velha. Quando o sr. Mesnier chegou com a tripulação do barco que o conduzia ao arsenal, encontrou-o occupado pelos revoltosos, porém conseguiu embarcar as peças sem ser presentido, trazendo-as de noite a Pangim, e deixando os rebeldes privados das unicas boccas de fogo que lhes podiam servir contra os entrincheiramentos de Pangim.

Depois de debellada a rebellião, graças á heroica energia do illustre governador geral, Visconde de S. Januario, o sr. Mesnier foi transferido para Macáo, onde foi nomeado secretario da delegação portugueza — no extremo Oriente. Ahi luctou incessantemente contra a escravatura chineza, que infamava o nome portuguez no Oriente, e o defendeu energicamente das calumnias com que a Inglaterra então o perseguia, com bem elaborados artigos, que foram reproduzidos nos principaes jornaes inglezes.

Por esse tempo desempenhou muitas commissões diplomaticas importantes junto do viso-rei de Cantão, e acompanhou o ministro portuguez ao imperio do Japão e a Sião. Em Macáo, o sr. Mesnier assistiu ao terrivel tufão de 1873, durante o qual prestou muitos serviços, e de que deixou um relatorio circumstanciado, que foi publicado no *Diario do Governo,* de Lisboa.

Apezar das offertas vantajosas, que um governo extrangeiro fez então ao sr. Mesnier para o induzir a entrar no seu serviço, resolveu voltar á sua patria, de que estava desde tanto tempo ausente, e chegou a Lisboa correndo o anno de 1874.

Desde essa data ficou demittido do serviço publico, e tem subsistido como leccionista particular em Coimbra, ensinando francez e introducção.

O sr. Mesnier é socio fundador do Instituto Vasco da Gama de Gôa, socio da Sociedade geographica e da Sociedade archeologica de Lisboa, Cavalleiro da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, da Corôa de Sião e da Ordem Real de Cambodge, condecorado com a medalha humanitaria de prata de D. Maria II, etc. Escreveu e publicou:

130) — *Ensaio de philosophia anthropologica, 1.º fasciculo. Agentes de transformação e classificação das raças humanas.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 8.º, 91 paginas.

Tem mais publicações este auctor.

131) — Projecto de Estatutos da Associação liberal de Coimbra. Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, 7 paginas.

Esta Associação liberal fundou-se, e teve a sua primeira reunião no dia 6 de maio de 1874, debaixo da presidencia do antigo secretario das côrtes de 1821 e 1822, o respeitabilissimo sr. dr. Basilio Alberto de Sousa Pinto, Visconde de S. Jeronymo, que ao abrir os trabalhos d'esta nascente Associação proferiu o seguinte discurso: — «Senhores: Sobrecarregado de annos, trabalhos e desgostos, sentindo-me sem forças para desempenhar os deveres da vida publica, recolhi-me ao canto escuro da particular, e tornei-me extranho a todos os negocios publicos, porque não devia tomar sobre os meus hombros peso com que não podem.

«Apezar porém da minha falta de forças para o exercicio da vida publica, ainda não esfriaram no meu coração os sentimentos de reconhecimento e gratidão para com os moradores d'esta cidade, que me têm honrado repetidas vezes com seus votos de confiança e benevolencia, e por isso julguei do meu dever fazer o esforço, talvez temerario, de me encarregar da presidencia d'esta commissão, que tem de promover e dirigir os festejos do anniversario do dia 8 de maio de 1834, no qual esta cidade readquiriu a liberdade que tanto préza, tanto merece, e pela qual tantos sacrificios tem feito.

«Não se tracta de abrir com estes festejos feridas mal cicatrisadas, avivar odios amortecidos, nem levantar conflictos entre verdes e azues, brancos ou encarnados; tracta-se de reunir os homens de todos os partidos á roda do pendão da liberdade, que, longe de ser bandeira de guerra ou de vingança, é symbolo de paz, de justiça, de ordem, de tolerancia e de fraternidade; sem as quaes a civilisação e felicidade dos povos não passam de ser um sonho e uma illusão.

«Portanto, agradecendo a missão com que fui considerado, procurarei desempenhal-a, até onde as minhas poucas forças chegarem, contando com o auxilio de vós todos, senhores, porque, se os extranhos, que vêm visitar esta cidade, sahem d'ella encantados e saudosos dos ricos estabelecimentos que a coroam e aformoseam, das lindas vistas que d'ella se gozam, dos amenos campos que a cercam, e do placido Mondego que lhe banha os pés; mal podemos nós, que somos seus filhos, uns naturaes, outros adoptivos, deixar de nos interessar pelo seu credito, pelas suas grandezas, pela sua gloria e alegria.

«Confiado, pois, em tão valioso auxilio, vou dar começo aos nossos trabalhos, pedindo a cada um de vós o seu parecer sobre os meios que devemos empregar, para que a nossa festa sáia esplendida e digna do seu objecto; e depois escolheremos, por maioria dos votos, os que julgarmos mais acertados, sem caprichos, nem rivalidades; porque aquillo que todos desejamos é acertar com o melhor, venha donde vier, comtanto que vá para o nosso fim, que é festejar «sub lege libertas» a liberdade bem regrada.»

Foi em seguida nomeada uma commissão para elaborar um *projecto de estatutos,* que ficou composta dos srs. Abilio Roque de Sá Barreto, Adelino Antonio das Neves e Mello (filho), Joaquim d'Almeida e Cunha, Joaquim José Rodrigues de Sousa, José Alberto Homem da Cunha Corte-Real, José de Figueiredo Pinto, José Fortunato de Castro, Manuel Emygdio Garcia e Olympio Nicolau Ruy Fernandes.

(Continúa) A. M. Seabra d'Albuquerque.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES NOVISSIMAS

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Cartas bibliographicas, por F. T. (Segunda serie).

Linhas geodesicas — Dissertação de concurso para uma substituição de Mathematica na Eschola Polytechnica, por João Ignacio do Patrocinio da Costa, doutor em Mathematica e bacharel formado em Philosophia.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

Durante os mezes de agosto, setembro e outubro a correspondencia litteraria deve ser dirigida ao sr. Augusto Mendes Simões de Castro, rua do Visconde da Luz, — a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

XXV ANNO — OUTUBRO DE 1877.

SEGUNDA SERIE — N.° 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

CAUSAS ECONOMICAS DA EMIGRAÇÃO — por J. Frederico Laranjo 145

DA SANGRIA NA HEMORRHAGIA OU APOPLEXIA CEREBRAL — por José Epiphanio Marques 159

BREVE NOTICIA SOBRE O APPARELHO DE PETTENKOFER — por Joaquim dos Sanctos e Silva 165

SONETOS — por A. J. Viale ..... 170, 171 e 172

VERSOS DE AMOR — por Sergio de Castro 173

PROGRESSO OU RETROCESSO? — por A. J. Viale 175

BIBLIOGRAPHIA — por F. A. Rodrigues de Gusmão 180

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO 184

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

CAUSAS ECONOMICAS DA EMIGRAÇÃO

(Excerpto d'um livro *inedito*)

SUMMARIO: — As causas economicas da emigração são as mais importantes. — Deducção das relações dos estados — selvagem, pastoril, agricola, e agricola-industrial e commercial com a mortalidade, a guerra e a emigração. — Confirmação historica d'esta deducção. — Determinação da idêa de progresso segundo Spencer e Carey. — Confirmação d'estas idêas pela analyse. — Analyse da doutrina da *eschola economica* sobre industrias naturaes e artificiaes. — Demonstração historica da possibilidade de influencia consciente e voluntaria na combinação das industrias. — A combinação das industrias é o maior remedio contra a emigração.

(Continuado do n.º 3, paginas 110)

Serão verdadeiros estes principios de Spencer e de Carey? Uma nação só agricola será uma nação, por sua natureza, pouco progressiva, *miseravel*?

A inducção leva a esta conclusão; mas se podemos verificar o resultado d'essa inducção, não nos contentemos só com ella, verifiquemos.

Infelizmente a verificação vai demonstrar-nos que é verdade o que diz Carey, e que Portugal ou ha de desenvolver as manufacturas ou ha de ser pobre, material e intellectualmente; produzindo-se necessariamente a emigração pela pobreza, e produzindo-se quando a população é ainda diminuta em proporção á de outras nações da Europa.

Sendo a subsistencia uma necessidade anterior ás de commodidade e luxo, a industria agricola deve necessariamente preceder

as manufacturas. É o excedente das subsistencias que constitue a subsistencia da cidade, a qual não póde povoar-se senão á proporção que augmenta esse excedente [1]. Por seu turno a cidade reage sobre o campo, dando valor de troca a um certo numero de materias que até alli o não tinham, ou tinham pouco. Assim por exemplo, em quanto se não fabricarem moveis, a madeira das mattas tem menos valor do que depois de se fabricarem; em quanto se não fabricarem couros, tem menos valor as pelles dos animaes, etc. Vê-se pois que as manufacturas são precisas para se desenvolver a agricultura, para que ella tenha capitaes com que se amplie e aperfeiçoe. Á excepção d'alguns casos anormaes, o desenvolvimento agricola d'um paiz está na razão directa do desenvolvimento das manufacturas nesse paiz [2]. O leitor póde convencer-se facilmente da reacção util das cidades sobre os campos por um facto a todos visivel — os productos dos campos que estão perto das cidades vendem-se muitos mais caros do que os que estão longe; á proporção que vai augmentando a distancia entre

---

1 Adam Smith, liv. 3.º, cap. 1.º, pag. 131.

2 Em toda a parte, escreve Legoit a pag. 92 da obra intitulada — *Du Progrès des Agglomerations Urbaines* — ha entre estes dois ramos da riqueza publica, a agricultura e as manufacturas, relações tão intimas, ou antes, uma solidariedade tão completa, que a prosperidade d'um determina necessariamente a do outro. A experiencia ensina-nos com effeito que os paizes mais manufactureiros são ao mesmo tempo os mais agricolas — Inglaterra, Belgica, Suissa, Saxe, Allemanha rhenana.

Leonce de Lavergne no *Ensaio sobre a Economia Rural da Inglaterra*, cap. 11, affirma que a causa immediata e mais effectiva, entre as que auxiliaram o adiantamento da agricultura britannica, foi o simultaneo desenvolvimento da mais poderosa industria e do commercio mais rico do mundo. Nota o mesmo escriptor que a região fabril por excellencia é a região onde as rendas, os lucros e os salarios ruraes sobem mais alto; concluindo que por toda a parte o preço da renda e do salario agricola serve de seguro indicio do desenvolvimento industrial. Os factos evidenceam pois a relação intima, que se descobre pela analyse dos elementos da producção, entre a agricultura e as manufacturas; uma nação não póde pois aperfeiçoar a sua agricultura sendo só agricola.

os campos e os centros industriaes, nessa mesma proporção vai diminuindo o valor do producto agricola, até que chega um ponto em que, sendo esse valor egual ao preço do transporte do producto até á cidade, não se transporta, não se vende, porque, dispendendo o productor, para transportar, uma somma egual á do preço que lhe dariam pelo producto, a recompensa do seu trabalho seria zero.

Se suppozermos a distancia augmentando ainda, para que houvesse a venda, e portanto o transporte, seria necessario que houvesse para o productor uma perda positiva, que o trabalho o empobrecesse. Nota Adam Smith, e todos nós sabemos que fructos que dariam bom rendimento perto d'essas cidades, se deitam aos porcos a uma certa distancia d'ellas. Tudo o que approximar o producto agricola do producto industrial dará valor ao producto agricola e tornará mais barato o producto industrial. É este o effeito das estradas, dos caminhos de ferro, dos canaes; mas é claro que nada approxima tanto os productos agricolas dos industriaes, como estarem combinadas numa mesma nação a agricultura e as manufacturas. A circulação dos productos é para a sociedade o mesmo que a circulação do sangue é para o homem; ora a circulação faz-se pelo commercio, que póde ser interior ou exterior; qual d'estes é o mais productivo?

Responda-nos Adam Smith. — O capital que se emprega em comprar num logar do mesmo paiz, para revender noutra o producto da industria d'esse paiz, substitue em geral, a cada operação que elle faz, dois capitaes distinctos, que tinham sido ambos empregados, ou na agricultura ou nas manufacturas, e colloca-os assim em estado de continuarem a funccionar. Quando esse capital leva um certo valor de mercadorias para fóra da residencia do mercador, traz-lhe ordinariamente em troca um valor, pelo menos egual noutras mercadorias. Quando ellas são umas e outras o producto da industria nacional, elle substitue então necessariamente, em cada uma d'essas operações dois capitaes distinctos empregados ambos em activar o trabalho productivo, e assim os colloca em estado de continuar o mesmo serviço. O capital que envia a Londres obras fabris escossezas e leva para Edimburgo

trigo inglez e manufacturas inglezas substitue necessariamente, em cada uma d'essas operações, dois capitaes pertencentes a vassallos da Gran-Bretanha, e que foram ambos empregados na sua agricultura ou nas suas manufacturas.

O capital que é empregado em comprar mercadorias extrangeiras para o consummo interior, quando a compra se faz com o producto da industria nacional, substitue tambem, por cada operação d'este genero, dois capitaes distinctos, mas dos quaes sómente um é destinado a sustentar a industria nacional. O capital que envia a Portugal mercadorias inglezas e que traz para Inglaterra mercadorias portuguezas, não substitue, em cada uma das operações que faz, senão um capital inglez; o outro é um capital portuguez. Assim, ainda quando as trocas do commercio extrangeiro de consummo fossem tão promptas como as do commercio interior, mesmo nesse caso, o capital empregado naquelle não daria metade de animação á industria ou ao trabalho productivo do paiz [1].

São estas mesmas idêas que Carey exprimiu muito bem fazendo distincção entre trafico e commercio, e estabelecendo como lei que o commercio, as trocas, estão na razão directa do seu augmento de poder sobre o instrumento conhecido pelo nome de trafico [2]; quer dizer — a regularidade, rapidez e numero das trocas dos objectos é tanto maior quanto mais se póde dispensar o transporte. Ora é claro que o desenvolvimento do commercio interior, o do poder do commercio sobre o trafico, é impossivel sem a diversificação das industrias num mesmo paiz.

Segue-se de tudo isto que um paiz que não tiver manufacturas ha de ser pobre, que o movimento social ha de ser pequeno. Haverá falta de vida; as faculdades dos individuos d'esse paiz estarão entorpecidas; os corpos e ás intelligencias terão o socego da hy-

---

1 Adam Smith, liv. 3.º, cap. 5.º, pagg. 121 e 122. Veja-se tambem pag. 186 do tomo 2.º

2 Carey, obra cit., tomo 1.º, pag. 238 e seg.

bernação, a calma do mar morto; e esta pobreza ha de produzir a emigração.

Mas não são simplesmente estas as consequencias; ha mais.— Um paiz que não tem manufacturas é um paiz que não tem autonomia real, e que deixará de a ter mesmo apparente, se o interesse ou as condições de equilibrio das outras nações não exigirem a sua independencia politica. Uma nação em que as industrias se não combinam é uma parte d'uma organisação e não uma organisação. E se se prova que uma nação só agricola não póde sustentar no extrangeiro uma guerra longa e dispendiosa [1]; a mesma razão, a falta de capitaes, lhe ha de tornar impossivel uma guerra, ainda interior. E uma nação que não póde sustentar uma guerra dispendiosa, e todas o são hoje, terá em si a razão da sua independencia?

Mas ha mais. Nessa nação só agricola as differenças de preço entre o producto bruto e o producto manufacturado hão de ser grandes. Nem póde deixar de ser. Ahi o producto agricola paga ao producto manufacturado—1.° o preço das materias primas—2.° o preço do transporte d'ellas para a nação que as manufacturou, se não são indigenas d'essa nação—3.° o preço da manufacturação—4.° o preço do transporte do producto já manufacturado—5.° a commissão ao commerciante. Num estado de combinação de industrias os dois preços de transporte ou quasi se eliminam ou diminuem, a commissão ao commerciante egualmente.

Esta grande differença de preços, tem, entre outros, os effeitos seguintes: Se se lançarem contribuições directas, que vão recahir sobre a agricultura, cujo producto tem pouco valor de troca, a agricultura, não podendo sustental-as, definhará. Se se lançarem contribuições indirectas, produzir-se-hão os effeitos funestos que os economistas notam nestes principios; a consequencia será impossibilidade de obras publicas importantes ou dividas publicas enormes.

---

[1] Adam Smith, obra cit., tomo 2.°, pagg. 198 e 199.

Concluimos que numa nação só agricola, pela falta de productos diversos e equivalentes, haverá poucas trocas; pelas poucas trocas pouca producção, mesmo de productos agricolas; pouca independencia politica tanto interna como externa; pouco movimento intellectual; poucas obras publicas; muita pobreza e grande emigração.

Mas não está ainda completa a analyse; dissemos, e resta demonstrar que esta emigração se dará quando a população for ainda diminuta comparado o territorio d'esse paiz com o territorio e população das nações manufactoras.

O estado sedentario agricola tem sido sempre um estado de divisão do territorio d'um paiz em propriedades singulares e exclusivas; neste estado, quando a agricultura não estiver combinada com as outras industrias, a população constará: —1.º dos proprietarios e suas familias; —2.º dos individuos e suas familias que durante todo o anno se podem empregar na agricultura; —3.º dos individuos e suas familias que se entregarem ás pequenas manufacturas, que ainda nesse estado só agricola são indispensaveis e existem sempre num paiz.

Ora os proprietarios, e suas familias, serão mais ou menos, conforme o systema de divisão da propriedade; os trabalhadores agricolas mais ou menos, conforme a qualidade e o systema da cultura. Mesmo a propriedade ha de dividir-se mais ou menos conforme a natureza da cultura. É claro que a creação de gados e o cultivo de cereaes occupam muito menos individuos e produzem a tendencia para muito menos divisão da propriedade do que a vinha e a horticultura. Num estado agricola pois o paiz ha de ser saturado de população mais cedo ou mais tarde, conforme as leis da successão da propriedade e a natureza da cultura.

Mas supponhamos que esse paiz só agricola tem como deve ter, um excedente para exportar, por exemplo: lã, pelles, farrapos, cortiça, mineraes no estado natural, etc. Supponhamos que de toda a lã produzida a decima parte se manufactura no paiz,

e que se empregam em a manufacturar 1:000 homens; que das pelles se manufactura tambem no paiz a decima parte, e se empregam 1:000 pessoas; dos farrapos egualmente se reduz a papel no paiz a decima parte, e se empregam outras 1:000 pessoas; dos mineraes no estado natural egualmente se depura a decima parte, e se empregam 1:000 pessoas; é claro que o paiz neste estado sustentará mais 5:000 pessoas ou mais 5:000 familias, se o salario de cada pessoa chegar para uma familia, do que se exportasse toda a sua lã, todas as pelles, todos os farrapos, toda a cortiça, todo o minerio.

Se em vez de exportar as nove partes de cada um dos productos que mencionámos, as manufacturar todas, é claro que dará trabalho a mais 45:000 pessoas; e portanto que o territorio só estará saturado de população com a população primitiva da agricultura, mais a população exigida e sustentada pela decima parte do producto manufacturado, mais a população exigida e sustentada pelas outras nove partes do mesmo producto. A emigração dar-se-ha pois sómente, quando a população for muito mais densa, o movimento social muito mais rapido, a nação muito mais rica e mais forte do que quando se entregava sómente á agricultura.

E são visiveis as vantagens d'esta densidade de população, d'esta rapidez de movimento, d'esta riqueza e força da nação. Do mesmo modo que não é indifferente a um homem extrair-se-lhe sangue quando está chlorotico ou quando está plethorico; assim não é indifferente a uma nação emigrar-lhe a população quando tem pouca ou quando tem muita.

Além d'isto, quando a nação não tem diversidade de industrias, as aptidões diversas dos individuos d'esse paiz não encontram trabalho harmonico com ellas; e, ou não se desenvolvem e se vão entregar a trabalhos em que são máos ou mediocres, ou, para obdecerem á sua vocação, emigram.

O paiz que não tiver manufacturas, ha de, como Portugal, ter d'um lado uma população agricola pobre e ignorante, e do outro uma população de funccionarios tambem pobres, e, por isso me-

smo, tambem ignorantes. Como terá artistas esse paiz? Quem lhes dará pelos prodigios da arte o necessario para os desenvolver? Como terá sabios? Quem lhes dará pela sciencia o necessario para a adquirir e manifestar? Em que movimento social irão uns e outros buscar os factos que lhes dêem sentimentos e idêas?

Mas a analyse não está ainda completa. No estado só agricola, estado inferior de organisação, as diversas partes do paiz são pouco dependentes umas das outras; ha entre os interesses e entre os individuos pouca solidariedade.

E isto é harmonico com os principios que vimos ácerca da relação em que a solidariedade das partes está com a perfeição do organismo; a pouca perfeição d'este corresponde pouca solidariedade d'aquellas. Os vermes, animaes da escala inferior, têm pouca solidariedade nas partes; ós anneis d'uma tenia separam-se e de cada annel se gera outra tenia; separai os membros d'um homem e vêde se vos ficam homens.

Na nação só agricola, a perda que houver numa parte não se irá repercutir em todas, portanto não haverá grandes crises, e por este lado a emigração será menor do que a d'outras nações. Mas esta vantagem é passageira; e por não ser visivel a ligação dos interesses será tambem difficil a educação social da nação.

E se as nações que têm industrias têm crises; e se essas crises produzem a emigração; essas nações podem dirigir os emigrados para as suas colonias e diminuir-lhes ahi as dores da emigração, tendo feito pelos seus capitaes os trabalhos preparatorios da colonisação — estradas, canaes, medição de terrenos, etc.; ao passo que a nação só agricola, pobre de capitaes, difficilmente poderá desvial-os para as colonias para se entregar ahi a trabalhos que faltam na metropole.

Estas idêas que temos apresentado são confirmadas pela experiencia. No nosso paiz, por exemplo, nação agricola, o movimento social é pequeno comparativamente ao d'outros estados menores. A nossa autonomia é pouco segura, a maioria das nações considera-nos como uma dependencia da Inglaterra. A differença entre

o preço dos productos agricolas e dos productos manufacturados é grande; é sabido que, na França, a mobilia, o vestuario, apezar dos salarios mais elevados dos operarios, custam menos do que entre nós. A impossibilidade de obras publicas importantes é evidente; para se construirem os nossos caminhos de ferro, foram necessarias companhias extrangeiras; não ha canaes importantes; ao passo que a Hollanda encontra capitaes para dissecar o lago Harlem, e espera encontral-os para dissecar o Zuider-zeu.

Com relação á população, a Belgica, num territorio de 29:500 kilometros quadrados tem 5.000:000 de habitantes; e Portugal com 93:000 kilometros quadrados tem só 4.500:000. A agricultura não combinada com as manufacturas, fez com que cada kilometro quadrado se saturasse com 48 habitantes; a combinação das industrias fez com que essa saturação só se produzisse com 173 habitantes [1].

Tendo percorrido os effeitos economicos do estado agricola exclusivo ou quasi exclusivo, encontramos unicamente esta vantagem — a menor intensidade das crises; mas dissemos tambem que esta vantagem relativa é passageira; e é isto que resta demonstrar.

A industria actualmente é indústria de producção capitalista, e tem como instrumentos a divisão do trabalho e as machinas. O primeiro effeito da divisão do trabalho e principalmente das machinas, quando se introduzem de novo, é lançar fóra do trabalho uma parte dos trabalhadores e depreciar o trabalho dos outros. Mas o preço do producto diminue e o consummo augmenta, augmenta por isso a producção, tomam-se por isso mais trabalhadores; mas a machina aperfeiçoa-se de novo, de novo são despedidos.

Mas pela ligação das industrias umas com as outras, em todas as industrias se vão introduzindo machinas, e se vai dando este preamar e baixamar de trabalhadores. E como no estado de cen-

---

[1] *Tableau Statistique des États Européens*, Géographie par E. Cortambert, edit. 1876, pag. 784.

tralisação da industria, o mercado é o mundo, e a força do consummo não se póde calcular, as machinas produzem muitas vezes de mais, muitos productos não se vendem, as fabricas cahem, os operarios ficam sem trabalho.

Como tambem as materias primas vêm em geral de pontos muito distantes, todas as commoções que se derem nesses pontos hão de se repercutir fortemente nos centros industriaes, produzindo crises que deixarão sem trabalho milhares e milhares de operarios. Neste estado a emigração apresentará uma intensidade enorme, quasi que a intensidade da emigração do estado nomada [1].

E é com effeito o que tem acontecido na Inglaterra. — O segundo impulso para a emigração, escreve Julio Duval [2], nota-se de 1823 a 1833; corresponde á crise provocada pela introducção das machinas de fiar movidas pelo vapor. Em 1825 e 1826 milhares de operarios sem emprego soffriam fome e cahiam na miseria. Desde 1827 o parlamento e a nação inteira se combinaram em favorecer a emigração, para as colonias, de 95:000 individuos que se julgavam substituidos com vantagem pelos engenhos mechanicos. Constituiu-se uma commissão e uma direcção, e a pressão exercida sobre as classes operarias pela penuria e pelos conselhos ou pelos soccorros publicos traduziu-se por uma alta muito sensivel do movimento de expatriação, que chegou ao seu maximo em 1832 (103:140). Mas as oscillações da industria e os progressos da mechanica devidos ao desenvolvimento da producção, effeito d'um consummo sobreexcitado pelo bom mercado, reclamaram no fim d'alguns annos um numero tão grande de braços como no tempo da pequena industria. Contida durante algum tempo, a emigração continuou desde 1838 a 1842 por um terceiro impulso que a elevou mais do que o precedente.

---

1 Sobre machinas e seus effeitos podem ver-se os capitulos 14 e 15 da obra de Carl Marx—*O Capital*. Póde ver-se tambem—*O Instituto*, n.º 8 do vol. xx, segunda serie.

2 *Histoire de L'Émigration*, édit. de 1862, pag. 12.

Aqui temos o fluxo e refluxo de que fallámos.

Mas no estado de centralisação das industrias, ha ainda outra causa para se produzir a emigração d'um modo intenso. — Circumstancias particulares, escreve Adam Smith [1], têm algumas vezes tornado certos paizes tão povoados, que todo o territorio, similhante ao da vizinhança d'uma grande cidade, não póde produzir ao mesmo tempo as forragens e o trigo que o consummo exige. Por preferencia pois empregaram-se as terras na producção das forragens, como mais volumosas e mais difficeis de transportar ao longe; e o alimento da massa do povo, o trigo, importa-se principalmente dos paizes extrangeiros. Tal é actualmente a situação da Hollanda, e tal parece ter sido a d'uma parte consideravel da antiga Italia, durante a prosperidade dos romanos.— Este facto, que Adam Smith nota na Hollanda e na antiga Italia, vel-o-hia o grande pensador, se vivesse agora, reproduzir-se na Gran-Bretanha, despovoando a sua Escossia.—Um homem — prégava na Escossia novo Pedro eremita da cruzada — emigração —, basta para guardar 500 carneiros [2]. Fique pois um homem por cada 500 carneiros que a terra póde sustentar, o resto emigre.

Mas estas crises horriveis que num momento deixam sem pão 25:000 familias; que trocam uma povoação de homens por uma povoação de carneiros, serão resultado necessario da combinação das industrias?

Não são — respondemos affoitamente. Estes effeitos produzem-se exactamente por não estarem combinadas as industrias em todas as nações; por ser a Inglaterra a fabrica universal. Á proporção que as nações forem progredindo em riqueza e em luzes, ir-se-hão levantando em todas ellas as industrias que lhes forem naturaes, e nessa mesma proporção irão decahindo as industrias da Inglaterra, e irão diminuindo as crises. Sendo mais restricto o mercado das manufacturas de cada nação, é mais possivel calcular

---

[1] Obra cit., liv. 1.º, cap. 11, pag. 267.

[2] Veja-se Julio Duval, obra cit., pag. 26.

a força do consummo, e por isso da producção, e retirar assim uma causa de perturbações.

Mas, ainda que permanecessem as mesmas, repartindo-se pelo mundo os abalos que actualmente se condensam num pequeno espaço, tornar-se-hão insensiveis ou menores; e serão mais os meios de os remediar. A evolução industrial tende fatalmente a supprimir o capitalista, e formar entre os operarios sociedades cooperativas de producção; e dada esta suppressão, os operarios teriam meios de remediar as perturbações e de aguardar, sem emigrarem, a volta do estado normal.

Não venha o sorriso ou a ira dos interesses taxar-nos de utopista e de revolucionario, por affirmarmos que a industria tende e ha de libertar-se do capitalista; dizemol-o com Stuart Mill [1], e dil-o-ha todo o que estudar a direcção da evolução industrial, direcção que os seculos têm vindo accentuando sempre no mesmo sentido. A leitura de algumas obras d'um escriptor insuspeito, o Conde de Paris, poderá manifestar as mudanças que já se vão operando na organisação do trabalho, e como começa a realizar-se o que aos olhos da *eschola economica* era um impossivel [2].

Concluimos: — Quer-se evitar a emigração, quando a população é relativamente pequena? Combinem-se as industrias, alliem-se a agricultura, as manufacturas e o commercio. Se a falta de combinação das industrias é a maior causa de emigração, a combinação d'ellas é o maior remedio. E não se julgue que vimos aqui

---

[1] No tomo 2.º, liv. 4.º, cap. 7, § 4, pag. 318 dos *Principios de Economia Politica*, de Stuart-Mill, edição que já citámos, lê-se o seguinte: — Se o progresso continúa o seu caminho, é muito provavel que o estado de salariado não será dentro em pouco senão o dos operarios que, pelo seu abaixamento moral, se tornarem indignos da independencia, e que as relações de patrão para operario serão substituidas pela associação, sob uma ou duas fórmas: associação temporaria, em certos casos, dos operarios com o empresario; noutros casos, e por fim em todos, associação dos trabalhadores entre si.

[2] Leiam-se as obras do Conde de Paris — *Les Associations ouvrières en Angleterre* — *De la Situation des ouvriers en Angleterre.*

dar uma novidade excentrica. Não é talvez ordinaria a insistencia pertinaz d'esta idêa em todos os economistas, mas é ordinario reconhecer, independentemente de todo e qualquer systema preadmittido, que a introducção das manufacturas é um remedio para a emigração.

Um rei da Inglaterra, Guilherme III, respondeu a uma ignobil representação do Parlamento contra as manufacturas florescentes da Irlanda com o programma ainda mais ignobil — *I wil do all that in me is, to discourage the wollen manufactures in Ireland* — *Eu hei de fazer tudo o que em mim estiver para desanimar toda e qualquer manufactura na Irlanda*. Á America prohibiu-se-lhe fazer um prégo, uma argola, uma ferradura [1]. Foi esta prohibição da industria, e não uma questão de impostos, pensa Leroy-Beaulieu, que fez revoltar os Estados-Unidos.

Com relação á Irlanda, o ignobil plano de Guilherme III, seguido com a tenacidade e com o egoismo de tigre da Inglaterra, tornou aquella desgraçada ilha exclusivamente agricola, horrorosamente miseravel. Por fim julgou-se que a emigração era o unico remedio, e dos pulpitos começou-se a prégar: — Emigrae. E em cinco annos emigrou com effeito a oitava parte da população total [2].

Depois de produzir a miseria, a Inglaterra aconselhava aos miseraveis que se retirassem para que não a perturbassem com os uivos da fome. Apresentando este tristissimo quadro, Julio Duval escreve: — A emigração da Irlanda é a consequencia d'uma necessidade bem comprehendida, e que não poderia ser um pouco attenuada, mas de nenhum modo supprimida, senão por um vasto desenvolvimento de trabalhos industriaes [3].

É necessario combinar as industrias. Entre a Inglaterra e as outras nações ha o seguinte dilemma: — Ou as outras nações hão

---

[1] Leroy-Beaulieu — *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*, chap. 4.°, pagg. 131 et 132; Ad. Smith, tomo 2.°, pag. 364 e seg.

[2] Julio Duval, obra cit., pag. 19.

[3] Ibid., pag. 22,

de combinar as industrias, ou a Inglaterra as ha de reduzir a Irlandas.

Mas não basta dizer: — É necessario combinar as industrias; é necessario saber se é possivel dar origem a esta combinação, e quaes os meios proprios para a desenvolver.

Entre os defeitos que nota no systema protector, um que a *eschola economica* nunca omitte é que desvia o paiz em que se estabelece das industrias que lhe são naturaes para outras que o não são. Esta observação suppõe pois que ha trabalhos naturaes a um paiz e trabalhos naturaes a outros; e esta proposição é irrecusavel.

Pelo que respeita á agricultura, é pouco difficil de ver que ha ramos d'esta industria que são proprios d'uma região, ramos proprios d'outras. Cada vegetal e cada animal tem uma certa zona, fóra da qual não subsiste, ou pelo menos não subsiste sem que o custo de producção exceda o que póde render; e na mesma latitude, a diversa composição dos terrenos e muitas outras circumstancias tornam-os mais proprios para umas do que para outras producções. Um paiz empobreceria, querendo, para ter tudo de casa, obrigar os seus terrenos a produzirem todas as especies de cereaes e de fructos.

Mas, se é facil determinar o que é natural na agricultura, surgem difficuldades immensas na determinação do que é natural nas manufacturas; não póde porém deixar de se admittir, mesmo pela relação estreita entre a agricultura e as manufacturas, entre umas e outras e o consummo, que ha leis naturaes na determinação da séde das diversas industrias, e que um paiz empobreceria tambem se se quizesse entregar a manufacturas para que não tem elementos.

(Continúa) J. Frederico Laranjo.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

DA SANGRIA NA HEMORRHAGIA OU APOPLEXIA CEREBRAL

(Continuado do n.º 3, paginas 124)

III

Já fizemos sentir que, publicando este breve trabalho, não aspiramos a dar novidades ao leitor; o fim a que miramos é simplesmente expôr em quadro resumido a discussão que a imprensa medica ventilou relativamente á influencia da sangria na hemorrhagia ou apoplexia cerebral; e apezar de não exhibirmos fructo da nossa lavra, ainda assim julgamos fazer algum serviço aos alumnos de medicina resumindo-lhes conhecimentos que a falta de tempo lhes não permittiria colligir facilmente. Continuemos pois a expôr a materia e fallemos agora de Joire de Lille, cuja competencia ninguem contesta, e a quem sempre se prestou a homenagem justamente devida aos homens de grande talento e de vastos conhecimentos.

O illustrado professor francez lamenta que se tenha negado o valor da sangria no tractamento da hemorrhagia cerebral, e mais ainda que se lhe tenham attribuido accidentes graves, de que não tem a minima responsabilidade.

A efficacia da sangria na hemorrhagia cerebral, diz Joire, está julgada em ultima instancia, e não é facil escurecer o seu valor em face do apoio que lhe ministram a theoria e a practica.

O auctor é o proprio a confessar que a sangria, applicada na imminencia apopletica ou na apoplexia consumada, nem sempre produz os beneficos effeitos de que é capaz; todavia não se julga

auctorisado a filiar na phlebotomia as desordens funccionaes gravissimas que algumas vezes se observam depois da sua applicação, porque essas desordens são frequentes na ausencia d'aquelle meio therapeutico. Portanto, em logar de ver relação de causalidade entre a sangria e os phenomenos graves, que ás vezes lhe succedem, é mais racional admittir a mera successão de dois factos. Com effeito, não póde a hemorrhagia cerebral estar imminente ou apenas começada, e realisar-se ou estender-se justamente na occasião em que intervem a sangria, parecendo assim muito natural a dependencia entre os dois factos, quando apenas ha a simples successão dos mesmos factos?

Para impugnarem a sangria, os adversarios de Joire invocam as investigações necroscopicas e a observação clinica.

Nos cadaveres dos apopleticos, dizem elles, a autopsia revela frequentemente degenerações das paredes arteriaes do cerebro assim como atrophias do mesmo orgão, lesões, cujo diagnostico é sempre difficil e geralmente impossivel.

Estas degenerações cerebraes, que podem existir isoladas ou coincidir com lesões cardiacas ou dos grossos vasos, desenvolvem-se ordinariamente dos quarenta annos em diante, o que nos permitte explicar a frequencia das apoplexias nas edades avançadas.

Nestas circumstancias, a influencia bem demonstrada da sangria sobre a circulação geral póde motivar gravissimos accidentes. Assim, muitas vezes realisada a apoplexia ou apenas imminente, a regularidade do pulso revela que a circulação geral é, por assim dizer, extranha ao accidente realisado ou proximo a manifestar-se: mas, se nessa occasião se procede á sangria, as pulsações cardiacas adquirem rapidez e energia e os vasos cerebraes resentem-se d'essa actividade circulatoria, concebendo-se perfeitamente a producção ou o augmento da hemorrhagia debaixo da influencia dos dois factores — degeneração das paredes vasculares do cerebro e circulação rapida e energica —.

Joire não contesta as lesões cerebraes que indicámos, não lhes concede o papel importante que se lhes attribue na producção da hemorrhagia, pois que essas degenerações reunidas ou

isoladas existem ás vezes num individuo que, durante a vida, não manifestou o minimo indicio de derrame cerebral. Pelo contrario observam-se frequentemente na autopsia vestigios evidentes de hemorrhagias cerebraes, sem que o exame mais escrupuloso permitta descobrir indicios das alludidas degenerações.

Debalde se invoca tambem, diz o illustrado professor de Lille, a influencia da sangria sobre a circulação geral para explicar os phenomenos graves que succedem ás vezes ao emprego d'aquelle meio therapeutico, porque na maioria dos casos e apezar da acceleração e energia das pulsações cardiacas, a sangria produz os beneficos effeitos que todos lhe reconhecem.

Concordando em que a apoplexia seja o effeito de lesões muito variadas, Joire concede o primeiro logar á hemorrhagia cerebral, concluindo por isso que a medicação aproveitavel na maioria dos casos não póde, nem deve, banir-se pelo facto de apparecerem na practica alguns casos, em que não póde afiançar-se o bom resultado da sangria.

Finalmente, admittindo que, no cadaver dos apopleticos, a autopsia revele lesões diversas da congestão e hemorrhagia cerebraes, ou mesmo que o exame dê resultados negativos, suppõe Joire que não podem explicar-se as perturbações dos ultimos momentos da vida, sem se recorrer á intervenção d'uma hyperimia, mais ou menos pronunciada, que produziu o estado apopletiforme, e que se dissipou inteiramente depois da morte [1].

Sejam pois quaes forem as lesões antigas nos apopleticos, a phlebotomia está indicada e sanccionada pela theoria e pela practica, havendo apenas um caso muito raro em que a responsabilidade da morte pesa inteiramente sobre aquelle meio therupeutico, isto é, quando a autopsia revela no individuo morto de apo-

---

[1] Nos alienados affectados de demencia paralytica apparecem frequentemente apoplexias, que se dissipam com o uso das emissões sanguineas; notou porém Joire que nos doentes que succumbiam, passados alguns dias, a autopsia revelava, além das lesões antigas, hyperimia do cerebro ou das meninges, e ás vezes um derrame sanguineo nos involucros cerebraes.

plexia fulminante, e depois do emprego da sangria, o conjuncto de signaes caracteristicos de anemia cerebral [1].

De resto, ainda mesmo em casos de apoplexia serosa, diz Joire, é permittida a sangria moderada.

IV

Como acabamos de ver, Trousseaux e Joire abraçam um exclusivismo impossivel na questão que se debate.

Trousseaux proscreve systematicamente a sangria, Joire defende-a em todos os casos; e tanto um como outro invocam a theoria e sobretudo a practica para advogar a sua opinião. Entretanto, basta a consideração de que em medicina não ha—*nunca* nem *sempre*—para immediatamente nos convencermos de que nenhuma das opiniões expostas exprime a verdade.

Quem ignora com effeito as curas rapidas e, por assim dizer, milagrosas de certos apopleticos pela simples intervenção da sangria? Quem desconhece ainda os factos clinicos, em que a prescripção de similhante therapeutica foi seguida de morte mais ou menos immediata?

É por isso que Liegard, sem impugnar a utilidade practica das sangrias em certos apopleticos, se mostra comtudo reservado na sua prescripção; e, em logar de proscrever ou defender systematicamente aquelle meio therapeutico, procura antes precisar o melhor possivel as suas indicações e contra-indicações, seguindo assim o caminho encetado pelo dr. Rignons-Stern.

Para Liegard o bom ou máo resultado da sangria depende do character sanguineo ou seroso da apoplexia.

O illustrado practico de Caen, como a maioria dos pathologistas, duvidam da realidade da apoplexia nervosa, devendo esta

---

1 O auctor proscreve tambem a sangria nos casos de edade muito avançada e de grande enfraquecimento do organismo.

explicar-se antes por uma congestão cerebral, que produziu os phenomenos apopleticos durante a vida e se dissipou depois da morte, ou pela anemia do cerebro em consequencia da contracção geral dos vaso-motores cerebraes. Havendo pois duvidas bem fundadas a respeito da existencia da apoplexia nervosa, o auctor entende satisfazer ás exigencias da practica admittindo apenas a apoplexia sanguinea e serosa.

O diagnostico differencial das duas apoplexias não é facil; pelo contrario, exceptuando os casos typicos, poderá suspeitar-se mas não affirmar-se a causa primordial da apoplexia.

A *sanguinea,* diz Liegard, encontrar-se-ha de preferencia nos individuos novos, robustos, sanguineos, de vida pouco activa e de nutrição abundante e succulenta.

Esta variedade de apoplexia será ainda notavel pela rapidez e violencia do ataque, pela força, frequencia e sobretudo pela recurrencia palmar.

A serosa, que não é tão rara como diz Joire, poisque este practico a verificou dezenove vezes em sessenta e nove casos de apoplexia, realisar-se-ha principalmente nos individuos depauperados, nos de edade avançada, e nas pessoas de temperamento lymphatico, especialmente mulheres.

Na primeira variedade a indicação da sangria é urgente.

Na segunda, a applicação de similhante meio, arrastando o empobrecimento do sangue e favorecendo novas exhalações serosas nos ventriculos cerebraes, está contra-indicada, devendo neste caso recorrer-se aos tonicos e excitantes.

Liegard emfim tem ainda como contra-indicada a sangria:

1.° Nas apoplexias que se repetem depois de depleções sanguineas anteriores;

2.° Nas que sobrevêm depois de sangrias preventivas;

3.° Nas hemiplegias dos chloro-anemicos.

O exclusivismo da medicação referida não deve manter-se nos casos que Liegard denomina *mixtos,* casos que se referem a individuos com certo gráu de robustez, de edade não muito avançada, e em que se observou certa violencia no ataque, não havendo comtudo recurrencia palmar. Nestas condições recorre

Liegard ás emissões sanguineas locaes, aos tonicos, terminando pela applicação do iodeto de potassio.

Eis em resumo a doutrina de Liegard, doutrina que não podemos deixar de acatar, sobretudo pelos louvaveis esforços do illustrado practico no intuito de bem precisar as indicações da sangria na apoplexia. Infelizmente esses esforços falham diante da difficuldade ou antes impossibilidade de affirmar-se geralmente á cabeceira do doente se um dado caso de apoplexia pertence á variedade sanguinea ou serosa; em quanto esta lacuna não for preenchida, o medico ver-se-ha embaraçado para manejar conscienciosamente a therapeutica indicada pelo illustrado practico de Caen.

(Continúa) JOSÉ EPIPHANIO MARQUES.

BREVE NOTICIA SOBRE O APPARELHO DE PETTENKOFER

Existe actualmente no gabinete de physiologia da Universidade de Coimbra um apparelho destinado para a determinação dos productos da respiração dos animaes, o qual foi inventado por Pettenkofer para evitar os inconvenientes que se notavam nos apparelhos do mesmo genero anteriormente construidos. Os inconvenientes d'estes apparelhos consistem em o animal ser constrangido a viver em condições anormaes durante a experiencia, e em não se poder apreciar, por experiencias de contraprova, a exactidão dos resultados que taes apparelhos podem dar.

Com o apparelho de Pettenkofer desapparecem os inconvenientes que ficam mencionados: o animal póde respirar e mover-se livremente numa camara apropriada ás suas dimensões; o peso do animal póde ser determinado antes e depois da experiencia; o volume do ar que passou pela camara, seja elle qual for, póde ser medido com sufficiente exactidão; os alimentos, as dejecções e os productos da respiração e perspiração podem ser determinados pela analyse, e avaliada assim a quantidade das substancias que são retidas ou rejeitadas pelo organismo. E a exactidão dos resultados que se obtêm nas determinações da agua e do acido carbonico póde ser verificada por meio d'uma vela que se faz arder na camara, no logar do animal, tendo previamente determinado a sua composição elementar pelos methodos ordinarios da analyse organica. O apparelho de Pettenkofer é, por tanto, apropriado para o estudo dos phenomenos da respiração e da nutrição dos animaes.

Na analyse do ar por meio d'este apparelho o que ha de mais essencial é a exacta determinação do volume total do ar que passou pela camara, e do acido carbonico e vapor d'agua contidos numa fracção do ar antes e depois da sua passagem pela mesma camara. Evidentemente, quando se conhece qual é a

quantidade do acido carbonico e do vapor d'agua contidos numa fracção do ar viciado pelo animal, sabe-se facilmente, por uma simples proporção, qual é a quantidade d'estes corpos contidos no volume total do mesmo ar; e buscando a differença entre as quantidades achadas e as quantidades dos dictos corpos contidos no ar antes do seu contacto com o animal, sabe-se tambem quanto este produziu num dado espaço de tempo. É, porém, indispensavel que taes determinações se façam com o maximo rigor, sem o que os erros multiplicam-se e conduzem a resultados em que não póde haver confiança.

Não apresentarei aqui as razões sobre que Pettenkofer fundamentou o seu methodo e a construcção do seu apparelho, as quaes se acham miudamente expostas nos *Annaes de Chimica e pharmacia* de Liebig e Wöhler, *Supplemento* II; direi sómente que pelas experiencias de Bischoff e Voit parece hoje sufficientemente demonstrado que o azote ingerido com os alimentos apparece de novo, quasi em totalidade, nas ourinas e excrementos, e que, por isso, nenhuma razão plausivel existe para se admittir a exhalação d'uma quantidade apreciavel d'aquelle gaz pelos pulmões e pela pelle. Pettenkofer e Voit admittem, por tanto, que o azote do ar atmospherico se não modifica no seu volume por effeito da respiração e perspiração, e attribuem a erros de experiencia os resultados a que chegaram Regnault e Reiset, e outros, que observaram já a exhalação já a absorpção de pequenas quantidades d'aquelle gaz. O ponto capital está, por conseguinte, na determinação rigorosa do acido carbonico e do vapor d'agua, e algumas vezes tambem na determinação de quantidades minimas de hydrogeneo e de gazes hydrocarbonados.

O apparelho de que se tracta, e de que brevemente será dada neste jornal uma descripção minuciosa, compõe-se essencialmente d'uma camara onde o animal respira; d'um contador ordinario que mede o volume do ar que passou pela camara; e de differentes tubos de vidro, de dimensões apropriadas, contendo acido sulfurico para absorver a humidade, e solução de baryta caustica para reter o acido carbonico.

O ar que sahe da camara em que o animal respira, passa por

um vaso que contêm pedra pomes imbebida de agua, onde se satura de humidade antes de entrar no contador, a fim de que o nivel da agua contida neste se conserve constante. O tubo de conducção do ar da camara para o contador ramifica-se entre a camara e o vaso que contém a pedra pomes para dar sahida a uma pequena fracção do ar, o qual passa pelos tubos que contém o acido sulfurico, onde perde a humidade que deve ser determinada pela pesagem dos tubos antes e depois da experiencia; passa depois por tubos cheios de pedra pomes imbebida de agua, onde se satura antes de entrar na solução de baryta a fim de não alterar o volume d'esta, e entra finalmente num pequeno contador. Uma pequena porção do ar ambiente colhido á entrada da camara, isto é, antes do seu contacto com o animal, passa por um egual systema de tubos e entra finalmente num outro contador.

Um thermometro collocado em cada um dos contadores indica a temperatura do ar que sahe, e fornece dados para as necessarias correcções dos volumes.

Determinação do acido carbonico

Para determinar o acido carbonico, Pettenkofer emprega uma solução de acido oxalico, preparada de tal modo que 1$^{cc.}$ corresponde exactamente a 1 milligramma de acido carbonico. Por conseguinte, quando se sabe quantos centimetros cubicos d'este liquido são necessarios para neutralizar um dado volume da solução de baryta, sabe-se tambem quantos milligrammas de acido carbonico são necessarios para produzir o mesmo effeito. Para obter a solução nas condições mencionadas, dissolvem-se num litro d'agua distillada 2,8636 de acido oxalico puro e crystallisado [1]; é necessario que o acido não esteja efflorescido, o que se reconhece por meio d'uma lente, nem contenha humidade, o que se

---

[1] $CO^2 : C^2O^4H^2 + 2H^2O = 44 : 126$; $44 : 126 = 1 : x$, d'onde $x = 2{,}8636$.

póde prevenir collocando-o durante algumas horas sobre o acido sulfurico, debaixo d'uma campanula.

A solução de baryta, empregada para absorver o acido carbonico, é de duas graduações differentes, e enche dois tubos de capacidades tambem differentes. A mais concentrada obtem-se dissolvendo em um litro d'agua distillada 21 grammas de hydrato de baryta crystallisado; $30^{cc.}$ d'esta solução exigem, para se saturar, 90 milligrammas de acido carbonico, pouco mais ou menos. A solução menos concentrada, contida no tubo immediato e mais pequeno, prepara-se dissolvendo 7 grammas de hydrato de baryta em um litro d'agua; $30^{cc.}$ exigem, proximamente, 30 milligrammas de acido carbonico.

Para se avaliar definitivamente a força da solução barytica, introduz-se esta em um balão, cuja abertura se possa tapar com o dedo, a fim de se poder agitar para favorecer a reacção, e junc-ta-se, pouco a pouco, por meio d'uma burette de Mohr convenientemente dividida, a solução do acido oxalico, preparada como fica dicto. Reconhece-se que a saturação é completa quando uma gotta da mistura, collocada sobre o papel de curcuma por meio d'uma vareta de vidro, deixa de produzir reacção alcalina.

A experiencia demanda alguns cuidados, que não será fóra de proposito mencionar aqui. Assim, quando a baryta chega a neutralizar-se de maneira que na solução fiquem sómente vestigios d'esta base no estado de liberdade, o papel de curcuma que se mergulha no liquido não apresenta a reacção alcalina. Collocando, porém, uma gotta do mesmo liquido sobre o papel de curcuma, forma-se uma orla escura, que denuncía a presença da pequena quantidade de baryta que ainda existia em solução no estado de liberdade: a gotta é absorvida na sua peripheria pelo papel de curcuma, e é ahi que a acção alcalina se concentra e se manifesta de preferencia, segundo a observação de Pettenkofer.

Procedendo d'este módo e empregando um papel de curcuma bem sensivel, póde-se chegar a apreciar a acção de $^1/_{10}$ de centimetro cubico da solução de acido oxalico sobre a solução de baryta, o que equivale a determinar 0,0001 de acido carbonico, resultado que difficilmente se obtem com o emprego da balança.

A solução de baryta deve estar absolutamente privada de potassa e de soda caustica; a menor quantidade de qualquer d'estas bases torna impossivel a determinação do acido carbonico, por isso que os oxalatos alcalinos neutros em presença dos carbonatos alcalino-terrosos se transformam em oxalatos alcalino-terrosos, e em carbonàtos alcalinos, que dão reacção com o papel de curcuma. Assim, quando a solução de baryta contém carbonato em suspensão (o que sempre tem logar quando se não filtra depois de servir para a absorpção do acido carbonico), o alcali, neutralizado pelo acido oxalico, transforma-se immediatamente em carbonato alcalino, que reage sobre o papel de curcuma, e em oxalato de bario que se precipita. Uma nova addição de acido oxalico transforma segunda vez o carbonato alcalino em oxalato, e o liquido torna-se neutro até que, pela agitação, o carbonato de bario existente ainda em suspensão transforme o oxalato alcalino em carbonato. A presença d'um alcali na solução de baryta reconhece-se pelo ensaio comparativo de duas porções da mesma solução, a uma das quaes se juncta uma pequena quantidade de carbonato de bario, que torna o liquido turvo. Este ultimo não deve exigir para a sua neutralização maior quantidade de acido oxalico do que a porção que se empregou perfeitamente limpida.

O inconveniente que resulta da presença d'um alcali na solução de baryta póde remediar-se pela addição do chlorureto de bario, que fórma baryta caustica e uma quantidade correspondente de chlorureto de potassio, que não embaraça a reacção do acido oxalico (Pettenkofer).

(Continúa)

JOAQUIM DOS SANCTOS E SILVA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

SONETO

Á morte de Alexandre Herculano

Ao som de um'harpa, pensador e crente,
O sabio cuja perda a patria chora
Canções sublimes modulara outr'ora,
Aos ouvidos encanto, enlevo á mente.

Os pristinos annaes da lusa gente
Depois, com nobre ardor, compulsa, explora,
E diz: «Desprazerei? Despraza, embora...
«Trevas ha que romper. Cumpre que o tente.»

Tedio e fadigas, tudo estima em nada,
Guias ignaros com desdem rejeita,
Commette selva escura, e emmaranhada.

A caligem é densa... a senda é estreita...
Intrepido prosegue, e altivo brada:
«Ha de fazer-se luz,» e luz foi feita.

A. J. Viale.

SONETO

eidem

Narrou severo, trovejou propheta,
Fabulou, sempre grande, em verso e em prosa:
N'arena do saber gozara, e goza,
Com jus, a fama d'esforçado athleta.

Da historia no labor tocara a méta
Da mais nobre ambição: embalde, irosa,
Turba hostil, de seus louros invejosa,
Contr'elle arremessou mais de uma setta.

Robusto luctador, foge-te a vida...
Fina amizade te circumda o leito—
Doce conforto na fatal partida—

«Ninguem me chore em lagrimas desfeito,
Ennio cantou, «não morro, acaba a lida...»
Tu tens ao mesmo gabo igual direito.

A. J. Viale.

SONETO

Entrada de Alexandre Herculano nos Campos Elysios

Nos campos, nos jardins, onde se goza,
Qual Virgilio a pintou, plena ventura,
Onde, em frescor vernal que sempre dura,
Alveja o lirio, purpurêa a rosa,

Onde, depois de lida fadigosa,
O sabio acha descanço e paz segura,
Eis apparece, eis, placida, fulgura
A de Herculano sombra majestosa.

Côro de vozes melicas o acclama
Digno, entre os Manes, de fulgente gloria,
Digno, entre os vivos, de perpetua fama.

Barros, crédor de perennal memoria,
«Vates, doutos, heroes, alegre, exclama,
«Honrae o eximio auctor da lusa historia!»

A. J. Viale.

Com estas homenagens, devidamente prestadas á memoria do grande historiador portuguez, não entendo de sorte alguma approvar o que nos seus escriptos houver menos orthodoxo, ou pouco reverente para com a Igreja e seus ministros.

A. J. Viale.

VERSOS DE AMOR

Eu sonho umas volupias caprichosas
Quando olho para o céo do teu semblante,
Thuribulo d'essencias languorosas,
Inferno e céo cantado pelo Dante.

E sigo-te na sombra. Os meus olhares
Afundam-se no mar das tentações;
São doces como a flor dos nenuphares,
Terriveis como a voz das maldições.

Quem és tu não sei eu, mas é verdade
Que te vi e te amei; o realismo
Não consegue vencer o despotismo
Da mulher na manhã da mocidade:

És um peito que se abre para a vida,
Uma aurora que nasce e que se expande
Em um sonho feliz e nobre e grande,
Sonho de Beatriz ou Margarida.

É assim que eu te vejo, e que contemplo
Os teus olhos, mais fundos do que o mar,
E escuto a tua voz como num templo
As musicas divinas de Mozart.

E queria estremecer-te nesse instante,
Chamar-te irmã, amiga, mãe... Tambem
Eu queria chamar-te minha mãe!
Ver-te sorrir, e ouvir te soluçante;

E ter no teu amor a tyrannia,
E lançar-me a teus pés, triste vencido,
Buscando num olhar estremecido
As noites de luar e a luz do dia.

E deixava este mundo que enlouquece,
Turbilhão infinito das idêas,
Se um beijo no teu labio depozesse
Dos que fazem viver as Galathéas!

SERGIO DE CASTRO.

PROGRESSO OU RETROCESSO?

No interessante periodico—*O Conimbricense* de 21 de julho proximo passado, vem um curioso artigo sobre a edição do *Lexicon Graeco-Latinum* de Benjamin Hederico, que foi sahindo dos prélos da Imprensa da Universidade de Coimbra desde 1829 até 1873. De tão importante publicação já tinha dado uma succinta noticia o benemerito professor, nosso douto consocio, o sr. dr. F. A. Rodrigues de Gusmão, no seu opusculo intitulado:—*Uma pagina da nossa historia litteraria,* 1828–1834, impresso em Portalegre no anno de 1875.

Em ambas estas noticias se registra um facto honroso para o nosso paiz, particularmente para a inclyta cidade onde se conferem aos alumnos de Minerva

..... «As coroas tecidas de ouro
«Do baccaro e do sempre verde louro».

Com effeito a cidade de Coimbra póde gabar-se de que da Imprensa da sua Universidade sahiu a edição, talvez mais accurada de quantas do diccionario hedericiano se têm feito na Allemanha e na Inglaterra, e sem controversia a mais copiosa em vocabulos e locuções. A maior e melhor parte d'esta gloria cabe aos dois principaes compiladores e revisores da obra, os eruditos philologos srs. Moura e Moraes. Porém, se pela publicação do *Lexicon,* e pelo superior merecimento da edição conimbricense, tem jus a ufanar-se o novo patriotismo, por outra parte, os portuguezes amantes das lettras classicas têm sobejo motivo de lastimar-se e de envergonhar-se a este mesmo respeito.

Queremos poupar-nos á mágoa de aqui referir o destino de que está ameaçada grande porção dos exemplares do *Lexicon,* se é certo o que se lê no numero de 19 de julho do mesmo jornal,

A que estado decadente chegaram em nossos dias os estudos philologicos na patria dos Barbosas, dos Caiados, dos Estaços, dos Teives e dos Gouvêas!

Não queremos proseguir em lamentações inuteis, e portanto desacertadas, que de mais a mais iriam ferir o nosso orgulho nacional. Relevem-se-nos, porém, algumas ponderações, que reputamos importantes, ácerca da proficuidade (deveriamos dizer necessidade) do estudo das linguas sabias, a grega e a latina, e designadamente da primeira. Não seremos nós quem encarecerá a sua importancia; mas sel-o-hão dois vultos dos mais grandiosos do nosso Portugal contemporaneo, na republica litteraria — Silvestre Pinheiro Ferreira e o Visconde de Almeida Garrett —.

Lembrar-se-ha alguem de os apodar de *pedantes, fosseis, charlatães?*

O sabio philosopho e publicista Pinheiro Ferreira, que tinha sempre sobre a sua mesa de estudo os poemas de Homero e as odes de Pindaro no idioma original, costumava dizer (mais de uma vez lh'o ouvimos): «*sem conhecimento do grego e do allemão na republica das lettras não ha salvação;*» sentença que depois, por nimiamente exaggerada, modificou, a instancias de um seu discipulo, reduzindo-a aos termos seguintes: «*sem o grego e o allemão não ha hoje solida erudição.*»

Almeida Garrett, no seu *Tractado de educação,* pag. 34, exprime-se da maneira seguinte a respeito de assumpto similhante:

«O latim e o grego são necessarios elementos da educação nobre. Deixai falar modernos e modernices, petimetres e neologistas de toda a especie. O homem que se destina, ou que o destinou seu nascimento, para uma vocação publica, não póde sem vergonha ignorar as bellas lettras e os classicos. Saiba elle mais mathematica que La Place, mais chimica que Lavoisier, mais botanica do que Jussieu, mais zoologia que Linneu e Buffon, mais economia politica do que Smith e Say, mais philosophia de legislação do que Montesquieu e Bentham, se elle não for o que os inglezes chamam *a good scholar,* triste figura ha de fazer.»

Produzidas sentenças tão auctorisadas (e não conhecemos neste ponto instancia superior que as annulle ou infirme) seja-nos per-

mittido allegar alguma cousa mais em favor de um estudo (o do grego) hoje votado entre nós a um completo desprezo.

Que logar se dá ao ensino da lingua grega na França, na Belgica, na Hollanda, na Allemanha, na Suecia, na Dinamarca? Para sabel-o não é mister visitar aquelles paizes, que (bem que peze ao nosso amor proprio nacional) estão certamente mais adiantados que nós em assumptos de instrucção publica. Basta ler os seus *Annuarios scientificos e litterarios,* e os *Programmas de suas Universidades, Lyceus e Gymnasios.*

Que dirão os nossos sciolos, que talvez dos hymnos e prosas do *Euchologio* latino pouco mais saibam de cór do que o versiculo «*Recedant vetera nova sint omnia,* se lhes citarmos um recente Programma da Universidade de Cambridge no estado de Massachusset, um dos estados da grande Confederação da Republica Septemtrional Americana, terra classica dos interesses *positivos, materiaes, commerciaes, industriaes?*

Pois nos estabelecimentos publicos d'aquelle Estado, a Universidade e Lyceu Harvard, consagram ao ensino da lingua e litteratura gregas 16 *(sic)* semestres successivos, 8 no Lyceu e 8 na Universidade!

Serão fosseis e barbaras as nações acima mencionadas, ou seremos nós os profanos?...

Seja perdoada esta interrogação ao infeliz confessor de uma religião que quasi não tem culto official entre nós; confessor que, tendo regido gratuita e espontaneamente, durante sete annos seguidos, um curso das linguas grega e latina, na bibliotheca nacional de Lisboa, não colheu do seu espirito de proselytismo outro fructo senão sete Portarias de louvor pelo Ministerio do Reino, e a satisfação de achar em cinco ou seis *adeptos* talento, applicação e reconhecimento, em compensação de desamor e ingratidões de alguns outros discipulos, e da indifferença do publico estudioso e da imprensa periodica [1].

---

[1] Folgamos de aqui registrar, em testemunho de estima, os nomes dos srs. Pereira de Miranda, Tito de Carvalho, padre Borges (Gaspar), padre Gonçalves, e João Eduardo Gomes de Barros.

Apezar de repetidos desenganos, o infortunado maniaco, prégador no deserto, teima em esperar que ainda algum dia, em uma futura indispensavel reforma da instrucção secundaria e superior, se virá a dar alguma importancia ao estudo do grego,

«Ce langage sonore, aux douceurs souveraines,
Le plus beau qui soit né sur les lèvres humaines.»

Um moderno escriptor francez de grande saber, eloquencia e auctoridade, não duvidou dizer que menosprezar o idioma de Homero e de Pindaro, de Demosthenes e de Plutarcho, era voltar as costas á civilisação. Sem sermos tão incisivos e tão emphaticos, não hesitaremos em formular as seguintes proposições:

1.ª Quem não tiver conhecimento dos poetas e prosadores gregos, e não for capaz de os ler na fonte original, não póde aspirar ao honroso nome de humanista.

2.ª A leitura das obras monumentaes da litteratura grega, auxilia poderosamente os mais bem fadados genios, contribuindo para formar o bom gosto, e para o apurar e aperfeiçoar ainda naquelles que já receberam da natureza um dom tão precioso; e é um excellente correctivo contra a turgidez e affectação, hoje infelizmente festejadas pelo vulgo dos leitores pouco instruidos.

3.ª Não merece ser havido por theologo consumado, nem poderá defender a sã doutrina catholica, se houver de disputar com heterodoxos, quem não estiver no caso de ler na lingua original o *Testamento Novo,* e os livros deuterocanonicos do *Antigo* (emquanto ao texto hebraico da *Biblia,* isso é ponto extranho ao nosso proposito).

4.ª Finalmente o conhecimento (embora não perfeito) da grammatica grega e das raizes da mesma lingua deveria ser um preparatorio necessario para a matricula em qualquer aula de instrucção superior, visto que todas as sciencias, particularmente a physica, a historia natural, a medicina, tiram da lingua hellenica milhares e milhares de vocabulos e termos, vocabulos e termos que per si só já dão alguma idêa do objecto por elles

designado, contribuindo assim a fazer que fiquem gravados na memoria.

Nestes limites, e sem adoptarmos como oraculo os tão conhecidos versos de Alexandre Hegio, mestre do sapientismo Desiderio Erasmo, que se lêem transcriptos na eruditissima obra do nosso José Vicente Gomes de Moura, *Monumentos da lingua latina,* pag. 423, parece-nos que as quatro asserções acima formuladas só acharão contradictores nos pertinazes adversarios dos estudos serios, em cujo numero estamos longe de incluir alguns peregrinos engenhos, em quem o talento e o estudo dos bons modelos das litteraturas modernas, supprem até certo ponto a falta de mais completa e mais regular direcção nos primeiros estadios da sua instrucção escholar. De industria nos abstemos de citar seus nomes,

Porém d'esta omissão *não colhem manchas*
Nem carecem de mim, per si famosos.

A. J. VIALE.

BIBLIOGRAPHIA

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nos annos de 1872 e 1873

COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE: 1874

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nos annos de 1874 e 1875

COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE: 1876

I

Estampando ha annos na *Revista Litteraria* do Porto alguns *Apontamentos para a continuação da Bibliotheca Lusitana,* lamentavamos, com verdadeiro pezar, que se não proseguisse na descripção de todas as obras publicadas, depois que sahira á luz a monumental do Abbade Barbosa.

«Seria para desejar, diziamos nós, que ao menos se fizesse annualmente uma memoria, que comprehendesse os productos das diversas typographias do reino. Um trabalho d'esta natureza era bem digno de um amante da litteratura patria; porque, constituindo um dos elementos absolutamente necessarios para a historia litteraria e typographica da nação, era ao mesmo tempo interessantissimo subsidio para a continuação da *Bibliotheca Lusitana.*»

Previamos, nessa epocha, os graves embaraços, a summa difficuldade que deveria encontrar o escriptor, que ousasse metter hombros a tamanha empresa. Commetteu-a, e venceu, felizmente, estes embaraços e difficuldades o nunca assás chorado Innocencio

Francisco da Silva, publicando o seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

Era, na verdade, o eximio Academico o mais habilitado para tractar similhante assumpto. Possuia dotes singulares, condições especialissimas para escrever sobre elle com intelligente criterio e incontestavel competencia. Á grande contenção de espirito reunia memoria prodigiosa de nomes, datas, successos, anecdotas, de um sem numero de especies varias e curiosas, grangeadas em vasta e aturada leitura, emprehendida com o particular fim que se propozera desde muitos annos.

É certo que para o aperfeiçoamento do *Diccionario* tambem encontrou franca e leal coadjuvação em alguns dos nossos homens de lettras, que generosamente lhe prestaram importantes subsidios. Reconheceu o illustre bibliographo a prestancia d'estes subsidios, referindo-os opportunamente nos differentes volumes da sua obra.

Cento e cincoenta e nove vezes nella se menciona o nome de quem escreve estas linhas, para rectificação e esclarecimento de factos, accrescentamento ou ampliação de noticias. Folgamos de haver concorrido com nossas lucubrações para o desempenho e lustre de um monumento de tanta honra e credito para a litteratura nacional.

II

Teve a publicação do *Diccionario Bibliographico* poderosa influencia na cultura das nossas lettras; despertou o amor pelos classicos, ensinando a apreciar a valia das suas edições, e o merito dos auctores; promoveu o estudo dos antigos monumentos da imprensa portugueza, dirigindo a attenção para os aperfeiçoamentos successivos dos seus productos; creou, finalmente, outros bibliographos, que por diversas investigações, a que têm procedido, hão de facilitar a continuação d'aquella famosa obra, quando surgir o successor de tão inclito mestre.

Occupa entre os nossos bibliographos logar distincto um escriptor laborioso e modesto, já vantajosamente conhecido na repu-

blica das lettras, que póde com justiça considerar-se um dos mais conspicuos discipulos d'aquelle grande mestre, o sr. Antonio Maria Seabra d'Albuquerque.

Comprovam esta verdade as Bibliographias de que reza a epigraphe. Comprehende a primeira a descripção de cento e quarenta e cinco obras sahidas da Imprensa da Universidade nos annos de 1872 e 1873, e a noticia biographica dos auctores, em que se referem os factos principaes de sua vida, e se expõem os motivos da composição das obras, quando são conhecidos e merecem especial menção.

Excitam pela sua curiosidade a attenção do leitor os artigos sobre os *Annuarios da universidade de Coimbra, Ephemerides Astronomicas,* e *Instituto (O).*

Comprehende a segunda Bibliographia a descripção de cento e cincoenta e tres obras, sahidas da Imprensa da Universidade nos annos de 1874 e 1875, e a noticia biographica de seus auctores.

Sobresahe entre os differentes artigos um importantissimo, o *Esboço historico sobre os Estatutos dados á Universidade desde a sua fundação pelo senhor D. Diniz até á sua reforma pelo senhor D. José em 1772.*

É tambem digno de ler-se o que o auctor diz ácerca da nobreza dos pharmaceuticos, ao descrever uma obra destinada a esta classe, e o que refere ácerca da historia do *Observatorio Astronomico da Universidade* (ao tractar da sua *Ephemeride),* exornando-a com tres gravuras.

Para demonstrar a singular aptidão do sr. Seabra para este genero de trabalhos, bastaria unicamente o *Esboço historico sobre os Estatutos.* É um trabalho consciencioso, resultado de pacientes investigações, a que presidiu uma vontade forte e desejo ardente de o organisar tão completo e cabal, quanto o permittiam os recursos de que podia dispôr.

Amenisou o sr. Seabra a natural aridez dos assumptos bibliographicos, enxerindo-lhes as curiosidades, que por qualquer modo se lhes podiam referir.

É a Imprensa Nacional da Universidade um dos estabelecimentos do reino, em que mais obras scientificas se têm dado á

estampa. Quem consultar as Bibliographias, de que acabamos de dar noticia, conhecerá não só quantas e quaes são estas obras nos quatro annos referidos, mas poderá avaliar approximadamente o nosso tal ou qual movimento scientifico e litterario, que, graças a Deus, não é tão minguado, como poderia suppôr a escassez do consummo.

Com estes seus inestimaveis trabalhos prestou o sr. Seabra valiosos serviços á litteratura patria, e subsidios preciosos para a continuação do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, que deve mais cedo ou mais tarde realisar-se.

Portalegre, 29 de setembro de 1877.

F. A. RODRIGUES DE GUSMÃO.

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO

CAPITULO V

(Continuado do n.º 3, paginas 138)

§ 3.º

João XX considerado como Summo Pontifice

Agora é que eu me devo comparar ao viajante, o qual, depois que atravessou dilatados campos, ora incultos, ora abundantes de todo o genero de sementeiras, umas vezes se enfastia de ver terras a perder de vista, outras se cansa de tanta uniformidade de objectos, mas a final, porque não encontra nem passos difficeis, nem fragosas e alcantiladas montanhas, nem horriveis despenhadeiros e medonhos precipicios, só quando já tem estes proximos e diante dos olhos, é que principia a ter vivas saudades do que ha pouco elle julgava fastidioso e quasi insupportavel. Outro tanto me succede a mim, que, tendo feito ver que é summa injustiça condemnar os homens por terem sido o que podiam ser nos seus respectivos seculos e não terem adiantado o que á custa de muitos seculos de cançados estudos chegou ao ponto em que hoje se vê, e que talvez nós, cegos e illudidos, assentemos ser a ultima baliza, ou dos talentos, ou dos engenhos humanos; ao encarar o mais difficil do meu intento, e um fortissimo esquadrão posto em ordem de batalha, e que não só tem a vaidade de se crer triumphante e senhor de um campo donde nunca mais poderá ser lançado fóra, mas que ao ver como a lettra das minhas bandeiras — João XX foi bom, sollicito e exemplar Vigario de Christo na terra — por certo que dará em rir a bandeiras despregadas, fazendo-me a propria recepção e acolhimento, que o corpulento Goliath fez ao pequeno David, quando este marchava affouto, contra esta que a

um dos mais insignes prégadores da Italia ouvi chamar *Torre de carne,* agora vejo diante os passos difficeis e escorregadios, que ameaçam conduzir-me a um inevitavel precipicio.

Ora pois vamos com pausa, e dos meus leitores espero que se por ventura não forem benevolos, queiram ser pacientes, moderando certo fogo que sómente os abraza e não allumía, e suspendendo o seu arresto final até que eu tenha proposto as minhas razões, expendido os meus argumentos, e dado resposta ás objecções de todos os adversarios do nosso Pontifice.

Caso bem extranho! Que os Pontifices apezar d'aquella indeficiencia (uso d'esta palavra, que é a mais analoga á divina promessa—*Rogavi pro te, Petre, ut non deficiat fides)* apezar d'aquella indeficiencia lhe prometteu o unico que a póde conceder, tenham mostrado alguma vez que são homens, o que tambem, e com assaz estrondo, e publicamente mostrou aquelle mesmo, a quem succederia na primazia de jurisdicção e auctoridade; será este motivo de admiração ou de espanto?

Que o seja para os inimigos da fé, aos quaes Roma, sómente nomeada, faz bramir de raiva no que dão bem a seu pezar um testemunho involuntario porém fortissimo de que a reputam e consideram, qual barreira firme e incontestavel, demos-lhe um passe, mas que o seja para os mesmos que se dizem catholicos, que blasonam de verdadeiros filhos da egreja; é o que mais custaria a crer se o não vissemos e observassemos todos os dias... Mas para que me desvio do meu principal intento, e para que faço preceder de tão amargas reflexões o que tenho de referir em abono do Sancto Padre João XX? É porque me envergonho de que, apparecendo tantos escriptores chamados catholicos, que perseguem com um rancor quasi luciferino a sancta memoria de um Pontifice restaurador da disciplina ecclesiastica, de um Pontifice, que appareceu no meio das mais desfeitas tormentas como astro bemfazejo, que dissipou as trevas, e chamou sobre a egreja e sobre os estados da Europa os bens mais apreciaveis e duradouros de um S. Gregorio VII, elle seja defendido e vingado das mais odiosas imputações por auctores protestantes, envergonho me, torno a dizer, de que no meio da tempestade de calumnias e

satyras que denegriram, muito acima do que permittem as rigorosas leis da historia, o Sancto Padre Alexandre VI, levantasse a voz o corifeo da impiedade, um Voltaire, envergonho-me finalmente de que o primeiro defensor das acções do Pontificado do Sancto Padre João XX fosse um protestante, fosse um Brucker, que na sua *Historia de philosophia* lançou os mais seguros fundamentos da breve apologia que já é tempo de começar.

De que opinião gozou o Sancto Padre João XX antes de condecorado com a purpura romana? Já não fallo nem curo de opinião litteraria, que bem estabelecida ficou nos paragraphos antecedentes; fallo da opinião de outro jaez, da opinião de ser bem morigerado, de ser um exemplarissimo sacerdote. Aqui não duvidarei perguntar o Dominicano Fr. Ptolomeu de Luca, que foi sem questão o maior adversario d'este Pontifice, e o que, por haver sido seu contemporaneo, mais lhe estragou a reputação, e o fez passar como imbecil, ou alguma cousa peior no conceito da posteridade. Elle me responde que o Sancto Padre, hoje B. Gregorio X, fez uma creação de cardeaes, todos homens probos, *fecit ordinationem cardinalium proborum virorum* [1].

No mesmo sentido refere esta promoção outro historiador coevo [2]; e ainda que insista muito na qualidade sabedoria, a todos esses novos eleitos faz um elogio, que necessariamente deve comprehender o moral, sem o que nem elles poderiam formar o conselho do Sancto Padre Gregorio X, nem este ser tão applaudido por esta creação, em que attendeu ao merecimento, sem que o induzissem a fazel-a, como tantas vezes succede (são palavras formaes do historiador), as razões de parentesco ou de amizade. *Quatuor summos Viros Cardinales fecit in consilium sibi, non autem elegit propinquos et amicos, ut plurimi faciunt Cathedram te-*

---

1 *Historia Ecclesiastica*, no tomo XI da Collecção — *Rerum Italicarum scriptores*, ordenada pelo sabio Muratori, liv. 33, cap. 2.º ou col. 1176 e seguintes.

2 Riccobalde de Ferrara, no tomo I do *Corpus historiarum medii aevi*, dado á luz por Eccardo. Leipsik, 1723, col. 1287.

nentes rerum. Ao mesmo passo que o Sancto Padre Gregorio x o revestia do cardinalato, que só as núas circumstancias de ser tal o eleitor, e de serem taes os comprehendidos nesta eleição, que dois d'entre elles foram Papas, e um foi S. Boaventura, me levariam por si mesmas a persuadir-me de que Pedro Julião até ao ponto de ser nomeado cardeal reuniu em gráu eminente a sciencia e a virtude; ao mesmo passo, digo, elle se via chamado para a cadeira metropolitana de Braga, o que mostra evidentemente que, se era bem conceituado nos reinos extrangeiros, não o era menos para com os seus naturaes; e tal complicação nasceu d'estes votos, não oppostos mas encontrados, que o Sancto Padre o dispensou da egreja de Braga; e o transladou para a egreja episcopal Tusculana ou de Trascati, donde passou ao Summo Pontificado em 1276.

Até aqui não é arguido o cardeal Pedro Julião do mais leve defeito moral, é credor da estima dos seus nacionaes e dos extrangeiros; o cabido bracarense julga-se feliz tendo á sua frente um tão digno pastor, um pontifice conhecedor dos homens, e um Sancto não consente arredal-o de si, e por isso o conserva a seu lado, para se assistir das suas luzes e conselhos; e á vista de um tão crescido numero de honrosos testemunhos, quem dirá que elle não fosse um dos principaes ornamentos do senado da egreja universal? Porém costuma dizer-se que *honores mutant mores,* o que parece ter-se verificado na pessoa d'este Summo Pontifice se quizermos dar credito a quanto d'elle escreveram os seus contemporaneos, tão encarecidos e demasiados neste ponto, que bastaria ser verdade já não digo tudo porém a maior parte do que elles dizem, para que eu buscasse uma nova estrada para justificar o nosso Portuguez; qual seria a de que já mui carregado de annos, e com tal peso ás costas como é a sollicitude e vigilancia sobre todas as egrejas do mundo, enfermara ou se enfraquecera a ponto de ficar alheio de si mesmo e ferido de uma terrivel doença, a que o soberano está sujeito assim como o infimo dos seus vassallos, que assim temos visto em nossos dias, e até com o nosso Portugal; mas felizmente não me verei reduzido a essa extremidade, e acharei nos proprios historiadores coevos, e nas suas pal-

paveis contradicções materia de sobejo, para vingar o Sancto Padre João XX, e com elle o nome portuguez de certo ferrete de ignominia, que tantas vezes se lhe tem querido imprimir...

Ouçamos pois aquelles historiadores, que por isso mesmo que elles me são contrarios, forcejarei quanto eu possa por deitar para longe de mim certo calor com que encetei esta controversia, e ganhar o sangue frio, que convém aos indagadores e amadores da verdade.

Póde affirmar-se com toda a segurança que foi Bartholomeu de Luca mais contrario ao Sancto Padre João XX, e se eu accrescentar de mais a mais que foi o seu unico antagonista não me desviarei um só apice da pura verdade; mas digam-me em boa paz, os que mais avaliam e prezam o merecimento d'estes historiadores, quando se veja que os seguintes, a saber: o Bispo Dominicano Fr. Bernardo Guy, outro Dominicano Fr. Francisco Pipino, e ainda outro Fr. Jacob de Vongine, o allemão Martinho Fuldense, e outros do seculo XIV não fizeram mais do que encostar-se um pouco servilmente á auctoridade de Bartholomeu de Luca até o ponto de seguirem a mesma ordem de factos, e transcreverem as suas formaes palavras; toda esta copia de testemunhas produzidas contra o nosso Portuguez, considerado no seu justo valor, não tem mais peso do que o auctor onde todos beberam; assim como (para eu dar agora um exemplo mais chegado a nós) assim como todos aquelles que para julgarem as acções do Sancto Padre Paulo II tomarem por norte o que d'elle escreveu o seu contemporaneo, o celebre porém falsario, e ingratissimo Platina, chegaram sim a junctar grande numero de testemunhas, mas que devem merecer todavia o mesmo credito que se póde dar áquelle primeiro e apaixonado historiador.

Ainda que este Pontifice (eis o juizo de Bartholomeu, vulgarmente chamado Ptolomeu Lucense) foi grande em sciencia, foi todavia mediocre em discernimento.

Foi inconsiderado em suas palavras, defeito este que tanto mais depressa se lhe conhecia, quanto mais facil era a todos o serem admittidos á sua presença, e por isso mais se patenteava o seu defeito, o que é contra a maxima philosophica, de que as acções

pessoaes dos soberanos não devem ser publicas, mas tão sómente aquellas em que o Principe é responsavel ao seu povo, como diz Valerio Maximo. Teve pouco amor aos religiosos, o que lhe sahiu caro, pois se conta nas historias que ao tempo em que a sala ou camera, que fazia construir, desabou sobre elle, tinha elle fulminado *quaedam* contra os religiosos. Ainda mais positivamente e de animo ainda mais hostil se explica em seus Annaes *era summamente accessivel,* generoso em fazer mercês, mas pouco reflectido...

Foi todavia grande em philosophia, porém nas suas acções cheio de espirito hespanhol, pois aborrecia os religiosos e por esta causa Nosso Senhor o castigou, pois a sua propria casa abateu, cahindo sobre elle, e semivivo o tiraram do meio das ruinas, e d'ahi a pouco morreu em Viterbo, onde fôra eleito pontifice.

De proposito consultei diversas edições das obras de Ptolomeu Lucense, e de proposito deixei a questão se tudo o que corre debaixo do seu nome é obra genuina, ou alterada pelos historiadores seguintes, e apenas farei algumas ponderações, a que dá logar o recem trazido contexto, e aproveitarei o que tambem nos consta da historia particular d'este insigne Dominicano.... Contava elle nada menos de quarenta annos de edade ao ponto em que aconteceu a lastimosa catastrophe de Viterbo; parece que na *Historia ecclesiastica* se declara posterior a esses dias com aquelle modo de falar — *tradunt historiae* — ou pelo menos que não se dá fiador de similhantes novas, e já pouco antes descançava no testemunho dos outros, aos quaes parece attribuir a opinião de que lhe viera do céo a pena do seu odio aos regulares «*Religiosos parum dilexit, et eidem ut creditur male cessit.*» E como em os seus *Annaes* ou *Chronica* tivesse dicto mui positivamente que este Summo Pontifice aborrecia os religiosos, e que por esta causa Nosso Senhor o castigara — *quia exosos habuit Religiosos propter quam causam percussit eum Dominus* — bem se vê que em 1303, em que termina a sua *Chronica,* estava mais acceso contra a memoria do Sancto Padre do que em 1313, em que poz termo á sua *Historia ecclesiastica,* e elle proprio como que estudava por diminuir os conceitos que espalhara, e que tanto mal fez á memoria

do Sancto Padre João XX, porém tanto uma como outra narração tem seus passos mui difficeis de conciliar ou ajustar entre si.

Aquelle espirito hespanhol, de que o Pontifice estava possuido, se consultamos os illustradores e ampliadores do texto do Lucense, consistia em ser muito apparatoso, mui pago de si, e todo embebido na posse das grandezas humanas a ponto de que no seu particular (muito viram e souberam os inimigos d'este Papa!) dava em rir despregadamente, como se fôra um menino de poucos annos, e todo se inchava e pavoneava por ter subido á cadeira de S. Pedro. Ora este mesmo homem tão vaidoso, tão cheio de filaucia, tanto na *Chronica* ou *Annaes*, como em a *Historia ecclesiastica*, é dado com toda a sorte de pessoas, e tão claro e familiar com todos, que passava a um extremo o mais vicioso e reprehensivel...

Quem deixará de conhecer no meio de taes contrariedades que a penna do historiador se molhou, e não pouco, no fel da maledicencia, e da mais declarada aversão a este Pontifice? E já que felizmente a probidade é um dos characteres principaes do historiador, pois quando este lhe falte, por certo nenhum dos outros é bastante para lhe grangear a confiança dos leitores; seja-me permittido, sem a mais leve offensa de caridade christã, o presumir que o Lucense tinha algum motivo especial de queixa e de resentimento contra o nosso portuguez, o que mais se reforça pelo vermos acceitar o bispado de Torcello na provecta edade de 82 annos, donde nasceu que outros governassem por elle, e que tão boas ou más cousas apparecessem na sua administração, que o seu metropolitano, o Patriarcha de Grado, se visse necessitado a fulminar contra elle a pena de excommunhão [1].

Tornando novamente ao seu texto, começarei por desfazer aquella imputação de odio figadal aos religiosos, que não assentaria bem na pessoa do Successor de S. Pedro, visto que este Principe dos Apostolos, ao deixar barcos e redes, e o que custa a deixar que é a satisfação da propria vontade, como que traçou

---

[1] *Storia della Litt.*, 7 fol., tomo 2.º, pag. 294 e seguintes.

e delineou em seu nobre exemplo um fidelissimo retrato á profissão religiosa, impondo aos seus successores uma certa obrigação de manterem e defenderem as ordens religiosas.

A continuação dos *Annaes* de Baronio dá sufficiente materia para se repellir de uma vez aquella injustissima accusação; e se o protestante Bruker se valeu do que referem os Annalitas Catholicos, decidindo, e mui sisudamente, que certo ardor pela inteira conservação de todos os privilegios concedidos ás ordens mendicantes, mui louvavel em sua origem, mas levado a excesso, dirigiu as pennas de todos os historiadores pertencentes áquellas ordens, e que nos deixaram algumas noticias d'este Summo Pontifice, observação esta mui a proposito, que não escapou, nem devia escapar ao sabio Muratori, cujas palavras têm aqui um devido logar:

«Teve elle (o Sancto Padre João XX) um defeito que não se lhe póde relevar, o qual foi o ser pouco affeiçoado aos Monges e Frades, e dizem que, se Deus o não levasse tão cedo d'este mundo (e até muita gente se persuade que o levara por isso mesmo), era a ponto de sahir com alguma bulla contra elles. Parece que isto nos induz a suspeitarmos que, sendo os religiosos os unicos que nos transmittiram as poucas noticias que temos d'este Pontifice, elles se mostrassem prevenidos com excesso contra a memoria d'este Pontifice [1].»

Mas em que consistiria esse odio, essa guerra intentada contra as ordens religiosas? Consistia na diminuição de certos privilegios, para o que já se tinham feito grandes instancias da parte dos bispos no concilio geral pouco antes celebrado; instancias que se repetiram no concilio geral de Trento, onde tiveram um despacho favoravel.

Preferi sempre a gloria de me ver filho de S. Bernardo (e assim o fosse qual o devo ser!); preferi sempre, torno a dizer, esta gloria a todas as glorias d'este mundo. Por ser arcebispo de Evora não perdi, antes conservei e reforcei cada vez mais a minha justa

---

[1] *Annali d'Italia*, tomo 7.º, ed. de Milão, 1744, pag. 417.

affeição a uma ordem que tanto me honrou quando me acceitou para o seu gremio, e que tanto me favoreceu, ou quando me dava nos seus collegios e ainda no estado secular a educação litteraria, ou quando me procurava as distincções academicas, e me provia de tudo o necessario para a borla doutoral, ou quando no meio das circumstancias mais desfavoraveis, gastava avultadas sommas na impressão das minhas taes quaes producções litterarias...

A isenção das ordens religiosas é determinada pelos Summos Pontifices; e eis quanto me basta para me convencer e persuadir, e por isso no brevissimo tempo em que administrei a minha Diocese tremi de qualquer influencia *no regimen ou direcção dos* mosteiros, a que o aperto das circumstancias no sentir de muitos, me dava logar, e como que me impunha certa obrigação de o fazer.

Entre tanto a egreja, reunida em concilios geraes, não só não approva a omnimoda e absoluta independencia dos Regulares para com os Bispos em cujo territorio estejam fundados os mosteiros, mas por vezes tem fixado os limites d'aquella independencia, que se devem considerar e respeitar. Não era outro o crime do Sancto Padre João XX, se não o de attender ás representações dos Bispos, e exigir que os Regulares os acatassem, e se houvessem para com elles modesta e humildemente quando se tractava de assumirem certas funcções, por cujo bom ou máo exito deverão os Bispos ser perguntados e julgados no Tribunal Divino...

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES NOVISSIMAS

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Compendio de desenho linear elementar para uso dos alumnos de instrucção primaria e em geral dos principiantes de desenho, contendo 24 estampas e algumas noções de geometria, acompanhadas das explicações necessarias para desenhar as figuras, por José Miguel d'Abreu, professor proprietario da cadeira de desenho annexa á faculdade de Mathematica da universidade de Coimbra, approvado pela junta consultiva de instrucção publica.

A Associação — historia e desenvolvimento das associações portuguezas, por Costa Goodolphim.

A Cartilha Maternal e a imprensa.

Catalogo especial de rosas e sementes de hortaliças do estabelecimento horticola de José Marques Loureiro & C.ª, fornecedor da Casa Real de S. M. a Rainha, proprietario do jornal de *Horticultura prática.*

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

Durante os mezes de agosto, setembro e outubro a correspondencia litteraria deve ser dirigida ao sr. Augusto Mendes Simões de Castro, rua do Visconde da Luz, — a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

25

XXIV ANNO — NOVEMBRO DE 1877

SEGUNDA SERIE — N.° 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

CAUSAS ECONOMICAS DA EMIGRAÇÃO — por J. Frederico Laranjo 193

DA SANGRIA NA HEMORRHAGIA OU APOPLEXIA CEREBRAL — por José Epiphanio Marques 207

BREVE NOTICIA SOBRE O APPARELHO DE PETTENKOFER — por Joaquim dos Sanctos e Silva 214

DESENFADO — por Luiz Carlos 217

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO 220

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NOS ANNOS DE 1874 E 1875 — por A. M. Seabra d'Albuquerque 230

BIBLIOGRAPHIA — por Gaspar Ribeiro de Sottomayor 237

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

CAUSAS ECONOMICAS DA EMIGRAÇÃO

(Excerpto d'um livro inedito)

SUMMARIO: — As causas economicas da emigração são as mais importantes. — Deducção das relações dos estados — selvagem, pastoril, agricola, e agricola-industrial e commercial com a mortalidade, a guerra e a emigração. — Confirmação historica d'esta deducção. — Determinação da idêa de progresso segundo Spencer e Carey. — Confirmação d'estas idêas pela analyse. — Analyse da doutrina da *eschola economica* sobre industrias naturaes e artificiaes. — Demonstração historica da possibilidade de influencia consciente e voluntaria na combinação das industrias. — A combinação das industrias é o maior remedio contra a emigração.

(Continuado do n.º 4, paginas 158)

Mas como determinar quaes as industrias naturaes e quaes não? Serão naturaes a um paiz todas as industrias que nelle prosperam e não naturaes todas as que não prosperam? Neste caso a realidade seria o criterio da possibilidade e da conveniencia; e desconhecer-se-hia que o homem póde modificar até um certo ponto os phenomenos sociaes, e que manufacturas que não seriam naturaes a um paiz numa epocha o podem ser noutra. Com relação á modificação dos phenomenos sociaes pelo homem, Augusto Comte estabeleceu como lei que — á proporção que se iam complicando os phenomenos das sciencias, maior era o grau possivel de intervenção e modificação da parte do homem [1].

O homem, que não modifica os phenomenos astronomicos, já

---

[1] *Cours de Philosophie Positive*, trois. édit., tomo 2.º, leçon 28, pag. 292 et suiv., tomo 3.º, pag. 46 et suiv.

modifica os da physica, mais os da chimica, mais os da vida, e, seguindo a mesma lei, mais deve modificar os da sociedade. A medicina e a sociologia fundam-se mesmo na possibilidade de modificar; sem ella uma e a outra seriam irrisorias; e a historia economica demonstra a possibilidade e a realidade de taes modificações. Não se póde pois sempre esperar que as industrias se desenvolvam por si; nem são unicamente naturaes a um paiz as industrias que ahi existem; nem parece que se possa sempre dizer que uma industria seja natural a um paiz pelo facto d'ahi existir, ainda que a existencia seja sempre um forte argumento a favor da sua razão de ser.

Numa industria manufactora ha os seguintes elementos: — a materia que se transforma, — os individuos que a transformam, — os meios de que servem para a transformar, — o consumo do producto; — parallelo e equivalente a todos estes elementos ha o capital necessario para comprar a materia prima, para a transformar e para a transportar antes e depois de manufacturada.

Concebe-se facilmente que d'estes elementos — materia prima, — transformação, — meios de transformação, — consumo, — um tenha mais importancia do que os outros, variando até esta importancia com as especies das industrias; e é visivel que a industria deve seguir a séde do elemento mais importante. Industrias ha, em que o valor da materia prima do producto comparado com o do trabalho condensado no mesmo producto é insignificante; neste caso a consideração do logar em que se produz a materia prima é insignificante tambem; a industria buscará para séde o logar em que ha os individuos aptos para a transformação, ou o logar do consumo.

Supponhamos que procurou o logar do consumo: se o consumo, em virtude do desenvolvimento da riqueza, se desenvolver em muitos pontos, nesses pontos se poderá desenvolver e se tornará natural essa industria, que até ahi o não era.

Mas, sendo uma industria nova mais fraca que uma industria já ha muito existente, esta industria nova, natural e conveniente, perecerá se não a protegerem.

Se o elemento mais importante for o dos individuos aptos para a transformação, a industria irá com elles para onde elles forem. Se o elemento mais importante for a materia prima, a séde natural da industria será a da producção da materia prima sobre que ella se exerce; mas, se forem muitos os paizes em que a materia prima se produz, serão muitos os paizes em que essa industria é natural; e se num d'elles ella tiver começado primeiro, a força adquirida d'essa industria nesse paiz não deixará desenvolver a dos outros, se não a protegerem.

A conclusão d'estas idêas é que não se podem num paiz desenvolver quaesquer industrias; mas que ha muitas vezes numa localidade industrias latentes, que é necessario chamar á vida e proteger durante um tempo mais ou menos longo, conforme as circumstancias de concurrencia da industria nacional com as extrangeiras.

A determinação da séde natural das industrias e dos meios proprios para fazer com que ellas se desenvolvam na sua séde natural é um estudo pouco adiantado na economia politica. Encontram-se em Roscher algumas idêas sobre este assumpto; e dos phenomenos geographicos das diversas industrias deduz elle diversas leis, as mais geraes das quaes são — que num estado de pequena divisão de trabalho no seio d'uma industria é a proximidade do consumo que a deve guiar, principalmente na escolha da sua séde; — e que, á proporção que a divisão do trabalho faz progressos, a industria procura de preferencia a proximidade das vantagens de producção. — Para se determinarem as vantagens da producção é necessario classificar as industrias, conforme o preço dos seus productos depende principalmente da materia prima, do capital, ou do trabalho, que nelles se empregaram; porque é o predominio d'um ou d'outro d'estes factores da producção que decidir da escolha da localidade, a não se dar o caso de se combinarem todos tres [1]. Estabelece tambem Roscher que

[1] V. *Recherches sur divers sujets d'Économie Politique*, par W. Roscher, trad. de L'Allemand. Paris, Guillaumin, 1872, pag. 134, 154 e 155.

industrias não naturaes a um paiz num tempo, podem tornar-se naturaes noutro, e vice-versa [1]. Estabelece que, ao contrario do que parece natural, as manufacturas que provêm do commercio extrangeiro se desenvolvem primeiro do que as provenientes das materias primas que ha no paiz [2]; e que as industrias de luxo se desenvolvem primeiro do que as industrias communs [3]. Aconselha aos paizes de cereaes que dirijam o mais cedo possivel a sua industria, nos cereaes que se destinam á exportação, para a moagem, e para a moagem fina; porque assim diminuem o transporte e prejudicam menos a agricultura [4]. Reconhece a boa influencia da intervenção de Colbert na industria franceza e a d'outros na industria dos seus paizes [5], e em geral que os governos podem ajudar o desenvolvimento das industrias, e o deverão e quererão fazer sempre que sejam superiores á massa do povo que dirigem [6].

Estas inducções dos phenomenos geographicos são concordes com as idêas de que as precedemos. A influencia reflectida do homem no desenvolvimento das industrias é uma realidade incontestavel, e a vantagem de tal influencia, para tal desenvolvimento, incontestavel tambem. O conselho de Roscher aos paizes de cereaes suppõe o principio em que temos insistido — que, para beneficio da agricultura, augmento da população e prosperidade d'um paiz, é necessario diminuir, o maximo possivel, o custo do transporte nas materias que se exportam; — portanto a vantagem de exportar materias manufacturadas, em vez de materias brutas. Todo o paiz que exporta materias primas e as importa manufacturadas está no caso da Inglaterra, quando era simplesmente agricola, da qual se dizia que — os extrangeiros lhe compravam

---

[1] V. *Recherches sur divers sujets d'Économie Politique*, par W. Roscher, trad. de L'Allemand. Paris, Guillaumin, 1872, pag. 190.

[2] Ibid., pag. 206 e 202.

[3] Ibid., pag. 206 e seguintes.

[4] Ibid., pag. 200 a 204.

[5] Ibid., pag. 207 e 203.

[6] Ibid., pag. 129 a 138.

uma pelle de raposa por um farthing, e lhe vendiam a cauda por um schelling [1].

É necessario combinar as industrias, e é possivel influir nessa combinação. O que resta agora é determinar os modos d'esta influencia.

A historia economica das nações, cujas industrias são e têm sido as mais adiantadas, mesmo a das nações que seguem estas primeiras com passos mais lentos, demonstra que as mais das vezes as industrias não se foram estabelecer espontaneamente nas localidades a que erám naturaes; mas que foram esforços reflectidos, que determinaram o seu estabelecimento. A França e a Inglaterra são uma prova exhuberante d'isto; e os meios que a historia d'estas duas nações revela mais efficazes para desenvolver as industrias onde ellas são possiveis podem reduzir-se a duas classes: — 1.ª Meios instructivos; — 2.ª Meios legislativos. Comprehendo na primeira tudo o que tende a dar a uma nação os conhecimentos necessarios para se entregar ás manufacturas, como por exemplo — a introducção no paiz de industriaes d'uma nação mais adiantada; — a instrucção dos nacionaes nos processos da industria mandada adquirir nos paizes extrangeiros; — as escholas professionaes; — as conferencias, as instrucções escriptas — e as exposições. A segunda classe comprehende os meios de protecção ás industrias que não poderiam lnctar com as extrangeiras; meios que têm sido variados, mas os mais importantes e os mais efficazes dos quaes são — imposição de direitos á entrada das manufacturas extrangeiras, direitos taes, que estas não se possam vender por um preço mais baixo, e ás vezes só por preço mais elevado, do que os productos das manufacturas nacionaes; premios honorificos, e a principio d'outra ordem, aos que introduzirem alguma industria, ou a levarem a um certo gráu de desenvolvimento.

---

[1] V. Carey, obra cit., tomo 1.º, pag. 462.

Além d'estes meios ha um outro, que não se póde talvez subsumir a nenhuma d'estas classes, mas que tem uma influencia poderosa, se não para crear, pelo menos para animar e augmentar —é a moda. Tornar moda os productos da industria nacional é um dos melhores e dos mais innocentes meios de a *proteger*.

Foi na Italia que começou a civilisação litteraria e industrial dos povos modernos. Quando o rei da França, Carlos VIII, passou os Alpes, a florescencia da industria e das artes na Italia maravilhou-o; e, retirando-se, trouxe para França artefactos e artistas, ficando ahi alguns d'estes, e deixando-lhe todos o exemplo do seu gosto e o modelo das suas obras [1].

Os reis que se seguiram a Carlos VIII seguiram-lhe as pisadas, distinguindo-se entre elles Francisco I, o amigo de Leonardo de Vinci, d'Andrè del Sarto e de Benevenuto Cellini, que estiveram em França [2]. Bernardo Palissy, vendo uma taça de faiança, sem duvida, diz Levasseur, vinda da Italia, onde se guardava havia seculos o segredo da fabricação [3], eleva-se ás alturas d'um homem de genio na arte e na sciencia. Catherina de Medicis manda vir operarios de diversas industrias e protege-os [4]. Os judeus expulsos da Hespanha ensinam a França a commerciar com o Levante [5]; mas as luctas religiosas fazem emigrar um grande numero de manufactureiros, e a industria decahe [6].

No termo d'estas luctas, o rei que mereceu a Voltaire um poema pretendeu reanimar e desenvolver mais a industria franceza; a seu pedido Olivier de Serres publica — o *Tractado da colheita da seda pela creação dos vermes que a fabricam* —; fazem-se grandes plantações de amoreiras, e os proprios curas são encarregados de as distribuir pelos campos. Sully não approva estes planos do

---

1 Vid. *Histoire des Classes ouvrières en France*, par M. E. Levasseur, édit. Guillaumin, 1859, tom. second, liv. 5.°, chap. 1, pag. 5 et 6.

2 Ibid., pag. 10 e seguintes.

3 Ibid., pag. 21.

4 Ibid., pag. 30.

5 Ibid., pag. 38.

6 Ibid., pag. 49.

monarcha, e sustenta que cada clima tinha producções particulares, e que era loucura querer inverter a ordem da natureza [1].

Da Italia vieram artistas para ensinarem a tecer a seda [2]; e a França adquiriu assim uma industria brilhante. Sob os auspicios do mesmo rei, elevam-se manufacturas de pannos, de vidros, de couros dourados, de esguiões, de rendas. Os manufactureiros são animados, uns com dinheiros, outros com privilegios, outros com titulos de nobreza, e estabelecendo mesmo muitos na galeria do Louvre [3].

O genio industrial de Henrique IV encontrou um successor em Colbert. Querendo proteger e desenvolver a industria, estuda as condições do paiz e o estado do commercio em geral; depois publica para as diversas profissões regulamentos, que ás vezes eram manuaes technicos [4]. No palacio dos Gobelinos estabelece manufacturas, para cujas obras o pintor Lebrún fornecia modelos [5]. Attrahe de Veneza vidraceiros, mineiros da Suecia, latoeiros da Bohemia, tecelões de pannos finos da Hollanda [6]. Dá maior animação á industria da seda; cria uma fabrica de crepes, outra de fio d'ouro, outra de alcatrão; explora minas, constroe fornos e fundições [7].

Embaixadores, bispos, curas, freiras, todos eram empregados por Colbert em prégar o realisar pela palavra, pelo exemplo e pela protecção aos artistas e operarios, esta cruzada industrial [8]. A introducção de novas industrias, diz Levasseur, a propagação do trabalho industrial nos campos, a emancipação da grande industria, eis tres beneficios que a França deve ás manufacturas creadas por Colbert [9].

---

1 Levasseur, obra cit., liv. 6, cap. 1.°, pag. 140.
2 Ibid., pag. 140.
3 Ibid., pag. 140 e seguintes e pag. 159.
4 Ibid., liv. 6, cap. 2.°, pag. 173 e 182.
5 Ibid., pag. 196.
6 Ibid., pag. 200, 210, 213 e 214.
7 Ibid., pag. 206, 207, 213 e 215, etc.
8 Ibid., tomo 2.°, pag. 173, 199, 201, 202 e 210, etc.
9 Ibid., liv. 6, cap. 3.°, pag. 216.

Mas este movimento de artistas d'outras nações para a França, esta incitação á industria pela instrucção, pelos premios, pelas honras, se foram julgados por Colbert e pelos seus antecessores sufficientes para a introducção das industrias, não o foram para a sua conservação.

Se uma industria, a principio, custa mais do que rende, é claro que essa industria não póde luctar, sem perecer, com industrias extrangeiras mais adiantadas.

Na edade media, já os reis da França tinham promulgado alguns decretos para proteger as fabricas do meio-dia contra a concurrencia extrangeira. Francisco I renovou estes decretos. Henrique IV, por um edicto de janeiro de 1599, prohibia a entrada dos estofos extrangeiros, principalmente de seda, e permittia a importação, e prohibia severamente a exportação das materias primas correspondentes [1]. Por um edicto de 18 de novembro de 1664, Colbert reviu as antigas tarifas, com o fim, diz Levasseur, da protecção das industrias pelas alfandegas, mas com um espirito de liberalidade e com uma intelligencia dos interesses da França que se não póde desconhecer [2]. Outro decreto de 18 de abril de 1667 augmentou consideravelmente os direitos de entrada d'um grande numero de mercadorias [3]. Esta ultima tarifa foi uma causa de guerra com a Hollanda, e a paz de Nimegue restabeleceu a de 1664.

Em 1685 Luiz XIV revoga o edicto de Nantes. O movimento de operarios, que houvera das outras nações para a França desde Carlos VIII até Colbert, produz-se agora em sentido inverso; e com os operarios estabelecem-se industrias nos paizes protestantes em que elles se fixaram.

A Hollanda, escreve Levasseur, teve chapelleiros, fabricantes de pannos, de pellucias, de veludos, de sedas, de moarés, e deixou

---

1 Levasseur, obra cit., tomo 2.º, liv. 6, cap. 1.º, pag. 147.

2 Ibid., liv. 6, cap. 4.º, pag. 232.

3 Ibid., liv. 6, cap. 4.º, pag. 235 e 236.

de pedir á França esses objectos, que até alli tinha sido obrigada a comprar-lhe.

A Inglaterra teve fabricas de papel, de tapetes, de cambraias, etc. O Brandeburgo recolheu generosamente pintores, architectos, fabricantes de pannos de Sédan e do Languedoc, de chapéos de castor, de meias de tear, e começou a ser um paiz manufactureiro [1].

Vejamos agora a Inglaterra:

No começo do seculo XIV, diz Carey, as exportações da Inglaterra consistiam em lã, pelles e extanho. Procurava-se obter a clientella das outras nações para estas materias primas concedendo privilegios aos seus negociantes [2]. A Hollanda e as cidades hanseaticas em geral eram quem principalmente commerciava com a Inglaterra; esta por fim cansou-se dos privilegios que lhes concedia, por meio dos quaes inundavam o paiz de pannos fabricados na Allemanha, e impediam o estabelecimento ou o augmento das manufacturas [3], como tambem o desenvolvimento da marinha; porque eram navios d'estas cidades, e mormente da Hollanda, que faziam todo o commercio da Inglaterra.

Organisou-se então um systema de medidas proprias para fortificar a marinha e crear as manufacturas no paiz; e a estes dois fins o egoismo da Inglaterra accrescentou um outro — o de desanimar as manufacturas em todos os paizes que podesse.

Os meios de que a Inglaterra se serviu para fortificar a sua marinha foram as celebres leis conhecidas pelo nome de —*Actos de navegação*—, pelas quaes, em geral, só se permittia a importação em navios inglezes, sendo ingleza a maioria da tripulação [4].

Para crear e desenvolver as manufacturas, a Inglaterra serviu-se principalmente da introducção de operarios e artistas, da

---

[1] Levasseur, obra cit., tomo 2.º, liv. 6, cap. 6.º, pag. 286.

[2] Carey, obra cit., tomo 1.º, cap. 16, pag. 452.

[3] Blanqui—*Histoire de l'Économie Politique*, tomo 1.º, chap. 10, pag. 208.

[4] Vid. Adam Smith, tomo 2.º, liv. 4, cap. 7.º, pag. 356 e seguintes.

imposição de direitos, ou da prohibição absoluta, á entrada das manufacturas extrangeiras e de premios á exportação das nacionaes. Á força attractiva da centralisação das industrias nas Flandres, na Hollanda e na Allemanha, diz Carey, a Inglaterra oppoz um systema de contra-attracção sufficiente, não só para lhe permittir conservar a aptidão industrial que já possuia, mas ainda para attrahir a que lhe faltava [1].

Como na França, o resultado d'estas medidas foi não só o desenvolvimento da marinha e das manufacturas, mas tambem guerras com a Hollanda.

A Inglaterra porém não se contentou com as leis de protecção á navegação e industrias nacionaes: a estas leis accresceram outras que prohibiam a exportação das machinas e a sahida de operarios, e que impediam as colonias de manufacturarem. Já vimos um rei da Inglaterra dizer que fará tudo o que podér para desanimar as manufacturas na Irlanda; já vimos prohibir-se á America Ingleza a fabricação sequer d'um prégo. Systema identico se applicou ao Indostão. Por meio de tractados arteiros conseguiu-se o mesmo com as nações que não eram colonias, como Portugal, Turquia, etc.

Da execução d'este ultimo plano da Inglaterra, a Irlanda recolheu a miseria; a America revoltou-se para se livrar d'ella; o Indostão viu as suas planicies alvejarem com os ossos dos seus manufactureiros; a Turquia está sendo jogada pelas nações; Portugal é este paiz pobre, em que faltam os capitaes, a população proporcional, o pensamento proprio, a autonomia real.

Como todas as nações que vivem de rapina, rapina pela guerra ou pelo trafico, como a antiga Roma, a Inglaterra ficou a mulher monstro sobre cuja cabeça brilham o ouro da Australia e os diamantes de Golconda; a cujo collo e a cujo peito se enrolam as martas e os arminhos; mas de cuja cintura pende um vestido de andrajos, apanhados no enxurro que lava as ruas de todas as nações.

---

[1] Carey, obra cit., tomo 1.°, pag. 463.

A introducção de artistas, a protecção ás manufacturas nacionaes daria o desenvolvimento regular das forças productivas da Inglaterra; o plano de impedir as manufacturas nos outros paizes deu essa centralisação espantosa, gerando crises terriveis, que, felizmente, têm encontrado na colonisação uma especie de valvula de segurança.

Modernamente as nações têm recorrido ás exposições como um meio de aperfeiçoarem as suas industrias e de encontrarem mercados para ellas. Os operarios e artistas observam e estudam; e, se se conhecem inferiores sob qualquer aspecto industrial, as nações tomam as medidas necessarias para que essa inferioridade desappareça: foi assim que a Inglaterra, conhecendo pelas exposições de París e de Londres, que os seus productos eram inferiores na elegancia e ornatos aos da França, estabeleceu escholas de desenho em toda a parte onde a industria as podia aproveitar; e, não se contentando só com isto, mandava instrucções ás fabricas e encarregava diversos professores de fazerem conferencias.

Pela historia do desenvolvimento das industrias nestas duas nações vê-se que é possivel e que tem sido real a intervenção reflectida dos governos na creação e progresso das manufacturas; a historia de quasi todas as outras nações prova o mesmo. Nunca uma nação teve um grande rei ou um grande ministro que se não esforçassem por introduzir nella as manufacturas possiveis, se as não tinha. Pedro Grande [1], Catherina II [2], o Marquez de Pombal, são provas d'isto.

As leis de protecção são uma necessidade e uma utilidade, quando prudentemente applicadas. A eschola economica argumenta contra estas leis. Herdou de Sully a idêa-teima, que elle oppunha ás tentativas industriaes de Henrique IV, e não vê as contradicções dos seus argumentos, nem a opposição em que elles estão com os factos.

---

[1] Voltaire — *Histoire de l'Empire de Russie*, sous Pierre-le-Grand.

[2] Vid. Malthus, obra cit., liv. 1.°, cap. 9, pag. 106.

O bloqueio continental deu um grande desenvolvimento ás industrias de todas as nações que concorreram para elle [1].

É tambem sabido que as industrias se desenvolvem mais cedo nos paizes que têm nas suas montanhas barreiras naturaes que difficultam o commercio com outras regiões. Na nova Hespanha, escreve Leroy-Beaulieu, a industria appareceu muito cedo, em parte por causa da densidade da população e da habilidade dos indianos para as obras manuaes, em parte por causa do pessimo estado dos caminhos que separavam os platós das costas e que augmentavam as difficuldades do transporte, assim como os preços das mercadorias que vinham da Europa. Nos Estados-Unidos foi o anno de 1806 o ponto de partida da industria nacional; porque, então, os regulamentos severos da Inglaterra e da França tornaram quasi impossivel o commercio dos neutros; o anno de 1812 e a guerra com a Inglaterra produziram tambem os mesmos effeitos. Póde-se dizer que este estado de cousas teve na America uma influencia analoga á dos direitos protectores impostos ás mercadorias europeas em favor da União [2].

Estes dois factos isolados e o systema segundo o qual se desenvolveu a industria na maioria das nações não provarão o poder protector inherente aos direitos de entrada das manufacturas extrangeiras? A eschola economica objecta que o consumidor tem de pagar o producto mais caro, os erros em que se tem cahido, as guerras que têm resultado, o desvio do natural para o artificial. A primeira objecção é o erro d'um calculo; a segunda o delirio d'um sceptico; a terceira a hysteria d'uma mulher; a quarta o abuso d'uma palavra.

É verdade que o consumidor a principio compra mais caro; mas, como o consumidor é tambem forçosamente productor, se,

---

[1] Blanqui — *Histoire de l'Économie Politique*, chap. 37, pag. 159 et 160. Frederico List, citado na obra por vezes mencionada de Carey, tomo 2.º, pag. 124.

[2] *De la Colonisation chez les peuples modernes*, liv. deux., chap. 2.º, pag. 578.

como productor elle vender tambem mais caro, póde ser que calculado tudo fique melhor do que comprando mais barato e vendendo tambem mais barato. E é o que realmente succede muitas vezes. Compram-se os productos manufacturados mais caros a principio, mas vendem-se mais caras as materias primas e o trabalho, e fica-se neste estado mais habilitado a comprar o producto manufacturado mais caro do que no outro a compral-o mais barato.

Com relação aos erros, porque o espirito póde errar, virão dizer-lhe que não pense? Relativamente ás guerras, a França e a Belgica, observa Carey, têm sido retalhadas pela guerra, e têm-se sempre conservado na classe das nações mais prosperas; Portugal tem quasi sempre escapado á guerra, e é pobre. Não valem as industrias da França e da Inglaterra as suas guerras com a Hollanda? Não vale a prosperidade dos Estados-Unidos a guerra da independencia? Se no Indostão, na Turquia, em Portugal, se podessem implantar e se implantassem as industrias, não lhes valeriam ellas uma guerra que podessem ter com a Inglaterra? Uma guerra pelas industrias é uma guerra pela independencia; e a nação que não quer luctar por ella, não tem o direito de ser nação.

Ácerca do desvio do natural, é verdade que ha regiões industriaes; mas o que diria a eschola economica a quem lhe fizesse a seguinte proposta: — o trigo é indigena da Mesopotamia, as batatas da America, as cereijeiras da Asia Menor, etc.; nunca se viu trigo, nem cereijeiras, nem batatas, nascerem espontaneamente na Europa: não semeemos pois nenhum d'estes vegetaes, não façamos cousas artificiaes; cultivemos nos campos da Europa o que elles produzem naturalmente.

São naturaes a um paiz não só as industrias que lá se desenvolvem espontaneamente, mas tambem as que se podem desenvolver por meio da intervenção voluntaria e reflectida, sem prejudicarem outras que rendessem mais; do mesmo modo que lhe são naturaes não só os vegetaes primitivos, mas tambem os que lá se podem acclimatar sob as condições seguintes — que o custo

de producção seja inferior ao valor do producto, e que não tomem o logar d'outros que rendessem mais.

Em geral, pois, é possivel combinar as industrias por meio de esforços reflectidos, destruindo assim a causa mais permanente e activa da emigração nos paizes pouco povoados, supprimindo ou minorando as crises industriaes, tirando á emigração a intensidade que ella adquire nos paizes em que se centralisam as manufacturas. Se a falta de combinação das industrias é a maior causa de emigração, a combinação d'ellas é o maior remedio.

J. Frederico Laranjo.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

DA SANGRIA NA HEMORRHAGIA OU APOPLEXIA CEREBRAL

(Continuado do n.º 4, paginas 164)

V

Resta-nos fallar de Forget, d'esse vulto imponente da eschola de Strasburgo, cuja opinião sensata parece ter pezado muito na balança da questão que se ventila.

Forget confessa não estar sufficientemente esclarecido a respeito do mechanismo da hemorrhagia cerebral, como o não está a respeito do de muitas outras; entende todavia que os derrames cerebraes nada têm de especial nem de mysterioso, e por conseguinte que a sangria, indicada nas hemorrhagias activas em geral, não deve banir-se da therapeutica da apoplexia cerebral, sob pretexto de apparecerem ás vezes phenomenos graves.

A hemorrhagia cerebral, como as outras todas, não póde ter o mesma therapeutica, por isso que não são uniformes as condições individuaes, nem identico o caracter do derrame.

A hemorrhagia póde com effeito mostrar o caracter activo ou passivo, apparecer em individuos fortes ou fracos, novos ou idosos, com força e plenitude de pulso ou com fraqueza da circulação, etc. Ora, se a sangria fôr prescripta, como algumas vezes o terá sido, sem attenção ás condições individuaes, poderão, na verdade, seguir-se-lhe phenomenos gravissimos, cuja inteira responsabilidade recahirá justamente sobre o medico pouco escrupuloso, que indevidamente a prescreveu.

O momento da sangria, segundo o illustrado professor francez, não é indifferente para o resultado da medicação. Em face da pequenez ordinaria do coagulo e da sua homogeneidade, diz Forget, o fóco hemorrhagico parece formar-se d'um jacto; por conseguinte, o periodo activo da hemorrhagia, isto é, aquelle em que a sangria póde moderar e limitar o derrame cerebral, deve oscillar entre meia e uma hora, a partir do momento do ataque. Mais tarde o fóco hemorrhagico constituirá um corpo extranho, contra o qual será impotente a therapeutica, como serão inuteis todos os esforços, no intuito de activar a resolução do coagulo e de apressar a cicatrização da ferida, — essa missão pertence ás *tendencias medicatrizes do organismo.*

Mas se a phlebotomia é impotente contra a hemorrhagia passado o seu periodo activo, póde ainda aproveitar: 1.° contra o estado congestivo que permanece depois do ataque, e que se revela exteriormente pela turgencia da face, plenitude de pulso, etc.; 2.° contra as recidivas; 3.° moderando a inflammação das paredes da caverna, e neutralisando em parte a acção mechanica do coagulo contra as mesmas paredes.

Forget não dissimula que a sangria tem sido algumas vezes inutil na apoplexia, e até seguida da morte do apopletico quando parecia rigorosamente indicada; mas deverá por isso pedir-se a sua prescripção? Não, porque os apopleticos não sangrados tambem morrem. Não, porque do mesmo modo que se admitte a opportunidade da sangria na apoplexia pulmonar apezar de fallecerem muitos dos doentes sangrados, não deve tambem, sob pretexto de alguns casos infelizes, esquecer-se a celebridade bem justificada de que tem gozado, em todos os tempos e em toda a parte, a phlebotomia, como meio valioso contra a apoplexia ou hemorrhagia cerebral. Por conseguinte, diz Forget, a sangria está indicada no primeiro periodo ou periodo activo da hemorrhagia cerebral; e ainda no segundo poderá ser reclamada pelo estado geral do doente, pelo receio das recidivas ou com o fim de moderar os accidentes consecutivos.

O illustrado professor francez crê tambem na acção preventiva da sangria, e por isso a aconselha na imminencia apopletica,

protestando d'este modo contra alguns practicos, que, preoccupados com certos casos infelizes da sangria, preferem ficar mudos espectadores do apopletico a empregar um meio therapeutico aconselhado pela sciencia, e sanccionado pela observação, como preventivo da apoplexia cerebral.

Eis um resumo da discussão acalorada que modernamente agitou o mundo medico, e em que se empenharam as primeiras summidades medicas da França, discussão, de que já se tirou um grande resultado, tal foi o banir-se da therapeutica da apoplexia a practica rotineira da sangria, assim como o abuso das emissões sanguineas. No meio de opiniões tão encontradas, e apostoladas por auctoridades tão respeitaveis, afigurase-nos difficil arriscar um juizo definitivo sobre a questão de opportunidade ou inconveniencia da sangria na apoplexia ou hemorrhagia cerebral; entretanto nós, habituados desde o principio da nossa carreira medica, a ver desmentidas na practica as doutrinas exclusivistas, não podemos acceitar o absolutismo de Trousseau, nem a opinião exaggerada de Joire; sendo nossa convicção, em vista dos factos clinicos, que a sangria póde utilmente ser empregada na apoplexia cerebral, como póde produzir graves accidentes, quando indevidamente applicada. A phlebotomia, como qualquer outro meio therapeutico, tem indicações e contraindicações que é mistér respeitar.

VI

Escrevendo principalmente para alumnos de medicina, enumeraremos os meios que a experiencia parece sanccionar em casos de imminencia apopletica ou de apoplexia consumada e recente:

O tractamento prophylatico, que se dirige aos individuos de constituição apopletica, ou que apresentam ás vezes phenomenos congestivos, é principalmente hygienico, e resume-se nos seguintes preceitos:

Evitar fadigas intellectuaes, insolação, abuso de relações sexuaes e o uso das mesmas depois das refeições, mudanças rapidas de temperatura, assim como frio de pés.

Trazer a cabeça descoberta e molhal-a frequentemente com uma esponja imbebida d'agua fresca, não dormir em quarto pequeno por causa da elevação rapida de temperatura, não usar de colchão de lã nem de cortinas em volta do leito, e ter sempre travesseiro alto.

Fazer exercicio moderado, eutreter a liberdade de ventre e de circulação, usar de alimentos ligeiros sem vinho, respeitar emfim as congestões habituaes, e promovel-as quando haja desvio.

Se o doente, apezar de observar os preceitos referidos, accusar cephalalgia, peso de cabeça, vertigens, e revelar rubor de face e de conjunctivas, isto é, se apresentar symptomas de congestão cerebral, deve emprcgar-se rigorosamente a therapeutica indicada por Jaccoud no seu excellente *Tractado de Pathologia interna*.

No caso de apoplexia consummada e recente, cumpre attender ás condições individuaes, e particularmente á idade, na certeza de que a idade avançada não é contraindicação formal da sangria. Muitos exemplos mostram que um certo atrevimento, inspirado pelo tacto medico, tem sido coroado do melhor resultado. Não é pois tanto á idade, como á constituição, estado do pulso, etc., que deve attender-se.

Não convém a sangria: 1.° nos doentes depauperados; 2.° nas apoplexias dos chloro-anemicos; 3.° nas apoplexias que apparecem depois de sangrias preventivas, ou se reproduzem, apezar de sangrias anteriores.

Em todos estes casos a sangria dispõe para exhalações serosas nos ventriculos cerebraes, que se revelam pelo estado apopletico e collapso, cuja terminação é geralmente fatal.

Em logar da sangria, convirá applicar antes synapismos, vesicatorios volantes, pediluvios e urticação para despertar a excitabilidade do cerebro; ventosas no thorax e abdomen para diminuir a compressão cerebral.

Se as pulsações cardiacas tiverem pequena energia, e o pulso

fôr fraco e miseravel, será um crime de lesa therapeutica usar da sangria, pois que a fraqueza do coração augmentará, sobrevindo necessariamente o edema e stase pulmonar. É pois aos excitantes e toniços que deve recorrer-se.

No caso de lesão organica de coração é precisa a maior reserva na sangria, por causa das syncopes mortaes que frequentemente se lhe seguem.

Se o doente emfim fôr robusto, de temperamento sanguineo, de pouca idade; se o pulso revelar plenitude e resistencia, e sobretudo se se apresentar a recorrencia palmar, não póde haver hesitação no emprego da sangria.

Como já dissemos, a phlebotomia é impotente contra a dilaceração do cerebro, e mesmo nada póde contra a hemorrhagia; roto o vaso, o derrame continúa necessariamente, até que o coagulo tape o orificio vascular.

Crê-se, porém, com Jaccoud, que as emissões sanguineas geraes são o meio mais efficaz de despertar a excitabilidade do encephalo, e dão este resultado por um modo complexo.

Assim combatem a hyperimia que precede, acompanha e permanece ás vezes depois da hemorrhagia, diminuem a pressão intra-craneana, que é uma das causas de *nevrolysia*, favorecem emfim a circulação pela depleção dos vasos, facilitando a renovação do sangue no encephalo, condição essencial para que os elementos nervosos possam recuperar a excitabilidade perdida.

A apoplexia póde cessar com a primeira sangria: em caso negativo póde usar-se de sanguesugas na região mastoidéa, entretendo o corrimento de sangue por algumas horas.

Os vasos da dura mater communicam com os do pericraneo, por meio da veia emissaria de Santorini e da que entra pelo buraco mastoidéo, abrindo-se aquella no seio longitudinal superior, e esta nos seios lateraes. Além d'isso, os vasos do periosteo e os da dura mater communicam entre si directamente por meio dos vasos de Brechet *(canaes venosos excavados na substancia espongiosa dos ossos do craneo)*, que se abrem nas duas superficies dos ossos craneanos. Portanto as sanguesugas na região mastoidéa são uteis, pois que, pelo buraco mastoidéo sahe a veia

mastoidéa que recebe sangue dos seios lateraes, desengorgitando-se em consequencia os centros nervosos com facilidade.

Não póde de antemão fixar-se o numero das emissões sanguineas, nem a quantidade de sangue que deve extrahir-se: o *quantum* de sangue e o numero de depleções variará segundo o estado do pulso do doente.

A sangria deve ser feita no braço: a depleção nas jugulares e a arteriotomia, além dos perigos que lhes são inherentes, exigem a compressão do collo, o que é desfavoravel. A do pé tem contra si o serem as saphenas muito estreitas e ás vezes difficeis de encontrar.

O doente deve ser collocado em quarto medianamente espaçoso, convenientemente ventilado, e com pouca luz.

Finalmentc, os meios que, depois de practicada a phlebotomia, se costumam logo empregar, são:—applicações refrigerantes na cabeça, taes são, a agua sedativa, agua vegeto-mineral, alcooleo de arnica diluido, etc. Estes meios parecem excitar os nervos cutaneos, e determinar por acção reflexa a contracção das arteriolas cerebraes.

Ao mesmo tempo deve entreter-se a liberdade de ventre do apopletico, e para isso usar-se-ha de clysteres e ligeiros laxantes.

Eis o tractamento para o momento da apoplexia. Passada esta epocha, a therapeutica ha de variar, consoante os phenomenos que se revelarem, podendo consultar-se a este respeito os *Tractados de Pathologia*.

Terminaremos este insignificante trabalho com breves considerações a respeito da apoplexia que apparece depois d'uma refeição, e que alguns denominam *gastrica*.

Variam as opiniões a respeito da therapeutica a usar n'esta fórma de apoplexia, querendo uns que se proceda á sangria, votando outros pela applicação dos vomitivos.

Falta-nos a observação pessoal; receiamos por isso aconselhar aos alumnos de medicina a therapeutica a usar no caso em questão. Seja-nos, porém, permittido o declarar que votamos antes pela sangria, do que pelos vomitivos, pois que, desde a manifestação

do vomito, a depleção das jugulares é embaraçada, em consequencia a tensão do sangue cresce no encephalo, podendo resultar nova hemorrhagia, accidente este, que se pretendia evitar.

Demais, sabem todos que a sangria depois da refeição é ordinariamente seguida da expulsão dos contentos do estomago; por isso, em face d'um doente com a apoplexia gastrica, talvez preferissemos a phlebotomia, esperando obter por este meio a diminuição de compressão do cerebro e o effeito vomitivo.

José Epiphanio Marques.

N. B. Nos numeros precedentes foi composto o nome de *Trousseaux*, devendo aliás entender-se *Trousseau*.

No numero 4, pagina 160, linha 36, onde se lê: *não lhes concede* etc. deve accrescentar-se-lhe MAS *não lhes concede* etc.

BREVE NOTICIA SOBRE O APPARELHO DE PETTENKOFER

(Continuado do n.º 4, paginas 169)

Determinação da agua

O apparelho excicador, de que Pettenkofer se serve para a determinação da humidade do ar, consiste em um tubo de Liebig modificado: contém sete bolas, sendo cinco dispostas em circulo, que se póde assentar facilmente sobre um plano horizontal durante a experiencia e sobre o prato da balança durante as pesagens, e duas dispostas em linha vertical. O ar entra no apparelho de bolas por um tubo vertical, percorre as cinco bolas que se acham na posição horizontal contendo acido sulfurico concentrado que as enche até ao meio, e sáe pelo ramo formado pelas duas bolas dispostas verticalmente; a bola superior contém amianto destinado a reter pequenas gottas de acido sulfurico que poderiam ser arrastadas pela corrente do ar. O apparelho assim disposto póde conter 50 grammas de acido sulfurico, quantidade que é sufficiente para absorver a humidade d'um volume de ar superior a 150 litros.

Para ultimar a determinação da quantidade de agua produzida pelo animal num dado espaço de tempo basta, como já fica dicto, pesar o apparelho excicador no principio e no fim da experiencia; a differença entre as duas pesagens mostra a quantidade da agua que foi retida pelo acido sulfurico. Procedendo do mesmo modo com o ar que não chegou ao contacto do animal, e achando a differença entre as quantidades determinadas num e outro caso, fica determinada a quantidade da agua que o animal produziu.

Determinação do hydrogeneo e dos gazes hydrocarbonados

A experiencia tem mostrado que o ar viciado pela respiração dos animaes contém frequentemente, além da agua e do acido carbonico, hydrogeneo e vapores organicos, entre os quaes figura principalmente o gaz dos pantanos. Para fazer a determinação das quantidades d'estes dois gazes é necessario empregar um segundo systema de apparelhos inteiramente similhante ao que serve para as determinações precedentemente indicadas relativamente ao ar viciado e ao ar ambiente, e, além d'isto, dois pequenos tubos de combustão cheios de esponja de platina, que se aquece até á incandescencia por meio d'uma alampada de gaz. O ar ambiente e o ar que serviu para a respiração passa para estes tubos, em que o hydrogeneo e o gaz dos pantanos ardem formando agua e acido carbonico, que vão depois ser absorvidos pelo acido sulfurico e pela baryta, e entra finalmente em dois contadores.

O apparelho completo compõe-se, por tanto, d'um grande contador, que tem por fim medir o ar que passou pela camara em que o animal respira, e de quatro contadores pequenos e eguaes, servindo dois para medir duas fracções do ar viciado, uma das quaes soffre a calcinação no tubo que contém a esponja de platina antes de entrar no acido sulfurico e na solução de baryta, e os outros dois para medir duas porções do ar ambiente, passando tambem uma d'ellas pelo outro tubo de combustão antes de entrar nos liquidos absorventes da agua e do acido carbonico.

No caso em que o ar ambiente e o ar viciado pelo animal contém hydrogeneo e gaz dos pantanos, os liquidos absorventes pelos quaes passa o ar depois de soffrer a calcinação, devem apresentar um excesso de agua e de acido carbonico relativamente áquelles por que passou o ar que não foi submettido á acção da platina incandescente. Tomando conta d'este excesso é, portanto, facil determinar pelo calculo a quantidade d'aquelles gazes contidos no ar viciado e ambiente. Este ultimo não contém ordinariamente quantidades apreciaveis de hydrogeneo e hydro-

carburetos, mas póde conter corpusculos organicos em quantidade sufficiente para produzir pela combustão quantidades sensiveis de agua e acido carbonico.

O que fica dicto é sem duvida insufficiente para se fazer uma idêa clara da multiplicidade das peças que compõem o apparelho de Pettenkofer e das operações que é necessario executar para chegar a um resultado satisfactorio; é apenas uma simples indicação do que ha de mais essencial, e póde dizer-se que, sem a inspecção do proprio apparelho ou de estampas que o representem, é quasi impossivel chegar a obter um conhecimento completo das minucias d'este methodo analytico.

Em occasião opportuna mencionarei algumas especialidades sobre o modo de conduzir a experiencia e o calculo; e, por agora bastará dizer que as differentes experiencias a que, em commum com o sr. dr. Costa Simões, procedí com este apparelho, deram resultados satisfactorios no que diz respeito á determinação do acido carbonico.

JOAQUIM DOS SANCTOS E SILVA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

DESENFADO

O tedio, um tedio immenso,
Meu coração povôa;
Mas felizmente eu penso,
E o pensamento vôa!

E leva-me nas azas
Lá onde tu habitas;
Onde a scismar te abrazas
Em chammas infinitas:

Chammas de amor... Que incendio
É mais intenso e fórte?
Olha, vê tu, entende-o:
Resiste á própria morte!

Resiste, sim. Na campa
Aspectos ha, funestos;
Quem vai erguer-lhe a tampa
Só acha uns tristes restos,

Um tenue pó sómente,
Uns ossos carcomidos:
Pasma de horror a gente,
Perturbam-se os sentidos!

Funesta coisa, certo!
Assustadora vista!
Mas só quem vê de perto
Com ella se contrista:

Quem olha de mais alto
Não treme, não descóra;
Só leve sobresalto
No coração lhe móra,

Porque não morre tudo
Na escuridão da cóva;
Se tal recinto é mudo,
O sentimento é prova,

E diz que outra existencia
Ha mais formosa e bella:
O amor é sua essencia,
A alma aspira a ella!

Não temas, pois, não temas,
Ó minha doce amiga!
A morte quebra algemas,
E as almas não desliga.

Amemo-nos, portanto:
Que em nossa noite escura
Não ha maior encanto,
Não ha maior ventura.

Bem sabes tu, bem sabe
Quem é capaz de affecto,
Que dentro em nós não cabe
Este anhelar inquieto,

Este infinito anceio
Que ferve e tumultua,
E só n'um outro seio
Se acalma e attenua!

Amemo-nos. Que importa
A ausencia dolorida,
Se a esp'rança não é morta,
Mas surge com mais vida?...

Se agora um tedio immenso
Meu coração povôa,
Eu felizmente penso,
E o pensamento vôa!

LUIZ CARLOS.

UM INEDITO DE FREI FORTUNATO

CAPITULO V

§ 3.º

João XX considerado como Summo Pontifice

(Continuado do n.º 4, paginas 192)

Espero que nenhum dos meus leitores abuse d'esta fiel exposição dos meus sentimentos, e que, tomando-os em tudo a melhor parte, nem me censure de adverso ás isenções dos Regulares, nem de nimiamente empenhado no augmento de jurisdicção dos Bispos. «*Suum cuique*» é a minha divisa, e abraçado com ella espero viver e morrer. Descansem todavia os leitores de Muratori, que, não sendo oraculo em assumptos de Theologia, o é e deve ser em assumptos historicos, que não ha cousa mais facil do que livrar o Sancto Padre João XX d'essa odiosa qualificação de inimigo dos Frades.

Quem eram, e aqui me sirvo do proprio testemunho do Lucense, quem eram os legados que o nosso Pontifice mandou ao Imperador de Constantinopla, e para um negocio de tal monta qual foi a união das egrejas latina e grega, um dos mais importantes, quando não fosse o maior d'aquelles seculos, foram dois Bispos, e algumas pessoas characterisadas da ordem dos prégadores — *Fuerunt duo Episcopi et alii solemnes viri Religiosi ordinis Praedicatorum.*—

Quaes eram os legados que o mesmo Pontifice enviou aos Reis de França e Castella, que andavam renhidos pela successão a esta coroa?

Fr. João de Verceil, da ordem dos prégadores, e Fr. Jeronymo, ministro geral da ordem dos Frades menores? [1]

Que boa casta de inimigos é esta, que vai tirar da propria classe que mais aborrece aquelles sujeitos que devem tractar os negocios de sua maior confiança; e em cujo bom successo vai muito á felicidade dos dois poderes ecclesiastico e civil! Seria longo referir todos os negocios que elle incumbiu aos Regulares, e como tomava a peito amparal-os e defendel-os de qualquer sorte de violencia.

De entre muitos exemplos que podia trazer, insistirei sómente em dois, pertencentes á ordem dos prégadores. Como elle ardesse em sanctos desejos de arrancar ás mãos dos infieis a Terra Sancta, mandou collectores das esmolas, destinadas para esse fim, aos diversos reinos da Europa. Não era o de menos consideração já naquelles tempos o reino de Inglaterra, e para ahi foi nomeado Fr. João de Dorlinton da ordem dos prégadores, junctamente com o mestre Ardicião, chantre da egreja Mediolanense [2], e como soubesse que uma casa pertencente aos Dominicanos tinha sido entrada e roubada por certos homens poderosos, que tinham posto mãos sacrilegas nos religiosos que a habitavam, mandou-os declarar excommungados, impondo-lhes tambem a obrigação de restituirem tudo quanto houvessem roubado [3].

Insensivelmente me antecipei a contar estas acções do seu Pontificado, de que eu intentava fazer um artigo á parte, como para me servir de prova incontrastavel de que um Pontificado bravissimo, qual foi este, nem por isso foi destituido d'aquelles feitos e acções que mais podiam honral-o, e fazel-o chegar com o devido applauso á mais remota posteridade. Continuando pois este genero de prova, que em taes assumptos é o mais poderoso e attendivel, lembrarei aos meus leitores que este Pontifice, além do seu empenho pela restauração da Terra Sancta, foi um tão

---

1 Tolom. Lucense — *Hist. Eccles.*, cap. 22.

2 Reg. Vaticano em Bulla dada em Viterbo xv Kal. Martii.

3 Farlali e Coleti — *Illiricum Sacrum*, tomo 5.º, pag. 80.

zeloso como intrepido vingador da immunidade ecclesiastica [1], um defensor imperterrito dos direitos da Sé Apostolica [2], uma vigilantissima sentinella em a casa de Deus [3] e um decidido protector das ordens religiosas e um verdadeiro Pae de todos os fieis, descobrindo-se mui bem as suas entranhas de piedade em favor dos opprimidos Irlandezes, que só este documento bastaria para honrar a sua memoria até no conceito da chamada philantropia moderna.

É para admirar que, sendo mui grande para o tempo que elle governou o numero das suas Bullas, Constituições e Letras, appareçam unicamente duas na ultima edição do *Bullario Romano*; e nada mais teriamos sabido nesta parte, se o Continuador do Baronio não tivesse consultado o seu registo, e aproveitado o que vinha ao seu proposito de illustrar alguns successos d'aquelle tempo.

Vencidas primeiro certas difficuldades, consegui vel-o e examinal-o, e não posso resistir ao desejo de patentear a mui sincera e entranhavel devoção do nosso Portuguez a Maria Sanctissima, e se os seus detractores, levados de insubsistentes conjecturas, o suppõem esmagado sob as ruinas de uma Camera do Palacio de Viterbo, ao mesmo passo que se comprazia de sua dignidade, ou se propunha excommungar os religiosos; eu, apoiando-me não em conjecturas, mas em factos verdadeiros e incontestaveis, terei para mim (visto que não quero obrigar a totalidade dos meus leitores a que sigam nesta parte o meu juizo, por mais bem fundado que elle pareça) terei para mim que por intercessão de Maria Sanctissima elle se livrou de perecer immediatamente, sobejando-lhe ainda o tempo necessario para ajustar as suas contas, receber os ultimos sacramentos, e munir-se de esperança christã para se apresentar, cheio sim de humildade, porém cheio egualmente de confiança no tribunal Divino...

---

[1] *Rymer faedera Convent. etc.*, edit. 3.ª, tomo 1.º, parte 2.ª, pag. 153 e seguintes.

[2] Ibid., pag. 257.

[3] *Illic. Sacr.*, tomo 6.º, pag. 118.

O esplendor da eterna gloria (eis o começo da Bulla a que alludimos), que por meio da sua ineffavel caridade allumía o universo, acolhe mais benignamente os piedosos votos dos que põem a sua esperança em o numero infinito de suas misericordias quando elles se apoiam nas orações e nos meritos dos Sanctos, e principalmente da mui bemaventurada Virgem Maria. Assim escrevia aos fieis de Surrento para os excitar a que contribuissem quanto nelles fosse para a nova egreja que alli se fundava debaixo de invocação de Maria Sanctissima. Com que espirito de caridade, e ao mesmo tempo de reverencia á majestade dos soberanos, instruiu elle os seus Nuncios e Legados: propondo-lhes atalhar a todo o custo a proxima guerra entre os reis de França e de Castella, guerra de pessimas consequencias para o bem e socego da christandade, mormente quando uma boa parte dos hespanhoes era dominada pelos mouros (que só neste particular fizeram os successores de S. Pedro um serviço á Europa, que a philosophia deve reconhecer, mas que a incredulidade forceja por diminuir ou escurecer de todo).

Atterrado pela séria consideração de tantos males imminentes, e desejando impedil-os á custa dos maiores sacrificios, chegou sim a ameçar excommunhão aos litigantes, quando não se determinassem a seguir os bons e saudaveis conselhos de quem lhes pedia, pelas entranhas da misericordia do Senhor, que nem fizessem os seus povos desgraçados, nem apressassem a sujeição da Europa ao jugo mossulmano, porém aos seus mesmos legados prescreve que sondem primeiro que tudo as disposições dos soberanos, que apalpem ou averiguem qual seja o modo de pensar dos seus ministros, para que sómente depois de esgotada a paciencia, recorram finalmente ao remedio extremo [1].

Aqui me vem á lembrança que mais de um dos meus leitores, e póde ser que dos mesmos que detestam por convicção e principios, e combatem por escriptos e acções a majestade dos thronos,

---

[1] Registo—Letras dadas em Viterbo a 20 de outubro.

me accusará de que louvo o Sancto Padre João XX porque elle tentou excommungar os soberanos de Castella e França...

Não é esse o meu sentido, porque o foi sómente de recommendar a paciencia e moderação do Pontifice, que tinha diante dos olhos e seguia o exemplo do que em eguaes circumstancias fizeram os seus mais illustres predecessores; mas deixemos isto por uma vez, já que me vai chegando o mui justo receio de que me chamem panegyrista do Sancto Padre João XX, e por isso me convém descer ao campo de batalha, de que momentaneamente me havia retirado.

Ora um Pontifice (que segundo provam documentos e não conjecturas, actos publicos e não rumores vagos e sem fundamento) ora um tal Pontifice tão desvelado, e sollicito pelo fiel desempenho das suas obrigações, acaso não teria na opinião dos seus detractores uma só qualidade boa, um só predicado que merecesse louvor?

Tornemos a ouvir Tolomeo Lucense: «Ainda que falhava na prudencia, teve uma boa qualidade, qual foi que, sendo Summo Pontifice, e suprema a sua dignidade, assim mesmo não desdenhava o tracto e conversação com os pequenos, de qualquer estado, com tanto que fossem litteratos, e fossem elles pobres ou ricos, e para estes assim foi mui generoso em sentimentos e acções; e foi esta a sua unica virtude [1]: quiz em tudo o mais envilecer a sua dignidade pastoral, mormente com palavras deshonestas, e costumes descompostos — *In aliis autem pastoralis status multum deformabatur in eo, praecipue in turpibus verbis et moribus incompositis* [2].»

E não haverá um só testemunho, já não digo favoravel, porém um pouco menos severo, que o de Tolomeo Lucence, e de quantos o seguiram e ampliaram?

Ha; e começando pelo seu contemporaneo Recobaldo de Ferrara, achamos «*que o Sancto Padre João* XX *era mais apaixonado de sciencia que de tractar negocios,*» e posto que ouvisse o rumor de

---

[1] Cap. 24, col. 1178.

[2] Cap. 25.

que elle se jactava de contar ainda largos annos de vida, já pinta o caso menos feio do que o Lucense o havia representado, pois nos conta que elle sobrevivera ao catastrophe alguns dias, e ao quinto expirara com todos os sacramentos.

Ainda mais pacifico e moderado foi nesta parte Amalrico Augerio, que escrevia não mui longe dos historiadores Dominicanos — e que ao meu ver foi o que attingiu melhor o verdadeiro character d'este Pontifice. Era (diz elle) famoso em diversas sciencias, e de uma tal subtileza, que por causa d'esta e pela força do seu ingenho era mui imaginativo, *erat multum imaginativus,* donde vinha o parecer destituido de industria natural «*propter quod industria naturali carere ipse videbatur.*»

Além d'isto, apezar de que este Summo Pontifice assim parece a todos, foi todavia mui louvavel e virtuoso a outros respeitos, pois tinha a mesma affabilidade para os ricos e para os pobres, ajudava os Clerigos que via applicados ás letras, e practicava muitas outras acções boas: *In multis summarie fuit laudabilis et virtuosus, nam tam pauperibus quam divitibus communem se exhibebat, et Clericos litterarum studiosos fovebat, et multa alia bona faciebat.* Porém o que tira melhor as duvidas, e põe estas cousas em a luz de que são capazes, é o *Diario* d'este Pontifice, que se guarda na Bibliotheca Vaticana entre os manuscriptos que outr'ora pertenceram aos Duques de Urbino, e que, sendo de escriptura moderna, offerece mais do que um forte indicio de ter sido copiado de outro mais antigo.

Correndo o anno de 1276 (assim o *Diario* posto em linguagem) aos 13 de setembro foi, de commum accordo de todos os Cardeaes, eleito Summo Pontifice Pedro Bispo... Tusculano, e era a pessoa mais douta d'aquelles tempos...

Não havia ninguem que o excedesse em doutrina, em sanctidade e inteireza; era adornado de prendas verdadeiramente celestiaes, visto que possuia todas as sciencias, dado todas as regras de bom ensino, e tinha a memoria enriquecida de tudo o que ha de mais selecto em materia de direito canonico e de concilios, e por meio d'este saber, depois de já convertidos á fé trinta herejes, e outros tantos turcos de seita ottomana, sahiu a prégar em varias

partes do mundo, que não havia quem lhe fosse comparavel. Estes dotes porém de animo, de morigeração e de sanctidade, longe de terem nelle a firmeza que se devia esperar, antes foram maculados com differentes vicios... e por isso, tendo sido sancto na mocidade, se tornou vicioso na velhice...

Prosegue na enumeração d'estes vicios, reduzindo os principaes ao que se segue:

1.º Mostrar-se em Roma para gozar as acclamações do povo, quando não soccorria as egrejas pobres e arruinadas;

2.º Pedir auxilio á senhoria de Veneza contra os Anconitanos;

3.º Ter consentido que o Rei das duas Sicilias, Carlos de Anjou, invadisse a Alsacia, pertencente ao Rei de França, e por isso, em vez de promover a tranquillidade e a paz, influia na guerra entre os Principes.

Responderei brevissimamante, pois o caso não merece delongas, e já temo dar fastio aos meus leitores.

Na primeira evidentemente se arroga o historiador o que lhe não pertence, que é sondar corações e ter como certo que um soberano se mostra em publico sómente para conseguir applausos e vivas; cheira a um pouco de temeridade, e carece de outro melhor fundamento, e outrosim é necessario provar-se que as taes acclamações eram dispendiosas aos Romanos, para depois se chorar o desperdicio de cabedaes, que melhor se empregariam na reedificação das egrejas.

Na segunda e terceira é preciso allegar historiadores que o confirmem, pois não achei, por mais que o procurasse, aquella invasão da Alsacia, e nas *Historias* de Napoles não se encontra nem rasto da menor desavença entre Carlos de Anjou e seu sobrinho Philippe Augusto, e por outra parte as historias, tanto de Veneza como de Ancona, guardam um alto silencio sobre estas hostilidades do Sancto Padre João XX contra a segunda [1], e em todo o caso, depois que o Abbade de Nervesa, por commissão do

---

1 Veja-se o tomo I de *falti Veneti*, de Francisco Verdizzoti, em Venetia, 1686, pag. 199 e seguintes.

Sancto Padre Gregorio X, sentenciara a lite que pendia entre aquellas cidades, não seria grande crime favorecer aquelles que tinham por si o direito e uma final sentença [1].

Tornemos ao *Diario*, que se torna cada vez mais importante. João XX (assim prosegue) depois de sua coroação, que se fez com a pompa e decoro de Summo Pontifice, quiz saber como se administrava a justiça, e que pessoas eram as que a dirigiam. Tirou juizes, e de seu proprio alvedrio fez outros, que eram rigorosos porque affiançava que em cinco ou seis annos se modererariam os vicios do povo; (mas entretanto elle morreu d'ahi a menos de um anno, e baquearam em terra as suas esperanças.

Entrementes firme em taes principios, começou de practicar os rigores de que se lisongeava, fazendo executar um pobre religioso que fugira do seu convento, por tonteira de cabeça... Ajuncta o *Diario* mais outras loucuras do mesmo jaez, quaes eram o tracto illicito com mulheres, a desobediencia, o não ter celebrado missa haveria sete annos, o que tudo constava do seu processo, e que diz mui seriamente o compilador, não tinha aquelle gráu de malicia que o Sancto Padre João XX lhe suppunha...

De todo este aranzel de contos populares, não tirarei novos argumentos para mostrar com que atroz injustiça foi tractado o nosso Portuguez; e ainda que do principio d'esta relação se tire mais uma prova certa de um vastissimo saber, e de uma doutrina verdadeiramente encyclopedica, no que temos conforme a totalidade dos historiadores, ainda os mais adversos á boa nomeada d'este Pontifice; já me não prevalecerei do que é actualmente superfluo e desnecessario, mas limitando-me á ultima accusação, isto é, de rigoroso e justiceiro, parece-me ter penetrado a verdadeira causa de tantos e tão porfiados insultos e vituperios.

---

[1] Pelo que se infere do proprio historiador de Ancona, Saracini, que tracta *ex professo* d'esta mui renhida contestação entre os Venezianos e Anemitanos, e que não diz uma só palavra do animo hostil do Sancto Padre João XX contra os ultimos, respondem ao anno de 1278 e ao Pontificado do Sancto Padre Nicolau IV os ultimos successos d'esta guerra.

O Sancto Padre João XX não era italiano, quiz reformar o povo, quiz administrar justiça em um seculo que muito a devia extranhar e olhar com indignação e horror, pois bem sabido é o que foram nesses aziagos dias as funcções dos Guelfos e Gibellinos; e por isso um Papa extrangeiro e justiceiro apresentava dois titulos assás fortes, para que, longe de ser amado, fosse aborrecido. Mui curto foi o seu Pontificado, que, se contasse aquelles cinco ou seis annos que elle desejava, quem sabe se a Egreja Romana teria antecipadamente um Xisto V? Ora quando o proprio Xisto V não tivesse contado se não oito mezes de governo, quem sabe o conceito que elle mereceria na posteridade? Não se faz injuria aos Romanos, assim como se não faz a qualquer outra nação em eguaes circumstancias; quando se diz que viram de máos olhos um Soberano extrangeiro, um João XX... Viram de máos olhos Adriano VI, que os mais graves historiadores italianos chamam *optimo Sacerdote, e Papa mediocre,* quando é certo que além de optimo Sacerdote, foi tambem optimo Pontifice. Outro tanto devo concluir até da natureza dos vituperios feitos ao Sancto Padre João XX, e quando em sobeja honra d'este Pontifice cedem alguns dos factos produzidos contra elle; e de cuja narração é preciso estar cego para que se não veja que resumbra o espirito de malignidade, que influia e dominava a certos escriptores.

Custa a apparecer, e assim darei por acabado este já mui difuso artigo, custa apparecer um Summo Pontifice que tão maltractado fosse como este nosso Portuguez, começando desde seus contemporaneos até nossos dias. Já o fizeram natural ou pelo menos oriundo de Florença [1], quizeram como temos visto esbulhal-o da gloria de ter composto algumas obras uteis, e até o alcunharam de Magico, de Astrologo Judiciario, de Escriptor de livros hereticos e blasphemos, e tal houve que, não mui longe dos fins do seculo XIII, assoalhou uma certa visão espantosa, que indicava os pessimos costumes do nosso Portuguez, e a justa vingança do

---

1 Corio — *Istoria di Milano, Zazzera delle nobilità de Italia,* parte prima, pag. 297.

Céo contra elle, e até para se variarem como até ao infinito os quasi infinitos modos que a humana malicia tem inventado para calumniar, e perseguir a innocencia, houve um escriptor italiano, assás fementido e desenvolto, que se abalançou a tomar este Summo Pontifice para sujeito de um capitulo, que intitulou — *Da baixeza de animo e leviandade* — e onde mui seriamente o accusa de ter morrido por effeitos de sua extravagancia e loucura! [1] Mas que peso de auctoridade podem ter os historiadores, que, encarecendo sobre as antigas calumnias, divulgam outras maiores sem outro fundamento, além de vozes sem auctor certo e por isso mesmo despreziveis e indignas de tomarem consistencia nas mãos de pessoas doutas, e que se ufanam de imparciaes e verdadeiras?

---

[1] Garimberto — *Vite o vero fatti memorabili d'alcuni Papi, e di tutti i Cardinali passati.* Venezia, 1568, liv. 6.°, cap. 5.°, pag. 494.

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1874 E 1875

(Continuado do n.º 3, pagina 144)

P

132) — **Projecto** *de restabelecimento da antiga comarca de Mêda, e divisão d'ella nos julgados de Marialva, Mêda e Oenedono, conforme o disposto no artigo 2.º, § 2.º com relação ao § 1.º e 2.ª parte do n.º 2 da lei de 16 de abril de 1874. Mappas e memorias justificativas.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 4.º, 24 paginas com tres mappas e dois projectos com a paginação de 1 a 3.

133) — **Providencias** *sobre a residencia coral na sé de Coimbra.* Imprensa da Universidade, 1875, 4.º, 7 paginas.

O decreto de 26 de agosto de 1859, no artigo 1.º, diz o seguinte: — «Em todas as cathedraes do reino e ilhas adjacentes serão providos no quadro capitular até ao numero de quatro canonicatos, tendo annexa a obrigação canonica de ensino das disciplinas ecclesiasticas nos respectivos seminarios episcopaes.»

«Artigo 5.º Quando houver incompatibilidade entre o serviço do magisterio e a practica das obrigações coraes, o respectivo prelado dispensará estas como entender conveniente.» (*D. do Gov.*, n.º 214, de 1859).

É esta uma questão que se tem suscitado em varios cabidos, e ultimamente no cabido de Coimbra. O sr. dr. Manuel Eduardo da Motta Veiga, conego da Sé, apresentou a questão nos tres seguintes pontos:

«I. Os conegos da cathedral de Coimbra, professores de Theologia no Seminario diocesano, e que são Lentes da Universidade,

estão obrigados á residencia do côro, para poderem perceber os fructos de seus beneficios?»

«II. O indulto canonico de não residirem estender-se-ha tambem aos casos em que a cathedral esteja na mesma cidade ou localidade onde ensinam?»

«III. E estarão tambem dispensados de residir nos dias feriados, isto é, em que não lêem?»

Estes pontos foram desenvolvidos em um livro, com o titulo de *Breves considerações sobre se os conegos da cathedral de Coimbra, professores de Theologia no Seminario diocesano e que são Lentes na Universidade, estão obrigados a residir no côro,* que imprimiu em 1867 nesta Imprensa da Universidade.

A estas *Considerações* respondeu o sr. dr. Francisco d'Arantes, deão da mesma Sé (hoje fallecido), com o seu livro — *Breves reflexões ácerca da residencia coral dos conegos da sé de Coimbra, professores no Seminario e Lentes na Universidade,* que imprimiu em 1867 na Imprensa Litteraria, d'esta cidade, livro de que no mesmo anno se fez segunda edição na Typographia de Sanctos & Silva.

Pela provisão do ex.mo sr. Bispo Conde de 15 de agosto de 1875 e accordo e approvação do cabido em sessão de 21 de outubro do mesmo anno sahiram a lume estas *Providencias,* que regulam a residencia coral dos professores no seminario e conegos da sé cathedral, que forem lentes da Universidade.

R

134) — **Regulamento** *da Bibliotheca da Universidade de Coimbra.* Imprensa da Universidade, 1874, 8.°, 12 paginas.

Antigo era o regulamento da Bibliotheca, que tinha sido feito pelo Vice-Reitor, o dr. José Monteiro da Rocha, Lente de Mathematica: tem a data de 7 de novembro de 1800; e por não preencher o seu fim, pelo motivo de, em alguns artigos, ser letra morta, o ex.mo sr. Visconde de Villa-Maior, como Reitor da Uni-

versidade, deu-lhe este regulamento em nove capitulos e quarenta e dois artigos. Por este se rege hoje a Bibliotheca da Universidade.

135) — **Regulamento** *da esquadra de policia civil do districto de Leiria.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 4.°, 14 paginas.

136) — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 4.°, 15 paginas.

O primeiro regulamento foi considerado sem effeito, e substituido pelo segundo de 1875, como diz o mesmo Governador civil: — «Tendo a experiencia demonstrado a necessidade de modificar umas e ampliar outras disposições contidas no regulamento da esquadra de policia civil d'este districto, de 16 de julho de 1874, tenho por conveniente, usando das attribuições que as leis me conferem, revogar aquelle e determinar que d'ora ávante só tenha vigor para todos os effeitos o presente. Leiria, 25 de janeiro de 1875 — Joaquim Peito de Carvalho.»

137) — **Regulamento** *interno do hospital da Sociedade Arganilense.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 8.°, 8 paginas.

Este regulamento contém cinco capitulos e vinte artigos; foi confeccionado pela direcção em sessão de 30 de janeiro de 1874. É complemento dos *Estatutos* já referidos a pagina 28 d'esta *Bibliographia.*

138) — **Regulamento** *da Roda-hospicio e providencias relativas ao serviço dos abandonados, expostos e subsidiados do districto da Guarda.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 4.°, 40 paginas.

Comprehende este regulamento cincoenta e quatro artigos e nove modelos de livros, guias, certidões, etc. para o serviço do Hospicio.

A Junta geral do districto da Guarda, ao abolir a *Roda dos Expostos* em sessão de 10 de março de 1874, apresentou logo ao

Governador civil, o sr. João Chrysostomo Freire Falcão, este regulamento, que elle approvou pelo seu despacho de 20 de abril de 1874.

139) — **Regulamento** *da secção archeologica do Instituto de Coimbra.* Imprensa da Universidade, 1874, 8.°, 16 paginas.

Por deliberação da assemblêa geral do Instituto, de 5 de março de 1863, foi creada na terceira classe uma secção de archeologia.

Esta secção, diz o artigo 2.° do regulamento, «tem por principal objecto dos seus trabalhos o estudo de archeologia geral e da especial do reino de Portugal, e bem assim o desenvolvimento e propagação dos conhecimentos d'esta parte das sciencias historicas.»

E no capitulo v, artigo 34.° diz: «Em uma das salas do Instituto, que para isso for designada pela assemblêa geral, será organisado um museu de archeologia.»

Nas salas baixas do edificio do Instituto se organisou o museu, onde se guardam todos os objectos que os socios podem adquirir para servirem de base ao importante estudo historico. Neste pequeno museu já existem muitos objectos notaveis, que os visitantes competentes apreciam.

O curiosissimo catalogo, que primeiro foi publicado no jornal — *O Instituto,* é por si mesmo um bom livro de historia, onde muito ha que aprender. É sufficiente para elogio saber-se que este trabalho sahiu da penna do erudito e mui douto archeologo, o sr. João Corrêa Ayres de Campos, conservador do museu.

O catalogo mostra-nos que no museu já se acham representados em bons exemplares, e alguns de maior valor archeologico, as epochas *pre-historica, romana, gothica, arabe* e *portugueza.*

Por este catalogo se vê quanto póde a força de vontade dos associados, que, sem o mais pequeno auxilio dos governos, tem trabalhado para que este museu, ainda incipiente, se torne no futuro uma eschola practica, onde se estude sobre bons exemplares um importantissimo ramo dos conhecimentos humanos, como é hoje o de archeologia.

Damos em seguida a relação dos socios d'esta secção de archeologia do Instituto de Coimbra.

Socios inscriptos na secção de Archeologia

Os srs.: Abilio Augusto da Fonseca Pinto, Adolpho Ferreira de Loureiro, Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho, Antonio d'Assis Teixeira de Magalhães, Antonio Augusto da Costa Simões, Antonio Candido Ribeiro da Costa, Antonio José Viale, Antonio dos Sanctos Pereira Jardim, Antonio Xavier de Sousa Monteiro, Augusto Filippe Simões, Augusto Mendes Simões de Castro (1.º secretario), Augusto Sarmento, Bernardino Luiz Machado Guimarães, Bispo Conde, Candido de Figueiredo, Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas de Campos, Fernando Mattoso dos Sanctos, Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, Francisco de Castro Freire, Francisco da Fonseca Corrêa Torres (fallecido), João Corrêa Ayres de Campos (conservador do museu), João Jacintho Tavares de Medeiros, João José de Mendonça Cortez, Joaquim Alves de Sousa, Joaquim José Paes da Silva, José Epiphanio Marques, José Frederico Laranjo, José Joaquim Fernandes Vaz, José Joaquim Pereira Falcão, Julio Marques de Vilhena, Luiz da Costa e Almeida, Luiz Guedes Coutinho Garrido, Manuel da Cruz Pereira Coutinho (vice-presidente), Manuel Marques de Lima Figueiredo, Manuel Pereira Dias, Miguel Osorio Cabral de Castro (presidente), Pedro Augusto Martins da Róxa (2.º secretario), Raymundo Venancio Rodrigues, Visconde de Villa-Mendo.

Associados correspondentes

Os srs.: Abilio de Macedo Lopes do Valle (Pombal), Adolpho da Cunha Pimentel Homem de Vasconcellos (Braga), Antonio Francisco Barata (Evora), Antonio Maria Scabra d'Albuquerque (Coimbra), Antonio Vieira Lopes (Porto), Francisco Martins Sarmento (Guimarães), Gabriel Pereira (Evora), Governador civil do

districto de Coimbra *, Joaquim Martins de Carvalho (Coimbra), Joaquim Pires de Sousa Gomes (Lisboa), José Maria Antonio Nogueira (Lisboa), José Sebastião Martins Pereira (Soure), Lourenço de Carvalho (Lisboa), Presidente da Camara Municipal de Coimbra *.

* O artigo 11.°, § 4.° do regulamento de archeologia diz o seguinte: — Serão associados correspondentes d'esta secção o Governador civil do districto de Coimbra e o Presidente da Camara municipal, e terão um logar de honra nas sessões publicas da secção.

140) — **Relatorio** *e contas do Monte-Pio da Imprensa da Universidade relativamente ao anno de 1873 a 1874.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 4.°, 7 paginas.

141) — 1874 a 1875. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 4.°, 7 paginas.

Saldo que passou da gerencia de 1873 a 1874	1:083$425
Receita effectuada	276$930
Somma	1:360$355
Despesa	315$115
Saldo que passou da gerencia de 1874 a 1875.....	1:045$240
Receita effectuada	401$330
Somma	1:446$570
Despesa	444$780
Saldo em cofre.....	1:001$790

Presidiu a esta gerencia de 1873 a 1874 o sr. José Pereira Junior, director da officina e muito habil revisor technico d'esta Imprensa, tendo como secretario o sr. Affonso de Bastos, typographo, e como thesoureiro o sr. Joaquim Pedro Baptista, impressor. E foi tal a gerencia que esta direcção fez em 1873 a 1874, que foi louvada em assembléa geral, rogando-lhes esta que continuassem, o que com boa vontade fizeram na gerencia de 1874 a 1875.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 103.

142)—Relatorio *da Sociedade Philantropico-Academica 1874 a 1875*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 4.°, 7 paginas.

Saldo que passou da gerencia de 1874	3:709$500
Receita effectuada	1:029$970
Somma	4:739$470
Despesa	858$895
Saldo que passou	3:880$575

Presidiu a esta gerencia o sr. Adolpho da Cunha Pimentel Homem de Vasconcellos, estudante do 5.° anno de Direito, tendo como secretario o sr. Visconde de S. Sebastião, Luiz, estudante do 4.° anno de Direito.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 104.

143)—Relatorio *da direcção da Associação dos Artistas de Coimbra no anno de 1873*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 4.°, 46 paginas.

144)—Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 4.°, 32 pag.

Saldo que passou da gerencia de 1873	5:069$570
Receita effectuada neste anno	2:174$096
Somma	7:243$666
Despesa	2:474$643
Saldo que passon para 1874	4:769$023
Receita effectuada neste anno	2:128$696
Somma	6:897$719
Despesa	2:532$167
Saldo que passou para 1875	4:365$552

Presidiu a esta Associação o sr. Commendador Olympio Nicolau Ruy Fernandes, seu iniciador, como já tivemos occasião de dizer, tendo como secretario o sr. Luiz Adelino Lopes da Cruz, habil calligrapho nesta cidade.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 105.

(Continúa) A. M. Seabra d'Albuquerque.

BIBLIOGRAPHIA

O Apodictico Messianico do philosopho mathematico slavo, Hoëné Wronski [1]

Uma illustre dama franceza, mademoiselle Bathilde Conseillant, acaba recentemente de editar e publicar um dos trabalhos philosophicos de H. Wronski, que a adoptara por filha e de quem foi secretária muitos annos. Este trabalho inedito denomina-se *Apodictico Messianico* ou *Tractado do Saber Supremo*, e contém pouco mais ou menos 400 paginas em 4.°, incluindo numerosos

---

[1] Inserimos este artigo bibliographico do socio do Instituto, o sr. Gaspar Ribeiro de Sotto-mayor, relativo á publicação d'uma obra do celebre Hoëné Wronski. Como é sabido, este mathematico-philosopho, natural de Posen, onde nasceu em 1775, falleceu em agosto de 1853 em Neuilly, proximo de París. Distinguiu-se pelas armas e pelas letras. Pelas primeiras sobresahiu como official de artilheria em 1791 no exercito polaco commandado pelo famoso Kosciuzko, e foi aprisionado em Maciejowice. Recuperando a liberdade voltou á Allemanha, donde passou a París, e nesta cidade se tornou notavel pela sua sciencia.

Além de muitas memorias, as suas obras *Introduction à la philosophie des mathématiques* e *Résolution générales des Équations* (París, 1811) o afamaram e lhe grangearam reputação illustre. Os principios de Lagrange e Légendre foram impugnados por elle no livro *Réfutation de la théorie des fonctions analytiques de Lagrange* (París, 1813), e este facto lhe alienou as sympathias do Instituto.

Pretendeu o principe Czartoriyski attrahil-o de novo á Polonia, fazendo-lhe grandiosas promessas, mas preferiu ficar em París, onde ainda chegou a publicar mais a *Philosophie de la Téchnie* (2 vol. París, 1815 a 1816) e a *Philosophie de l'infini* (París, 1817). Neste livro tentava uma reforma completa das mathematicas, fundindo estas com a philosophia.

Estimado e respeitado como mathematico, não foi tão feliz como philosopho, ou antes como innovador mystico-scientifico, que assim se revelou nas suas obras *Introduction au Sphinx* (París, 1818) e *Messianisme* (2 vol. París, 1831-1840). E além do que escrevia, ensinava tambem as suas famigeradas theorias

schemas lithographados para auxilio da intelligencia das sciencias da natureza.

Considerada a philosophia, como legisladora das sciencias, o *Apodictico* de Wronski não é outra cousa senão a creação de todas as realidades humanas, operada magistralmente por meio d'um só instrumento philosophico a que as sujeitou, e que constitue a principal descoberta philosophica do reformador das sciencias, Hoëné Wronski, que com justa razão appellidou: *lei de creação.*

Assim como nós, como catholicos, cremos e sabemos que não ha salvação senão no gremio da egreja romana, presidida e regida pelo magnanimo ancião do Vaticano, o soberano pontifice Pio IX; tambem me parece que podemos asseverar, não só que a reforma de todas as sciencias operadas pela *lei de creação* por Wronski é irrefutavel, mas que é a ultima que assim podemos receber.

A legitimidade d'esta asserção provém com effeito do modo por que é operada a sobredicta reforma, porque a *lei de creação* funda-se no conhecimento dos characteres do *absoluto.*

O absoluto existe. Porque o universo e todas as suas partes, eu por exemplo, existimos d'uma certa maneira determinada. É um facto. Mas se tudo fosse *relativo,* se o universo não dependesse do *absoluto* em alguma cousa, absoluto que tivesse logar por si mesmo, não haveria motivo para que o universo existisse de qualquer outra maneira, differente d'aquella por que existe actualmente. Logo, por isso que elle existe d'este modo, a razão da possibilidade d'essa existencia, isto é, o *absoluto,* existe tambem.

---

sobre o *infinito* e o *absoluto*, que a obra supra annunciada, ainda inedita, parece que desenvolve largamente.

Estas doutrinas estavam quasi esquecidas, e póde ser que resuscitem com esta nova publicação. Mas as sciencias progridem, não dormitam; parar é um verbo contrario á evolução successiva das idéas. Nenhum homem, philosopho ou não philosopho, embora dotado de intelligencia robusta, se póde dizer o ultimo revolucionario na lucta e discussão dos principios. A historia, a velha mestra do mundo, o attesta de sobejo.

A. A. F. P.

Nas regiões do *absoluto* existe e só ahi póde existir o *ser supremo,* objecto das nossas aspirações, do nosso amor, e das nossas intimas esperanças. A primeira revelação da natureza do ser supremo encontra-se nas palavras ouvidas por Moysés na miraculosa apparição da sarça ardente—*Ego sum qui sum.*

É por isso que em Wronski não só encontramos o mais profundo respeito pelo ser supremo, e successivamente pela egreja christã, fundada pelo filho de Deus, o que é exclusivo a este grande homem; mas no *Apodictico Messianico* encontrámos cousa notavel, um tractado do saber supremo, porque todos os conhecimentos humanos são creados e estabelecidos nas regiões do absoluto, por meio d'um unico instrumento philosophico, que seu anctor denominou com razão—*lei da creação...*

Por morte de Hoëné Wronski, a 9 de agosto de 1853, não obstante as suas disposições testamentarias, suscitaram-se sérias duvidas sobre que pessoa devia legalmente possuir os seus riquissimos manuscriptos scientificos e philosophicos. Pertenceram finalmente a mademoiselle Bathilde Conseillant, que contou a seu favor M. o conde Camillo Durutte, executor testamentario nomeado por Wronski, e o sympathico ministro de estado, M. Julio Favre.

Mademoiselle Bathilde, destituida de recursos pecuniarios, teve de vender a M. João Dzialynski a posse dos manuscriptos mathematicos de seu pae adoptivo, e com o producto da venda que fizera a este conde polaco, de summa honradez e illustração, pôde fazer face ás despesas d'uma edição muito completa, nitida e correcta do *Apodictico Messianico,* a que accrescentou alguns extractos da bibliotheca absoluta de Wronski. A edição franceza concluiu-se em París antes de agosto de 1876, e a 15 expoz á venda a primeira vez este fructo do seu desvelo pela memoria de Wronski, desejando collocal-o d'este modo sob a protecção da Mãe do Salvador, da Rainha das Virgens sob o titulo de seu gloriosissimo transito. O dia 15 de agosto era tambem o dia anniversario natalicio de Hoëné Wronski.

A posse dos manuscriptos philosophicos d'este escriptor pertence ainda a sua filha adoptiva.

Em seguida apresentamos o *prospecto* que mademoiselle Bathilde distribuiu para a assignatura do *Apodictico Messianico.*

Á l'occasion du premier centenaire de la naissance (24 août) de Hoëné Wronski, nous rappelons aux hommes supérieurs qui s'intéressent aux véritables progrès du savoir, les nombreux et remarquables ouvrages publiés en France, durant un demi siècle par le grand philosophe-mathématicien slave; et nous leur demandons si, tout à la fois, pour honorer sa mémoire et pour le bien de l'humanité, ils ne sentent pas la nécessité de concourir pieusement avec nous, à la publication d'importants manuscrits philosophiques, destinés (par l'auteur), avec les *Prolégomènes,* à compléter le développement de la Philosophie absolue, et, par là même, de l'*Apodictique Messianique,* dont les tableaux présentent la fixation infaillible de toutes réalités, par la *Loi de création.*

París, le 6 août 1877.

La Fille adoptive et secrétaire de Hoëné Wronski.

Nota.— *Le prix du prochain volume à paraître (grand in-4°) est de 25 fr. Nous le livrerons à l'impression, dès qu'il sera versé un nombre suffisant de souscriptions. S'adresser au dépôt des œuvres de Hoëné Wronski, boulevard de Strasbourg, 64, París.*

Recommendamos este prospecto como homenagem á memoria d'um homem notavel e um incentivo para o desenvolvimento das sciencias.

Coimbra, 22 de novembro de 1877.

GASPAR RIBEIRO DE SOTTO-MAIOR.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Dr. Joaquim Augusto Simões de Carvalho offereceu ao Instituto a *Révue des deux mondes* correspondente ao anno de 1847.

Quadros historicos das tres ultimas dynastias, por Antonio Francisco Barata. I — A tomada de Ceuta.

Alexandre Herculano e o Clero Reaccionario antes e depois da sua morte, por Sousa Moreira.

Igualmente se receberam e agradecem os novos jornaes:

Diario de Portugal.

O Ensino.

Africa Portugueza.

Boletim do Banco Popular Independencia.

Revista do Rio de Janeiro.

Echo do Povo.

Bibliotheca Nacional.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

25

~~XXIV~~ ANNO — MARÇO DE 1878

SEGUNDA SERIE — N.° 9

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA — por Francisco Machado de Faria e Maia 385

ESTRUCTURA TUBULAR — por A. A. da Costa Simões 404

A TELEPHONIA, A TELEGRAPHIA E A TELESCOPIA — por Adriano de Paiva 414

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ — por Adolpho Frederico Moller ... 422

LOAS A NOSSA SENHORA DO CABO (poesia) — por João de Deus 427

O QUE PENSAVA O EXIMIO PUBLICISTA BENJAMIN CONSTANT A RESPEITO DA PENA DE PRISÃO — por José Silvestre Ribeiro 431

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NOS ANNOS DE 1876 E 1877 — por A. M. Seabra d'Albuquerque 485

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ENSAIO PHILOLOGICO

Critica litteraria; seus preceitos e requisitos essenciaes [1]

I

Todas as obras dos homens, por mais bellas e perfeitas que sejam, hão de ter necessariamente defeitos. Denomina-se *Critica* (Κριτικη de Κρινῶ eu julgo) a arte, que ensina a julgar as bellezas e defeitos d'essas obras; e *Critica Litteraria,* quando se incumbe, exclusivamente, de julgar as bellezas e defeitos das obras litterarias, ensinando os respectivos preceitos.

Anteciparam-se, porém, aos preceitos os modelos de todo o genero; o genio considerou a natureza, e, imitando-a, concorreu para a tornar bella; consideraram espiritos observadores o genio, e descobriram pela analyse os segredos de suas maravilhas.

Precederam, por este motivo, a Poesia e a Eloquencia, a Poetica e a Rhetorica.

Precederam, pela mesma razão, a *Critica* as obras primas da Litteratura Antiga.

Haviam já creado suas obras famosas Euripedes e Sophocles, e contava a Grecia quasi duzentos auctores dramaticos, ao tempo que Aristoteles escrevia as regras da Tragedia.

---

[1] *Programma para os Lyceus Nacionaes, etc.*, pag. 7.

Muitos seculos havia, que Homero attingira o sublime, antes que Longino tentasse definir o sublime [1].

São, effectivamente, os pais verdadeiros, os progenitores reaes da *Critica,* os grandes genios, que applicaram as leis da arte, antes que alguem as houvesse promulgado.

Se, porém, obras primas de litteratura se crearam, antes que houvesse *Critica,* se foi a *Critica* grangear o seu patrimonio aos terrenos fecundos e uberosos, em que genios inspirados, lançaram as suas ricas sementes, como parasita deverá considerar-se tal arte, e nem por ventura merece a importancia, que se lhe attribue, nem o apreço em que é estimada.

Não permitta Deus, que por tal modo conceituemos a *Critica;* transcendente é a sua missão, e proveitosissima, quando exercida condignamente.

Mas, para ser condignamente exercida, é necessario, que possua o *Critico* vasto conhecimento do assumpto, que deve julgar, das regras que respeitam ao genero, dos modelos d'este genero.

É na verdade indispensavel que o *Critico,* para saber discernir as bellezas e defeitos de uma obra, particularisar com precisão aquellas e estes, e expôr os fundamentos do seu juizo, que não só tenha grangeado grosso cabedal de conhecimentos adequados, mas que use d'elles com grande precato. É este o primeiro preceito de uma sã *Critica.*

Na applicação d'estes conhecimentos para formar o seu juizo, deve ainda o *Critico* regular-se por outro preceito, a saber: *Não ha regras immutaveis, theorias absolutas, systemas permanentes, para, na sua conformidade, julgar todas as obras litterarias,* como reputavam, geralmente, os Philologos antigos.

Não póde apreciar-se devidamente a obra, que o auctor escreveu

---

[1] O professor Custodio José de Oliveira traduziu da lingua grega para a portugueza o *Tractado do Sublime* de Dionysio Longino, e publicou a traducção em 1771, e em 1804 nova edição corrigida e addicionada em suas notas. Veja-se *Lycée, ou Cours de Littérature, Ancienne et Moderne par J. F. Laharpe—Nouvelle Édition Augmentée—Tome Premier—Introduction.*

com relação aos *seus intuitos,* quando se mede com antecipada prevenção o que elle *tinha obrigação de escrever* para seguir outros. Desapparece a individualidade fecunda do genio, ficam sómente as aridas generalidades das regras inalteraveis. E todavia as regras não são mais que observações generalisadas, abstracções tiradas dos factos, prescripções deduzidas do progresso do genio.

Os factos litterarios, que attestam os progressos do genio, são as obras primas do espirito.

Se a actividade do espirito é contínua, se apparecem successivamente novas obras primas, fundidas em moldes desconhecidos, inflammando o enthusiasmo por modos diversos, segue-se que o circulo das regras, pela propria natureza e condição d'ellas, ha de necessariamente ampliar-se ou restringir-se.

Não ha, nem póde haver, por isso, como dissemos, regras permanentes, theorias absolutas, systemas immutaveis.

No prologo do drama de *Cromwel,* Victor Hugo com a sua nervosa e picturesca phrase resume energicamente a doutrina moderna, a doutrina hoje universal, que só faz dependente a musa d'esta poderosa trindade creadora e fecunda, que se chama verdade, inspiração e natureza.

«Digamol-o ousadamente (escreve o eximio poeta) estão consumados os tempos. Fôra, na verdade, singular que nesta epocha jorrasse por toda a parte a liberdade como a luz, menos no que nativamente é mais livre no mundo — a elaboração do pensamento!»

«Cáia, pois, o camartello demolidor sobre as theorias, as *poeticas,* e os systemas. Esbroemos essa argamassa velha, que esconde e pollue o frontespicio da arte. Não ha essas regras, não ha esses modelos; ou antes as verdadeiras regras são as leis geraes da natureza, que pairam sobre a arte inteira, e as leis especiaes, que em cada composição resultam das condições de existencia proprias de cada assumpto e sujeito. Umas são interiores, são eternas, e ficam; as outras são exteriores, são variaveis, e servem uma vez. As primeiras são o travamento e arcabouço, que sustentam o edificio; as segundas são os andaimes, que servem para construir, e se renovam com as obras. Aquellas, em summa, são

o esqueleto, estas a vestidura. Essas regras não se escrevem nas poeticas. Richelet nem as suspeitou. O genio, que adivinha mais do que aprende, extrahe, para cada composição, as primeiras da ordem geral das cousas, as segundas do conjuncto peculiar do argumento, em que trabalha, não á maneira do alchimista, que accende as suas fornalhas, sópra fogo, esbrazeia o cadinho, analysa e destróe; mas á feição da abelha, que revôa em azas de ouro, pousa em cada flor, e lhe chupa o mel, sem que a flor perca o brilho, nem a corolla o perfume [1].»

Por seguir a antiga doutrina, e desconhecer a moderna (que talvez em seu tempo lhe parecesse incoherente e absurda), foi o nosso eminente philologo Jeronymo Soares Barbosa juiz sobremaneira severo, e por vezes injusto na sua *Analyse dos Lusiadas de Camões*.

Considerou o famoso poema na sua contextura, cotejando-a com os preceitos, que por unanime consenso dos antigos criticos regulavam a organisação de obras similhantes.

É por isso nimiamente dogmatica e estreita a *Analyse,* e mais uma estima e aferição miuda no contraste das outras decretaes, do que uma rasgada avaliação do genio do poeta, do seu toque e seus quilates.

O grande vulto do cantor do Gama é aqui mettido num como leito de Procusto, despiedosamente talhado, apurado, decotado pela podôa symetrica para ajustar bem ás dimensões convencionaes. A seiva nativa, a efflorescencia espontanea, as sumptuosidades de uma vêa opulenta são-lhe reprehendidas com excessiva aspereza, como outros tantos attentados. Estranha-se que a inspiração fosse maior que o molde. Levou-se-lhe a mal, que se não inutilisasse, para caber nelle [2].

Precursor da doutrina de Victor Hugo, La Bruyère parece ex-

---

[1] *Œuvres* de Victor Hugo (Bruxelles, 1842), tome deuxième. *Cromwell,* Préface, pag. 19.

[2] Veja-se no *Jornal do Commercio*, n.º 1874, *Bibliographia.*

cluir as minucias de uma Critica restricta, considerando-a com mais vastos horizontes e alçada mais ampla. Diz elle:

«Quando uma leitura vos arrebata o espirito, e vos inspira sentimentos nobres e generosos, não procureis outra regra para julgar a obra, tende-a na conta de boa e de mão de mestre [1].»

«É em grande, diz outro escriptor, que se devem criticar as grandes cousas; é necessario concebel-as em grande, quer dizer, com a mesma força, a mesma elevação, o mesmo calor, com que foram produzidas [2].»

Professava a doutrina d'estes escriptores, na theoria, o nosso polygrapho José Agostinho de Macedo:

«Na censura dos *Lusiadas de Camões,* diz elle, não procurei examinar o poema á luz das leis arbitrarias dos pedantes, nem das theorias que se não fizeram senão depois de apparecerem os poemas, que o genio concebera e executara. Não ha outra regra mais do que a Razão e a Natureza; nada póde esta dictar, que aquella contradiga. Tudo o que é opposto á Razão e á Natureza é contrario, tambem, ás primitivas, innatas e invariaveis leis do Bom e do Bello ideal; e tudo o que não é isto, é monstruoso e imperfeito; tudo o que não é verosimil, é absurdo; e o verosimil em poesia deve ser tal, que em certas relações tenha não só a tintura, mas a essencia da verdade [3].»

«O poeta, diz o auctor do *D. Jayme,* referindo-se a este poema, não póde ter sobre a sua mesa de trabalho nem codigos, nem regras, nem compassos [4].»

---

1 *Les Caractères*, tome 1er, pag. 17.

2 *Grand Diccionnaire Universel du* XIX *siècle, etc.*, par M. *Pierre La Rousse*, tome cinquième, pag. 551.

3 *Censura dos Lusiadas*, tomo I, pag. 11.

4 *D. Jayme*, Poema por Thomaz Ribeiro, segunda edição correcta e augmentada, pag. LII.

II

É outro preceito da *Critica* reputar se o *Critico* presente ao tempo, em que foi composta a obra, e não na distancia, em que se acha.

Todas as edades têm seus costumes proprios, seus usos, opiniões e idêas.

Pertender, por exemplo, que Homero e Virgilio formassem os costumes e characteres das suas personagens sobre os nossos; que tivessem as mesmas idêas sobre a religião, e outros objectos, que nelles nos parecem ridiculos, é o mesmo que attribuir-lhes a culpa o terem vivido no seu seculo, e não em o nosso. Desejar ordem e decencia nos deuses do paganismo é procurar a razão na loucura.

Se nos collocarmos nos verdadeiros pontos de vista, não estranharemos ver em Homero as princezas lavando a roupa, e os principes gregos no meio das panellas e caldeirões preparar os alimentos por suas proprias mãos, e outras muitas cousas alheias e repugnantes aos nossos usos e idêas de decencia [1].

O que dissemos a respeito de Homero póde applicar-se ao Plauto Portuguez, o celebre Gil Vicente.

Condemnam os nossos costumes actuaes os termos obscenos, baixos e torpes, de que usou o poeta nos seus tão applaudidos autos. Não se consentiria hoje o uso d'estas expressões ignobeis em qualquer theatro infimo; porque não estão em harmonia com os costumes e civilisação do seculo, e offendem as leis do decoro. E, todavia, aquellas indecentes bufonerias representaram-se no paço, muitas vezes na egreja, deram brado na Europa, e fizeram as delicias de duas côrtes brilhantes!

---

1 *Poetica de Horacio*, traduzida e explicada por Jeronymo Soares Barbosa, pag. 264.

III

Expozemos os preceitos, pelos quaes se deve regular o *Critico* nos seus juizos litterarios. Além da intelligencia da materia, de um gosto fino e delicado, deve ter conhecimento das regras e dos modelos.

Como, porém, o genio vae incessantemente creando outros modelos, fundidos em diversos moldes, não lhes podem ser, absolutamente, applicaveis as regras derivadas da analyse dos antigos; será mister, em algumas obras, applicar-lhes não as leis prescriptas nos codigos conhecidos, mas as da Razão, Natureza e Verdade.

Já Boileau disse judiciosamente:

Rien n'est beau que le vrai; le vrai seul est aimable;
Il doit régner partout, et même dans la fable.

Deve ainda o *Critico* attender ás circumstancias do tempo, em que foram escriptas as obras, transportando-se em espirito á epocha, em que floresceram seus auctores.

É obvio que respeitam ao espirito do *Critico* os preceitos referidos; outros requisitos ha, porém, essenciaes, pertencentes ao coração, de que agora nos occupamos.

Deve estremar-se por uma justiça imparcial, fidelidade incorruptivel, e verdade aberta, sem rebuço [1].

Critico excellente, disse Voltaire, seria o que ao cabedal de sciencia e gosto reunisse tal isenção de espirito, que o não offuscasse nem odio, nem prevenções [2].

Por desgraça ao lado da *Critica* modesta, util e benefica surge muitas vezes uma *Critica* altiva, ignorante e funesta, que prefere ao prazer de instruir a louca e pedantesca vantagem de reprehender com aspereza, e dizer mal de tudo.

---

1 Soares Barbosa, log. cit., pag. 318.

2 *Grand Diccionnaire Universel, etc.*, log. cit.

É um mister deploravel, e os que o exercem dizem em voz baixa:

Il faut manger pour vivre, et mordre pour manger [1].

A critica imparcial tanto ha de censurar o erro, como louvar o acerto [2].

É proprio do máo censor: 1.° notar sómente nos escriptos o que é digno de louvor, e esquecer-se do que é defeituoso e necessita de emenda; 2.° demaziar-se nos louvores ainda d'aquellas cousas que merecem algum [3].

Charles Durand cifra na seguinte doutrina os requisitos essenciaes da *Critica:*

«É o direito e o dever do Critico falar com liberdade dos mortos, e com muita consideração dos vivos. Mais rigoroso lhe corre o dever, mormente quando censura, de provar com todo o cuidado o que assevera, a fim de que se não repute a Critica filha de paixão ruim, mas da sua convicção, boa fé, e de todo o ponto isenta de inveja e inimizade. Arrisca-se a reputar-se injusta, sendo por consequencia muito nociva, a critica sem demonstração evidente. Sêde claros, sobretudo condemnando uma obra, como é necessario sel-o, quando se condemna um homem. Censurando Montaigne alguns juizos pronunciados contra os feiticeiros, diz: «Para matar homens é necessario uma luz clara e brilhante.» Exigi a mesma luz para matar os livros [4].»

Falar sobre os defeitos e bellezas de uma obra com moderação e imparcialidade, com justiça, como é de rigoroso dever, com justeza, se é possivel, observando este procedimento discreto, póde estar certo o Critico de agradar, pelo menos, a alguns espiritos delicados.

Com razão nos ensina e adverte Quintiliano, que quando nas

---

1 *Grand Diccionnaire Universel, etc.*, log. cit.

2 *Castilho. Theatro de Molière. O Avarento.* Parecer de M. Leal, pag. 417.

3 Soares Barbosa, log. cit., pag. 315.

4 *Cours d'Eloquence*, tome second, pag. 192.

grandes obras de litteratura houvermos de notar algum defeito, usemos de todo o comedimento, e com a attenção devida ao distincto merecimento e á publica reputação de seus auctores.

Esta maxima, digna por certo da prudencia, discrição e sisudeza d'aquelle insigne mestre, é tão conforme aos principios da moral social, como propria dos bem regrados sentimentos de um coração honrado e virtuoso.

Além de ser reprehensivel e indecente, que o homem bem nascido e bem educado note ou stigmatise com expressões de desprezo, com dicterios picantes, e com amargosa satyra qualquer genero de defeito, que observe em seus semelhantes; ha muitos e mui particulares motivos, que aconselham esta prudente temperança, quando se tracta de notar defeitos litterarios, e de os notar em obras e auctores, que por opinião publica, geral e constante gozam de um logar superior e distincto na republica litteraria.

Mostrar estes defeitos, quando são reaes, censurar as obras e os auctores, quando elles se desviam das regras, que o bom gosto tem estabelecido, é um dever do critico illustrado, e um serviço relevante, que se faz á litteratura. Não desdenharam os melhores mestres da antiguidade esta proveitosa occupação, e a ella devemos excellentes observações e preceitos, que ainda hoje guiam os bons ingenhos na composição de suas producções, e nos servem de regra para ajuizarmos do seu merecimento.

Escurecer, porém, com affectado silencio as bellezas e excellencias litterarias de qualquer obra, para sómente realçar os seus defeitos; trabalhar por descobrir e avolumar esses defeitos, quando elles são tão miudos ou tão raros, que apenas merecem attenção; imaginal-os, invental-os, e imputal-os ao auctor, quando em realidade não existem, e desfigurar para isso os seus pensamentos e as suas phrases, ou dissimular com artificiosa fraude a verdadeira intelligencia d'ellas; e, finalmente, apresentar ao publico as resultas de tão mallogrado empenho em um mesquinho discurso cheio de expressões satyricas, de motejos ridiculos, de dicterios injuriosos, e de petulantes sarcasmos; em logar de ser um serviço que se faz á litteratura, é pelo contrario um procedimento

totalmente opposto aos seus progressos; é um ultrage que se faz ao merecimento, e é o signal menos equivoco de uma alma baixa e rasteira, que fecha os olhos á luz, porque não é capaz de supportar a sua claridade [1].

Devemos, finalmente, reputar nobre generoso o motivo que impelle, geralmente, os escriptores á composição de suas obras. Quem se propõe communicar aos outros homens suas opiniões e pensamentos, tem-se na conta de alguma valia, e suppõe-se um pouco superior ao vulgo; é por isso credor de certa consideração. A *Critica*, sem renunciar aos foros, que a nobilitam, quando é sensata e justa, deve ser attenciosa, cortez e polida com os censurados, ainda quando for severa nos seus juizos, em conformidade do proloquio: *Fortiter in re, suaviter in modo.*

F. A. Rodrigues de Gusmão.

---

[1] *Apologia de Camões contra as reflexões criticas do P.e José Agostinho de Macedo sobre o episodio do Adamastor no canto* v *dos Lusiadas*, pag. 7.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

LEVERRIER

Leverrier (Urbano João-José), senador e astronomo francez, nasceu em Sains-Lô, a 11 de março de 1811, e falleceu em París em 23 de setembro do corrente anno de 1877. A morte d'este digno successor de Laplace, do homem a quem a sciencia tem tornado mais popular, foi de luto geral para o mundo civilisado.

Os sabios mais illustres da França, e muitos dos extrangeiros, por occasião das suas exequias acercaram-se do seu tumulo para soltar o ultimo e saudoso adeus ao grande astronomo, ao analysta profundo, que, alliando a fé e os sentimentos religiosos com os mais subidos dotes da intelligencia, deixa o seu nome inscripto nos céos, por ter assignalado nelles, pelo calculo, o logar de Neptuno, que o telescopio até então não podera encontrar; e que, além d'outros valiosissimos serviços prestados á sciencia, lega aos astronomos, em resultado da mais espantosa e perseverante actividade, trabalhos colossaes para o aperfeiçoamento das taboas por onde se determinam os movimentos do nosso systema planetario.

Estas saudosas despedidas, que aquelle espirito sublime recebeu na sua patria, acharam echo condigno por todo o mundo scientifico.

Entre nós dois dignos socios do Instituto não tardaram a vir á imprensa prestar tambem o devido tributo de respeito e homenagem á memoria de tão abalisado astronomo.

O nosso illustre consocio, e insigne poeta, o sr. João de Lemos, numa carta dirigida ao sr. Martins de Carvalho, e por elle publicada no *Conimbricense* de 6 de outubro ultimo, tece numa curiosa e eloquente noticia os merecidos elogios a Leverrier, que elle considera, com justa razão, um dos maiores sabios e mathematicos dos nossos tempos, e a quem se apraz de apresentar como exemplo, o mais vivo e fecundo, de que a fé se esclarece pela sciencia.

No n.º 6 do 1.º volume do *Jornal de sciencias mathematicas e astronomicas,* publicado pelo sr. dr. Francisco Gomes Teixeira, encontra-se um artigo d'outro nosso consocio, o sr. conselheiro Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, no qual vêm apreciados succinta, porém magistralmente, todos os trabalhos e descobertas, com que illustrou a sciencia o talento gigante de Leverrier.

Nada temos a accrescentar ás noticias dadas nos dois artigos mencionados, cuja leitura recommendâmos aos nossos leitores, que desejarem avaliar melhor o muito de que a sciencia ficou devedora ao sabio que a morte acaba de roubar-lhe; dispensando-nos assim de dar maior extensão a esta breve noticia commemorativa.

Pedimos sómente licença para transcrever para aqui um dicto muito expressivo do illustre academico francez F. de Arago, que torna bem significativos o valor e a importancia da descoberta que Leverrier fez de Neptuno *empregando só os recursos do calculo.*

Esta descoberta feita, como é sabido, em 1846, foi verificada, quasi ao mesmo tempo, em Berlim, *com o auxilio do telescopio.* Arago, numa das sessões da Academia de França, fez a leitura de uma carta de M. Galle, astronomo de Berlim, dirigida a Leverrier, em 25 de setembro de 1846, em que lhe dizia: «O planeta cuja posição assignalastes, existe realmente. No mesmo dia em que recebi a vossa carta, descobri uma estrella de oitava grandeza, que não apparece na excellente carta *Hora* XXI (desenhada pelo dr. Bermiker) da collecção das *Cartas Celestes,* publicada pela Academia Real de Berlim.» A observação do dia seguinte, mostrou decisivamente que era o planeta que se procurava. Depois Arago

accrescentou: «Os Astronomos algumas vezes, mas sempre ao acaso, tem encontrado um ponto movel, um planeta, no campo dos seus telescopios; Leverrier porém descobriu um astro, sem olhar para o céo; appareceu-lhe *no bico da penna.* Servindo-se unicamente dos recursos do calculo, pôde determinar o logar e a grandeza de um corpo situado muito para além dos limites até então conhecidos do nosso systema planetario, d'um corpo cuja distancia ao sol passa de 1:200 milhões de leguas, e que aos nossos oculos de maior força offerece apenas um disco sensivel.»

F. de Castro Freire.

DUAS PALAVRAS
ÁCERCA D'UMA PROPOSIÇÃO DE MECHANICA

> Quoiqu'il soit plus commode pour le calcul de prendre des axes de coordonnées rectangulaires, il est cependant nécessaire de traiter la question plus généralement.
>
> *Cours de Mécanique*, par M. Duhamel, troisième édition, p. 148.

É sabido, que quaesquer forças applicadas a um systema rigido podem ser substituidas por uma força unica, sómente quando a resultante do transporte de todas aquellas forças a um ponto invariavelmente ligado com o systema — *centro de reducção* — seja parallela ao plano do binario tambem resultante d'esse transporte.

Por outro lado, procurando a força unica capaz de substituir todas as que actuam sobre o systema, acha-se que a sua determinação só póde obter-se quando se verifique a relação [1]

$$LX + MY + NZ = 0.$$

Donde se póde concluir que esta relação deverá equivaler á condição acima mencionada.

Isto mesmo se reconhece directamente, sem difficuldade, quando os eixos coordenados, a que se referem as quantidades L, X, M,... sejam rectangulares. Com effeito, nesse caso tem-se, para determinar o angulo θ, que a resultante, R, do transporte de todas as

---

[1] *Cours de Mécanique*, par M. Duhamel, troisième édition, tome prèmier, p. 162.

forças fórma com o eixo do binario G proveniente d'esse transporte, a equação

$$(1) \qquad \cos\theta = \frac{LX + MY + NZ}{GR};$$

por meio da qual se evidenceia que a condição $\theta = 90^\circ$ equivale a $LX + MY + NZ = 0$.

Entre os processos usados para mostrar essa equivalencia no caso de serem obliquos os eixos coordenados, merece, por sua simplicidade, notar-se o seguinte [1]:

Projectando R sobre o eixo K de G, resulta

$$R\cos KR = X\cos KX + Y\cos KY + Z\cos KZ;$$

e logo

$$(2) \qquad RK\cos KR = XK\cos KX + YK\cos KY + ZK\cos KZ.$$

Nesta relação a quantidade $K\cos KX$ representa a projecção do momento linear K sobre o eixo dos xx; e, visto poder considerar-se esse momento como resultante dos tres, K_{xy}, K_{xz}, K_{yz}, correspondentes aos binarios existentes nos planos dos xy, dos xz e dos yz, teremos

$$K\cos XK = K_{xy}\cos XK_{xy} + K_{xz}\cos XK_{xz} + K_{yz}\cos XK_{yz},$$

ou

$$K\cos XK = K_{yz}\cos XK_{yz},$$

por ser

$$\cos XK_{xy} = \cos XK_{xz} = 0.$$

---

[1] Veja-se a *Memoria* do sr. Daniel Augusto da Silva — De varias formulas novas de geometria analytica relativas aos eixos coordenados obliquos; e a obra de M. Duhamel — Des methodes dans les sciences de raisonnement — *quatrième partie.*

E do mesmo modo obteriamos

$$K \cos YK = K_{xz} \cos YK_{xz}, \quad K \cos ZK = K_{xy} \cos ZK_{xy}.$$

Estes valores deverão ser substituidos na equação (2). E na equação resultante poderemos substituir aos momentos lineares K, K_{xy}, K_{xz}, K_{yz} os momentos dos binarios, que têm respectivamente por eixos essas linhas, os quaes são proporcionaes aos primeiros.

Neste presupposto teremos

$$K_{yz} \cos XK_{yz} = L \operatorname{sen} YZ \operatorname{sen} (X, YZ) = LH,$$

onde se designa por (X, YZ) o angulo que o eixo dos *xx* fórma com o plano dos *yz*, e por H o volume do parallelipipedo determinado por tres arestas eguaes, cada uma, á unidade, tomadas a partir da origem sobre os tres eixos coordenados.

E, pelo mesmo teor, achariamos

$$K_{xz} \cos YK_{xz} = M \operatorname{sen} XZ \operatorname{sen} (Y, XZ) = MH$$

$$K_{xy} \cos ZK_{xy} = N \operatorname{sen} XY \operatorname{sen} (Z, XY) = NH.$$

Com estes valores a equação (2) transforma-se em

$$RK \cos KR = H(LX + MY + NZ).$$

Por meio d'esta equação torna-se manifesta a equivalencia entre as duas condições, geometrica e analytica, acima mencionadas; e, suppondo rectangulares os eixos coordenados, caso em que é H = 1, recahe-se na formula (1).

L. C. Almeida.

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ

É este o titulo d'um trabalho botanico-medico, que o sr. Moller, mui digno Inspector do Jardim Botanico da Universidade, vai publicar neste jornal.

Das sciencias biologicas é a botanica a que offerece mais attractivos sem que o seu estudo promova ordinariamente repugnancia aos sentidos.

No reino animal é forçoso que, para lançarmos a base do edificio, presenceemos as scenas repugnantes dos phenomenos de putrefacção; que levemos o fio do escalpelo aos tecidos d'um animal morto, cuja vista nos repugna, cujo cheiro nos incommoda e cuja dissecção repelle e afasta d'aquella ordem de estudos.

Quando se tracta da especie humana, cresce toda essa repugnancia; desenham-se na face do cadaver as contracções dolorosas do padecimento do doente, e como que se pintam nella ainda as ultimas saudades de tanta affeição a tudo que lhe era caro; ao collocarmos a mão sobre o cadaver recebemos uma indizivel sensação, que jámais objecto algum frio nos produziu; hesitamos em dar o primeiro golpe sobre aquelles tecidos que ha pouco tinham vida; trememos ao esquartejar o cerebro que algum tempo antes elaborava e fazia jorrar as idêas mais brilhantes, os pensamentos mais felizes, e onde se accommodavam os sentimentos mais delicados; e parece-nos que nesse momento desfazemos toda uma intelligencia, destruimos toda uma sensibilidade affectiva.

E, se em vez do frio do cadaver, encontramos ainda calor proprio, é mais violento o tremor, é maior a hesitação e mais profunda a repugnancia, porque o calor é ainda o ultimo resto da vida.

A mais pequena experiencia physiologica exige ordinariamente o derramamento de sangue, e cada verdade scientifica é arran-

cada á natureza á custa d'uma vida que se esvae, manifestando signaes de sensibilidade e de intelligencia.

É só o desejo de ser util á humanidade que dá coragem ao anatomista para viver no meio dos despojos de tanta morte, e ao physiologista para fazer as suas experiencias.

— No reino vegetal nada d'isto. A vida da planta é mais simples, sem phenomenos de sensibilidade consciente, sem as manifestações supremas da vida; a morte, portanto, mais simples tambem e menos dolorosa para quem a presenceia e para quem a effectua.

Só um espirito apaixonado, como o de Luiz Figuier, pela morte recente do filho ao escrever o — *Lendemain de la mort,* se póde entreter em devaneios sobre o chorar das plantas e differentes manifestações de dôr e prazer, cuja concepção será facil para um espirito que a paixão torne pueril e visionario, mas que será vivamente rejeitado pela razão fria do espirito scientifico.

A germinação da semente; o extender dos ramos; o desenrolar das folhas; o espalmar da corolla; o desabrochar da flor, e finalmente a propria fecundação, operando-se no meio de mil perfumes, são outros tantos factos incruentos, que, similhantes no fundo, muito se desviam, na apparencia, dos phenomenos analogos no reino animal. A dissecção nada tem de repugnante e a physiologia nada encerra de *positivamente* doloroso.

Eis, portanto, outros tantos attractivos no estudo da botanica.

E não offerece elle menos trabalho; nem deixa de levar o espirito até ás altas regiões de debates e theorias, onde encontramos nomes de sabios como os de Linneu e Darwin. É comtudo um estudo menos complexo; e na medicina é a botanica apenas um meio.

Do reino vegetal aproveita a therapeutica muitos agentes mais ou menos efficazes; se entre nós não temos a abundancia de medicamentos vegetaes energicos, que o solo americano encerra collocando assim abundantes medicamentos ao pé de immensas molestias graves, possuimos comtudo muitas plantas medicinaes, indigenas ou importadas, que o medico muito lucra em conhecer, especialmente o medico rural.

Com paciencia e trabalho irá este encontrar, entre as plantas vulgares, succedaneos baratos de substancias medicamentosas, que a arte pharmaceutica nos fornece nas cidades, de mais commoda administração, mas por preço mais elevado.

Mas então precisa o medico conhecer as plantas medicinaes pelos seus caracteres taxonomicos, precisa de verificar a planta para não dar logar a enganos fataes.

Segue o catalogo, tal como nos foi offerecido pelo sr. Moller, com a seguinte nota fornecida por s. ex.ª

«As plantas medicinaes, que habitam no continente portuguez «e cujo catalogo publicamos, vão coordenadas pelo methodo na-«tural de Stephano Endlicher.

«Não é nossa intenção fazer um trabalho botanico; mas sim «dar uma lista das plantas que têm, ou já tiveram uso phar-«maceutico.

«Serviu-nos de guia a Flora Pharmaceutica de Hespanha e «Portugal, do distincto cathedratico de Pharmacia na universidade «de Barcellona, D. Juan Texidor y Cos.

«As abreviaturas querem dizer: *Hab.* habita, *P. u.* parte usada, «*Emp.* emprega-se, *Flor.* floresce.»

THALLOPHYTA.

Protophyta.

Algae.

Nostochinae. *Agardh.*

NOSTOC COMMUNE. Vauch.

(N. Paracelsi. Goeffr; Tremella terrestris. Dilliw; T. Nostoc. L.)

Flor da térra; Saliva das estrellas.

Hab. nos terrenos humidos em quasi todo o reino, durante o outomno e inverno.

P. u. toda a planta.

Emp. Applicava-se outr'ora nas queimaduras e na sarna. Pouco usado.

Confervaceae. *Endl.*

CONFERVA RIVULARIS. L.

(Rhizoclonium rivulare. Kg.)

Limos.

Hab. nas aguas estagnadas e nos remansos dos rios e ribeiros, em todas as estações.

P. u. toda a planta.

Plinio aconselhou-a nas contusões: Murray na tysica e asthma. Em algumas localidades de Hespanha, o povo emprega os limos contra as queimaduras. Pouco usado.

CONFERVA CORALLINA. L.

(Griffithsia corallina. Ag.)

Hab. no Tejo.

P. u. toda a planta.

Na China e Japão, usam-se umas pastilhas, confeccionadas com o infuso concentrado d'esta planta, que se empregam como analepticas e refrigerantes. Pouco usado.

Ulvaceae. *Agardh.*

Ulva lactuca. L.

Ovas do mar.

Hab. a nossa costa maritima.

P. u. toda a planta.

Emp. como refrigerante e calmante em varios povos do norte. Pouco usado.

Ulva latissima. Kg.

Alface marinha.

Hab. nos mesmos sitios que a especie antecedente.

P. u. toda a planta.

Emp. unicamente para se lhe extrahir o iodo.

Ulva linza. L.

(Phycoseris Linza. Kg.) e

Ulva umbilicalis. L.

(Porphyra laciniata. Ag.)

Tudo o que diz respeito á especie antecedente.

Floridae. *Lamx.*

Corallina officinalis. L.

Hab. a nossa costa maritima.

P. u. toda a planta.

Emp. como vermifuga.

Dioscórides recommenda-a contra a gota e congestões sanguineas. Pouco usado.

Sphaerococcus helminthochorton. Ag.

(Alsidium Helminthochorton. Kg.; Helminthochorton officinale. Lk.; Fucus Helminthocortos. Turner.; Gigartina Helminthocorton. Lamour.)

Musgo de Corsega [1].

---

[1] Impropriamente chamado musgo, visto ser uma alga.

Texidor y Cos, na sua *Flora Pharmaceutica,* diz que esta planta habita nas costas da peninsula iberica, tanto nas do Mediterraneo como nas do Oceano Atlantico.

P. u. toda a planta.

É vermifuga.

CHONDRUS CRISPUS. Lyngb.

(Ch. polymorphus. Lamour.; Sphaerococcus crispus. Ag. Fucus crispus. L.)

Carragahen, musgo branco, musgo de Irlanda, musgo marinho perlado.

Hab. a nossa costa maritima [1], mas só abunda nos mares do norte da Europa.

P. u. toda a planta.

Emp. como tonico analeptico e peitoral.

Fucaceae. *Lamx.*

LAMINARIA SACCHARINA. Lamour.

(Fucus saccharinus. L.)

Budelha saccharina.

Hab. no Tejo e na nossa costa maritima.

P. u. toda a planta.

Emp. para se lhe extrahir o iodo, assucar, e uma geleia chamada ityocola do Japão.

FUCUS VESICULOSUS. L.

Budelha ou carvalho marinho.

Hab. na nossa costa maritima, bem como as suas variedades.

P. u. toda a planta.

Emp. como antiscrophuloso [2]. Pouco usado.

---

[1] Texidor y Cos — *Flora Pharmaceutica.*

[2] Podiamos mencionar outras especies de algas que outr'ora foram empregadas na medicina, como antiscrophulosas, vermifugas e mucilaginosas, mas como a maior parte hoje não é usada na practica, entendemos não as mencionar aqui. D'um grande numero d'estas plantas se extrahe o iodo.

Lichenes.

Hymenothalami. *Fries.*

CENOMYCE PYXIDATA. Fries.

(Lichen pyxidatus, L.)

Musgo copinho de tuberculus fuscus.

Hab. nas proximidades de Coimbra e em quasi toda a parte septemptrional do paiz.

P. u. toda a planta.

Emp. contra a coqueluche e tosse convulsa [1]. Pouco usado.

CENOMYCE RANGIFERINA. Hoffm.

(Lichen rangiferinus. L.)

Hab. em quasi todo o paiz.

P. u. toda a planta.

Emp. como analeptico [2]. Pouco usado.

LECANORA PARELLA. Ach.

(Lichen Parellus. L.)

Orzelha ou Orzella da terra, ou dos montes.

P. u. toda a planta.

Emp. como os seus congeneres. Pouco usado.

PARMELIA PARIETINA. Duf.

(Lichen parietinus. L.)

Hab. em quasi todo o paiz.

P. u. toda a planta.

Emp. como febrifugo e tonico analeptico. Pouco usado.

STICTA PULMONÁCEA. Ach.

(Lichen pulmonarius. L.)

Pulmonaria das arvores ou dos carvalhos.

---

[1] O dr. J. J. de Figueiredo reputa esta planta tão util como o musgo islandico. O dr. Beirão diz que as suas virtudes analepticas e tonicas já eram conhecidas por Murray.

[2] *Materia medica* de J. Pereira, tomo II, pag. 918.

Hab. a parte septemptrional do paiz, é rara nas vizinhanças de Coimbra.

P. u. toda a planta.

Emp. contra a hemoptysia. Pouco usado.

PELTIGERA CANINA. Fries.

(Lichen caninus. L.)

Musgo dos cães damnados, musgo canino, figadella.

Hab. nas proximidades de Coimbra e em quasi toda a parte septemptrional do paiz.

P. u. toda a planta.

Emp. contra a hydrophobia [1]. Pouco usado.

ROCCELLA TINCTORIA. Ach.

(Lichen Rocella. L.)

Orzella, orzella das ilhas, urcella.

Hab. sobre as rochas das Berlengas [2].

P. u. toda a planta.

Emp. como peitoral [3]. Pouco usado.

EVERNIA PRUNASTRI. D. C.

(Ramalina prunastri. Cheval.; Lichen prunastri. L.)

Musgo das amexieiras. Orzella do reino.

Hab. em quasi todo o paiz.

P. u. toda a planta.

Emp. como adstringente. Pouco usado.

---

[1] Texidor y Cos—*Flora Pharmaceutica.* A pharmacopea britanica prescreve o pó d'este lichen como o nome de «*Pó anti-lyssico.*»

[2] Brotero—*Flora lusitana.*

[3] Na Ilha de S. Mauricio preparam com esta planta uns caldos peitoraes. Na eschola de Medicina de Dublin recommendam o infuso com este lichen para debellar certas tosses.

Texidor y Cos na sua *Flora Pharmaceutica* diz encontrar-se a Cetraria islandica. Schaer. (Lichen islandicus. L.) Musgo islandico nas montanhas elevadas da nossa peninsula a 6000′ de altitude.

Hysterophyta.

Fungi.

Gasteromycetes. *Fries.*

SCLEROTIUM CLAVUS. D. C.

(Claviceps purpurea. Tub.; Spermoedia clavus. Fries.)

Cravagem de centeio, esporão de centeio, carvão de centeio.

Hab. no paiz, desenvolvendo-se entre as valvulas e no logar da semente do centeio [1]. Este cogumello passa por tres metarmorphoses: 1.ª spacelia; 2.ª esporão; 3.ª claviceps. É no segundo d'estes estados que elle é aproveitado na Medicina.

P. u. toda a planta.

Emp. para despertar as contracções uterinas, no caso de inercia do utero, e sustar as hemorrhagias d'este orgão.

BOVISTA GIGANTEA. Nees.

(Lycoperdon Bovista. Bull.)

Fungam, buffa de lobo, licoperdo bovino.

Hab. em quasi todo o paiz, e particularmente na nossa provincia da Extremadura.

P. u. os esporos.

Emp. como ligeiro adstringente nas hemorrhagias dos pequenos vasos. Na medicina homeopatica usam d'esta planta para obter a tintura mãe.

Hymenomycetes. *Fries.*

POLYPORUS FOMENTARIUS. Fries.

(Boletus ungutatus. Bull. B. fomentarius. L.)

Agarico dos carvalhos, boleto da isca, boleto da isca de coiro.

Hab. sobre o tronco de algumas cupuliferas.

---

1 Este parazita tambem apparece no trigo e em outras gramineas.

P. u. toda a planta.

Emp. para vedar hemorrhagias dos pequenos vasos [1]. Pouco usado.

POLYPORUS IGNIARIUS. Fries.

(Boletus obtusus. D. C. B. igniarius. L).

Agarico dos cirurgiões; isca de coiro.

Hab. sobre os troncos das arvores em quasi todo o paiz.

O mesmo uso que a especie antecedente. Pouco usado.

AGARICUS CAMPESTRIS. L.

Cogumello das iguarias.

Hab. em Coimbra e em muitos outros pontos do paiz, no outomno.

Emp. como planta alimenticia por ter grande quantidade de materias azotadas [2].

CORMOPHYTA.

Acrobrya.

Acrobrya anophyta.

Hepaticae.

Marchantiaceae. *Endl.*

MARCHANTIA POLYMORPHA. L.

Hepatica das fontes ou dos charcos, marchanda.

Hab. na parte septemptrional do paiz, rara nas proximidades de Coimbra.

P. u. toda a planta.

Emp. na veterinaria para accelerar a cicatrisação das ulceras. Pouco usado.

---

[1] Humedecendo este cogumello numa solução de perchlorureto de ferro a 30° cent. obtem-se a isca hemostatica, e impregnando-o de nitrato de potassa serve para accender fogo.

[2] Poderiamos mencionar algumas outras especies de cogumellos, a que se lhe tem attribuido uso medico, mas como são muito pouco empregados, pareceu-nos não os dever referir aqui.

MARCHANTIA CONICA. L.

(Fegatella officinalis. Raddi.)

Hepatica fontana, lichen estrellado.

Hab. nas proximidades de Coimbra, na Ribeira de Coselhas, na fonte do Gato, assim como na Beira Alta e em muitos outros pontos do paiz.

Tudo o que diz respeito á especie antecedente [1].

Musci.

Bryaceae. *Endl.*

POLYTRICHUM COMMUNE. L.

Polytrico, polytricho de oiro, avenca de oiro.

Hab. nas nossas provincias do norte; floresce no outomno e inverno.

P. u. toda a planta.

Emp. contra a calvicie, como diuretico e litontriptico. Pouco usado.

Acrobrya protophyta.

Calamariae.

Equisetaceae. *D. C.*

Segundo Brotero encontram-se no paiz quatro especies de Equisetum, a saber: E. fluviatile. L.; E. limosum. L.; E. arvense. L.; E. palustre L.

Vulgarmente são conhecidos pelos nomes de Cavallinha, rabo de cavallo, de mulla, de ovelha e equisetto.

As virtudes medicas d'estas plantas são tidas em pouca consideração. Outr'ora empregavam-se como estimulantes, astringentes, diureticas e emenagogas; tambem se usaram contra as hemorrhagias e corrimentos de diversa natureza.

(Continúa). ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

---

[1] Nas Antilhas empregam as hepaticas contra as doenças de figado.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

SEGUNDA LIÇÃO

DO CURSO DE LINGUA E LITTERATURA SÃOSKRITA CLASSICA E VEDICA

e primeira feita na sala da Sociedade de Geographia em Lisboa em a noute de 10 de novembro de 1877, pelo professor de sãoskrito juncto do Curso Superior de Lettras, o sr. G. de Vasconcellos Abreu [1].

[1] Ás 7 1/2 horas da noute o professor o sr. Vasconcellos Abreu subiu á cadeira e começou por agradecer á Sociedade de Geographia, e em particular ao seu Secretario geral, o sr. Luciano Cordeiro, bem como a outras pessoas que espontanea e obsequiosamente tinham offerecido local proprio e no centro mais concorrido da cidade, para ahi se fazer o curso nocturno de sãoskrito, hoje inaugurado. Este curso, gratuito e livre, é feito especialmente para o aproveitamento de algumas pessoas, que, matriculadas no curso official, o não podem seguir por incompatibilidade de horas d'elle com as dos seus encargos officiaes. O sr. Vasconcellos Abreu preferiu com este trabalho ganhar para a sciencia homens illustrados e de erudição rara entre nós, a não prestar este serviço ao paiz e aos estudos a que se dedica, poupando-se a fadiga que não evita.

Mencionam-se aqui alguns dos ouvintes mais distinctos que ennobrecem aquelle curso: — os srs.: Gonçalves Vianna, que, além de fallar o hespanhol, o italiano, o francez, o inglez e o allemão correntemente, conhece as linguas romanas e as germanicas scientificamente, e bem assim o latim e o grego, traduz alguma cousa do hebraico e do arabe, e não é extranho na lingua dos brâhmanes; — Consiglieri Pedroso, que falla o hespanhol, o italiano e o francez, traduz com facilidade o inglez, o allemão, o dinamarquez e o sueco, o latim, o grego, e conhece das cousas orientaes os elementos do persa e do hindustani; — Sanctos Valente, que, além de conhecer as linguas vernaculas do occidente europeu, para d'ellas se servir como de instrumento, é habil latinista e versado no grego. Depois d'estes homens, que são philologos e glotticos, ha para notar outros respeitabilissimos, taes como o reverendo dr. Garcia Diniz, etc., etc. Depois do agradecimento, o sr. Vasconcellos Abreu pronunciou com voz sempre clara e firme, este discurso.

S. B.

Meus senhores: — A primeira vez que tive a honra de fallar officialmente ácerca do estudo do sãoskrito, enumerei os principaes resultados d'elle, e disse que a lingua sãoskrita é irmã do zenda, do grego, do latim e do gotico [1], principalmente. Alguem notou que eu usasse d'este adverbio. Dou-me pressa em explicar o sentido em que o empreguei.

São importantissimas para o desenvolvimento das leis da grammatica comparativa da familia das linguas áricas, não só as linguas classicas de grande valor philologico pelas suas vastas e admiraveis litteraturas, assim o grego e o latim; não só outras porque sejam as linguas mães de linguas falladas por gente de nações poderosas, assim o gotico; nem só o zenda ou o sãoskrito porque nos revelem civilisações que passaram, e porque nos deixaram monumentos litterarios, sobretudo religiosos, capitaes para o estudo da historia; mas todas estas conjunctamente, e com ellas o slavo, o celta e até os dialectos da raça tadjik [2], e os mais incultos dos povos que habitam o paiz Káfir ou o Kafiristão [3].

Para a grammatica comparativa das linguas d'uma familia glottica não ha dialecto que seja indispensavel; e o mais inculto póde ser o mais precioso para a resolução d'um ou d'outro problema. Quando, porém, não haja problemas a resolver, investigações a fazer, novos factos a descobrir ou ainda a explicar, mas só e unicamente a fazer applicação dos dados scientificos, dos conhecimentos adquiridos, incontestaveis e portanto acceitos, as linguas a que devemos recorrer são indubitavelmente aquellas que pela sua importancia historica, e por nos serem familiares, mais contribuem para firmar no espirito os factos que são novos para o estudante, mas conhecidos do escolar, do sabio.

D'entre as linguas da familia árica, d'entre as linguas irmãs do sãoskrito, as principaes para nós europeus, para nós portuguezes, para nós que aqui estamos estudando, as principaes, repito, são: o latim porque nós somos um povo de lingua (não de raça) latina (e aqui cabe outra vez o adverbio *principalmente);* o grego pela sua intima connexão historica com o latim; o sãoskrito por indispensavel para o estudo historico-scientifico de ambas estas linguas; o zenda por ser um dos grandes correctivos de todas

tres nos estudos comparativos d'ellas; e, finalmente, o gotico por ser a lingua mãe das linguas germanicas, outro ramo moderno na Europa constituindo com o nosso latino as duas grandes columnas da civilisação occidental, que é a da Europa e a do mundo inteiro.

Assim explico o emprego que dei ao adverbio «principalmente.» Agora explicarei a razão porque hoje, aqui, o repeti analogamente. Disse eu que o povo portuguez não é de raça latina. Este conjuncto de duas palavras tão pequenas é a base de grandes e atrozes combinações politicas. E mais, insulto e testimunho de ingratidão por parte de povos, que tambem não são de uma só raça, cuja civilisação é toda greco-latina dada pelas nações do extremo occidente da Europa [4]. Todo o homem que pense deve rejeitar a idêa de raça latina por falsa historicamente, por atroz politicamente. Seguindo porém a historia só — direi falsa porque não só das Gallias e das Hespanhas se tirou o grande poder romano, mas na Italia, nas Gallias e nas Hespanhas entrou a raça gotica ou goda, e a sua lingua e o seu sangue misturou com o nosso fallar e com o nosso sangue.

Estas permutações, taes cruzamentos são os factores dos povos; e estes das nações. As raças acabaram na Europa civilisada. Hoje ha só o nome. Mas em sociologia é conhecido como axioma este enunciado: — Que o nome sobrevive ao facto sociologico que representa, e é tanto mais prejudicial ás sociedades herdeiras d'esse facto quanto maior e mais importante elle foi.

Uma idêa que mais não dirige o mundo é um cadaver podre que o vicía e empesta. Os homens que d'ella se servem contam com os serviços d'um fantasma.

Serviços que sempre foram pedidos em epochas de transição como esta por que estamos passando.

O que ainda em tempo do esplendor romano se deu entre as raças, cruzando-se estas entre si e acceitando na maior parte, todas mais ou menos, a civilisação e a lingua romanas, deu-se

provavelmente entre raças que tiveram relações com a mais elevada em civilisação ou em aptidões e fallou a lingua árica.

Digo provavelmente, porque a idêa me tem occorrido varias vezes e é uma hypothese. Hypothese, porém, que tem todo o caracter de probabilidade e toda a comprovação por analogia. Não a posso todavia comprovar directamente. Para que celtas, gregos, latinos, godos e slavos immigrassem na Europa, airyas no Iran e áryas no Hindustão; e fossem emigrados que simultaneamente tivessem sahido d'um só e mesmo ponto; era preciso que esse ponto fosse mais fertil e extenso do que é permittido pensal-o attentendo-se á impossibilidade de communicações, e portanto impossibilidade de conformidade nos habitos, na linguagem, nas crenças, impossibilidade de commando tão largo que tudo subjeitasse pela obediencia ao mesmo, ao unico centro.

A unidade glottica, unidade na variedade entende-se; a unidade glottica existe. Mas a unidade ethnica é hypothese que hoje começa a não ser acceitada. Ainda assim, por isso que a unidade glottica existe, é certo que existiu, um dia, um povo cuja lingua foi o nucleo glottico das d'esses outros povos, que, embora não fossem da mesma raça d'elle, a sua linguagem deixaram absorver pela lingua d'elle e com o instrumento das idêas as mesmas idêas d'elle receberam, propagaram, e em maior ambito todos desenvolveram. É importante, por consequencia, saber-se em que ponto da terra habitou tal povo.

Compete-me fallar-vos d'isto quando na segunda parte do anno lectivo corrente eu tiver de estudar comvosco as relações ethnicas e linguisticas da India antiga e da Europa. Parece-me, porém, de interesse e proprio de systematisação dizerem-se algumas palavras sobre o assumpto. Entra-se depois quasi em terreno conhecido. Sabe-se pelo menos para onde se vai. Nada ha que tanto fatigue como estrada em que se ande sem se saber aonde conduza. Imaginae peor ainda; que vos achais no meio de estrada cujos extremos desconheceis. Disse-vos, porém, qual é um dos extremos; vou dizer-vos qual é o outro. Disse-vos que o sãoskrito é lingua irmã do zenda, do grego, do latim, do gotico, principalmente. Vou dizer-vos qual foi no espaço a origem pro-

vavel do povo que fallou a lingua mãe. A origem no tempo essa é anterior a celtas, a gregos, a latinos, a todos os povos emfim que para aquelle estão em relação de filhos para pae, de ramos para tronco. Não fallarei d'ella. Mergulhae, se podeis ousal-o, nas trevas d'esse passado immensamente longinquo. Eu não tenho coragem para precipitar-me comvosco. Vou seguir a luz que me dão alguns factos conhecidos, estudados e confirmados.

Pela reunião das raizes communs a todas as linguas do ramo árico que nos deixaram monumentos litterarios, com o auxilio das vernaculas conhecidas, se chegou á formação do vocabulario árico. Por este se concluío o estado social do povo que fez uso de taes vocabulos e os empregou nas suas relações sociaes. Conheceu-se d'este modo que os áryas primitivos lavravam a terra, e a aravam servindo-se do boi. Que usavam de carros de rodas e creavam gado, servindo-se para alimento proprio do leite de seus rebanhos. Habitavam juncto de largas extensões d'agua, mares interiores talvez, que eram mais ou menos mortos como o diz esta raiz *mără, mĕrĕ mr,* «tranquillo, morto.» Ousavam entrar nas aguas d'esses lagos em barcos levados a remos, e parece não terem conhecido a véla. Os áryas primitivos conheceram o ouro, a prata, o cobre e o estanho. O martello e a bigorna de que usavam eram de pedra. É provavel, porém, que tivessem sido iniciados por outro povo, com que mais tarde prendessem relações, na arte de trabalhar os metaes fundindo-os; porque entre os povos áricos o nome dos *folles* é differente e não aponta para origem commum; e (facto singularmente notavel, bem que nelle não tenha visto fazer reparo) tambem não indica origem commum o nome das *tenazes* evidentemente necessarias quando se trabalhasse o ferro a quente.

Pictet [5] é de opinião que os áryas primitivos conheceram o ferro. As razões que adduz levam-me a rejeitar as suas conclusões. O latim *acies* é d'uma raiz que significa *penetrar, agudo,* e se encontra em vocabulos sãoskritos designativos de *pedra, rocha;* o

latim *aes* cujo genitivo é por *aesis* correspondente ao genitivo sãoskrito *ajasas* (leia-se *ayaças*) indica apenas na sua origem «mineral;» o vocabulo latino *ferrum* não se póde comparar como o faz Pictet ao sãoskrito *bhadram* [6] (no nom.). *Ferrum* é morphologicamente d'uma raiz a que pertence o vocabulo vedico *bhrsti* [7] «ponta;» e note-se que em latim *ferrum* tambem significa «espada [8].»

D'aqui podemos já concluir que os áryas primitivos não tiveram relações com os phenicios nem com os egypcios, porque o ferro foi introduzido no Egypto 1700 annos antes de Christo pelo menos [9], importado da Phenicia e da Syria. E de facto não tiveram relações com os egypcios, porque não conheceram dois animaes africanos, o burro e o gato, domesticos no Egypto [10].

Parece mesmo que habitaram regiões mais ao norte, porque era para elles sensivel o frio; contavam por invernos, e só os nomes do *gêlo, inverno* são d'entre os das outras estações communs aos povos áricos. Viviam tanto ao norte que para elles era brilhante por excellencia a constellação do pólo norte, a que todos os povos da familia árica dominaram *ursa* por confundirem em um só vocabulo idêas differentes — «brilhante, luminoso, coruscante, rasgador como o raio» que por logica deducção se expressam por palavras derivadas da raiz *rk, ark* «brilhar, rasgar» que deu origem á palavra *urso,* em sãoskrito *rksa* ou *arksa* e em grego ἄρκτος.

Conheciam portanto o urso; talvez o terrivel *urso branco (branco, brilhante)* do pólo norte.

Conheciam mais o lobo, a lontra; mas não conheciam o leão nem o tigre [11].

Não pudiam portanto ter vindo os aryas primitivos até ao rio Nestus nos confins da antiga Thracia, porque no tempo de Xerxes ahi era o limite do leão na Europa, segundo a auctoridade de Herodoto, liv. VII, 125 e seg., confirmada com Aristoteles, *Hist. dos an.,* liv. VI, 31, Plinio, *Hist. nat.,* liv. VIII, 16 e comprovada pelos trabalhos modernos entre outros os de Lewis *Notes and Queries,* n.os 187 e 213.

Viviam mais ao norte que o Chuzistão e o Irák-Árabi, e a

mesma Assyria aonde vinha o leão, diz Oscar Peschel. Nem se haviam ainda approximado das costas do sul do mar Caspio, porque o tigre alli saltava devastador buscando presas [12].

Occupavam provavelmente ambas as vertentes do Caucaso até ao desfiladeiro de Dariel, a que os antigos chamaram «Portas caucasicás» e cuja extensão é de mais de 100 kilometros. Tocariam assim o *Pontus Euxinus* e o *Mar Caspio;* não chegando do lado oriental d'este ás planicies entre o Oxus e o Kunduz ou Ghosi, porque nellas parece ter havido o leão, e leão parecido com o das partes do norte da India.

É mesmo quasi certo que os áryas primitivos não se approximassem muito do Oxus; porque o leão, ainda que prefira as planicies, busca tambem de bom grado os fojos dos valles, que d'ellas estão perto, para mais facilmente se abrigar e esconder. E, póde dizer-se que o leão buscou refugio nos valles do Oxus, porque no tempo de Alexandre ainda elle andava para as bandas de Samarkand [13].

Contra esta doutrina ha quem diga, que bem podia acontecer terem os áryas primitivos conhecido o leão e o tigre e mais não se lembrarem d'elle. Absurdo! não se lembrarem do leão que vieram encontrar na Grecia, na Asia! não se lembrarem do tigre com que ainda foram luctar em Bengala! E quando podesse julgar-se bom o argumento para os celtas, lembre-se que se os áryas primitivos tivessem luctado com tão valentes feras jámais elles se esqueceriam dos estragos que soffreriam, das fadigas por que teriam passado para vencel-as, como não se esqueceram do urso até mesmo quando o não viram.

Exemplos ha de povos não verem mais depois de emigrados objectos que havia na sua patria primitiva, e darem os nomes d'esses a outros objectos com estes mais ou menos relacionados. Assim Peschel, combatendo o argumento, recorda os Maoris *(maori* na lingua da Nova Zelandia significa *indigena);* recorda os Maoris, raça malaya ou polynesia, que emigrados segundo alguns ethnologos das ilhas Sandwich, da Hawarii talvez, segundo outros da Nova Guiné, não esqueceram o nome do porco nem o do fructo do coqueiro, que não existem no logar da immigração.

O que fica dicto basta para não se acceitar a hypothese de que a séde originaria da gente árica fosse a Báctria. Mas ha um facto que eu não posso deixar inutil neste momento. Facto que se não fôra capital por si, daria todavia enorme força e cohesão ao raciocinio que estamos aqui fazendo. Chamo pois para elle a vossa attenção.

Os áryas primitivos não conheceram o camêlo, porque mais tarde só quando tiveram contacto com povos semitas o conheceram. Assim disseram gregos κάμηλος, latinos *camelus,* e hindus *kramêla,* vocabulos tirados de vozes semitas.

Este facto serve não só para combater a theoria dos sabios que designem a Bactria, ou o Pamir, ou qualquer outra região da Asia Central, como séde originaria da gente árica; mas tambem, o que ainda não vi feito por nenhum orientalista nem por nenhum ethnologo, para combater a theoria dos sabios que designem o Hindustão (o Hindustão propriamente dicto, isto é comprehendido entre as vertentes do sul da cordilheira do Himálaya e as do norte dos montes Vindhyas [14]). — Este facto, dizia eu, dos áryas primitivos não terem conhecido o camêlo é arma poderosa para combater tambem a theoria dos sabios, que dão a gente árica emigrada do Hindustão.

Com effeito, meus senhores, o camêlo é ou da Arabia *(Camelus dromadarius)* com uma só bossa no dorso, ou da Bactria *(Camelus bactrianus)* com duas bossas. Encontra-se mais o camêlo fossil nos depositos terciarios dos montes Sevaliks, ou menos elevados da cordilheira do Himálaya que vêem perder-se nas planicies das bandas occidentaes do Ganges. Este é o *camelus sivalensis,* maior do que nenhum dos das outras especies.

Parece-me, portanto, impossivel acceitar a hypothese de que a séde primitiva dos áryas fosse região onde havia o leão, o tigre animaes ferozes, e o camêlo animal tão prestavel que é o verdadeiro amigo do homem naquelle ponto do orbe terraqueo, e os áryas não conhecessem nem leão, nem tigre, nem camêlo!

Em quanto ás regiões do Pamir [15] accresce serem estas inhospitas e improprias para habitação de homens; e só susceptiveis de ahi viver algum gado. Não é possivel que em regiões, como as

descreve Bento Goes [16] e todos quantos desde os peregrinos chinezes [17] e depois Marco Polo [18] até Gordon [19] as têem atravessado, se tivesse desenvolvido civilisação tão grande, que a lingua fallada pelo povo que a realisou foi a mãe das linguas falladas por povos que cobriram a Asia Central, a India e a Europa até ás verdes ilhas da Irlanda.

Demais, senhores, como póde conceber-se que os habitantes dos suppostos [20] montes Bolor e planalto de Pamir, em tão concentrada população como a necessaria para assim se espalharem dilatando a sua civilisação, emigrassem em tão pequeno numero para a India cujas portas tinham abertas naturalmente pelo rasgado dos valles, pelo correr dos rios, e déssem tão crescido numero de emigrantes para: vencer a barreira dos desertos antes de chegarem á Europa; luctar contra as feras da Asia Central, e passar por sobre a civilisação assyrica; podendo ainda, a final, cobrir a Europa desde os montes Uraes até á Irlanda, desde os gelos da Noruéga até ao nosso extremo patrio Portugal aquecido do sol e onde prospera a laranjeira, se enlaça a vinha, cresce o figo e se levanta a palmeira majestosa?!

Que a gente árica, depois de ter deixado a patria primitiva, se espalhou em grande numero pela Asia Central, isso é certo. Mas não foi alli o seu berço, parece-me fóra de duvida.

Não permitte o tempo que nos demoremos mais neste ponto. Conhecidos os factos que apontei escolham-se as hypotheses, acceitem-se as theorias que mais se conciliarem com o espirito de cada um [21].

(Continúa).

NOTAS

[1] A pag. 145 do seu *Compendium* (4.ª ed., 1876) diz Schleicher: «*Gotisch, Gote*, nicht *Gothisch, Gothe*, ist zu schreiben, da der name dises volkes bei den Goten selbst und bei anderen deutschen stämmen nur mit t vor komt.»

[2] Vide as notas 27 e 28.

[3] Sobre a lingua dos povos da Asia central particularmente designados pelos mahometanos como *Kafirs* «infieis, hereges, não crentes», veja-se *Trumpp* «Die Sprache der sogennannten Kâfirs im indischen Caucasus» no *Jornal da Sociedade Oriental Allemã*, XX, 392. Apud *Spiegel* «Erânische Alterthumskunde» vol. 1.º, pag. 397, onde se lê: «Dieser Name, den das Volk von den umwohnenden Muhammedanern erhalten hat, bedeutet einfach Ungläubiger und ist daher nichtssagend, wir sind aber gezwungen, ihn beizubehalten, da wir den wahren Namen, mit welchem das Volk selbst sich benennt, noch nicht kennen, das Land aber, welches sie bewohnen, nennen sie Wâmasthân.»

O Vámastão ou Káfiristão fórma no declive sul do Hindukôs (pronuncie-se *ôs* á portugueza, soando *s* quasi como *ch*, o *s* final de syllaba, ex.: *mas, pôs* ou *poz, etc.*), parte da bacia norte do Kabul. A sua área maior de 19 hectares é cortada por apertados valles e eriçada de cristas do Caucaso indiano.

[4] Discipulo de Diderot, até no que tem de mais leibniziano, o grande poeta allemão e não menor philosopho e naturalista, Goethe, confessa: «Entre nous, je ne haïssais pas les Français... Comment pouvais-je, moi pour qui civilisation et barbarie sont des idées d'une importance exclusive, concevoir de l'antipathie pour une nation qui compte parmi les plus cultivées de l'univers et *à qui je devais une si grande part de mon éducation personelle!* «Entretiens de Goethe et d'Eckermann», *Trad. de M. Charles*, in 18, pag. 265. Apud *Fernand Papillon* «Goethe, Philosophe et Naturaliste» in «La Philosophie Positive» Revista bimensal dirigida por *E. Littré* e *G. Wyrouboff*, tomo IX, pag. 250.

[5] *Les Origines indo-européennes*, 1.ª edição, vol. I, pag. 161 e seguintes.

[6] O vocabulo sãoskrito *bhadra* como adjectivo significa «prospero, auspicioso, bom, etc.», como substantivo neutro significa «ouro, ferro, etc.» Mas no Rigveda não tem ainda este sentido. Designou mais tarde o *ouro*, o *ferro, etc.*, talvez porque alli como adjectivo se diz das cousas *brilhantes*, que reflectem a luz, e por isto consideradas como cheias de benção, de qualidades optimas (Vide *Grassmann* «Woerterbuch zum Rig-Veda»), o que explica ambas as significações do vocabulo no sãoskrito classico. É tambem para notar-se contra Pictet, que no vocabulario de *Amarasimha* só se encontra no capitulo que tracta das *virtudes, etc.*, com a significação de «Bem, etc.» Demais o vocabulo é d'uma raiz *bhand*, que morphologicamente não póde conceber-se em *ferrum*.

7 O *r* d'este vocabulo é o *r* vocalico, que não se transcreve aqui por outra fórma, falta de typo proprio. Na Imprensa Nacional de Lisboa já hoje ha fundidos os typos proprios para a transcripção scientifica adoptada por mim. Ha tambem o typo dêvanágrico, todo verificado por mim, e está-se compondo o primeiro acto da *Schakuntalá*. O typographo é um habil moço de 17 annos, que estuda commigo o sãoskrito. Compõe tambem em outras linguas orientaes.

8 Falta d'este conhecimento glottico, concluem alguns archeologos que o *ferro* devia ser conhecido de longa data dos romanos, por quanto em latim *ferrum* era synonymo de *espada;* outros concluem que as *espadas romanas eram feitas sempre de ferro*. Cf. por ex.: *Lubbock* «O Homem prehistorico», traducção franceza de Barbier, edição a que acompanha um estudo do meu mestre, o sr. Broca, París, 1876. *G. Wilkinson* «Ancient Egyptians», etc.

A conclusão a que sou levado, é que *ferrum* significou *cousa ponteaguda*, e depois a materia mais propria para fabricar as espadas de estoque, como eram as romanas que não de golpe.

9 No tempo de Thutmes III havia perfeito conhecimento do ferro no Egypto. Este rei fazia procurar objectos d'arte, fabricados de ferro, na Phenicia e na Syria. Entre outros despojos, os seus soldados traziam das campanhas da Syria bacias de ferro e vasos de ferro com azas de prata. É menos evidente que os egypcios tivessem conhecimento tão perfeito do ferro, antes da epocha d'este rei, 1700, antes de Christo. Não se póde todavia negar que elles o tivessem. É bem sabido com que respeito religioso elles o estimavam, empregando-o nas cerimonias religiosas, e consagrando-o a Set. E é natural que tivessem conhecimento d'este metal muito antes de Thutmes III, porque no deserto egypcio se encontram as minas de ferro e bronze exploradas em tempos mais antigos. Talvez mais de 4000 annos antes de Christo os mineiros o soubessem extrahir e os cutileiros afiar, como se deprehende dos monumentos de Thebas e dos tumulos nos arredores de Memphis (Vide *Garduer Wilkinson* «A p. a. of the Ancient Egyptians» vol. 2.º, pag. 155 e *passim.*). Não causa extranheza a falta de objectos de ferro nas excavações que se têem feito onde se tem encontrado objectos preciosos de tempos mais remotos, porque o solo nitroso do Egypto facilmente corróe o ferro ahi sepulto por tantos milhares d'annos. E se acceitarmos as conclusões dos trabalhos do coronel Howard Vyse, é certo que o ferro era conhecido no Egypto já no tempo da quarta dynastia, 4235, antes de Christo. Consulte-se: *Chabas* «Études sur l'Antiquité Historique»; *G. Wilkinson* Obra cit. e «The Egyptians in the time of the Pharaohs»; *Pierret* «Dict. d'Archéologie Egypt.»; *Mariette Bey* «Aperçu de l'Hist. d'Egypte»; etc., etc.

10 «Horses and asses were abundant and the latter were employed as beast of burden,...» *G. W.* «A. Eg.» vol. 1.º, pag. 231.

E a pag. 244 diz: «Nor is the wild ass met with in the paintings either of Upper or Lower Egypt, though it is common in the deserts of the Thebaïd».

Dos *gatos* se serviam singularmente na caça de aves, aquaticas por ex., que, batidas dos lagos, fugiam para as mattas, e, indo esconder-se nas sarças e espessura da vegetação das margens, cahiam no poder dos gatos ahi occultos. Obra cit., pagg. 234–236.

Convém aqui notar tambem que o burro selvagem da Syria, *Asinus hemippus*, e o da Asia Central, *Asinus hemione*, são duas especies que os áryas primitivos deviam ter conhecido, se a sua séde originaria fosse ao sul da Armenia e ao norte do Hindukôs, porque especialmente o *Asinus hemippus* emigra em grandes récuas, conforme as estações: no verão na Armenia, no inverno até ás costas do golfo persico. Encontra-se tambem o burro selvagem no deserto entre a India e Affghanistão. Vide: *Tristram* «The Natural Hist. of the Bible»; *Elphinstone* «Cabul»; *Rawlinson* «Herodotus»; etc. Cf. *Pictet* «Les Orig. indo-eur.» 1.º vol.

Na Persia se conhece o burro selvagem, *Asinus onager;* é o *Ghor-Khar*, o *Kulan* dos tartaros. Falla d'elle Marco Polo, chamando-lhe *creatura formosissima*. Vide edição do Coronel *Yule*, vol. 1.º pagg. 90 e 91.

11 Cf. *Pictet* «Obra cit.», vol. 1.º

12 Cf. *Layard* «Nineveh and its remains.» Apud *Oscar Peschel* «Völkerkund», pag. 545, 3.ª edição, Leipzig, 1876.

O *habitat* do tigre estende-se desde o mar Caspio até ao rio Amur, no extremo oriente da Siberia nos confins mongolicos, e vae ao sul até á ponta extrema da Asia, ousando vencer o braço de mar que a separa, na peninsula de Maláca, da ilha de Singapura, aonde leva a morte a centos de pessoas em cada anno. Vide *O. Peschel* «Völkerkund», pagg. 443–444.

Ácerca do tigre consulte-se *Carl Ritter* «Ueber die Verbreitung des Tigers» in «Zeitschrift für Erdkunde» Berlim, Nova Serie, vol. 1.º Apud *O. P.* «log. cit.»

13 É o facto bem conhecido citado por Quinto Curcio Rufo. É tambem sabido pela auctoridade de Dio pruseu, chamado Chrysostomo, que o leão deixou a Europa antes do seculo II da era de Christo.

14 Chamo *hindus* aos áryas que ahi foram habitar; e mais extensamente aos indios de raça árica. Vide o *Codigo de Manu*, liv. 2.º, sl. 21 e 22.

15 Consulte-se em contrario ao que para mim vale, *Pictet* «Obra cit.» e uma Memoria do sr. *G. de Rialle*, a quem muito prézo e com quem tive relações em París: «Memoire sur l'Asie Centrale, son Histoire, ses Populations», 2.ª edição. Ernest Leroux, 1875.

O sr. *Alfredo Maury*, bem conhecido entre nós pelos seus trabalhos tão apreciados, affirma ainda no seu livro «La Terre et l'Homme», edição de 1877, a pag. 501, *que a séde originaria da gente árica é o* «Belour-tag», *os montes Bolor*. (!!) Confronte-se com *Bunsen* «Egypt's Place in Universal History», vol. 4.º, pag. 479.

Vide *infra* nota 20.

E note-se mais que os áryas tambem não conheceram o *leopardo* animal,

que é o tyranno do Pamir. Eis o que diz *Gordon* «The animals, of the Pamir are the *ovis poli*, ibex, brown bear, leopard, lynx, wolf, fox, marmot, and hare» in «The Roof of the World» Edinburgo, 1876, pag. 159.

16 Tractando o padre Guerreiro da Missão do Catayo diz: «Tinha passado o irmão (isto é, o jesuita Bento de Goges ou Bento de Goes, natural da ilha de S. Miguel — vide liv. 2.º, cap. IX da Relação impressa em 1605) até esta Cidade (*Hircande*, d'onde Goes escreveu ao padre Jeronymo Xavier, Superior da Missão do Mogor), o mais trabalhoso caminho que ha nesta viagem, que são os desertos de Pamech (sic), onde lhe morreram cinco cavallos, por serem nestes desertos muy grandes os frios, nem haver lenha, nem povoado, e hum ar tam terribel, que toma o folego a gente, de modo que nam podem resfolegar, e o mesmo faz aos cavallos que subitamente cahem em terra e morrem, e para tudo isto nam ha outro remedio que alhos e cebollas, e alguns albicorces secos, dos quais come a gente, e untam as bocas aos animaes, e aproveita quem aproveita: passase este deserto em quarenta dias quando ha neves: e em menos quando as nam ha:...» in «Relaçam annal das cousas que fezeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental... Tirada das cartas dos mesmcs padres que de lá vierão: Pelo padre Fernão Guerreiro da Companhia de Jesus, etc. ...» 1609. É no liv. 3.º — Provincia do Norte — pag. 166 e *verso*.

17 «De là, reprenant la direction de l'est, après avoir fait sept cents li (medida itineraria variavel em differentes epochas, mas para o tempo de Hiuan-thsang egual a 329 metros, segundo o estabelecido por *Vivien de Saint-Martin* in «Mémoire analytique sur la Carte de l'Asie Centrale» juncto da obra de *Stanislas Julien* «Mémoires s. les C. Occid.», tomo 3.º, pag. 258) à travers les montagnes, il (*Hiuan-thsang;* em francez *Hiouen-thsang*, em inglez Hwen-thsang) arriva à la vallée de *Po-mi-lo (Pamir)*. Cette vallée a mille li de l'est à l'ouest et cent li du sud au nord. Elle est située entre deux montagnes neigeuses et forme le centre des monts *Tsong-ling* (*tsong* «cebola» e tambem «côr azul» (St. Julien) como a dos montes cobertos de neve, vistos de longe). On y est tourmenté par des rafales de vent, et les tourbillons de neige ne cessant pas même au printemps ni en été. Comme le sol y est presque constamment gelé, on n'y voit que des plantes maigres et rares; aussi les grains n'y peuvent ils réussir. Tont ce pays n'offre qu'une triste solitude où l'on ne trouve nuls vestiges humains.»

Stanislas Julien «Histoire de la vie de Hiouen-thsang et de ses voyages dans l'Inde», traducção feita da lingua china, pag. 271.

18 Eis como o sabio inglez, o Coronel Yule, in «The book of Ser Marco Polo the Venetian», 2 vol., 2.ª edição, 1875, traduz no 1.º vol., pag. 181, a narração do celebre viajante:

«The Plain is called *Pamier*, and you ride across it for twelve days together, finding nothing but a desert without habitations or any green thing, so that travellers are obliged to carry with them whatever they have

need of. The region is so lofty and cold that you do not even see any birds flying. (Hiuan-thsang viu aves do tamanho de um *tchang* «dix pieds» diz St. Julien. A este respeito, em uma nota, diz Yule que deve attribuir-se a ter provavelmente Marco Polo passado alli muito depois ou antes da estação propria d'estas aves. Tal estação, se deprehende da viagem de *Wood*, é o verão, que assim lh'o disseram, passando elle alli no inverno). And I must notice also that because of this great cold, fire does not burn so brightly, nor give out so much heat as usual, nor does it cook food so effectually», etc., etc.

19 O livro de Gordon é dos mais importantes que têm vindo enriquecer a sciencia geographica.

As observações de Gordon não contradizem as que fizeram os viajantes e os sabios que chegaram até ao *Pamir*. A altitude d'esta região é impropria para alli se ter concentrado população sufficiente para constituir o estado social a que chegaram os áryas primitivos.

Gordon todavia foi o mais feliz dos exploradores d'estas regiões. É notavel o que elle escreveu a pag. 160, e se repete aqui por fidelidade:

«We experienced none of the symptoms of great height, viz. headache and difficulty of respiration, on the Pamirs (o pequeno e o grande), in the exaggerated degree that native travellers have described. None of our camp followers or people suffered in any unusual way, beyond becoming breathless when exertion was made. All were free from severe headache except our mess butler, who was quite like a mountain barometer in indicating a height of 12000 feet, as he invariably then became a victim. There was perfect health among our party throughout the journey. One of the Wakhis who accompanied us with the supplies over the Great Pamir died suddenly from heart disease, on the last march to Aktash, and this was the only casualty or sickness even among the numbers of men who were attached to our camp when crossing and recrossing the Pamirs.»

Não posso terminar esta nota sem pedir, aos que julgam ainda proprio para dar saude robusta o *ar vivo das montanhas*, leiam a obra do dr. *Jourdanet*, «De l'influence de la pression de l'air sur la vie humaine», Paris, Masson.

20 Tanto Marco Polo como já antes Hiuan-thsang (trad. de St. Julien, tomo 1.º, pag. 150 e tomo 2.º, pag. 196) mencionaram o paiz de *Bolor*.

Para determinar a situação d'este paiz de Bolor se fizeram differentes conjecturas, das quaes a mais celebre, e cujo erro até hoje tem continuado, é a do grande Alexandre de Humboldt fundada na theoria querida de todos os vulcanistas e partidarios de Elias de Beaumont.

Referindo-se a esta theoria e á conjectura ácerca dos montes Bolor diz O. Peschel no seu livro «Neue Probleme der Vergleichenden Erdkunde als, Versuch einer Morphologie der Erdoberfläche,» Leipzig, 1876, pag. 86:

«Er (A. v. H.) dachte sich nämlich, dass der westwärts streichende Künlün unter dem nordsüdlich aufgestiegenen Bolor hindurchsetzte und jenseits als

Hindukusch sich verlängert habe. Er hat diese Vermuthung bildlich dargestelt auf der Karte zu seinem Buch über Centralasien. Seitdem haben aber unsere geographischen Gemälde von Hochasien andere Gesichtszüge angenommen, der Künlün ist dem Hindukusch weit entrückt, und es ist wenig Aussicht vorhanden, dass es ein Gebirge Bolor gibt, welches von Süd nach Nord streicht und rechtwinkelig vom Künlün durchsetzt werde.»

O Coronel Yule na sua primeira edição das viagens de Marco Polo ainda cria nos suppostos *Bolor;* na segunda edição já não crê em tal. Julga que este nome possa comprehender os paizes limitados ao sul por Kaschmira, a oeste pelo Kabul e ao norte pelo Badakhchão, isto é, comprehendendo o Sirikol e toda a região selvagem de Yarkand, Balti, Gilghit, Yasin, Chitral ou Kazgar e talvez Kafiristão.

Gordon, «Obra cit.,» pag. 163, diz:

«We made repeated inquires from Kirghiz and Wakhis and from Mir Futteh Ali Shah regarding «Bolor» as a name for any mountain, country, town, river, or place, but all professed perfect ignorance of it. Colonel Yule had previously expressed his opinion with reference to the apocryphal topography of the Oxus regions in which «Bolor» occupied a prominent position, that there was no real evidence for the existence of such a place on the western side of Pamir (e de facto todos aquelles paizes, que não um só, estão a oriente), and urged its exclusion from geography for the future.»

Ora os montes «Polor-tag» os suppostos Bolor julgava-se correrem de norte a sul de 38º proximamente a 45 lat. N. e de poente a nascente entre 69º–72º proximamente de long. E. dividindo o Turkestão em occidental e oriental. Eis o que hoje é reconhecidamenta falso. Taes Bolortag não existem.

[21] Vide no fim as fontes que indico. A mais do que d'ellas se collige se lê nova doutrina exposta por M.me *Clémence Royer* nos tomos 12, pag. 195 e seg., e 13, pag. 38 e seg. do jornal «La Philosophie Positive» dos srs. *Littré* e *Wyrouboff*.

Escripto debaixo de ponto de vista differente do de M.me Cl. R., tal é o da doutrina christã, indico um livro digno de attenção «The Arian Witness: or The Testimony of Arian Scriptures in corroboration of Biblical History and the Rudiments of Christian Doctrine. Including Dissertations on the Original Home and early adventures of Indo-Arians» do *Rev. K. M. Banerjea*, Calcutta, 1875. Póde haver-se por Trübner de Londres. A opinião de Banerjea é que a *séde originaria fosse o Caucaso e costas do mar Caspio.*

Possuo um livro curioso, da opinião de cujo auctor me afasto completamente, mas o qual por isso mesmo aqui menciono. «On the Origin and Authenticity of the Arian Family of Languages, The Zand Avesta and the Huzvarash» por *Dhanjibhai Framji,* Bombaim, anno de Zoroastro 2251, de Christo 1861.

(As notas são do sr. V. A.)

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1874 E 1875

(Continuado do n.º 5, paginas 236)

R

145) — Relatorio *da Associação Conimbricense do sexo feminino, 1874.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873, 4.º, 14 paginas.

146) — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 4.º, 23 paginas.

Saldo que passou para 1874	5:493$825
Receita effectuada neste anno	1:648$465
Somma	7:142$290
Despesa	1:394$790
Saldo que passou para 1875	5:747$500
Receita effectuada neste anno	2:197$419
Somma	7:944$919
Despesa	1:767$683
Saldo que passou para 1876	6:177$231

Presidiu a esta Associação nestes dois annos a sr.ª D. Maria José de Campos Ferreira, tendo como secretárias as sr.as D. Julia de Sousa Fragoso e D. Julia Balbina de Sousa Andrade.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, paginas 105 e 106.

147) — Relatorio *da direcção da companhia edificadora figueirense, 1874.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, 15 paginas.

Fechou a direcção, composta dos srs. Bernardo Augusto Lopes e Manuel da Costa e Silva, o balanço d'este anno na quantia de 87:945$810 réis, que fórma o activo e passivo d'aquella Companhia.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 106.

148) — **Revista de legislação e de jurisprudencia,** 6.º anno, de 1873 a 1874, n.os 261 a 312. Coimbra, Imprensa da Universidade, folio, 832 paginas.

149) — 7.º anno, de 1874 a 1875, n.os 313 a 364. Coimbra, Imprensa da Universidade, folio, 784 paginas.

São redactores proprietarios os srs. drs. Joaquim José Paes da Silva Junior, lente cathedratico e professor do 5.º anno na faculdade de Direito, José Joaquim Fernandes Vaz, lente cathedratico e professor do 4.º anno da mesma faculdade, e Manuel de Oliveira Chaves e Castro, lente substituto e professor do 4.º anno da mesma faculdade. São collaboradores os distinctos advogados na comarca de Coimbra, os srs. José Ribeiro Rozado, de quem já fallámos na pagina 63, e Constantino Antonio Alves da Silva.

Administra esta *Revista* o sr. Manuel d'Almeida Cabral, negociante de livros na rua da Calçada, d'esta cidade.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 107.

Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Escreveu e publicou:

150) — *Taboa de interpolação para o meio dia do intervallo.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, folio, 2 paginas.

Sahiu sem nome de auctor esta pequena publicação, mas sabemos que a escreveu o sr. Conselheiro Sousa Pinto; e tambem collaborou na *Ephemeride* de 1876 e 1877, e na *Geometria elementar,* junctamente com o sr. Conselheiro Francisco de Castro Freire. Veja-se pois esta *Bibliographia,* paginas 71 e 85.

Sobre este auctor veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 107 e seguintes.

T

Thomaz Antonio Ribeiro Ferreira. Ao que escrevemos na *Bibliographia* de 1872 e 1873 accrescentaremos que é hoje deputado ás côrtes da Nação portugueza, eleito pelo circulo de Vizeu. Escreveu e publicou:

151) — *Jornadas. Segunda parte. Entre Palmeiras (de*

Pangim a Salsete e Pondá). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1875, 8.º, 350 paginas e uma estampa gravada em madeira, representando a Velha Gôa.

Este livro tem o seguinte offerecimento: Ao ill.mo e ex.mo sr. José Agostinho de Figueiredo Pacheco Telles, fidalgo da Casa Real.

No jornal—*O Instituto,* volume XVII, pagina 192, e volume XIX, pagina 180, o sr. Luiz Garrido, socio correspondente do mesmo Instituto, escreveu sobre este livro.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 113.

V

152)—Verdade (A) *esclarecida ou a verdadeira luz sobre os factos.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, I-IV, 210 paginas.

Este livro não tem nome de auctor; assigna porém a advertencia o procurador judicial, Abel da Silva Linhaça.

Victorino (D.) da Conceição Teixeira Neves Rebello, filho de Manuel José Teixeira Rebello, nasceu em Soutello, districto do Porto aos 22 de abril de 1800.

Tendo completado 16 annos, entrou na Ordem dos conegos regrantes de Sancto Agostinho, no Mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra, em 30 de agosto de 1816, professando em 14 de setembro de 1817. Dois annos findos, em 1819, passou para o collegio da Sapiencia (vulgo Collegio Novo) para estudar Philosophia e depois Theologia.

Terminado o curso, foi nomeado substituto ás cadeiras de philosophia e theologia, e tres annos depois foi nomeado Lente cathedratico da cadeira de Escriptura Sagrada, que regeu até ao anno de 1834. Durante a regencia da cadeira foi escolhido pelo definitorio para se graduar na faculdade de Theologia na Universidade.

Só os mestres é que eram escolhidos para se graduarem, não precisando ter frequencia na Universidade, por esta Congregação ter previlegio para isso.

Defendeu conclusões magnas em 30 de junho de 1831, que imprimiu nesta Imprensa com a seguinte dedicatoria: Optimo et eximio viro, illustrissimo ac reverendissimo domino D. Ioanni ab Assumptione Carneiro, Regalis Monasterii Sanctae Crucis, Priori exemplarissimo, etc.

Por esta occasião fez uma dissertação, que defendeu, sobre o seguinte ponto, que lhe sahiu por sorte: — *Evangel. S. Joan., cap.* XV, *v. 26. Analysis: Cum autem venerit Paracletus, quem ego mittam vobis a Patre (spiritum veritatis, qui a Patre procedit), ille testimonium perhibebit de me.*

Et ex eodem Conclusio Porismatica: Spiritus Sanctus, verus Deus, a Patre Filioque procedit.

Esta dissertação não se imprimiu, por não haver lei que obrigasse, mas existe por copia na Bibliotheca da Universidade.

No mesmo anno a 13 de julho fez exame privado, e recebeu o gráu de Doutor na faculdade de Theologia aos 25 do mesmo mez de 1831.

Pela extincção das ordens religiosas em 1834, recolheu-se á sua casa, sendo despachado Lente substituto por decreto de 2 de março de 1848, Lente cathedratico por decreto de 12 de abril de 1853, Lente de prima, decano e director da faculdade de Theologia por decreto de 25 de fevereiro de 1875, sendo depois jubilado. Escreveu e publicou:

153) — *Oratio quam pro studiorum instauratione in academia Conimbricensi die* XVI *octobris* MDCCCLXXIV. *Habuit dr. D. Victorinus ab Conceptione Teixeira Neves Rebello, Sacrae Theologiae secundus professor publicus.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, 8.º, 13 paginas.

Esta oração, chamada de *sapiencia*, recitada na abertura da Universidade, vem juncta ao *Annuario* de 1874 a 1875; porém, nesta impressão, sahiu mais correcta.

A. M. Seabra d'Albuquerque.

Tendo sido determinada a remessa de obras da Universidade á Exposição de París, que deve ter logar no anno proximo de 1878, deliberámos remetter tambem as nossas *Bibliographias* com o unico fim de alli ser apreciado o movimento litterario da nossa Imprensa. Os exemplares que remettemos vão precedidos do seguinte

ANNONCE

Profitant des loisirs que nous laissait l'exercice de nos fonctions de trésorier de l'Imprimerie de l'Université de Coïmbre, nous avons rassemblé les matériaux indispensables pour la compilation d'une *Bibliographie* de cet important établissement de l'état.

Deux volumes en sont déjà imprimés et, pendant les intervalles de nos occupations, nous poursuivrons la continuation de notre travail, si l'état de notre santé nous le permet. Maintenant nous recueillons, avec persévérance et même avec opiniâtreté, les éléments nécessaires pour atteindre ce but. Nous savons bien que la tâche est au-dessus de nos forces; car la bibliographie est une science qui exige non seulement des connaissances qui sont directement de son propre domaine, mais aussi une étude approfondie de la littérature, une grande sagacité et un *criterium* sûr pour porter un jugement impartial sur les ouvrages qu'on veut faire connaître. Mais la recherche et la vérification des subsides sont aussi un travail utile et précieux. «Á côté du lapidaire, qui sait polir la pierre, dit un infatigable archéologue [1], on ne doit pas méconnaître l'importance du mineur qui l'a cherchée dans les entrailles de la terre; si les travaux sont différens, leurs résultats sont également profitables.»

Le premier volume de notre travail renferme l'énumération raisonnée de cent quarante cinq ouvrages: le second volume est consacré à la description de cent cinquante trois. Ces deux volumes ont été publiés dans l'Imprimerie de l'Université de Coïmbre

---

[1] Mr. Jöaquim Martins de Carvalho — *Apontamentos para a historia contemporanea*, pag. VI.

pendant quatre années, de 1872 à 1875. Dans chaque volume on trouve une notice biographique de chaque auteur; c'est-à-dire, un récit sommaire des principaux faits de sa vie; ainsi qu'une indication rapide des causes qui ont donné lieu à la composition de l'ouvrage dont on rend compte. Enfin on ne passe pas en silence d'autres circonstances qui s'y rapportent, si elles nous ont semblé dignes d'être mentionnées.

Á tout cela nous avons ajouté quelques monographies, ou articles spéciaux; par exemple, sur les *Statuts* de notre université, sur les *Annuaires académiques,* sur les *Éphémérides astronomiques,* sur la revue intitulée *Institut* de Coïmbre, etc.

Nous aurions voulu que la Bibliographie de cette Imprimerie fût complète, et qu'elle remontât à la période de 1772, date de son installation dans son actuel bâtiment, qui est d'une grande étendue, grâce à la puissante protection du Marquis de Pombal; mais étant pauvre et n'ayant pas des protecteurs puissants, ce-n'est qu'avec peine que nous avons pu publier, à nos risques et périls, ces deux volumes, que cependant nous regardons comme pouvant être de quelque utilité pour le public lettré.

Le premier volume a été dédié au recteur de l'établissement, le deuxième l'a été au ministre de l'intérieur, qui est le chef supérieur du département de l'instruction publique.

Les portraits de ces deux personnages distingués accompagnent les exemplaires que nous envoyons à l'exposition internationale de Paris, après avoir obtenu à cet effet la permission nécessaire.

Nous avons fait voir en ce peu de mots quel est le but de cet envoi, et il nous sera doux d'apprendre qu'il pourra contribuer à faire connaître ce remarquable établissement, auquel nous avons l'honneur d'appartenir. *Est nobis voluise satis.*

Coïmbre, le 31 décembre 1877.

ANTOINE MARIE SEABRA D'ALBUQUERQUE.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

CARDOSO BORGES

At tu, qui transis, lacrymas huc fundito moestas
Blandos et flores, munere utroque pius.
C. B.

No campo da vida vai a morte ceifando com a fouce os mais selectos varões. Não cança o braço; e de dia para dia rareiam as fileiras e amiudam-se os crepes que denunciam as victimas.

Cabe-nos hoje a dolorosa missão de commemorar o fallecimento do sr. Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, antigo socio honorario do Instituto de Coimbra. Este venerando ancião, benemerito das letras patrias, professor indefesso, tendo completado 86 annos no dia 16 do corrente, logo no dia 21 cerrou os olhos á luz, legando fundas saudades aos seus amigos e um nome respeitado nos annaes do professorado.

É curto o elencho das suas obras, mas abundante o proveito da sua lição. Singularmente versado na lingua latina, a sua escripta resente-se do seu estudo predilecto, e por isso os seus livros apresentam uma dicção didactica, vasada nos moldes d'um notavel e purissimo atticismo. E d'aqui se vê quão uteis se tornam para os moços estudiosos, que libam o mel da doutrina nas flores d'uma linguagem elegantissima.

O Instituto honrava-se em contal-o no seu gremio, e elle honrou por vezes estas paginas com algumas das suas composições mais notaveis. Commemorando a sua morte, derramamos tambem tristes lagrimas de amigo sobre a sua campa, e seremos sempre gratos á sua memoria saudosissima.

A. A. F. P.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA

L'hypothèse est donc le facteur essentiel des sciences. Une idée anticipée ou une hypothèse, dit M. Claude Bernard, est le point de départ de tout raisonnement expérimental.

E. Naville.

INTRODUCÇÃO

PRIMEIRA PARTE

O pequeno ensaio que hoje começamos a publicar foi concebido e na maior parte escripto em 1861 e 1862, quando ainda cursavamos a Universidade de Coimbra. Era então destinado a fazer parte d'um trabalho maior, que tinha por objecto toda a vida psychologica, desde os factos mais elementares da consciencia até ás suas manifestações mais complexas na vida moral, juridica e economica. Interrompidos, porém, estes estudos, e postos de parte durante annos, ficou aquelle primeiro ensaio tambem posto de lado esperando a sorte dos outros. Mas reflectindo nas difficuldades de realisar estes trabalhos na sua totalidade, e seguindo o exemplo de muitos escriptores illustres, resolvemos ir publicando successivamente os estudos que formos concluindo, porque d'este modo facilitamos a publicação do nosso trabalho e ao mesmo tempo abrimos uma porta para o seu aperfeiçoamento.

Todas as partes pois que forem apparecendo representam fra-

gmentos d'um mesmo pensamento, e formarão no futuro os diversos capitulos d'uma só obra, se tivermos forças e tempo para a concluir.

Demanda, porém, esta resolução uma explicação previa sobre o plano geral de todos estes estudos, bem como sobre o espirito e idêas fundamentaes que presidem a todos elles. É este o fim da presente introducção, em que resumiremos o mais possivel o que depois desenvolvidamente tractaremos em differentes capitulos especiaes.

Synthese espiritual é o titulo geral d'esta obra, que se divide em tres partes:

1.ª Synthese da vida intellectual;

2.ª Synthese da vida affectiva;

3.ª Synthese da vida voluntaria.

Na synthese da vida intellectual tractaremos em primeiro logar das intuições concretas [1] e suas condições; em seguida das intuições abstractas e outras operações da intelligencia, e finalmente dos methodos applicados nas differentes sciencias, e das idêas que lhe servem de base, consideradas na sua origem e desenvolvimento historico.

A synthese da vida affectiva tem por objecto as emoções, os differentes sentimentos que movem e agitam mais ou menos profundamente todos os seres dotados de intelligencia.

A terceira e ultima synthese occupa-se já das relações da vontade com as outras faculdades e forças que constituem o homem (vida moral), já das relações das vontades individuaes entre si (vida juridica), já das relações da vontade individual e collectiva com o mundo exterior, que tem de modificar para a satisfação das suas necessidades ou cumprimento das condições da sua existencia (vida economica).

---

[1] Empregamos esta palavra — intuição — para designar em geral todos os factos intellectuaes que se não podem reduzir ao senso interno e externo, e que tem por fim completal-o. Neste sentido a abstracção, a generalisação, o raciocinio, etc., podem ser considerados como especies de intuições, assim como os factos que muitos psychologos designam pelos termos — percepção e apercepção, etc., etc.

O presente ensaio fórma parte integrante d'esta ultima synthese; o seu fim é (como diria E. Haeckel) mostrar qual o substratum constante de todo o facto juridico, ou, por outros termos, indicar quaes os elementos de cuja combinação resulta a vida juridica, desde as relações mais simples, que designamos pela palavra liberdade, até ás mais complexas, que constituem o governo, a lei, a justiça. Este ensaio servirá ao mesmo tempo de introducção ao estudo synthetico da nossa legislação actual, trabalho este em que serão mais largamente desenvolvidas as idêas que aqui expomos debaixo d'um ponto de vista puramente theorico, e com o principal intuito de tornar bem patente a sua intima e necessaria connexão.

A comprehensão dos laços, que das differentes relações juridicas formam um todo organico, é tão indispensavel que sem ella não existe sciencia do direito, mas uma collecção de conhecimentos e preceitos mais ou menos exactos, mais ou menos uteis na vida practica. Assim como a arte é, segundo a expressão feliz d'um grande escriptor francez, a natureza concentrada, assim tambem a sciencia na sua significação mais elevada é a concentração, a systematisação dos conhecimentos humanos.

Tanto o artista como o homem de sciencia precisam de ter uma intuição viva e profunda da realidade; o artista reveste a idêa com as fórmas da imaginação, anima-a com o calor do sentimento; o pensador, o homem de sciencia submette-a á reflexão, decompõe-a nos seus elementos, faz d'ella um cadaver para depois a resuscitar, mais clara, mais lucida, mais perfeita. A sciencia e a philosophia começam pela duvida e pela critica, não das faculdades, o que implica contradicção, mas das idêas e dos conhecimentos.

Damos a todos estes estudos a designação commum de syntheses, não porque desprezemos a analyse, e desconheçamos a sua necessidade para a formação d'uma synthese solidamente assente sobre a realidade; mas porque na exposição das idêas seguimos quanto podemos o preceito de methodo, que manda partir das noções mais simples para as mais complexas, das mais abstractas e geraes para as mais concretas e particulares. Este preceito não

tem apenas um valor subjectivo, mas tambem a pressão do processo da vida universal que se desenvolve segundo um plano synthetico, do simples para o complexo, do homogeneo para o heterogeneo, da maxima independencia e generalidade para a maxima complicação e particularidade.

Pondo, porém, de lado o alcance objectivo d'esta lei de methodo, é incontestavel que todos os grandes pensadores a tem respeitado. Hegel, ao mesmo tempo que affirma a identidade das idêas e das cousas, do racional e do real, parte da idêa mais simples e abstracta, a do ser puro, e pretende deduzir d'ella, em virtude da sua dialectica transcendental, não só as categorias da logica objectiva e subjectiva, mas ainda todas as manifestações da natureza e do espirito. A. Comte, o fundador do positivismo, classifica as sciencias segundo a ordem da sua complicação crescente, formando de todas uma hierarchia, uma serie, cujo primeiro termo é constituido pela sciencia mais simples, o ultimo pela mais complexa, e sustenta ao mesmo tempo que a ordem da sua constituição tem sido esta. M. Littré, um dos maiores vultos scientificos e litterarios da França, resumindo as idêas do mestre, diz-nos que este methodo corresponde á ordem natural, historica e didactica.

Em harmonia com estas mesmas idêas, apezar de divergencias importantes, escreve M. H. Spencer, quando expõe a sua theoria da evolução, da passagem do homogeneo para o heterogeneo, por meio de differenciações graduaes e successivas. Seria longo, e não vem para o nosso proposito, mostrar a grande concordancia da maioria dos pensadores, tanto antigos como modernos, sobre esta lei que tanto domina o espirito humano, como a propria realidade que nelle se reflecte.

Deixemos pois a historia, e entremos numa breve analyse das principaes operações da intelligencia na investigação scientifica, bem como das idêas fundamentaes que d'ellas resultam.

O denominado methodo experimental, que tanto tem feito progredir as sciencias nestes ultimos seculos, compõe-se de duas operações distinctas, a analyse e a synthese, e suppõe além do senso interno e externo a intuição intellectual. Toda a investigação

contém uma observação, uma conjectura ou hypothese, e uma verificação ou experimentação. A observação representa os dados dos sentidos e da consciencia, a hypothese, a intuição intellectual, a verificação ou experimentação é uma combinação da observação e da intuição, é uma modificação d'aquella por esta, e d'esta por aquella com o fim de mutuamente se corrigirem.

Diz o notavel physiologista francez, M. Claude Bernard: «O methodo experimental e os processos de investigação apresentam uma analogia completa nas sciencias physico-chimicas e na sciencia dos corpos vivos. O physiologista, como o chimico, não póde conhecer perfeitamente um phenomeno senão quando consegue isolar completamente cada um dos seus elementos, e reproduzil-o associando-os de novo. É-lhe indispensavel, numa palavra, decompor e recompor. Para este effeito deve descer até ao que ha de mais intimo no organismo, estudar-lhe cada um dos seus elementos, do mesmo modo que o chimico penetra na intimidade dos corpos compostos e estuda cada um dos corpos simples que os compõem.»

Não basta, porém, decompor a realidade que se pretende conhecer e explicar; é indispensavel, além d'isso, fazer uma idêa exacta das novas qualidades que adquirem os elementos depois da sua combinação.

A analyse é necessaria como um trabalho preparatorio; é por ella que o espirito se eleva ao geral e ao universal decompondo o conhecimento nos seus elementos geradores. Para chegar porém a depurar e distinguir bem estes elementos geradores de todos os outros, é forçoso primeiro comprehendel-os; logo toda a analyse, toda a synthese suppõe a intuição intellectual que a explica e fundamenta, e é ao mesmo tempo por ella corrigida, esclarecida, fortificada.

Conhecimento immediato ou intuição concreta, analyse e synthese são pois tres momentos indispensaveis do pensamento. As intuições, ao principio, quando se formam por occasião das sensações são concretas e particulares, referem-se a dados seres em determinados momentos da sua existencia. Tendem, porém, constantemente a transformar-se de concretas e particulares em abstractas e geraes.

Esta transformação, filha das leis da propria intelligencia, que como todas as existencias se desenvolve destacando cada vez mais os seus elementos, é muito auxiliada pela influencia que a vontade exerce sobre todas as faculdades. D'aqui provém que as primeiras manifestações da intelligencia são por muitos philosophos chamadas espontaneas, as ultimas reflectidas. Cumpre, todavia, notar que nesta transformação a parte principal pertence á intelligencia, ás suas leis privativas, e não á vontade.

As intuições concretas, assim como a abstracção e todas as outras operações intellectuaes que sobre ella assentam, são factos necessarios para a comprehensão da realidade, e constituem o fundo de toda a vida intellectual. Á abstracção que separa os elementos segue-se a comparação que distingue e identifica, que reconhece similhanças e differenças. São operações distinctas mas intimamente ligadas, produzindo a primeira as idêas abstractas de ser, tempo, espaço, força, que representam outros tantos aspectos da realidade e outros tantos elementos da intuição concreta; originando a segunda as noções geraes das differentes existencias que compõem o universo; noções estas que têm necessariamente alguma cousa da natureza das primeiras.

Abstracção ou affirmação de cada elemento isolado, distincção ou reconhecimento das differenças que os separam de todos os outros, identificação ou reconhecimento dos elementos communs a mais d'uma existencia e intuição, taes são as principaes operações reflectidas do espirito humano, de que a analyse e a synthese, a inducção e a deducção são manifestações diversas.

A analyse é a intuição partindo de muitos factos particulares, complexos, para chegar aos seus elementos communs; a synthese é a intuição partindo d'estes elementos, e compondo por addições successivas as differentes existencias particulares.

A inducção e a deducção são verdadeiras identificações, ou, como se exprime o distincto psychologo inglez, o sr. A. Bain, generalisações da experiencia [1].

[1] Vide *Logique inductive et deductive*, traducção de M. G. Compayré.

Da elaboração intellectual que acabamos de resumir, da analyse das differentes intuições concretas, da consideração dos seus diversos aspectos, da comparação d'estes entre si resultam tres classes de affirmações; umas que têm por objecto o singular, o individual; outras o geral; outras o universal.

Effectivamente toda a intuição concreta recahe sobre um determinado phenomeno, e todo o phenomeno não só tem characteres communs com outros phenomenos, com os quaes fórma um grupo distincto d'outros grupos; mas ainda involve em si elementos e condições universaes, que se repetem invariavelmente em todas as classes de phenomenos. Ao primeiro d'estes aspectos correspondem as investigações e as sciencias que têm por objecto os phenomenos que realmente existem ou existiram, ao segundo as sciencias que estudam os diversos phenomenos, abstrahindo da sua existencia real, e considerando-os apenas nas suas relações de similhança e differença de coexistencia e successão, ao terceiro as especulações que versam sobre o universal, isto é, sobre aquelles elementos e condições, sem as quaes a intelligencia humana não póde comprehender phenomeno algum.

Pertencem a esta ultima classe as idêas de ser, força, capacidade e lei, — a primeira representa a maxima indeterminação do pensamento, aquelle ponto de vista em que tudo se identifica, — as ultimas tres explicam as differenciações successivas da realidade, bem como a ordem que nellas reina, os laços que as prendem num todo harmonico [1].

---

[1] Escriptores muito notaveis sustentam que a intelligencia humana se deve desviar das especulações sobre as substancias e forças; outros, como o notavel escriptor francez, M. Cournot [1], não combatendo a idêa de força, affirma que a idêa de substancia tem sido origem das maiores perturbações e desvios na sciencia. Nós não pretendemos contestar as affirmações do illustre philosopho, porque são verdadeiras desde o momento em que se considera a substancia no sentido a que elle se refere; mas não é este o o alcance que damos a este termo. Se a força só por si explicasse todos os phenomenos, é claro que ou teriamos de eliminar da sciencia a palavra —

[1] *Matérialisme, vitalisme, rationalisme,* par Cournot, pagg. 111-112.

Designaremos pela palavra — substancia — a união d'estes tres ultimos elementos, porque todos elles exprimem o substratum geral e necessario de toda a realidade. As nossas crenças mais espontaneas como as acções as mais vulgares suppõem a existencia d'estas idêas muito antes dos trabalhos de analyse e investigação scientifica terem confirmado a sua existencia e necessidade.

Seja qual for a ordem de cousas a que a intelligencia se applique, todas as idêas que a intuição gera implicam necessariamente a de força, capacidade e lei; não porque estas idêas sejam innatas ou existam anteriormente no espirito, mas porque são elementos integrantes de toda a concepção da realidade.

Nasce o homem para a vida, e immediatamente recebe impressões a que responde com movimentos e com esforços, cujo fim incontestavel é actuar sobre esse ser, objecto ou poder que o impressiona, sujeitando para este effeito as suas acções a certas e determinadas condições.

Estas acções e reacções, que constituem o fundo, a essencia da vida humana, incertas, vacillantes, imperfeitas na criança que apenas viu a luz do dia, adquirem gradual e successivamente uma energia e precisão extraordinarias. De instinctivas que eram, transformam-se em conscientes e reflectidas, mostrando cada vez mais a intuição, a idêa, o pensamento que nellas estava involvido, e de que depois a philosophia, a sciencia fará a chave, o principio, o fundamento de todas as suas explicações.

Effectivamente, analysando o complexo d'estes factos, distinguindo-os bem uns dos outros, encontramos tres crenças, ou intuições, sem as quaes não podem ser racionalmente interpretados. A primeira d'estas é a crença no mundo exterior, que concebemos

---

substancia —, ou empregal-a como synonyma de força; como, porém, em todo o ser reconhecemos a necessidade de admittir, além da actividade, a passividade e a lei, empregamos a palavra — substancia — para designar a idêa de ser determinada pelas idêas de força, capacidade e lei.

Não ha inconveniente para a sciencia em modificar o sentido em que geralmente são interpretadas certas palavras, desde o momento em que se definem de modo que não sejam possiveis os equivocos.

como uma força ou complexo de forças, que, actuando em nós, produzem as sensações; a segunda é a crença no poder que temos de modificar essas forças, impedindo ou renovando d'este modo as nossas impressões, conforme nos são agradaveis ou desagradaveis; a terceira é a convicção de que para este fim é indispensavel sujeitar as nossas acções a determinado processo, norma ou regra, de cuja observação depende a sua efficacia.

A idêa de força penetra pois em nós com a actividade dos sentidos, fortifica-se e desenvolve-se com a consciencia da nossa propria força e actividade. A sua origem por consequencia não é, como muitos philosophos pretendem, filha da consciencia do poder voluntario, mas d'uma intuição necessaria e primitiva. Se não acreditassemos na existencia do mundo exterior, de certo que não tentariamos modifical-o.

Mas ao mesmo tempo que concebemos o mundo exterior como uma força ou forças, consideramo-nos como uma capacidade ou ser passivo; e ao mesmo tempo que acreditamos na efficacia da nossa acção sobre o mundo exterior, concebemos necessariamente este como uma capacidade. Logo, todos os seres de que temos conhecimento são activos e passivos na sua essencia mais geral, e não é possivel, como fazem muitos philosophos, separar a actividade da passividade, a força da capacidade, admittindo a distincção entre seres extensos, materiaes, puramente passivos, e seres inextensos, immateriaes representantes das forças. Leibnitz viu perfeitamente o erro dos antigos escholasticos, mas esquecendo ou desprezando o que havia de verdadeiro na sua concepção, em logar de remontar a uma idêa, que conciliasse os dois elementos de opposição necessarios á vida, deu-nos a monada, cujo fundo é a força, como principio de todas as acções e mudanças. Partindo pois d'uma idêa necessaria, mas negando outra egualmente necessaria, viu-se logo na impossibilidade de comprehender a acção mutua dos seres uns sobre os outros, e teve de recorrer á hypothese da harmonia preestabelecida para explicar as relações intimas que fazem de todos os seres um todo entre cujas partes existe uma perfeita solidariedade. Segundo esta hypothese os seres não actuam uns sobre os outros (*propterea quod causa externa*

in ejus interius influere nequit), mas desenvolvem-se parallelamente em conformidade com um certo plano harmonico. Victor Cousin, criticando a concepção de Leibnitz, fazendo sentir a falta, o erro em que labora o systema metaphysico d'este grande pensador, cahe num erro maior, adopta de algum modo a theoria metaphysica que dominou na edade media e de que se afastaram com razão Leibnitz e a sciencia moderna. Effectivamente Cousin, longe de considerar a capacidade, a passividade, como uma das faces, um dos elementos necessarios de todo o ser, da mesma categoria ou classe que a força, e como ella egualmente necessaria, recorre á extensão, á materia, e fal-a representar a passividade, combatendo ao mesmo tempo a theoria de Leibnitz sobre a extensão e o espaço. Diz elle:

«Il s'agit, en bonne métaphysique, d'expliquer le sens commun et non de lui donner un démenti, comme le fait Leibnitz; car, au lieu de l'espace reel, il met une pure relation; et au lieu de corps, au lieu d'une matière réelle, étendue et se mouvant dans l'espace, il met des monades, des forces simples et inétendues qui par elles mêmes et par leurs rapports, quels qu'ils puissent être, sont radicalement incapables de constituer ni le continu, limité que je touche, ni le continu indéfini ou infini que je ne puis pas ne concevoir, c'est-à-dire ni les corps qui sont dans l'espace ni l'espace qui les contient.

«Il n'y a donc plus d'espace, plus de corps, plus de matière; il n'y a plus que de l'esprit dans l'univers. Oui, sans doute il y a partout de l'esprit, de la force, de la vie; nous en sommes très-convaincu, ainsi que le genre humain; mais avec le genre humain, nous croyons aussi que sous les forces qui animent la nature et sous les lois qui y président, sous la vie universelle est cachée un inévitable et inexplicable fond que Platon appelait je ne sais quoi indéfini et indeterminé... Aristote la matière première, et Descartes la matière aussi, la matière sans forme, ayant l'étendue pour premier attribut, et attendant l'esprit, la force, le mouvement pour revêtir successivement toutes les formes [1].»

---

[1] Vide Cousin — *Histoire générale de la Philosophie*, pagg. 478 e 479.

Com este distincto psychologo e eloquente historiador da philosophia, tambem nós queremos o respeito pelos dados fundamentaes do senso interno e externo, como elle tambem não desejamos levantar uma philosophia que seja a negação das crenças ou intuições espontaneas do senso commum; mas a sciencia e a philosophia são mais alguma cousa do que o senso commum, e embora aquellas tenham a mesma origem que este — a intelligencia humana —, é comtudo certo que o seu fim é explicar e desenvolver as intuições espontaneas, harmonisal-as entre si, formar d'ellas um systema que represente a propria ordem da realidade.

Ora para este fim não é necessario reduzir o universo a puros espiritos, mas remontar aos seus elementos mais simples; não é preciso negar os corpos ou a materia tangivel, mas fazel-a entrar na concepção geral affirmando-lhe a substancialidade, como principio commum, e distinguindo-a pelos seus characteres privativos, a extensão, o peso, a resistencia; não é indispensavel negar a extensão, mas consideral-a como o phenomeno primitivo universal que resulta da simultaneidade de acção de muitas forças; não é forçoso negar o espaço, mas consideral-o como o complexo das relações de coexistencia dos elementos primarios, assim como o tempo é o complexo das relações de successão.

O espaço e o tempo não são unicamente condições da nossa sensibilidade, como affirmava Kant; não são tambem realidades absolutas de que dependem todos os phenomenos, mas são relações objectivas, ou, para nos exprimirmos como Leibnitz, «non res, sed ordines rerum.» Victor Cousin, para salvar o que chama as intuições ou crenças espontaneas, começa por affirmar uma entidade imaginaria, um principio inerte que serve de fundo ás forças, a materia sem fórma de Aristoteles, dando-lhe por primeiro attributo a extensão, e separando-a das forças, do movimento, do espirito.

É simplesmente contradizer aquelle senso commum que tanto apregôa é não fazer caso das intuições primitivas, segundo as quaes acreditamos que o universo é alguma cousa que actua sobre nós, e é actuado por nós, é desprezar aquelle facto da consciencia universal que Fichte (apezar de ser o philosopho do eu

absoluto) tão bem exprimia quando affirmava que, o [1] não eu determinava o eu, e o eu o não eu.

Não obstante todo o respeito devido ao grande genio de Aristoteles, pensamos da materia o mesmo que o illustre mathematico e distincto philosopho francez, M. Cournot, pensava da substancia considerada como um sustentaculo das forças; entendemos que a sciencia e a philosophia moderna ou tem de banir da sua terminologia a palavra materia, ou empregar esta expressão para designar não um principio, mas uma phase, uma manifestação das existencias substanciaes.

Pondo de lado as idêas de ser puro, qualidade e quantidade, ultimos productos da abstracção, o que nós conhecemos de mais geral sobre o universo reduz-se em ultima analyse a acções e reacções, que suppõem substancias actuando-se mutuamente, segundo uma ordem determinada. A substancia pois não é uma pura capacidade, nem uma pura força, nem um sustentaculo de forças, ou o que subsiste por si, segundo a concepção de Descartes e Espinosa, mas um principio ou elemento que se nos revela por uma actividade e passividade sujeita a leis. É esta a concepção que o senso interno e externo suggere ao espirito, e sem a qual os dados fragmentarios da observação não podem ser bem interpretados e comprehendidos.

A acção e a reacção, implicando a existencia de duas ou mais substancias, involvem ao mesmo tempo a idêa de espaço que se reduz á da coexistencia das substancias; mas quando o espirito por um esforço de abstracção separa os elementos primarios, para os considerar apenas em si fóra das suas relações, encontra apenas como seus attributos essenciaes a força, a capacidade e a necessidade ou lei, e vê-se obrigado a negar-lhe a extensão, porque esta, como o espaço, suppõe relações entre os elementos primarios e pertence por esta razão a uma categoria de idêas mais complexas. E não se objecte com a impossibilidade de comprehender como elementos inextensos possam constituir a extensão,

[1] Vide *Histoire de la Philosophie All. de Willm*, tomo 2.º, pag. 338.

porque, sendo esta uma relação entre dois ou mais termos, necessariamente deve differir de cada um d'esses termos considerados apenas em si.

O grande genio de Leibnitz não se afastava pois do methodo rigoroso da sciencia quando remontava aos elementos, ás monadas e as depurava de todos os attributos derivados, affirmando que sem atomos de substancia, sem unidades reaes, sem os pontos metaphysicos não era possivel conceber cousa alguma de substancial. Mas ao mesmo tempo que introduzia na idêa de substancia a força, a potentia activa que os escholasticos viam fóra d'ella, esquecia-se da «potentia nuda,» da capacidade, ou, melhor, excluia-a affirmando «propterea quod causa externa in ejus interius influere nequit.»

Esta negação da passividade, como modo de ser em todos os elementos primarios ou monadas, deu em resultado no systema de Leibnitz a hypothese da harmonia preestabelecida; e levada ás consequencias logicas que d'ella naturalmente se podem deduzir, é a origem do idealismo o mais absoluto, do idealismo tal como se nos revela em Hegel, que se não limita a affirmar a idêa como elemento distincto da sensação e tendo um valor objectivo, mas que vai mais longe, e que affirma que a noção, a idêa é o principio de tudo.

Leibnitz ainda admitte a pluralidade de substancias como elementos necessarios para a concepção da realidade; Hegel, acceitando os dados fundamentaes da concepção leibnitziana, tira-lhe a consequencia ultima, levanta-se a um principio superior, a noção, a idêa, que pela sua propria actividade, sem receber de fóra impulso ou materia, produz a natureza e o espirito, o universo e o conhecimento universal.

Effectivamente, para escapar ao idealismo é indispensavel reconhecer a acção directa e immediata do mundo sobre nós e de nós sobre o mundo, é de absoluta necessidade não cavar um abysmo entre o eu e o não eu, considerando-os como substancias de natureza inteiramente diversa, e podendo desenvolver a sua actividade independentemente um do outro. Leibnitz deu o primeiro passo neste sentido, reconhecendo que os elementos dos

corpos eram alguma cousa de analogo ás almas, mas ficou a meio caminho como acabamos de ver [1].

(Continúa) FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA.

---

[1] Todo o pensamento metaphysico de Leibnitz, a que nos referimos, está admiravelmente concentrado nos seguintes trechos que extrahimos das suas obras.

«Cependant s'il n'y avait point de véritables unités substantielles, il n'y aurait rien de substantiel ni de réel dans la collection. C'était ce qui avait forcé Mr. Cordemoi à abandonner Descartes, en embrassant la doctrine de Démocrite, pour trouver une véritable unité. Mais les atomes de matière sont contraires à la raison: autre qu'ils sont encore composés de parties; puisque l'attachement invincible d'une partie à l'autre (quand on le pourrait concevoir ou supposer avec raison), ne détruirait point leur diversité. Il n'y a que les *atomes* de substance, c'est-à-dire, les unités réelles et absolument destituées de parties, qui soient les sources des actions et les prémiers principes absolus de la composition des choses, et comme les derniers éléments de l'analyse des substances. On les pourrait appeller points métaphysiques: ils ont quelque *chose de vital et une espèce de perception*, et les points mathématiques sont leur *point de vue* pour exprimer l'Univers.

«Mais quand les substances corporelles sont resserrées, tous leurs organes ensemble ne font qu'un *point physique* à notre egard. Ainsi les points physiques ne sont indivisibles qu'en apparence: les points mathématiques que des modalités: il n'y a que les points métaphysiques ou de substance (constitués par les formes ou âmes) qui soient exacts ou réels; et sans eux il n'y aurait rien de réel, puisque sans les véritables unités il n'y aurait point de multitude.

«Cujus rei ut aliquem gustum dem, dicam interim, notionem virium seu virtutis (quam Germani vocant *Kraffit*, Galli la force) cui ego explicandae peculiarem Dynamices scientiam destinavi, plurimum lucis afferre ad veram notionem substantiae intelligendam. Differt enim vis activa a potentia nuda vulgo scholis cognita, quod potentia activa Scholasticorum, seu facultas, nihil aliud est quam propinqua agendi possibilitas, quae tamen aliena excitatione, et velut stimulo indiget, ut in actum transferatur.

«Sequitur ex hactenus dictis, mutationes naturales monadum a principio interno proficisci, propterea quod causa externa in ejus interius influere nequit. Et generaliter affirmare licet, vim non esse nisi principium mutationum.»

Gothofredi Guillelmi Leibnitii Opera omnia, tomo 2.º, pagg. 19, 21, 46 e 53.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ

(Continuado do n.º 6, pagina 267)

Filicis.

Polypodiaceae. *R. Br.*

CETERACH OFFICINARUM. C. Bauh.

(Asplenium Ceterach. L.; Grammitis Ceterach. Sw.; Scolopendrium Ceterach. Sm.; Gymnogramma Ceterach. Spr.)

Doiradinha. Herva doirada.

Hab. em Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. no estio e outomno.

P. u. as frondes.

Emp. como peitoral, detersiva, diuretica e adstringente [1].

POLYPODIUM VULGARE. L.

(Polypodium polymorphum. Villers.)

Polypodio, feto doce.

Hab. em Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. no estio.

P. u. os rhizomas [2].

Emp. como anthelmintico, outr'ora attribuia-se-lhe virtudes laxantes. Pouco usado.

---

[1] Nas vizinhanças de Coimbra o povo usa um xarope feito como as frondes d'esta planta para debelar a coqueluche.

[2] As frondes d'este feto, foram antigamente muito empregadas na medicina, hoje porém está quasi abandonado o seu uso.

ADIANTHUM CAPILLUS-VENERIS. L.

Avença, avenca, capillaria.

Hab. em Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. no estio.

P. u. as frondes.

Emp. como emolliente e peitoral.

PTERIS AQUILINA. L.

Feto femea das boticas, feto ordinario.

Hab. em Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. no estio.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anthelmintico, podendo-se usar na falta do feto macho. Pouco usado.

ASPLENIUM RUTA-MURARIA. L.

Ruta muraria, paronychia de Mathiola, avenca branca, arruda dos muros.

Hab. na Beira meridional juncto do Tejo, no Minho e Trás-os-Montes.

Flor. desde abril a outubro.

P. u. as frondes.

Emp. como emenagoga e peitoral. Pouco usado.

ASPLENIUM TRICHOMANOIDES. Cav.

(A. Trichomanes. L.)

Avencão, Polytricho das boticas.

Hab. nas proximidades de Coimbra, assim como na parte septemptrional do paiz.

Flor. desde abril a setembro.

P. u. as frondes.

Emp. como emenagoga e peitoral [1]. Pouco usado.

ASPLENIUM ADIANTHUM NIGRUM. L.

Avenca negra.

Hab. nas proximidades de Coimbra e em toda a Beira.

---

[1] Texidor y Cos diz que este feto é empregado com frequencia na medicina e particularmente nos hospitaes, em Hespanha.

Flor. desde maio a setembro.

P. u. as frondes.

Emp. como peitoral e diuretico [1]. Pouco usado.

ATHYRIUM FILIX FOEMINA. Rth.

(Polypodium Filix foemina. L.)

Feto femea dos Italianos.

Hab. nas proximidades de Coimbra e em quasi toda a parte septemptrional do paiz.

Flor. no estio.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anthelmintico. Pouco usado.

SCOLOPENDRIUM OFFICINALE. Sm.

(Sc. Lingua. Cav.; Sc. Phyllitis. Rth.; Asplenium Scolopendrium. L.)

Lingua servina, lingua de boi, escolopendrio.

Hab. nas proximidades de Coimbra, e na parte septemptrional do paiz.

Flor. desde maio a setembro.

P. u. as frondes.

Emp. como peitoral e emolliente. Pouco usado.

ASPIDIUM ACULEATUM. Koch.

(Polypodium aculeatum. L.; Tectaria aculeata. Cav.; Nephrodium aculeatum. Coss. et Germ.)

Hab. nas proximidades de Coimbra e nas provincias da Beira, Minho e Trás-os-Montes.

Flor. no estio.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anthelmintico. Pouco usado.

POLYSTICHUM FILIX-MAS. Rth.

(Polypodium Filix-mas. L.; Nephrodium Filix-mas. Coss. et Germ.; Aspidium Filix-mas. Sw.)

---

[1] Em Hespanha usam das frondes d'este feto em logar da avenca e no commercio vende-se repetidas vezes, como se fôra avenca do Canada. Adiantum pedatum. L. (Texidor y Cos).

Feto macho. Dentebrura.

Hab. nas proximidades de Coimbra e em todas as nossas provincias septemptrionaes.

Flor. desde maio a setembro.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anthelmintico de reconhecida efficacia.

POLYSTICHUM CRISTATUM. Rth.

(Polypodium cristatum. L.; Tectaria cristata. Cav.; Polystichum Callipteris. D. C.; Nephrodium Callipteris. Coss. et Germ.)

Hab. em alguns pontos do nosso paiz (Welw.)

Flor. em julho e agosto.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anthelmintico. Pouco usado.

POLYSTICHUM SPINULOSUM. D. C.

(Aspidium spinulosum. Sw.; Nephrodium spinulosum. Desv.; Polypodium cristatum. Vill. non L.)

Hab. em alguns pontos do nosso paiz (Welw.)

Flor. desde junho a setembro.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anthelmintico. Pouco usado.

Osmundaceae. *Mart.*

OSMUNDA REGALIS. L.

Feto real.

Hab. nas proximidades de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz, com especialidade na Beira.

Flor. desde maio a setembro.

P. u. os rhizomas.

Emp. como diuretico. Pouco usado.

Selagines.

Lycopodiaceae. *D. C.*

LYCOPODIUM CLAVATUM. L.

Lycopodio, pé de lobo.

Hab. em alguns pontos do paiz nos montes elevados (Vand.)

Flor. em agosto e setembro.

P. u. os esporos.

Emp. para polvilhar as excoriações e erythemas em adultos e crianças, assim como para involver as pilulas.

(Continúa).

ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ADVERTENCIA

O auctor da poesia seguinte é o sr. Henri Faure, irmão do distincto professor do lyceu de Leiria, o sr. Francisco Guilherme José Faure, a quem é dedicada, e ambos socios correspondentes do Instituto.

No ultimo anno veio o sr. H. Faure a Portugal, e nesta composição poetica deixou impressas saudosas reminiscencias da sua viagem. E archivamos no nosso jornal o seu trabalho, porque folgamos sempre quando extrangeiros fazem justiça ao nosso paiz e se inspiram com o nosso clima e com a nossa vida socegada, elles receiosos sempre das tempestades politicas.

Nasceu este poeta em Attainville proximo de París no anno de 1826. Na edade propria completou os seus estudos, dedicando-se depois ao magisterio nos lyceus de Avignon, Toulouse e Moulins. Nesta ultima cidade casou com M.lle Joséphine Walelet, filha d'um banqueiro. Licenciou-se então do ensino, e dedicou-se exclusivamente á cultura das lettras, aos negocios da sua casa e educação de seus filhos. É doutor em Lettras, cavalleiro da ordem portugueza da Conceição, e socio de varias Academias e Associações litterarias.

Tem publicado obras de muito merecimento litterario, e uma d'ellas relativa á nossa peninsula — *De maritima veterum Hispania.* — E sabemos que conserva ainda ineditos dois dramas em verso, *Henry* IV e *M.me Roland.*

A. A. F. P.

SAN PEDRO DE MUEL

A mon frère:
Souvenir des vacances de 1877.

Comme un nid d'alcyons caché dans une crique,
Au fond d'un repli sûr de la côte ibérique,
Dans un vallon riant qu'arrose un filet d'eau,
Au pied d'un bois de pins, est bâti San Pedro.
Pour l'atteindre il n'est pas de route carrossable:
Il faut longtemps braver la chaleur et le sable,
Et n'était le secours d'ânes, petits mais forts,
Le beau sexe ferait d'inutiles efforts.
Mais grâce au doux appui de son humble monture,
La beauté, sans fatigue admirant la nature,
Goûte l'ombrage frais de ces arbres bénis,
De ces arbres sauveurs, présent du roi Denis [1].

[1] Ce *Pinhal*, ou bois de pins, qu'il faut traverser pour aller à San Pedro, a été planté par ordre du roi Denis pour protéger le bassin du Lis contre l'envahissement des sables: il n'a pas moins de soixante-diz kilomètres de long sur dix à douze de large. L'exploitation, dirigée par un homme du plus grand mérite, M. João Maria de Magalhães, ingénieur, député de Leiria, etc., procure à l'Etat des sommes relativement considérables, tout en assurant un travail rémunérateur aux populations environnantes: aussi ce canton, où se trouve également la belle verrerie de Marinha-Grande, respire-t-il l'aissance et le bien-être. Avec l'autorisation du gouvernement, qui lui a permis d'employer à cet effet une partie des revenus de la forêt, M. de Magalhães, vient de fonder à Marinha un établissement modèle admirablement aménagé, où la résine du *Pinhal*, recueillie dans les meilleures conditions, grâce à un ingénieux perfectionnement, est transformée en huiles, en essences en pains de la plus grande pureté. Ces produits, transportés par un chemin de fer d'intérêt local jusqu'au petit port de San Martino, sont embarqués

Jadis, lorsque le vent qui passe sur la plage,
Secouait dans les airs la poudre du rivage,
Ce malheureux canton ne présentait à l'œil
Qu'un spectacle affligeant d'épouvante et de deuil;
Épouvante, en effet, car l'affreuse marée
Chaque jour approchait du cœur de la contrée,
Et l'on pouvait déjà calculer le moment
Où le Lis tarirait sous cet ensablement!
Denis de ce fléau sut dompter la furie;
Le peuple l'a nommé *Pére de la Patrie!*
O rois, pour protéger étendez votre main,
Vous serez comme lui l'honneur du genre humain:
Faire le bien, voilà la véritable gloire
Et la seule durable aux fastes de l'histoire!...

Modeste, San Pedro n'a jamais disputé
Aux grandes villes d'Eaux le prix de la beauté:
On n'y rencontre point le marbre, l'or, l'albâtre;

---

sur des caboteurs et de là vont à Lisbonne, à Porto et à l'étranger. Peut-être y aurait-il avantage pour nos savonneries à employer les résines de Marinha-Grande: quoiqu'il en soit, il ne saurait être indifférent au commerce qu'un centre important d'approvisionnement pour les produits résineux ait été créé près d'un port et sur une voie ferrée.—Dans l'établissement de Marinha nous avons eu le plaisir de voir rassemblés une partie des échantillons des bois que le gouvernement portugais doit exposer, l'an prochain, à Paris. A en juger par la beauté et la variété de ces échantillons, cette exposition sera certainement fort remarquée. Le soin de l'organiser a été confié à M. de Magalhães, qui avait déjà reçu la même mission à Vienne, où le jury a rendu un éclatant hommage à son bon goût non moins qu'à son savoir. Le Portugal ne saurait être représenté, dans cette occasion solennelle, par un homme plus compétent et plus sympathique: à toutes ses qualités aimables, à ses connaissances spéciales, M. de Magalhães joint un mérite bien précieux pour nous qui sommes en général peu versés dans l'étude des langues étrangères: il parle, il écrit très-purement le français. Cela n'étonnera point, lorsqu'on saura qu'il a suivi les cours de notre Ecole forestière de Nancy et qu'il a longtemps habité la France; il est donc pour nous presque un compatriote.

Il n'a ni casino, ni square, ni théâtre
Où, pour beaucoup d'argent, on entend mainte fois
Des artistes fourbus, des chanteuses sans voix;
Ni ces garçons d'hôtels, fracs noirs, cravates blanches,
Habiles à couper le rôt en minces tranches,
Plus habiles encore à gonfler le total
Quand vient de Rabelais le quart d'heure fatal;
Ni brillants magasins pour les folles emplettes;
Ni luxe tapageur, ni bruyantes toilettes
Qu'on croit devoir changer cinq à six fois par jour:
Que de robes, ô ciel! après un court sejour!
Dans le costume ici la contrainte est bannie;
La mode à San Pedro règne sans tyrannie,
Et pour ne traîner pas trois mètres après soi,
La robe du bon goût ne suit pas moins la loi.
La grâce paraît mieux; la marche, plus facile,
Ne semble pas singer celle du crocodile
Traçant dans la poussière un pénible sillon!
Gardez, tant qu'elle existe, ou pour votre salon,
Ou pour vos grands dîners cette queue incommode,
Mais ailleurs à l'utile asservissez la mode;
Surtout près de la mer, où qui ne peut marcher
Ressemble au zoophyte adhérent au rocher.

Sans bruyant casino, sans coquet équipage,
Sans théâtre, sans bals, sans robes à tapage,
Que San Pedro doit être un séjour ennuyeux?
L'ennui? Mais on ne voit que visages joyeux!
Le sourire est partout, dans les yeux, sur la bouche.
Qui s'en étonnerait quand, au saut de la couche,
On s'élance au plaisir! Le guetteur matinal
De l'heure favorable a donné le signal:
Ta ra ta ta ra ta! Le son de sa trompette,
Que d'échos en échos la falaise répète,
Réunit les baigneurs: on s'aborde gaîment,
On se serre la main avec empressement;

De l'absent on s'enquiert; il arrive, on l'appelle:
Retardataire! — Eh bien? — Savez-vous la nouvelle?
— Laquelle? Une baleine? Un vaisseau dans la port?
Une trombe?... — On nous dit que Monsieur Thiers est mort!
— Monsieur Thiers est malin; il simule peut-être
Une mort imprévue afin de mieux connaître
Ce que pensent de lui la France et l'étranger.
— Messieurs, la politique attriste; allons nager!
On se jette à la mer; contre le flot on lutte;
De la vague gonflée on n'attend pas la chute,
Mais lorsque, en s'élevant, elle gronde et blanchit,
D'un élan le nageur la perce, ou la franchit...

La faim vient promptement à pareils exercices.
A table! L'océan nous offre ses prémices,
Ses moules, ses homards et ses poissons exquis;
Les pastèques du val, le gibier du maquis,
La chère qu'on reçoit de la ville voisine,
Les fruits, tout donne un air de fête à la cuisine;
Et le thé, le café, le Porto, ce grand vin
Qui du plant de Noé directement nous vint!
Et l'eau «suprême bien» comme chante Pindare!
Une eau fraîche, limpide et saine, chose rare
Sur la côte où du sol, pénétré par la mer,
Ne jaillit qu'un liquide impur, saumâtre, amer.
Le déjeuner finit et chacun se disperse:
L'un fait la sieste, au bruit du flot sourd qui le berce;
Un autre, plus actif, de rochers en rochers
Déniche les *fucus* à la pierre attachés;
Espérant conquérir un nouveau coquillage,
Celui-ci, pas à pas, suit lentement la plage;
Le chasseur prend son arme et part avec son chien:
Ouvrez les yeux, perdrix; lièvres, écoutez bien;
Veillez, lapins, sinon gare la casserole!
Au dîner tous ensemble ils prendront la parole
Pour conter leurs exploits!... Le dîner achevé

—Vous l'auriez cru servi par Potel ou Chevet—
On se rend en famille au pied de la falaise;
On s'assied sur le roc et l'on contemple à l'aise
La vague s'empourprant aux derniers feux du jour:
L'horizon s'illumine et semble tour-à-tour
Un splendide volcan, un incendie immense!...
Le soleil, cependant, vers l'autre monde avance,
Et de l'étoile d'or la tremblante clarté
Donne au flot moins d'éclat mais non moins de beauté:
La mer devient d'argent et quand elle se brise,
Elle étend sur ses bords une nappe d'église
Dont la dentelle aurait vingt mètres de largeur!...
Mais le vent a fraîchi; sur toute sa longueur
L'onde écume, se heurte et jaillit sur la roche:
C'est une mer de lait qui de nos pieds s'approche!
Spectacle magnifique! Il est toujours nouveau
Quoique toujours le même, et toujours aussi beau!

Il fait nuit. Des enfants la troupe insatiable
Désire bien encor se rouler sur le sable;
Mais il faut se borner et l'on rentre au logis.
On devise sur tout; on chante en cercle assis;
On danse sans apprêt; on fait de la musique...
Enfin le sommeil vient: à l'océan magique
On dit, de sa fenêtre, un amical adieu;
Puis on s'endort content et remerciant Dieu.

C'est ainsi tous les jours: calme et douce est la vie.
Du tranquille bonheur de la Lusitanie
L'étranger pourrait voir l'image à San Pedro,
Ludovico rege, consule Carvalho [1].

H. Faure.

---

[1] L'imprimerie royale de Lisbonne vient de faire paraître une traduction portugaise d'*Hamlet*, dont le roi D. Louis est l'auteur anonyme. M. Peito de Carvalho est le préfet du département de Leiria, qui renferme San Pedro,

A NOVA UNIVERSIDADE DE AMSTERDAM

A Hollanda é um dos paizes da Europa, onde a instrucção publica se encontra mais diffundida em todos os seus gráus. Na instrucção superior, além das Escholas especiaes para todos os ramos dos serviços publicos, contava as tres Universidades de Leide, Utrecht e Groningue, e os dois Atheneus de Amsterdam e Deventer. Por uma lei votada em 1876 pelas côrtes hollandezas, foi concedido á cidade de Amsterdam fundar, á sua custa, uma quarta Universidade com os mesmos direitos e privilegios de que até hoje gozam as tres mencionadas Universidades.

Acceitando esta concessão, decidiu o Senado de Amsterdam que fosse extincto o Atheneu, que alli florecera com subidos creditos por quasi duzentos e cincoenta annos, e que, em seu logar, se fundasse uma Universidade, a qual, nem pelo numero dos seus

---

Marinha et San Martino dans sa circonscription. Jeune encore et doué de qualités éminentes qui, depuis longtemps, ont attiré sur lui l'attention du gouvernement, M. de Carvalho, refusant les postes les plus importants, s'efforce de faire de son département l'un des plus prospères du Portugal. Nul doute qu'il ne réussisse dans cette belle tâche et qu'il ne laisse à ses administrés actuels, lorsqu'il ne croira plus devoir résister à des sollicitations qui l'honorent, un souvenir cher et durable.

M. Peito de Carvalho est parfaitement secondé par M. A. B. de Figueiredo Perdigão, administrateur distingué, maire de Leiria, qui a su maintenir cette ville, modeste par le nombre de ses habitants, mais grande par ses souvenirs, au rang des plus belles et des plus riches du royaume.

Heureux les pays où les rois ont le loisir de cultiver les lettres, où les préfets vivent en complet accord avec les maires, pour le plus grand profit de tout et de tous, des hommes et des choses, et peuvent consacrer leur intelligence et leurs forces aux questions administratives, si graves et si multiples, sans se brûler constamment les pieds, comme il arrive souvent ailleurs, «sur les charbons ardents de la politique, mal recouverts d'une cendre trompeuse!»

professores, nem pelos seus rendimentos, ficasse inferior ás suas tres irmãs mais velhas.

Tendo esta decisão sido approvada por um decreto do actual rei de Hollanda, Guilherme III, foram transferidos os professores do Atheneu para a nova Universidade, e foram nomeados outros para completar o seu quadro.

No dia 15 de outubro ultimo, com grande solemnidade, e no meio das festas e regosijos proprios de similhantes actos, foi aberta a nova Universidade de Amsterdam, começando logo no dia seguinte os exercicios escholares nas diversas Faculdades.

De tudo isto acaba de dar parte á Universidade de Coimbra o Reitor e o Conselho Academico da Univerdade de Amsterdam.

Compõe-se a nova Universidade de cinco Faculdades:—1.ª Faculdade de Mathematica e Sciencias Physicas;—2.ª Faculdade de Lettras e de Philosophia;—3.ª Faculdade de Theologia;—4.ª Faculdade de Direito;—5.ª Faculdade de Medicina.

As disciplinas professadas em cada uma d'estas Faculdades estão divididas em diversas partes, cada uma das quaes, comprehendendo differentes materias, é regida por um só professor, que as ensina em dias alternados de cada semana.

Faculdade de Mathematica e Sciencias Physicas

1.ª Systema das phanerogamicas — Morphologia das phanerogamicas — Anatomia das plantas — Doutrina das Cryptogamicas — Pharmacognocia, e historia das plantas medicinaes.

Exercicios de descripção e classificação das plantas medicinaes.

Exercicios practicos para indagar a estructura das plantas.

Excursões botanicas.

2.ª Calculo differencial e integral — Mechanica racional — Geometria analytica — Elementos mathematicos de Astronomia. Stereometria e Trigonometria.

3.ª Zoologia geral e especial — Exercicios practicos para indagar a estructura dos animaes. Anatomia e Physiologia comparadas — Exercicios zoologicos e zootomicos.

4.ª Chimica geral — Chimica especial ou organica — Toxico-

logia — Principios de analyse chimica — Analyse pharmaceutica, qualitativa e quantitativa.

Exercicios practicos no Laboratorio Chimico

5.ª Physica experimental — Physica mathematica — Exercicios practicos.

6.ª Physiologia das plantas illustradas com experiencia.

Faculdade de Lettras e de Philosophia

1.ª Historia politica e universal — Historia patria.

2.ª Antiguidades romanas — Satyras de Horacio, o livro primeiro dos Annaes de Tacito, e a quinta Verrina de Cicero — Herodoto, a Gorgia de Platão, e o Ajax de Sophocles.

3.ª Hebraico — capitulos escolhidos do Velho Testamento. Antiguidades hebraicas — Historia litteraria dos Hebreus.

4.ª Historia de Philosophia — Logica.

5.ª Geographia physica e politica — Descripção e ethologia do Archipelago indico.

6.ª Esthetica, ou razão e historia das artes liberaes — Poesias selectas dos poetas mais recentes da Allemanha — Exercicios oratorios.

7.ª Lições pedagogicas — Exercicios pedagogicos.

8.ª Grammatica sanscritica.

Faculdade de Theologia

1.ª Historia universal da religião e da egreja christã.

2.ª Encyclopedia theologica — Historia dos dogmas da egreja christã — Monumentos christãos antes de Ireneo.

3.ª Historia da doutrina a respeito de Deus — Philosophia da religião ethica.

4.ª Exegese do Velho Testamento (profecias de Joel e Obadias) — Exegese do Novo Testamento (epistola aos de Epheso) — Exercicios oratorios.

5.ª Exegese do Novo Testamento (epistola de S. Paulo aos Galatas).

6.ª Theologia dogmatica — Theologia practica — Homilias.

Faculdade de Direito

1.ª Direito civil Neerlandez — Historia do direito patrio.

2.ª Direito publico Neerlandez — Direito administrativo Neerlandez — Direito das gentes.

3.ª Direito publico colonial Neerlandez — Direito dos Moslamins, (Moslenorum) — Instituições e costumes dos povos das Indias Orientaes — Historia das Indias Orientaes.

4.ª Elementos de economia politica — capitulos escolhidos de economia politica — Methodo estatistico.

5.ª Direito internacional privado.

6.ª Elementos e historia do direito romano (jus gentium privatum).

7.ª Direito commercial — Processo civil.

Faculdade de Medicina

1.ª Arte obstetricia theoretica — Methodo de explorar e mogostocia — Encheirese com pelle facticia — Doenças das puerperas, e alguns capitulos de gynocologia — Exercicios clinicos no tocodochio.

2.ª Doutrina das doenças da pelle e syphiliticas. Exercicios clinicos e policlinicos.

3.ª Exercicios clinicos cirurgicos — Operações cirurgicas — Arte de ligar e akologia — Cirurgia bellica — Policlinico orthopedico.

4.ª Pathologia e therapeutica especial — Psychiatria — Exercicios clinicos medicos — Exercicios de diagnose physica — Policlinico medico.

5.ª Physiologia e histologia. Demonstrações histologicas — Exercicios practicos no Laboratorio Physiologico.

6.ª Exercicios clinicos. Pathologia e therapeutica cirurgica — Molestia dos ouvidos.

7.ª Pathologia geral — Pharmacodynamia — Exercicios policlinicos e clinicos — Exercicios do methodo de prescrutar os doentes — Exercicios practicos no Laboratorio Pathologico.

8.ª Anatomia pathologica geral e especial — Medicina legal — Exercicios microscopicos — Methodo para proceder as exhumações dos cadaveres — Demonstrações pathologico-anatomicas (obductiones).

9.ª Historia da Medicina, e historia das doenças, principalmente das epidemicas.

10.ª Ophtalmiatria — Exercicios clinicos e policlinicos.

11.ª Applicação da hygiene, da medicina e da cirurgia á vida militar.

12.ª Fundamentos physicos da chimica. Chimica theorica.

13.ª Anatomia.

14.ª Hygiene e policia medica.

SEGUNDA LIÇÃO

DO CURSO DE LINGUA E LITTERATURA SÃOSKRITA CLASSICA E VEDICA

e primeira feita na sala da Sociedade de Geographia em Lisboa em a noute de 10 de novembro de 1877, pelo professor de sãoskrito juncto do Curso Superior de Lettras, o sr. G. de Vasconcellos Abreu.

(Continuado do n.º 6, paginas 276)

D'entre os áryas, que desceram á Asia Central, devemos distinguir dois ramos que sobresaíram, na historia, acima de todas as hordas de que ainda hoje se encontram os descendentes: a norte e oeste desde o Caucaso até ao Ferghana, e a leste e sul desde o Oxus até ao territorio de Yarkand, no Hindustão, no Kafiristão e até aos valles de Kasmira [22].

Estes dois ramos são os que, parece, mais longo tempo viveram em contacto, mas separadamente, como o demonstra a differença de suas civilisações: agricola entre os *airyas* — o ramo iraniano que assim se denominava, e é o que deu nascimento ao grande imperio persa; pastoril, nomada ainda, bem que no Hindustão com pronunciada tendencia para a vida sedentaria, entre os *áryas* — o ramo hindu que assim se denominava, e é o que deu nascimento á civilisação exclusivamente religiosa brahmanica [23].

Da lingua fallada pelos áryas iranianos se conhece pelo Avesta [24] e pelas inscripções cuneiformes attribuidas aos soberanos persas da segunda dynastia, a dos *Kais* ou kaianiana, a achemeniana dos escriptores gregos [25]. Do *zenda,* a lingua em que se lê o Avesta, proveio: 1.º o *pehlaví* [26], mixto curiosissimo de elementos semiticos e iranianos, que, como é bem conhecido, foi a lingua official da dynastia sassaniana; 2.º o *persa* moderno. Ao ramo iraniano pertence ainda a lingua dos montanhezes *kurdos,* na Asia Occidental; o *armenio* cuja affinidade com o pehlavi é notoria; a lingua dos *ossetas,* que a si proprios se denominam *irões* (isto é *áryas*) e

vivem no Caucaso de ambos os lados do Dariel; a lingua dos que habitam o *Belutchistão,* e a dos *tadjiks* [27] do Turkestão, população agricola dependente e serva dos Khánatos ou Emiratos de Ozbeg—Khiva, Bokhara, Kokand, e Kazgar. É ainda, e importantissimo, pertencente ao ramo iraniano, a lingua dos *parsis* [28].

Da lingua que fallaram os áryas entrados no Hindustão conhece-se sobretudo pelos documentos litterarios — os *Vedas.* Esta lingua, como toda a lingua fallada, teve desenvolvimento caracterisado pela derivação d'outras. Entre estas o *sãoskrito* e o *pali* são as principaes, e evoluções independentes uma da outra. A par das quaes se desenvolveram outros dialectos fallados pelo povo, mas sem chegarem a ter cultivo litterario, de que se conhecem melhor os que constituem o *prákrito* [29] *dos dramas.*

Os áryas que immigraram no Hindustão, como emigrados que successivamente se foram seguindo, fallavam differentes dialectos d'uma lingua commum. Para que um d'estes dialectos ficasse predominante era preciso o cultivo litterario. É o povo que faz uma lingua. Uma lingua é um facto social. Mas é o sabio, o erudito, o poeta quem a fixa. E poeta erudito e sabio nos tempos primitivos é um só — o rixi, o propheta, o sacerdote.

No seculo XIII a lingua litteraria da Italia, a lingua da educação e da sciencia, era o latim, que tinha deixado de ser lingua vernacula. Na Italia eram correntes differentes dialectos caracterisados no Piemonte pela aspereza dos sons, em Napoles pela nasalidade da voz, na Toscana pela suavidade facil do fallar. Eis surge Dante. Escreve em toscano. E o toscano fica a lingua da Italia.

Substituí, diz Childers no seu Diccionario páli, o nome de *Dante* pelo nome de *Gautama,* o *toscano* fica *páli* porque á *Divina Comedia* correspondem os tres *Pitakas* [30].

Fazei o mesmo com o sãoskrito; substitui o nome de Dante pelo dos Brâhmanes elevados já a casta sacerdotal. Attendei á lucta entre o *brahmismo* e o *buddhismo;* reparai em que a verdadeira historia da India começa com Buddha; contai esse numero subido de producções litterarias religiosas; pensai em que

só desde então começa a fixação d'ellas pela escripta; e assim comprehendereis o predominio da lingua sãoskrita entre os brâhmanes, bem como o predominio da páli entre os buddhitas.

É provavel que só mais tarde com a expulsão dos buddhitas do sólo hindu, *Valmiki* (nome que representa um cyclo) elevasse a prosa dura dos livros *Bráhmanas* á pureza, á sonoridade, á energica combinação da epopêa grandiosa — o *Rámáyana* [31].

O que acabo de vos dizer, meus senhores, não tem valor acima do meu. Não é conhecimento adquirido para a sciencia, nem mesmo hypothese, theoria formulada por algum sabio. É theoria que eu proprio formúlo baseado nos dados que colho de trabalhos de Weber, dos trabalhos que se tem feito sobre a paleographia hindu, dos trabalhos sobre o buddhismo, e dos de Childers sobre o páli, dos de Trumpp sobre a lingua sindhi e sobre a lingua pastô, dos de Kellog sobre a hindi, dos de Fallon, Beames, etc.

Eu não julgo o prákrito: isto é, todas as linguas prákritas, derivadas do sãoskrito, nem denomino prákritas as linguas áricas vernaculas da India — *uriya, bengalí* (e o *assamez*), *hindustáni* (*urdu* e *hindí*), *marátha* ou *maráthí, gudjarat, sindhi,* e *pandjábí.* Estas são linguas *neo-hindus* derivadas, como diz Whitney, mais ou menos virtualmente do sãoskrito [32].

Prákrito é o nome collectivo de todas as linguas, que tiveram desenvolvimento independente ao lado da que, um dia, se chamou sãoskrito, e esta mesma fallada popularmente.

Qual seria a sua origem commum? A origem commum é a lingua *árica,* donde brotaram as outras: zenda, grego, etc. Porque origem commum *hindu já,* para estas linguas prákritas, não creio possa indicar-se. Assim como a linguagem dos áryas iranianos differia da linguagem dos áryas hindus, e a lingua *pastô* [33] se evolveu ao lado de ambas e é fallada pelo povo que ficou residindo no ponto de bifurcação das immigrações iraniana e hindu; assim tambem no Hindustão os differentes fallares dialectaes vedicos, do que dá testimunho Yáska [34], deram nascimento principalmente a um fallar vedico [35] que se tornou predominante e mais tarde se fixou em *sãoskrito* e a outras de que, nos é permittido dizel-o, uma é o *páli* [36].

Da lingua vedica se originou o sãoskrito (o sk. propriamente dicto, ou o classico). E tudo me leva a crer que o prákrito se evolveu ao lado d'elle. A enumeração, feita pelos grammaticos que compozeram os Prátixákhyas [37], dos erros que devem evitar-se na leitura dos Vedas, mostra que a qualidade d'esses erros era a caracteristica da lingua páli e das denominadas prákritas, que se conhecem pelo prákrito dos dramas e pelos monumentos mais antigos, posteriores, porém, ao buddhismo, as inscripções do rei *Aschoka*.

D'entre estas linguas, que assim se desenvolveram umas ao lado das outras e posteriormente á entrada dos áryas nas terras entre o Himálaya e os Vindhyas, o Indo e o Ganges, uma foi designada pelos brâhmanes como «propriamente acabada, adequada, para os ritos sagrados.» Com effeito, meus senhores, a palavra *sãskrta* (—*as*,—*á*,—*am*) se dizia significando «puro, purificado,» dos ritos iniciatorios a que se denominava *sãskára*; se dizia dos vasos sagrados quando purificados; da victima arranjada convenientemente; do iniciado que tinha passado pelas ceremonias iniciatorias, e finalmente da lingua propria para os actos puros e sagrados [38].

Em contraposição, as outras linguagens foram denominadas *prákritas (prákrta)* isto é «procreatas, derivadas.» Mas simplesmente derivadas, que não puras nem tornadas exclusivas para o culto, para as ceremonias religiosas, para as occasiões solemnes.

É muito provavel, nem póde conceber-se outra cousa, que a lingua sãoskrita já bastante tempo antes de ficar esoterica se tivesse modificado na bocca dos que não decoravam a sciencia hindu transmittida oralmente; e portanto esta modificação désse uma ou mais linguas, que, deixadas livres pelos brâhmanes, tivessem desenvolvimento popular, e constituissem prákritas derivadas do sãoskrito antes d'este o ser, isto é antes do *prákrito que foi tornado esoterico o ter sido pelo exclusivismo brâhmânico*.

Depois d'isto, podemos definir *prákrito* ou *linguas prákritas*: todas as linguas e dialectos de derivação immediata, ou cuja relação é immediata collateralmente com o sãoskrito. *Isto é*—Linguas e dialectos da India, cuja morphologia lexica e syntactica é

*

d'uma relação immediata directa ou collateral (no espaço e tempo) com o sãoskrito.

O que exclue as linguas modernas da India árica, as hindus, vernaculas cujas leis phonicas e cujas fórmas grammaticaes não derivam do sãoskrito immediata e directamente, mas apenas virtualmente em tempo posterior e em espaço onde o sãoskrito já não era fallado. Linguas emfim que derivam da lingua *sagrada* classica brâhmânica e estão eivadas de vocabulos e modos de dizer a que já os grammaticos que tractam do *prákrito* chamaram *provincialismos*.

De todas estas linguas modernas, a que póde dar-se o nome de prákritas modernas quando a ellas se queira estender o nome prákrito, a mais importante glotticamente é a sindhí por ser, como o escreve Trumpp, sabio professor na Universidade de Munich, a «more free from foreign elements than any other of the North Indian vernaculars,» e ter «preserved an exuberance of grammatical forms, for which all its sisters may well envy it [39].»

E facto singular, para o qual dirigi logo toda a minha attenção, a prákrita de que ella se deriva immediatamente foi considerada, pelos grammaticos antigos, *apabhrãsa* [40], isto é, a prákrita mais pobre, mais corrupta, sem grammatica. O que attribuo a intolerancia religiosa e mais me confirma a theoria do desenvolvimento das linguas prákritas umas ao lado das outras, collateralmente, que não só e unicamente «from the corruption of the Sanskrit» como as define, a meu ver impropriamente, Cowell [41].

D'entre as prákritas, as melhor estudadas, e se conhecem nos dramas, são a *máhárâxtrí* de que principalmente se occupam os grammaticos, a *schaurasêní* de que *Vararutchi* apenas dá 32 regras e *Hematchandra* [42] 27, a *mágadhí* cujo interesse glottico consideravelissimo os grammaticos hindus prákritistas desconheceram, ou quizeram apagar, e finalmente um supposto *paischátchí*. Consideram aquelles prákritistas o *máhárâxtrí* o prákrito por excellencia, digno elle só da poesia; o *schaurasêní* mera modificação d'este, ou o *máhárâxtrí da prosa;* o *mágadhí* e o *paischátchí* originados do *schaurasêni*. É porém certo que o *schaurasêní* é o principal sob o ponto de vista glottico e assim o *mágadhí*.

Todas estas designações são de dialectos, ou linguas, modos de fallar emfim provinciaes, cuja importancia crescia ou decrescia para os prákritistas hindus sob o ponto de vista religioso.

O *apabhrãoscha* parece ter sido do noroeste [43] e portanto desestimado, amesquinhado, como se vê pelo vocabulo *apabhrãsa*, confundido na designação, sem significação verdadeiramente geographica, de *paischátchí*.

O *mágadhí* era o fallar provincial do paiz de *Magadha*, e ao qual ou a uma das suas mais harmonicas e bellas variedades Gautama elevou á altura de cultivo litterario e constituiu em *páli*, lingua que não é derivada do sãoskrito [44].

Com effeito, meus senhores, Childers, no diccionario já citado, diz que $^{2}/_{5}$ do vocabulario páli são identicos aos vocabulos respectivos do sãoskrito, isto é, o prákrito esoterico dos brâhmanes; e que ha, embora poucos, vocabulos que só se encontram na lingua dos Vedas, taes os infinitos em *tave: netave, kátave*, etc.; os gerundios em *twána: katwána*, etc.; o dativo e genitivo *imassa* = (sk.) *imasja* (leia-se *imasya*); e, caso singular, o páli *divo* masculino como o vedico *djo* (leia-se *dyo*) correspondente ao já feminino *djo* em sãoskrito.

Natural era que *djo* (nominativo *djaos*) «o espaço ethereo, luminoso, o firmamento» (cf. *dia* em port.) fosse do genero masculino. Porque elle era o *pae*, e a *terra* a *mãe*. Estaes lembrados ainda da formula que vos citei:

Antará pitaram mátaranka [45]

«entre o pae e a mãe» isto é entre o céo e a terra.

Ha na vida dos povos grandes periodos de elaboração, grandes pela sua duração. Outros vêem depois grandes pelos resultados, pelas acquisições. É assim a evolução social.

Antes de Buddha a India não tem o que nós denominamos *Historia*. A partir de Buddha desenvolvem-se no hindu as facul-

dades proprias do homem, e que nelle estavam adormecidas pela perversão religiosa.

Antes de Aschoka diz Ferguson na *History of Indian and Eastern Architecture* a pag. 48, antes de Aschoka não havia na India architectura nem da mais pequena importancia. Os áryas, que dominaram na India antes do celebre rei de Udjdjayiní, parece não terem tido desenvolvimento nenhum das faculdades estheticas. Não eram, porém, por sua natureza raça anti-artistica. A doutrina brâhmânica tinha convertido toda a acção em especulação metaphysica; e ao contrario do que aconteceu em Roma onde a religião se transformou em *instituição* do Estado, na India a religião transformou-se em philosophia esmagadora por abstracta e anti-realista, para a qual não havia patria a defender, mas só almas a quererem absorver-se na Alma Suprema. A idêa religiosa fez d'uns o povo de heroes que conquistou o mundo, dos outros o povo de escravos que se sujeitou ao jugo do mundo inteiro.

Eis aonde leva uma religião desacompanhada do caminhar incessante da sciencia!

Aschoka reinou entre os annos de 250, ou 259, mesmo 263 a 226, ou 272 a 236 antes de Christo, emfim no seculo III antes de Christo. No seu tempo os idiomas populares tinham tido já grande evolução e distavam muito dos fallares mais antigos sua origem. Era pois o momento proprio para tornar esoterica absolutamente a lingua, já, provavelmente, apenas usada nas occasiões solemnes. Só depois d'um alphabeto se podia fixar a lingua e dar-lhe aquella fórma a que esta chegou na Epopêa e no Codigo de Manu. De facto parece ter coincidido com o tempo de Aschoka a introducção na India do alphabeto d'onde se originou o *dêvanágarí* (em portuguez, digâmos *dêvanágarico* e até *dêvanágrico* deixando cahir o segundo *a* breve).

É pois com Aschoka que a evolução irrompe, se accentúa, se determina definida, rica de grandes resultados adquiridos.

É então que se levantam gigantescos e se mostram cheios de vida, esses maravilhosos factos sociaes, que não creações divinas nem humanas, chamados religiões, linguas, litteraturas, e a arte

realisando na fórma a idêa, servindo com a plastica e com a palavra fixada o pensamento moral e esthetico e o especulativo.— Surge a architectura, a epopêa, a philosophia, o codigo que, legislando, mais une e consolida a sociedade sem cohesão sufficiente.

Os especimens mais antigos de escripta são as inscripções d'este rei, conhecidas pelo seu nome ou pelo identico de *Priyadarschi*. Ha dois alphabetos differentes. O das inscripções de *Kapur di Giri,* no Kabul, ou melhor, segundo Weber, *Kapardigiri,* muito similhante ao aramaico, ramo do antigo alphabeto phenicio. As lettras aramaicas, que se conhecem pelas inscripções egypcias e phenicias, são já modificações posteriores ao tempo em que serviram de typo aos caracteres de Kapardiguiri. Este typo determina-se pela confrontação dos caracteres das inscripções de Aschoka com as mais primordiaes de moedas hebraicas e inscripções phenicias.

O segundo alphabeto é o das inscripções de *Guirnar* na peninsula do Gudjarati. D'este querem alguns indianistas se derivasse o moderno dêvanágrico e outros alphabetos indianos, tibetanos, etc. Não se conhece bem a sua origem. Mas é certo que não foi inventado na India. Um alphabeto não se inventa. Filho de evolução propria, é no modo do seu apparecimento como a linguagem, como a mythologia, como todos os factos sociaes; porque o proprio culto e até as fórmas de governo são dependentes da evolução espontanea. Assim um alphabeto phonetico deve ter como precedente outro syllabico ou ideographico. Eis o que não se conhece na India.

Burnell, que foi pelo seu trabalho sobre a paleographia do sul da India o fundador da epigraphia meridional d'aquella peninsula, como o tinha sido Prinseps da septentrional, Burnell julga que o conhecimento da escripta na India se deve a influencia aramaica; diz que o typo é o aramaico usado em Babylonia no tempo dos Achmenidas e introduzido na India nas cousas litterarias no IV seculo, mas já antes usado nas cousas commerciaes. Weber concorda com Burnell; mas Barth não acceita tal opinião em virtude do grande desenvolvimento litterario em prosa, e pelo abundancia de termos technicos, e até transmissão provavel de producções litterarias.

Em quanto aos algarismos Burnell pensa que a origem é a escripta hieratica ou cursiva dos hierogliphos do Egypto. Barth está de accôrdo. Mas Weber oppõe a opinião de Hänkel («Geschichte der Mathematik») que julga haver mera coincidencia simples similhança accidental. Os algarismos indianos, segundo elle, são traços reunidos para representarem o numero de unidades.

Além do que fica dicto póde ver-se a questão tractada ainda ultimamente no jornal de Bombaim *Indian Antiquary,* mezes de fevereiro e maio de 1877.

Vou dar-vos apenas um exemplo. O algarismo 4 em uma inscripção de Aschoka é uma cruz +. D'aqui se passa facilmente pelo cursivo á fórma ɬ.

Compare-se agora o algarismo dêvanágrico ४ e o arabe 4 de que nos servimos.

Isto basta como introducção. Os estudiosos que quizerem desde já conhecer a historia da propagação dos algarismos hindus, podem ler o livro de Hänkel e as *Memorias* de Wöpcke.

O livro capital, porém, para o estudo da paleographia indiana é o magnifico trabalho de Burnell *Elements of south India Palaeography,* cuja primeira edição está esgotada, e cuja segunda ainda não me constou fosse posta no mercado.

Como venho aqui para estudarmos todos junctos, não quero deixar de vos indicar um optimo artigo do meu professor em París, o sr. Bergaigne, publicado na *Revue Historique* (Germer Baillière et C.ª), n.º de janeiro a fevereiro do corrente anno. Intitula-se o artigo: *Travaux relatifs à l'histoire de l'Inde.* As discussões criticas de Barth lêem-se na *Revue Critique,* do anno de 1875.

Sobre a séde originaria da gente árica e sua emigração consulte-se além do trabalho colossal de Lassen *Indische Alterthumskunde,* 4 vol. em 8.º de mais de 1:000 paginas compactas cada um, os trabalhos de Kuhn *Zur ältesten Geschichte der indogermanischen Völker* no jornal de Weber *Indische Studien,* e o de Fick *Die ehemalige Spracheinheit der Indogermanen Europas,* a grande obra de Pictet *Les origines indo européennes,* cuja segunda

edição deve estar já á venda em casa de Sandoz e Fischbacher em París, na rua do Senna, etc., etc., etc.

Póde ler-se tambem o capitulo 1.º do 3.º livro, no 1.º volume da obra de Spiegel *Erânische Alterthumskunde,* etc., etc. E deve ler-se o resumo admiravel de toda a questão feito por Muir no segundo volume dos *Original Sanskrit Texts,* capitulos 2.º e 3.º, de paginas 215 a 444.

Esta obra é indispensavel para o estudo. Póde ser consultada no Curso Superior de Lettras que alli existe na Bibliotheca.

(O sr. Vasconcellos Abreu passou depois d'esta exposição a explicar o alphabeto dêvanágarí. Terminou esta sua lição eram 9 1/4. As notas aqui publicadas foram-nos communicadas pelo sr. Vasconcellos Abreu que reviu os nossos apontamentos do seu discurso.

Revendo estas provas, temos a satisfação de noticiar que um dos advogados mais distinctos, o sr. dr. Carlos José d'Oliveira, tem assistido na sala da Sociedade de Geographia a algumas lições do sr. Vasconcellos Abreu, tomando apontamentos e munido do texto que o novo professor explica.

O sr. Vasconcellos Abreu tambem nos communicou, cheio de contentamento e enthusiasmo, que o romanista portuguez, a quem o celebre Diez de Bonn (fallecido a 29 de maio de 1876) citava da sua cadeira, o sr. Francisco Adolpho Coelho, frequenta o curso feito na sala do Curso Superior de Lettras. No ultimo dia d'aula antes de Natal, o sr. Adolpho Coelho explicou a lição admiravelmente bem, segundo nos referiu o sr. Vasconcellos Abreu).

S. B.

NOTAS

[22] Consulte-se *Trumpp* «Grammar of the Sindhi Language» e «Grammar of the Pasto» e do mesmo auctor «Sprach der Kafirn» no jornal «Zeitschrift der D. M. G.» vol. xx, e o mesmo no jornal inglez da «Royal Asiatic Society» vol. xix, «on the language of the so called Kafirs in the Indian Caucasus.» Não li este estudo do sabio professor que tive a honra de ouvir em Munich. Cito o primeiro de *Peschel* «Völkerkund», 3.ª edição, pag. 541; o segundo da Grammatica da lingua *pasto*, pag. 23. Consulte-se mais *R. B. Shaw* «On the Ghalchah Languages» no jornal da «Asiatic S. of Bengal», vol. xlv, tomo i, n.º ii, 1876, etc., etc.

[23] Veja-se o meu estudo — *Questions Védiques*, reimpresso no *Instituto*, vol. xxiv, n.os 11 e 12, vol. xxv, n.os 1 e 3.

[24] O *Avesta* está hoje traduzido pelo *eranista* belga *Harlez* «Avesta, Livre Sacré des Sectateurs de Zoroastre» 2 tomos, Liège, 1875–1876. A traducção é estimada, e porque é em francez e do custo de 2$000 réis, está ao alcance de todos os portuguezes que desejem lêl-a. Sobre o *Avesta* deve ler-se o magnifico trabalho do mesmo auctor «Études Avestiques» do diminuto preço de 600 réis.

Indicando apenas estes por serem de preço commodo e de homem de sciencia reconhecida, não devo deixar de mencionar dois trabalhos modernos de não menor eranista, o intelligente moço francez *Darmesteter:* «Haurvatât et Ameratât», que li ainda em Munich, e a que o meu professor o sr. Haug considerava favoravelmente, e «Ormazd et Ahriman» que ainda não vi, mas de que tenho noticia pelo artigo do respeitavel professor do Collegio de França, o sr. *Miguel Bréal*, in «Revue Critique» 27 de outubro de 1877. Ambos estes trabalhos se encontram em casa de Vieweg, rue Richelieu, París. Bréal diz que Darmesteter neste segundo trabalho «a apporté les mêmes qualités d'esprit qui distinguent son premier écrit: par la force de conception, par la finesse de certains aperçus, par la sûreté de l'analyse grammaticale, par l'abondance des informations de détail, ce livre est digne de son ainé, et il répond aux espérances qne celui-ci avait fait concevoir.»

[25] Muitos são os trabalhos que ha publicados, mesmo modernamente, sobre linguistica geral. Mas, que mais convenha indicar ás pessoas que desejem ter conhecimento seguro, sem entrarem no estudo dos problemas glotticos, não conheço nenhum, como o do meu amigo, o anthropologo francez, o sr. *Abel Hovelacque;* «La Linguistique», 2.ª edição, Reinwald, París, 1877.

O preço commodo d'este livro de leitura facil pelo estylo e rico de factos

expostos com methodo claro e precisão, tornam a obra de Hovelacque necessaria em toda a bibliotheca, ainda a do mais modesto erudito.

26 Veja-se o estudo sobre a lingua *pehlavi*, a que tambem se chama *huzvârês* (leia-se este *ês* portuguezmente, soando *s* palatalmente), de que *Haug* fez preceder a obra do *Destur Hoshangji Jamaspji Asa* «An Old Pahlavî-Pazand Glossary». Este estudo de Haug foi publicado em separado tambem sob o titulo «Essay on the Pahlavî Language», Stuttgart, 1870. De pagg. 82 a 128 se lêem uns rudimentos de grammatica.

27 Tem-se dicto que os *tadjiks* são *sartas*.

Na linguagem official dos khánatos se designa pela palavra *sartas* a população agricola, commercial e industrial, distinguindo assim os que se dão a estes mestéres dos Ozbeks aristocratas e dos Kirghizes e Turkomanes nomadas e salteadores (*G. de Rialle* «Mémoire sur l'Asie Centrale»). A tribu turca-mongolica, cujo chefe era Ozbek, é a que, tendo conquistado o Turkestão, desde o seculo XVI está ainda hoje predominante nos khánatos de Khiva, Bokhara, Kokand e Kazgar (*Peschel* «Völkerkunde», pag. 406). Á população urbana que as tribus conquistadoras sujeitaram e eram de raça persa, chamaram os viajantes antigos «Sártas» e a moderna ethnologia «Tadjiks»; e como d'estes os de Kazgar fallam turco, se confundiu a natureza de sua linguagem com a de sua origem. Mas até os sartas do paiz de Kazgar ou da Kazgaria têm todos os caracteres physicos dos povos iranianos (*O. Peschel* «Obra cit.»). Podem os estudiosos consultar a obra de *R. B. Shaw* «Reise nach der hohen Tatarei» (ap. Peschel. O original inglez, se bem me lembro, é «Journey to High Tartary, Yarkand and Kashgar») e «Indien und Hochasien», tomo 2.º de *H. v. Schlagintweit*, (ap. P.).

Porque não possa, porém, consultar-se nenhuma d'estas obras capitaes, aqui transcrevo, do estudo já citado de *Shaw* sobre as linguas *Ghalchah* (*Vakhí* e *Sarikolí*), o seguinte:

«Now the Tájiks form the substractum of population all over Western Turkistán, where, as well as in Persia, the Iranians are intermixed with and dominated over by Turkish tribes. To us the Tájiks represent the earliest inhabitants of the regions occupied by them,...»

E logo

«The Tájiks of the plains speak their own form of Persian, differing merely in pronunciation and in a few peculiaritics from the language of Irán.»

A duvida que G. de Rialle parece ter em virtude d'um artigo da *Russische Revue* (Mémoire s. l'A. C., pag. 70), desfaz-se pelo modo porque a cousa fica explicada, e a que por outra fórma responde Peschel, obra cit., pagg. 407–408. Em verdade á natureza glottica, nem sempre corresponde a natureza ethnica.

28 Ha quem tenha julgado identicos *tádjiks* e *parsis* ou *guebros*. Na sua Memoria sobre a Ethnographia da Persia, de *Khanikoff* (ap. *G. de Rialle*

«Obra cit.»), julga que a differença é pequena ethnicamente, e apenas consiste em entre os *guebros* serem menos communs os narizes aquilinos, do que entre os *tádjiks*. Que a raça é a mesma historicamente, não ha duvida, como se vê da nota ultima. Mas que não ha identidade directa, me parece. Tanta como entre um bávaro e um dinamarquez, por exemplo; maior do que entre um italiano e um portuguez. Do meu Relatorio enviado em janeiro de 1877 ao ex.mo sr. Andrade Corvo, e actualmente em via de impressão, copio o seguinte:

«*Parsis* são os descendentes d'aquelles sectarios de Zoroastro, que depois da quéda de Yezdedjerd III, ultimo rei da Persia da dynastia dos Sassanidas, em 641 p. Christo, se refugiaram na India (Vide *Rawlinson* «The seventh oriental monarchy»). Viveram durante um seculo no Khuzistão, antiga Susiana, onde primeiro entraram. Passaram depois a Ormuz no golfo persico, e ahi estiveram quinze annos, indo depois para Diu e para o Gudjarate, onde vivem alguns, vae em doze seculos. Os que ficaram na patria Persia são mais conhecidos pelo nome de Guebros (do arabe *gabr* infiel, como *kafir*, no Kafiristão)».

Accrescento que de Diu muitos se passaram, se não todos, no anno de 717 (*Framjee* «The Parsees», pag. 10) ao sul de Damão. E finalmente depois de varias vicissitudes se passaram a Bombaim em 1662 proximamente.

São entre os indios *(hindus, etc.)* dos mais honestos, dos mais leaes, dos mais intelligentes, dos mais nobres em sentimentos, dos mais instruidos e dos mais emprehendedores e trabalhadores, — A sua *Lei* é a sua *Palavra;* a sua *Norma* a *Caridade*, porque os distingue a sua natural benevolencia e generosidade.

Sobre os *parsis* leia-se «The Parsees: Their History, Manners, Customs, and Religion» pelo editor do «Bombay Times» *Dosabhoy Framjee;* «The Parsee Religion» e «The Manners and Customs of the Parsees» de *Dadabhai Naoroji*. Naoroji foi professor de philosophia no *Elphinstone Institution*, e professor de lingua gudjarati na Universidade de Londres.

[29] Sobre o prákrito dos dramas vide *Muir* «Original Sanskrits Texts», vol. 2.º Vide adeante a maneira pela qual eu considero as linguas prákritas.

[30] Livros sagrados dos buddhitas. Childers sem entrar na discussão do assumpto, faz notar que «Buddhaghosa (quarto seculo p. Christo) distinctly asserts that the present canon is the same as that fixed hy the first convocation».—«A Dict. of the Pali Language» s. v. *tipitakam.*

[31] Veja-se o que diz *Weber*, o sabio orientalista e eximio indianista, o maior actualmente, ácerca do Rámáyana «On the Ramayana». Weber nota neste poema grande influencia grega.

[32] *Whitney* in «Language and the Study of Language» *passim.*

A estas podia ainda ajunctar a lingua dos ciganos. Porque os ciganos da Europa são emigrados hindus. D'entre os auctores que têm escripto sobre elles, menciono *Grellmann, Puchmayer, Rienzi, etc.;* é capital a obra de

Polt, professor de Halle «Zigeunersphrache». Ouvia eu dizer a Haug. O roteiro da emigração dos ciganos foi: depois da emigração da India no anno 1000, passaram á Grecia, entraram em Creta em 1322, estiveram em Corfu em 1346, na Vallachia em 1370, na Moldavia em 1417, em Zurich em 1418; passaram depois á Italia, etc. Consulte-se *Miklosich* «Zigeuner Europa's», Vienna, 1873.

[33] Alguns ethnologos e alguns glottologos consideram os afgháns ramo iraniano. Ethnicamente são *áryas*. E aqui a ethnologia sem auxilio da glottica não póde mais adiantar. A glottica determina esse ponto mais. E *Trumpp* o attingiu, comparando a lingua dos *afgháns* com a dos iranianos e com os idiomas do norte da India. Os *afgháns* denominam-se a si proprios *pastun*, e Herodoto d'elles falla, escrevendo ao modo porque este vocabulo é pronunciado em partes do oriente Πάκτυες. Lassen foi quem identificou estes dous nomes «Indische Alterth», vol. I, pag. 513 da 2.ª edição; convém mesmo dizer que Herodoto distingue duas nações de *páktyas*, sendo uma em parte da Armenia, *Her.* III, 93, outra confinante com o norte da India, *Her.* III, 102 e IV, 44; e porque a alguem verificando esta passagem, se lhe afigure não haver identidade por Herodoto dizer: que os homens, mandados por Dario para explorarem o Indo, o navegaram na direcção do oriente, e chegaram ao mar, por onde se voltaram ao occidente, — lembre-se que o rio primeiro encontrado foi o Kabul, tomado pelo Indo, com que mistura suas aguas já fóra da Páktyika.

Hovelacque (Obra cit., pag. 290), seguindo a auctoridade de Frederico Müller, deixou a lingua *pastô* na «Branche eranienne». Assim egualmente Whitney (Obra cit., pag. 224) em 1870, mas em 1875 tinha modificado tal opinião («The Life and Growth of Language», pag. 186), diz elle: «the Afghan, near the border of Iran and India, is usually reckoned as Iranian, but by some recent trustworthy authorities regarded as rather Indian».

Peschel «Völkerkunde», pag. 541, segue a opinião de Trumpp, bem o não cite *ibi*; «... nach den neuesten Esforschungen dieses Paschto als selbstständiger Seitenzweig aus der Gabeluny des erânischen und sanskritischen Astes hervorgesprosst ist».

Trumpp escreve, reconhecendo com o dr. *Dorn* «Grammatical remarks on the Pushto», que a lingua *pastô* tem grandes affinidades com as *prâkritas modernas* da India «The Pasto however is by no means a Prakrit idiom, like the Sindhi, Panjabi etc., *but an old independent language, forming the first transition from the Indo-Arian to the Iranian family and therefore participating of the charackristics of both, but still with predominant Prakrit features.*

[34] *Yáska*: «Nirukta,» II, 2. Póde ver-se em *Muir* «O. Sanskrit Texts,» vol. 2.º, pag. 152 da 2.ª edição.

Para a theoria que vou expondo me parece ter escudo na seguinte passa-

gem de *Weber*, «Indische Studien,» II, pag. 87 nota, traduzida por *Muir* «O. S. T.,» vol. 2.º, pag. 129:

«I take the opportunity of once more declaring myself decidedly against a commonly received error. It has been concluded (as by Spiegel against Roth) from the existence (in inscriptions) of Prakrit dialects in the centuries immediately preceding our era, that the Sanskrit language had died out before these dialects were formed; whereas we must, ou the contrary, regard the development of both the Sanskrit and the Prakrit dialects from one common source, viz the Indo-Arian speech, as entirely contemporaneous...»

35 *Vedica* entenda-se: dos hymnos vedicos antes da sua redacção ultima. *Weber* in «Akademische Vorlesungen über Indische Literaturgeschiechte,» 2.ª edição, 1876, a pag. 192 sustenta que: *de as differentes tribus áryas immigradas no Hindustão se reunirem em um corpo social mais desenvolvido* («ihrer Vereinigung zu grösseren Gemeinschaften») *resultou maior unidade glottica a que o tempo e os estudos grammaticaes deram fixidez.* Esta unidade glottica, diz Weber, é a BHAXA (por falta de typo transcrevo por *x* a sibitante cacuminal), lingua commum e em que se compozeram os livros *Bráhmanas* e *Sutras.*

Antes da fixidez existia a cousa fixanda, que ainda não era a *bháxá;* a essa linguagem oscillante, fixanda, da qual depois resultou a *bháxá* chamo eu linguagem vedica, fallar vedico, isto é existente ao tempo da formação, não da redacção que hoje conhecemos, dos hymnos vedicos.

36 *Childers* diz positivamente: «Pali cannot be derived from Sanskrit;» e o demonstra a meu ver. Dos seus argumentos me sirvo mais adeante no texto.

37 O Prátixákhya do Rik por ex., na edição de *Max Müller*, pag. CCLXXV e seguintes. Cf. com a edição de *Adolpho Régnier* o venerando contemporaneo do grande Burnouf. Do que diz Régnier nesta parte apenas transcreverei aqui algumas linhas. É quasi certo que não ha no paiz exemplares onde o leitor possa ir ler. Sirva-me isto de escusa ao prolongar tanto estas notas.

«... ces fautes sont le point de départ de la transformation, les premiers germes d'où sortiront par un développement successif, les faits nouveaux, les lois nouvelles. Comparons, en effet, cette leçon de lecture du XIV *patala* avec la phonétique du prâcrit, telle que l'expose, pour le principal dialecte (*Çaurasenî* pour la prose, *Mâhârashtrî* pour la poésie), la Grammaire de Vararuci. Nous verrons figurer dans cette grammaire, comme règles et habitudes consacrées, un grand nombre de vices que reprend la leçon, ou, quand la faute et la règle ne seront pas identiques, nous remarquerons que celle ci souvent découle de celle-là de la façon la plus naturelle, et que l'analogie est frappante.» «Journal Asiatique,» abril–maio, 1858.

Já antes («J. A.,» setembro-outubro, 1856) este grande orientalista tinha feito preceder o capitulo 4.º do *Prát.* de observações importantes taes:

«Parmi ces irrégularités dont quelques-unes comme les sûtras mêmes nous en avertissent, sont (note-se bem) particulières soit à tel auteur, soit du moins à tel *mandala* (isto é, a um *individuo*, portanto, ou mesmo a uma *familia*, a *uma tribu* a que o *mandala* seja attribuido. Vide o meu estudo já citado), il en est, sans doute, un certain nombre qui ne sont des exceptions qu'en apparence, et par rapport à ce qu'on peut appeler la langue commune du Véda, et qu'il serait plus juste de considérer comme des vestiges d'un état antérieur...»

Régnier considera (vide «Étude sur l'Idiome des Védas et les origines de la Langue sanscrite») a linguagem vedica, o fallar vedico, dotado d'uma grande força de synthese tanto para a união morphica dos elementos das palavras como para a união d'estas na phrase dependentes entre si pela mutua acção desinencial. Mas na proposição julga elle esse fallar dotado de impotencia, os áryas d'essa epocha apenas sabiam justapor — caracter proprio de lingua sem cultivo litterario. «On dirait — continúa Régnier — que cette double nature est devenne comme un double héritage, qui s'est partagé entre les deux rejetons. Le *sanscrit*... a pris pour lui cette énergie de synthèse...; le *prâcrit*... a préféré les tendances analytiques, les a étendues à la syntaxe intérieure, à la structure des mots, à tous les détails de la penseé et de l'expression.» A sua origem é commum, diz elle mais, mas elles pertencem a dois systemas «fort divers de penseé et de langage.»

Para exemplos da identidade entre os factos de: *assimilação, hiato, cacuminalismo* e *aspirações* — habituaes, normaes no *prákrito*, e os mesmos viciosos, censurados no *vedico*, veja-se o que diz Weber e o traduz Muir «O. S. T.,» pag. 129 do 2.º vol., 2.ª edição.

[38] SÃSKRTA é o thema do participio passado passivo d'um verbo, cuja raiz em sãoskrito é KR = KAR, antigo SKAR cujo *s* ainda alli conserva, prefixado este participio pela particula indeclinavel SAM correspondente ao grego, σύν e ao latim *cum*. A significação de SAM é «com, junctamente;» mas tambem muitas vezes: «inteiramente, muito, bem, completamente» e expressa «perfeição.» A significação da √ SKAR é «cortar» e d'aqui outras: «separar» cf. o latim CER-*no;* «ferir» CER-*to*, CER-*tamen*, CRI-*men*, etc.; «formar, fazer, crear» CER-*us* (CERUS MANUS = «creator, bonus,» *Fest.* s. v. «matrem matutam,») CER-*are (Varr.)* = CRE-*are*. Muitas outras palavras em grego, χείρα por ex. e em zenda, lituano, etc. se podiam aqui dar; mas é bastante em quanto a etymologias.

Diga-se do som. O de *m* deante do *s* muda-se em sãoskrito no que em grammatica se chama *anusuára necessario*. Este quando seguindo *a* o ouvi sempre da bocca do meu mestre, o sr. dr. Martinho Haug como o diphthongo portuguez que sôa em TAM*bem* = TÃO*bem*, *amaram* = *amárão*, etc. Pronuncie-se *são-skrta*, em portuguez *sãoskrita* sendo *i* breve.

Prakrta é egualmente da √ kr precedida não de *pra* + *a* como já vi explicado, mas de *pra* = latim *pro*. Pra-krta é adjectivo mas *não participio passado passivo*. A sua formação é, segundo regra conhecida em grammatica, de *pra-krti*, f., «estado original d'uma cousa,» + *a*, pela *vriddhisação* da primeira syllaba, e quéda da vogal final thematica da palavra originaria, a que se junctou o affixo *a*.

[39] e [40] *Trumpp*, «Gram. of the Sindhi Lang.» Leia-se esta transcripção *apabhrãsa* como se escrevessemos, para portuguezes, *apabhrãoscha*.

[41] Na segunda edição da Gram. prákrita de *Vararutchi* «*Prakrta-prakasa*,» pag. xvii.

[42] Vide *Vararutchi (Cowell,)* pag. 93 e segg. e pag. 104 e segg. Cf. estas com *Hematchandra* (ed. de *Pischel*. Halle, 1877,) pag. 140 e segg.

[43] Vide em *Muir* «O. S. T.,» 2.º vol., 2.ª edição, pag. 52.

[44] Vide *Childers* «Obra cit.»

[45] Rigvêda, x, 88, 15. A transcripção da ultima palavra deve ler-se *mátaranhtchâ*.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA

(Continuado do n.º 7, paginas 303)

INTRODUCÇÃO

PRIMEIRA PARTE

Para a perfeita comprehensão da realidade é indispensavel não desprezar nenhum dos elementos que fizemos entrar na idêa de substancia. Os espiritos que, como os escholasticos, na substancia consideram apenas a materia e a fórma vêem-se obrigados a recorrer a motores e forças extranhas para explicar o phenomeno mais simples; aquelles que sómente attendem á força cahem na concepção que faz do mundo um producto do acaso, uma reunião de elementos sem laço nem unidade alguma; aquelles que se preoccupam principalmente com a lei tendem naturalmente a reduzir a vida universal a uma serie de relações abstractas; finalmente aquelles que, como Leibnitz, na substancia vêem apenas a força e a lei, não podem conceber a acção reciproca, e têm de recorrer á harmonia preestabelecida, a uma especie de desenvolvimento parallelo para explicar as relações intimas e profundas que fazem dos differentes seres um todo, entre cujas partes existe uma solidariedade completa. A especulação realista, para escapar a todas estas concepções imperfeitas, não póde omittir nenhum d'estes elementos.

Todo o ser para ella, ao mesmo tempo que é dotado da força

que produz todas as suas acções, tem em si a capacidade que torna possivel a acção dos outros, e tanto a sua força como a sua capacidade exercem-se segundo certas leis, estão sujeitas a um processo determinado, sem o qual a previsão scientifica e os calculos e raciocinios do pensador não teriam fundamento algum.

Substancia e phenomeno, força e acção, passividade e capacidade são idêas que mutuamente se completam, mas que a intelligencia se vê obrigada a distinguir nas suas meditações, reconhecendo a necessidade de dois estados diversos, o potencial e o real: o primeiro que se manifesta successivamente produzindo por uma acção contínua, incessante o real, o presente que tão de pressa apparece, e já é o passado, para dar logar ao futuro que representa a potencialidade ainda não realisada.

Substancia unica, força ou energia universal, idêa, noção, numero infinito de elementos, substancias ou monadas, são outros tantos modos de conceber e explicar esta idêa de potencialidade que se impõe ao espirito com força irresistivel, embora os sentidos e a consciencia apenas alcancem e attestem a acção, o effectivo, o real, o presente que se reproduz como passado na memoria.

O mundo objectivo, pois, apresenta-nos duas faces, dois aspectos distinctos, mas egualmente necessarios, o real e o potencial, o phenomenal e o substancial; o primeiro revelando-se-nos pelo senso interno e externo, o ultimo pela intuição intellectual que completa a comprehensão da realidade unificando os dados fragmentarios do senso interno e externo. Seja porém qual for a concepção da potencialidade que nos revela a intuição, quer consideremos o Universo como um complexo de substancias, quer vejamos nelle uma unica substancia a cujas manifestações se reduzem todos os phenomenos da vida e movimento universal; em todo o caso o objecto mais importante das sciencias abstractas é o conhecimento d'essas manifestações, bem como das leis que as regem.

Comparar entre si os differentes phenomenos, reconhecer a sua connexão no espaço e no tempo, ou as suas relações de coexistencia e successão, tal é em resumo o trabalho da sciencia abstracta, e neste sentido póde dizer-se que as suas tendencias e

o seu resultado tem sido excluir as investigações sobre as substancias, essencias e outras entidades abstractas. É preciso, porém, não confundir estas investigações com a analyse e determinação dos elementos universaes de todo o conhecimento e realidade, porque estas são necessarias para bem comprehender o que sejam os phenomenos, leis, forças que a sciencia constantemente invoca.

Phantasiar substancias, invocal-as a proposito de todo o phenomeno, e imaginar que nisto se cifra todo o trabalho scientifico é tão esteril, e repugna tanto á verdadeira comprehensão da realidade, como não querer reconhecer no mundo senão phenomenos, apparencias, mudanças, successões. O espirito, a intelligencia recusa-se a parar deante d'estas abstracções e procura por detraz d'este scenario a força que o sustenta, a lei que o rege.

Cumpre porém notar que os phenomenos não são realidades separadas das forças e substancias, mas as proprias forças e substancias manifestando-se.

Na investigação scientifica de cada ordem de realidades a intelligencia não remonta do phenomeno á substancia, da mudança á força que a produziu, porque phenomeno e substancia, mudança e força são elementos integrantes d'uma mesma concepção; — anteriormente, porém, a toda a investigação especial a intelligencia deve determinar bem o valor e a necessidade d'estas concepções elementares. É tal a importancia d'este trabalho preliminar, que nenhum pensador de algum merecimento se póde subtrahir a elle. A propria eschola dos positivistas, que considera a metaphysica uma phase transitoria por que passou o espirito humano, não deixa de ter uma metaphysica sua, differente da antiga, mas sempre metáphysica (ou philosophia geral como melhor quizerem), porque o seu objecto se não comprehende no dominio especial das differentes sciencias particulares, ou melhor, é commum a todas.

Diz-nos o sr. Littré: «Le long conflit entre l'immanence et la transcendance touche à son terme; la transcendance c'est la théologie ou la métaphysique expliquant l'univers par des causes qui sont en dehors de lui, l'immanence c'est la science expliquant

l'univers par des causes qui sont en lui [1],» e em outra parte d'esta mesma obra: «Ainsi ce qu'on nomme philosophie positive se compose de trois termes qui s'enchainent et forment un tout indivisible. Ces trois termes sont: histoire, science générale, conception du monde. L'histoire n'est gouvernée par des interventions surnaturelles, ni livrée aux volontés individuelles: elle a une loi qui lui est propre et qui en détermine l'évolution,» e a pagina 55: L'immanence est véritablement humaine et directement infinie...»

Temos pois apenas nestes tres textos quanto basta para constituir uma metaphysica; a idêa de causa consubstanciada com a da realidade, a idêa de lei, de evolução e de infinito, isto é, a metaphysica moderna, tal como a concebeu Leibnitz, tal como a têm definido, com differenças mais ou menos importantes, todos os metaphysicos modernos, cujas idêas têm tido uma influencia effectiva sobre o geral dos espiritos.

Diz com muita razão o nosso talentoso escriptor e eminente sabio, o sr. Latino Coelho [2]: «O problema physico — pareça embora paradoxal a affirmação — involve uma questão essencialmente metaphysica. O phenomeno conduz á lei, o effeito á causalidade...,» e em outra parte: «A philosophia da natureza e a sua inseparavel companheira, a metaphysica, ou a sciencia das grandes e arrojadas generalisações [3].»

No mesmo sentido, apezar de divergencias parciaes, escreve M. Frédéric Marin, um dos mais vigorosos espiritos philosophicos da França: «Cusa, Copernic, Kepler, Galilée, Descartes, Newton, Leibnitz (diz elle) avaient autant de souci de la notion de substance que des cieux et de la terre où leur génie faisait tous les jours des nouvelles conquêtes [4].» Accrescenta ainda o mesmo escriptor: «La scholastique n'est une rupture ni avec l'Église,

---

1 *Philosophie positive,* pag. 84.

2 *Versão da Oração da Corôa de Demosthenes* — Introducção, pag. 133.

3 Obra cit., pag. 137.

4 *Génesis de la science moderne,* pagg. 34 e 35.

ni avec l'Antiquité: elle n'est pas une simple deduction des dogmes catholiques, elle n'est pas non plus une simple reproduction des idées peripatéticiennes ou platoniciennes. La considérer uniquement par son rapport avec l'église ou avec l'antiquité, c'est prendre ce qu'il y a en elle d'accidentel ou du moins d'extérieurs pour la loi de son développement interne. Qu'est elle donc? Étudiée dans chacun de ses systèmes elle n'est rien; étudiée dans leur succession elle est la lente destruction de l'idée antique de substance dont les éléments analisés, desjoints, et pour ainsi dire brisés par les discussions théologiques, laissent enfin se dégager la notion de force, c'est-à-dire la métaphysique qui doit présider à la pensée moderne et qui a dit son premier mot par Leibnitz [1].»

Para este notavel pensador as questões sobre a substancia, ou melhor, sobre a concepção mais geral do Universo, tem uma importancia capital não só na antiguidade mas ainda na civilisação moderna, cuja idêa fundamental, segundo o seu modo de pensar, despontou pela primeira vez no horizonte intellectual com as discussões dos thomistas e scotistas.

Diz elle: «Cette discussion est celle des thomistes et des scotistes [2] qui dura trois siècles à travers des phases très diverses. Scot avait commencé de prétendre que la matière et la forme ne constituent pas l'être tout entier. C'est par cette bréche bien étroite que la raison moderne a passé, en l'élargissant, pour détruire d'abord la métaphysique, puis la science de l'antiquité.»

A idêa de força, ou melhor, de substancialidade, ou potencialidade, como vimos, revela-se ao homem muito antes do desenvolvimento da reflexão e explica as suas primeiras acções na vida, mas no começo está involvida com muitos outros elementos, de que só mais tarde a abstracção a ha de separar. Não se póde affirmar por consequencia d'um modo absoluto que a idêa de força appareceu pela primeira vez na civilisação moderna, mas é in-

---

1 Obra cit., pag. 34.

2 Obra cit., pag. 35.

contestavel que a concepção reflectida da força, considerada como elemento integrante ou principio immanente em todos os seres, tem sido o pensamento fundamental e o caracteristico da sciencia e philosophia moderna.

Taine, o grande critico francez, exprime perfeitamente o novo aspecto da sciencia e da sociedade no seguinte trecho da sua notavel obra sobre a litteratura ingleza: «De la peinture on passe à l'anatomie, du drame à la philosophie morale, des grandes devinations poëtiques aux grandes vues scientifiques; les unes continuent les autres, et c'est le même esprit qui perce dans tous les deux; car ce que l'art avait representé et ce que la science va observer, ce sont les choses vivantes, avec leur structure complexe et compléte, remuées par leurs forces intérieures, sans aucune intervention surnaturelle. Artistes et savants, tous partent, sans s'en douter, de la même idée maîtresse, c'est que la nature subsiste par elle-même, que chaque être enferme dans son sein la source de son action, que les causes des événements sont des lois innées dans les choses: idée toute-puissante d'où sortira la civilisation moderne qui en ce moment en Angleterre et en Italie, comme autrefois en Grèce, à côté de l'art complet suscite les vraies sciences.»

É, como vimos, o pensamento fundamental de Leibnitz, como tambem foi a idêa de Bruno e dos precursores da sciencia moderna.

Neste seculo mesmo os philosophos que levantam como principio supremo — a idêa — não podem escapar á influencia da concepção moderna, se tiverem como Hegel uma intelligencia altamente comprehensiva.

Este grande pensador considera a força, a acção reciproca como um momento da idêa [1], e censura os physicos que separam as forças da materia, pouco mais ou menos como o faz o physiologista francez M. Letourneau na sua *Biologia* [2].

Seria facil extrahir dos escriptos de Littré, de A. Bain, de

---

1 Vide *Logique de Hegel*, traducção de Vera.

2 Vide *Philosophie de la Nature*, traducção de Vera, pag. 261.

Herbert Spencer, e de muitos outros philosophos pertencentes a diversissimas escholas trechos que mostrassem a grande influencia d'esta concepção sobre as suas intelligencias; mas, como isso não vem directamente para o fim com que escrevemos esta introducção, entraremos immediatamente na analyse da lei mais geral de todos os seres.

SEGUNDA PARTE

Considerámos até aqui especialmente a actividade e a passividade, e vimos como todo o ser se nos apresenta debaixo d'este duplo aspecto, acceitando por consequencia a «potentia activa» de Leibnitz, mas conciliando-a com a «potentia nuda» ou capacidade dos escholasticos e fazendo d'ellas dois elementos integrantes d'uma idêa mais complexa.

Resta-nos fallar do terceiro elemento, que tambem reconhecemos indispensavel em todo o ser, mas sobre cuja importancia e significação insistiremos ainda um pouco. Este elemento é, como vimos, a lei e representa a necessidade que sujeita a um processo determinado as manifestações das substancias, necessidade esta immanente aos proprios seres que rege, que não lhe vem de fóra e que por consequencia constitue um dos elementos integrantes da idêa de substancia.

Montesquieu, definindo as leis «as relações necessarias derivadas da natureza das cousas» exprime admiravelmente a união indissoluvel entre as forças e a necessidade a que estão sujeitas as suas manifestações. É d'esta necessidade intima que derivam as relações necessarias de coexistencia e successão a que se refere Montesquieu, e a que geralmente chamamos leis.

Sem as leis a sciencia limitar-se-hia ao passado, de nada serviria para o presente, sendo o futuro para o homem um incogniscivel absoluto, uma multidão de phenomenos cuja existencia ainda a mais immediata escaparia a toda a previsão. Não basta, porém, conceber a serie dos actos de cada ser como manifestações necessarias das suas leis particulares; a intelligencia, affirmando a lei, affirma ao mesmo tempo a sua universalidade.

Esta necessidade, que prende entre si os actos dos diversos seres, que faz com que elles se succedam segundo uma ordem determinada, é uniforme em todos. D'aqui provém que observados certos phenomenos na sua successão, nas circumstancias que os acompanham, no complexo de factores que concorreram para a sua existencia, podemos depois, dados alguns d'estes phenomenos em identicas condições, indicar quaes os que os precederam e quaes os que se lhe devem seguir.

A vida universal não é constituida por uma unica serie de phenomenos, mas por muitas que representam as acções dos diversos seres em distinctas phases do seu desenvolvimento. Identificar estas series, reconhecer o que ha de commum entre ellas, affirmar d'umas o que se observou em outras é o trabalho constante da intelligencia humana que se revela a todo o momento pelas operações a que os logicos chamam inferencias e inducções, e que tem por fundamento a crença na uniformidade das leis [1].

[1] Apezar de nem sempre nos encostarmos ás opiniões do distincto psychologico inglez, o sr. A. Bain, cuja auctoridade e competencia muito respeitamos, não podemos deixar de transcrever da sua *Logica inductiva e deductiva* [1] os seguintes periodos, que muito esclarecem o que affirmamos aqui:

«Le fond de l'explication scientifique consiste à assimiler un fait à un autre fait ou à d'autres faits. C'est précisement en cela que consiste la généralisation, c'est-à-dire l'induction et la déduction.

«Le progrès que nous accomplissons en passant de l'obscurité à la clarté, du mystérieux à l'intelligible, consiste à trouver une *ressemblance* entre les faits, afin de faire fraterniser, pour ainsi dire, les différents phénomènes. Nous ne pouvons aller au delà des phénomènes eux-mêmes. Nous expliquons un mouvement en le comparant à quelque autre mouvement, un plaisir en le rattachant à un autre plaisir. Nous ne pouvons pas changer le terrain sur lequel se développent nos conceptions; nous sommes réduits à assimiler, à classer, à généraliser, à condenser, à réduire à l'unité les phénomènes en apparence divers de la nature.

«On a considéré comme expliqué le phénomène de la combustion, le jour où Priestley eut montré qu'il dérivait de la combinaison de l'oxygène avec le carbone ou une autre substance; ce qui revenait à assimiler le fait aux

[1] Pag. 174.

Conhecidas num individuo as acções e reacções que constituem a vida organica, determinada a sua successão necessaria, generalisamos o conhecimento assim adquirido, applicando-o a outros individuos collocados em identicas condições, e realisando esta mesma phase do desenvolvimento das substancias. Estudada a vida juridica d'uma nação em todos os seus diversos periodos, no apparecimento das suas instituições, no desenvolvimento das personalidades, da propriedade, dos contractos, das associações e do governo, podemos mais ou menos rigorosamente prever o desenvolvimento d'outros organismos, que se comecem a manifestar em identicas circumstancias.

D'aqui provém a grande vantagem de estudar as civilisações dos differentes povos para melhor comprehender cada uma em especial. O passado esclarece-nos sobre o presente, assim como este nos ajuda a interpretar as instituições que já não existem, fazendo-nos sentir a acção das forças que as produziram e modificaram successivamente até se transformarem nas que hoje contemplamos. E toda esta acção mutua dos conhecimentos do passado sobre os do presente e vice-versa, bem como a generalisação das experiencias particulares, explicam-se em virtude da uniformidade das leis que regem os diversos seres.

A unidade e a variedade são dois aspectos d'esse todo a que chamamos Universo; a unidade resulta da lei, a variedade do principio da individualidade, da pluralidade substancial.

Todos os seres actuam constantemente uns sobre os outros, mas de diversos modos, manifestando cada vez mais a força e capacidade de que são dotados. Entre as simples acções attractivas e repulsivas e a vida espiritual, que pelo pensamento, pelo sen-

---

autres cas d'oxydation, comme la formation de la rouille sur le fer, la production d'un précipité rouge de mercure, etc.

«L'explication marche donc pas à pas pour ainsi dire avec l'assimilation et la généralisation. La combustion est expliquée par l'oxydation; l'oxydation par une généralité plus haute, la combinaison chimique; la combinaison chimique elle-même rentre dans la loi de la conservation de la force» (idem, pag. 174).

timento e pela vontade, bem como pelas suas condições de existencia, representa a maxima acção reciproca até hoje conhecida, existe uma serie de estados intermediarios que se succedem em harmonia com determinadas leis. Cada um d'estes estados exprime um novo modo d'acção e passividade, e depende da existencia de todos os modos ou elementos dos estados que o precederam. Fórma pois a sua totalidade uma serie ascendente, cujo ultimo termo contém necessariamente os anteriores, sujeitando-os a uma unidade superior. No homem a vida espiritual sobrepõe-se á animal e organica, e por consequencia a todas as acções e reacções que estuda a physica, a chimica e a biologia, fazendo-as entrar ao mesmo tempo num centro unico de actividade e vida.

A comprehensão do universo involve, pois, não só a idêa de causalidade ou da acção effectiva dos seres uns sobre os outros, mas ainda a idêa de desenvolvimento ou passagem d'um genero d'acção e passividade para outro genero d'acção e passividade.

Quando pela abstracção separamos as substancias das suas manifestações, chegamos as idêas de potencialidades, ou forças e capacidades sujeitas a leis; quando as consideramos nas suas manifestações, na sua acção formamos a idêa de causalidade que representa as relações effectivas das substancias entre si, debaixo do seu duplo aspecto de actividade e passividade. Toda a modificação suppõe uma substancia que modifica (causa) e uma substancia modificada (effeito).

O celebre principio de causalidade exprime esta correlação necessaria, traduz a impossibilidade de comprehender a causa fóra do effeito e o effeito fóra da causa.

O mais importante neste assumpto é reconhecer que as idêas de causa e effeito não designam seres distinctos, mas relações diversas, em que os mesmos seres podem figurar como causa ou effeito conforme os aspectos em que os consideramos.

Na investigação scientifica, como já dissemos, o espirito não remonta do phenomeno á substancia, porque phenomeno e substancia são elementos integrantes d'uma mesma idêa e realidade, e porque o effeito é como a causa egualmente uma substancia. A sciencia, pois, tem por objecto especial dos seus trabalhos as

modificações que resultam da acção reciproca dos diversos seres, as condições de que dependem, e as leis que as regem.

A idêa de progresso ou de desenvolvimento, que tambem julgámos indispensavel para a comprehensão da vida universal, não significa a creação de novas forças; porque estas são constantes em quantidade, mas a sua transformação e elevação hierarchica.

As diversas phases do desenvolvimento dos differentes seres formam uma serie ascendente; cada phase tem um elemento seu proprio que a caracterisa, e é o principio explicativo de todos os phenomenos que a compõem, elemento este que se repete nas phases superiores, mas desempenhando o papel de condição [1] e não de principio. Todo o elemento (exceptuando o ultimo da serie) é pois ao mesmo tempo condição e principio; principio em relação ás manifestações que tem nelle a sua explicação e origem immediata; condição relativamente ás phases superiores em cujos phenomenos se acha envolvido.

---

[1] Esta idêa de condição, como a determinamos aqui, é de grande importancia nas explicações scientificas; sobre tudo quando se tracta dos phenomenos mais complexos do organismo, do espirito e da sociedade. Referindo-se ás causas finaes e á doutrina das condições de existencia, escreve o sr. Littré o seguinte [1]: «La science positive qui s'attache à ce qui la sert et qui laisse tomber ce qui lui est inutile, n'a pas toujours eu de l'aversion pour les causes finales, ni jugé contraire à son esprit l'hypothèse d'un plan et d'un dessein dans la nature. Il fut un temps où, comme la métaphysique, elle fit intervenir ces causes et cette hypothèse dans ses recherches; mais, entre une cause première dont elle n'a aucun moyen de déterminer la nature, et un but qu'elle n'a aucun moyen de saisir, elle s'aperçut que cette doctrine ne lui était d'aucun secours; et la force des choses la rejeta dans la féconde doctrine des conditions d'existence, féconde parce qu'elle est expérimentale. Dans les travaux spéciaux, tous, croyants ou non croyants, renoncent à la première, se conforment à la seconde. En bonne logique, la doctrine des causes finales aurait dû être un résultat, non un principe; mais, au rebours elle s'établit comme principe, alors que la constitution du monde lui était la moins connue; et maintenant que cette constitution est beaucoup mieux connue, elle demande avec inquiétude à la science de la consacrer comme résultat. Évidemment, cette conception est subjective, ou, ce qui est la même chose, métaphysique, et partant, précaire jusqu'à vérification.»

[1] Vide *Cours de Philosophie Positive* de A. Comte, — Prefacio, pag. 22.

D'esta repetição dos elementos das primeiras phases nas que se lhe seguem resulta que estas são mais complexas, dependem de maior numero de condições, dão logar a combinações mais complicadas e difficeis de explicar. São como circulos concentricos as diversas phases da vida universal, contêm as ultimas as primeiras, assim como os circulos que mais se afastam de centro envolvem todos os outros.

O seu processo ou lei mais geral representa pois um movimento de evolução e involução, é constituido já pelo apparecimento de novos modos de actividade e passividade, já pelas combinações d'estes novos elementos. Esta actividade e passividade, ou melhor, estas acções e reacções particulares, que denominamos vida organica, não se reduzem unicamente á extensão, ao peso e á resistencia que constituem as primeiras e mais simples manifestações das forças do universo, mas combinam-se com ellas e não as podem supprimir. Todo o ser organico é ao mesmo tempo extenso, pesado e resistente, mas a sua extensão, o seu peso e resistencia modificam-se em virtude do novo genero de actividade que com elles se combina. O mesmo se póde affirmar da vida espiritual em relação á organica, bem como dos differentes phenomenos que nella se comprehendem.

A vontade, por exemplo, representa uma manifestação ou principio de manifestações que não é possivel reduzir á intelligencia nem mesmo ao sentimento; o seu apparecimento é pois uma verdadeira addição. Mas, dada a vontade, segue-se uma serie de combinações em que não entram elementos novos, e que se reduzem ás suas relações com os das phases anteriores. É assim que se nos revela a vida moral pelas relações da vontade com os instinctos, paixões, sentimentos e idêas que ella sujeita a uma unidade superior; a vida juridica pelas relações das vontades, dos differentes individuos entre si; a vida economica pelas relações da vontade individual e collectiva com o mundo physico que lhe serve de condição de existencia e desenvolvimento.

O jurisconsulto, o moralista, bem como o economista, nas suas demonstrações carecem constantemente de recorrer ás idêas de liberdade moral ou autonomia da vontade, de liberdade juridica

ou independencia exterior de cada vontade em relação ás outras vontades, e de trabalho ou da acção da vontade sobre o mundo exterior; porque todos os phenomenos que estudam são manifestações diversas d'este mesmo principio, como tractaremos de demonstrar neste pequeno ensaio.

Mas quando se esforçam por explicar este principio, quando procuram reduzil-o a um outro, trabalham mas debalde, cançam-se, agitam-se, mas ficam sempre no mesmo terreno.

A vontade, dizem uns, é a intelligencia em acção, a razão practica, a idêa convertida em acto, a força consciente; mas por mais que façam, não conseguem eliminar este novo elemento, reduzil-o a um outro, porque em toda a volição, em todo o acto consciente a intelligencia, a analyse distingue e affirma irresistivelmente a idêa e esse «quid» que a converteu em acto. Ora é este «quid», que não podemos definir, mas que comprehendemos e sentimos em nós e por isso distinguimos da idêa com que se acha combinado, é este «quid» o principio das manifestações da vida voluntaria e representa uma verdadeira addição no mundo phenomenal, bem como no systema das nossas idêas.

A existencia d'este elemento depende porém de muitas condições que é necessario determinar, porque elle não apparece isolado, ou como uma simples addição numerica. A vida voluntaria prende com a vida affectiva e intellectual por laços tão estreitos, que a intelligencia humana talvez nunca possa comprehender as transições que no mundo real conduzem d'uma á outra.

E comtudo é indispensavel á intelligencia affirmar differenças reaes e positivas, é-lhe forçoso suppor limites qualitativos, que separem uns dos outros os diversos modos de actividade.

Se no processo da vida universal houvesse uma continuidade absoluta, se devessemos tomar o antigo aphorismo «natura non dat saltus» como a negação de toda a differença real e positiva, é claro que teriamos de negar ao mesmo tempo a possibilidade d'estas addições successivas, porque neste caso o ultimo termo d'essa cadêa immensa que constitue a vida e o movimento universal não seria mais do que o primeiro.

Entendida d'esta maneira, levada a esta exageração, a doutrina

da evolução implicaria não só a identidade substancial, mas ainda a identidade d'acção, e tornaria incomprehensivel a variedade, a differença, a opposição tão necessarias á vida como a unidade, a harmonia, a lei. É certo que sem a continuidade d'acção não se concebe a vida, mas esta continuidade não implica a repetição monotona das mesmas acções; é certo que a natureza não dá saltos, mas não está immovel; e se não dá saltos é forçoso que caminhe a passo. São estes passos da natureza que constituem as pequenas addições, as differenciações successivas que da existencia a mais simples conduzem á mais complexa e perfeita. É esta a grande, a verdadeira significação da doutrina da evolução.

As differentes phases da existencia formam uma serie, uma escada; para chegar ao ultimo termo, para subir o ultimo degráu é indispensavel passar por todos os intermediarios.

Ha pois uma cadêa de addições successivas desde a materia diffusa [1], que representa a primeira phase da actividade substan-

---

[1] A repugnancia em admittir diversas especies de agentes, e a tendencia a reduzir todos os phenomenos a manifestações das mesmas substancias ou principios, em diversas phases ou condições, é hoje muito geral entre os physicos modernos. O celebre physico italiano, P. A. Secchi, na sua obra — *L'unité des forces physiques,* affirmando a impossibilidade de explicar todos os phenomenos da natureza apenas pela materia ponderavel, recorre ao ether; mas é o primeiro a reconhecer que esta palavra designa não uma substancia inteiramente diversa, mas um estado, uma condição da materia differente da que constitue os corpos ponderaveis. Diz elle: «Quoique nous nous refusions à admettre ces agents mystérieux, cependant jusqu'ici nous ne pouvons concéder que tous les phénomènes de la nature dépendent de ce seul principe nommé matière pondérable, et nous croyons indispensable d'admettre l'existence d'une autre condition de la matière, échappant à l'influence de la gravité, matière qui n'est peut-être que la même matière grossière et pondérable parvenue à un degré de rareté et d'atténuation extrême. C'est elle qui donne lieu par ses mouvements divers aux phénomènes de la lumière, de l'éléctricité, du magnétisme et de la gravité elle même (obra cit., pag. 611).

Ce milieu est formé par une substance qui essentiellement ne diffère pas de la matière commune, seulement il suppose une condition ou un état de la matière elle même autre que celui sous lequel elle constitue les corps dits pondérables. L'état dont il s'agit est une complète désagrégation ou

cial, até á vida espiritual, que suppõe o organismo e por consequencia a attracção que gera os aggregados que chamamos corpos, a affinidade que constantemente os tranforma, e torna possivel esse movimento contínuo de assimilação e desassimilação, de integração e desintegração que produz os differentes seres organisados.

O numero, o espaço, o tempo, bem como o movimento, as acções physicas, chimicas, organicas e espirituaes representam relações e manifestações diversas dos elementos primarios, que a intelligencia não póde reduzir a uma unica, embora reconheça a intima ligação que as prende entre si.

Não existem vidas e espiritos puros, nem uma materia completamente inerte; mas substancias que se organisam e espiritualisam, realisando os differentes modos de actividade e passividade em harmonia com a lei da «evolução e involução».

Nos tempos modernos a doutrina da evolução, ou a idêa do desenvolvimento gradual e successivo dos diversos seres tem adquirido uma tal importancia, que bem se póde considerar como o pensamento fundamental da sciencia e da philosophia. Inspiram-se d'elle os investigadores da natureza, como Darwin, Huxley e Haeckel; formulam-o em theoria geral os pensadores que, como H. Spencer, se occupam especialmente em formar a synthese dos conhecimentos humanos. Para este ultimo philosopho o principio supremo é a persistencia da força de que pretende deduzir a indestructibilidade da materia, a continuidade do movimento, a uniformidade da lei, a transformação e equivalencia das forças, a direcção e o rhythmo do movimento, bem como a sua theoria da evolução e dissolução que applica á explicação de todos os phenomenos do universo [1].

---

une atténuation telle que la matière, reduite a ses atomes élémentaires, penètre partout, aussi bien dans les espaces planétaires qu'à l'intérieur des corps. Quand la matière est dans cette condition, on la désigne sous le nom d'éther; elle n'a perdu aucune de ses propriétés essentielles» (obra cit., pag. 609).

[1] Diz este notavel pensador: «De cette conception de l'évolution et de la dissolution qui forment par leur ensemble l'histoire entière des choses, et de la conception, qui divise l'évolution en simple et en composée, nous som-

Não é, porém, apenas dos nossos dias esta idêa; antes de Hegel [1]

mes arrivé à considérer la loi d'évolution comme commune à tous les ordres d'existences, en général et en detail. Nous avons suivi l'intégration de la matière et la dissipation concomitante de la force, non seulement dans chaque tout, mais dans les parties dont chaque tout se compose. L'ensemble du système solaire, aussi bien que chaque planète et chaque satéllite, a été et est encore un exemple de concentralisation progressive. Dans chaque organisme l'incorporation générale de matériaux dispersés qui cause la croissance, s'accompagne d'incorporations locales qui forment les organes. Toute société nous montre l'opération agrégative, par le phénomène de l'accroissement de sa population, et en même temps elle nous la montre aussi par la formation de masses denses sur divers points de la surface qu'elle occupe [1].» E referindo-se ao principio da persistencia, accrescenta mais adiante: «Étant donnée la persistance de la force, et les diverses lois dynamiques dérivées, il y a à montrer non seulement comment les êtres du monde inorganique présentent les traits qui les caractérisent, mais comment se forment les traits plus nombreux et plus compliqués que présentent les êtres organiques et superorganiques; comment un organisme se développe; comment se forme l'intelligence humaine; d'où nait le progrès social. Il est évident que ce développement de la connaissance en un agrégat organisé de déductions directes et indirectes tirées de la persistance de la force, ne peut s'achever que dans un avenir fort éloigné; et même, il faut le dire, ne pourra pas même alors s'achever complétement. Le progrès scientifique est un progrès de l'équilibre de la pensée, qui, nous l'avons vu, est en train de s'établir, mais qui ne peut arriver à la perfection à une èpoche déterminée quelconque. Bien que la science ne puisse jamais arriver à cette forme définitive, et quoique ce ne soit qu'après un temps très-long qu'elle puisse s'en rapprocher, on peut s'avancer beaucoup aujourd'hui dans cette voie.

«Sans doute, ce qu'on peut accomplir aujourd'hui, ne saurait se faire que très-imparfaitement par un seul individu. Personne ne peut posséder la science encyclopédique requise pour bien organiser même les vérités déjà posées. Néamoins, comme le progrès s'opère par acroissement, comme toute organisation commençant par des linéaments ébauchés et mal définis se complète par des modifications et des additions successives, on peut tirer quelque avantage d'un essai, même grossier, qui donne aux faits aujourd'hui rassemblés, ou mieux à certaines classes de faits, une sorte de coordination» (obra cit., pag. 595).

[1] O distincto critico e philosopho francez, M. Th. Ribot na sua obra — *Psychologie anglaise*, pag. 149, comparando a theoria da evolução com Leibnitz, Hegel e H. Spencer, escreve o seguinte: «Leibnitz qui sous tant

[1] *Les Premiers Principes*, traducção de M. E. Cazelles, pag. 582.

a ter desenvolvido no systema com uma profundidade admiravel, revela-se-nos como um presentimento em Anaximandro [1] e Aristoteles [2], bem como no aphorismo «natura non dat saltum» que Leibnitz, pela primeira vez, interpretou e formulou d'uma maneira verdadeiramente scientifica. Para este grande pensador os differentes seres formavam uma unica cadêa, na qual as differentes classes prendiam tão de perto umas com as outras, que era impossivel aos sentidos e á imaginação fixar precisamente o limite

---

de rapports, a devancé les plus récentes théories, avait substitué au mécanisme géométrique de Descartes l'idée d'un progrès continu. La dialéctique Hegelienne, fondée aussi sur l'idée du devenir, a la prétention de reproduire par sa synthèse l'évolution du monde, depuis l'existence vide jusqu'à la pensée et la conscience absolue. Mais tandis que la théorie de Leibnitz n'est qu'une vue de génie sur l'avenir, une hypothése que les faits ne vérifiaient pas alors, tandis que la théorie de Hegel est une conception toute métaphysique, toute subjective, embarrassée de son triple mouvement de these, d'antithèse et synthèse, pliant d'ailleurs éffrontement les faits devant ses conceptions à priori, l'hypothèse du développement se présente tout autrement chez M. Spencer. Elle se produit objectivement; ce sont les faits qui la suggèrent à l'esprit, non l'esprit qui l'impose aux faits.»

[1] Referindo-se a Anaximandro, o sr. Latino Coelho, no seu notavel estudo sobre a civilisação grega, que já citámos, diz o seguinte:

«O principio, hoje adoptado geralmente, de que os mais singelos organismos, gerados e nascidos no meio das aguas, foram os primeiros a annunciar na terra o frouxo alvorecer da vida organica, é expresso nas doutrinas do philosopho. Segundo Anaximandro, os primeiros animaes surgiram da humidade, e appareceram revestidos d'um involucro espinhoso, como se fossem, guardadas as proporções entre a concepção divinatoria do philosopho e os factos da paleontologia experimental, os primeiros seres organisados em os niveis inferiores da epocha siluziana.

Não fica, porém, nesta simples affirmação a doutrina de Anaximandro. Á geração de imperfeitos animaes, apenas adequados a um estado inicial do nosso globo, succedem, já extincta esta fórma paleozoica, outras fórmas de mais duraveis organismos. Como vaga e geral comprehensão das primeiras existencias animaes, é licito dizer que a theoria de Anaximandro não é em seus fundamentos desmentida pela sciencia em nossos dias.»

[2] Sobre Aristoteles, e em geral sobre a historia da theoria da evolução, é muito digna de ser lida a obra de Ernest Haeckel, intitulada — *Histoire de la création*, que foi traduzida em francez por M. Ch. Letourneau.

em que cada uma começa e acaba, devendo os pontos de inflexão ser equivocos e dotados de caracteres que se podem egualmente attribuir ás especies vizinhas.

Abria pois o caminho para a moderna theoria da evolução, porque, como muito bem diz E. Haeckel, a maneira ou modo de comprehender a palavra — especie — é o ponto capital a determinar no conflicto de opiniões que dividem os naturalistas a respeito da origem dos organismos [1].

Não é o nosso intento fazer aqui uma historia da theoria da evolução, mas apenas indicar a largos traços as idêas que presidem a este ensaio, e a sua influencia sobre o methodo que adoptámos.

Começámos por considerações sobre o methodo, e concluimos fazendo ainda algumas observações sobre a harmonia que existe entre o methodo que adoptámos e a lei mais geral de todos os seres no desenvolvimento da sua actividade.

Segundo affirma o celebre physico inglez, M. Tyndall, a força da doutrina da evolução deriva não d'uma demonstração experimental, mas da sua harmonia geral com o methodo da natureza tal como o conhecemos [2]. Ora é d'este methodo da natureza que deriva tambem a necessidade do methodo que seguimos na exposição das doutrinas. Se as differentes existencias não tivessem realmente elementos communs; se as diversas phases do seu desenvolvimento fossem completamente independentes, se se não succedessem segundo a ordem da complexidade crescente, é claro que a intelligencia humana se limitaria a distinguir, e nunca poderia pela identificação levantar-se ás idêas geraes; é evidente que, não dependendo uns dos outros os differentes phenomenos, tanto importaria começar pelos mais simples como pelos mais complexos.

---

[1] Vide *Histoire de la création*, par Ernest Haeckel, trad. par M. Ch Letourneau.

[2] Vide *La Foi et la Science—Discours annotés de MM. Tyndall, du Bois-Reymond, Owen, Huwley, Hooker et sir J. John Lubbock*, par M. L'abbé Moigno, pag. 99: «La force de la doctrine de l'évolution consiste, non dans une démonstration expérimentale que le sujet ne comporte pas, mais dans son harmonie générale, avec la méthode de la nature, telle que nous la connaissons.»

Descartes, pois, quando reduzia o seu methodo a quatro preceitos, consignando no terceiro a regra que manda partir do simples para o complexo, não estabelecia apenas um meio de mais facilmente comprehender a verdade, não suppunha entre os objectos uma ordem a que não estavam sujeitos, porque, como temos visto, é do simples para o complexo que caminha a natureza [1], É d'este processo, que se impõe irresistivelmente a todas as intelligencias, que resulta a tendencia que em todos os tempos tem manifestado o espirito humano para reduzir o complexo ao sim-

[1] No seu immortal —*Discurso sobre o methodo*— Descartes não affirmava d'um modo tão positivo, como os modernos philosophos, que a ordem das cousas correspondia ao processo que aconselhava na terceira regra do seu methodo. A idêa que o dominava em relação a esta regra, o fim para que a estabelecia, era a maior facilidade e clareza nas idêas e demonstrações scientificas, e por isso aconselhava que se devia começar pelos objectos mais simples e *faceis* de conhecer, suppondo mesmo ordem entre aquelles que a não tem entre si (et supposant même de l'ordre entre ceux qui ne se précèdent naturellement les uns des autres). Apezar d'isto, a sua intelligencia levava-o a imaginar, entre todas as cousas que podem ser objecto dos nossos conhecimentos, a mesma ordem que entre as longss cadeias de razões de que se servem os geometras para chegarem ás suas demonstrações mais difficeis.

Diz-nos este celebre philosopho na obra citada: «au lieu de ce grand nombre de précèptes dont la logique est composée, je crus que j'aurais assez des quatre suivants, pourvu que je prisse une ferme et constante résolution de ne manquer pas une seule fois à les observer.

«Le premièr était de ne recevoir jamais aucune chose pour vraie que je ne la connusse évidement être telle; c'est-à-dire, d'éviter soigneusement la précipitation et la prévention, et de ne comprendre rien de plus en mes jugements que ce qui se présenterait si clairement et si distinctement à mon esprit que je n'eusse aucune occasion de le mettre en doute:

«Le second de diviser chacune des difficultés que j'examinerais en autant de parcelles qu'il se pourrait et qu'il serait requis pour les mieux résoudre:

«Le troisième de conduire par ordre mes pensées, en commençant par les objets les plus simples et les plus aisés à connaitre pour monter peu à peu, comme par degrés, jusqu'à la connaissance des plus composés, et supposant même de l'ordre entre ceux qui ne se précèdent point naturellement les uns des autres:

«Et le dernier de faire partout des dénombrements si entiers et des revues

ples, a multiplicidade dos phenomenos á unidade dos principios. Desde Thales até aos nossos dias a philosophia tem apresentado os systemas mais encontrados, mas em todos que merecem verdadeiramente este nome revela-se a mesma tendencia. Thales erige em principio unico a agua; Anaximenes o ar; Pythagoras o numero; Leucippo, Democrito e Epicuro o atomo; Anaximandro a substancia indeterminada; e todos os que se lhe seguem, quer remontem a um principio metaphysico superior ás manifestações particulares da natureza e do espirito, quer partam d'uma ou d'outra d'estas manifestações, obedecem á mesma necessidade intellectual, sujeitando a ordem das suas idêas á ordem geral de toda a realidade.

A unidade dos conhecimentos humanos não provém apenas da unidade da intelligencia, mas sobre tudo da unidade de composição dos diversos phenomenos, dos elementos communs a todos, das condições geraes e universaes a cuja influencia e dominio nenhum escapa.

Deixando para a «Synthese da vida intellectual» o exame das outras regras de methodo particulares ás differentes sciencias, concluimos esta introducção declarando que não temos a pretensão de resolver em tão pequeno espaço as questões mais delicadas da sciencia, nem mesmo de as expor devidamente. O nosso fim, como dissemos no começo, foi apenas apontar o rumo que seguimos, indicar as principaes idêas que servem de fundamento ao presente ensaio.

(Continúa) FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA.

---

si générales que je fusse assuré de ne rien omettre. Ces longues chaines de raisons, toutes simples et faciles, dont les géomètres ont coutume de se servir pour parvenir à leurs plus difficiles démonstrations, n'avaient donné occasion de m'imaginer que toutes les choses qui peuvent tomber sous la connaissance des hommes s'entresuivent en même façon, et que, pourvu seulement qu'on s'abstienne d'en recevoir aucune pour vraie qui ne le soit, et qu'on garde toujours l'ordre qu'il faut pour les déduire les unes des autres, il n'y en peut avoir de si éloignées aux quelles enfin on ne parvienne, ni de si cachées qu'on ne découvre» (*Oeuvres de Descartes, publiées* par V. Cusin, tomo 1.º, pag. 141).

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

NOTA SOBRE A SIGNIFICAÇÃO DE TRES EQUAÇÕES DIFFERENCIAES QUE SE ENCONTRAM NA MECHANICA ANALYTICA

Mais il ne suffisait pas aux géomètres d'avoir reconnu et comme deviné ces propriétés, il fallait les vérifier d'une manière incontestable....

***Réflexions sur la métaphysique du calcul infinitésimal,* par Carnot.**

Considerando a curva que é formada por um fio material, vejamos as consequencias que decorrem de se suppôr que, deslocando-se elle infinitamente pouco no espaço, permanecem inalteraveis as distancias respectivas de cada um dos seus pontos a todos os que se lhe seguem immediata e continuamente.

A invariabilidade da distancia entre dois pontos consecutivos quaesquer significa que o fio é inextensivel.

E junctando a essa condição a de ser constante a distancia de cada ponto ao segundo dos que estão depois d'elle, achar-se-ha que o fio é tambem inflexivel.

Finalmente, considerando ainda a circumstancia de ser tambem invariavel a distancia de qualquer ponto ao terceiro dos que se lhe seguem, concluiremos que a torsão do fio se conserva inalteravel.

Assim, em virtude das tres condições precedentes, o fio deslocar-se-ha como sendo perfeitamente rigido; e por tanto nelle ficarão tambem invariaveis as distancias de cada ponto ao quarto, quinto,... dos que estiverem depois d'elle.

Vê-se pois que a invariabilidade d'estas ultimas distancias é uma consequencia da das tres primeiras; o que a analyse confirma, vindo assim todas essas condições a ser muito simplesmente representadas por tres equações, as quaes, como se póde ver a pagina 154 do tomo 1.º da *Mechanica analytica*, são da fórma seguinte:

$$dx\,d\delta x + dy\,d\delta y + dz\,d\delta z = 0,$$

$$d^2x\,d^2\delta x + d^2y\,d^2\delta y + d^2z\,d^2\delta z = 0,$$

$$d^3x\,d^3\delta x + d^3y\,d^3\delta y + d^3z\,d^3\delta z = 0.$$

Sendo assim, é claro que deveremos chegar a estas mesmas equações, traduzindo directamente em calculo que o fio, deslocando-se no espaço, se conserva inextensivel e inflexivel e sem mudança na sua torsão. É o que vamos verificar.

A condição de inextensibilidade traduz-se evidentemente na equação

$$(1)\qquad dx\,d\delta x + dy\,d\delta y + dz\,d\delta z = 0.$$

E, para exprimir a condição de inflexibilidade, teremos, chamando $d\varphi$ o angulo de contingencia da curva proposta,

$$\delta\, d\varphi = 0.$$

Ora, sabe-se que é $d\varphi = \frac{ds}{n}$, designando ds o elemento da curva, e n o seu raio de curvatura; por tanto, attendendo ao valor de n (*), teremos

$$d\varphi = \frac{\sqrt{X^2 + Y^2 + Z^2}}{ds^2},$$

(*) Francoeur — *Calculo differencial.*

e logo

$$(2) \qquad \delta d\varphi = k(X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z) - l(dx d\delta x + dy d\delta y + dz d\delta z) = 0,$$

sendo k e l dois coefficientes independentes das variações.

Em consequencia de (1) a equação precedente equivale a

$$(3) \qquad X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z = 0;$$

e como temos (*)

$$X^2 + Y^2 + Z^2 = ds^2(d^2x^2 + d^2y^2 + d^2z^2 - d^2s^2),$$

e logo

$$(4) \qquad X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z = ds^2(d^2x d^2\delta x + d^2y d^2\delta y + d^2z d^2\delta z) - ds^2 d^2s d^2\delta s + (d^2x^2 + d^2y^2 + d^2z^2 - d^2s^2) ds d\delta s,$$

ou

$$X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z = ds^2(d^2x d^2\delta x + d^2y d^2\delta y + d^2z d^2\delta z),$$

será

$$(5) \qquad d^2x d^2\delta x + d^2y d^2\delta y + d^2z d^2\delta z = 0.$$

Finalmente para formar a equação $\delta d\theta = 0$, sendo $d\theta$ o angulo de torsão, servir-nos-ha o mesmo artificio de calculo, de que já noutro logar (**) usámos para passar da formula que dá o valor da flexão para a da torsão. Esse artificio consiste em mudar na formula da flexão dx em X, dy em Y, dz em Z. Fazendo pois

---

(*) Francoeur — *logar citado.*

(**) *Theoria dos contactos das superficies e curvas no espaço.*

essas mudanças em (2) e designando por K, L, T, U, V os valores em que assim se transformam k, l, X, Y, Z, teremos

$$\delta d_\theta = K(T\delta T + U\delta U + V\delta V) - L(X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z) = 0,$$

que em virtude de (3) equivale a

$$T\delta T + U\delta U + V\delta V = 0.$$

A expressão ou valor do primeiro membro d'esta equação obter-se-ha mudando em (4) dx em X, dy em Y, dz em Z.

Ora a equação (4) póde escrever-se mais simplesmente, assim

$$X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z = ds^2(d^2x\,d^2\delta x + d^2y\,d^2\delta y + d^2z\,d^2\delta z)$$

$$+ p\,\delta(dx\,d^2x + dy\,d^2y + dz\,d^2z)$$

$$+ q(dx\,d\delta x + dy\,d\delta y + dz\,d\delta z),$$

designando por p e q dois coefficientes independentes das variações.

Fazendo pois as mudanças indicadas e designando por dS, P e Q, os valores em que assim se transformam ds, p e q, teremos

$$T\delta T + U\delta U + V\delta V = dS^2(dX\,\delta dX + dY\,\delta dY + dZ\,\delta dZ)$$

$$+ P\,\delta(X\,dX + Y\,dY + Z\,dZ)$$

$$+ Q(X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z) = 0;$$

a qual, em virtude de (3) e da equação que d'ella se deduz pela differenciação, a saber

$$\delta(X\,dX + Y\,dY + Z\,dZ) = d(X\delta X + Y\delta Y + Z\delta Z) = 0,$$

se transforma, supprimindo o factor dS^2, em

$$(6) \qquad dX\delta dX + dY\delta dY + dZ\delta dZ = 0.$$

Demais temos:

$$dX\delta dX + dY\delta dY + dZ\delta dZ = ds^2(d^3x d^3\delta x + d^3y d^3\delta y + d^3z d^3\delta z)$$

$$- F\delta(dx d^3x + dy d^3y + dz d^3z)$$

$$+ G(dx d\delta x + dy d\delta y + dz d\delta z),$$

sendo

$$F = dx d^3x + dy d^3y + dz d^3z, \quad G = d^3x^2 + d^3y^2 + d^3z^2;$$

e, por tanto, attendendo a (1) e a que pela differenciação se deduz d'ella, tendo em vista a equação (5),

$$d^3x d\delta x + d^3y d\delta y + d^3z d\delta z + 2(d^2x d^2\delta x + d^2y d^2\delta y + d^2z d^2\delta z)$$

$$+ dx d^3\delta x + dy d^3\delta y + dz d^3\delta z = \delta(dx d^3x + dy d^3y + dz d^3z) = 0,$$

concluiremos finalmente que (6) é equivalente a

$$d^3x d^3\delta x + d^3y d^3\delta y + d^3z d^3\delta z = 0.$$

L. C. Almeida.

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ

(Continuado do n.º 7, pagina 308)

Acrobrya hysterophyta.

Amphibrya.

Glumaceae.

Gramineae. *Juss.*

ORYZA SATIVA. L.

Arroz.

Planta originaria da China e India oriental e cultivada no nosso paiz.

Flor. no estio.

P. u. as sementes.

Emp. internamente na diarrhea catharral: externamente em cataplasmas, que substituem com vantagem as de linhaça por não se alterarem facilmente com o calor das superficies do corpo a que se applicam. Usa-se ainda em pó para polvilhar as regiões affectadas de erysipela.

ZEA MAYS. L.

Milho.

Planta indigena do Paraguay e cultivada em Portugal.

Flor. no estio.

P. u. as sementes e os estyletes [1].

Emp. as sementes como emollientes e alimenticias [2]. O povo attribue aos estyletes propriedades diureticas.

---

[1] Vulgarmente chamada a barba do milho.

[2] Nas vizinhanças de Coimbra a medicina popular usa do xarope das sementes do milho para debellar a tosse.

ARUNDO DONAX. L.

Canna.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz.

Flor. nos fins do estio e principios do outomno.

P. u. os rhizomas.

Emp. como depurativo e antileitoso. Pouco usado.

PHRAGMITES COMMUNIS. Trin.

(Arundo phragmites. L.)

Caniço d'agua.

Hab. nas terras humidas juncto ao Tejo e Mondego, entre Monte-mór-o-Velho e Lares, e em outros sitios do paiz.

Flor. em agosto e setembro.

P. u. os rhizomas.

Emp. como sudorifico e depurativo [1]. Pouco usado.

CYNODON DACTYLON. Pers.

(Panicum dactylon. L.; Paspalum dactylon. D. C.; Dactylon officinale. Vill.)

Gramma das boticas, Gr. canina.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, assim como em todo o paiz.

Flor. no estio.

P. u. os rhizomas.

Emp. como anti-phlogistico e diuretico.

AVENA SATIVA. L.

Aveia.

Cultiva-se no paiz e com especialidade nas provincias septemptrionaes [2].

Flor. no principio do verão.

---

1 Tem-se recommendado contra o rheumatismo, gota, e especialmente como antisyphilitico.

2 Segundo Brotero cultivam-se no paiz a *Avena agraria*, Brot. (Avêa) —*A. agraria mutica*, Brot. (Avêa mocha.)—*A. agraria sesquialtera*, Brot. (Avêa ordinaria)—que nós parece não serem mais do que variedades da Avena sativa. L.

P. u. as sementes.

Emp. como emolliente [1].

LOLIUM TEMULENTUM. L.

Joio.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, assim como em todo o paiz.

Flor. desde maio a julho.

P. u. as sementes.

Emp. nos ataques violentos de rheumatismo das meningues [2]. É planta toxica para o homem, e ainda é desconhecido o antidoto especial d'este veneno. Pouco usado.

TRITICUM VULGARE. Vill.

(T. aestivum et T. hibernum. L.)

Trigo.

Flor. na primavera.

P. u. as sementes.

Emp. 1.° a *farinha:* para polvilhar as partes erysipeladas e para fazer caldos analepticos.

2.° *farello* ou *semeas:* em cosimentos para clysteres e banhos.

3.° *gluten:* para fabricação do pão para os doentes que soffrem de diabetes.

4.° *amido:* nas erysipelas e em varias molestias de pelle, assim como em caldos, geleas, cataplasmas e clysteres.

5.° *dextrina:* como emolliente e mucilaginosa e para embeber as ligaduras no chamado apparelho amidonado.

AGROPYRUM REPENS. P. B.

(Triticum repens. L.)

Gramma das boticas de França.

Hab. na Beira septemptrional, no Minho, Douro e Trás-os-Montes.

Flor. em junho e julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. o mesmo que o da gramma já mencionada. (*Cynodon Dactylon.* Pers.)

---

[1] Na Escocia preparam com as sementes de aveia uma bebida alcoolica muito estimada pelo povo da Gran Bretenha a chamam «*Wiskey.*»

[2] Vide *Toxicologia* do dr. Macedo Pinto, artigo *Lolium temulentum.*

SECALE CEREALE. L.

Centeio.

Planta originaria do Caucaso-Caspio, e cultivada em quasi todo o paiz.

Flor. na primavera.

P. u. as sementes.

Emp. como alimenticia e emolliente.

HORDEUM HEXASTICHUM. L.

Cevada.

Cultiva-se em quasi todo o paiz.

Flor. na primavera.

P. u. as sementes.

Emp. como emolliente, e, misturada com a gramma, usa-se internamente nas phlegmasias e em varias molestias febris.

HORDEUM DISTICHON. L.

Cevada sancta [1].

Planta indigina da Tartaria, e cultivada em alguns pontos do paiz.

Flor. na primavera.

P. u. as sementes [2].

Emp. o mesmo que o da especie antecedente. Pouco usado.

Cyperaceae. *D. C.*

CAREX ARENARIA. L.

Salsa parilha de Allemanha.

Hab. no littoral proximo do Porto e do Minho.

Flor. na primavera.

P. u. os rhizomas.

Emp. como depurativo. Pouco usado.

---

[1] O povo por muito tempo a considerou d'uma efficacia milagrosa em certas molestias, e deu-lhe por isso o nome de *Cevada sancta*.

[2] As caryopses descorticadas e arredondadas constituem a *Cevadinha* ou *Cevada Perlada* (Pharmacopêa Portugueza, 1876).

SCIRPUS HOLOSCHOENUS. L.

(Isolepis holoschoenus. R. S.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz.

Flor. desde maio a julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. contra as dores do ventre, hemorrhagias e diarreas. Pouco usado.

SCIRPUS LACUSTRIS. L.

Bunho.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e na parte austral do paiz.

Flor. desde maio a julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. o mesmo que o da especie antecedente. Pouco usado.

CYPERUS LONGUS. L.

Junça de cheiro ou albafor.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz.

Flor. nos fins da primavera e no estio.

P. u. os rhizomas.

Emp. como excitante, estomachico e emanogogo. Pouco usado.

Helobiae.

Alismaceae. *R. Br.*

ALISMA PLANTAGO. L.

Tanchagem d'agua.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz.

Flor. na primavera e verão.

P. u. os rhizomas e folhas.

Emp. os rhizomas como remedio contra a hydrophobia e a epilepsia, e as folhas como diureticas e rubefacientes. Pouco usado.

Coronariae.

Juncaceae. *Agardh.*

JUNCUS CONGLOMERATUS. L.

Junco glomerado.

Hab. a parte septemptrional do paiz.

Flor. em junho e julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. como diuretico. Pouco usado.

JUNCUS EFFUSUS. L.

Junco diffuso.

Hab. as vizinhanças de Coimbra e quasi toda a parte septemptrional do paiz.

Flor. em junho e julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. o mesmo que o da especie antecedente. Pouco usado.

Melanthaceae. *R. Br.*

VERATRUM ALBUM. L. [1].

Hellebro branco.

Hab. no valle da Espera, juncto da villa do Sabugueiro e em outros pontos da Serra da Estrella, assim como no Gerez.

Flor. em junho e julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. externamente obra como caustico e internamente como drastico e emetho catarthico. A pomada tem-se empregado como antipsorica. Extrahe-se dos seus rhizomas a veratrina [2]**. Pouco usado.**

---

1 Existem duas variedades d'esta planta, que são a *albiflorum* e *viridiflorum.*

2 O *Hellebro branco* em dóse elevada obra como veneno narcotico-acre.

COLCHICUM AUTUMNALE. L.

Colchico, lyrio verde.

Não nos consta que esta planta nasça espontaneamente no nosso paiz, sendo necessario cultival-a para os usos pharmaceuticos.

Flor. em setembro e outubro.

P. u. os bolbos e sementes.

Emp. como sedante e diuretico na gota e rheumatismo articular, em alta dóse é um veneno irritante [1].

Liliaceae. ***Lindl.***

LILIUM MARTAGON. L.

Martagão.

Hab. nas serras do Gerez, Estrella, Rebordão e em outros pontos na parte septemptrional do paiz.

Flor. no principio do verão.

P. u. os bolbos.

Emp. como emolliente e diuretico. Pouco usado.

LILIUM CANDIDUM. L.

Açucena branca, Cebola cecem.

Cultiva-se nos jardins [2].

Flor. em maio e junho.

P. u. os bolbos e flores.

Emp. as antheras como anodinas e emenagogas, as petalas como calmantes e antispamodicas, os bolbos como emollientes [3]. Pouco usado.

---

[1] Alguns pharmaceuticos no nosso paiz empregam em vez do *Colchicum autumnale L.* os colchicos da nossa Flora que são o *C. multiflorum.* Brot. *C. lusitanicum.* Brot. e a *Merendera bulbocodioides.* Steud. (C. bulbocodioides. Brot.); porém a acção d'estas ultimas especies é muito inferior á da primeira.

[2] Na primavera de 1877, andando nós a herborisar, encontrámos alguns pés d'esta planta crescendo espontaneamente num terreno inculto nos montes de Sancta Clara, proximo a Coimbra.

[3] Texidor y Cos, diz que os bolbos d'esta planta se empregam muito em Hespanha na preparação de cataplasmas emollientes.

MUSCARI COMOSUM. Mill.

(Bellevalia comosa. Kth.; Hyacinthus comosus. L.)

Jacinthó penachudo, alho das bruxas.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. na primavera.

P. u. os bolbos e sementes.

Emp. as sementes como febrifugas e os bolbos como purgativos e diureticos. Pouco usado.

URGINEA SCILLA. Sthl.

(Scilla maritima. L.; Sc. hispanica. Clus.)

Cebola albarrã.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. entre agosto e outubro.

P. u. os bolbos.

Emp. como diuretico e espectorante, externamente usa-se muito o alcooleo de scilla em fricção em casos de edemacias. Em alta dóse é um veneno narcotico acre.

ORNITHOGALUM UMBELLATUM. L.

Leite de gallinha.

Hab. na serra do Monsanto, nas proximidades de Eiras e em alguns pontos da Beira septemptrional [1].

Flor. na primavera.

P. u. os bolbos.

Emp. como emolliente. Pouco usado.

ALLIUM CEPA. L.

Cebola das cosinhas.

Planta originaria da Asia e cultivada em grande escala no nosso paiz.

Flor. no estio.

P. u. os bolbos.

Emp. como estimulante, rubefaciente, vermifugo, diuretico e expectorante. Pouco usado.

---

1 Esta planta cresce espontanea no Jardim Botanico de Coimbra e terrenos annexos.

ALLIUM PORRUM. L.

Porros hórtenses.

Planta que habita a Italia, Oriente, Aegypto e cultivada no nosso paiz.

Flor. no verão.

P. u. os bolbos.

Emp. como expectorante emolliente e ligeiramente diuretica. Pouco usado.

ALLIUM SCORODOPRASUM. L.

Alhos grossos ou Alhos de Hespanha.

Planta indigena da Europa septemptrional e central, e que se cultiva no nosso paiz, principalmente no Alemtejo.

Flor. no estio.

P. u. os bolbos.

Emp. o mesmo que o da Cebola das cosinhas. Pouco usado.

ALLIUM SATIVUM. L.

Alho ordinario ou das cosinhas.

Planta originaria do Oriente e que se cultiva muito no nosso paiz.

Flor. no estio.

P. u. os bolbos.

Emp. internamente como vermifugo: externamente como rubefaciente.

ASPHODELUS RAMOSUS. L.

Gamoens, Abrotea dos hervolarios. Abrotea da primavera.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. na primavera.

P. u. as raizes.

Emp. contra a sarna, queimaduras, e por meio da fermentação das suas raizes póde obter-se alcool [1]. Pouco usado.

---

1 Póde substituir-se pelo *Asphodelus aestivus.* Brot. (Abrotea do verão.) (Pharmacopêa Portugueza, 1876.)

SIMETHIS BICOLOR. Kth.

(Anthericum planifolium. L.; Anth. bicolor. Desf.; Phalangium bicolor. D. C.)

Ouro peso, Disciplinas.

Hab. nas proximidades de Coimbra e nas nossas provincias da Beira e Extremadura.

Flor. na primavera.

P. u. as raizes.

Emp. Usada pelo povo em alguns pontos do paiz como purgativa.

ASPARAGUS OFFICINALIS. L.

Espargo hortense.

Cultiva-se nas hortas e ás vezes apparece quasi que espontaneo proximo ás mesmas.

Flor. no estio.

P. u. as raizes e os turiões recentes [1].

Emp. como diuretico e depurativo; é uma das cinco raizes aperientes.

ASPARAGUS APHYLLUS. L.

(A. phyllacanthus. Lam.; A. aphyllus var. 1. Brot.; A. rigidus var. aphyllus. Lge.)

Corruda maior, Espargo silvestre maior, Espargo maior do monte.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. no estio.

P. u. as raizes.

Emp. o mesmo que o da especie antecedente [2].

(Continúa). ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

---

1 Vulgarmente chamados Pontas de aspargo ou rebentões.

2 Nas pharmacias de Coimbra empregam a raiz do Espargo silvestre em vez da do Espargo hortense.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

DRAMAS DA MISERIA

A Alberto Braga

I

Exhibe a grande voz a ventania,
Fustiga a chuva os vidros da vidraça,
Cae, em flocos, a neve, sobre a praça,
Nem uma luz a escuridão desvia!

D'um casebre da rua mais sombria,
Ousa um vulto sahir á sombra e passa,
Como o vulto do genio da desgraça,
N'uma noite de horrivel agonia!

Detem-se a um canto, á porta d'uma egreja,
—Onde se aninha um magro cão gelado—
E como quem não quer que alguem o veja.

Um instante depois lá vai levado...
Mas quando o sol sobre a cidade alveja,
A uma criança o cão dorme abraçado!

II

Seis pessoas ao todo—mãe, marido,
Quatro filhos ainda em tenra edade;
Ella, n'uma penosa enfermidade,
E todos sem o pão appetecido!

O lar sem luz, sem ar, desguarnecido,
Sem as palhas da triste caridade,
Um foco de mortifera humidade,
Nem por uns garavatos aquecido!

Soluça a mãe, do soffrimento, o poema!
E, abraçados ao pae — que tambem chora —
Os filhos pedem pão, n'ancia suprema!

Vai nascendo brilhante o sol, cá fóra,
Mas, mais irrompe a luz, é mais extrema
A agonia que os miseros devora!

1877. ALFREDO CAMPOS.

A SUA EXCELLENCIA...

Vi-a hontem passar, minha senhora,
Orgulhosa, febril, insinuante,
E olhando a sua fórma seductora
Senti-me estremecer, febricitante.

Ia involta na sua omnipotencia,
Coberta de veludo côr do céo;
E eu fui seguindo então vossa excellencia,
Porque no meu olhar fitou o seu.

Era um dia formoso, um dia alegre,
D'um sol abrazador, sol d'oriente,
Que em vida de prazer, de luz e febre
Se enroscava por nós... Uma serpente!

Perpassava um rumor vago e confuso,
Risadas pelo ar, murmurações!
E eu ia alli assim como um intruso
Que só entende a voz dos corações.

As mulheres sorriam na janella
Com uns modos altivos, desdenhosos,
E diziam mil vozes: — *Como é bella!*
No terrivel francez dos ociosos!

Eu sentia o valor dos ciumentos,
E cuidava-me cheio de seducções,
Invejando os artisticos portentos,
Os caixeiros, que saltavam dos balcões.

Ouvia-lhe o *tic-tac* das botinas
Pizando com desdem o negro asphalto,
E via-me ridiculo nas *vitrinas*
Debaixo d'um immenso chapéo alto!

Eu que sigo uma extrema economia,
E pertenço ao partido reformista,
Tornei-me extravagante nesse dia....
Fui comprar um charuto, e fui fumista!

Caminhava com modos desastrados,
A fumar e a olhar com insolencia,
Presumindo senhor de dez morgados,
Com brazões, cavallos e excellencia!

Recolhi-me contente, enamorado,
Por dar ao coração um *chic*, um tonico,
E deixo no papel o meu peccado,
Confessando-lhe amor... amor platonico!

SERGIO DE CASTRO.

BIBLIOGRAPHIA

Archeologia artistica — Vol. I — *Fascic.* IV — *Albrecht Dürer e a sua influencia na Peninsula, por Joaquim de Vasconcellos — Porto — Imprensa Portugueza, 1877.*

A historia de um povo não é já hoje, como era outr'ora, uma serie chronologica de biographias dos seus reis, generaes, prelados ou outros chefes. Os grandes homens não deveram em muitos casos a supremacia, que alcançaram, senão ás classes sociaes que os impelliam, em vez de serem por elles impellidas. De sorte que a origem de certos factos, apparentemente na vontade e no esforço individual, está verdadeiramente nos aggregados de moleculas humanas que se chamam classes sociaes.

O grande merecimento de Alexandre Herculano, considerado como historiador, consiste particularmente em ter sido quem primeiro em Portugal trouxe a historia da phase heroica ou dos semi-deuses para a phase humana ou positiva. Além de dar á historia politica esta feição, nova entre nós, fundou a historia social, que não tinhamos e de que ninguem mais tractou depois. Collocado o historiador neste campo, a historia das artes ser-lhe-ha de summa vantagem, algumas vezes até o unico facho que poderá guial-o ao descobrimento da verdade, por entre as trevas em que os escriptores de outro tempo deixaram as obras d'aquelles, que, por falta de brazões, se não recommendavam á sua solicitude.

Será portanto muito bem vindo quem ajunctar materiaes concernentes á historia das artes, que servirão a futuros historiadores para escreverem a historia social do nosso paiz. O serviço de taes obreiros parecerá mais relevante ainda a quem attender na commum indifferença, com que entre nós são acolhidos aquelles que se dedicam ao mister ingrato de colligir nos livros, nos archivos ou nos monumentos noticias respectivas á origem e evolução de qualquer arte em Portugal.

Occorreram-nos estas reflexões em vista de um novo livro do sr. Joaquim de Vasconcellos, cujos serviços prestados á historia da musica portugueza são conhecidos. O sr. Vasconcellos escolheu por esta vez para objecto dos seus estudos um ponto particular de historia da pintura: — Alberto Durer e a sua influencia na Peninsula; e esclareceu-o com interessantes noticias de factos desconhecidos entre nós, colhidos na leitura de livros extrangeiros, allemães pela maior parte. Todos sabem que Alberto Durer foi o grande pintor da renascença em Allemanha, e que os escriptores contemporaneos d'este paiz estão contribuindo com valiosissimos subsidios para a historia da pintura e dos pintores seus compatriotas.

Relativamente a Durer cita o sr. Vasconcellos as monographias de Thausing e de Verachter. Mas com egual vantagem soube soccorrer-se á obra quinhentista de Guicciardini, aos curiosos estudos do conde de Laborde, á importante collecção de Vasari e a muitos outros livros que seria longo enumerar. Do exame de tantas fontes colheu o auctor abundante messe de factos, uns dos quaes confirmam, outros modificam as opiniões correntes em Portugal ácerca de um assumpto, não tanto ignorado entre nós, como se afigurou ao sr. Vasconcellos.

Sabia-se geralmente que desde o tempo de D. João I as relações politicas de Portugal com a côrte de Borgonha tinham favorecido as relações artisticas, pelas quaes se explicava o caracter flamengo da pintura portugueza nos seculos XV e XVI. Este ponto tracta-o o auctor numa *Addenda,* dando algumas curiosas noticias a respeito das relações de Portugal com a côrte de Borgonha nos seculos XV e XVI. Sabia-se tambem que, além das relações, durante muitos annos, conservadas entre as duas côrtes, outras mais importantes, pela sua natureza e extensão, se formaram nos primeiros annos do seculo XVI, por causa do grande incremento que tomou o commercio portuguez, logo depois que Vasco da Gama descobriu a via da India por mar. Flandres era um dos melhores mercados onde achavam prompto consumo as drogas e especiarias do oriente. Portugal não podia portanto deixar de explorar esta mina abundante.

O sr. Vasconcellos dá mais luz a um assumpto, que, apezar da sua maxima importancia, não mereceu as investigações dos nossos historiadores. Apresenta os primeiros traços para a historia da Feitoria portugueza em Antuerpia, e promette publicar num outro fasciculo documentos respectivos a este estabelecimento, que muito interessantes serão de certo para a historia das artes e do commercio no reinado de D. Manuel.

Neste quarto fasciculo da *Archeologia artistica,* e na parte respectiva ao ponto de que fallavamos, mostra como em tempo d'aquelle monarcha os feitores de Portugal em Antuerpia tractavam os principaes artistas, e obtinham d'elles obras primas que enviariam de certo para o reino. Sómente de Durer, a quem brindaram com valiosos presentes, receberiam, segundo o computo do sr. Vasconcellos, cinco pinturas a oleo; seis retratos ou desenhos originaes; vinte e quatro gravuras em cobre; e cento e vinte e seis gravuras em madeira: ao todo duzentas e vinte e uma obras. Convém todavia advertir que as gravuras, cujo numero é o que mais avulta, faziam parte de livros por aquelle tempo impressos.

Com este facto fundamental e com citações de alguns escriptores nossos que se referiram a Durer, pretende o auctor provar a influencia do pintor allemão na pintura portugueza. Depois considera a mesma influencia na Hespanha, e por fim na Italia e no resto da Europa.

Ninguem póde recusar-se a admittir a influencia geral de Durer sobre os nossos pintores quinhentistas. Em Portugal dominava o estylo flamengo, e é com os quadros d'este estylo que os de Alberto Durer têm grande analogia. A sua influencia por tanto repugnaria menos que a dos grandes mestres italianos. Mas pretender que fosse quasi exclusiva a influencia de Durer a ponto de tornal-a caracteristica dos mais notaveis dos quadros portuguezes do seculo XVI é uma opinião exaggerada que se não demonstra.

O conde de Raczynski suppozera nos quadros do Grão Vasco, guardados em Vizeu, não a influencia italiana, mas a de Alberto Durer. Chegara mais a imaginar que o Grão Vasco se conservara

na sua cidade natal, alheio ao movimento artistico da sua epocha, e que não tivera outros mestres, excepto as gravuras allemãs e flamengas que, durante os reinados de D. João III e de D. Manuel, tinham vindo para Portugal.

É para lamentar que o sr. Vasconcellos admittisse irreflectidamente estas supposições de Raczynski de todo o ponto inverosimeis, e chegasse a crer que as gravuras, que teriam servido de mestre ao Grão Vasco, fossem aquellas mesmas com que Durer brindara os feitores em Antuerpia. Na opinião do auctor, «em vista das suas revelações (relativas á feitoria) a hypothese do conde adquire o caracter de facto historico.»

Aquella hypothese não sómente não póde ter o caracter de facto historico, mas é até inadmissivel pelas razões seguintes:

1.ª Se Vasco Fernandes, o Grão Vasco, tivesse nascido como o conde affirma em 1552, os seus quadros teriam sido pintados no ultimo quartel do seculo XVI, num estylo que por esse tempo inteiramente passara de moda em Portugal e em toda a Europa;

2.ª O melhor dos pintores portuguezes no seculo XVI não poderia formar-se unicamente pela imitação das gravuras de Durer;

3.ª Essas gravuras de modo nenhum bastariam para dar os coloridos, á maneira flamenga, das physionomias, dos trajos, dos castellos, das casas e das paizagens que adornam os quadros do Grão Vasco, e que forçosamente devem ter sido copiadas do natural ou de outras pinturas;

4.ª Nos quadros de Durer, que se dedicou mais á gravura do que á pintura, aprecia-se muito o desenho e menos o colorido. Nos quadros de Vizeu é sobre tudo a riqueza do colorido que os torna comparaveis aos de alguns dos melhores mestres de Flandres.

Para demonstrar uma grande influencia de Alberto Durer nos quadros do Grão Vasco, e, por ventura, noutras pinturas portuguezas do seculo XVI, não ha senão um methodo racional. Convém a saber: examinar os quadros de Durer; examinar os quadros portuguezes do seculo XVI; comparar os primeiros aos segundos e notar as similhanças, se as houver. Ora o sr. Vasconcellos não viu os quadros de Vizeu. Jura nas palavras de Ra-

ckzynski, cujas observações neste ponto são superficiaes e, como vimos, inverosimeis. Entretanto o auctor conhece e menciona demonstrações, feitas por este methodo em Italia e em Hespanha, e por meio das quaes se determinaram as pinturas de Durer, que outros pintores, e até o proprio Raphael, haviam copiado em parte ou no todo.

Com estes pequenos reparos não queremos de modo nenhum diminuir os merecimentos do livro, que já dissemos serem grandes. O fim que tivemos em vista foi unicamente prevenir os espiritos, dispostos a tirar de factos particulares conclusões geraes que nelles se não contêm. O sr. Vasconcellos não conseguiu reivindicar para a Allemanha a gloria de ter formado os pintores portuguezes do seculo XVI, mas ninguem lhe contestará o grande serviço que prestou á historia das artes em Portugal com o seu novo livro. Se accrescentarmos que o auctor é o editor da *Archeologia artistica*, da qual tira apenas um numero pequeno de exemplares, impressos em bello typo elzeveriano e em excellente papel de linho, para offerecer ás sociedades, apreciadores e bibliothecas, se dissermos que factos d'estes são rarissimos em Portugal, e que no ramo da historia das bellas-artes não ha outro conhecido, poderemos concluir sem lisonja que todos os louvores serão poucos para obras tão meritorias.

A. Filippe Simões.

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1876 E 1877

AO

ILLUSTRISSIMO E EXCELLENTISSIMO SENHOR

CONSELHEIRO FRANCISCO DE CASTRO FREIRE

Vamos dar principio á Bibliographia da Imprensa da Universidade correspondente aos annos de 1876 e 1877, e que fórma a terceira parte d'esta publicação.

Tem este trabalho sido *completamente desajudado,* sendo poucos os amadores e muitos os indifferentes; porém obriga-nos á sua continuação o desejo de occupar utilmente as poucas horas que nos sobejam do exercicio do nosso emprego, e o de *desbravar* caminho aos continuadores do *Diccionario Bibliographico* do nosso sempre chorado mestre e amigo, o sr. Innocencio Francisco da Silva, de saudosa memoria.

Neste volume entram na parte biographica dos auctores todas as suas publicações, muito embora não sejam feitas nesta Imprensa; e junctaremos nos seus competentes logares a indicação de varias colleccionações para utilidade dos que se dedicam a formar miscellaneas.

Cumpre-nos aqui fazer bem patente o nosso agradecimento á redacção d'este jornal pela obsequiosa maneira com que tem acolhido este nosso trabalho bibliographico, o qual sem a sua valiosa protecção e conselho ficaria ignorado e esquecido.

Cremos piamente que as investigações bibliographicas são utilissimas para a historia litteraria, e que o elencho completo das obras impressas em todas as typographias seria um manancial excellente para os futuros escriptores portuguezes. Oxalá que este nosso exemplo, embora acanhado e restricto, accorde outros mais habilitados para se abalançarem a identico trabalho. Eis o que desejamos, e o que seria premio bastante de nossas fadigas.

A

ABILIO AUGUSTO DA FONSECA BRAGA, filho de João Gomes da Cruz Braga, natural do Porto, nasceu a 19 de setembro de 1857.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Direito em 1877; e quando frequentava Philosophia Racional e Moral traduziu e imprimiu o opusculo seguinte:

1) — *A primeira viagem, lenda da infancia, imitada de Eugenio Muller*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 8.º, 10 paginas.

Este folheto tem o seguinte offerecimento: «A sua extremosa Mãe, a excellentissima senhora D. Anna Candida da Fonseca Braga, no seu dia natalicio offerece em testemunho de amor filial Abilio Augusto da Fonseca Braga.» E na mesma pagina apresenta como epigraphe os versos seguintes de Victor Hugo:

Oh! l'amour d'une mère, amour que nul n'oublie,
Pain merveilleux qu'un Dieu partage et multiplie,
Table toujours servie au paternel foyer:
Chacun en a sa part et tous l'ont tout entier.

Não tem o auctor d'esta traducção aspirações nenhumas a escriptor publico, e imprimiu esta graciosa lenda sómente para ser distribuida por amigos seus no dia natalicio de sua Mãe.

ADOLPHO FERREIRA DE LOUREIRO. Além do que mencionámos na *Bibliographia* de 1872 e 1873, aonde os nossos leitores podem recorrer, diremos que é Capitão de 1.ª Classe do Estado Maior, condecorado com a medalha de prata correspondente á classe de *bons serviços, esclarecido e provado zelo em cumprimento de commissões,* creada pelo senhor D. Luiz I por seu decreto de 2 de outubro de 1863.

É Cavalleiro da Ordem militar de S. Bento de Aviz, em virtude da proposta do ministro e secretario de estado dos negocios da

guerra, fundada na graduação e annos de bom serviço, e em conformidade com o disposto no alvará de 16 de dezembro de 1790.

É Socio effectivo do Instituto de Coimbra, e da Secção de Archeologia do mesmo: Socio effectivo da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, e Socio correspondente da Sociedade de Geographia, ambas de Lisboa.

É Director das Obras do Mondego e barra da Figueira.

Dedicou-se por muito tempo á litteratura amena, escrevendo romances originaes portuguezes, como são: *Um amor de mãe;—O que fazem romances;—Candida,* nos *Preludios Litterarios,* jornal publicado em Coimbra em 1858.—*A oração da manhã;—O pôr do sol* (poesia), na *Litteratura Illustrada,* jornal de Coimbra, 1860. —*O gato preto,* na *Estreia Litteraria,* jornal de Coimbra, 1860. —*O cordão de cabello;—Os ultimos quinze dias;—Brios de soldado;—Historia de um morto,* no *Archivo Universal,* de Lisboa.

Artigos scientificos que tem escripto são:—*A Ponte da Portella,* com uma estampa, no *Panorama Photographico de Portugal,* jornal de Coimbra.—*Pontes de madeira e ferro.—Estudos sobre o Mondego e barra da Figueira,* na *Revista de Obras Publicas e Minas,* e muitos artigos sobre o choupal e matas do Mondego no *Jornal de horticultura practica* nas suas chronicas.

Como poeta, além de muitas poesias que se encontram nos jornaes citados, imprimiu um livro:—*Espinhos e amores.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860.

Durante o tempo que esteve empregado nas obras da barra da Figueira e como Engenheiro chefe de secção desde 1860, publicou um livro com o titulo—*O sr. Francisco Maria Pereira da Silva e as obras da barra da Figueira da Foz, ou analyse e refutação ao opusculo por aquelle publicado ácerca das arguições que lhe foram feitas por alguns habitantes d'esta villa, como director que foi das citadas obras.* Typographia Figueirense, 1863.

Eram deficientes os escriptos sobre o Mondego, feitos por Agostinho José Pinto d'Almeida, Vasconcellos e Sá, D. Antonio d'Almeida e Manuel Affonso Espergueira, ao que accudiu este auctor escrevendo e publicando:—*Memoria sobre o Mondego e barra da Figueira.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1875. A respeito d'este

excellente livro escrevemos nós na *Bibliographia* de 1874 e 1875, ao fallarmos do *Douro Illustrado*, o seguinte: «Com a idêa do Douro associa-se, é verdade, a vantagem dos seus vinhos; mas os outros nossos rios ministram tambem materia para notaveis monographias. Como prova podemos apontar a conhecida *Memoria* sobre o Mondego do nosso patricio e amigo, o actual director das obras do Mondego e barra da Figueira, o sr. Adolpho Ferreira de Loureiro.»

Este auctor escreveu e publicou:

2) — *Catalogo das plantas florestaes, á venda nos viveiros das matas do Choupal e de Valle de Canas.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 4.º, 16 paginas.

O catalogo contém descriptas 535 plantas. Com a assistencia do Director é feita a venda na secretaria das Obras do Mondego.

A Direcção encarrega-se de expedir quaesquer encommendas de plantas que lhe forem indicadas, e excedendo a compra ao valor de 50$000 réis tem o abatimento de 5 por cento.

Na *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 10, mostrámos pela conta a importancia do Choupal e matas do Mondego, hoje diremos que o rendimento que d'este anno de 1876 a 1877 foi o seguinte:

Rendimento dos viveiros.....	924$015
Forneceram-se para os estabelecimentos publicos e empregaram-se em differentes obras, plantas no valor de.....	918$440
Ficaram nos viveiros, para serem vendidas, plantas no valor de.....	4:183$920
Somma.....	6:026$375

(Continúa). A. M. Seabra d'Albuquerque.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA

(Continuado do n.º 8, paginas 356)

PRIMEIRA PARTE

Determinação da idêa do direito

> Le but le plus élevé de la science est de découvrir des éléments primitifs, dont les faits qui se présentent à l'observation immédiate sont les composés.
>
> E. Naville.

Como vimos na introducção a este ensaio, as differentes phases da vida universal succedem-se em conformidade com a lei da evolução e involução, repousando cada uma sobre a precedente, e devendo a sua origem a um elemento novo, a um modo de actividade especial, que explica todos os seus phenomenos e manifestações.

Indicar este elemento, distinguil-o de todos os outros com que está combinado, é, em relação a cada phase da vida, o mesmo que determinar a idêa fundamental da sciencia que a estuda. Determinar a idêa do direito é, pois, mostrar qual o elemento gerador de toda a vida juridica, é reconhecer o principio de cujas manifestações resultam todos os phenomenos juridicos, é formar uma synthese de todos esses factos complexissimos que estuda o jurisconsulto, e que em geral designamos pela palavra — Direito.

Para este fim carece a intelligencia de analysar todo esse complexo de relações, é-lhe indispensavel decompol-o nas suas partes, e cada uma d'estas nos seus elementos, para depois ver com toda a clareza os laços que as prendem entre si, os caracteres que as unem em classes, bem como as differenças que dividem os membros de cada classe em especies distinctas.

Reconhecer, como diria H. Spencer, a unidade de composição de todos os phenomenos juridicos, e ao mesmo tempo explicar a sua variedade, tal é o principal fim da sciencia juridica.

Mas, se para a sua realisação, é forçoso recorrer á analyse em primeiro logar, se não é possivel prescindir d'este processo para nos elevarmos aos principios, o mesmo não acontece na exposição dos conhecimentos adquiridos e das idêas systematisadas; porque nesta o que sobre tudo importa é reproduzir o proprio methodo da natureza, que, como temos visto, procede do simples para o complexo, do homogeneo para o heterogeneo. Podiamos, por consequencia, limitar-nos a affirmar que o elemento gerador de toda a vida juridica é a vontade collectiva, ou, melhor, a vontade de cada individuo nas suas relações com as vontades dos outros individuos, demonstrando depois a verdade d'esta affirmação pelo seu desenvolvimento deductivo. Mas, para maior clareza, vamos entrar numa breve analyse dos principaes factos juridicos, e das idêas mais geralmente adoptadas na sua explicação.

A tres grandes classes se podem reduzir todos os phenomenos juridicos. A primeira tem por objecto aquellas relações que suppõem apenas a coexistencia das vontades individuaes e que dão origem ás obrigações que os jurisconsultos denominam negativas. Á segunda classe pertencem as relações que involvem não só a coexistencia das vontades, mas ainda a combinação das suas volições, e que geram obrigações, já negativas, já positivas.

Fazem a materia da terceira e ultima classe todos aquelles actos da vontade collectiva, que têm por fim garantir o cumprimento das obrigações positivas e negativas, e que, implicando a coexistencia das vontades e a combinação das volições, distinguem-se, comtudo, dos actos das primeiras duas classes, em que

representam uma nova e differente relação — a combinação das soberanias individuaes.

D'esta primeira exposição vê-se immediatamente que a origem de todas as relações juridicas é sempre o mesmo principio — a vontade — considerada no primeiro caso como simples existencia, no segundo como actividade, no terceiro como representante e executora das suas proprias leis.

Não basta, porém, esta vista geral para a plena comprovação das nossas asserções; é de absoluta necessidade mostrar que todas as relações juridicas se comprehendem nestas tres classes, e que em todas o elemento invariavel consiste — numa relação entre vontades individuaes.

O primeiro d'estes fins consegue-se pela enumeração dos differentes factos juridicos, o segundo pela analyse de cada um em especial. É a este duplo trabalho que vamos proceder.

Á primeira classe das relações juridicas pertencem os direitos de integridade pessoal, de justa — actividade e propriedade; á segunda os testamentos, os contractos e as sociedades; á terceira todos os actos que constituem o governo.

Ora vejamos pela analyse de cada uma d'estas modalidades quaes os seus elementos, e mostremos por esta analyse com toda a evidencia o fundamento da nossa classificação.

A sciencia não se reduz apenas a uma classificação; mas os seus resultados, as suas conquistas, no dominio da natureza e do espirito, manifestam-se sempre por classificações, cada vez mais perfeitas, cada vez mais em harmonia com a natureza intima das cousas e dos seres a que se referem.

O primeiro direito, que mencionámos como pertencente á primeira classe das relações juridicas, foi o de integridade pessoal. O que significa a integridade pessoal? Qual o alcance que os jurisconsultos dão a este direito? Eis a primeira investigação em que nos cumpre entrar, porque d'ella resulta necessariamente grande luz para todas as outras, visto ser a integridade pessoal o primeiro e o mais rudimentar de todos os direitos, aquelle que a maioria das legislações garantem independentemente de facto algum positivo, mesmo antes do nascimento do homem.

*

O nosso Codigo Civil, quando se refere a este direito, nos artigos 359.º e 360.º usa dos termos — direito de existencia —, dizendo-nos que nelle se comprehende a integridade pessoal do homem, bem como a sua dignidade moral. Nós preferimos empregar a expressão «integridade pessoal» para designar este direito na sua generalidade, porque assim immediatamente indicamos um dos seus elementos essenciaes — a personalidade.

A integridade physica de qualquer individuo só é um direito quando esse individuo é uma pessoa, isto é, quando possue uma vontade.

Os animaes e todos os seres, que ainda não attingiram a esphera da vida voluntaria, não têm direitos, embora seja forçoso reconhecer-lhes um certo gráu de desenvolvimento intellectual e affectivo. Só o homem é susceptivel de direitos e obrigações; porque só elle é uma pessoa, porque só elle attingiu a esphera da vida voluntaria, porque só elle é sempre um fim, e nunca uma condição.

Como vimos na introducção a este estudo, os diversos elementos, que constituem a vida universal, são ao mesmo tempo condição e principio; só o ultimo, isto é, a vontade é sempre principio determinante, e nunca condição. D'aqui provém a distincção que todos os jurisconsultos fazem entre pessoas e cousas; d'aqui resulta que o homem póde modificar para os seus fins todos os seres que ainda não attingiram a vida voluntaria, mas que, em relação a estes, é obrigado a regular as suas acções de modo que não destrua nelles o principio que affirma em si.

A integridade pessoal involve em si a independencia individual, o mutuo respeito, a affirmação das differentes vontades nas suas relações de coexistencia e juxtaposição. Sem esta relação desapparece o direito de integridade pessoal, e todo o facto, todo o acontecimento, todo o successo, que fira o homem, que o aniquile mesmo, é um mal, é um damno, é uma desgraça, mas não uma injustiça, não uma violação do direito, porque todo o direito suppõe o homem em face do seu semelhante.

A integridade pessoal implica pois d'um lado uma vontade que se affirma, do outro lado uma vontade que respeita esta affirmação

ou que a contraría, e sem estes dois elementos pessoaes é incomprehensivel, não tem razão de ser [1]. Não é, porém, indispensavel que esta affirmação se faça d'um modo explicito; basta a existencia da vontade, mesmo em germen, para que a sua inviolabilidade seja uma obrigação para todo o homem.

O feticidio é um crime contra a integridade pessoal, embora, na sua existencia intra-uterina, o homem nem se possa affirmar, nem defender da mais leve aggressão.

Os jurisconsultos que, como Papiniano, o não reputavam tal, professando a philosophia estoica, sustentavam que só pela primeira respiração do ar penetrava a alma no corpo humano. A sua doutrina, pois, se não estava em harmonia com os principios modernos, era pelo menos coherente com a idêa juridica; porque implicitamente reconhecia a necessidade da alma para a existencia do direito.

A philosophia moderna, sobre tudo, depois das profundas e luminosas analyses de Kant, determinou com mais rigor e pre-

---

[1] Sobre a impossibilidade de comprehender o que seja o Direito, desde o momento em que se abstrahe das relações das pessoas entre si, estão mais ou menos de accordo todos os escriptores de *Direito natural*.

Kant, fazendo consistir o direito nas *condições de coexistencia da liberdade de todos*, claramente indicava que sem a existencia de relações entre as vontades dos differentes homens era impossivel o direito.

Entre nós o sr. Ferrer, embora se afaste da definição de Kant, não duvida affirmar esta mesma verdade quando nos diz no § 14.º da sua *Philosophia do Direito:* «Este caracter de *relação* que temos descoberto no Direito (§§ 12.º e 13.º) apparece tambem constantemente no sentido usado nos *tribunaes de justiça*. Os juizes não tomam conhecimento de *pretenção*, que não signifique uma relação juridica entre diversas pessoas, das quaes uma tenha o direito e a outra a obrigação *correlativa*. Se considerarmos um homem solitario, poderemos descobrir-lhe *obrigações* para com Deus e para comsigo, porque é responsavel diante da sua *consciencia;* porém as pretenções *juridicas* sómente apparecerão pelas relações da *vida social*.»

As divergencias começam, quando se tracta de averiguar se estas relações entre as pessoas são apenas a condição do direito, ou um elemento do direito, ou o proprio direito como nós affirmamos, definindo-o — o complexo das relações entre as vontades individuaes.

cisão o elemento espiritual a que corresponde o direito, mas os grandes jurisconsultos da velha Roma são incontestavelmente os espiritos entre os antigos que manifestaram a intuição mais viva e perfeita do organismo juridico da sociedade. E não é para extranhar, porque tinham deante dos olhos a realidade juridica mais perfeita que nos offerece a historia da antiguidade, sentiam em si e no meio que os cercava a forte acção dos elementos geradores de todas as instituições civis e politicas [1].

---

[1] A sciencia do direito, para ser completa, não póde prescindir do estudo da legislação, não só porque a lei é um elemento integrante de todo o organismo juridico, mas ainda porque nella se reflectem as idêas mais ou menos exactas dos povos sobre o justo e injusto.

E necessario, porém, não lhe ligar uma importancia tal, que nos limitemos a uma pura exegese, assim como tambem é indispensavel não a desprezar de tal modo, que nos entreguemos apenas a considerações mais ou menos vagas sobre a natureza humana, sobre as suas necessidades e aspirações. A especulação rigorosa e scientifica sobre os principios fundamentaes da natureza humana, a critica das legislações e o conhecimento exacto da vida real, são elementos que é necessario conciliar, porque todos se completam mutuamente. É ao conhecimento real da vida humana, numa das suas mais poderosas manifestações, que os jurisconsultos romanos deveram a sua incontestavel superioridade.

Diz-nos a este respeito, com grande verdade, o illustre professor da Universidade de Kiel, M. N. Falck na sua *Encyclopedia Juridica* •: «La manière dont le droit était traité par les jurisconsultes romains diffère beaucoup de celle qui est usitée dans les temps modernes; elle repose sur une intuition vive des rapports juridiques eux-mêmes (33), et consiste surtout à montrer les maximes générales dans leur application aux cas particullers.

«Leurs écrits ne sont presque jamais exégétiques, et quand certaines doctrines juridiques se rattachent à un texte de droit positif, la loi est plutôt alors un simples véhicule pour les explications scientifiques, que la source même où elles sont puisées.» Nota 33. «Les jurisconsultes classiques de Rome n'étaient pas atteints de cette sécheresse anti-juridique, qui se répand chaque jour davantage en Allemagne, quoiqu'elle se déguise sous un certain vernis d'érudition; et quiconque, avec un esprit dégagé de prévention, se sera pénétré des écrits de ces classiques, devra reconnaître que leur admirable supériorité consistait précisément dans la connaissance de la vie.» *Thibaut, dans Archiv. f. civil. Prax.*, tomo XVI, pag. 184.

• Trad. de M. C. A. Pellat.

A vontade energica do povo-rei deixou-nos para attestar a sua existencia esse monumento a que chamam o Direito Romano, assim como a intelligencia poderosissima dos pensadores gregos nos deixou esse outro monumento não menos admiravel que constitue a *Philosophia Grega*.

A integridade pessoal comprehende a integridade physica e moral, porque a vontade é a unidade suprema do ser humano, o principio que domina todas as suas forças, orgãos e faculdades e por consequencia qualquer violencia, qualquer ataque feito a estes é tambem um ataque, uma violencia practicada contra a vontade.

O respeito que todo homem deve á vontade do seu similhante não se reduz apenas a não violar a sua integridade. A vontade humana é essencialmente um principio de actividade, e por isso é forçoso respeitar-lhe as manifestações sempre que estas não destruam nos outros o principio da sua inviolabilidade.

A actividade voluntaria assim regulada constitue o direito de justa actividade, que, sendo uma extensão, um desenvolvimento do direito de integridade pessoal, representa, como este, uma relação entre vontades individuaes.

A propriedade é um resultado da actividade voluntaria amoldando as cousas do mundo exterior ás suas conveniencias; a sua inviolabilidade significa o respeito devido, não ao objecto transformado, mas á vontade que o transformou, imprimindo-lhe o seu cunho. Representa pois uma relação entre vontades, embora a sua existencia dependa d'uma condição, d'um facto anterior d'uma das vontades — a modificação dos objectos exteriores.

Em todos estes tres direitos as vontades, quer os consideremos em si, na sua actividade, ou nos resultados d'esta actividade, coexistem apenas, limitam-se a uma simples juxtaposição e por isso formámos d'elles um grupo á parte caracterisado pelas relações de coexistencia. A actividade de cada um homem, porém, não se limita a modificar as cousas do mundo que o cercam; a sua acção extende-se egualmente aos outros homens. D'esta acção resultam as combinações de volições, que prendem entre si duas ou mais vontades, e que geram relações que não é possivel reduzir ás de simples coexistencia. É o concurso de duas ou mais

volições que caracterisa, a segunda classe das relações juridicas. Este concurso póde ser simultaneo ou successivo; no primeiro caso temos os contractos e as sociedades, no segundo os testamentos. O fim geral d'estes actos é transferir d'um para outro individuo, ou pôr em commum direitos de actividade e propriedade (prestação de factos ou de cousas.)

A sua existencia implica, pois, a existencia das relações juridicas da primeira classe; porque sem os direitos de actividade e propriedade não tem objecto possivel os testamentos, bem como os contractos e as sociedades.

Nesta passagem da primeira para a segunda especie da actividade juridica vemos pois realisada a lei da evolução e involução, já pelo apparecimento d'uma nova relação — a combinação de volições — já pela repetição necessaria das anteriores relações — os direitos de actividade e propriedade, que os testamentos, os contractos das sociedades modificam.

Segundo o define o nosso Codigo Civil, contracto é «o accordo, por que duas ou mais pessoas transferem entre si algum direito ou se sujeitam a alguma obrigação.» Este accordo é o caracteristico, o elemento determinante nesta esphera da vida juridica; o direito que se transfere representa o elemento da esphera anterior sobre que esta assenta. É por este motivo que todos os jurisconsultos não duvidam affirmar que a lei suprema dos contractos é o accordo das vontades; tudo o que vicia este accordo, nos seus factores ou na sua realisação, (como a coacção, a incapacidade, o erro e o dolo), é ao mesmo tempo para o contracto origem de nullidade.

Nos testamentos ha uma combinação de duas volições, mas não tão completa como nos contractos, porque os dois actos de consentimento, as duas volições são successivas. O acto, pelo qual o testador dispõe para depois da sua morte de todos ou de parte dos seus bens, só gera obrigações positivas depois da addição da herança, isto é, quando a vontade do herdeiro acceita as disposições do testador. Até ahi ha perfeita liberdade, tanto para o testador, como para o herdeiro; o primeiro póde revogar o testamento, quando bem lhe agrade, o segundo póde acceitar ou

não a herança, conforme o achar conveniente ou inconveniente. A existencia, pois, do testamento não altera immediatamente as relações juridicas de simples coexistencia e liberdade; mas prepara a passagem d'estas para os contractos e outras modalidades juridicas mais complexas, fórma uma transição do primeiro para o segundo momento da idêa juridica, para nos exprimirmos em harmonia com a linguagem hegeliana.

Assim como o testamento constitue uma transição da primeira para a segunda classe de phenomenos juridicos, assim tambem a sociedade representa uma transição d'esta para a terceira e ultima classe dos mesmos phenomenos.

Nas sociedades encontra-se o mesmo elemento dominante dos contractos — o accordo — assim como as condições d'este accordo — os direitos de actividade e propriedade — e além d'isto uma nova combinação — o fim commum — que faz dos individuos associados uma pessoa moral, estabelecendo entre elles relações, não transitorias, como se observam nos contractos, mas fixas e durando o tempo necessario para a realisação do fim commum.

É pois o — fim — o caracterisco d'esta modalidade juridica, é elle que o jurisconsulto deve principalmente ter em vista no estudo das sociedades; porque é elle que modifica as relações anteriores, e as faz entrar numa harmonia superior, sem comtudo as destruir. A idêa de fim exprime o objectivo da vontade, ou, melhor, as differentes manifestações da vida humana, quando reflectidas e apresentadas pela intelligencia á vontade como principios das suas resoluções.

Toda a resolução suppõe necessariamente uma idêa, e toda a idêa que serve de principio a uma resolução é um fim. Como, porém, a natureza humana é complexissima, e os fins correspondem ás suas diversas manifestações e elementos, segue-se que se subdividem em tantas especies quantos são estes elementos.

As sociedades, representando os diversos fins que a vontade se póde propor, dividem-se egualmente nas mesmas especies.

É assim que temos sociedades agricolas, industriaes, commerciaes, etc., etc., conforme o fim que lhe deu existencia é agricola, industrial ou commercial.

Mas sendo a vontade, que se propõe fins, tambem um elemento da natureza humana, segue-se que as suas manifestações, os seus actos lhe podem ser apresentados pela intelligencia como o objectivo das suas resoluções; ora a vontade, quando tem por fim a vontade, quando se propõe a realisação das suas proprias determinações e leis, exerce o que em jurisprudencia se chama um acto de soberania, e quando se associa com as outras vontades para este fim, gera essa nova ordem de relações, que denominamos o *governo,* que nada mais é do que a combinação, a associação das soberanias individuaes.

Todo o governo é pois uma sociedade, mas não é uma sociedade, como todas as outras, porque, se o fosse, é claro que o deveriamos incluir na segunda classe dos phenomenos juridicos. Qual o motivo, qual a razão que nos levou a distribuir todas as relações juridicas em tres categorias distinctas? Qual o fundamento com que levantámos um novo genero á parte para nelle comprehendermos os actos que constituem o governo? Qual a addição, qual o novo elemento ou relação, que se accrescenta a esta sociedade, para a distinguir de todas as outras? Assim como, reconhecendo implicitamente em todas as sociedades um contracto (ou o seu elemento caracteristico — o accordo das vontades), apezar d'isso as distinguimos dos contractos, porque nellas vimos uma nova relação — o fim commum —; assim tambem devemos distinguir o governo de todas as outras sociedades, se nelle encontrarmos um elemento novo que não exista em nenhuma d'ellas. Ora o governo distingue-se das outras sociedades, não só pelo seu fim especial — *a garantia e a realisação do direito,* — mas ainda por um novo elemento — *a coacção* —.

O que é a coacção? a vontade de cada individuo, empregando contra o seu similhante a força de que dispõe, para o levar ao respeito das leis juridicas e ao cumprimento das suas obrigações. Até que ponto póde ir este emprego da força? quaes os seus limites? Eis a grande questão a resolver para distinguir cabalmente o governo de toda e qualquer sociedade, e que muito concorre para tornar bem patentes os limites da acção governativa.

Effectivamente, se o caracteristico d'esta modalidade da vida juridica é a coacção, se não comprehendemos a idêa de governo sem a faculdade de coagir, é claro, que estão naturalmente fóra da acção governativa todas aquellas funcções da vida humana para cuja realisação não é licito empregar a coacção. Determinar, pois, os limites da coacção, é ao mesmo tempo determinar os limites das attribuições governativas.

O governo, como acabamos de ver, é a sociedade que tem por fim o cumprimento das leis juridicas, e, como estas são uma manifestação da vontade collectiva, podemos affirmar que o governo é a vontade collectiva exercendo a sua actividade para se fazer respeitar. Involve por consequencia todos os direitos comprehendidos nas primeiras duas classes dos phenomenos juridicos, visto que o seu fim é fazel-os respeitar; e ao mesmo tempo representa especialmente um novo aspecto da vontade humana — *a faculdade juridica da coacção,* que, como diz o sr. Ferrer, entra em todos os direitos [1]. Mas se a coacção entra em todos os direitos, qual o motivo porque fizemos d'ella o elemento caracteristico da terceira classe dos phenomenos juridicos? Se os direitos de propriedade, de integridade, de actividade, etc., etc., involvem a faculdade de coacção, qual a razão porque a não consideramos como um accessorio de todos estes direitos, e como tal inseparavel de cada um d'elles? A resposta é facil. A coacção é inseparavel de todos os direitos, porque, como estes, é uma manifestação necessaria do mesmo principio — a vontade humana —; mas distingue-se d'elles, e representa uma manifestação mais complexa do que a que elles exprimem, e por isso serve de principio a uma nova phase da vida juridica. O exercicio dos direitos de propriedade, de actividade, de associação, etc., etc., póde conceber-se sem o exercicio da faculdade de coacção; e tanto assim, que sempre que os homens estão de accordo sobre os seus mutuos direitos e obrigações, não tem razão de ser a coacção.

A necessidade d'esta nasce da opposição, quer esta derive do

---

[1] *Philosophia do Direito,* § 19.

conflicto de interesses, quer tenha a sua origem no conflicto mais elevado das idêas e dos sentimentos. São pois duas espheras de actividade juridica intimamente ligadas, mas que é preciso não confundir. Os direitos, como pertencendo a uma esphera menos complexa, podem muitas vezes exercer-se sem a coacção; esta, porém, é que nunca póde exercer-se legitimamente senão quando fundada num direito. Quando o contrario succede ha abuso da força e não exercicio legitimo da faculdade de coagir.

D'aqui provém que os limites da coacção são tambem os limites da esphera do direito de cada individuo, e que onde termina esta ahi deve findar aquella. Ora o governo, representando o exercicio da faculdade de coagir, tem necessariamente os mesmos limites que esta, não póde ter uma attribuição que não seja ao mesmo tempo a garantia d'um direito, não póde ordenar ou prohibir uma acção sem ao mesmo tempo ter direito de empregar a força para observancia das suas ordens e prohibições. Todos aquelles actos que os homens não podem exigir dos seus similhantes tambem o governo os não póde converter em obrigações; todas aquellas acções que são licitas a cada individuo não podem ser ordenadas ou prohibidas pelo governo.

O homem na realisação dos seus fins industriaes, agricolas, scientificos, artisticos e religiosos deve respeitar a vontade dos outros homens, não póde coagil-os a concorrer para ella sem offender o direito de cada um. Mas, no que diz respeito ás suas relações juridicas, não acontece o mesmo: sempre que se levante uma contestação ou opposição, sempre que se manifeste uma perturbação nestas relações, é forçoso fazel-a cessar empregando a força contra os perturbadores. Tomar resoluções sobre as pendencias juridicas e executal-as são dois actos da vontade, distinctos mas intimamente ligados, e que junctos constituem o exercicio da soberania individual.

O governo é a resultante, a combinação das soberanias individuaes, e representando o ultimo termo da evolução da vida juridica, involve todos os anteriores.

Como as sociedades, tem um fim; como os contractos, exige o accordo das vontades; como os direitos de integridade, de acti-

vidade e de propriedade, implica a coexistencia das vontades individuaes; finalmente, como governo, affirma todas estas relações, garantindo-lhe a realidade pela *coacção*.

Ha, pois, em todo o governo o pacto fundamental, que corresponde ao accordo das vontades; a lei que exprime o fim; e a execução que significa o exercicio da coacção; e todos estes momentos, todas estas funcções representam, como temos visto, manifestações do mesmo principio — a vontade collectiva — na ultima phase do seu desenvolvimento.

Nesta terceira e ultima phase do desenvolvimento juridico observamos egualmente, como na segunda, a mesma transição, a mesma applicação da lei da *evolução* e *involução*.

O governo apparece em virtude d'um novo elemento a — *coacção*, — e ao mesmo tempo involve em si essa relação que constitue — o fim commum, bem como essa outra que designamos pelas expressões — accordo das vontades; as quaes, sendo em espheras menos complexas principios determinantes, desempenham nesta uma funcção necessaria, é verdade, mas subordinada a um outro principio — a coacção, que lhes dá um caracter especial, embora de modo algum as possa destruir na sua essencia.

D'esta rapida analyse do organismo juridico da sociedade concluimos que todo o phenomeno juridico é na sua sua essencia mais geral *uma relação entre vontades individuaes*. A vontade, quando a consideramos em si, apresenta-se-nos como uma força que existe, que se determina, e que affirma e sustenta a sua existencia e determinações.

As suas relações com as outras vontades apresentam-se-nos egualmente debaixo d'este triplice aspecto, e d'ellas nasce a rêde immensa da vida juridica, a variedade espantosa de factos, de idêas, de questões, para cujo estudo completo não basta a vida d'um só homem.

Apezar, porém, d'esta admiravel variedade a intelligencia humana tem conseguido reduzir todos os phenomenos juridicos ás classes e especies que acabamos de analysar nos seus elementos, e de que formamos o seguinte quadro para que, com um simples

lance d'olhos, possa o leitor alcançar todo o dominio da sciencia juridica.

REDUCÇÕES ENTRE AS VONTADES INDIVIDUAES	Coexistencia das vontades	Integridade pessoal Justa-actividade Propriedade
	Combinação de volições	Testamentos Contractos Sociedades
	Combinação de soberanias	Pacto fundamental Lei Execução.

Indicadas as forças ou elementos de que os phenomenos juridicos são uma manifestação, segue-se examinar já qual deva ser o fundamento da lei juridica, já qual a formula ou formulas que melhor a exprimem.

Como vimos na introducção a este ensaio, as idêas de força e lei não representam duas realidades separadas e independentes, mas dois aspectos necessarios de toda a realidade. A lei, pois, de qualquer ser não tem o seu fundamento fóra d'elle, mas na sua propria essencia e natureza. Quando o ser é complexo, as suas leis são diversas, repousando cada uma sobre seu elemento distincto, e exprimindo-lhe a essencia e natureza. Ora, sendo os phenomenos juridicos uma das manifestações d'esta força especial a que chamamos vontade, é claro que o fundamento da sua lei é a natureza a essencia da vontade collectiva, assim como o fundamento da lei moral é a essencia da vontade considerada na intimidade da consciencia.

O fundamento das leis moraes e juridicas não está fóra do homem, no céo ou na terra, mas na propria consciencia humana; ou, melhor, na vontade, que, reflectindo-se na intelligencia, dá origem ás idêas do justo e do injusto.

O genio immortal de Kant viu perfeitamente esta verdade,

quando assentou a moral sobre o principio da autonomia e quando escrevia:

«Il n'est plus étonnant que toutes les tentatives, faites jusqu'ici pour découvrir le principe de la moralité, aient échoué. On voyait l'homme lié par son devoir à des lois; mais on ne voyait pas qu'il n'est soumis *qu'à* une législation qui lui est *propre,* mais qui est en même temps *universelle,* et qu'il n'est obligé qu'à sa propre volonté, mais à sa volonté constituant une législation universelle, conformement à sa destination naturelle.»

O moralista e o jurisconsulto, seguindo as evoluções da vontade, já na intimidade da consciencia, já nas suas relações com as outras vontades, reconstruem a vida moral e juridica do mesmo modo que o anatomista e o physiologista reconstruem o organismo seguindo as differentes evoluções da cellula. Assim como estes descobrem as leis da vida e do organismo, fixando a sua attenção sobre os elementos organicos, assim tambem o jurisconsulto descobre as leis do justo e do injusto pelo exame reflectido dos elementos e condições da vida juridica.

Affirmar que a vontade é o principio, ou a força, de cujas manifestações resultam os phenomenos juridicos; indicar como base e fundamento da lei que os rege a propria natureza da vontade, não equivale a sustentar que o direito e a justiça são filhos d'uma convenção.

Entre a justiça absoluta e transcendente, cuja origem os seus defensores procuram fóra do homem, e a justiça toda convencional, que muitos pensadores pretendem derivar d'um contracto social, ha um meio termo, que consiste na justiça, que é a expressão das verdadeiras relações, derivadas da natureza da vontade humana. Esta não é transcendente como a primeira, nem convencional como a segunda, mas immanente aos proprios seres que rege.

Superior ás convenções do homem, superior aos usos e costumes, superior mesmo ás leis e ás constituições dos povos, está a natureza da vontade, que representa a lei e a força, que as sustentam ou aniquilam segundo se conformam ou não com as suas prescripções. A intelligencia, reflectindo sobre a vontade individual

e collectiva, meditando sobre a sua natureza, condições de existencia e variadissimas relações, alcança a lei e o ideal juridico: a sociedade, harmonisando-se ou não com esta lei, progride ou retrocede, desenvolve-se ou definha.

Quasi todos os philosophos, que nos tempos modernos têm submettido o direito ás suas especulações, concordam em que o seu fundamento é a natureza humana, e que do estudo d'esta, da investigação das suas leis, dos seus elementos, das suas forças componentes deve resultar a verdadeira theoria das relações juridicas.

Este modo de pensar constitue um verdadeiro progresso em relação ás doutrinas dos que julgavam que as leis juridicas tinham um fundamento transcendente, uma origem mystica superior á natureza humana.

Não basta, porém, a affirmação vaga e geral de que o direito deriva da natureza humana; é indispensavel dar mais precisão ás idêas, é necessario indicar quaes os elementos da natureza humana a que corresponde o direito, e como das suas combinações e evoluções resultam todas as relações juridicas. A vida humana é complexissima; nella se resumem e concentram todos os phenomenos que encontramos em todo o vasto campo das nossas observações.

A extensão, o movimento, as acções physicas, chimicas, organicas, bem como os phenomenos intellectuaes, affectivos e voluntarios realisam-se constantemente em todo o homem, combinando-se por diversos modos, mas sujeitos todos a uma harmonia superior. É pois indispensavel não só distinguil-os uns dos outros, mas ainda comprehender a sua ligação, vendo como todos concorrem para a vida d'um unico individuo. Eis a grande difficuldade, eis o trabalho que é necessario effectuar, sob pena do homem ser para si mesmo um eterno enigma.

Não cabe, porém, nas forças d'um unico pensador, nem mesmo de muitas gerações de pensadores, a realisação de tão grande obra. Concorrem todos, trazendo cada um o seu tributo maior ou menor conforme os seus recursos. Antes que os espiritos entrassem no verdadeiro caminho, divagaram a um e a outro lado, sem atinarem com a vereda que lá conduzia; uma vez

achado o caminho, é forçoso percorrel-o até ao fim, notando cuidadosamente os seus diversos pontos de vista. É este o espectaculo que nos offerece a historia da sciencia em geral, e em particular a historia da sciencia juridica.

Antes de Kant ter determinado qual o verdadeiro objecto do direito e da moral, com aquella sagacidade e penetração que fizeram d'elle o primeiro pensador do seu tempo, outros espiritos se tinham approximado das mesmas idêas; mas nenhum como elle as concebeu com mais força; nenhum as expoz com maior rigor de deducção. Kant não só affirma que fóra da consciencia humana é impossivel encontrar o fundamento da lei juridica e moral, mas ainda accrescenta que o fim da metaphysica dos costumes é examinar a idêa e os principios d'uma vontade *pura* possivel, e não as acções e as condições da vontade humana em geral [1].

Nos «*Fundamentos da metaphysica dos costumes*» na «*Critica da razão practica* [2]» e no systema da razão practica ou na «*Meta-*

[1] La métaphysique des moeurs doit examiner l'idée et les principes d'une volonté *pure* possible, et non les actions et les conditions de la volonté humaine *en général*, lesquelles sont tirées en grande partie de la psychologie. (*Fondements de la métaphysique des moeurs*, trad. de Barni.—Prefacio, pag. 9.)

[2] Os *Fundamentos da metaphysica dos costumes*, bem como a *Critica da razão practica*, são de todas as obras de Kant aquellas a que a philosophia moderna tem menos restricções a fazer.

Sem duvida alguma é forçoso admirar a força de analyse e de abstracção que Kant desenvolve na *Critica da razão pura* e em todas as outras obras, mas em todas estas ha muita restricção a fazer, muitas idêas que é necessario rectificar.

A *Critica da razão practica*, pelo contrario, (desde o momento em que se modifique um pouco ou se explique de certo modo o que se deve entender por conceitos *a priori*, desde o momento em que se considerem como idêas que a intelligencia adquire reflectindo sobre a vontade e suas condições de existencia), não póde deixar de ser acceita por todos os partidarios da *doutrina da immanencia*. A razão é uma capacidade de representação, e por consequencia todos os conceitos, todos os principios, todas as idêas que ella apresenta têm o seu verdadeiro fundamento numa realidade qualquer; ora

physica dos costumes» é sempre o mesmo elemento — a vontade — que elle examina nas suas diversas faces, na liberdade moral, que considera já negativamente, já positivamente [1], na

---

se os principios juridicos e moraes não têm o seu fundamento no céo ou na terra, como muito bem affirma Kant, segue-se que o tem nesse elemento a que chamamos vontade.

Nas obras a que nos referimos Kant tem periodos que exprimem admiravelmente este pensamento, que traduzem perfeitamente esta relação entre a intelligencia e o principio das nossas resoluções.

Diz elle a pag. 89 dos *Fundamentos da metaphysica dos costumes* *. «Il est maintenant aisé de s'expliquer, par le peu que nous venons de dire, comment le concept du devoir, tout en nous annonçant une sujétion à la loi, nous fait trouver en même temps une certaine sublimité, une certaine *dignité* dans la personne qui remplit tous ses devoirs. En effet ce n'est sans doute point en tant qu'elle est *soumise* à la loi morale qu'elle a de la sublimité, mais en tant qu'elle *se* donne cette loi *à elle-même*, et qu'elle n'y est soumise qu'à ce titre. Nous avons montré aussi plus haut comment ce n'est ni la crainte ni l'inclination, mais le seul respect pour la loi qui peut donner une valeur morale aux actions. Notre propre volonté, conçue comme n'agissant qu'à la condition de pouvoir ériger ses maximes en lois universelles, cette volonté idéale, dont la possibilité vient de nous, est le véritable objet de notre respect, et la dignité de l'humanité consiste précisément dans cette propriété qu'elle a de dicter des lois universelles, mais à la condition de s'y soumettre elle-même.» É esta vontade idealisada ou concebida na pureza da sua essencia, que constitue o fundamento da lei moral e juridica.

[1] Kant explica-nos do seguinte modo o que entende por vontade: «Toute chose dans la nature agit d'après des lois. Mais il n'y a que les êtres raisonnables qui aient la faculté d'agir d'après la représentation des lois, c'est-à-dire d'après des principes ou qui aient une *volonté*. Puisque la raison est indispensable pour dériver les actions de lois, la volonté n'est autre chose que la raison pratique.» A vontade é pois a causalidade dos seres racionaes, e a *liberdade*, considerada negativamente, consiste na propriedade que tem esta causalidade de obrar independentemente de toda a causa *determinante* extranha. Do conceito da liberdade *negativa* deduz Kant a liberdade positiva ou affirmação de leis moraes fundadas na propria vontade e que devem reger os seus actos.

Para Kant a liberdade não significa arbitrio ou não sujeição a leis, mas a *autonomia* ou a propriedade que tem a vontade de ser para si mesmo uma lei. (Vide os *Fundamentos da metaphysica dos costumes*, trad. de M. Barni, pag. 98 e seg.)

* Trad. de M. Barni.

sua vida interna, que é uma consequencia d'esta mesma liberdade, e nas suas relações externas, que constituem o *direito*. A Kant pertence pois o merito incontestavel de ter indicado, com grande precisão e rigor, o elemento da natureza humana, a que corresponde a moralidade e o direito, affirmando ao mesmo tempo que sobre este elemento devem pousar as leis moraes e juridicas.

Resta-nos agora examinar se a formula que elle nos deu da lei juridica é admissivel, ou se a devemos substituir por uma outra.

(Continúa) FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ESTRUCTURA TUBULAR

Na constituição do fasciculo primitivo admittem alguns histologistas a fórma d'um tubo de sarcolemma cheio de substancia liquida [1]. Os sectarios d'esta doutrina referem-se principalmente a dois factos observados por Kühne; um d'elles filho d'uma casualidade, que rarissimas vezes se repetirá; e o outro com muito menos importancia, talvez, do que aquella que desde logo lhe attribuiram.

Dentro d'um fasciculo primitivo da rã, recentemente preparado, viu Kühne um infusorio *nematoide* [2] a mover-se com facilidade em todas as direcções, como se estivesse nadando num liquido

---

1 Poderia admittir-se a denominação de *fasciculo tubular*, attendendo-se a que o sarcolemma lhe serve de bainha em fórma de tubo; mas não se tracta aqui d'esta disposição. Tambem não me refiro ao cylindro ou tubo central que o fasciculo primitivo apresenta, segundo Ch. Robin, sómente no principio do desenvolvimento muscular nos vertebrados, e como disposição permanente na maior parte dos articulados; disposição permanente, que foi attribuida por outros a illusão optica. (Ch. Robin—*Diction. encyclop. des scienc. méd.*, 1876, tomo x, palavra *musculaire*, pagg. 551 e 555; Milne Edwards—*Leç. sur la physiol. et l'anat. comp. de l'hom. et des anim.*, 1872, tomo x, pag. 456.)

2 Hermann—*Éléments de physiologie*, 1869, pag. 233. Este infusorio era o *Myoryctes Weismanni*. (Wundt—*Nouv. élém. de physiol. hum.*, 1872, pag. 374.) «Lui aussi (Hensen) a observé le *Myorictes* se démenant à l'intérieur du sarcolèmme, et le contenu ne lui a nullement fait l'impression d'un liquide, mais bien d'un corps de consistance de gelée.» (Frédéricq — *Génér. et struct. du tissu muscul.*, 1875, pag. 43.)

qualquer. A respeitabilidade do observador, com quem tive occasião de tractar pessoalmente em Berlim, é na verdade de grande pêso; mas, attendendo-se a que este facto não é d'aquelles que se prestam á repetição de quem os queira verificar, fico hesitando entre a realidade e as illusões de que ás vezes não ficam isentos os mais distinctos micrographos. É possivel que o infusorio se tivesse insinuado por entre as fibrillas do fasciculo primitivo, como suppõe Ch. Robin, á similhança do que viu passar-se com a *filaria,* caminhando rapidamente por entre as fibras e feixes do tecido laminoso ou conjunctivo da rã e da vesicula natatoria dos *cyprinoides* [1]. E se a casualidade, que se offereceu a Kühne, se tivesse dado comigo, eu admittiria tambem como possivel que o infusorio nadasse no liquido da preparação por debaixo do fasciculo primitivo, sem ultrapassar os seus limites lateraes, por se acharem estas margens do sarcolemma assentes no porta-objecto. D'este modo uma porção de liquido, alli encarcerado, poderia ter produzido uma pequenissima elevação do sarcolemma na direcção do eixo longitudinal do fasciculo; o que aliás poderia ter-me passado desapercebidamente, se eu não tivesse levantado a preparação para me prevenir contra esta particularidade, passando o fasciculo muscular para outro porta-objecto e com outro liquido. Nestas condições, e sem a devida prevenção contra a hypothese figurada, seria possivel que eu tivesse tomado, como nadando dentro do sarcolemma, o infusorio que nadasse por debaixo do fasciculo primitivo.

Bem conheço que phantasiei uma hypothese; e que esta, além de gratuita, não poderia ter applicação perante os creditos scientificos do distincto preparador de chimica pathologica [2] no laboratorio de Virchow; ponhamol-a de parte.

Por outro lado as minhas preparações de musculos frescos da rã, com que estou familiarisado ha tantos annos, apresentam-me

---

[1] Ch. Robin —*Diction. encyclop. des scienc. méd.*, 1876, tomo x, palavra *musculaire*, pag. 578.

[2] Actualmente professor da faculdade de medicina de Heidelberg.

o fasciculo primitivo com taes caracteres de consistencia, de constancia de fórma, e de resistencia aos meios de compressão e de dilaceração, que não posso tomar como liquido o conteúdo do sarcolemma, quando o observo nas condições em que elle se achava naquella observação de Kühne.

A outra observação do mesmo histologista, que serve de fundamento ao estado liquido do conteúdo do sarcolemma, consiste em fazer passar uma corrente electrica por um fasciculo primitivo, para se conhecer que aquelle conteúdo se accumula no pólo negativo, como se fizessemos a experiencia com um tubo inerte cheio d'um liquido qualquer [1].

Ch. Robin impugnou as deducções d'este facto, fazendo notar que pequenos grupos de fibras cellulas dos musculos lisos, apezar de mais consistentes do que os fasciculos estriados, se comportam d'um modo similhante sob aquella influencia da corrente electrica; e que tanto nuns como noutros, em logar do transporte d'um liquido do pólo positivo para o pólo negativo, apenas se dá a maior condensação do conteúdo do sarcolemma para o lado d'este ultimo pólo [2].

Posso accrescentar que nas minhas experiencias se dão resultados similhantes, não só com os musculos frescos da rã, mas tambem com os que são previamente endurecidos por meio do acido chromico; com o tendão de Achilles do mesmo animal recentemente sacrificado; e com pequenas parcellas de batata, de pera e de pecego. O facto como eu o observo, não me inculcando o transporte d'um liquido como o concebeu Kühne, tambem não me indica uma simples condensação d'aquelle conteúdo como a descreveu Ch. Robin. O que se me torna menos duvidoso é a acção da electricidade *descórando* o mesmo conteúdo do sarcolemma. Descrevo em seguida as condições d'estas minhas experiencias.

---

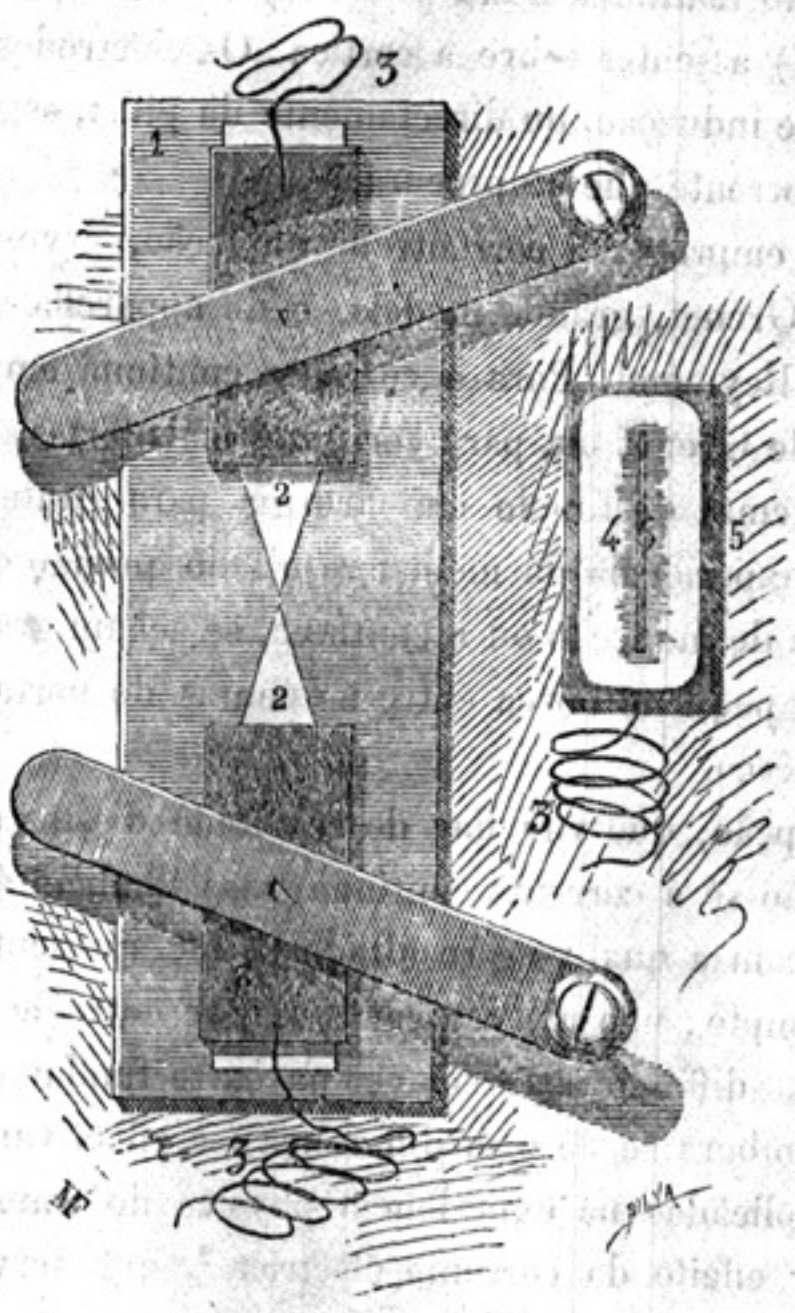
1 Leidig—*Trait. d'histol. etc.*, 1866, pag. 49; Hermann—*Élém. de physiol.*, 1869, pag. 233.

2 Ch. Robin — *Diction. encyclop. des scienc. méd.*, 1876, tomo x, palavra *musculaire*, pag. 577.

Disponho o *porta-objecto electrico* como o construiu Ranvier [1] com pequenas modificações.

A um porta-objecto ordinario (fig. 38 — 1) faço adherir, por meio do *gold size* ou materia similhante, duas laminas de platina

Fig. 38



Porta-objecto electrico. — Porta-objecto ordinario (1). Laminas metallicas (2). Electrodos (3) ligados com outras laminas metallicas (4) pela continuação d'estes fios conductores achatados (6), que tambem prendem as peças de cortiça (5). Estas estão seguras pelos compressores (7); ficando as laminas dos electrodos (4) em contacto com as laminas do porta-objecto (2). A peça que tem os algarismos 4, 5 e 6 está voltada para mostrar a disposição da lamina metallica.

---

[1] Ranvier — *Trait. téchn. d'histol.*, 1875 a 1878, pag. 45.

ou de estanho [1] com 1 centimetro de largura e terminadas em ponta (2), a corresponderem-se na distancia de 1/2 millimetro e ainda menos. Os electrodos (3) terminam em laminas de estanho de 1 centimetro de largura (4), ligadas a laminas de cortiça (5) por meio do fio de cobre achatado (6) dos mesmos conductores. Estas peças ajustam-se pela face metallica nas laminas (2) do porta-objecto, e são mantidas nesta posição pelos compressores do microscopio (7) assentes sobre a cortiça. Os electrodos partem do apparelho de inducção, ou directamente da pilha, segundo a qualidade da corrente que se procura.

Se quero empregar a corrente de inducção, sirvo-me da pilha botelha de Grenet, grande modelo, e do apparelho de inducção de Dubois Reymond. Para a corrente contínua emprego a mesma pilha de Grenet ou, para correntes mais fortes, o modelo do mesmo systema, destinado em cirurgia para cauterisações electricas. A experiencia dá melhor resultado quando qualquer das correntes, a de inducção ou a contínua, se acham graduadas para produzirem pequena faisca entre as pontas do porta-objecto electrico em sêcco.

A descripção, que vou dar do resultado d'estas experiencias, refere-se não só á corrente contínua, mas tambem á corrente de inducção, com a qual esse resultado se me apresenta mais claro e mais prompto; não me parecendo dar-se entre as duas ordens de correntes differença apreciavel na parte fundamental do phenomeno; embora se dê essa differença (se effectivamente se dá), quando applicadas na experiencia physica do transporte dos liquidos por effeito da corrente electrica [2], que serviu de fundamento á experiencia de Kühne.

---

[1] Aproveitei-me da liga metallica em folhas flexiveis usadas para resguardar preparações pharmaceuticas, etc.; e tambem das capsulas de garrafa. Estas ultimas com 0mm,09 de espessura; e as primeiras, bem como as de platina, com 0mm,02 a 0mm,03.

[2] Poderá lembrar que, á differença de actividade entre os dois pólos da corrente contínua, corresponda até certo ponto, para o nosso caso, uma differença similhante entre as correntes de inducção directa e inversa.

Quando opéro sobre o musculo fresco da rã recentemente sacrificada, colloco os fasciculos primitivos entre as pontas do porta-objecto electrico, sem liquido extranho, ou com o humor aquoso da mesma rã, com agua levemente assucarada, ou sómente com agua distillada, não me tendo offerecido a diversidade d'estas condições differença notavel no resultado. Com a chave de correntes faço chegar a electricidade ao fasciculo muscular, e vou observando o andamento das alterações d'este com a ocular n.° 2 de Nachet e com as objectivas alternadamente n.° 1 e n.° 3.

Nestas condições o fasciculo muscular contrahe-se ou retrahe-se logo á chegada da corrente, encurtando-se, engrossando e curvando-se com muita irregularidade. Se está collocado longitudinalmente entre as duas pontas, começa a tornar-se mais transparente, a partir d'uma das extremidades (a do pólo positivo, se operamos com a corrente contínua), escurecendo ao mesmo tempo para o lado opposto. A experiencia nestas alturas parece inculcar a *condensação* do conteúdo, segundo Ch. Robin, ou o seu transporte segundo Kühne; e, se o fasciculo tem um certo comprimento, assim se conserva indefinidamente; mas quando o fasciculo é muito curto, se deixamos decorrer mais algum tempo, e principalmente se elevamos a força da corrente, aquella transparencia demasiada chega a invadir o fasciculo em toda a sua extensão, restando quasi sómente as linhas que o limitam.

Não vejo aqui o transporte do conteúdo liquido indicado por Kühne, porque me desapparece este conteúdo pela transparencia adquirida; nem a simples condensação da substancia interior do fasciculo, segundo Ch. Robin, porque a zona mais carregada, que lhe servia de fundamento, desapparece tambem; e o que me fica menos duvidoso é o descóramento d'esta substancia contida no sarcolemma.

Se colloco o fasciculo primitivo transversalmente entre as pontas do porta-objecto, a mesma transparencia começa a pronunciar-se de través, levando adiante de si a facha mais carregada em côr até lhe invadir toda a espessura. O fasciculo neste estado, se tem um certo comprimento, apresenta uma zona muito clara no centro, correspondente ás duas pontas do porta-objecto, e mostra-se

menos transparente do que antes da experiencia para ambas as extremidades; mas, se o fasciculo é muito curto, aquella transparencia completa-se em todo o seu comprimento, não mostrando indicios o sarcolemma de se ter despejado do seu conteúdo.

Se, em logar d'um só fasciculo, colloco entre as duas pontas um certo numero d'elles, irregularmente dispostos, a transparencia vai invadindo esta massa muscular como se invadisse um só fasciculo. Vai caminhando ao longo dos que se acham collocados no sentido longitudinal; através dos collocados transversalmente; e de differente modo nos que offerecem obliquidades variadas.

A corrente de inducção, com as oscillações instantaneas do martello interruptor, faz apparecer tambem quasi sempre outra zona clara do lado correspondente a uma das pontas metallicas de menor actividade, se bem que muito menos pronunciada; e se as duas zonas claras não chegam a tocar-se, deixam entre si a zona mais carregada em côr, no eixo longitudinal do fasciculo se elle tem a posição transversal, ou em sentido opposto se elle se acha estendido entre as duas pontas metallicas.

Devemos estar prevenidos de que a acção da electricidade sobre o liquido da preparação e sobre os humores do musculo faz desinvolver bolhas gazosas, que algumas vezes cobrem o fasciculo primitivo a ponto de inutilisarem a experiencia; inconveniente que póde evitar-se, empregando-se maior quantidade de liquido na preparação, ou trocando-se o porta-objecto por outro de pontas mais afastadas.

Quando emprego o fasciculo de musculos endurecidos por alguns dias em acido chromico (solução concentrada 1, agua 300), a transparencia pronuncia-se d'um só lado, ou d'ambos os lados com a mencionada desegualdade; mas, em qualquer dos casos, em gráu muito menor do que no fasciculo fresco, não deixando comtudo de invadir tambem a totalidade de pequenos fragmentos de fasciculo, num ou noutro exemplar. Vejo que se comportam d'um modo similhante, como já disse, o tendão de Achilles e as parcellas ou pequenas fatias de batata, de pera e de pecego.

Em vista d'estes factos parece que a electricidade actúa sobre os fasciculos musculares frescos, descorando-lhes o conteúdo do

sarcolemma; e sahe d'aqui a possibilidade (simplesmente possibilidade) d'um certo gráu de illusão relativa ao transporte do mesmo conteúdo d'um para o outro pólo segundo Kühne, ou relativa á sua condensação para o lado d'um d'esses pólos segundo Ch. Robin. No emtanto não deixa de sentir-se egualmente a possibilidade d'aquelle transporte ou d'esta condensação; porque a extrema transparencia do conteúdo, nestas alturas da experiencia, não deixa ver se elle se conserva na posição normal ou se vai accumular-se noutro ponto. Admitta-se muito embora a possibilidade de tudo isso; mas a demonstração experimental, como se acha geralmente acceita, não me satisfaz por em quanto.

Além dos dois factos de Kühne que ficam mencionados, invoca-se, como prova do estado liquido da substancia contida no sarcolemma, a fórma ondulatoria, que o fasciculo primitivo offerece nos seus movimentos observados no microscopio. Diz-se que aquellas ondulações representam as d'um liquido agitado num tubo de paredes elasticas. Para este julgamento não podem allegar mais do que a impressão que lhes deixa o aspecto d'estas preparações.

O facto obtem-se com facilidade, principalmente com os musculos do gafanhoto e do hydrophilus. Abrindo-se qualquer das extremidades do insecto, ainda vivo ou recentemente sacrificado, ou arrancando-se-lhe uma aza, colloca-se uma parcella d'aquelles musculos no porta objecto convenientemente humedecida, ou sómente com a propria humidade. Se a observamos immediatamente, vemos aquelle movimento ondulatorio, representando a contracção e a dilatação muscular, tanto nos fasciculos isolados como nos que se conservam reunidos em grupo.

Por mais attenção que eu tenha prestado a estes movimentos, nunca pude achar-lhes a mencionada identidade com o movimento ondulatorio d'um liquido dentro d'um tubo elastico. A impressão, que estas preparações sempre me deixam, é a d'uma substancia solida, ainda que de pequena consistencia, com a sua fórma caracteristica, a contrahir-se e a dilatar-se, produzindo aquelles engrossamentos nodosos, ou pequenas elevações parciaes, á custa do comprimento do fasciculo; elevações que se vão propagando

em fórma de onda no sentido longitudinal; mas quasi sempre com muitas irregularidades, devidas talvez a compressões e adherencias do sarcolemma entre as laminas de vidro. Nos musculos do hydrophilus, principalmente, as differentes posições, que tomam as estrias transversaes, em fórma de pequenos anneis, durante aquelles movimentos de *vai-vem,* afastam-me a idêa de que possam representar os movimentos d'uma substancia liquida; o que me parece ainda menos duvidoso em vista da mudança de posições em toda a margem dentada, que estes anneis muitas vezes offerecem nos limites lateraes do fasciculo, sem perderem a primitiva disposição em arco. Em todo o caso tudo são apreciações da impressão visual; e é possivel que a illusão esteja da minha parte.

Poderão dizer que o conteúdo do fasciculo se conserva liquido emquanto o musculo se acha na sua posição normal, funccionando regularmente como parte integrante do organismo a que pertence; e que esse liquido toma immediatamente um certo gráu de coagulação, no momento em que lhe cortamos as suas ligações naturaes com os systemas circulatorio e nervoso; isto é no momento em que preparamos o fasciculo para a observação microscopica. Achavam-se neste ultimo caso as condições experimentaes de Kühne e mais observadores; mas além d'isso, contra aquella doutrina, que aliás, no meu intender, não tem por si uma demonstração experimental bem estabelecida, protestam de certo modo a força que desinvolve a massa muscular no acto da sua contracção; a resistencia que nesse acto e no de flaccidez ella offerece ás forças de tracção, que tendam a dilaceral-a; e a impressão de solidez que sentimos, quando apalpamos em nós mesmos qualquer das regiões musculosas.

Os partidarios do estado liquido da substancia contida no sarcolemma não lhe concedem a homogeneidade. Querem que seja liquida a substancia unitiva ou intermediaria, tendo em suspensão os corpusculos solidos de substancia muscular, elementos sarcodicos de Bowman ou prismas carnosos de Kölliker [1]. Querem que

---

1 Hermann—*Élém. de physiol.*, 1869, pag. 233 já citada.

estes corpusculos suspensos no liquido se correspondam, em series longitudinaes e em camadas transversaes, para darem o motivo da estriação do fasciculo nos dois sentidos.

É mais uma difficuldade que se me afigura na admissão d'esta doutrina. Custa a conceber que, achando-se os corpusculos solidos em suspensão num liquido, não percam as suas relações de posição quando elle se agita nos seus movimentos ondulatorios; o que só poderia ter logar se os mesmos corpusculos formassem quasi a totalidade d'aquelle conteúdo, figurando a parte liquida em pequenissima quantidade. Neste caso, porém, eu diria que o sarcolemma está cheio de corpusculos solidos simplesmente humedecidos, em logar de dizer que é liquido o seu conteúdo.

A. A. da Costa Simões.

A TELEPHONIA, A TELEGRAPHIA E A TELESCOPIA

A actividade scientifica do nosso paiz, pouco sensivel de ordinario, foi nos ultimos mezes do anno proximo passado desusadamente excitada, em presença do moderno descobrimento do telephone magneto-electrico do professor, o sr. Graham Bell, natural de Edimburgo, e recentemente naturalisado americano. O nosso publico interessou-se por modo raramente visto logo nos primeiros ensaios que com o novo apparelho foram feitos. Executados por alguns dos mais distinctos membros do nosso corpo telegraphico, estes ensaios revestiram como que um caracter official; el-rei houve por bem consentir que algumas das experiencias se executassem na sua presença, dignando-se elle proprio tomar parte nellas; e os jornaes noticiosos, espalhando por toda a parte a nova dos resultados colhidos, e incumbindo-se de indicar as multiplices applicações a que se prestava o novo invento, conseguiram despertar a curiosidade, até nas localidades que mais indifferentes parecem sempre ás conquistas da sciencia. Ao mesmo tempo, graças á extrema simplicidade do novo instrumento, começava elle a ser construido pelos nossos artistas; a sua venda annunciava-se por preços excessivamente modicos; e mais que uma concessão de privilegio para o seu aperfeiçoamento era requerida aos poderes publicos [1].

---

1 A primeira noticia que appareceu em Portugal sobre o telephone foi, ao que suppomos, a que deu o *Seculo* de Coimbra em o n.º 2 da 2.ª serie, correspondente a dezembro de 1876; mas observaremos que essa noticia se refere ao instrumento, tal como foi apresentado na exposição de Philadelphia, que differia bastante do actual. Era ainda ao mesmo que se referia o sr. W. Thompson no congresso de Glasgow, em setembro do mesmo anno (vid. *Revue scientifique* de 20 de janeiro de 1877). O novo telephone magneto-electrico do sr. Bell só foi enviado para Inglaterra, e experimentado em reuniões publicas, no mez de julho de 1877. Depois d'isso foi enviado para Paris ao physico constructor, o sr. Breguet, e apresentado por este sr. á Academia

O notavel enthusiasmo, produzido entre nós pela descoberta do professor americano, não póde porém ser taxado de excessivo, se o compararmos com o que despertou nos paizes mais adiantados, onde os mais distinctos homens de sciencia a consideraram como a ultima palavra da telegraphia electrica. Foi assim que em Inglaterra o sr. W. Thompson, no congresso da *Royal Britannic Association,* realisado em Glasgow em setembro de 1876, ao dar conta do telephone que vira na exposição de Philadelphia, exclamava, debaixo d'uma impressão ainda recente: — «Esta maravilha, senhores, é certamente a maior da telegraphia electrica. Eu ouvi phrases inteiras que o meu collega, o sr. Watson, pronunciava na outra extremidade do palacio de Philadelphia. A sua voz chegava até mim clara e distincta, de modo a poder imaginal-o distante apenas alguns passos.» Foi ainda assim que em França o sr. Breguet, em um excellente artigo, intitulado *Os telegraphos telephonicos,* não hesitou em dizer claramente: — «A descoberta da telephonia veio preencher a unica lacuna que ainda existia na correspondencia rapida do telegrapho [1].»

---

das Sciencias na sessão de 29 de outubro de 1877 (vid. *Comptes rendus hebdomadaires*, 1877, 2.º semestre); mas já antes d'isso se via a sua descripção na *Revue industrielle* dos srs. H. Fontaine e A. Buquet, VIII année, n.º 43 (24 de outubro de 1877), a qual dá tambem artigos que dizem ao assumpto em os n.ºs 17 (25 de abril de 1877) e 48 (28 de novembro de 1877). Na sessão da Academia das Sciencias de Paris, de 26 de novembro de 1877, foram feitas novas observações sobre o telephone (vid. *Comptes rendus*, tomo LXXXV, n.º 22). Em Portugal as primeiras experiencias tiveram logar em novembro de 1877, com apparelhos mandados vir da Allemanha, e mais tarde com outros construidos pelo sr. Hermann, da direcção geral dos telegraphos. As experiencias a que el-rei assistiu tiveram logar a 21 de dezembro proximo passado entre o observatorio de D. Luiz e o da Ajuda; e a 25 do mesmo mez dava o jornal *O Progresso,* de Lisboa, uma interessante noticia sobre o assumpto, a transcripção segundo cremos da conferencia, feita no congresso da *Royal Britannic Association,* celebrado em Plymouth (secção de mathematica e de physica) pelo sr. W. H. Preece, membro do Instituto dos engenheiros civis. Vid. *Revue scientifique* de 10 de novembro de 1877.

[1] *Revue des deux mondes,* tome vingt-cinquième, livraison du 1.er janvier, 1878, pag. 240.

Em um grande numero de artigos, que tivemos occasião de ler sobre este assumpto, encontrámos sempre o mesmo modo de o considerar. O telephone tem sido comparado exclusivamente ao telegrapho. É um telegrapho sem pilha, e que realisa um grande progresso, por quanto, em vez de transportar ao longe a palavra sob a fórma escripta, a transmitte na fórma oral. D'este modo é frequentemente designado pela expressão de *telegrapho fallante,* na verdade um tanto impropria, se attendermos á etymologia.

Pela nossa parte, sem combatermos a existencia de analogias incontestaveis entre o telephone Bell e o telegrapho electrico, foi sempre opinião nossa individual, desde que começámos a estudar esta questão, que entre o capitulo da physica, a que póde caber a denominação de telephonia, e a telegraphia existem distincções essenciaes, que se verificam egualmente entre estes dois ramos da sciencia e o capitulo da optica que se occupa da telescopia. E como este modo de ver nos levou a dirigir a attenção para um estudo que, até ha muito pouco, suppunhamos inteiramente novo, permitta-se-nos que desenvolvamos mais as nossas idêas.

Quando meditamos um pouco sobre o modo por que é estabelecida a communicação do homem com a natureza que o cerca, dois dentre os orgãos dos sentidos parece revelarem-nos desde logo uma importancia superior. São o olho e o ouvido; — os dois orgãos cujas funcções originaram dois dos mais momentosos ramos da physica, a optica e a acustica. E sendo estes orgãos essencialmente destinados para a observação a distancia, nada deve surprehender-nos que logo que d'elles começou a servir-se, o homem se esforçasse por artificialmente lhes augmentar o alcance. D'aqui, na sua fórma mais rudimentar, a primeira *telescopia,* e tambem a primeira *telephonia,* ou, antes, um ramo particular d'ella a que poderiamos chamar *telacustica* (de — *ouvir ao longe.*)

Para as relações de homem a homem a natureza destina especialmente orgãos que permittem as articulações vocaes. Origina-se assim a palavra; e esta consegue revestir mais tarde uma fórma utilissima, fixando-se na escripta. A voz, porém, não sendo audivel além d'uma distancia determinada, e o transporte da escripta exigindo um correio, sempre moroso no desempenho do

seu mister, tornava se necessario dar á voz maior alcance, e poder, na sua falta, sustentar ao longe uma conversação por meio de signaes convencionados. D'aqui um outro ramo da telephonia, que denominaremos *telelogia,* e d'aqui tambem a primeira *telegraphia.*

Vê-se pois, ao que nos parece, que a telephonia comprehende dois ramos diversos por essencia; em um o que se pretende é augmentar a potencia auditiva, no outro a potencia vocal. O primeiro homem, que escutou attento, collocando a mão posteriormente á orelha, realisou um telephone rudimentar do primeiro genero, como um do segundo foi realisado por aquelle que, para fallar ao longe, acurvou as mãos em deredór dos labios, ou se serviu d'um porta-voz.

Se porém d'esta phase primitiva passamos a outras ulteriores, encontramos apparelhos que podem reunir em si as funcções de telephones dos dois generos. Tal é o tubo acustico, que ainda hoje póde empregar-se com vantagem até á distancia de 150 metros, e tal é tambem o moderno telephone Bell, o qual, se por um lado póde dizer-se que transmitte as vibrações vocaes de um dos interlocutores até juncto do ouvido do outro, póde por outro lado considerar-se como realisando o transporte do pavilhão do ouvido até ao ponto em que o som se produz. Concebe-se até como é possivel dar a este pavilhão artificial tal gráo de sensibilidade, que do centro d'uma cidade populosa se possa, por meio d'elle, escutar o canto das aves em uma floresta distante muitas leguas; resultado maravilhoso, mas que devemos considerar fatal, desde que, no intuito de conseguil-o, se pensou uma vez no emprego das correntes electricas. O que portanto entendemos dever saudar principalmente no telephone Bell, bem como nos ensaios que o precederam, não é a descoberta de novos telegraphos, os chamados *telegraphos fallantes;* é sim uma applicação, nunca antes feita, da electricidade, é a creação da *telephonia electrica.*

Desde que as considerações precedentes se desenharam claras ao nosso espirito, para logo nos quiz parecer que uma nova descoberta scientifica se annunciava para breve; seria a applicação da electricidade á telescopia, ou a creação da *telescopia electrica.*

Não se nos antolhava impossivel a sua realisação. Do mesmo modo que no telephone electrico o pavilhão do ouvido é, por assim dizer, transportado ao ponto em que o som se produz, e ahi, recolhendo as vibrações em uma lamina, consegue transformal-as em correntes electricas, que vão recompor o som no apparelho receptor, — o que tudo, se não existissem as resistencias interiores, tanto maiores quanto maior a distancia a percorrer, deveria effectuar-se sem perda apparente de força viva, — tal se nos afigurava dever ser o mechanismo no telescopio que anteviamos. Uma camara escura, collocada no ponto que houvesse de ser sujeito ás observações, representaria, por assim dizer, a camara ocular. Sobre uma placa, situada no fundo d'esta camara, iria desenhar-se a imagem dos objectos exteriores, com as suas côres respectivas e accidentes particulares de illuminação, affectando assim diversamente as diversas regiões da placa. Tornava-se por tanto apenas necessario descobrir o meio de operar a transformação, por nenhuma fórma impossivel, d'esta energia, absorvida pela placa, em correntes electricas, que em seguida recompozessem a imagem.

A importancia da descoberta d'um instrumento de tal ordem manifesta-se com demasiada evidencia. Comtudo não é talvez inutil advertir que esse telescopio electrico, quando realisado, preencheria uma lacuna que a telescopia actual, a despeito de todos os seus progressos, jámais poderia pensar em fazer desapparecer. E, de facto, salta aos olhos a impotencia da telescopia catadioptrica, quando se reflecte que, sendo possivel a observação astronomica a distancias quasi infinitas, a lei da propagação rectilinea da luz, tanto directa como reflectida, ou refractada em meios homogeneos, se oppõe a que possamos observar um objecto qualquer á superficie da terra, embora a distancias incomparavelmente menores, uma vez que se ache abaixo do horizonte apparente do observador, o qual, como é evidente, delimita no espaço o logar geometrico de todos os pontos observaveis. Com o novo telescopio, porém, desappareceria tal obstaculo; transformado em corrente electrica, o movimento luminoso percorreria docilmente o caminho que nos aprouvesse dar ao fio destinado a conduzil-o;

e de um ponto do globo terrestre seria possivel devassar este em toda a sua extensão.

Não podemos deixar de confessar que nos causava notavel estranheza, em face da importancia manifesta d'estas reflexões, e da circumstancia de serem ellas uma naturalissima consequencia da descoberta dos telephones electricos, que nada que se lhes assimilhasse nos tivesse apparecido em nenhum dos muitos artigos que haviamos lido sobre a materia. Por tal motivo, fomos levados a pensar no modo practico de resolver a questão que nos preoccupava, e chegámos a imaginar algumas experiencias. Communicámos desde logo as nossas idêas a alguns amigos e collegas; e havendo-nos elles incitado a publicar estas considerações, com o fim de chamar a attenção dos practicos para a resolução de um problema de tal momento, começavamos a escrever um artigo sobre o assumpto, quando nos veio á mão uma publicação recentissima, e ahi tivemos a satisfação de encontrar, pela vez primeira, alguma cousa sobre o instrumento, que pelas razões expostas denominaramos *telescopio electrico,* e que alli se designa pela expressão equivalente de *telectroscopio.* Vimos então que aquillo de que não fallavam os artigos que consultaramos, aliás de physicos distinctos, não escapara ao já festejado professor, o sr. G. Bell, a quem a humanidade ficará sendo devedora de mais esta maravilha.

«O telectroscopio, lê-se no referido livro, é um apparelho baseado, como o telephone, sobre a transmissão electrica. Compõe-se de duas camaras collocadas uma no ponto de partida outra no ponto de chegada. Estas camaras são ligadas entre si por fios metallicos convenientemente combinados. A parede anterior e interna da camara de partida é eriçada de fios imperceptiveis, cuja extremidade apparente fórma, por sua reunião, uma superficie plana. Se collocarmos diante d'esta superficie um objecto qualquer, e se as vibrações luminosas, correspondentes ás particularidades da fórma e das côres d'este objecto, depois de recebidas por cada um dos fios conductores, forem transmittidas a uma corrente electrica, reproduzir-se-hão identicamente na extremidade d'estes fios. Os jornaes de Boston affirmam que as expe-

riencias feitas naquella cidade, foram coroadas de excellente resultado, mas torna-se necessario aguardar descripções exactas do apparelho, para acreditar este annuncio [1].»

Pela nossa parte nada accrescentariamos sobre a materia, se não vissemos escriptas as ultimas palavras do trecho que acabamos de transcrever. Á vista d'ellas porém diremos que as experiencias que tencionavamos realisar, e que ainda procuraremos levar a cabo, consistiam em ensaiar o emprego do selenio como placa sensivel da camara escura do telectroscopio. Este corpo, com effeito, goza de uma notavel propriedade, cuja descoberta é de data muito recente. Quando interposto em um circuito electrico, que passa em um galvanometro, faz desviar sensivelmente a agulha d'este, todas as vezes que um fasciculo luminoso vem incidir sobre elle, e demais este desvio é diverso sob a influencia das radiações de differente côr. É o que mostram os seguintes algarismos, que indicam desvios do galvanometro:

Ultra-violeta, 139; violeta, 148; azul, 158; amarello, 178; vermelho, 188; ultra-vermelho, 180.

Estes resultados foram obtidos pelo sr. dr. Werner Siemens, de Berlim, o qual, preparando pequenas laminas circulares de selenio, resfriadas depois de experimentarem uma temperatura de 210°, o que lhes dava uma sensibilidade extrema, chegou a construir um photometro d'uma grandissima sensibilidade, bem como um curioso instrumento, uma especie de olho artificial, de que seu irmão, o sr. Williams Siemens, fez uma curiosa descripção em Londres, em um dos saraus da *Royal Society* [2].

Muito desejaramos que o selenio, applicado ao fim que acabamos de indicar, podesse produzir o desejado effeito, se não nas nossas, em outras mais habeis mãos. Seria para nós um dia do maior jubilo aquelle em que lograssemos ver o telephone electrico aper-

---

[1] L. Figuier — *L'année scientifique et industrielle*, 21e année (1877.) Paris, 1878, pag. 80.

[2] H. de Parville — *Causeries scientifiques*. Seizième année (1876.) Paris, 1877, pag. 190 e seguintes.

feiçoado e o telectroscopio funccionando. Pelo que respeita ao telephone, cremos, com o sr. Breguet, que não dará tudo o que ha d'elle a esperar, emquanto uma pilha lhe não for adaptada, emquanto o telephone voltaico não vier substituir o actual telephone magneto-electrico. Neste a força viva que tudo produz é sómente a que o proprio experimentador põe em acção pelo trabalho vocal; podemos comparal-o a um vehiculo, cujo motor fosse simplesmente o esforço da propria pessoa transportada. Não assim em um telephone voltaico, no qual a pilha seria um verdadeiro reservatorio de força, que poderia convenientemente aproveitar-se, do mesmo modo que é facil dar a velocidade desejada a uma locomotiva, pois que para isso se póde dispôr de um enorme excesso de força motriz. E estas mesmas razões nos parece estarem indicando que são tambem as correntes voltaicas aquellas que mais convirão á futura telectroscopia.

Com estes dois maravilhosos instrumentos, fixo em um ponto do globo, o homem estenderá a todo elle as faculdades visual e auditiva. A ubiquidade deixará de ser uma utopia para tornar-se perfeita realidade.

Então, por toda a parte á superficie da terra, se cruzarão fios conductores, encarregados de importantissima missão; serão elles os ductos mysteriosos que conduzirão, até ao observador, as impressões recebidas pelos orgãos artificiaes, que o genio humano soube transportar a todas as distancias. E, do mesmo modo que a complexidade dos filamentos nervosos póde dar idêa da perfeição superior de um animal, esses filamentos metallicos, nervos de uma outra natureza, testemunharão por sem duvida o gráo de civilisação do grande organismo que se chama—a humanidade.

Porto, 20 de fevereiro.

Dr. Adriano de Paiva,
Lente de physica na Academia Polytechnica do Porto.

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ

(Continuado do n.º 8, pagina 371)

Smilaceae. *R. Br.*

POLYGONATUM VULGARE. Desf.
(Convallaria Polygonatum. L.)
Sello de Salomão.
Hab. nas proximidades de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz.
Flor. na primavera.
P. u. os rhizomas.
Emp. como adstringente [1]. Pouco usado.

CONVALLARIA MAJALIS. L.
(Polygonatum majale. All.)
Lirio convalle.
Planta originaria da Europa septemptrional e central, Italia, Corsega e Oriente, e cultivada no nosso paiz [2].
Flor. na primavera.
P. u. os rhizomas, folhas e bagas.
Emp. como purgante, emetico, esternutatorio e febrifugo. Pouco usado.

SMILAX ASPERA. L.
Legacão, Salsa parrilha do reino.
Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em todo o paiz.
Flor. em agosto e setembro.

---

1 Na Russia é um medicamento vulgar contra a hydrophobia (Martius).

2 Brotero diz que nunca encontrou esta planta, apezar de haver quem affirme tel-a encontrado espontanea em Portugal.

P. u. a raiz.

Emp. como sudorifico e depurativo na sarna e molestias chronicas de pelle.

RUSCUS ACULEATUS. L.

Gilbarbeira.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e nas nossas provincias da Beira e Extremadura.

Flor. em março e abril.

P. u. os rhizomas.

Emp. como diuretico e é uma das cinco raizes aperientes.

Artorhizae.

Dioscoreae. *R. Br.*

TAMUS COMMUNIS. L.

Norça preta.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em quasi todo o paiz.

Flor. de março a junho.

P. u. as raizes.

Emp. como purgativa e hydragoga; tambem se tem recommendado como diuretica e emanagoga [1]. Pouco usado.

Ensatae.

Irideae. *R. Br.*

IRIS FOETIDISSIMA. L.

Lirio fetido.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra e em muitos outros pontos do paiz.

---

[1] O povo reputa resolutiva a raiz d'esta planta, e por isso faz d'ella cataplasmas para collocar sobre as contusões e ecchymoses (Mat. Med. do dr. Beirão.)

Flor. em maio e junho.

P. u. os rhizomas e sementes.

Emp. no tractamento das escrophulas e hydropisia, e concede-se-lhe acção estimulante, hydragoga, diuretica e purgativa. Pouco usado.

IRIS PSEUDO-ACORUS. L.

(I. palustris. Mnch.; I. lutea. Lam.)

Acoro bastardo. Lirio dos charcos.

Hab. nos campos do Mondego e do Tejo, e em outros pontos do paiz.

Flor. de maio a julho.

P. u. os rhizomas e sementes.

Emp. os rhizomas para combater as escrophulas (Blair.) como tonico, astringente, purgativo e diuretico (Plater.) vermifugo (Ettmuller) as sementes como febrifugas (Guyton de Morveaux.) Pouco usado.

IRIS GERMANICA. L.

Lirio de Allemanha, Lirio dos Jardins.

Planta originaria da Europa central e meridional e da Africa boreal. Em Portugal cultiva-se nos Jardins.

Flor. de maio a julho.

P. u. os rhizomas.

Emp. o macerato dos rhizomas recentes obra como purgativo; o dos seccos como aperitivo. Tambem dos rhizomas se fazem as espheras ou contas dos fonticulos. Os pós usam-se como dentifricios [1]. Pouco usado [2].

CROCUS SATIVUS. L.

Açafrão.

Planta originaria do Oriente e cultivada em alguns pontos do nosso paiz [3].

---

1 Esta planta póde usar-se na falta do *Lirio florentino.* (Iris florentina. L.)

2 O dr. J. J. de Figueiredo diz que o Iris subiflora. Brot. (Lirio roxo) e o Iris sambucina. L. (Lirio cardano) tambem são empregados em medicina.

3 Em Portugal habitam o *Crocus autumnalis.* Brot. (C. serotinus Salisb.) Açafrão bravo, e o *Crocus vernus.* All. (C. sativus β vernus. L.) Açafrão da

Flor. no outomno.

P. u. os estigmas [1].

Emp. como estimulante, emenagogo e antispasmodico. Em alta dóse produz a embriaguez e a congestão cerebral.

Amaryllideae. *R. Br.*

PANCRATIUM MARITIMUM. L.

Açucena do mar.

Hab. nos terrenos arenosos de quasi toda á nossa costa maritima.

Flor. de maio a agosto.

P. u. os bolbos.

Emp. *Dioscórides* e Plinio, quando tractam do bolbo do *Pancratium,* descrevem-no como amargo e emético, recommendam-no contra a hydropisia, e dizem que algumas vezes se tem usado como succedaneo da Cebolla albarrã (Urginea Scilla. Sthl.) Pouco usado.

NARCISSUS. PSEUDO-NARCISSUS. L.

(N. major. Lois. nom Curt.; N. festalis. Salisb.; Ajax. Pseudo-Narcissus. Haw.)

Narcisso trombetta.

---

primavera. O primeiro floresce no outomno e o segundo na primavera. O Crocus autumnalis. Brot. encontra-se nas vizinhanças de Coimbra em diversos pontos da freguezia de S. Paulo de Frades.

O dr. Beirão no seu compendio de Materia Medica, quando trácta do *C. sativus.* L., diz numa nota o seguinte: «Na nossa Flora temos o *Crocus autumnalis multifidus.* Brot.—*Phytogr.*, tomo II, pag. 40 (Crocus autumnalis. Brot.—*Flor. lusit.*, tomo I, pag. 43). Açafrão bravo, que differe muito do verdadeiro açafrão, e é um erro dizerem os nossos historiadores que o verdadeiro açafrão é frequente em Portugal (dr. Figueiredo, *Flora pharm. e aliment.*, pag. 564).»

A *Pharmacopêa Portugueza,* 1876, cita só o açafrão bravo, e quando d'elle falla, diz o seguinte: «Açafrão, Crocus, variedade cultivada do *Crocus autumnalis* Mill e Brot. (Crocus sativus Allioni), Iridea vivaz, indigena do continente.»

[1] Os estigmas do *C. autumnalis* Brot. substituem os do *C. sativus.* L.

Hab. em alguns pontos da Serra da Estrella e cultiva-se nos Jardins.

Flor. de março a junho.

P. u. os bolbos e flores.

Emp. os bolbos como eméticos e succedaneos da Ipecacuanha (Clusius e Deslongchamps)[1] como antispasmodicos (Dufresnoy): as flores contra a diarrhea e dysenteria (Deslongchamps)[2]. Pouco usado.

AGAVE AMERICANA. L.

Piteira.

Planta originaria da America meridional, Jamaica e Antilhas e naturalisada no nosso paiz, podendo hoje contal-a no numero das nossas especies indigenas[3].

Flor. no estio.

P. u. a seiva e as folhas.

Emp. a seiva como laxante, diuretica e emenagoga; as folhas pisadas e applicadas em fórma de cataplasma sobre partes dolorosas obram como anodynas[4]. Pouco usado.

(Continúa).

ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

---

1 Effeito comprovado por Dufresnoy, Veillechéze, Loiseleur e Orfila. Este ultimo diz que ministrados em dóse elevada podem ser nocivos.

2 Morgagni diz que o eleoleo d'esta planta, applicado em fricções sobre o ventre, é um abortivo muito conhecido em Italia. (Texidor y Cos—*Flor. Pharm.*)

3 Esta planta foi introduzida na Europa no anno de 1561.

4 Com quanto esta planta fosse transportada para a Europa ha mais de tres seculos, não tem manifestado as propriedades medicas que possue no seu paiz natal.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

LOAS A NOSSA SENHORA DO CABO

CONSAGRADAS PELOS FESTEIROS DO ALMARGEM NO ANNO DE 1877

Ao receber a bandeira

Quem a Mãe do céo adora
Avalia o que se passa
Em vossas almas agora.
Todos assentámos praça,
E prestámos juramento
Á Virgem cheia de Graça.
Por isso n'este momento
Como irmãos tomamos parte
No profundo sentimento
Que vos deixa este estandarte.

Recebida a bandeira

Vai renascer a aurora
Que as nossas almas banhava
N'uma luz consoladora!
De cá, onde ella raiava,
Lá ao longe reflectia
A suave luz que dava.
Não é como a luz do dia;
Como a luz do sol que passa.
Ella a todos alumia,
A Virgem cheia de Graça!

Mas quando os céos escurecem,
Quando os astros se nos somem,
Sempre os olhos esmorecem.
Oh Mãe de Deus e do homem!
Que tomais tamanha parte
Nas mágoas que nos consomem!
Thesouro d'onde reparte
Os seus dons a Divindade!
Quem ha que de vós se aparte
E resista á saudade?!

Maria! Maria!
Celeste harmonia!
Dos labios doçura!
Da alma alegria!

Ó Virgem pura!
Mãe de Jesus!
Que toda a cruz
Acompanhais!

Porque esperais,
Mãe de piedade?!...
Ouvi os ais
Da saudade!

Vinde, Senhora!
Aquelle povo
Quer ver de novo
Raiar a aurora!

E vós, donzellas,
Virgens mimosas,
Tecei capellas
De brancas rosas!

Deixae pezares,
Cantae louvores,
Ornae de flores
Os seus altares!

Candidos lirios,
Ternos martyrios
Encham os ares
Do seu aroma!

Ella, a Rainha,
Prestes caminha,
Prestes assoma
N'esses logares.

Á sahida

De luz se inundem os céos,
Franjem-se as nuvens de ouro
Em honra da Mãe de Deus!
Essa gloria, esse thesouro
Que o Senhor tem a seu lado,
E os anjos cantam em côro!
Aquella que o seu cuidado
É a pobre mãe afflicta,
O orphão desamparado!
Virgem Maria bemdicta!

Curvae, arvores frondosas,
Até ao chão vossa rama!
Encha-se a estrada de rosas!
Esta é quem o céo proclama
Sancta, pura, immaculada!
Que os seus filhos tanto ama!
Incansavel advogada
E protectora nos céos
De toda a alma accusada
Lá no tribunal de Deus.

Esta é quem o navegante
Debaixo da tempestade
Chama, invoca supplicante!
Que em toda a necessidade
Nos ampara, nos abriga
No manto da piedade!
Que uma palavra que diga
Ao filho em nosso favor,
Já o Senhor não castiga
Condoe-se do peccador.

No transito

Oh joia primorosa
Da corôa do Senhor!
Oh sempre fresca rosa
De puro e casto amor!

A quem a flor envia
O seu primeiro aroma
Logo ao romper do dia,
Mal a aurora assoma.

Oh immortal aurora
Que céo e terra encanta!
Por quem a rosa chora!
Por quem a ave canta!

A quem por toda a terra,
A quem por todo o mundo,
No pincaro da serra
No valle o mais profundo,

Foi levantada egreja,
Foi levantado altar,
Que ao longe nos alveja
Como um baixel no mar!

Alli se abriga a esperança
Na grande desventura;
Alli auxilio alcança
O triste que o procura!

Alli se quebra o encanto
De mal fundado amor!
Alli se enxuga o pranto
De irreparavel dor!

Maria! Maria!
Celeste harmonia!
Dos labios *doçura!*
Da alma alegria!

Na chegada ao Almargem

(Uma voz)

Virgem Mãe do mesmo Deus!
Virgem filha de teu Filho!
Não ha estrella de mais brilho
N'esses céos!

D'olhar fito n'esse olhar,
D'olhos fitos n'esses olhos,
Não ha baixos não ha escolhos
N'este mar!

Vem a onda, sobrevém
Nova onda; e nada teme
Quem te vê guiando o leme,
Virgem Mãe!

Tu guardaste em gozo e dor
Sempre n'alma a paz d'um templo!
Foste em vida o nosso exemplo,
Mãe de Amor!

Navegando, mas de *pé*,
N'este mar cavado embora,
Vou na barca salvadora,
Que é a Fé!

Não me assusta a multidão
De inimigos que me aggride;
Contra a *Torre de David*
Tudo é vão!

Por feroz que esteja o mar,
De repente fórma um lago!
Basta um só reflexo vago
D'esse olhar!

Esse olhar é quem a mim
Me encaminha e me soccorre!
O meu norte e só a *Torre*
De Marfim.

Meu pharol, refúgio meu,
Sol que dia e noite brilha!
Mãe de Deus e de Deus filha!
Mãe do céo!

Na egreja

Salve, Rainha, Mãe
Da paz e da concordia!
Mãe de misericordia!
Fonte de todo o bem!

Rainha! nossa *vida!*
Doçura, esperança nossa!
Da mais humilde choça,
Aos altos céos querida!

Salve, Rainha eterna,
De throno inabalavel!
Soberana sempre affavel!
Rainha sempre terna!

A vós, *a vós bradamos*
Cá d'estes descampados,
Por onde *os degredados,*
Os *filhos de Eva* andamos.

Por vós n'estes anceios
D'insupportavel dor
Ah *suspiramos* cheios
De saudade e amor!

Gemendo e sempre assim
Chorando o nosso mal
N'este profundo *valle*
De lagrimas sem fim!

Das nuvens *eia pois,*
Oh *Advogada nossa,*
Rompa um clarão que possa
Mostrar-nos já quem sois.

Sim: *esses vossos olhos*
Tão *misericordiosos,*
Que tornam os abrolhos
Lirios deliciosos,

A nós volvei, Senhora
Do céo e mar e terra!
Onde o que ha bom se encerra,
Que todo o mundo adora.

E se um viver sem luz
Expia tanto erro,
Depois d'este desterro
Mostrae-nos a Jesus!

Oh Mãe sempre *clemente!*
Oh Mãe sempre *piedosa!*
Mãe sempre carinhosa!
Mãe sempre complacente!

Oh nossa *doce* Mãe!
Oh *sempre Virgem* pura!
Excelsa creatura
Fonte de todo o bem!

Maria! a nossa voz
Ouvi-a lá nos céos!
Rogae, *rogae por nós*
Oh *sancta Mãe de Deus!*

Para que, auxiliados
D'essa divina graça,
Nós, filhos da desgraça
E pobres desherdados,

Sejamos (ás avessas
Do mal que nos attrahe)
Ah *dignos das promessas*
De Christo — Deus e Pae!

JOÃO DE DEUS.

O QUE PENSAVA O EXIMIO PUBLICISTA BENJAMIN CONSTANT A RESPEITO DA PENA DE PRISÃO

Disse Pascal uma profunda verdade quando asseverou que o *coração tem razões suas que a razão não conhece.*

Se abrirdes um Codigo Penal, seja de que nação for, encontrareis, a cada passo, a comminação de pena de prisão por muitos ou poucos annos segundo a gravidade, maior ou menor, do facto criminoso. É porque essa pena, pela propria natureza das cousas, se apresenta naturalmente ao espirito do legislador, e parece ser a mais simples. Antes do julgamento é ella uma providencia de segurança, exigida pelas conveniencias sociaes; e ainda depois do julgamento põe a sociedade ao abrigo dos maleficios dos culpados; succedendo até que *os detidos ficam involtos em uma especie de nuvem que os occulta ao olhar e em breve á compaixão do publico.*

D'aqui resulta que tal pena é, digamol-o assim, trivial, de frequente e repetido uso, sem deixar a mais leve hesitação, tanto em quem a decretou, como nas pessoas dos que a applicam, ou nas dos que immediatamente a executam.

Mas se a luz da philosophia entrar na apreciação da pena, e a perscrutar em todos os recantos de sua natureza e essencia; se uma analyse rigorosa fizer apparecer toda a intensidade dos sacrificios que ella traz comsigo: então será cabalmente explicado o sentido da expressão eliptica: *cinco annos de prisão!*

Não se entenda, porém, que um tal descobrimento seja o resultado necessario, espontaneo, da tendencia que temos para a observação dos factos. Nem a philosophia, nem a analyse, poderiam surgir, neste caso, se não fossem despertadas pelas inspirações da alma, pelos impulsos de uma fina sensibilidade.

— Foi assim que Benjamin Constant, vivamente impressionado pela triste sorte dos que padecem, se deu ao trabalho de particularisar as peripecias da *detenção.*

«Quando lêdes, pergunta elle, a sentença de um tribunal que a cinco annos de prisão condemna um culpado, sentis acaso quantos supplicios differentes inclue dentro de si essa condemnação?»

E responde: «Não. Apenas se offerece á vossa imaginação um homem retido em um aposento, do qual não tem a faculdade de sahir. Mas... que dirieis vós, se a sentença contivesse os desenvolvimentos que verdadeiramente encerra?»

Eis aqui esses desenvolvimentos que Benjamin Constant, por effeito de imaginosa sensibilidade, comprehende na sentença condemnatoria:

«Esse homem será, no longo periodo de cinco annos, arrancado á sua familia; privado de todos os gozos da vida; reduzido á impossibilidade de prover á sua existencia futura. A interrupção da sua carreira qualquer tornará a sua sorte, quando for restituido á liberdade, mais deploravel do que era no primeiro dia em que principiou a cumprir a sentença. Ficará sujeito, por maiores precauções que haja, a um regimen arbitrario; experimentará os caprichos e a insolencia de creaturas grosseiras, que, pela escolha espontanea da sua vocação severa, provaram desde logo o quão pouco eram susceptiveis de compaixão. Essas creaturas grosseiras poderão vexal-o em todos os actos, infligir-lhe uma serie de padecimentos physicos, os quaes, considerados separadamente, não têm força para motivar a intervenção da auctoridade, ainda a mais equitativa, mas que, reunidos, formam da vida um tormento contínuo. Essas creaturas grosseiras hão de especular com a alimentação e vestuario do preso, com o espaço e com a salubridade do carcere que o encerra: poderão perturbar o repouso que o infeliz busca e necessita, invejar-lhe até o silencio, insultal-o nas suas dores, porque só elle ouvirá as palavras de ultrage ou de ferocidade. Essas creaturas grosseiras serão revestidas de uma dictadura tenebrosa, da qual ninguem será testemunha. Na fiscalisação dos excessos que practicarem só elles serão escutados, servindo-lhes de justificação a pontualidade do dever, a necessidade da vigilancia. Tal é o sentido d'estas palavras: *cinco annos de prisão!*»

Ainda isto não é tudo. Benjamin Constant observa que é na-

tural a disposição que temos para abusar do poder, ainda o mais limitado. O melhor homem experimenta em si mudança, desde que lhe é confiado um poder discricionario. Ora no seio das prisões tudo se passa em segredo, na sombra. Qual imaginação deixará de se amedrontar, quando a reflexão nos diz que *o unico freio do despotismo é a publicidade!*

Fallámos da influencia da sensibilidade na apreciação das amarguras do carcere. Reparae agora na sentida, quanto eloquente manifestação, com que o grande publicista corôa a sua analyse:

«Por vezes me tem succedido, estando a sós, representar subitamente na minha imaginação quantos homens havia na superficie do globo, nos paizes civilisados e nos mais barbaros, condemnados áquelle supplicio lento e terrivel, — precisamente á hora em que eu estava gozando pacificamente da minha liberdade! Então ficava eu aterrado pela somma de dor que parecia accumular-se em torno de mim, e eu proprio censurava as minhas distracções, a minha inhumana indifferença.»

— ¿Quererá dizer tudo isto que deve ser proscripta a pena de prisão?

Não. A *detenção* ha de ser sempre a pena mais commum; e nisso convém Benjamin Constant. Mas é necessario estabelecer regras, tendentes a evitar que a sociedade se torne culpada na occasião em que pune os delinquentes.

¿Quaes regras aponta o publicista?

Abolição das detenções solitarias. O isolamento completo conduz á demencia. Não ha direito para condemnar o homem á degradação, ao transtorno e á destruição de suas faculdades moraes.

Acabar com a separação prolongada entre o preso e a sua familia. Essa separação, contraria á natureza, castiga não só o criminoso, senão tambem a innocencia. Devem ser objecto de respeito as affeições naturaes, são sagradas; estão muito acima das leis dos homens.

A prisão perpetua não póde ser eliminada; aliás tornar-se-hia frequente a pena de morte. Em todo o caso, cumpre deixar reservada a possibilidade da clemencia.

Em cada departamento nomeariam os eleitores (como deposi-

tarios dos direitos do povo) uma commissão ou corporação, encarregada de inspeccionar as cadeias, no sentido de verificar que os legitimamente presos não experimentam rigor algum superfluo, nenhuma aggravação arbitraria da sua sorte, já de si tão deplo ravel. A Commissão apresentaria ao parlamento um relatorio de tudo o que visse e examinasse; e esse relatorio seria publicado pela imprensa, afim de que a nação tivesse conhecimento dos resultados de sua investigação periodica e solemne.

— É desnecessario deduzir a consequencia natural das precedentes considerações.

Escrupuloso cuidado na applicação da pena.

Meditação profunda, da parte dos individuos, sobre os sacrificios que a prisão occasiona, por maneira que, além do sentimento do dever e do respeito á Lei, encontrem na reflexão um estímulo para encarar com horror os maleficios que a Sociedade não póde deixar de castigar severa.

José Silvestre Ribeiro.

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1876 E 1877

(Continuado do n.º 8, pagina 384)

ADRIANO XAVIER LOPES VIEIRA. Além do que mencionámos na *Bibliographia* de 1874 e 1875, diremos que é sobrinho dos srs. Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, cujo nome é distincto em Portugal como um dos mais illustres poetas, e Candido Xavier Rodrigues Cordeiro, Administrador do Dispensatorio Pharmaceutico da Universidade, conhecido pelos escriptos sobre o ramo que professa, e de que mui extensamente fallámos na *Bibliographia,* acima citada.

Para o concurso a uma substituição vaga da Eschola Medico-Cirurgica do Porto imprimiu uma dissertação sobre o seguinte ponto que defendeu: — *Da influencia da theoria cellular de Virchow sobre a therapeutica.* Porto, 1863.

Havendo duas substituições vagas na faculdade de Medicina, o auctor foi ao concurso, que teve logar nos dias 23, 24, 29 e 30 de janeiro de 1877, e sendo approvado por unanimidade pelo conselho da mesma faculdade, foi despachado quarto Lente substituto, por decreto de 22 de fevereiro de 1877.

Para este concurso defendeu o seguinte ponto, que publicou em dissertação:

3) — *Das Diatheses.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 8.º, I–IX, 90 paginas.

Veja-se a *Bibliographia* de 1874 a 1875, paginas 7 e 8.

ADRIÃO PEREIRA FORJAZ DE SAMPAIO. O Asylo da Infancia Desvalida reimprimiu:

4) — *Catechismo pequeno da doutrina christã da diocese de Coimbra. Quarta edição.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 8.º pequeno, 32 paginas.

Veja-se a *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 11, e a de 1874 e 1875, pagina 8 e seguintes.

ALEXANDRE FERREIRA DE SEABRA. Escreveu e publicou:

5) — *Questão do aforamento do baldio denominado — Balaqueira. Allegações e documentos a que allude.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 8.°, 96 paginas.

6) — *Aforamento do baldio denominado — Balaqueira. Sentença da 1.ª instancia e minuta do appellante.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 15 paginas.

7) — *Carta ao sr. José Rodrigues d'Almeida,* de Anadia 8 de fevereiro de 1877, 8.°

8) — *Minuta sobre a mesma questão,* 1877, 8.°, 7 paginas.

9) — *Allegação juridica pelos RR. Manuel Maria Pimentel Calisto e outros.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 14 paginas.

10) — *Minuta e allegação juridica pelos AA. José Ferreira Dias e outros.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 22 paginas e com uma estampa lithographada do esboço do praso em questão.

11) — *Petição a S. M. de Albano de Mello e mulher, Francisco Eduardo de Macedo e mulher e outros.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 7 paginas.

12) — *Tenção e accordão e sustentação de embargos, pelo advogado Alexandre de Seabra.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 14 paginas.

13) — *Allegação pelo advogado Alexandre de Seabra.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 14 paginas.

14) — *Allegação juridica a favor de Maria Pereira, de Escapões.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 7 paginas.

Veja-se sobre este distincto jurisconsulto bairradense a *Bibliographia* de 1874 e 1875, paginas 12 e 13.

A. M. SEABRA D'ALBUQUERQUE.

(Continúa).

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Introducção á Archeologia da peninsula iberica, pelo dr. Augusto Filippe Simões.

Histologia e Physiologia geral dos musculos, por A. A. da Costa Simões, tomo I.

Conferencias sobre vinhos, por Antonio Augusto de Aguiar.

Ás crianças, versos por Candido de Figueiredo. (Bibliotheca da *Revista de Lisboa*.

Publicação do Instituto escholar de S. Domingos, reforma da instrucção primaria e secundaria em Portugal, por Gaspar Borges Garcia Pereira.

Le Destin de la France, de l'Allemagne et de la Russie, comme prolégomènes du messianisme.

Le Pensement d'Alphonse guérin, à la société royale des sciences médicales de Lisbonne, discours de M. le professeur Barboza, traduit de La Gazeta Medica de Lisboa, par le docteur E. L. Bertherand.

Observações Meteorologicas e Magneticas, feitas no Observatorio Meteorologico e Magnetico da Universidade de Coimbra.

Questões de Philosophia Natural, por Albino Giraldes.

La Vallesesia ed il comune di Romagnano-Sesia, di Carlo Dionisotti.

Notizie Biografiche dei Vercellesi Illustri, di Carlo Dionisotti.

Memorie Storiche della Città di Vercelli, di Carlo Dionisotti.

Carlo Botta a Corfù — Scritti Inediti, di Carlo Dionisotti.

Delle Servitù Delle Acque, secondo il Codice Civile Italiano, di Carlo Dionisotti.

Pietro Brugo di Romagnano-Sesia — Ricordo d'Amicizia, di Carlo Dionisotti.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

25

~~XXIV~~ ANNO — ABRIL DE 1878

SEGUNDA SERIE — N.° 10

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA — por **Francisco Machado de Faria e Maia** 437

APONTAMENTOS DE CINEMATICA — por **L. C. Almeida** 457

REMEDIOS POPULARES — por **A. X. Lopes Vieira** 465

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ — por **Adolpho Frederico Moller** ... 472

O CAMINHO HONRADO 476

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NOS ANNOS DE 1876 E 1877 — por **A. M. Seabra d'Albuquerque** 485

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA

PRIMEIRA PARTE

Determinação da idêa do direito

(Continuado do n.º 9, pagina 403)

Apresentar uma formula geral das leis juridicas é um dos trabalhos mais difficeis de toda a sciencia do direito; porque exige não só o conhecimento especial de cada relação juridica particular, mas ainda a comparação dos elementos constitutivos de cada uma com os elementos constitutivos de todas as outras.

Sem esta elaboração a intelligencia não póde levantar-se a uma idêa geral dos principios da vida juridica, nem muito menos formular a lei do seu desenvolvimento.

Acabamos de esboçar a analyse dos phenomenos juridicos e de fazer a comparação d'estes entre si, de que resultou o conhecimento do seu substratum geral e constante.

Resta-nos examinar qual a formula que traduz a sua lei mais geral.

Se, como vimos, o substratum geral de todo o phenomeno juridico consiste numa relação entre vontades individuaes, é claro que a lei mais geral de toda a vida juridica ha de ser a expressão da necessidade d'esta relação. A lei não é alguma cousa de extranho aos seres que rege, antes exprime a necessidade da sua existencia, acção e desenvolvimento.

A lei juridica representa pois a necessidade da existencia, acção e desenvolvimento da vontade collectiva, ou da vontade de cada individuo nas suas relações com a vontade dos outros individuos.

Todo o facto para ser justo deve necessariamente harmonisar-se com a existencia, acção e desenvolvimento da vontade collectiva; todo o facto que lhes for opposto, sendo practicado por um membro qualquer da vontade collectiva, involve uma contradicção formal, exprime a acção d'um ser que affirma em si o que nega nos outros seres pertencentes ao mesmo systema ou reino. A lei juridica na sua expressão mais geral póde formular-se do modo seguinte: é justa toda a acção que está em harmonia com a natureza da vontade collectiva. Ora, como a vontade collectiva se affirma como coexistencia das vontades individuaes e como combinação das suas volições e soberanias, segue-se que aquella formula geral comprehende tres formulas especiaes. A primeira refere-se á coexistencia das vontades e consiste no *mutuo respeito,* que os Romanos designavam pelo seu *neminem laede*. A segunda diz respeito á combinação das volições, e consiste no respeito pelas convenções, ou, melhor, na necessidade de coherencia da vontade com as suas proprias determinações quando estas forem tomadas de combinação com outras vontades. Esta formula exprime a necessidade do cumprimento dos contractos *(pacta sunt servanda),* que é um principio reconhecido em todas as legislações. Se o individuo que viola a integridade pessoal de seu similhante, ou não lhe respeita a justa actividade, nega nos outros o que affirma em si, aquelle que falta á fé dos contractos cahe na mesma contradicção negando no presente o que affirmou no passado, destruindo uma relação juridica, a que dera origem de combinação com outras vontades, e que só em virtude d'uma egual combinação d'estas mesmas vontades póde ser legitimamente desfeita. A terceira e ultima lei exprime o respeito pelos actos da soberania collectiva, a necessidade para cada vontade individual de harmonisar os seus actos com a vontade collectiva.

Aquella lei geral manifesta-se-nos pois por tres leis especiaes: a primeira, que preside aos phenemenos do primeiro momento da vida juridica; a segunda, que se refere ao momento ou classe im-

mediata; a terceira, que traduz a essencia mais geral dos phenomenos da ultima classe.

Respeito pela existencia das outras vontades individuaes, respeito pelas combinações feitas com as outras vontades individuaes, finalmente respeito pelas resoluções da vontade collectiva no exercicio da soberania, taes são as tres leis que traduzem os tres principaes deveres juridicos de todo o homem. Mas todas estas leis e todos estes deveres têm uma communidade de origem e principio, exprimem tres aspectos diversos da vontade de cada individuo nas suas relações com as vontades dos outros individuos.

Kant foi incontestavelmente um dos philosophos que mais fundo cavou com a intelligencia neste assumpto, e que não só viu mais claramente onde estava o principio de *todo o direito*, mas ainda formulou com mais rigor a lei do primeiro momento da vida juridica.

Nos seus *Principios Metaphysicos do Direito* não só affirma que a noção do direito consiste numa relação entre vontades [1], mas ainda estabelece como principio ou lei universal do direito a coexistencia da liberdade dos differentes individuos.

É justa, diz elle, toda a acção que não é, ou cuja maxima não é um obstaculo ao accordo da liberdade do arbitrio de todos com

---

[1] «Mais *secondement*, cette notion n'indique pas le rapport de l'arbitre avec le *désir* (par conséquent avec le simple besoin) d'autrui, comme dans les actions de bien faisance ou de dureté, mais simplement le rapport de l'arbitre de l'agent avec l'arbitre d'autrui. *Troisièmement*, dans ce rapport mutuel de l'arbitre, on ne prend point en considération la *matière* de l'arbitre, c'est-à-dire la fin que chacun se propose. Il n'est pas question, par exemple, dans le marché que quelqu'un fait avec moi pour son propre commerce, s'il pourra ou ne pourra pas réaliser par là un certain bénéfice; il ne s'agit que de la *forme* dans le rapport de l'arbitre respectif des contractants, considéré au point de vue de la *liberté;* c'est-à-dire qu'il faut seulement savoir si par là l'action de l'un des deux n'est pas un obstacle à la liberté de l'autre suivant une loi générale.»

(*Principes Métaphysiques du Droit*, trad. par J. Tissot, pag. 42).

a liberdade de cada um segundo leis universaes [1]. Este principio, que já os Romanos haviam formulado no seu *neminem laede*, é incontestavelmente verdadeiro, mas está longe de ser o principio supremo do direito, porque não póde abranger todas as relações juridicas. Era necessario pois remontar a uma idêa mais geral, procurar uma formula que fosse egualmente applicavel aos contractos, ás sociedades e outras relações juridicas.

O individuo que, tendo contractado practicar certas acções, depois se nega ao seu cumprimento, obra injustamente, mas não offende a liberdade dos outros, não impede o accordo da liberdade de cada um com a liberdade de todos. Não basta pois affirmar a coexistencia das vontades individuaes, é indispensavel tambem reconhecer as combinações das suas actividades e soberanias e tirar as consequencias que d'ellas naturalmente dimanam.

A formula suprema da lei juridica deve pois ser mais larga para comprehender não só as relações de coexistencia, mas ainda os actos mais complexos que constituem os contractos, as sociedades e o governo.

Kant, porém, embora reconhecesse a existencia dos contractos e a sua força obrigatoria, embora reconhecesse, além d'estes, outras relações que estuda quando tracta do que chama *direito real-pessoal*, preoccupava-se sobre tudo das relações que constituem a primeira classe dos factos juridicos. A sua formula não é, como affirmam muitos escriptores, puramente negativa [2]; mas refere-se

---

1 Vide *Principes Métaphysiques du Droit*, trad. par J. Tissot, pag. 42: «Est juste toute action qui n'est point, ou dont la maxime n'est point un obstacle à l'accord de la liberté de l'arbitre de tous avec la liberté de chacun suivant des lois universelles.»

2 É forçoso confessar que nesta apreciação do *nemine laede* nos afastamos de quasi todos os escriptores modernos que não são partidarios da doutrina de Kant. A nossa asserção, porém, funda-se d'um lado na necessidade de admittir o *neminem laede* como uma das regras fundamentaes do direito, e do outro na consideração de que uma regra fundamental de qualquer sciencia não póde ser negativa. No seguinte trecho de Hegel, que á primeira vista parece contradizer-nos, encontramos a confirmação das nossas observações: «La détermination kantienne (Kants Rechtsthere Einl.), et qui est aussi

apenas ás relações de coexistencia e não póde por isso abranger as relações que derivam das combinações de volições e soberanias.

O mutuo respeito, a affirmação da autonomia e independencia reciproca das vontades individuaes é o verdadeiro principio contido na formula de Kant, e por consequencia esta representa uma dupla affirmação, exprime relações positivas de elementos reaes.

Limitar a liberdade de cada individuo pela liberdade dos outros equivale a reconhecer a liberdade de todos.

Em geral toda a affirmação involve uma negação, e toda a negação suppõe uma affirmação, e por isso toda a formula scientifica, mesmo a mais positiva, póde revestir uma fórma negativa. O defeito, pois, da formula de Kant não estava em ser negativa mas em ser estreita, em se referir apenas a um dos aspectos da vontade. Kant forceja, é verdade, por explicar os contractos em virtude do seu principio fundamental, mas nada consegue, porque é impossivel deduzir a combinação de volições da simples coexistencia ou juxtaposição de vontades.

Ha nos contractos alguma cousa a mais do que se encontra na liberdade, assim como na razão practica ou vontade existe um elemento a mais do que na simples razão. Este alguma cousa, porém, está comprehendido no mesmo principio, representa um aspecto

---

plus généralement admise suivant laquelle «*le moment essentiel est la limitation de ma liberté ou du libre arbitre (Freiheit der Willkur), afin que le libre arbitre de chacun puisse subsister avec celui des autres conformement à une loi générale*» cette determination n'est d'une part qu'une determination négative, la limitation, et, d'autre part, elle ramène le côté positif, la loi générale ou rationelle, comme on l'appelle, l'accord du libre arbitre de chacun avec le libre arbitre des autres, à l'identité formule et au principe de contradiction.» A limitação suppõe necessariamente a existencia dos objectos limitados, assim como a negação suppõe a affirmação dos objectos ou seres que se negam e distinguem um do outro; logo toda a formula negativa contém no fundo uma affirmativa.

Como vimos na Introducção a este ensaio, são tres os momentos necessarios do pensamento, a affirmação, a negação e a identificação, ou, como diria Hegel, a these, a antithese e a synthese, que correspondem d'algum modo á unidade, á variedade e á harmonia.

diverso da vontade, e por isso os contractos pertencem á mesma categoria geral de phenomenos que a propriedade e a justa actividade. Em harmonia com a formula de Kant sobre a lei suprema do direito está a sua concepção da sciencia do direito, que para elle se resume no conhecimento do complexo de condições, debaixo das quaes a liberdade de cada um póde coexistir com a liberdade de todos.

Entre nós o sr. Ferrer, illustre professor da Universidade de Coimbra, a quem muito devem os estudos juridicos, querendo evitar os defeitos da definição de Kant, que censura de negativa e restrictiva, adoptou a de Krause, definindo direito «*a sciencia particular que expõe o complexo das condições externas e internas, dependentes da liberdade, e necessarias para o desenvolvimento e cumprimento do destino racional, individual e social do homem e da humanidade.*»

No systema de Krause, como o expõe Ahrens, um dos seus mais notaveis discipulos, as idêas de liberdade e vontade perdem a importancia que tinham no systema de Kant e passam a representar um papel secundario e subordinado á idêa de bem e condicionalidade ao fim do homem.

Rousseau, Kant e Hegel [1] acceitam o mesmo principio — *a vontade* — embora discordem num ou noutro ponto secundario, bem

---

[1] Hegel expõe do seguinte modo a sua noção do direito: «Cette réalité en général, en tant qu'existence de la libre volonté, est le *droit*, qu'il ne faut pas entendre dans le sens limité de droit juridique, mais comme embrassant l'existence de toutes les déterminations de la liberté. Rélativement à la volonté subjective, ou sous leur forme générale elles doivent et peuvent seulement trouver leur existence, ces déterminations constituent ses *devoirs*, de même qu'elles constituent ses *moeurs*, en tant qu'habitude et maniére de sentir. Tout ce qui est un droit est aussi un devoir, et tout ce qui est un devoir est aussi un droit. Car une existence n'est un droit que sur le terrain de la volonté libre et substantielle; et c'est ce même contenu qui constitue un devoir relativement aux volontés qui se différencient en volontés subjectives et individuelles. En ce sens, c'est l'apparence des droits et des devoirs qui fait la finité de la volonté objective.»

(*Philosophie de l'Esprit*, trad. par M. A. Vera, pag. 260, § 487.º)

como no modo de deducção scientifica; Ahrens afasta-se completamente d'esta maneira de explicar o direito, affirmando que a vontade, quer seja concebida como individual ou geral, nunca póde ser o principio do direito e do Estado; porque no homem, como em Deus, a vontade não é mais do que uma faculdade de acção, que suppõe como principio e como fim o bem e o justo [1]. Mas em que consiste o bem e o justo? Qual o seu fundamento? Eis a difficuldade. Se o bem e o justo representam elementos da natureza humana, ou relações d'estes elementos entre si, é claro que exprimem o mesmo que as faculdades do homem e o seu

---

[1] Nos seguintes trechos resume Ahrens o seu pensamento a respeito da doutrina juridica de Kant e Hegel.

«Hegel rattache expressement sa doctrine à celle de Rousseau, et reconnait à celui-ci le mérite d'avoir établi, comme base de l'État, un principe qui est la pensée même, *la volonté;* mais il lui reproche de ne pas avoir compris la volonté comme générale, c'est-à-dire comme principe rationnel, *objectif* au dessus des volontés individuelles.

Cependant la volonté, qu'elle soit conçue comme individuelle ou comme générale, ne peut jamais être le principe du droit et de l'État; car la volonté n'est, dans l'homme et en Dieu, qu'une faculté d'action, qui suppose comme principe et comme but le bien et le juste. De même que la volonté doit être psychologiquement distinguée de la raison, seule source de connaissance pour les principes du vrai, du bien et du juste, de même les hommes réunis en société doivent chercher des principes qui puissent donner une règle et une direction à leur volonté. Toute théorie qui part de la volonté, individuelle ou générale, reste dans l'abstraction et ne mérite pas le nom d'objective, parce qu'elle néglige le véritable objet du droit, c'est-à-dire le bien, dont le droit est un mode de réalisation. C'est parce que la doctrine de Hegel repose au fond sur le même principe que celle de Rousseau, qu'elle a pu être transformée dans ces derniers temps en une théorie tout analogue.»

(Ahrens—*Philosophie du Droit*, pag. 77).

«... mais le droit public, qui dépasse la sphére du mouvement libre de la volonté individuelle, doit reposer au moins sur quelques principes invariables; là cette doctrine n'a conduit qu'à la théorie des majorités qui, fausse en elle-même menera toujours au despotisme des masses ou d'un seul, et détruira partout le respect que les hommes doivent aux lois de verité, de bien et de justice, sur les quelles se fonde l'ordre social.»

(Obra cit., pag. 37).

exercicio. Se não exprimem estes elementos nem as suas relações, estão fóra do homem, têm o seu fundamento nalgum outro ser ou existencia exterior, e por consequencia temos de abandonar a doutrina da immanencia e voltar á transcendencia das leis divinas. Não ha meio termo possivel. Se o fim do homem é o desenvolvimento harmonico das suas faculdades e forças, o direito não póde ser mais do que a expressão d'essa harmonia, e tem o seu fundamento na propria natureza e condições d'essas forças e faculdades. Se o fim do homem é alguma cousa de transcendente, que se não encontra na sua natureza, então é forçoso recorrer ao pensamento e á vontade do Creador, porque só lá podemos encontrar a razão, o fundamento de todo o bem e de toda a justiça.

O sr. Ferrer, porém, com o seu bom senso practico, se por um lado acceita a definição de Krause, por outro lado interpreta-a no sentido da immanencia e encosta-se completamente á doutrina do velho philosopho de Koenisberg. Para o sr. Ferrer é a natureza humana o fundamento do direito, para o sr. Ferrer as obrigações juridicas são negativas. Mas, se a natureza humana é o fundamento do direito, porque não havemos de substituir as palavras *fim ou destino racional, individual e social* por outras que exprimam immediatamente o elemento ou elementos da natureza humana a que se refere o direito? Mas se os deveres juridicos são de origem negativos, mas se o direito é um principio de abstenção, como affirma o sr. Ferrer nos §§ 20.° e 24.° da sua *Philosophia do Direito,* qual o motivo que o leva a censurar de negativa a definição de Kant? Não estará ella mais em harmonia com as suas idêas, por isso mesmo que é negativa? A definição de Kant não abrange a vida juridica na sua plenitude, mas tem o incontestavel merecimento de indicar immediatamente os elementos geradores de todo o direito; a definição de Krause será mais larga, mas tem o grande inconveniente de dar margem a variadissimas interpretações, porque não indica com a sufficiente precisão e clareza qual o elemento determinante na esphera da vida juridica, distinguindo-o bem de todos os outros que lhe estão subordinados, que entram necessariamente em todo o phenomeno juridico mas como condições e não como principio.

Daqui provém que comprehende factos e condições que não são direitos, e exclue outros que pertencem incontestavelmente á esphera do direito.

Effectivamente o homem tanto tem direito de se instruir, como de ficar na ociosidade que gera a ignorancia; tanto tem direito de seguir a vida que mais condições de prosperidade lhe apresenta, como aquella cujo resultado final é o empobrecimento do corpo e do espirito. Se isto é uma verdade evidente, os direitos do homem não se limitam ás condições necessarias para a realisação do seu destino racional, individual, etc., etc.

Por outro lado ha condições com todos os requisitos da definição de Krause, e que apezar d'isso não são direitos para o homem. É certo que a instrucção constitue uma das condições mais poderosas para o desenvolvimento e cumprimento do destino do homem, é fóra de toda a duvida que para o homem se instruir carece do auxilio do seu similhante, e apezar d'isso individuo nenhum tem direito a exigir este auxilio pelo simples facto de ser uma condição do seu desenvolvimento.

O mesmo se póde affirmar de muitas outras condições da vida humana. A saude, a instrucção, a moralidade são relações d'uma outra ordem que se não podem considerar como o fim do direito, porque este representa o ultimo termo da serie, e por consequencia involve em si todos os outros, mas sujeitos ás suas proprias determinações.

O caracteristico de todo o direito não consiste pois em ser condição para um fim, mas em ser uma relação entre vontades. Da formula de Kant vê-se bem que não póde sahir idêa alguma que não esteja em harmonia com a liberdade individual, com a dignidade do homem nas suas mais amplas manifestações. O mesmo não acontece com a formula de Krause. Resta-nos saber como se harmonisará com a liberdade aquelle complexo de condições internas e externas, necessarias para o cumprimento e desenvolvimento do fim do homem.

É verdade que lá se diz que essas condições são dependentes da liberdade; mas tambem é certo que para esta eschola a liberdade é um meio, e por consequencia deve estar subordinada aos

fins mais altos da especie humana. Quaes são esses destinos? Eis a difficuldade.

O sr. Ferrer umas vezes define o direito tendo em attenção a idêa de condicionalidade ao fim do homem, como no § 17.º da sua *Philosophia do Direito*; outras tendo em vista a esphera juridica, isto é, a coexistencia das liberdades, como nos §§ 18.º, 19.º e 20.º, onde adopta os principios de Kant. Segundo o § 17.º para que uma acção seja um direito é indispensavel que possa servir de condição para o homem conseguir o seu destino racional; segundo os principios estabelecidos nos §§ 18.º, 19.º e 20.º não é indispensavel que possa servir de condição, basta que não invada a esphera dos direitos dos outros.

Segundo as idêas expendidas pelo sr. Ferrer nos §§ 18.º e seguintes o homem tem o direito de practicar todas as acções que não involvam uma lesão aos direitos dos outros; mas se estas acções não forem condições para o conseguimento do fim racional do homem, embora não offendam a esphera juridica dos outros homens?!... Se, longe de consistirem em actos que elevem o espirito, forem pelo contrario acções cujo resultado seja o seu definhamento, como o fumar, o comer em excesso, etc., etc.?! Deixarão de ser direitos nestes casos?! Será licito prohibir ao homem todas as acções que não possam ser consideradas como condições para o conseguimento do seu fim racional?

A julgar pelo § 17.º, em que o sr. Ferrer se conforma com a definição de Krause, parece que sim; a julgar pela doutrina do § 18.º e seguinte, é evidente que não. Segundo o § 17.º para que uma acção seja considerada um direito, é indispensavel que possa servir de condição para o destino racional do homem; segundo o § 18.º e seguinte o homem tem direito a practicar todas as acções que não lesem os outros, sejam ou não condições para o seu desenvolvimento.

Ha pois uma certa contradicção entre estes dois §§, contradicção que resulta da incompatibilidade entre a definição de Krause e o systema de Kant, que essencialmente o sr. Ferrer adopta.

Desde o momento em que se acceita a condicionalidade ao fim do homem como um dos caracteres de todo o direito, não se póde

admittir a liberdade juridica como a concebe Kant e como a expõe o sr. Ferrer no seu compendio de *Philosophia*.

Entre as duas concepções ha um perfeito antagonismo; quem acceitar uma tem de recusar a outra.

Nós, que consideramos a vontade como a mais alta manifestação das forças humanas, que consideramos a justiça como a mais elevada expressão da vontade, que não distinguimos o fim dos seres das suas acções e das leis que os regem, encostamo-nos de preferencia ao systema do grande pensador de Koenisberg, embora o modifiquemos um pouco.

Affirmar que o principio do direito é o bem, o justo, é simplesmente substituir uma palavra por outras palavras, porque o essencial é saber o que devemos entender pelo bem e pelo justo. Se a lei do homem é transcendente, se lhe vem d'uma existencia superior, diga-se simplesmente, o direito, o justo, o bem são a vontade de Deus, impondo-se ao homem. Se à lei do homem é immanente, se se não distingue da sua natureza, então é necessario examinar esta natureza, mostrar quaes os seus elementos a que corresponde o direito, e neste caso escusado é fallar em fim, em bem, porque ou estas palavras nada significam ou exprimem exactamente o mesmo que o direito e o justo que se pretende definir.

Daqui resulta a extranha confusão de idêas que muitas vezes se nota nos escriptores, que, adoptando a doutrina moderna da immanencia, se afastam do ponto de vista do systema de Kant.

Quando fallam no fim, quando tractam de o conhecer, affirmam que é necessario para isto primeiro conhecer a natureza do ser que se nos revela pelos seus actos; e quando fallam da natureza e da vida de qualquer ser, dizem que é impossivel comprehendel-a bem sem lhe determinar o seu fim particular. De sorte que não póde a intelligencia alcançar o fim d'um ser sem primeiro lhe conhecer a natureza e a vida, e não póde conhecer estas sem primeiro lhe determinar o fim. E para que se veja bem que não inventamos, não temos mais do que citar as palavras d'um distincto professor da Universidade de Coimbra, o sr. dr. Brito, na sua *Philosophia do Direito*.

Diz este escriptor no § 110.º: «Não poderemos comprehender bem a vida de um ser, o logar que lhe pertence na creação, e as relações que o ligam aos demais seres, senão podermos determinar-lhe o *fim particular* para que é destinado;» e accrescenta no § 17.º: «Havendo em cada ser um pensamento intimamente recondito, para o recolher é mister: — penetrar em *sua natureza*, — interpretar todos os *seus actos* pelas idêas que revelam, — e induzir das suas manifestações temporaes o conhecimento da *sua lei* em virtude da *relação* que necessariamente as prende ao fim que exprimem e traduzem; sendo essas manifestações *posições* diversas e variadas do fim, só estudando-as e comprehendendo-as bem poderemos *determinal-o;*» e finalmente conclue no § 118.º: «não podemos determinar o fim d'aquelle ser cuja natureza desconhecemos.»

Ora toda esta confusão nasce do variado sentido que este auctor liga ás palavras — *natureza, lei, fim* e *ser*. A natureza d'um ser não exprime nada mais e nada menos do que o conjuncto de todos os seus elementos e relações; comprehende pois a sua lei, as suas forças, numa palavra toda a sua virtualidade.

Se o fim, pois, é alguma cousa ou elemento intimamente ligado com o ser, é claro que está comprehendido na idêa de natureza, e por consequencia o seu conhecimento é parte integrante do conhecimento da natureza, não resulta d'esta, como affirma o sr. dr. Brito no § 118.º, — nem a precede como dá a entender no § 110.º

O que a intelligencia e a especulação de accordo com os dados da experiencia affirmam de todos os seres são as *acções* e a sua coexistencia ou successão necessaria. Todos os seres actuam constantemente uns sobre os outros segundo certas e determinadas leis; a intelligencia distingue umas das outras estas differentes acções e investiga as leis da sua coexistencia e successão.

Se o fim representa as acções futuras, confunde-se com a lei que exprime a necessidade que liga entre si as differentes acções; se não significa isto, então não comprehendemos o que seja um fim.

Ora é tal a impossibilidade de comprehender a idêa de fim sem

a de lei, que o proprio sr. dr. Brito, que no § 113.º nos apresenta o fim «como *ideal* do ser, tendendo a effectivar-no no tempo,» e devendo para isso actuar sobre a substancia, é o primeiro a dizer-nos no § 16.º: «Da *correlação necessaria* entre os dois termos do principio da finalidade resulta: — que o ser tem *necessidade* de realisar o fim, objectivando-o pelos seus actos; — e que o fim é para o ser *lei constante* e *regra unica* de efficiencia; aliás seguir-se-hia — ou não se realisar o fim, ou existir o ser sem fim.

«Todo o ser tem pois em sua essencia — a sua propria lei.»

Para que é necessario pois recorrer a estas distincções de lei e fim, de natureza e essencia? Que utilidade ou clareza para as idêas resulta de imaginarmos um fim que provoca a virtualidade primitiva e originaria do ser a manifestar a sua essencia, e que actua sobre a substancia provocando a irradiação e manifestação da sua causação? [1] Será o fim, visto que actua sobre a substancia, uma força? Parece-nos mais simples e claro reduzir todas estas idêas de fim, substancia, virtualidade originaria, lei, essencia, etc., etc., ás de força, capacidade e lei, fazendo sentir bem que estas não representam seres distinctos mas elementos integrantes de toda a substancia, faces ou aspectos necessarios de todo o ser.

O sr. dr. Ferrer, no § 6.º da sua *Philosophia do Direito,* diz-nos que o fim ou destino geral do homem consiste no desenvolvimento integral das suas faculdades; ora se isto é assim, tanto faz dizer fim como desenvolvimento de faculdades, e, como a vontade é uma faculdade da natureza humana, fazer consistir o direito no desenvolvimento d'esta faculdade, quando relacionada e com

---

[1] «A virtualidade *primitiva* e *originaria* do ser é provocada pelo proprio fim a *manifestar* a sua *essencia* na multiplicidade e variedade de seus actos. O fim, tendendo, como *ideal* do ser, a effectuar-se no tempo, deve, para existir, actuar sobre a substancia, provocando a irradiação e manifestação da sua *causação*, e por consequencia a sua conversão em acto. Por outro lado a virtualidade primitiva do ser, possuindo já, como *entidade real*, fórma na existencia, mas incompleta, deve sentir a necessidade instante de converter o fim em acto, porque o seu *bem effectivo* consiste nessa conversão.»
(*Philosophia do Direito*, § 113.º)

outras eguaes faculdades, não é restringil-o ou reduzil-o a um simples meio, mas determinar a sua natureza e essencia especial marcando os limites que o separam de todas as outras manifestações da vida.

Do que levamos dicto concluimos que são improcedentes as observações de Ahrens contra a doutrina de Kant quando dizem respeito ao seu principio e fundamento. Emquanto porém ao modo como Kant considerou este principio, emquanto á formula que nos deu da sua lei, é forçoso confessar que peccou por não considerar senão as relações de simples coexistencia das vontades.

Tanto o sr. Ferrer como o sr. Brito notam esta falta na doutrina juridica de Kant. O sr. Ferrer, porém, ao mesmo tempo que censura de negativa a formula e a definição de Kant, acceita-lhe o principio affirmando que as obrigações juridicas são de origem negativas [1], e consistem em não embaraçar o direito

---

1 Podemos considerar as obrigações juridicas emquanto á sua origem, essencia e objecto. Em relação á sua origem são positivas, porque tem por principio a vontade, que representa uma realidade muito positiva. Emquanto á sua essencia são positivas, mesmo as que pertencem ao primeiro momento da vida juridica, porque todas estas se reduzem á mutua affirmação das vontades individuaes. Emquanto ao seu objecto podem ser divididas em positivas e negativas conforme este objecto é uma acção ou uma omissão. Este, porém, não é o ponto de vista do sr. dr. Ferrer, porque para elle todas as obrigações juridicas são negativas (§ 24.º da obra cit.), mesmo as que derivam dos contractos e que consistem em dar ou fazer alguma cousa (§ 20.º, nota *a*). Nós, quando fallamos em obrigações positivas e negativas e sempre debaixo d'este ultimo ponto de vista, porque emquanto aos outros consideramos as obrigações juridicas tão positivas como as da moral, embora estas ultimas digam apenas respeito ao fôro intimo, isto é, ás relações da vontade com todas as outras faculdades, concordamos plenamente com o sr. dr. Brito quando nos diz que toda a regra, todo o principio fundamental de qualquer sciencia ou realidade deve ser positiva; a nossa divergencia começa quando se tracta de analysar o *neminem laede*, e de o substituir por um outro principio.

O *neminem laede* é uma formula que de negativa só tem a apparencia, porque o que ella realmente significa é a affirmação das vontades individuaes na sua primeira ordem de relações — a coexistencia das vontades.

É forçoso porém confessar que o sr. Brito d'algum modo tem razão contra

d'outrem [1]. O sr. Brito, desejando ser coherente com as suas censuras, procura um principio positivo que sirva de regra ás acções humanas, rejeitando o *neminem laede* que o sr. Ferrer adoptara.

«Se a humanidade, diz o sr. Brito, na serie indefinida de suas manifestações progressivas é destinada a constituir-se practicamente como um perfeito organismo, o *direito,* como *lei social,* deve ser um principio de unidade e harmonia, essencialmente positivo e universal para todos os individuos e para todas as situações da vida practica, ligada tão intimamente ao fim do homem, que seja condição absolutamente indispensavel ao desenvolvimento de cada um. Só a mutualidade de serviços satisfaz plenamente a estas condições de legitimidade.» E mais adeante accrescenta: «A *lei* do amor e da fraternidade universal, que a moral ensina, não póde ser, em sua objectividade, sómente um preceito facultativo: a *mutualidade de serviços,* que o exprime, é mais que um *dever de moral,* é um verdadeiro *dever de direito,* de que as leis positivas devem inspirar-se, formulando-o em regras *practicas* em harmonia com a dignidade e liberdade humana.»

Nestes dois trechos está perfeitamente resumido, quanto a nós, todo o systema do illustre professor da Universidade de Coimbra, e nelles se mostra immediatamente o que ha de verdadeiro e bom na sua concepção, assim como o que nella ha de defeituoso. Com este distincto escriptor, tambem concebemos o direito como um principio de unidade e harmonia essencialmente positivo e universal para todos os individuos, mas não para todas as situações da vida practica; com este escriptor tambem vemos na sociedade mais do que uma simples juxtaposição de individuos e no direito

---

o sr. Ferrer, porque para este illustre escriptor o *neminem laede* representa um principio negativo. Mesmo na primeira classe de relações juridicas o principio, a regra não póde ser uma negação, embora na applicação se traduza por omissões. Estas omissões, que constituem o objecto das obrigações do primeiro momento da vida juridica, têm a sua razão de ser num principio positivo, num preceito affirmativo — o mutuo respeito.

[1] Vide *Elementos de Direito Natural* ou *Philosophia do Direito,* 3.ª edição, §§ 20.º, 21.º e 24.º

mais do que a simples coexistencia de vontades, mas ao mesmo tempo reconhecemos que a sociedade é um organismo complexissimo que se compõe das relações, dos pontos de contacto dos elementos da natureza dos differentes homens, e que por consequencia é forçoso distinguir estes elementos para estudar as suas distinctas relações entre si. É assim que examinando a sociedade encontramos já as relações puramente intellectuaes dos homens, já as relações affectivas, já as relações voluntarias. Ha situações da vida em que o homem influe sobre o seu similhante apenas com o poder das suas faculdades intellectuaes, como acontece no dominio puro da sciencia; ha outras em que exerce uma acção de natureza mais intima, como quando falla ao sentimento e á paixão; finalmente ha outras em que se dirige ao seu similhante não como homem de sciencia ou artista, mas como vontade, como individuo que pretende fazer respeitar os seus direitos, ou desenvolvel-os pelos contractos e sociedades. É necessario, por consequencia, distinguir todas estas situações para ver claro na sociedade; e se é indispensavel não as confundir, tambem é indispensavel reconhecer os laços que as prendem entre si.

Ora na concepção juridica do sr. Brito acham-se confundidas duas ordens de relações distinctas—as juridicas e as economicas;—e daqui provém que este auctor, ao mesmo tempo que faz da *mutualidade de serviços* um verdadeiro *dever de direito,* vê-se obrigado a subordinal-o á dignidade e liberdade humana.

Diz o sr. Brito: «Todavia as *relações practicas,* e por conseguinte a *constituição* de qualquer sociedade que se proponha á *realisação practica* da mutualidade de serviços, só poderão legitimar-se *practicamente* pelo *consentimento* dos associados. Se a mutualidade de serviços se *induz* da natureza social do homem e do seu fim, na sua *realisação practica* deve a pessoa intervir por seu *consentimento* [1].»

Ora, se o direito é um principio regulador da liberdade, como se concebe que o supremo dever juridico esteja dependente do

---

1 Vide *Philosophia do Direito*, 3.ª edição, pag. 198, § 258.º

consentimento e da liberdade?! Se o mutuo auxilio é um dever juridico, como affirma o illustre professor, deve ser imposto pela coacção e não depender do consentimento dos sujeitos do dever? Como se explica que aquelle principio fundamental do direito careça na practica de legitimar-se pelo *consentimento* livre do homem? Não deveriam pelo contrario os actos de vontade humana serem legitimados por aquelle principio? Ora, se a liberdade humana pelo consentimento é que legitima o mutuo auxilio, é claro que é ella o verdadeiro principio juridico, é claro que, antes de se auxiliarem mutuamente, devem os homens primeiro respeitar-se como vontades livres e independentes. O mutuo respeito não deriva pois da mutualidade de serviços; pelo contrario esta não é legitima senão quando está em harmonia com elle, como reconhece o proprio sr. dr. Brito.

Como affirmámos, a doutrina juridica que analysamos representa uma confusão de duas ordens de relações distinctas — as juridicas e as economicas.

O mutuo auxilio é uma necessidade economica, mas não um dever juridico; porque, se o fosse, deveria impôr-se ao consentimento da vontade e não depender d'este. O *neminem laede* ou o *mutuo respeito,* a fidelidade no cumprimento dos contractos, o respeito pela lei são deveres juridicos, porque se impõem ao consentimento, porque toda a vontade póde ser compellida pela força a pôr-se em harmonia com os seus preceitos. A vida economica da sociedade depende da juridica, porque, sendo mais complexa do que esta, involve-a em si e não a póde destruir. É por isso que as verdades economicas não podem contradizer as juridicas, é por isso que as condições da vida economica dependem das condições da vida juridica.

Transformar as necessidades da vida economica em deveres juridicos é confundir duas ordens distinctas de realidades. O sr. Brito, se por um lado cahiu neste erro, por outro lado escapou ás suas consequencias mas vendo-se obrigado a reconhecer um dever juridico, que se não impõe ao consentimento da vontade, antes d'elle está dependente para a sua legitimação.

Em direito é necessario distinguir sempre a vontade conside-

rada na sua natureza, e a vontade considerada nos seus actos, isto é, nas volições, no consentimento e nas resoluções [1]. A natureza da vontade não depende dos seus actos; antes se lhe impõe, e é por isso que o dever juridico, sendo a expressão da natureza da vontade, se impõe ao consentimento em logar de depender d'elle. Esta distincção, que á primeira vista parecerá ociosa ou subtil, é fundamental em philosophia de direito, e sem ella nunca se comprehenderá bem a verdadeira base das leis juridicas. A vontade

---

[1] A necessidade d'esta distincção foi reconhecida por Rousseau, Kant e Hegel, embora cada um se exprima por modo diverso, embora discordem alguma cousa na sua explicação.

Em Rousseau manifesta-se-nos no trabalho, no esforço que faz para distinguir a vontade de todos da vontade geral. Em Kant na distincção entre o homem *noumenon* e o homem phenomeno, entre a vontade ideal, objecto da intuição *a priori*, é a vontade psychologica, que póde ser estudada na antropologia. Em Hegel na distincção entre a vontade racional e a vontade individual, entre a vontade objectiva e a vontade subjectiva.

Diz Hegel *: «La définition kantienne du droit contient cette vue, qui s'est répandue surtout depuis Rousseau, savoir que la volonté est bien le fondement substantiel et le principe premier (das Erste) du droit, mais non en tant que volonté en et pour soi, en tant que volonté rationelle; ou, si l'on veut, que l'esprit est ce fondement, non en tant qu'esprit véritable (wahrer, vrai dans sa réalité), mais en tant qu'individu particulier, en tant que volonté de l'individu dans son vouloir (Willkur) particulier. Sans doute, une fois cette vue admise, la raison (das Verünftige) ne saurait jouer que le role de principe limitant à l'égard de cette liberté, et ce n'est plus la raison qui est immanente à celle-ci, mais elle demeure à l'état d'universel et extérieur.» É forçoso confessar que é esta a primeira impressão que produz o systema de Rousseau, mas quando se examina o espirito geral do *Contracto Social*, reconhece-se que não póde ser este o pensamento de Rousseau, e que a distincção que Hegel estabelece não escapou ao espirito de Rousseau, embora este a não indique do mesmo modo que o fez Hegel.

A respeito d'esta apreciação de Hegel encontra-se na *Revista dos Dois Mundos*, de 15 de fevereiro de 1878, um artigo de M. Alfred Fouillée, que é digno de ser lido com toda a attenção.

* Vide *Philosophie de l'Esprit*, trad. par M. A. Vera, tomo 2.º, pag. 261.

não recebe leis de fóra, como muito bem diz Kant, porque é ella mesma a representante e a executora das suas proprias leis.

As idêas do bem, do justo e do direito não vêm de fóra ao homem, não derivam d'algum poder desconhecido ou realidade transcendente, nem são innatas ou existentes no espirito anteriormente a toda a actividade da intelligencia, mas são a expressão d'esta energia intima, d'este principio superior a que chamamos vontade, e que se revela á intelligencia como todas as outras realidades. Daqui provém que as idêas do bem, do justo, do direito se desenvolvem e purificam com o desenvolvimento da vontade na vida individual e social, e com o estudo e meditação das suas variadissimas manifestações.

Voltando aos illustres professores da Universidade de Coimbra, cujos systemas temos analysado nos seus principios fundamentaes, concluiremos dizendo que ambos têm direito á gratidão de todo o portuguez illustrado; o primeiro por ter introduzido nos estudos universitarios a doutrina do grande pensador de Koenisberg, o ultimo por ter sentido o que havia de incompleto naquella doutrina, e por se ter esforçado em estabelecer um principio superior. Se é verdade que este principio não resiste a uma critica rigorosa e severa, se é verdade que das proprias affirmações do seu defensor se deduz a sua condemnação, tambem é certo que o compendio do sr. dr. Ferrer, pretendendo conciliar as idêas de Krause e Ahrens com as de Kant, offerece em mais d'um ponto desharmonias que era necessario fazer desapparecer. O sr. dr. Brito não o conseguiu, porque se afastou do ponto de vista de Kant e Hegel, mas nem por isso deixa de ser meritoria a sua tentativa. Por mais que a intelligencia procure fóra da vontade humana o principio do direito, por mais que trabalhe para se levantar a uma regra superior, nada consegue.

Ahrens censura Kant por fundar o direito na vontade, mas affirmando que o bem, o fim do homem, consiste no desenvolvimento das suas faculdades, reconhece indirectamente o mesmo principio de Kant, com a differença de que este é mais rigoroso e preciso. O sr. dr. Brito estabelece como principio supremo o mutuo auxilio, a mutualidade de serviços; mas levado pela força da ver-

dade, assevera ao mesmo tempo que este principio precisa de ser legitimidado pelo consentimento, e por consequencia reconhece implicitamente a liberdade, o mutuo respeito como alguma cousa superior de que depende o seu principio e que é necessario para o legitimar na applicação.

É pois a liberdade a primeira manifestação de todo o direito, que se impõe irresistivelmente á intelligencia, que reflecte sobre os phenomenos juridicos, e que nos apparece sempre dominando todos os systemas juridicos, embora os seus auctores a pretendam desconhecer e negar.

(Continúa)

FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

APONTAMENTOS DE CINEMATICA

Principios geraes sobre o movimento d'um ponto

I

1. A curva que um ponto movel percorre denomina-se *trajectoria;* e chama-se *espaço* a porção da trajectoria comprehendida entre um ponto determinado d'esta linha e a posição do movel num instante qualquer.

Designando por s o espaço, e por t o tempo correspondente, é claro que será $s = ft$. Tal é a *equação do movimento.*

O movimento diz-se *uniforme,* quando os espaços crescem proporcionalmente ao tempo, isto é, quando os augmentos do espaço são proporcionaes aos do tempo. Aliás é *variado.*

Designando por s o espaço correspondente ao tempo t, e por $s + \Delta s$ o respectivo a $t + \Delta t$, chama-se *velocidade* do movel no fim do tempo t, o limite para que tende $\frac{\Delta s}{\Delta t}$, quando Δt tende para zero. A velocidade [1] será pois dada por $\frac{ds}{dt} = f'(t)$.

---

[1] O sr. José Anastacio da Cunha no seu *Ensaio sobre os principios de mechanica* define assim este elemento: «*Velocidade* de um movel em qualquer ponto do espaço que descreve, é o expoente da razão que tem *ultimamente* o espaço infinitesimo, que alli principia a descrever, para o tempo em que o ha de descrever.»

Esta definição, que equivale á que damos no texto, comprehende como caso particular a definição geralmente conhecida de velocidade no movimento uniforme.

Figura-se geometricamente este elemento, tomando, a partir da posição occupada pelo movel, sobre a tangente á trajectoria e no sentido do movimento [1] um comprimento egual a $f'(t)$.

Considerando tiradas duas rectas pela posição occupada pelo movel no fim do tempo t, representando uma d'ellas a velocidade do movel nesse instante e sendo a outra egual e parallela á velocidade respectiva ao tempo $t + \Delta t$; é claro, que a recta que unir as extremidades discontiguas d'essas duas linhas será funcção de Δt. E chama-se *acceleração* o limite para que tende o quociente da divisão d'essa recta por Δt, quando esta quantidade tende para zero.

Considerem-se traçadas, a partir d'um ponto O, differentes rectas O A, O B, O C,... O G, OH. Tirem-se, pelo ponto A uma recta A B′ egual e parallela a O B, e no mesmo sentido d'esta linha; por B′ uma recta B′ C′ egual, parallela e no mesmo sentido de O C′; por C′ a recta C′ D′ egual, parallela e no mesmo sentido de O D;...; e por G′ a recta G′ H′ egual e parallela a O H; e finalmente una-se o ponto O com H′ por meio d'uma recta. Feito isto, chamaremos a O H′ *resultante*, e a O A, O B, O C,... O G, O H *componentes* [2].

Se as componentes forem tres, não situadas no mesmo plano,

---

1 «*Direcção* do movel, ou tambem da sua *velocidade*... no principio do espaço, é a recta tirada por esse ponto de sorte que não faça angulo com o espaço.»

Ensaio sobre os principios de mechanica.

2 Estas denominações — *resultante* e *componentes* — foram primeiramente empregadas na Statica, donde passaram para a Cinematica; como se deprehende das seguintes palavras que transcrevemos da 2.ª edição da *Mechanica* de Duhamel: «Lorsque plusieurs forces sont appliquées à un même point, nous avons vu dans la Statique qu'elles pouvaient être remplacées par une seule; et il y a une construction geometrique très simple pour obtenir cette resultante, lorsque toutes les forces sont representées, pour leurs grandeurs, et pour leurs directions, par des droites partant de ce point. Lorsque des constructions semblables se rencontrent sans qu'il s'agisse des forces, il est commode d'employer des denominations analogues qui indiquent immediatement ce qui autrement exigerait des longues devellopements...»

a resultante será representada, em grandeza e direcção, pela diagonal do parallelipipedo construido sobre essas tres linhas. E se forem sómente duas, a resultante coincidirá com a diagonal do parallelogrammo determinado por essas duas rectas.

Tambem é manifesto que, considerando tres eixos coordenados quaesquer, a projecção da resultante sobre qualquer d'elles é egual á somma das projecções respectivas das componentes. E reciprocamente, se as projecções d'uma linha sobre os tres eixos forem respectivamente eguaes ás sommas das projecções d'outras rectas traçadas em volta d'um ponto, aquella linha coincidirá, em grandeza e direcção, com a resultante d'estas.

2. Em vez de determinar as posições successivas do movel por meio dos espaços percorridos sobre a trajectoria, para o que seria bastante a equação do seu movimento, podemos referil-as a tres eixos coordenados quaesquer, com os quaes esteja invariavelmente ligada aquella curva.

Neste presupposto, representando por x, y, z as coordenadas variaveis do movel, é claro, que será

$$(1) \qquad x = \varphi(t),\ y = \varphi_1(t),\ z = \varphi_2(t),$$

designando φ, φ_1, φ_2 tres funcções dependentes da natureza do movimento.

Se eliminarmos t entre duas d'essas equações, obteremos a equação da projecção da trajectoria sobre um dos planos coordenados. Por exemplo, fazendo a eliminação entre a primeira equação e a segunda, acharemos a equação da projecção sobre o plano dos xy.

Posto isto, imaginando sobre cada eixo um ponto movendo-se de modo, que a sua posição coincida constantemente com a projecção respectiva do ponto material considerado, é claro, que a equação do movimento de qualquer d'esses pontos será uma das de (1).

Além d'estas relações outras mais se verificam entre o movimento do ponto material e os das suas projecções, sobresahindo entre ellas as que vamos expôr.

3. *A velocidade da projecção é egual á projecção da velocidade.*

Sejam, Δx a differença entre os valores de x correspondentes aos tempos t e $t + \Delta t$; Δs e Δs_1 as partes, cuja projecção commum sobre o eixo dos xx é Δx, da trajectoria e da velocidade relativa ao tempo t.

Por ser $\lim. \frac{\Delta s}{\Delta s_1} = 1$, teremos [1]

$$\frac{\frac{ds}{dt}}{\frac{dx}{dt}} = \frac{ds}{dx} = \lim. \frac{\Delta s}{\Delta x} = \lim. \frac{\Delta s_1}{\Delta x} = \frac{\Delta s_1}{\Delta x};$$

o que mostra, que entre $\frac{ds}{dt}$ e $\frac{dx}{dt}$ subsiste a mesma relação que entre Δs_1 e Δx, e justifica, por tanto, o principio relativamente á projecção sobre o eixo dos xx. E o mesmo se demonstraria relativamente ás projecções sobre os outros eixos [2].

A velocidade $\frac{ds}{dt}$ chama-se resultante; $\frac{dx}{dt}$, $\frac{dy}{dt}$, $\frac{dz}{dt}$ são as componentes [3] (veja-se o final do n.º 1).

4. *A acceleração da projecção é egual á projecção da acceleração.*

A velocidade do movel no fim do tempo t tem por projecções sobre os eixos coordenados $\frac{dx}{dt}$, $\frac{dy}{dt}$, $\frac{dz}{dt}$; por tanto, serão $\frac{dx}{dt} + \Delta \frac{dx}{dt}$, $\frac{dy}{dt} + \Delta \frac{dy}{dt}$, $\frac{dz}{dt} + \Delta \frac{dz}{dt}$ as projecções da velocidade

---

1 *Éléments de Calcul infinitésimal,* par M. Duhamel.

2 Veja-se na *Mechanica* de Delaunay a confirmação d'este principio num exemplo.

3 A componente da velocidade no sentido de qualquer dos eixos coordenados varía com a direcção do plano em que estiverem os outros dois eixos.

respectiva ao tempo $t + \Delta t$; e, em consequencia, se pelo ponto (x, y, z) tirarmos duas rectas eguaes e parallelas a essas velocidades e no sentido de cada uma d'ellas, as extremidades discontiguas d'essas duas linhas terão respectivamente por coordenadas

$$x + \frac{dx}{dt}, \quad y + \frac{dy}{dt}, \quad z + \frac{dz}{dt},$$

$$x + \frac{dx}{dt} + \Delta \frac{dx}{dt}, \quad y + \frac{dy}{dt} + \Delta \frac{dy}{dt}, \quad z + \frac{dz}{dt} + \Delta \frac{dz}{dt}.$$

As projecções sobre os eixos coordenados da recta que unir essas extremidades serão pois $\Delta \frac{dx}{dt}$, $\Delta \frac{dy}{dt}$, $\Delta \frac{dz}{dt}$; e dividindo estas expressões por Δt e tomando os limites, acharemos finalmente

$$\frac{d^2x}{dt^2}, \quad \frac{d^2y}{dt^2}, \quad \frac{d^2z}{dt^2},$$

para representar as projecções da acceleração.

Posto isto, applicando as expressões precedentes ao movimento do ponto que percorre o eixo dos xx, acharemos, que neste movimento as componentes da acceleração ficam representadas por

$$\frac{d^2x}{dt^2}, \quad 0, \quad 0;$$

donde se deduz, por serem nullas as duas ultimas componentes, que $\frac{d^2x}{dt^2}$ representa neste movimento a propria acceleração.

Fica assim demonstrado o theorema em relação ao eixo dos xx. E do mesmo modo se provaria a sua exactidão relativamente aos outros eixos.

5. Resulta da definição que démos de acceleração que esta recta existe no plano osculador da trajectoria tirado pela posição

do movel. Por tanto, se agora tomarmos este plano para um dos coordenados, a componente da acceleração será nulla relativamente ao eixo que estiver fóra d'esse plano, e a acceleração poderá considerar-se como resultante simplesmente das duas outras componentes.

Neste presupposto, tomando para eixos coordenados a tangente á trajectoria e a normal principal, e attendendo a que, na hypothese de serem rectangulares os eixos primitivos, os cosenos dos angulos que aquellas duas linhas formam respectivamente com os eixos coordenados são

$$\frac{dx}{ds},\ \frac{dy}{ds},\ \frac{dz}{ds} \text{ e } \frac{n}{ds}d\frac{dx}{ds},\ \frac{n}{ds}d\frac{dy}{ds},\ \frac{n}{ds}d\frac{dz}{ds},$$

onde n designa o raio de curvatura, teremos [1]:

$$\text{acc. tangencial} = \frac{d^2x}{dt^2}\cdot\frac{dx}{ds} + \frac{d^2y}{dt^2}\cdot\frac{dy}{ds} + \frac{d^2z}{dt^2}\cdot\frac{dz}{ds} =$$

$$\frac{dx\,d^2x + dy\,d^2y + dz\,d^2z}{ds\,dt^2} = \frac{d^2s}{dt^2}.$$

---

[1] Designando respectivamente por α, β, γ e por a, b, c os angulos que com os eixos coordenados formam a tangente á trajectoria tirada no sentido em que cresce o arco s e a normal principal tirada da posição do movel para o centro de curvatura, teremos

$$\cos\alpha = \frac{dx}{ds},\qquad \cos\beta = \frac{dy}{ds},\qquad \cos\gamma = \frac{dz}{ds}$$

$$\cos a = \frac{n}{ds}d\frac{dx}{ds},\quad \cos b = \frac{n}{ds}d\frac{dy}{ds},\quad \cos c = \frac{n}{ds}d\frac{dz}{ds};$$

e como é

$$\frac{dx}{dt} = \frac{dx}{ds}\frac{ds}{dt},\qquad \frac{dy}{dt} = \frac{dy}{ds}\frac{ds}{dt},\qquad \frac{dz}{dt} = \frac{dz}{ds}\frac{ds}{dt},$$

obteremos, derivando estas ultimas equações e depois eliminando do resul-

$$\text{acc. centripeta} = \frac{n}{ds}\left(\frac{d^2x}{dt^2}\,d\,\frac{dx}{ds} + \frac{d^2y}{dt^2}\,d\,\frac{dy}{ds} + \frac{d^2z}{dt^2}\,d\,\frac{dz}{ds}\right) =$$

$$\frac{n}{ds^3\,dt^2}\left[d^2x\,(ds\,d^2x - dx\,d^2s) + d^2y\,(ds\,d^2y - dy\,d^2s) + \right.$$

$$\left. d^2z\,(ds\,d^2z - dz\,d^2s)\right] = \frac{n}{ds^2\,dt^2}\,(d^2x^2 + d^2y^2 + d^2z^2 - d^2s^2) = \frac{v^2}{n}\,^1.$$

---

tado, por intermedio das primeiras, as derivadas $\frac{dx}{ds}$, $\frac{dy}{ds}$, $\frac{dz}{ds}$ e suas differenciaes,

$$\frac{d^2x}{dt^2} = \frac{d^2s}{dt^2}\,\frac{dx}{ds} + \frac{ds}{dt^2}\,d\left(\frac{dx}{ds}\right) = \frac{d^2s}{dt^2}\cos\alpha + \frac{ds^2}{dt^2}\,\frac{\cos a}{n}$$

$$\frac{d^2y}{dt^2} = \frac{d^2s}{dt^2}\cos\beta + \frac{ds^2}{dt^2}\,\frac{\cos b}{n}, \quad \frac{d^2z}{dt^2} = \frac{d^2s}{dt^2}\cos\gamma + \frac{ds^2}{dt^2}\,\frac{\cos c}{n}.$$

Mostram estas expressões, que a acceleração do movel se póde considerar como resultante de duas outras, uma das quaes, representada por $\frac{d^2s}{dt^2}$, é dirigida segundo a tangente, e a outra, expressa por $\frac{ds^2}{dt^2}\cdot\frac{1}{n} = \frac{v^2}{n}$, é dirigida no sentido da normal principal (veja-se o final do n.º 1); e, como consequencia, que a acceleração existe no plano osculador.

Finalmente a consideração do triangulo, a que nos referimos na definição que démos de acceleração, conduz directamente, e talvez ainda com mais facilidade, aos mesmos resultados (veja-se a *Mechanica racional* de Delaunay).

[1] Entre os movimentos rectilineos o mais simples — pela facilidade com que nelle se determinam todas as circumstancias relativas á posição do movel — é, depois do uniforme, o uniformemente variado, no qual os augmentos, positivos ou negativos, da velocidade são proporcionaes aos augmentos correspondentes do tempo. Neste genero de movimentos, certamente um dos primeiros considerados assim na formação como no estudo da sciencia, a velocidade é dada pela formula $v = a + b\,t$, onde á quantidade b, que representa o augmento de velocidade produzido na unidade de tempo, se dá geralmente o nome de *acceleração*. Assim pois nos movimentos d'esta natureza é $b = \frac{dv}{dt} = \frac{d^2s}{dt^2}$ a expressão da acceleração.

6. Ainda quando a linha que o movel percorre não seja uma curva material, sempre a poderemos considerar como tal; e o movimento, de que temos tractado, é o do ponto em relação ao systema rigido de que fazem parte a trajectoria e os eixos coordenados que suppomos invariavelmente ligados com ella. Não obstante, se esse systema é considerado em repouso, o movimento do ponto diz-se *real* ou *absoluto:* aliás é *apparente* ou *relativo.*

Entre os elementos de movimento d'um ponto referido a dois systemas de eixos, uns fixos e moveis os outros, verificam-se relações importantes, por meio das quaes se torna possivel deduzir as circumstancias d'um d'esses movimentos das do outro, quando seja conhecido o movimento do systema movel em relação ao fixo, ao qual se dá o nome de *movimento de transporte.*

Antes porém de deduzir essas relações e a fim de as poder interpretar convenientemente, torna se indispensavel dizer duas palavras ácerca dos movimentos de que é susceptivel um systema rigido qualquer.

(Continúa). L. C. Almeida.

Ora applicando a este caso as formulas dadas no texto, e attendendo a que, por o movimento ser rectilineo, é $n = \infty$, acharemos que das duas componentes da acceleração, tal como a definimos em o n.º 1, é nulla a centripeta, e que por tanto a acceleração fica simplesmente representada pela sua componente tangencial, isto é, por $\frac{d^2 s}{d t^2}$; o que concorda com o valor precedentemente achado.

É porém manifesto que egual concordancia ainda teria logar, se, como fazem alguns auctores, empregassemos o termo *acceleração* para designar o mesmo elemento a que em nossa theoria chamâmos *componente tangencial da acceleração.*

É, por exemplo, nesse sentido que se emprega o termo *acceleração* no — *Ensaio sobre os principios de mechanica* — já citado, onde se lê: «*Acceleração* de um movel em qualquer instante, é o expoente da razão que tem ultimamente para o tempo infinitesimo, que alli nasce, a velocidade que alli nasce com esse tempo, e com elle cresce» e tambem «Direcção do movel, ou tambem da sua velocidade, ou tambem da sua *acceleração* no principio do espaço, é a recta tirada por esse ponto de sorte que não faça angulo com o espaço.»

Veja-se tambem a *Meckanica* de Freycinet, § 7.º, e a de Duhamel, § 15.º da introducção.

REMEDIOS POPULARES

> ... E nós temos tão pouca prezunção que nada desprezamos, porque sabemos que na virtude de um remedio vil, e ao parecer ridiculo, está muitas vezes a saude do doente...
>
> *Medicina Lusitana* do dr. Francisco da Fonseca Henriques, 1731.

O medico que no exercicio da sua profissão se acha em contacto com os habitantes das povoações ruraes do nosso paiz, tem ensejo de conhecer um certo numero de remedios usados pelo povo com decidida confiança e legados por tradição de umas a outras gerações.

E se, movido por natural curiosidade, procura ver e experimentar, chegará por fim a convencer-se de que no meio de muita practica empyrica, supersticiosa e destituida de utilidade, se encontram alguns remedios a que não é licito contestar efficacia, e por vezes até decidida vantagem.

Além d'esta circumstancia, por si sufficiente para tornar esses meios, quaesquer que elles sejam, dignos de ser conhecidos pelo medico instruido, accresce outra de não menor importancia, qual é — a de serem os remedios populares de sua natureza simples e faceis de encontrar em toda a parte, independentemente das pharmacias, que nem sempre estão á mão, como acontece ainda hoje em muitas das localidades do nosso paiz; o que não poucas vezes colloca o medico em difficuldades e o obriga a lançar mão dos recursos que lhe possa fornecer a medicina popular.

A minha posição de facultativo municipal em Leiria durante algum tempo deu-me logar a que pudesse ter conhecimento d'um certo numero d'esses remedios populares.

Propondo-me dar noticia dos que ensaiei com bom resultado, e d'outros cuja efficacia me foi attestada por pessoas fidedignas, creio divulgar conhecimentos não só de bastante curiosidade, mas tambem de algum interesse.

I

A pellicula do ovo no curativo das excoriações, e das ulceras e feridas no fim do periodo de reparação

A pellicula ou membrana que reveste interiormente a casca do ovo da gallinha tem sido empregada pelo nosso povo como remedio para as excoriações recentes da pelle.

Feita uma excoriação e applicada immediatamente sobre ella a pellicula do ovo, pela sua superficie humida e viscosa, esta adhere á parte denudada de epiderme e ahi permanece até que se realise a cicatrisação.

Por este modo consegue-se mitigar immediatamente a dor que a acção do ar determina sobre a ferida; obsta se á exsudação sanguinea; resguarda-se e protege-se do attrito a derme offendida. Debaixo da pellicula adherente estabelece-se o trabalho de cicatrisação, que se completa dentro de poucos dias.

O meio, além de efficaz, é perfeitamente racional. D'esta fórma consegue-se a cura da ferida pelo processo denominado de cicatrisação subcrustacea. A pellicula adherente faz o officio da crusta que naturalmente se fórma á superficie das excoriações. Imita pois o processo da natureza, mas leva-lhe vantagem porque é rapido, emquanto que a formação espontanea da crusta demanda um certo espaço de tempo durante o qual se prolonga a dor e o soffrimento.

Por outro lado nada mais facil e commodo de applicar. O remedio acha-se sempre á mão, está ao alcance ainda mesmo dos mais ignorantes na arte de curar, dispensa todo e qualquer apposito, constitue finalmente um penso definitivo que não carece de se renovar.

A cirurgia consegue o mesmo resultado pela applicação d'um pó inerte ou d'um panno secco; mas estes meios não são por certo superiores áquelle que o acaso ou a necessidade de momento fez descobrir ao povo.

No fim do periodo de reparação das ulceras e feridas, em que falta apenas a camada mais superficial do tecido de cicatriz e a epiderme, circumstancias estas analogas ás da simples excoriação, o emprego da pellicula do ovo, como fica indicado, faz com que se complete rapidamente a cicatrisação.

Succede por vezes, durante o curativo d'uma ulcera ou ferida, luctar-se com grande difficuldade em conseguir a regeneração da epiderme. Os meios que até ahi haviam dado resultado tornam-se inefficazes para terminar a cura: póde mesmo variar-se a medicação, e não obter o effeito desejado.

Vi succeder isto com uma ferida proveniente da extracção d'um kisto da região dorsal. A ferida tractada pela pomada camphorada, e camphora em pó progredira em cicatrisação até ao ponto de só lhe faltar a pellicula epidermica; tornando-se então estacionaria, mudou-se de tractamento, empregando um outro topico excitante, a cauterisação ligeira, os fios seccos, etc.; mas tudo isto sem vantagem. A applicação da membrana da casca do ovo veiu então remover todas as difficuldades; apenas applicada adheriu, e não foi mais preciso tocar-lhe porque a cicatrisação completou-se e a pellicula cahiu por si.

É certo que a cirurgia contemporanea encontrou ha pouco um meio simples e imminentemente efficaz para promover a cicatrisação, qual é o oleado ou encerado ordinario applicado por sua face lisa e polida sobre a ferida. Não foi elle ensaiado no caso presente; mas ainda mesmo que o fosse e désse o resultado desejado não satisfaria melhor do que aquelle simples meio, porque se tornava difficil de manter applicado e seria, pelo menos, incommodo.

II

Banho local de vapor de agua no tractamento do rheumatismo muscular

É de origem popular um processo tão simples e commodo como ingenhoso para conseguir o banho local de vapor de agua, cuja efficacia no tractamento do rheumatismo muscular agudo é incontestavel.

O que os medicos hydropathas fazem por meio da applicação de um panno de linho humedecido em agua fria sobre a parte affectada, que depois cobrem com um panno impermeavel, tal como o encerado ordinario, conservando este apparelho durante doze horas, consegue-o o nosso povo por um outro processo não menos commodo e efficaz, que é o seguinte:

Despido e deitado o doente, estende-se-lhe um panno de lã (cobertor, chale, etc.) sobre a região dorida; borrifa-se a superficie exterior do panno com agua fria e em seguida corre-se repetidas vezes com um ferro de engomar moderadamente aquecido, humedecendo de novo a superficie da cobertura á medida que ella vai enxugando. Continua-se esta operação por espaço de meia hora, ao fim da qual a dor, que desde o principio se sente logo diminuir, tem, em regra geral, desapparecido completamente.

O doente deve conservar-se agazalhado na cama até que duas ou tres applicações d'este genero, feitas com intervallos de algumas horas, tenham debellado inteiramente o rheumatismo.

Por este modo o calor do ferro vai fazendo passar a agua ao estado de vapor, que atravessando o tecido de lã, fica em contacto com a pelle.

O meio descripto, que tenho por differentes vezes applicado com bom exito, é talvez mais facilmente acceito pelos doentes do que o panno molhado em agua fria, consegue mais rapidamente o allivio, e não menos seguramente a cura.

III

A folha de couve no curativo da ferida dos vezicatorios e como auxiliar das uncções

A inventiva popular descobriu tambem na folha de couve um meio de substituir o panno de linho ou o papel pardo, em que se estende uma camada de um unguento, ceroto ou pomada e que a pequena cirurgia emprega no curativo das feridas dos vezicatorios.

Aqui, porém, não ha, como se vê, a substituição de um meio

complicado ou difficil de pôr em practica ou de obter, por outro mais simples; donde se póde já concluir que outra é a razão que justifica a practica vulgar. E com effeito o meio descoberto pelo nosso povo é até preferido por muitos doentes áquelle que a cirurgia adoptou.

Uma vantagem lhe attribuem elles, qual é a de produzir e entreter sobre a ferida uma impressão de frescura que se torna em extremo agradavel alli onde o calor e a dor se fazem sentir. Mas, além d'esta vantagem, que é real, uma outra se lhe póde reconhecer; e esta é a de auxiliar e favorecer o contacto de qualquer unguento certo ou pomada que haja de empregar-se no curativo do vezicatorio, com a ferida; por isso que a folha de couve se não deixa repassar por elles nem os absorve como acontece com o linho ou o papel pardo.

Não ha pois motivo para votar ao desprezo o remedio popular; mas antes para acceital-o e condescender com o desejo dos doentes que muitas vezes o reclamam.

Do mesmo modo se emprega vulgarmente a folha de couve para cobrir a parte do corpo a que se tem feito applicação d'um oleo ou pomada. Neste caso a medicina popular é a mais previdente, porque evita assim que o medicamento seja inutilisado pelo contacto do fato ou de qualquer apposito de linho, como ordinariamente succede.

IV

O annel ou brinco de ouro na cura do pterygio

Não ha por certo instrumento cirurgico mais inoffensivo do que aquelle com que os nossos camponezes tentam a cura do pterygio por elles conhecido com o nome de farpão.

Servindo-se de um brinco ou annel de ouro procuram com o bordo d'um d'estes objectos ir descollando o pterygio da superficie do globo ocular, impellindo-o do vertice para a base ou do

centro para a circumferencia do olho, repetindo esta operação diariamente até obter a cura.

Comprehende-se que por este modo se consiga o descollamento da porção da conjunctiva vascularisada e augmentada de espessura, que constitue o pterygio; e que descollada ella em quasi toda a sua extensão venha por fim a mortificar-se e a ser espontaneamente eliminada.

Ora quando se considera que, de todos os meios empregados para combater esta affecção, só se podem julgar efficazes os que demandam a intervenção cirurgica por meio da agulha no processo da ligadura, do bistori no de transplantação, e das thesouras no da excisão, meios estes que exigem mão adestrada e que infundem sempre natural receio; e se offerece como podendo dar resultado um meio tão simples e facil de pôr em practica, como inoffensivo, não ha porque deixe de ser ensaiado por mãos habeis, tanto mais quanto é certo que similhante meio falha nas mãos d'alguns, porque erradamente suppõem que basta o simples contacto do ouro com o pterygio para conseguir a cura; e deixam assim de empregar os esforços necessarios para obter o descollamento ou desvio do pterygio.

V

A rã viva como remedio abortivo do panaricio

Entre os remedios populares de que tenho conhecimento sobresáe por sua notavel singularidade este de que vou dar noticia.

Faz lembrar os remedios aconselhados por Curvo Seinedo na sua *Polyanthea medicinal,* taes como—o kagado vivo que segundo elle curaria a eresypela por virtude occulta;—o cão vivo que seria grande remedio contra a quebradura, e outros de egual quilate.

Que importa, porém, se a practica tiver demonstrado a efficacia de similhante meio, que a propria theoria não póde rejeitar!

Apenas suspeitada a existencia do panaricio, o camponez d'algumas das nossas aldeias, tracta de alcançar uma rã viva; e pra-

cticando no abdomen d'este batrachio uma incisão que comprehenda a espessura da parede abdominal e deixe uma abertura pela qual se possa introduzir o dedo affectado, mantém o animal fixo de maneira que o dedo esteja sempre mergulhado no seu interior; e assim o conservam emquanto a rã continua com vida, substituindo-a por outra logo que morra.

Por este modo conseguem debellar a inflammação incipiente e fazer abortar o panaricio.

Supposto o facto veridico, eis a explicação que elle póde ter.

A rã, animal de sangue frio, dispõe de uma vitalidade extraordinaria que lhe permitte resistir a consideraveis mutilações. Da maneira indicada, emquanto viva, constitue um meio permanentemente frio e humido, mergulhado no qual a parte em que começa a desenvolver-se a phlegmasia perde gradualmente o calor e soffre uma adstricção lenta, effeitos ambos oppostos aos que tende a produzir a inflammação e em virtude dos quaes esta não só deixa de progredir, mas retrocede e resolve.

Ha como se vê entre o modo de acção que attribui a este remedio vulgar e o que se deve suppôr ao alcool contido num sacco de tripa em que se conserva o dedo mergulhado, uma perfeita analogia. Sabe-se que este ultimo é realmente efficaz; poder-se-ha crer portanto que o primeiro o seja tambem.

E sendo assim, importa não votar ao desprezo um meio, que, se não é tão facilmente acceito, porque desagrada á vista e ao tacto, poderá no emtanto servir quando por acaso seja o primeiro recurso que se apresente á mão.

A. X. Lopes Vieira.

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ

(Continuado do n.º 9, pagina 426)

Gynandrae.

Orchideae. *R. Br.*

Em Portugal habita um numero consideravel de especies de orchideas terrestes, cujos tuberculos têm composição e acção medicamentosa muito analoga, podendo da maior parte d'elles extrahir-se o salepo, que é excellente peitoral e analeptico.

Citaremos as especies que habitam no nosso paiz e vêm mencionadas no *Prodromus Florae Hispanicae,* de M. Willkomm e J. Lange, com as addições que julgamos convenientes.

ORCHIS PAPILIONACEA. L. [1]

(O. rubra. Jcqu. O. papilionacea-rubra. Brot.)

Herva borboleta.

Hab. na Serra da Arrabida, em Elvas, juncto do Forte da Graça, e em outros pontos da nossa provincia do Alemtejo.

Flor. na primavera.

ORCHIS MORIO. L. [2]

Hab. proximo a Cabeceiras de Basto, e em outros pontos do Minho, Trás-os-Montes, Douro, e na Extremadura ao sul do Tejo.

Flor. de março a junho.

---

1 Variedades α. *Parviflora*, β. *Grandiflorum*. Bss.

2 Variedades α. *Vulgaris*, β. *Picta*, Rchb. fil.

ORCHIS CORIOPHORA. L. [1]

(O. coriophora-symphypetala. Brot.)

Herva porsobeja.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, em Cintra e na Serra de Monsanto.

Flor. em maio.

ORCHIS TRIDENTATA. Scop.

(O. acuminata. Desf.; O. lactea. Poir.; O. globosa. Brot. non L.; O. Hanrii. Jord.)

Hab. nas vizinhanças de Bellas, Cintra, e em muitos outros pontos da Extremadura.

Flor. na primavera e principios do estio.

ORCHIS SIMIA. Lam.

(O. militaris ε. L.; O. tephrosanthos. Vill.; O. italica. Poir.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, e em muitos pontos da Beira.

Flor. de fevereiro a abril.

ORCHIS MILITARIS. L.

(O. Rivini. Gou.; O. galeata. Lam.; O. tephrosanthos β. Lois.; O. cinerea. Schrk.)

Hab. nos mesmos sitios que a especie antecedente.

Flor. de fevereiro a maio.

ORCHIS LONGICRURIS. Lk. e Brot.)

(O. militaris. Poir.; O. tephrosanthos. Desf.; non Vill.; O. undulatifolia. Biv.; O. tephros β. undulatifolia. Wbb.)

Flor dos rapazinhos ou dos macaquinhos dependurados.

Hab. nas vizinhanças de Lisboa, Cintra, Torres-Vedras, e em muitos outros pontos da Extremadura e Beira.

Flor. na primavera.

---

[1] Variedades β. *Polliniana*. Rchb. fil., γ *Carpetana*, Wk.

ORCHIS MASCULA. L.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Bussaco, e em quasi toda a Beira; assim como na Serra de Rebordão, proxima a Bragança.

Flor. de abril a junho.

ORCHIS LAXIFLORA [1]. Lam.

(O. ensifolia Vill.; O. Tabernaemontani. Gmel.)

Hab. no Cabeço de S. Bartholomeu, proximo a Bragança.

Flor. em maio e junho.

ORCHIS SAMBUCINA. L.

(O. saccata. Rchb.; O. incarnata. Hall.)

Hab. proximo da Torre de Moncorvo, e em todo o resto da provincia de Trás-os-Montes.

Flor. de abril a junho.

ORCHIS PSEUDOSAMBUCINA. Ten.

(O. flavescens. Koch.)

Hab. na Serra de Rebordão, proxima a Bragança.

Flor. em maio e junho.

ORCHIS INCARNATA. L. β. sesquipedalis genuina. Rchb. fil.

(O. latifolia. Lk.; O. sesquipedalis. Willd.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Cintra, e em alguns pontos da Beira.

Flor. de maio a julho.

ORCHIS MACULATA. L.

Hab. proximo a Miranda, Gerez, e em outros pontos na parte septemptrional do paiz.

Flor. na primavera.

---

1 Variedade β. *longebracteata*.

ORCHIS BIFOLIA. L.

(O. alba. Lamk.; Plantanthera bifolia. Rich.; Plat. solstitialis. Bönngh.)

Hab. nas proximidades de Cabeceiras de Basto, Villa-Real e Bragança.

Flor. em maio e junho.

ORCHIS CORDATA. Willd.

(Satyrium diphyllum. Lk.; Habenaria cordata. R. Br.; Herminium cordatum. Lindl.; Gymnadenia diphylla. Lk.; Peristylus cordata. Lindl.; Platanthera diphylla. Rchb. fil.)

Hab. nas vizinhanças de Azeitão, e em muitos outros pontos da Serra da Arrabida.

Flor. na primavera.

(Continúa).

ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

O CAMINHO HONRADO [1]

CAPITULO II

Explica-se a razão por que fui á eschola.—Mr. Saurin.—O banco dos *incuraveis*.—Pedrito e a batalha de Iena.—Torno-me estudioso.—O sanctuario arithmetico de Mr. Saurin.

O nosso amigo Mauricet não só trabalhava a jornal, mas havia algum tempo que tambem começara a arrematar pequenas empreitadas, nas quaes tinha ganho alguma cousa, o que lhe dava

---

1 Extractamos da bem conhecida obra de Emilio Souvestre—*Confissões d'um operario*—um pequeno capitulo d'uma traducção elegante, ainda inedita, que por sua propria leitura se recommenda.

Os romances d'este auctor são populares em todas as litteraturas pela singeleza da dicção e moralidade. Este sobre todos é todo elle uma excellente lição para a classe operaria, lição que se reflecte em toda a sociedade.

Além de romancista foi E. Souvestre tambem excellente dramaturgo, e os melhores dos seus dramas são: *A Prohibição* (1838), *Pedro Landais* (1843), *Um rapaz de Paris* (1850) e *Um mysterio* (1851), além de algumas comedias e vaudevilles. Os romances que lhe grangearam reputação foram, além d'este publicado em 1852, os seguintes: *A escala das mulheres* (1836), *Os ultimos bretões* (1837), *O homem e o dinheiro* (1839) e outros.

Principiou a sua carreira litteraria redigindo em Brest um jornal liberal, e depois distinguiu-se em Paris pela descripção que fez da Bretanha em alguns artigos, descripção fiel e patriotica.

Nasceu em Morlaix em 1808 e falleceu em 1854 das consequencias d'uma hypertrophia do coração.

vontade de proseguir. Fallaram-lhe numa obra de alvenaria para um sujeito de Versailles, que o empregara noutro tempo; e, dizendo elle isto em nossa casa, minha mãe deu-lhe de conselho que mandasse escrever ao homem. Era, porém, invencivel o horror de Mauricet pelas correspondencias, e declarou que antes queria esperar pelo domingo seguinte, e ir elle mesmo a Versailles. Infelizmente, um outro andou mais ligeiro, e quando Mauricet veio, na segunda-feira, a nossa casa, deu-nos parte de que o homem tinha assignado o contracto no sabbado, ficando com pena, porque o teria preferido a elle. Era um lucro de alguns centenares de francos, perdido por falta d'uma carta, o que ainda mais exacerbou o mestre pedreiro contra a tinta e o papel, que, na sua opinião, serviam só para auxiliar os tratantes contra os bons operarios; entendendo-se bem que estes ultimos eram, segundo elle, os que não sabiam ler nem escrever.

Minha mãe tirou do facto uma consequencia completamente diversa, concluindo que sempre era bom, mesmo para um operario, saber pôr *o preto no branco,* e fallou em me mandar á eschola. Meu pae, que não teria pensado em tal, não se oppoz; e, comprando-me uma grande pasta, que me lançaram a tiracol, depois de lhe terem posto duas canetas, um caderno de papel almasso, um tinteiro e um abecedario, cujo alphabeto era precedido por uma cruz, e que, por isso, se chamava uma «Cruz de Deus», mandaram-me para a aula de Mr. Saurin, o qual fôra, antes da Revolução, leigo ou noviço num convento de franciscanos, onde, sem duvida, aprendera a fallar fanhoso, e a bater com disciplinas nos discipulos. Era, tirante isso, o melhor homem d'este mundo: paciente, serviçal, desinteressado! e eu sympathisava sinceramente com elle, excepto quando lhe via na mão as terriveis cordas, das quaes, todavia, usava com muita justiça, e acompanhando cada pancada por uma phrase amigavel.

—É para teu bem, rapaz! repetia elle, com um doce sorriso; lembra-te da correcção, meu filho;—quem bem ama, bem castiga...—Vá lá mais esta, por causa da amizade que te consagro. E a cada phrase eram as costas do paciente zurzidas pelas disciplinas.

Eu estava sempre entre os mais queridos, o que quer dizer que era dos mais tosados, e occupava o primeiro logar no banco dos *incuraveis!* Era o nome com que Mr. Saurin designava os preguiçosos inveterados. O modo de vida que tivera até então tornava-me insupportavel a immobilidade forçada da eschola, e as minhas pernas tinham impaciencias que eu tentava acalmar por meio de pontapés á direita e á esquerda, ou de pinotes que transformavam em ziguezagues os riscos que os meus vizinhos traçavam, e faziam espirrar a tinta até aos bellos exemplares de Mr. Saurin, os quaes, verdade seja, nos serviam menos de modelo que de abrigo para occultar as nossas travessuras. Mr. Saurin, que tinha sempre alguma graça para dizer (mesmo quando as disciplinas nos faziam chorar), chamava-lhes *esconde-caretas!* Neste sentido, aproveitava-os eu melhor que ninguem, e o primeiro anno passou-se todo sem chegar a aprender a *regra do a*. Lembra-me sempre do que ouvira dizer a Mauricet, e considerava a instrucção primaria como um luxo de que não tinha a menor necessidade. Para lhe tomar gosto, precisava de saber para que ella servia.

Estavamos então, se bem me recordo, em 1806; e uma tarde, ao sahir da eschola, vi uns vinte operarios, que, parados deante d'uma esquina, faziam vãos esforços para ler o titulo d'um grande cartaz. Havia na eschola um carcundita chamado Pedro, que era o sabichão da aula, e que lia tão correntemente como os outros jogavam a marca. Vendo a cruz de prata, que d'uma fita tricolor lhe pendia d'a corcova da frente, os operarios chamaram-no, um d'elles pegou-lhe ao collo, para que elle podesse distinguir as lettras, e Pedrito começou com a sua voz de passarinho: — Boletim do exercito francez.—Victoria ganha sobre os prussianos em Iena.— Era a descripção da batalha, com a historia dos cinco batalhões francezes, que a cavallaria prussiana não podéra romper, e dos cinco batalhões prussianos, que a cavallaria franceza embrulhara como um novello. Pedrito lia com uns ares tão importantes como se fosse o general em chefe, e os operarios, que o não desfitavam, estavam suspensos dos seus labios. Quando elle parava, os mais apressados gritavam: «E depois? e depois?» E

os outros diziam: «Dêem-lhe tempo, deixem-lhe, ao menos, tomar respiração! Lê bem, este cidadãosinho! Vamos, minha joia, ficas com direito ao reconhecimento do marechal Davoust.» E todos se calavam outra vez, para ouvir Pedrito.

Quando a leitura estava quasi concluida, passou mais gente, que tambem quiz ouvir, e o carcundita teve de recomeçar. Elle, de quem, geralmente, todos escarneciam, estava sendo tractado com toda a consideração, e parecia que tambem tinha a sua parte no glorioso successo que fazia conhecer; todos lhe agradeciam, dirigindo-lhe palavras de carinho, em quanto nos impunham silencio a pontapés: o aborto *tornara-se nosso rei!*

Este facto causou-me a mesma impressão que a infelicidade de Mauricet causara a minha mãe, e, sem saber porque, conheci que ás vezes era *bom saber!* O triumpho de Pedrito inspirou-me gosto pela lettra redonda, e, sem que possa dizer que tomei uma resolução, comecei desde esse dia a prestar mais attenção ás lições. Alguns elogios de Mr. Saurin estimularam estas boas disposições, e os primeiros progressos acabaram de me animar. No fim do segundo anno sabia ler e escrever, e Mr. Saurin começou a ensinar-me contas.

Estas lições só eram concedidas aos discipulos favoritos, aos que tinham o *fogo sagrado,* como dizia o antigo franciscano, e tinham logar num pequeno quarto, onde havia uma pedra, em que Mr. Saurin dava as suas demonstrações, e cuja entrada era defesa aos profanos, para quem este quarto era o gabinete do Barba-Azul. Mr. Saurin ensinava-nos as quatro operações com tanta solemnidade como se nos estivesse ensinando o meio de fazer ouro, e no fim de contas talvez a sciencia que aprendiamos não fosse menos preciosa do que esta. Tenho pensado muitas vezes que o conhecimento da arithmetica é um dos maiores dons que um homem póde fazer a outro. A intelligencia é uma cousa muito boa, o amor pelo trabalho e a perseverança ainda são melhores; mas, sem a arithmetica, têm tanto valor como uma ferramenta batendo em falso. Contar é achar a relação entre o esforço e o resultado, isto é, entre a causa e o effeito. Quem não conta anda ao acaso; ao principio não sabe qual é o melhor caminho; depois

ignora se tomou por elle. A arithmetica é para a industria o mesmo que a consciencia para a honradez: Só depois de a consultar é que podemos ficar socegados. A experiencia tem-me provado muitas vezes a verdade do que deixo dicto.

Graças ás lições de Mr. Saurin tinha eu chegado a calcular rapidamente, e a resolver todos os problemas que elle me propunha. Depois que Pedrito se fôra embora, era eu o melhor estudante da eschola, e a cruz de prata nunca abandonava a minha jaqueta rapada. Fizera como Napoleão, e alcançara o imperio!

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1876 E 1877

(Continuado do n.º 9, pagina 436)

ALFREDO AUGUSTO SCHIAPPA MONTEIRO DE CARVALHO, filho do general de brigada de artilheria, Francisco Monteiro de Carvalho, natural de Santarem, nasceu a 20 de novembro de 1838.

Por seu pae é neto do coronel Manuel Monteiro de Carvalho, um dos martyres da liberdade que acompanharam o general Gomes Freire de Andrade, e que pela sentença do juizo da inconfidencia de 15 de outubro de 1817, foi, com mais onze companheiros, enforcado no dia 18 no campo de Sanct'Anna, em Lisboa, *a sua cabeça e junctamente com o corpo reduzido a cinza e esta lançada ao mar.*

Em 1855 matriculou-se na Eschola Polytechnica de Lisboa como ordinario, em 1861 passou á Eschola do Exercito, matriculando-se no curso da arma de infanteria, e voltou em 1863 á Eschola Polytechnica para continuar o curso preparatorio de artilheria, que concluiu em 1866.

No curso de artilheria mereceu dos seus professores o *primeiro premio* no primeiro anno, a classificação de *distincto* em todos os outros annos, e na cadeira de Geometria descriptiva consideraram-o como o mais *distincto* estudante, matriculado naquella aula.

Contando 21 annos assentou praça, na praça de Abrantes, no regimento de infanteria n.º 11, aos 15 de setembro de 1859.

Logo que ultimou o curso da arma de infanteria, foi despachado Alferes effectivo por decreto de 20 de outubro de 1863.

Concluindo o curso de artilheria, foi despachado Tenente d'esta arma por decreto de 28 de janeiro de 1867. E completo o tirocinio que são obrigados a fazer, recebeu o despacho de 1.º Tenente do Estado Maior, por decreto de 10 de fevereiro de 1869.

Hoje é Capitão do Estado Maior, despachado por decreto de 4 de fevereiro de 1874, condecorado com a medalha de prata, correspondente á classe de *bons serviços;* professor substituto da cadeira de Geometria descriptiva na Eschola Polytechnica de

Lisboa, despachado por decreto de 4 de maio de 1870; professor proprietario de Desenho na mesma Eschola, despachado por decreto de 16 de julho de 1873; instructor de Desenho, Topographia e Geographia na Eschola do Exercito, despachado por decreto de 29 do mesmo mez e anno.

É Socio correspondente do Instituto de Coimbra e collaborador do seu jornal, assim como do *Jornal das Sciencias Mathematicas e Astronomicas* da mesma cidade.

Tem este auctor os seguintes escriptos: *Nota sobre as abobadas de barrete de clerigo e de arresta,* na *Revista de Portugal e Brasil,* jornal de Lisboa de 1873;

Nota de fortificação passageira sobre as frentes abaluartadas, na *Revista Militar,* de Lisboa, volume XXIX, que principiou a sua publicação em 1849.

Note sur l'angle d'une courbe avec une droite.—*Nota sobre as soluções: por um ponto dado a igual distancia de duas rectas tambem dadas, conduzir uma transversal tal, que a parte intercepta por estas rectas seja igual a uma recta dada* m.—*Note sur l'étude de Mr. Jules de la Gournerie à l'égard de la divison homographique de deux droites.*—*Généralisation, de la méthode de Mr. Chapuy.*—*Solução da questão, conhecendo a base e a altura d'um triangulo rectilineo, e conhecendo a somma ou differença dos outros dois lados, construir o triangulo com os unicos recursos da Geometria elementar,* no *Jornal das Sciencias Mathematicas e Astronomicas,* de Coimbra, que principiou a publicar-se em 1877. Este auctor escreveu e publicou:

15) — *Mémoire de géométrie descriptive, sur l'intersection des surfaces du second ordre et des surfaces de révolution soit entre elles-mêmes, soit avec quelques surfaces particulières.* Coimbre, Imprimerie de l'Université, 1875, 8.°, 73 paginas e oito estampas gravadas pelo mesmo auctor e lithographadas por A. P. Vasques, em Lisboa, rua Nova dos Martyres, n.° 15.

Esta *Memoria* principiou a publicar-se no jornal—*O Instituto,* de Coimbra, volume XXI, de 1875, e findou a sua publicação no volume XXIV, de 1877, motivo, porque no rosto tem a data de 1875, e é lançada neste volume da *Bibliographia* de 1877.

ANNA (D.) AUGUSTA PLACIDO, filha de Antonio José Placido Braga, natural do Porto, nasceu a 27 de setembro de 1833.

Dedicou-se á litteratura amena, escrevendo na *Revista Contemporanea* alguns artigos que depois foram convertidos em livro, com o titulo de *Luz coada por ferros, escriptos originaes*. Porto, 1862, com o retrato da auctora.

Tambem publicou os seguintes romances originaes: *Herança de Lagrimas;—Regina,* na *Gazeta Litteraria,* do Porto. E traduziu:—*Como as mulheres se perdem*. Porto, 1874;—*Vergonha que matta*. Porto, 1874, ambos estes livros de Amaden Achard;—*Aprender na desgraça alheia*. Porto, 1875, de Benjamin Constant;—*Aurora, drama imitado de um romance* de Mery, o qual foi publicado no *Civilisador,* jornal do Porto, em 1865;—*O mez de Maria da Immaculada Conceição,* traduzido do P. Gratri;—*O Papa e a Liberdade;—Pio IX, sua vida, sua historia e seu seculo,* traduzido de Ville Franche.

Tem collaborado em jornaes litterarios de Portugal e Brasil, e durante o tempo que residiu em Coimbra, traduziu e publicou:

16) —*Feitiços da mulher feia, por Victor Cherbuliez, traducção de Lopo de Sousa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 8.°, 260 paginas.

Esta illustrada filha do Porto assignou alguns artigos com A. A. e varias publicações com o pseudonymo — Lopo de Sousa.

Veja o leitor o *Diccionario Bibliographico* do sr. Innocencio Francisco da Silva, tomo 8.°, pagina 67, e J. C. Vieira de Castro, no seu livro — *Camillo Castello Branco,* noticia *de sua vida e obras,* impresso em Lisboa em 1861.

ANNIBAL PIPPA FERNANDES THOMAZ, filho de João Pedro Fernandes Thomaz Pippa, natural da Figueira da Foz, nasceu a 9 de abril de 1849.

Em 1870, estudou alguns preparatorios para entrar nos estudos superiores, porém o seu estado de saude não lhe permittiu continuar.

É hoje Escrivão de Direito d'uma das varas da villa da Louzã, e Socio correspondente da Secção de Archeologia do Instituto de Coimbra.

Alguns artigos lançados nos jornaes mostraram a sua vocação e tacto finissimo para os estudos bibliographicos, e a pedido dos seus amigos deu-nos a agradavel publicação da primeira serie das suas *Cartas Bibliographicas,* impressa na Imprensa Academica em 1876. Tem este volume seis cartas todas muito interessantes, e são escriptas ao nosso amigo, o sr. Augusto Mendes Simões de Castro.

E de que foram bem recebidas escreve o auctor ao seu amigo o seguinte: «Excedeu por tal fórma a minha expectação o lisonjeiro e benevolo acolhimento que obteve a primeira serie d'estas *Cartas* da parte dos illustrados bibliophilos do paiz a quem as enviei, e foram tão animadoras as expressões de que se serviram, mostrando-me desejos da continuação d'ellas, que me obrigaram a satisfazel-os.» Escreveu pois e publicou:

17) — *Cartas Bibliographicas. (Segunda serie).* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.°, 99 paginas e tres estampas, sendo uma gravada em madeira, por J. Ribeiro, e as duas feitas em heliogravura, na Secção photographica, de Lisboa.

É esta segunda serie das *Cartas* do mesmo modo dirigida ao sr. Mendes de Castro, e tanto um como outro volume, são assignados com as duas ultimas lettras dos appellidos do auctor F. T. (Fernandes Thomaz).

Os dois livros tiveram a tiragem de 100 exemplares, não foram expostos á venda, são offerecidos pelo auctor, numerados e rubricados por elle.

Não desejamos fechar esta bibliographia sem testimunharmos ao illustrado auctor e nosso bom amigo os devidos agradecimentos, não só pelos exemplares offerecidos, mas ainda mais pelas mui benevolas expressões que nos dispensou na pagina 48 da Carta 4.ª a proposito de tractar da *Beneditina Lusitana* de Fr. Leão de S. Thomaz.

(Continúa). A. M. Seabra d'Albuquerque.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Les Drames de l'Histoire, Coïmbre, Inez de Castro et la Fontaine des amours, Episode des Lusiades, par H. Faure.

Ensayo teórico-práctico sobre la homología y heterología frenopáticas, ó sean semejanzas y diferencias entre los procesos de la razon y de la sin-razon.—Discurso leido en la sesion inaugural de la Academia de Medicina y Cirurgía de Barcelona, el dia 30 de enero de 1878, por el dr. D. Juan Giné y Portugáz, Catedrático de Clínica quirúrgica de la facultad de Medicina de Barcelona, Sócio numerario de dicha Academia, Médico-Director del Manicomio Nueva-Belen—San Gervasio, etc.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

XXV ANNO — MAIO DE 1878

SEGUNDA SERIE — N.° 11

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA — por Francisco Machado de Faria e Maia 485

APONTAMENTOS DE CINEMATICA — por L. C. Almeida 502

DA ACÇÃO BENEFICA DO SULFATO DE ESTRICHNINA SOBRE A CONSTIPAÇÃO DE VENTRE IDIOPATHICA E SUAS CONSEQUENCIAS HYPOCHONDRIACAS — por J. de Sousa Refoios 510

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ — por Adolpho Frederico Moller... 522

MACHIAVEL — por José Silvestre Ribeiro..... 526

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NOS ANNOS DE 1876 E 1877 — por A. M. Seabra d'Albuquerque 531

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

DETERMINAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IDÊA DO DIREITO OU SYNTHESE DA VIDA JURIDICA

PRIMEIRA PARTE

Determinação da idêa do direito

(Continuado do n.º 10, pagina 456)

Nesta primeira parte do nosso ensaio temos até aqui indicado qual o elemento da natureza humana a que corresponde a vida juridica, qual o fundamento das suas leis, bem como qual a sua formula mais geral; resta nos agora, antes de entrar na segunda parte, isto é, no desenvolvimento da idêa do direito, insistir ainda um pouco sobre certas noções que estão intimamente ligadas com as que temos exposto, fixando ao mesmo tempo o sentido d'alguns termos de que usaremos na continuação d'estes estudos.

Tendo nós, na introducção a este ensaio, considerado a idêa de lei como equivalente á de necessidade, e feito d'ella um elemento integrante de toda a existencia substancial, é claro que consideramos tambem todas as espheras ou phases da vida universal como manifestações necessarias ou sujeitas a determinadas leis, a cujo imperio se não podem subtrahir. Esta concepção, porém, se por um lado é uma consequencia logica do que affirmámos, por outro lado tem contra si não só a auctoridade de philosophos muito notaveis, mas ainda (o que é mais) argumentos cuja força não pretendemos occultar.

Distinguem os philosophos a que nos referimos as leis em ne-

cessarias e livres; as primeiras, que se impõem fatalmente e a que não é possivel resistir; as ultimas, que dependem do livre arbitrio do homem e que por consequencia não se impõem fatalmente.

Ha, pois, para estes pensadores duas especies de forças, umas cuja actividade é fatal e necessaria, outras cuja actividade é livre, podendo determinar-se egualmente em dois sentidos oppostos. São diversos os argumentos de que lançam mão para sustentar esta distincção, mas os mais importantes são, a nosso ver, o testemunho da consciencia e a existencia real de acções injustas, que demonstra no homem a possibilidade de seguir ou deixar de seguir as leis juridicas e moraes.

O testemunho da consciencia parece, á primeira vista, ser um argumento irrespondivel. Contra factos não ha argumentos, porque é em vista d'elles que devem ser levantadas as theorias. Se a consciencia nos attesta, d'um modo irrecusavel, isso a que chamam o livre arbitrio ou a liberdade de indifferença, é inquestionavel que devemos acceitar essa distincção que separa a vida universal em duas series oppostas, a da causalidade necessaria e a da causalidade livre.

Mas o que é a consciencia? qual o alcance d'esta faculdade? Eis o que cumpre averiguar bem, antes de lhe attribuir affirmações ou juizos que estão fóra da sua natureza e poder. Como vimos na introducção a este ensaio, todos os factos intellectuaes se dividem em duas grandes categorias que mutuamente se completam —a observação, o senso externo e interno (consciencia) e as intuições.—Todas as investigações scientificas se compõem necessariamente do exercicio d'estes dois elementos.

Ora o senso interno e externo attesta-nos apenas a existencia de factos determinados, quer esses factos sejam sensações, como no senso externo, quer sejam pensamentos, sentimentos ou volições como na consciencia ou senso interno. A observação, pois, limita-se ao que existe actualmente, não póde alcançar o futuro, e por consequencia attesta-nos as resoluções que formamos, e não discute quaes as que tomaremos no futuro, ou quaes as que poderiamos ter tomado no passado.

Se, por tanto, são estes os limites da consciencia, é claro que

ella não póde dizer-nos que a resolução, que tomamos no momento presente, poderia ter deixado de existir; é claro que o livre arbitrio não representa um facto da consciencia, mas uma idêa, uma intuição da intelligencia. Como idêa, como intuição póde por consequencia ser discutido, comparado com outras idêas e intuições e por ellas rectificado.

A consciencia dá-nos o facto presente; a intuição fornece a idêa que o explica, o pensamento que completa a realidade de que elle é apenas um fragmento. A observação interna e externa dá-nos sensações, idêas, sentimentos e volições; a intuição intellectual attribue todos estes factos a seres que actuam sobre nós e são por nós actuados d'um modo determinado.

Se isto é exacto, é evidente que as primeiras crenças do espirito humano estão longe de conter a idêa do livre arbitrio, é evidente que pelo contrario a idêa de necessidade ou fatalidade deve ser a que mais se impõe ao espirito humano.

Na vida constantemente procedemos, como se a necessidade involvesse no seu immenso manto toda a realidade.

Diz-nos a este respeito com muita verdade um distincto escriptor italiano, M. Herzen [1].

«Or, il me parait, qu'en recueillant le témoignage de notre conscience sur la liberté, on a reellement pris un non pour un oui. Je veux dire que la conscience immédiate a justement reconnu la doctrine de la necessité comme la seule vraie, bien que souvent ce jugement ait eu la forme d'une vague intuition et non point celle d'une conception claire. En réalité, alors même que dans la spéculation *théorique* dominaient les doctrines opposées à celle de la nécessité, c'est-à-dire quand, selon nous, le vrai sentiment primitif de la conscience immédiate était voilé par des sentiments secondaires, fruit de raisonnements erronés et de defaut d'observation, ce sentiment n'en restait pas moins profondement enraciné dans le plus intime «sanctuaire de la conscience.» Même alors, *dans la pratique,* la nécessité a toujours été, ouver-

---

[1] Vide *Physiologie de La Volonté,* pagg. 139 e 140.

tement ou non, le fondement de toute activité humaine collective ou individuelle. Jamais la nécessité, souvent dissimulée en théorie, n'a été abandonnée dans la pratique, car avec elle se fut éffrondrée la base de toute relation sociale; en un mot, la societé fut devenue impossible. Si donc nous voulons à tout prix donner au témoignage de la conscience un vote de confiance et l'accepter comme compétente, alors prononçons-nous en faveur de la nécessité contre la liberté.»

Mas, se a consciencia é incompetente para affirmar o livre arbitrio, se as intuições primitivas da intelligencia são em favor da necessidade universal, como se explica a existencia da idêa do livre arbitrio, como se comprehende que para muitos individuos esta idêa se transforme numa crença, que chegam a confundir com um facto de consciencia?

Não é apenas o vulgo que cahe nesta confusão; Descartes, um dos maiores pensadores dos tempos modernos, affirmava que era tão perfeita a consciencia que temos da liberdade de indifferença, que nada existia que fosse conhecido com mais lucidez e evidencia.

Não é natural que uma intelligencia tão penetrante como a de Descartes confundisse o *poder* com o *querer*, o testemunho que a consciencia nos dá da sua ligação constante, com a idêa da necessidade das nossas volições. A consciencia attesta-nos, sem duvida, que ás nossas volições se succedem certos e determinados movimentos musculares, porque isto se limita a factos e por consequencia está dentro da sua competencia; mas a necessidade das volições transcende a sua esphera, pertence ás operações do espirito que têm por objecto interpretar os factos.

Affirmar a existencia d'um facto é uma cousa; discutir a possibilidade da sua não existencia é uma outra cousa e bem diversa.

É preciso, pois, procurar uma outra explicação para este phenomeno psychologico, é necessario analysar bem o que se contém nesta idêa do livre arbitrio, porque nella devemos encontrar a razão, o motivo que a impõe á intelligencia.

Ora, é forçoso confessal-o, esta idêa involve affirmações que são verdadeiras, repousa sobre uma realidade muito positiva —

a vontade humana — embora lhe altere a natureza e essencia mais geral, á força de a querer distinguir bem de todas as outras causas de que se compõe o Universo. A vida humana não é apenas um reflexo do mundo exterior, não é unicamente o resultado da acção que sobre o homem exercem as forças externas. Ao lado da capacidade existe em todo o homem um principio de energia e força propria, que é a origem das suas acções. Tanto na vida organica, como na animal e espiritual, é forçoso reconhecer não só a acção dos elementos externos, mas tambem a acção dos elementos internos.

Na vida animal temos a impressão e a sensação representando a capacidade, as acções reflexas representando a força; na vida espiritual as idêas e os sentimentos exprimem a capacidade, as resoluções, a força.

Ora esta força, que é o principio das resoluções, constitue o que ha de mais intimo e profundo em todo o nosso ser, é a origem d'uma serie de phenomenos *sui generis,* que se não explicam simplesmente pelas leis da vida animal, nem mesmo pelas leis da intelligencia ou do sentimento.

As nossas resoluções não resultam apenas da influencia das paixões, antes muitas vezes empregamos a energia da vontade para as subjugar e dominar a violencia dos seus ímpetos; não são uma consequencia logica das idêas, porque muitas vezes não conformamos as nossas acções com as idêas que mais nos captivam a intelligencia; não são tambem uma consequencia da vida animal; porque a todo o momento se desviam as nossas resoluções dos instinctos naturaes modificando-lhes a direcção e intensidade. Póde-se pois affirmar que a vontade é uma força especial, superior ás outras forças da natureza, porque as domina a todas. Os defensores do livre arbitrio (pede a verdade que se diga) manifestam uma intuição viva d'esta superioridade do principio das nossas resoluções, comprehendem perfeitamente que não é possivel derivar as nossas resoluções apenas das idêas, dos sentimentos ou dos instinctos; mas esquecem-se de que, se é verdade que se não podem derivar as resoluções das idêas, dos sentimentos ou dos instinctos, não se segue d'ahi que estão fóra de toda lei as

nossas resoluções. Assim como a intelligencia tem leis suas proprias, que explicam a formação e desenvolvimento das idêas e das sciencias; assim tambem a vontade está na sua vida e desenvolvimento sujeita a leis que se lhe impõem necessariamente.

Se a vontade fosse uma força capaz de se determinar em sentidos oppostos, é claro que escaparia ao dominio da sciencia. Os phenomenos voluntarios seriam incomprehensiveis, a vontade uma força extranha, inteiramente opposta a todas as outras forças da natureza, e o mundo moral, que d'ella deriva, um perfeito cahos.

Ha, sem duvida, alguma cousa que destaca a vida moral da organica e animal, existe naquella um elemento a mais que se não encontra nestas. Este elemento, porém, não está fóra das condições universaes de toda a vida, não póde supprimir a essencia mais geral de toda a realidade, que, como vimos, consiste numa acção mutua necessaria.

Dizer que o homem é livre não equivale pois a affirmar que os seus actos são arbitrarios e indifferentes, não é o mesmo que collocal-o superior a toda a lei; mas significa unicamente o reconhecimento de que nelle existe o principio, o elemento que dá origem a todas as suas acções. Este elemento tem leis privativas a que estão sujeitas as suas manifestações, leis complexissimas, porque é este elemento de todos o mais complexo, mas que nem por isso deixam de se impôr com a mesma necessidade de todas as outras leis. Kant com o profundo senso moral que o caracterisava reconhecia esta mesma verdade quando distinguia a definição negativa da liberdade do seu conceito positivo.

Dizia elle: «La *volonté* est la causalité des êtres vivants, en tant qu'ils sont raisonnables, et la *liberté* serait la propriété qu'aurait cette causalité d'agir indépendamment de toute cause *déterminante* étrangère; de même que la *nécessité physique* [1] est la propriété qu'a la causalité de tous les êtres privés de raison d'être déterminée à l'action par l'influence de causes étrangères. Cette définition de la liberté est *négative,* et par conséquent elle

---

1 Naturnothwendigkeit.

ne nous en fait pas saisir l'essence, mais elle conduit aussi à un concept *positif,* et partant plus riche et plus fecond. Comme le concept d'une causalité implique celui de *lois,* d'après lesquelles quelque chose que nous nommons effet doit être produit par quelque chose que nous nommons cause, la liberté ne doit pas être exempte de toute loi, quoique ses lois ne soient pas celle de la nature; au contraire elle doit être une causalité agissant d'après des lois immuables, mais d'une espèce particulière: autrement une volonté libre serait une absurdité. La nécessité physique était une hétéronomie [1] des causes efficientes; car tout effet n'était possible que d'après cette loi, que quelque autre chose déterminât la cause éfficiente à la causalité; que peut donc être la liberté de la volonté, sinon une autonomie, c'est-à-dire une propriété qu'a la volonté d'être à elle-même une loi? Mais cette proposition: la volonté est à elle-même sa propre loi dans toutes les actions, ne désigne autre chose que ce principe: n'agit jamais d'après d'autres maximes que d'après celles qui peuvent être érigées en lois universelles. Or c'est précisément la formule de l'impératif catégorique et le principe de la moralité. Donc une volonté libre et une volonté soumise à des lois morales sont une seule et même chose.»

Mas, se uma vontade livre e uma vontade sujeita a leis moraes são uma e a mesma cousa, como se explica a existencia de acções injustas e immoraes? Como se comprehende que o homem se possa desviar do seu dever? Eis a grande difficuldade, eis o grande argumento que em todos os tempos deve ter enleiado os espiritos que pensam e meditam nas acções humanas, porque é incontestavelmente o argumento de mais peso, visto fundar-se

---

[1] Acceitando o pensamento fundamental d'estes trechos, temos comtudo algumas restricções a fazer a esta distincção feita por Kant entre a necessidade physica e a necessidade moral (heteronomia e autonomia). Como não são absolutamente indispensaveis aqui para a comprehensão d'esta parte do nosso trabalho, fica reservado o seu exame para a Synthese da vida intellectual, quando tractarmos da origem e desenvolvimento historico das idêas que servem de base ás differentes sciencias.

sobre factos reaes e positivos que a consciencia a todo o momento nos attesta. As objecções que versam sobre o merito e demerito das nossas acções, sobre a imputabilidade juridica, sobre o testemunho intimo da consciencia, sobre a inutilidade da educação não offerecem difficuldade alguma comparadas com este.

A consciencia, como vimos, attesta-nos apenas o presente, o real, o effectivo, e não alcança o futuro, nem discute as causas do presente, porque tudo isto pertence á intuição, á especulação, ou á razão como melhor quizerem.

O merito das nossas acções tanto existe sendo nós uma causa necessaria, uma força sujeita a leis que se impõem fatalmente, como não o sendo.

Em todo o caso somos nós a sua origem, o seu principio porque somos a sua causa. Se a acção é boa, temos merito; se o não é, não o temos.

Emquanto á imputabilidade tambem não póde haver duvida, porque esta significa a necessidade de impôr certas penas aos individuos que se afastam da ordem social. Se o homem não é livre (no sentido da liberdade de indifferença) practicando o mal, tambem a sociedade não é livre impondo a pena. Á necessidade da acção corresponde a necessidade da pena.

A verdadeira difficuldade, pois, está na existencia real das acções injustas que é necessario reprimir com as penas. Ora para resolver esta difficuldade, para explicar este phenomeno, sem ao mesmo tempo contradizer o principio geral da necessidade, é forçoso attender a que o direito e a moral correspondem a um elemento especial e superior da natureza humana — a vontade, e que, não sendo o homem uma vontade pura, os seus actos são muitas vezes uma consequencia necessaria d'outros elementos, como a paixão, o instincto, etc., etc. Kant exprime este mesmo pensamento quando nos diz:

«Et c'est ainsi que les impératifs catégoriques sont possibles. L'idée de la liberté me fait membre d'un monde intelligible; si je n'appartenais qu'à ce monde, toutes mes actions *seraient* toujours conformes à l'autonomie de la volonté; mais, comme je me vois en même temps membre du monde sensible, je dis seule-

ment qu'elles *doivent* être conformes à ce principe. Ce devoir [1] *catégorique* suppose une proposition synthétique *a priori,* où à l'idée de ma volonté, affectée par des désirs sensibles, s'ajoute celle de cette même volonté, appartenant au monde intelligible, pure et pratique par elle-même, et contenant la condition suprème imposée à la première par la raison. A peu près comme aux intuitions du monde sensible s'ajoutent les concepts de l'entendement, qui ne signifient rien par eux-mêmes qu'une forme de lois [2] en général, mais par là rendent possibles des propositions synthétiques *a priori,* sur lesquelles repose toute la connaissance de la nature [3].»

Se a moral e o direito não tivessem o seu fundamento num elemento especial e distincto da natureza humana, se a vida dos differentes individuos não consistisse já na acção, já no desenvolvimento, se não houvesse leis relativas á acção e leis relativas ao desenvolvimento, é claro que as leis da moral e da justiça ou seriam facultativas, ou as acções do homem e da sociedade necessariamente justas e moraes.

A vida moral e juridica estão, porém, sujeitas áquellas duas especies de leis; as primeiras representam o seu ideal, as ultimas o modo como este ideal se vai successivamente realisando no tempo. Ambas estas leis são necessarias, ambas pelo seu concurso explicam a existencia de acções injustas, apezar da necessidade das leis juridicas e moraes para a vontade individual e collectiva [4]. O individuo que realisasse em si o ideal da vontade, ou que fosse dotado do maximo poder voluntario, seria em todos os momentos da sua vida necessariamente moral, assim como seria ne-

---

[1] Sollen.

[2] Gesetzliche Form.

[3] Vide *Critique de la raison pratique,* trad. par Barni, pag. 11.

[4] M. Herzen na sua *Physiologia da Vontade,* que já citámos, a pag. 103, copía o seguinte trecho de Setschenow, que muito confirma esta explicação: «Les hommes vertueux, une fois devenus tels, ne peuvent certainement plus changer; leur activité est la conséquence fatale de leur développement. Et cette idée est très-consolante: sans elle, la confiance dans la solidité de la vertu serait impossible.»

cessariamente justa toda a sociedade cujos membros fossem dotados de vontades plenamente desenvolvidas.

Nos individuos, em que este elemento está paralisado ou no estado latente, todos os factos se explicam unicamente em virtude das leis que constituem a logica das idêas, das paixões e dos instinctos; naquelles, em que está plenamente desenvolvida a vontade, manifesta-se a vida moral, que não destroe os instinctos, as paixões e as idêas, mas submette-as a uma unidade superior, sujeitando-as a uma necessidade d'outra ordem.

A vida moral por ser superior á sensivel, não a aniquila, nem se lhe oppõe; antes a levanta e lhe dá mais valor.

O sensualismo grosseiro, como o ascetismo exaltado são dois extremos que mutuamente se chamam.

Nos periodos de grande vida e actividade na existencia das nações a attracção do mundo exterior e sensivel é poderosissima, mas a vontade, a energia do espirito é-lhe superior, e, por isso, no meio das paixões d'uma vida robusta reina sempre uma grande elevação.

Nas epochas de decadencia o sentimento da vida natural transforma-se num sensualismo vulgar e torpe. Este, pela sua grosseria, provoca o seu contrario, a opposição ao mundo sensivel, a concentração excessiva do espirito na propria consciencia. Emquanto a vida natural é um resultado da união da vida moral e sensivel, a sensual e a ascetica são a negação d'uma pela outra. A vontade nunca se manifesta tão energica e forte, como quando se allia com todos os outros elementos e forças da natureza humana; quando se lhes oppõe, negando-os absolutamente, á energia serena succede a exaltação e todos os desvios do mysticismo e ascetismo.

A idêa de lei não exclue, pois, a de liberdade, mas é a negação do livre arbitrio. A vida humana é um resultado da acção do mundo exterior sobre o homem, ou do homem sobre o mundo exterior: tanto um como o outro representam forças que têm leis suas proprias, e ao mesmo tempo são dependentes umas das outras e intimamente ligadas. Comprehender a vida é distinguir as differentes forças e leis que a compõem, é reconhecer as relações que fazem de todas um individuo.

Apezar, pois, da theoria do livre arbitrio ter contra si a propria concepção fundamental da sciencia moderna, apezar de repugnar profundamente ao espirito scientifico, é forçoso confessar que tem um lado verdadeiro e que está em harmonia com a observação, que nos diz que as nossas resoluções não se explicam apenas pelas leis das idêas ou dos sentimentos. A grande complexidade dos phenomenos voluntarios faz da questão do livre arbitrio a mais intrincada e difficil de toda a philosophia.

Não admira, pois, que em todos os tempos as intelligencias mais altas se tenham pronunciado em sentidos oppostos a este respeito, e que ainda em nossos dias seja renhida a lucta entre os partidarios da liberdade de indifferença e os defensores do determinismo. Spinoza [1], Priestley e Voltaire, antes de sustentarem a

[1] E curioso e instructivo o que escreve A. Schopenhauer a este respeito. Diz elle a respeito de Spinoza: «Une circonstance à noter est que Spinoza n'est arrivé à cette opinion que dans les dernières années de sa vie, c'est-à-dire après avoir passé la quarantaine (1672), tandis que plus tôt, en l'année 1665, comme il était cartésien, il avait soutenu avec décision et vivacité la doctrine opposée, dans ses *Cogitatis metaphysicis*, c. 12, et avait même dit, à propos du sophisme de Buridan, et en contradiction directe avec le dernier scholie de la seconde partie, que je viens de citer: «Si nous supposons un homme à la place de l'âne dans une telle position d'équilibre, cet homme devra être consideré non comme une chose pensant, mais comme le plus vil des ânes, s'il meurt de faim et de soif.» J'aurai dans la suite à enrégistrer le même revirement d'opinion de la part de deux grands hommes, preuve nouvelle que ce problème, pour être bien compris, exige des efforts sérieux et une grande pénétration.» E referindo-se a Priestley e Voltaire accrescenta: «Or il faut remarquer qu'il en a été de Priestley exactement comme de Spinoza, comme encore d'un autre très-grand homme dont je parlerai tout à l'heure. Priestley dit en effet dans la préface de la première édition, p. XXVII: «toutefois, je ne me convertis pas aisément à la doctrine de la nécessité. Comme le docteur Hartley lui-même, je renonçai à ma liberté avec bien de la peine, et dans une longe correspondance, que j'entretins jadis sur ce sujet, j'ai soutenu avec opiniâtreté la doctrine de la liberté, sans céder le moindrement aux arguments que l'on m'objectait alors.»

Le troisième grand homme qui passa par les mêmes alternatives est Voltaire; il nous l'apprend lui-même avec cette grâce et cette naïveté qui n'appartient qu'a lui. Dans son *Traité de Métaphysique* (chap. 7), il avait

doutrina da necessidade, foram partidarios das idêas de Descartes sobre o livre arbitrio, e actualmente muitos philosophos como A. Bain [1], chamam á liberdade das nossas resoluções um eterno enigma affirmando ao mesmo tempo a constancia das acções humanas. É que realmente não ha problema algum scientifico que, mais do que este, contenda com os prejuizos, com os habitos e com as idêas adquiridas, e que maior energia de pensamento exija para libertar a intelligencia de todas as influencias que a cercam desde o momento em que tenta penetrar nas regiões sombrias onde se prepara o futuro do homem.

Na primeira parte da synthese da vida voluntaria (vida moral), bem como no terceiro momento da vida juridica, quando tractarmos da coacção e da natureza, fundamento e fim das penas, analysaremos mais detidamente os argumentos a favor e contra o livre arbitrio, porque é a estas duas partes do nosso estudo que

---

défendu longuement et avec vivacité la vieille doctrine du libre arbitre. Mais dans un ouvrage écrit plus de quarante ans après, *Le Philosophe ignorant*, il proclame la nécessité rigoureuse des volitions, au chapitre XIII, qu'il termine ainsi: «Archimède est également nécessité de rester dans sa chambre quand on l'y enferme, et quand il est si fortement occupé d'un problème qu'il ne reçoit pas l'idée d'en sortir:

Ducunt volentem fata, nolentem trahunt (Senêque).

L'ignorant qui pense ainsi n'a pas toujours pensé de même, mais il est enfin contraint de se rendre.» Dans le livre suivant: *Le principe d'action*, il dit (chap. 13): «Une boule qui en pousse une autre, un chien de chasse qui court nécessairement et volontairement après un cerf, ce cerf qui franchit un fossé immense avec non moins de nécessité et de volonté: tout cela n'est pas plus invinciblement déterminé que nous le sommes à tout ce que nous fesons.»

Vide *Essai sur le libre arbitre*, par Arthur Schopenhauer (trad. en français pour la première fois), pag. 152 e 157.

[1] Escreve este notavel escriptor a pagina 170 da sua *Logica inductiva e deductiva:* «La seule excéption à la loi de causalité qu'on cite ordinairement c'est la liberté de nos résolutions. Mais qu'elle que soit la solution que l'on donne à cette eternelle énigme, les statistiques n'en témoignent pas moins en faveur de la constance des actions humaines.»

pertencem os phenomenos para cuja explicação recorrem a elle os moralistas e jurisconsultos. Actualmente concluiremos esta analyse affirmando a necessidade das determinações voluntarias e applicando a palavra *dever* para designar esta necessidade. Como a vida voluntaria se divide em tres partes, a vida moral, juridica e economica — dividiremos tambem os deveres em moraes, juridicos e economicos. Quaes são os caracteres communs a todos estes deveres e quaes os que os distinguem uns dos outros? Eis o que nos cumpre ainda examinar antes de entrar no desenvolvimento especial de cada um d'elles. Como dissemos na introducção a este ensaio, a vida moral consiste nas relações entre a vontade e as outras faculdades e forças que constituem o homem; a vida juridica nas relações das vontades individuaes (ou dos homens considerados como seres voluntarios), a vida economica nas relações da vontade individual e collectiva com o mundo physico que tem de transformar. Os differentes deveres tem, pois, de commum o exprimirem a necessidade de certos actos e determinações da vontade, e differem pelo objecto, isto é, pelas relações da vontade a que se referem.

A mesma lei de *evolução* e *involução*, que observámos, quando possámos em revista os principaes phenomenos juridicos, tem egualmente applicação a estes differentes deveres. A vida moral e os seus respectivos deveres exprimem as relações mais simples da vontade; immediata a ella segue-se a juridica, que, como mais complexa, depende d'ella e como que a involve em si; finalmente apresenta-se-nos a vida economica que, como a mais complexa, depende das anteriores.

Sem o perfeito dominio da vontade sobre todas as faculdades que constituem o homem, sem a harmonia entre a vontade e a razão, sem o respeito por si mesmo, ou a dignidade moral, nunca se realisará a perfeita justiça na sociedade; porque o direito não só implica a existencia de pessoas ou seres dotados de vontade, mas ainda depende absolutamente da consciencia collectiva, que como juiz soberano tem de o garantir. Se a consciencia geral estiver desmoralisada, fraça garantia tem o direito.

Em identica dependencia está a vida economica da juridica,

Sem a segurança individual, sem a liberdade ampla para a actividade de todos, sem o respeito pela propriedade, pelos contractos e pelas sociedades são impossiveis os phenomenos de producção, distribuição e consumo.

Os deveres economicos estão pois intimamente ligados com os juridicos e moraes.

Dada uma acção qualquer, o moralista estuda o jogo, a combinação das forças internas que a produziram; o jurisconsulto estuda-a já debaixo d'este ponto de vista para saber se é uma manifestação de vontade, já debaixo do ponto de vista juridico; o economista, não podendo desprezar nenhum d'estes aspectos fixa sobre tudo a sua attenção na influencia que póde ter na producção da riqueza.

As relações entre a moral e o direito são muito delicadas e difficeis de definir bem, porque a moral e o direito constituem duas espheras da vida muito proximas uma da outra.

Poder-se-ha dizer (como affirmam alguns escriptores) que a moral é mais ampla do que o direito? Não, porque cada uma d'estas espheras representa certas e determinadas manifestações da vida voluntaria,—e porque póde haver acções de grande moralidade e comtudo injustas. Effectivamente o homem que de boa fé practíca uma acção que a sua intelligencia lhe apresenta como justa procede moralmente, e póde comtudo commetter uma injustiça, se for erronea a sua convicção.

Poder-se-ha dizer que a moral se refere á vontade, á parte subjectiva, á intenção, e o direito ao lado exterior das acções? Tambem não, porque o jurisconsulto não póde prescindir das apreciações sobre a intenção e sobre os motivos que determinaram as acções dos homens, como acontece quando tem de julgar os factos que derivam dos contractos, sociedades, testamentos, bem como de applicar as penas em harmonia com o gráo de perversão moral dos delinquentes.

Consistirá a differença em que os deveres moraes são positivos e os juridicos negativos? Tambem não, porque tanto uns como outros são positivos na essencia, e porque tanto uns como outros se cumprem por actos e omissões.

Consistirá a distincção em que os deveres moraes são absolutos e invariaveis e os juridicos relativos e variaveis? Tambem não, porque tanto uns como os outros exprimem relações, e por consequencia são tão absolutos ou tão relativos os primeiros como os segundos.

Qual é pois a differença que os separa? Apenas o objecto, a especialidade das relações. A moral representa as relações entre a vontade e as outras faculdades, o direito, as relações, entre as vontades individuaes.

Daqui resulta que todo o dever juridico se compõe de dois elementos, de duas faces distinctas e necessarias — o direito e a obrigação —. O direito é a vontade affirmando-se, a obrigação é a vontade reconhecendo esta affirmação; o direito representa a necessidade de exigir, a obrigação, a necessidade de satisfazer a exigencia.

Tanto o direito como a obrigação são pois dois aspectos, duas partes integrantes de toda a relação juridica.

Tanto a affirmação da vontade, como o respeito d'essa affirmação exprimem duas necessidades. Uma vontade, que não affirma a sua inviolabilidade, é tão impossivel juridicamente, como uma vontade que não respeita nos outros a sua inviolabilidade. O direito, por consequencia, não se distingue da obrigação em ser uma faculdade e esta uma necessidade, mas na sua essencia e nos effeitos da sua violação. O sujeito do direito, que o não faz respeitar, soffre o damno que os outros lhe causam; o sujeito da obrigação, que a não cumpre, soffre a coacção indispensavel para o fazer entrar na ordem juridica. Em ambos os casos ha necessidade, em ambos um soffrimento, mas no primeiro o soffrimento é immediato, no segundo posterior ao acto ou omissão que violou a ordem juridica.

Do que levamos dicto se vê que nem o direito nasce da obrigação, nem a obrigação tem a sua origem no direito (no sentido restricto em que o empregamos aqui) mas que ambos apparecem simultaneamente, desde o momento em que duas vontades se acham relacionadas, sendo cada uma respectivamente á outra representante d'um direito e d'uma obrigação.

Determinadas estas idêas elementares, segue-se o desenvolvimento da idêa do direito, que fará o objecto da segunda parte d'este ensaio. Se para aquelle primeiro trabalho foi indispensavel generalisar, pondo de lado todas as particularidades, para apenas ter presentes os elementos geraes e privativos da vida juridica; para este ultimo é necessario ter muito em vista todas as condições de existencia da vida juridica, ou aquelles elementos das espheras anteriores que nella entram, mas que estão subordinados aos seus principios determinantes.

São aquelles elementos que, combinados com estes, produzem a variedade immensa de phenomenos que estuda o jurisconsulto.

Assim como o oceano, em todos os momentos reflecte os elementos que os cercam, agita-se debaixo da sua acção, e actua sobre elles; assim tambem o espirito constantemente pela intelligencia reflecte a vida dos seres em si com que está relacionado, pelo sentimento, identifica-se com ella, reproduzindo os seus movimentos, lutas e aspirações, e pela vontade exerce uma acção propria modificando-os.

Todos estes phenomenos são simultaneos e intimamente ligados, mas o homem de sciencia vê-se obrigado a separal-os, não só para melhor os comprehender, mas ainda pelas necessidades do discurso e da exposição que exigem a indicação successiva do que realmente é simultaneo.

Daqui provém a grande difficuldade dos estudos psychologicos, quer se limitem ao dominio puro da consciencia individual, quer se refiram tambem a essas relações mais complicadas de espirito para espirito que constituem os factos sociaes.

É facil distinguir a intelligencia do sentimento, assim como ambos da vontade, quando se consideram estes phenomenos e elementos nos seus principaes caracteres; a grande difficuldade começa quando se procura fazer uma idêa das transições que d'uns conduzem aos outros, bem como das suas relações e mutua influencia.

É por isso que, se a analyse dos principaes factos psychologicos tem sido feita d'um modo mais ou menos satisfactorio, o mesmo se não póde dizer da synthese, da reconstrucção da vida espiritual,

Esta, apezar dos grandes systemas de todos os philosophos, é ainda hoje um desideratum; e todos os trabalhos neste sentido são apenas tentativas mais ou menos felizes, que concorrem para o adiantamento da sciencia e melhor comprehensão da vida psychologica, mas que estão fatalmente destinadas a serem substituidas por outras mais perfeitas e completas. E não admira, porque a intelligencia humana está, como toda a realidade, sujeita á lei geral do desenvolvimento de toda a substancia, e os seus progressos constituem uma serie de addições successivas cuja ordem a ninguem é dado alterar. Neste edificio da sciencia humana, desde o humilde operario até ao architecto de mais levantadas concepções, concorre cada individuo por diverso modo, mas obedecem todos a leis que se lhe impõem com egual necessidade. Se por um lado, pois, o homem que se dedica á sciencia não póde ter o orgulho de fazer uma construcção definitiva, por outro lado deve ter a convicção de que o seu trabalho por insignificante que seja, não é um tributo inutil, mas representa uma das muitas acções necessarias para o levantamento do grande edificio.

(Continúa)

FRANCISCO MACHADO DE FARIA E MAIA.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

APONTAMENTOS DE CINEMATICA

Principios geraes sobre o movimento d'um ponto

II

7. Considerem-se dois systemas d'eixos coordenados, uns fixos e os outros moveis, sendo estes invariavelmente ligados ao corpo.

Suppõe-se que, no começo do movimento, os eixos moveis são respectivamente parallelos aos fixos, e que o corpo se move, conservando-se sempre esse mesmo parallelismo [1].

O movimento, que o corpo tem então, chama-se de *translação*. E é facil de ver que, neste movimento, as velocidades dos differentes pontos do corpo são constantemente eguaes entre si [2].

---

1 Se dois dos eixos coordenados moveis forem sempre respectivamente parallelos aos fixos, tambem os outros eixos se conservarão parallelos.

2 Com effeito, designando por x, y, z as coordenadas d'um ponto do corpo, relativas aos eixos fixos, por x', y', z' as coordenadas do mesmo ponto relativamente aos eixos moveis, e por α, β, γ as coordenadas da origem d'estes eixos em relação aos primeiros; teremos entre essas coordenadas as relações $x = x' + \alpha$, $y = y' + \beta$, $z = z' + \gamma$, das quaes se deduzem, pela derivação,

$$\frac{dx}{dt} = \frac{d\alpha}{dt}, \quad \frac{dy}{dt} = \frac{d\beta}{dt}, \quad \frac{dz}{dt} = \frac{d\gamma}{dt},$$

que mostram a verdade do que asseverámos.

Qualquer que seja o movimento d'um corpo, se num determinado instante as velocidades dos seus differentes pontos forem eguaes entre si, diremos que, nesse momento, o movimento do corpo é uma *translação instantanea.*

8. Se dois pontos d'um corpo forem fixos, tambem o serão todos os pontos da recta por elles determinada; e o corpo só poderá ter um *movimento de rotação* em torno d'essa linha ou *eixo.*

Neste movimento, qualquer ponto descreve uma circumferencia situada sobre o plano tirado por elle perpendicularmente ao eixo, e cujo centro está sobre esta linha; e as velocidades dos differentes pontos são directamente proporcionaes ás distancias respectivas de cada um d'elles ao eixo da rotação.

Chama-se *velocidade angular* a velocidade dos pontos, cuja distancia ao eixo é egual á unidade. Designando por ω esta velocidade, e por r a distancia de qualquer ponto ao eixo, será $r\omega$ a velocidade d'esse ponto.

Figura-se com muita simplicidade a direcção do eixo da rotação, a velocidade angular e o sentido da rotação, tomando um comprimento egual a essa velocidade sobre o eixo da rotação, e num sentido tal, que um individuo pondo-se em coincidencia com esse comprimento, tendo os pés na origem d'elle, veja executar-se o movimento da esquerda para a direita.

Qualquer que seja o movimento d'um corpo, se num determinado instante as velocidades dos seus differentes pontos tem entre si as relações que acabamos de indicar, diz-se que o movimento do corpo é, nesse momento, uma rotação instantanea.

9. Procuremos as expressões geraes que, num dado instante, determinam as velocidades dos differentes pontos d'um corpo que tem um ponto fixo.

Nesta determinação empregaremos dois systemas d'eixos coordenados orthogonaes, uns fixos e os outros moveis, sendo estes invariavelmente ligados ao corpo e tendo ambos a sua origem no ponto fixo.

Designando por x, y, z as coordenadas d'um ponto do corpo

relativas aos eixos fixos, e por x', y', z' as coordenadas do mesmo ponto respectivas aos eixos moveis, teremos entre umas e outras as relações conhecidas

$$x = a\ x' + b\ y' + c\ z',$$

$$(2) \qquad y = a'\ x' + b'\ y' + c'\ z',$$

$$z = a''\ x' + b''\ y' + c''\ z';$$

das quaes se deduzem

$$\frac{dx}{dt} = x'\frac{da}{dt} + y'\frac{db}{dt} + z'\frac{dc}{dt},$$

$$(3) \qquad \frac{dy}{dt} = x'\frac{da'}{dt} + y'\frac{db'}{dt} + z'\frac{dc'}{dt},$$

$$\frac{dz}{dt} = x'\frac{da''}{dt} + y'\frac{db''}{dt} + z'\frac{dc''}{dt}.$$

Ora, por serem rectangulares os eixos coordenados, as quantidades a, b, c, a', b',... serão ligadas entre si pelas relações

$$(4)\begin{cases} a^2 + a'^2 + a''^2 = 1, \quad b^2 + b'^2 + b''^2 = 1, \quad c^2 + c'^2 + c''^2 = 1, \\ ab + a'b' + a''b'' = 0, \quad ac + a'c' + a''c'' = 0, \quad bc + b'c' + b''c'' = 0; \end{cases}$$

donde resulta que poderemos exprimir as nove derivadas que entram nos segundos membros de (3) em funcção sómente de tres d'ellas. Bastará para isso derivar (4) em ordem a t, e depois, por meio das seis equações resultantes, eliminar de (3) outras tantas derivadas.

É o que vamos fazer, suppondo, para maior simplicidade que,

no instante que se considera, os eixos moveis coincidem com os fixos.

Derivando pois (4), e depois attendendo a que por hypothese é

$$a=b'=c''=1, \quad b=c=a'=c'=a''=b''=0,$$

teremos

$$\frac{da}{dt}=\frac{db'}{dt}=\frac{dc''}{dt}=\frac{db}{dt}+\frac{da'}{dt}=\frac{dc}{dt}+\frac{da''}{dt}=\frac{dc'}{dt}+\frac{db''}{dt}=0;$$

o que transforma (3) em

$$\frac{dx}{dt}=z'\frac{dc}{dt}-y'\frac{da'}{dt}, \quad \frac{dy}{dt}=x'\frac{da'}{dt}-z'\frac{db''}{dt}, \quad \frac{dz}{dt}=y'\frac{db''}{dt}-x'\frac{dc}{dt},$$

ou

$$(5) \qquad \frac{dx}{dt}=mz-ny, \quad \frac{dy}{dt}=nx-lz, \quad \frac{dz}{dt}=ly-mx,$$

pondo por simplicidade $\frac{dc}{dt}=m$, $\frac{da'}{dt}=n$, $\frac{db''}{dt}=l$, e attendendo a que é $x'=x$, $y'=y$, $z'=z$.

Egualando a zero os valores precedentes de $\frac{dx}{dt}$, $\frac{dy}{dt}$, $\frac{dz}{dt}$, teremos, para determinar os pontos cuja velocidade é nulla, as equações

$$mz-ny=0, \quad nx-lz=0, \quad ly-mx=0.$$

Como estas tres equações equivalem simplesmente a duas, vê-se, que os pontos procurados estão todos sobre uma recta, que passa pelo ponto fixo.

Designando por φ, ψ, θ os angulos que esta recta fórma com

os eixos coordenados moveis ou fixos, e pondo $\sqrt{l^2+m^2+n^2}=k$, acharemos

$$\cos\varphi=\frac{l}{k},\quad \cos\psi=\frac{m}{k},\quad \cos\theta=\frac{n}{k}.$$

Com estes valores as equações (5) transformam-se em

$$\frac{dx}{dt}=k(z\cos\psi-y\cos\theta),$$

$$\frac{dy}{dt}=k(x\cos\theta-z\cos\varphi),$$

$$\frac{dz}{dt}=k(y\cos\varphi-x\cos\psi);$$

e elevando ao quadrado ambos os membros de cada uma d'estas equações, e depois sommando-as ordenadamente, resulta

$$\frac{dx^2+dy^2+dz^2}{dt^2}=v^2=k^2(x^2+y^2+z^2)-k^2(x\cos\varphi+y\cos\psi+z\cos\theta)^2$$

isto é [1]

$$v^2=k^2p^2 \quad \text{ou} \quad v=kp,$$

onde p designa o comprimento da perpendicular abaixada do ponto (x, y, z) sobre a recta considerada.

O movimento do corpo é pois, a todo o momento, uma rotação instantanea; k é a velocidade angular; φ, ψ, θ são os angulos, que o eixo da rotação fórma com os eixos coordenados fixos [2].

---

[1] $x^2+y^2+z^2$ é o quadrado da distancia da origem dos eixos ao ponto (x, y, z); e $x\cos\varphi+y\cos\psi+z\cos\theta$ representa a projecção d'essa distancia sobre a recta determinada pelos angulos φ, ψ, θ.

[2] Do que fica dicto facilmente se conclue que, qualquer que seja a direcção dos eixos moveis, haverá sempre uma serie de pontos, dispostos em li-

10. Considerando agora um corpo inteiramente livre, empregaremos ainda dois systemas d'eixos coordenados orthogonaes, fixos uns e os outros moveis. A origem dos eixos moveis é um ponto qualquer do corpo, com o qual se suppõe estes eixos invariavelmente ligados.

Nesta hypothese, teremos (vejam-se as notações empregadas em os n.ºs 7 e 9):

$$x = \alpha + a\ x' + b\ y' + c\ z',$$

(6) $$y = \beta + a'\ x' + b'\ y' + c'\ z',$$

$$z = \gamma + a''\ x' + b''\ y' + c''\ z',$$

donde resultam, pela derivação,

$$\frac{dx}{dt} = \frac{d\alpha}{dt} + x'\frac{da}{dt} + y'\frac{db}{dt} + z'\frac{dc}{dt},$$

(7) $$\frac{dy}{dt} = \frac{d\beta}{dt} + x'\frac{da'}{dt} + y'\frac{db'}{dt} + z'\frac{dc'}{dt},$$

$$\frac{dz}{dt} = \frac{d\gamma}{dt} + x'\frac{da''}{dt} + y'\frac{db''}{dt} + z'\frac{dc''}{dt}.$$

Mostram estas equações, que a velocidade de qualquer ponto do corpo se póde considerar como resultante de duas outras, que

---

nha recta, cujas coordenadas, sendo substituidas nos segundos membros das equações (3), os annullarão; e que, para os pontos situados fóra d'essa linha, os segundos membros d'aquellas equações representam as componentes, sobre os eixos fixos, de uma recta ou velocidade, cuja direcção é perpendicular ao plano conduzido pelo ponto que se considera e pelo eixo instantaneo, e cuja grandeza é directamente proporcional ao comprimento da perpendicular abaixada d'esse ponto sobre o mesmo eixo.

tenham respectivamente por projecções sobre os eixos fixos, uma d'ellas

$$(8)\qquad \frac{d\alpha}{dt},\quad \frac{d\beta}{dt},\quad \frac{d\gamma}{dt},$$

e a outra os segundos membros das equações (7) depois de supprimidos os termos precedentes.

Vejâmos pois o que representa cada uma d'essas componentes.

Pondo em (7) $x'=y'=z'=0$, resultam

$$\frac{dx}{dt}=\frac{d\alpha}{dt},\quad \frac{dy}{dt}=\frac{d\beta}{dt},\quad \frac{dz}{dt}=\frac{d\gamma}{dt};$$

por onde se vê que a recta, cujas projecções sobre os eixos fixos são $\frac{d\alpha}{dt}, \frac{d\beta}{dt}, \frac{d\gamma}{dt}$, representa a velocidade da origem dos eixos moveis.

Agora, pelo que respeita á segunda componente da velocidade effectiva de cada ponto, sabemos pela nota (2) do n.º precedente que ella é nulla para uma serie de pontos situados sobre uma recta, que passa pela origem dos eixos moveis; e que, para os pontos situados fóra d'essa linha, além de que já conhecemos a direcção e o sentido d'essa componente, é a sua grandeza directamente proporcional á distancia respectiva de cada ponto áquella recta [1].

Em consequencia d'estas relações chamaremos, á primeira componente, velocidade de translação, e á segunda, velocidade de rotação. A velocidade de cada ponto é a resultante d'essas duas.

---

[1] Os segundos membros de (7), abstrahindo nelles dos termos (8), são os mesmos que se obteriam, derivando (6) na hypothese de ser fixa a origem dos eixos moveis; donde se conclue que são aqui inteiramente applicaveis as considerações que apresentámos em a nota (2) do n.º 9.

A velocidade de translação, commum para todos os pontos do corpo, varía com o ponto que se toma para origem dos eixos moveis [1]. Quanto ao eixo indicativo da rotação (n.º 8) a que se refere a segunda componente da velocidade effectiva, a sua direcção e grandeza são independentes do ponto que se escolhe para essa origem [2].

(Continúa). L. C. Almeida.

---

[1] A velocidade de translação é a velocidade da origem, e por tanto varía com esse ponto.

[2] É o que se póde reconhecer sem difficuldade por meio dos valores de k, $\cos\varphi$, $\cos\psi$, $\cos\theta$ dados em o n.º 9, suppondo que tomavamos successivamente para origem dos eixos dois pontos differentes, sendo as direcções d'esses eixos as mesmas em ambos os casos.

DA ACÇÃO BENEFICA DO SULFATO DE ESTRICHNINA SOBRE A CONSTIPAÇÃO DE VENTRE IDIOPATHICA E SUAS CONSEQUENCIAS HYPOCHONDRIACAS

A constipação de ventre é um symptoma commum a estados morbidos os mais differentes, desde a simples dyspepsia até ás molestias inflammatorias dos orgãos intracraneanos.

Casos ha, porém, em que a constipação de ventre apparece como o facto subordinador d'outros symptomas, mais ou menos variaveis e que se dissipam ou attenuam quando procedemos á evacuação do intestino.

Estes casos, d'uma apyrexia completa, que parece dependerem d'uma dyspepsia intestinal, devida a uma atonia dos planos musculares do intestino e a uma diminuição das suas secreções normaes, chamei eu no titulo d'este rapido artigo, para brevidade de expressão, de — *constipação idiopathica.*

São d'esta ordem os dois casos clinicos que vou referir, ambos notavelmente beneficiados pelo sulfato de estrichnina.

No primeiro doente a constipação tinha resistido ao emprego de varios meios therapeuticos, recommendados nestas circumstancias; no segundo doente empregou-se desde logo o sulfato de estrichnina.

Este assumpto clinico não é de tão pequena importancia, como poderá parecer; se não arrasta pelo attractivo de brilhantes concepções pathogenicas, difficeis de engendrar, é certo que reclama a attenção do medico, porque é padecimento frequente e ordinariamente rebelde; e repercute-se ás vezes de modo tal sobre o systema cerebral, conduz tão facilmente á hypochondria, faz tantas vezes o desespero do doente, que é preciso tel-o experimentado para reconhecer quão injusta e cruelmente procede o medico, que, julgando exagerados os soffrimentos que o doente accusa, lhes liga pequena consideração e por isso não actua convenientemente.

E é tanto mais facil o proceder assim o medico, sem que a consciencia do dever o accuse, quanto é certo que esses soffrimentos se dão numa apparencia de saude quasi perfeita e os symptomas são puramente subjectivos.

PRIMEIRA OBSERVAÇÃO

F., do sexo masculino, constituição fraca, temperamento nervoso-lymphatico, sedentario, de 24 annos, soffreu até aos 15 annos molestias agudas do canal gastro-intestinal (frequentes indigestões, catarrhos gastricos febris e enterites) atravessando por vezes convalescenças longas; depois de se lhe tornar chronico um catarrho vesical *a frigore* começaram a apparecer-lhe, com frequentes dores renaes, sedimentos em que com grande quantidade de muco abundam cristaes de phosphato ammoniaco-magnesico; esta causa constante de enfraquecimento, reunida a uma vida pouco regular, abateram-o de modo que aos 20 annos tornou-se-lhe durante alguns mezes difficil a resistencia ao somno que o atacava, quer de dia quer de noute, depois d'um estudo de duas horas. Esta fraqueza geral foi favoravelmente combatida com oleo de figado de bacalhau, o qual, levantando as forças do organismo, fez ao mesmo tempo desapparecer a grande quantidade de manchas brancas nas unhas, que denotavam um vicio de nutrição: as digestões tornaram-se mais regulares e mais faceis do que até ahi; mas datam de então, a par de constipação de ventre quasi constante, ataques hemorrhoidarios muito frequentes, moscas volantes volumosas e em grande numero, e, durante cada ataque hemorrhoidario, cephalalgia gravativa, uma certa hyperesthesia de retina e aperto da pupilla; com estes symptomas coincidiam durante o ataque hemorrhoidario outros symptomas de ordem psychica—uma certa volubilidade de espirito, vontade pouco tenaz, diminuição da memoria, difficuldade na combinação rapida de idêas e uma certa repugnancia por uma concentração mais poderosa de faculdades intellectuaes, uma como que consciencia de actos organicos naturalmente inconscientes e além d'isso um symptoma extrava-

gante que se póde considerar como uma verdadeira *illusão*: ao doente parecia-lhe, quando marchava, estar mais elevado acima do nivel do solo e como que separando-se dos objectos que o rodeavam [1]; o doente tinha então notavel tendencia para a solidão.

Todos estes phenomenos, que diziam respeito a faculdades intellectuaes e affectivas, desappareciam dentro de 24 horas pela acção d'um purgante; o doente sentia-se reviver; as faculdades intellectuaes retomavam o seu livre jogo e o doente tornava-se mais sociavel; e esta melhora apparecia no meio d'uma alegria immensa que egualava em intensidade a tristeza que o atormentava á medida que depois a constipação de ventre se ia estabelecendo pouco e pouco e com ella os phenomenos psychicos; o ataque hemorrhoidario era o ultimo facto que vinha terminar a aggravação successiva dos symptomas, para desapparecer tudo com a administração d'um purgante, o que se tornava necessario de mez a mez aproximadamente, excepto quando um desvio de regimen, como por exemplo, cear de garfo, um trabalho sedentario mais aturado, uma jornada em caminho de ferro ou diligencia, vinha precipitar a marcha natural dos padecimentos, cujo resultado final se não póde prever, visto que a acção do purgante vinha interrompel-os.

Na epocha do ataque hemorrhoidario havia algumas saburras na lingua, sabor levemente amargo e digestões mais difficeis, revelando-se depois de jantar uma tumefacção epigastrica, sem eructações, e congestão cephalica.

O uso regular dos purgantes durou dois annos, dos 22 aos 24 de edade; os purgantes que o doente usava ordinariamente eram salinos, sendo ultimamente a agua de Loeches.

Não ha duvida de que no doente havia uma dyspepsia; gastrica ou intestinal?

---

1 Este symptoma já eu ouvi referir a mais dois doentes, num dos quaes havia hypochondria independente de affecção intestinal; o outro era hemorrhoidario e accusava o symptoma durante o ataque hemorrhoidario; note-se, porém que em nenhum dos tres casos havia *vertigem* na occasião d'aquelle symptoma.

O facto dominante era a constipação de ventre; ia-se ella estabelecendo pouco e pouco, tornando-se a defecação cada vez mais rara, as fezes cada vez mais duras, e só quando a constipação chegava a um certo gráo é que os symptomas cerebraes se tornavam mais intensos e apparecia o ataque hemorrhoidal acompanhado d'um embaraço gastrico apyrectico.

Eis porque eu considero a congestão hemorrhoidal successivamente como effeito e como causa; estabelecia-se a stase sanguinea nos vasos hemorrhoidarios pela compressão das fezes endurecidas e só então essa congestão se tornava em causa do embaraço gastrico [1].

Portanto *molestia primitiva — a dyspepsia intestinal que se revelava pela constipação; tudo o mais, subordinado a este facto.*

Comprehende-se bem como a administração successiva de purgantes, meio palliativo que alliviava rapidamente o doente, devia concorrer para que a marcha da molestia se precipitasse.

Foi isso o que aconteceu; foram-se encurtando cada vez mais os prasos, ao fim dos quaes era reclamado o purgante, de que o doente abusava naturalmente porque o habilitavam para emprehender facilmente trabalhos intellectuaes a que o cerebro se lhe recusava sem a applicação d'aquelle meio, quanto mais que a applicação d'outros meios tinha sido inefficaz: mas além d'isso a administração d'um purgante produzia então já melhora menos rapida e menos completa.

O fazer esforços de defecação todos os dias á mesma hora, como aconselha Trousseau, foi completamente inutil; a esses esforços improficuos, seguia-se um sentimento de peso no recto, e ás vezes uma pequena scybala arrastada por esses esforços produzia uma

---

[1] Nesta successão de phenomenos se confirma a verdade do consciencioso observador e excellente pathologista allemão — Niemeyer, que diz a pag. 670 do seu *Traité de Pathol. interne,* traducção franceza de 1872 o seguinte:— Les personnes étrangères à la médecine s'exagérent la signification de ces dilatations vasculaires et de ces hémorrhagies (hémorrhoïdes borgnes et hémorrhoïdes fluantes), et les considérent en général comme la cause et non comme l'effet de leur maladie.

terrivel sensação de corpo extranho, e com difficuldade era expulsa.

O uso de clysteres de agua fria dava logar a dores abdominaes e só conseguia arrastar com o liquido injectado algumas scybalas, e parecia mesmo dar logar a uma constricção da parte superior do recto; houve por vezes necessidade de proceder á extracção mechanica das scybalas notavelmente endurecidas.

O uso interno de agua acidula carbonica, como recommendam alguns e entre elles Rabuteau, dava logar a um estado irritativo das vias gastricas, sem o menor effeito benefico.

Bolos de aloes, jalapa e escamonea (aã vinte centigrammas com q. b. de mel) produziam o effeito purgante, é verdade; mas a congestão hemorrhoidaria augmentava, tornava-se quasi que permanente e a constipação estabelecia-se novamente, concorrendo por certo para isso a persistencia da stase sanguinea nos vasos hemorrhoidarios, que a seu turno era conservada pela constipação, logo que esta se estabelecia.

O doente voltava com pertinacia ao uso das aguas de Loeches, até que começou a sentir repugnancia por este medicamento que lhe produzia por fim nauseas e vomitos.

De passagem direi que nem sempre se encontra nas differentes garrafas, que nos fornece o commercio, a agua de Loeches com as mesmas propriedades; nota-se numas um cheiro pronunciadissimo de acido sulphydrico e noutras ausencia completa de cheiro; notei que no doente em questão eram as primeiras as que produziam maior effeito purgante; e eu não sei se haverá razão para considerar essas como as verdadeiras, em vez de as julgar alteradas.

Procurei todos os meios de evitar ao doente um uso tão exagerado de purgantes salinos.

Lancei mão dos pós de Hufeland (enxofre e cremor tartaro); a principio deram resultado vantajoso; mas passado bem pouco tempo aconteceu que á ingestão d'este medicamento não se seguia o cheiro dos gazes intestinaes caracteristico da producção de gaz sulphydrico pela transformação do enxofre em sulfuretos e decomposição successiva d'estes saes; desde então a sua applicação

não facilitava a defecação, não amollecia as fezes e por outro lado julguei inconveniente o uso muito prolongado do cremor tartaro.

Ultimamente com o fim de obter um meio purgante, de que se podesse fazer uso mais frequente e não tivesse os inconvenientes do purgante salino, que produz uma constipação consecutiva, nem os do aloes que congestiona o recto, sobre o qual elle exerce especialmente a sua acção, escolhi a belladona, tão preconisada por Trousseau, e junctei-lhe a podophillina, que parece actuar sobre a parte superior do intestino: prescrevi as pilulas seguintes:

Podophillina ..... tres centigrammas
Extracto de belladona ..... um »
Sabão amygdalino ..... q. b.
F. s. a. uma pilula.

A primeira pilula, administrada uma hora antes de jantar, produziu um amollecimento de fezes, sem dar logar a mais d'uma dejecção no espaço de 24 horas; mas tudo voltou ao antigo estado; as duas pilulas seguintes produziram menor effeito ainda; e d'ahi por deante, duas por dia foram inuteis ainda; produziam um sentimento de calor pouco intenso no estomago.

Notei mais algum resultado com pilulas em que entravam 30 centigrammas de extracto alcoolico de rhuibarbo com 1 centigramma de extracto de belladona; ou seja pela infidelidade da podophillina ou pelo simples facto da mudança de medicamento.

Estamos pois deante d'uma constipação de ventre bem rebelde, sem lesão organica que a determine, resistindo a tanto meio therapeutico ou modificando-se levemente nos primeiros dias de applicação d'um agente novo, a que depressa se torna indifferente. Demais, esta constipação de ventre pelos symptomas hypochondriacos a que dava logar merecia toda a attenção.

Nestas circumstancias, convencido de que existia uma atonia nos planos musculares do intestino, atonia indifferente a tantos agentes therapeuticos e que tinha augmentado consideravelmente

pelo uso repetido de substancias purgantes; convencido mais de que não se póde viver á custa de purgantes, que ultimamente eram reclamados todas as semanas, intendi que o melhor meio seria aquelle que fosse directamente combater aquella atonia, e que, combatida ella, a constipação se dissiparia e com ella todos os phenomenos que lhe estavam subordinados, como provava exuberantemente o allivio que dava uma evacuação completa do intestino; devia já ter dicto que a palpação e a percussão abdominal nada revelavam de anormal, nem mesmo depois da evacuação do intestino, occasião mais favoravel para aquella exploração.

Formulei:

Sulfato de estrichnina ..... tres centigrammas
Agua distillada..... cem grammas.

D'esta solução tomou o doente nos primeiros tres dias cinco grammas no principio do jantar; depois mais cinco grammas no principio do almoço, e passados cinco dias mais cinco grammas tres horas depois de jantar; — ao todo 15 grammas de solução ou 4 milligrammas e meio de sulfato de estrichnina; o doente fez uso d'este medicamento durante todo o mez de dezembro; a defecação regularisou-se, as congestões hemorrhoidarias distanciaram-se notavelmente e tornaram-se menos intensas, desappareceram os symptomas cerebraes, a digestão tornou-se mais facil: e são passados quatro mezes sem que o doente tenha tomado substancia alguma purgante, tendo comtudo voltado ao uso da mesma solução, na dóse de dez grammas, durante quatro ou cinco dias, quando as dejecções se tornam mais raras e apparece alguma inappetencia.

Não se póde deixar de confessar que foi um resultado brilhante e até inesperado.

SEGUNDA OBSERVAÇÃO

F., do sexo feminino, de 58 annos de edade, constituição fraca, temperamento mixto (de nervoso e bilioso), entrou para a enfer-

maria da Eschola nos fins de novembro de 1877 com uma enteralgia acompanhada de congestão do lobulo esquerdo do figado; este padecimento debellou-se facilmente com a applicação de sanguesugas no perineu.

A doente porém é rheumatica e hemorrhoidaria; padecia d'uma constipação de ventre muito tenaz; as fezes sahiam sob a fórma de scybalas muito endurecidas; a constipação era o ponto de partida para maiores incommodos hemorrhoidarios e embaraços gastricos apyrecticos.

Foi-lhe administrada a mesma solução de sulfato de estrichina, de que a doente não chegou a tomar mais do que dez grammas por dia; a doente fez durante vinte dias uso do medicamento.

A acção do medicamento fez-se egualmente sentir sobre as funcções gastricas e intestinaes, mas (o que é mais importante) esta acção benefica fez-se sentir durante dois mezes, no espaço dos quaes a defecação foi mais facil, as congestões hemorrhoidarias menos intensas, e as digestões mais regulares.

No meado de março tive occasião de ver a doente, em que já se manifestava outra vez a constipação de ventre; mas note-se a differença de edade do primeiro para o segundo doente e note-se que o segundo não fez um uso tão regular do medicamento como fez o primeiro.

Considerações sobre os dois casos precedentes

A differença de minuciosidade nas duas observações clinicas, que acabo de referir, deve por certo ter ferido o leitor. A explicação é facil e ao mesmo tempo importante; raras vezes estará o medico habilitado para descrever com tanta minuciosidade e exactidão estados morbidos, difficeis de observar em virtude do caracter subjectivo dos symptomas pelos quaes se representam.

O doente, a que se refere a primeira observação, é o proprio auctor d'estas linhas.

Tem isso uma alta importancia, porque pela natureza especial do seu estudo está habilitado a avaliar e descrever os symptomas,

que um doente extranho á medicina não póde precisar tão exactamente; por outro lado não póde suppôr-se que fossem padecimentos imaginarios, porque além de symptomas objectivos ha a comparação dos phenomenos subjectivos em duas epochas bem proximas: hoje não existem habitualmente, mas annunciam-se quando ha falta na defecação.

Tambem o primeiro caso clinico é mais importante e mais complexo do que o segundo; ambos elles demonstram a acção benefica do sulfato de estrichina sobre a constipação de ventre idiopathica; mas o primeiro vem ensinar-nos que a hypochondria nem sempre é uma nevrose, que póde ser um symptoma de molestia gastro-intestinal e que provavelmente este symptoma é devido a um estado congestivo do encephalo; se a congestão não é capaz de nos explicar todos os symptomas que eu assignalei, é certo que a tendencia ao somno, a hyperesthesia da retina, a contracção da pupilla e o augmento de moscas volantes não se oppõem a esta pathogenia, que aliás nos era affirmada pela injecção da conjunctiva e pela côr da face depois d'uma refeição que seria insufficiente para um estomago regular; e estará aquella pathogenia muito em desharmonia com a persistencia da constipação e com as congestões hemorrhoidarias? Julgo que, ao contrario, lhe devia estar subordinada.

É ainda importante a primeira observação por um outro motivo: os symptomas cerebraes que eu accusava com uma apparencia de saude razoavel fariam talvez rir o medico, que julgaria exagero ou creação mesmo da minha parte.

Os symptomas, que descrevi, davam-se assim; e é bem mais horroroso sentil-os do que descrevel-os.

D'ahi nasceu para mim d'ora ávante a facilidade, senão obrigação, de dar a esses symptomas a importancia que elles merecem: e serei bem pago do pequeno trabalho de escrever estas linhas se conseguir levar ao espirito d'um só clinico, que seja, a convicção de que é um estado morbido muito attendivel desde o principio e de que póde ser facilmente combatido pelo sulfato de estrichnina quando a sua pathogenia for tão nitida como a que se dava em mim.

O sulfato de estrichnina é um medicamento de facil eliminação; não ha pois o receio de envenenamentos por accumulação de substancia; é de facil e segura administração, dado numa solução.

Eis os dois motivos por que não usei dos granulos de arseniato de estrichnina, nem mesmo dos de sulfato de estrichnina do dr. Burggraeve; nos primeiros entra o arsenico cuja eliminação é difficil; os segundos, embora bem dosados, não offerecem a certeza que resulta da solução.

É facillimo dar com uma lima um traço num calice de vidro, de modo que cinco grammas de agua distillada elevem o seu nivel até essa altura: foi este meio que usei, e assim adquiria a certeza de que em cada dóse de cinco grammas de solução ingeria milligramma e meio de sulfato de estrichnina.

O sabor amargo custa a principio a tolerar, em quanto que depois é facilmente supportado; a melhor maneira de evitar o amargor é tomar o medicamento exactamente antes da refeição; quiz-me parecer que a terceira dóse, tomada tres horas depois da refeição do jantar, tem a vantagem de facilitar a digestão.

Nos primeiros dias o medicamento por si só não basta; é preciso auxiliar a defecação com um clyster de agua tepida; empreguei este meio em ambos os doentes; e no primeiro o clyster tepido não teve as desvantagens do clyster de agua fria.

Com o auxilio d'estes dois meios a defecação regularisou-se: e no primeiro doente tem-se effectuado quasi sempre todos os dias e, ás vezes mais do que uma, com uma consistencia de fezes bem menor do que a anterior á medicação.

Em ambos os doentes aconteceu que nos primeiros dias de administração do sal estrichnico houve hemorrhagias rectaes na occasião da defecação. Será phenomeno constante, comtanto que o doente seja hemorrhoidario? é possivel, mas os dois factos não auctorisam desde já a concluir.

Como actua o sulfato de estrichnina na constipação de ventre?

Alguns auctores reunem a noz vomica aos amargos; e fazendo assim uma classe cuja base é apenas o sabor amargo, sem uma idêa physiologica bem nitida que os ligue, formam uma classe

que talvez o futuro venha confirmar descobrindo para isso uma base physiologica.

Não vai nestas palavras uma pretenciosa intuição do futuro alguns factos scientificos me levam a suppôr que é por um mesmo mechanismo que actuam os chamados amargos sobre as vias digestivas, sem que esse mechanismo seja a sensação de amargor produzida sobre a lingua, estimulando por um acto reflexo as glandulas salivares e as glandulas gastricas.

Eu conheço o facto seguinte:—uma senhora, multipara, usava d'uma infusão de *quassia amara*, quando as digestões se lhe faziam um pouco difficeis; tomou-a numa dada occasião, estando menstruada, e sentiu dores que pela séde, caracter e intensidade ella assemelhou ás dores do parto.

Para explicar este facto, alguns annos antes recorrer-se-hia a um termo vago, a uma *idiosyncrasia* ou uma *susceptibilidade* devida á menstruação.

Julgo que no estado actual da sciencia podemos ir além d'esses termos vagos; como eu sei que um extracto concentrado da *quassia amara* produz na rã contracções tetanicas [1] tenho nesse poder convulsivante da quassia a explicação das dores uterinas que se produziram então, por que só então é que o medicamento foi encontrar o utero nas condições de maior actividade que lhe dá a menstruação.

Quando o facto for demonstrado para os outros amargos teremos nós uma classe que formada inconscientemente nos apparece como uma classe natural á luz da acção physiologica dos medicamentos que a compõem, do mesmo modo que na chimica Dumas formou a primeira classe dos metalloides sem prever que o principio da atomicidade os havia de ligar e fazer d'elles uma *classe natural*.

O sulfato de estrichnina vai produzir a sua acção, administrado em pilulas, sem por conseguinte actuar sobre o sentido do gosto; e o unico inconveniente que tem a fórma pilular é um facil erro

---

1 A. Gubler — *Leçons de Thérapeutique*, 1877, pag. 14.

de dosagem, desde que para cada pilula se não faça uma pezagem á parte.

É provavelmente pela sua acção tetanica que o medicamento actua; embora a dóse não seja capaz de produzir contracções tetanicas, é comtudo sufficiente para augmentar a contractilidade das fibras musculares do intestino, que se acha diminuida; é talvez devida a isso a hemorrhagia pelo recto no acto de defecação: o que é notavel é que o impulso dado pela estrichnina conserva-se.

É por todos estes motivos o sulfato de estrichinina um medicamento precioso.

D'um caso de dyspepsia gastralgica sei eu, que tendo zombado dos meios narcoticos e anti-espasmodicos se curou pelo sulfato de estrichnina.

Será justo, portanto, que este medicamento, tão pouco usado nas provincias desde que se não tracte d'uma paralysia devida a uma molestia da espinal medulla, isto é — em casos extremos, seja chamado a prestar os serviços de que é capaz nas dyspepsias, constipação de ventre idiopathica e na hypochondria dyspepectica; convenientemente administrado, não offerece, por certo, o mais pequeno receio, embora para muita gente se represente como um grande perigo.

Eu devo-lhe um grande serviço, e desejaria muito que observações extranhas viessem confirmar ou invalidar a confiança que me inspira este medicamento, confiança naturalmente exagerada um pouco por mim em virtude do grande proveito que d'elle colhi, fazendo-me desapparecer os symptomas cerebraes, que eram exactamente os que mais me incommodavam e muito seriamente.

Coimbra, 2 de abril de 1878.

J. de Sousa Refoios.

CATALOGO DAS PLANTAS MEDICINAES QUE HABITAM O CONTINENTE PORTUGUEZ

(Continuado do n.º 10, pagina 475)

ANACAMPTIS PYRAMIDALIS. Rich.

(Aceras pyramidalis. Rchb. fil.; Orchis pyramidalis. L.; O. condensata. Desf.)

Satyrião menor.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Bellas, Cintra, Cascaes, e em outros pontos do paiz.

Flor. de abril a julho.

ACERAS ANTHROPOPHORA. R. Br.

(Ophrys anthropophora. L.; O. anthropomorpha. W.; Loroglossum anthropophora. Rich.; Himantoglossum anthropophora. Spr.)

Homem enforcado.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Bellas, Cintra, e em outros pontos do paiz.

Flor. de março a junho.

ACERAS DENSIFLORA. Bss.

(Aceras intacta. Rchb. fil.; A. secundiflora. Lindl.; Satyrium maculatum. Desf.; S. densiflorum. Brot.; Orchis intacta. Lk.; O. atlantica. W.; Himantoglossum secundiflorum. Rchb.; Ophrys densiflora. Desf.; Peristylus densiflorus et maculatus. Lindl.)

Hab. nos montes de Sancta Clara, nas vizinhanças de Coimbra, e na Serra da Arrabida.

Flor. em maio.

ACERAS LONGEBRACTEATA. Rchb. fil.

(Orchis longebracteata. Biv.; O. fragrans. Ten. non. Poll.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Torres-Vedras, e em outros pontos do paiz.

Flor. em fevereiro e março.

SERAPIAS CORDIGERA. L.

(Helleborine cordigera. Seb. e Maur.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, nos terrenos proximos á estação da Granja, em Ourentam, e n'alguns pontos da Beira.

Flor. de abril a junho.

SERAPIAS OCCULTATA. Gay.

(S. laxiflora. Rchb.)

Hab. na parte meridional do paiz.

Flor. em maio.

SERAPIAS LINGUA. L.

(S. glabra Lap.; Helleborine Lingua. P.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Ourentam, e em quasi toda a Beira; assim como em Loires, proximo a Lisboa.

Flor. na primavera.

OPHRYS ARANIFERA. Huds. [1]

(O. aranifera et Pseudospeculum. D. C.)

Hab. a parte meridional do paiz.

Flor. de abril a junho.

OPHRYS TENTHREDINIFERA. Willd.

(O. Arachnites. Lk.; O. insectifera α rosea. Desf.)

Hab. nos montes de Sancta Clara, nas vizinhanças de Coimbra, Moinho do Almoxarife, Cintra, Serra da Arrabida, Lisboa, e em quasi toda a Extremadura.

Flor. de fevereiro a abril.

OPHRYS ARACHNITES. Reichh.

(O. fuciflora e brachyotus. Rchb.; Orchis insectifera arachnites. L.)

Herva aranha.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, e em muitos outros pontos do paiz. (Brot.)

Flor. na primavera.

OPHRYS APIFERA. Huds.

(O. insectifera. L. ex. p.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Ourentam, Cintra e Serra da Arrabida.

Flor. em maio e junho.

OPHRYS SCOLOPAX. Cav. non. Brot. α. picta Rchb.

---

[1] Variedades α. Genuina. Rchb. fil., β. Atrata. Rchb.

(O. picta. Lk.; O. corniculata Brot.; O. insectifera apiformis. Desf.)

Hab. nos montes de Sancta Clara, nas vizinhanças de Coimbra, Cintra, Serra da Arrabida, Setubal, e em muitos outros pontos da Extremadura.

Flor. em abril e maio.

OPHRYS BOMBYLIFLORA. Lk.

(O. insectifera β. biflora. Desf.; O. tabanifera. W.; O. labrofossa. Brot.)

Hab. nos montes de Sancta Clara, nas vizinhanças de Coimbra, na Serra do Monsanto, e nos arredores de Lisboa.

Flor. de fevereiro a abril.

OPHRYS SPECULUM. Lk.

(O. insectifera δ. L.; O. Myodes δ. Poir.; O. scolopax e vernixia. Brot.)

Herva abelha.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, e em muitos pontos da Beira.

Flor. em abril e maio.

OPHRYS FUSCA. Lk.

(O. insectifera γ. L.; O. laetea. Biv. non. Cav. O myodes. Lap. non. L.)

Moscardo fusco.

Hab. em Cintra, Lisboa, Serra da Arrabida, e em muitos outros pontos da Extremadura; é rara nas vizinhanças de Coimbra.

Flor. na primavera.

OPHRYS LUTEA. Cav.

(O. insectifera ε. L.; O. vespifera. Brot.; O. fusca. Ten. non. Lk.)

Herva vespa.

Hab. nos montes de Sancta Clara, nas vizinhanças de Coimbra, Moinho do Almoxarife, Cintra, Lisboa, e em muitos outros pontos do paiz.

Flor. de fevereiro a abril.

NEOTTIA NIDUS AVIS. Rich. [1]

---

[1] Esta planta foi, ha poucos annos, encontrada pela primeira vez em Portugal pelo sr. dr. Julio Augusto Henriques na matta do Bussaco.

(Ophrys nidus avis. L.; Epipactis nidus avis. Crtz.; Listera nidus avis Hook.)

Hab. no Bussaco.

Flor. em maio e junho. Parasita. [1]

EPIPACTIS HELLEBORINE. Crtz. [2]

(E. latifolia. All.; Serapias helleborine α. latifolia. L.)

Helleborinha.

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, e em quasi toda a Beira.

Flor. de maio a julho.

SPIRANTHES AESTIVALIS. Rich.

(Ophrys spiralis. L.; O. aestivalis. Lamk.; Neottia aestivalis. D. C.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Buarcos, Quiaios, e em muitos pontos da Beira.

Flor. de maio a setembro.

SPIRANTES AUTUMNALIS. Rich.

(Ophrys spiralis. L.; Neottia autumnalis. Ten.)

Hab. nas vizinhanças de Coimbra, Lisboa e Cintra.

Flor. em agosto e setembro.

LIMODORUM ABORTIVUM. Sw.

(Orchis abortiva. L.)

Hab. proximo da Aldêa dos Mouros. (Brot.) e no Alfeite (dr. Paulino d'Oliveira).

Flor. na primavera. Parasita. [3]

CEPHALANTHERA ENSIFOLIA. Rich.

(C. Xiphophyllum. Rchb. fil.; Epipactis ensifolia. Sw.; Serapias ensifolia. Murr.; S. Xiphophyllum. L. fil.; S. grandiflora. Poir. non. L.; S. nivea. Desf. non. Chaix.)

Hab. em Bragança, Goes, e em outros pontos da Beira boreal; assim como em Cintra.

Flor. em maio e junho.

(Continúa).

ADOLPHO FREDERICO MOLLER.

---

[1] As raizes d'esta orchidea abreviam a cicatrisação das feridas, e, segundo Lémery, são tambem resolutivas.

[2] Variedades α. microphylla. Rchb. fil., β. rubiginosa. Crtz.

[3] As raizes d'esta orchidea passam por ser adstringentes.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

MACHIAVEL

ESTUDO LITTERARIO, MORAL E POLITICO

V

Machiavel; Clemente VII; os Jesuitas; Jeronimo Osorio

A *Historia de Florença,* os *Discursos sobre a primeira decada de Tito Livio,* e o *Principe,* só foram publicados pela imprensa alguns annos depois da morte de Machiavel.

Parece-nos ser conveniente fixar certas datas, afim de que os leitores possam formar o seu juizo com segurança.

Machiavel morreu no anno de 1527. O privilegio concedido por Clemente VII para a impressão das tres indicadas obras (um só para todas), é datado de 23 de agosto de 1531, e foi outorgado a Antonio Blado d'Assola por espaço de dez annos; apparecendo á luz a edição em Roma — *Stamperia Camerale* — em 1531-1532, in 4.°

Temos diante de nós o privilegio concedido a Blado, impressor em Roma; e d'esse documento apontaremos aqui o que basta para comprovar a nossa asserção, a respeito de um ponto que tem importancia, como logo veremos:

= Clemens Papa VII. — Universis & singulis quibus hæ nostræ litteræ exhibentur salutem & Apostolicam benedictionem.

Exponi nobis fecit *Antonius de Blado* in alma urbe nostra librorum impressor, quod ipse opera quondam *Nicolai Machiavelli* civis Florentini in materno sermone conscripta, videlicet *Historiam*

ac *de Principe* et *de discursibus* imprimere seu imprimi facere intendit, etc.—Datum Romæ apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, *die* XXIII. *Augusti* MDXXXI. Pontificatus nostri anno octavo.=

A circumstancia de haver a 1.ª edição sahido da Imprensa Pontificia, da qual o Blado era impressor, mostra que nem sequer Clemente VII descobrira as tendencias menos orthodoxas que a Egreja mais tarde encontrou nas mencionadas obras.

O primeiro que naquelles escriptos de Machiavel descortinou *veneno,* foi o Cardeal Polus, no seu livro—*Pro unitate Ecclesiæ* [1].

O Cardeal qualificava Machiavel de inimigo do genero humano, e opinava que o *Principe* fôra escripto pelos dedos de Satanaz, *Satanæ digitis.*

Ora, o Cardeal Polus nasceu em 1500, e morreu no anno de 1558; e só no de 1559 mandou Paulo IV inscrever no *Index* as obras de Machiavel, como prohibidas; prohibição que depois foi confirmada pelo Concilio de Trento em 1564, no Pontificado de Pio IV [2].

Depois do Cardeal Polus todos os escriptores ecclesiasticos, e principalmente os Jesuitas, começaram a escrever contra Machiavel; sendo estes ultimos implacaveis contra o grande Florentino, talvez, como observa maliciosamente Baldelli, por que, desejando elles Jesuitas arrogar a si o privilegio de governar os povos e de ter preponderancia no animo dos soberanos, aborreciam todos os escriptores politicos que pretendiam disputal-o, e principalmente lhes era odioso o mais distincto entre estes, Nicolau Machiavel.

Tambem em Portugal o sabio e preclarissimo Bispo de Silves,

---

1 *Polus;* em inglez Pol, ou Pool. Era parente de Henrique VII e de Eduardo IV. Sendo Cardeal, e Legado Apostolico em Inglaterra, desagradou a Henrique VIII, por lhe ter reprovado a mudança de religião, e a muito custo escapou á perseguição. Depois da morte de Henrique VIII, e no reinado da rainha Maria, foi nomeado arcebispo de Cantorbery, e presidente do Conselho Real. Foi um dos tres presidentes do Concilio de Trento.

2 Paulo IV não respeitou muito a *infallibilidade* de Clemente VII. *Ça va sans dire.*

Jeronimo Osorio (1506–1580), no seu livro—*De Nobilitate Christiana*—, se resolveu a impugnar fortemente algumas asserções de Machiavel.

Temos por certo que aos leitores portuguezes não será desagradavel adquirir conhecimento do que o nosso douto e virtuoso compatriota escreveu a tal respeito. Havemos de satisfazer tão natural curiosidade; mas antes d'isso cumpre-nos assignalar bem a doutrina que aos escriptores ecclesiasticos desprazeu.

Offereceria acaso Machiavel fundamento, ou pelo menos algum pretexto, para que os escriptores ecclesiasticos e a Côrte de Roma se déssem por offendidos, e se julgassem auctorisados a condemnar a sua memoria?

No ponto de vista catholico, força é confessar que Machiavel atrahira graves reparos da parte d'aquelles escriptores e da Côrte de Roma.

E por quanto queiramos ser exacto e fiel, registaremos aqui um excerpto do capitulo XII dos *Discursos sobre a primeira decada de Tito Livio,* como elemento indispensavel de informação em assumpto de tal melindre e ponderação:

«Se nos primeiros tempos da Republica Christã (dizia Machiavel) a religião se tivesse conservado conforme com os principios do seu Fundador, estariam os Estados e as Republicas da Christandade muito mais unidas, e muito mais felizes do que actualmente estão. Não póde dar-se uma prova mais concludente da decadencia e proxima ruina da Republica Christã, do que o seguinte facto: os povos mais visinhos da Egreja Romana são tanto menos religiosos, quanto mais perto ficam d'aquella Egreja, que é a sua cabeça. Quem examinar os principios em que ella é fundada, e o quanto diversificam o uso e applicação que d'ella hão feito, não poderá deixar de julgar que não está longe o momento, ou da sua quéda, ou das maiores tempestades.»

Cumpre notar aqui uma circumstancia muito ponderosa.

O Lutheranismo era apenas uma faisca em 1516 e 1517; mas já em 1518 se tornara um vasto incendio.

Machiavel elaborava aquelle *Discurso* anteriormente a 1518; e assim, parecerá aos leitores reflexivos que o talentoso escriptor

philosopho via um tanto ao longe o futuro, como quem meditava attentamente sobre os acontecimentos que diante do seu olhar profundo iam desfilando.

Mas prosigâmos na transcripção encetada:

«Como, porém, algumas pessoas pensam que a prosperidade da Italia depende da existencia da Egreja de Roma, tenho por conveniente dar contra esta opinião algumas razões, duas das quaes me parecem irrespondiveis. Sustento, em primeiro logar, que o exemplo da Côrte de Roma destruiu na Italia *todos* os sentimentos de piedade e religião. De lá vieram desconcertos e desordens infindas; pois que, se onde ha religião deve suppor-se que existem virtudes, o contrario deve suppor-se em quanto ao logar onde não ha religião. Assim succede, que o primeiro *serviço* que nos fizeram, a nós Italianos, a Egreja e os Padres, foi o de nos privarem de religião, e de nos dotarem com todos os vicios. Mas a Egreja fez-nos ainda um *serviço* muito maior, qual é o de ter conservado e manter ainda dividida a Italia.»

Pondere-se que aqui só pretendemos patentear as doutrinas expostas por Machiavel, afim de fazer sentir que não podiam ellas deixar de atrahir, mais cedo ou mais tarde, o desagrado dos escriptores ecclesiasticos e o dos Papas. Em todo o caso entregamos ao bom juizo dos leitores as reflexões que naturalmente occorrem, na presença dos successos dos nossos dias.

Hoje, que se operou tão brilhantemente a unidade da Italia, pela qual suspirava o ardente patriotismo de Machiavel, interessa-nos sobre maneira a exposição do que elle pensava sobre a grande questão já agora resolvida:

«Um paiz não póde adquirir a verdadeira unidade e prosperar, senão desde o momento em que obedecer a um só governo, ou seja monarchico, ou seja republicano. Tal é a França ou a Hespanha. Se o governo de toda a Italia não está assim organisado, ou em republica, ou em monarchia... á Egreja o devemos. É certo que ella adquiriu um imperio e um dominio temporal; mas não tão poderoso, nem tão forte, que a habilitasse para se apoderar do restante do paiz, e para obter a soberania d'elle. Mas nem por isso tem estado tão fraca, que, pelo receio de perder o seu

dominio temporal, deixasse de chamar uma potencia extrangeira, que a defendesse contra outra da Italia, de quem se temesse. É o que muitas vezes se tem visto, e já de ha muito tempo. Assim, a Côrte de Roma chamou Carlos Magno para expulsar os Lombardos, que eram já Reis de toda a Italia; assim, no nosso tempo abateu o poder dos Venezianos por meio do auxilio da França, e depois expulsou os Francezes com o auxilio dos Suissos.»

Pareceria que estava tudo dito; mas não o entendeu assim Machiavel. Faltava ainda uma ponderação importante, e era indispensavel firmar bem a conclusão:

«Como a Egreja nunca tem sido tão poderosa, que tivesse força para se assenhorear de toda a Italia, nem tem permittido a outrem o apoderar-se d'esta: foi ella a causa da desunião da Italia, e da fraqueza que a tem conduzido a ser victima, não só dos extrangeiros poderosos, mas de quem quer que se resolveu a acommetel-a.

«Tudo isto devemos á Côrte de Roma. Para nos convencermos de prompto pela experiencia, bastaria que enviassemos, se possivel fosse, essa Côrte para o meio da Suissa, que é o povo, que, em materia de religião e de disciplina militar, mais tem conservado os antigos costumes, — e desde logo veriamos a politica e as intrigas de tal Côrte fazerem alli nascer mais desordens, do que em tempo algum outra qualquer causa produziu jámais.»

Não podiam passar despercebidas estas asserções; e tanto mais quanto Machiavel, como para chamar mais fortemente a attenção sobre ellas, pozera um titulo muito significativo ao cap. XII do Liv. I, qual é o seguinte: *Di quanta importanza sia tenere conto della religione, e come l'Italia per essere mancata mediante la Chiesa romana, é rovinata.*

Não foi neste terreno que o nosso grande Jeronimo Osorio impugnou Machiavel. Foi outro o campo da batalha, como veremos no artigo immediato.

José Silvestre Ribeiro.

BIBLIOGRAPHIA DA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOS ANNOS DE 1876 E 1877

(Continuado do n.º 10, pagina 484)

ALVARO JOAQUIM DE MEIRELLES, filho de Joaquim José de Meirelles, natural de Moncorvo, districto de Bragança, nasceu a 24 de janeiro de 1855.

Entrou para a Universidade, matriculando-se no 1.º anno da faculdade de Mathematica e Philosophia em 1875.

Acha-se, ao escrevermos estas linhas, matriculado no 2.º anno de Mathematica na classe de voluntario, e no 2.º anno de desenho do curso philosophico. Escreveu e publicou:

18) —*Theoria atomica. Introducção ao estudo de chimica moderna.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.º, I–VI, 83 paginas.

O auctor fez a publicação d'este livro com o fim de facilitar os estudos chimicos aos alumnos do 1.º anno de Philosophia. Sobre esta materia e para o mesmo fim publicou o sr. Eduardo Burnay em 1873 — *A. Naquet. Sobre atomicidade,* como se póde ver na *Bibliographia* de 1872 e 1873, pagina 37.

19) — **AMARO DE SCHENKL.** Vide Manuel de Oliveira Chaves e Castro.

20) — **ANNUARIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.** Vide Manuel Joaquim Fernandes Thomaz.

21) — **ANNUARIO DO LYCEU NACIONAL DE COIMBRA**, 1876 a 1877. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1876, 8.º, 61 paginas.

22) — **ANNUARIO DO LYCEU NACIONAL DE COIMBRA**, 1877 a 1878. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, 8.º, 89 paginas,

Para mostrar o estado lamentavel a que tem chegado a instrucção secundaria entre nós, basta ver que em 1865 frequentavam o Lyceu Nacional de Coimbra 515 alumnos, e hoje, pela estatistica apresentada no ultimo Annuario, não passaram os alumnos de 128.

Por decreto de 26 de agosto de 1876 nomeou o governo uma commissão, para que, estudando a materia de tal decadencia nos Lyceus, propozesse o plano geral e os projectos de reforma de instrucção secundaria; e tão embaraçada se viu esta commissão, composta de professores muito dignos, que em portaria de 4 de novembro de 1876 apresentou o governo 38 quesitos para o publico poder resolver.

Entre muitos escriptos que por essa occasião se publicaram mereceu geral approvação o livro: — *Resposta ao questionario da commissão de Instrucção secundaria,* impresso em 1876, pelo dr. Antonio Zeferino Candido da Piedade, adiante notado na biographia d'este auctor.

Até hoje nada se acordou, e este Annuario, só provará todos os annos o estado a que as muitas reformas, mal pensadas, tem levado a instrucção secundaria official no nosso paiz.

(Continúa). A. M. Seabra d'Albuquerque.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

PUBLICAÇÕES

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

As mil e uma noites africanas, grande romance dos desertos, por Luiz Noir.—Versão portugueza de Luiz Quirino Chaves.

Tratado elementar de arithmetica, por Luiz Porfirio da Motta Pegado. Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

Lecções conicas do conoide circumscripto a uma conica, por Luiz Porfirio da Motta Pegado. Lisboa, 1875.

Principios de geometria espherica para uso dos alumnos dos lyceus nacionaes, por Luiz Porfirio da Motta Pegado. Lisboa, 1871. (Lithographia).

La abolicion de la esclavitud en el orden economico, por Rafael M. de Labra. Madrid, 1874.

Una campana parlamentaria —Coleccion de proposiciones presentadas y discursos pronunciados en las Córtes españolas de 1872–1873, por la Disputation radical de Puerto-Rico. Madrid, 1874.

Politica y Sistemas colononiales conferencias dadas en el Ateneo de Madrid, por Rafael M. de Labra. Madrid, 1874.

La brutalidad de los negros, por Rafael M. de Labra. Madrid, 1876.

El derecho internacional y los Estados-Unidos de América. Madrid, 1877.

Turquia y el tratado de Paris de 1856, por D. Rafael Maria de Labra.

Un aspecto de la question de Oriente, por Rafael Maria de Labra. Madrid, 1877.

Portugal y nos codigos, por Rafael M. de Labra. Madrid, 1877.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

25

~~XXIV~~ ANNO — JUNHO DE 1878

SEGUNDA SERIE — N.º 12

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

O INSTITUTO

SUMMARIO

Pag.

INSTITUTO DE COIMBRA — Sessão publica para a leitura do elogio historico de Alexandre Herculano — pelo conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva 533

INSTITUTO DE COIMBRA

Sessão publica para a leitura do elogio historico de Alexandre Herculano

A 23 de maio de 1878, pelas oito horas e meia da noite, estando reunidos no salão do Instituto muitos socios e numerosos convidados, o sr. *conselheiro* Francisco de Castro Freire, presidente, abriu a sessão apresentando á assemblêa o socio honorario, o sr. conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva, que, a pedido da direcção *do* Instituto, se encarregara de escrever o elogio historico do socio honorario, o sr. Alexandre Herculano. E deu em seguida a palavra a este cavalheiro, que leu o seguinte discurso:

Senhores!

I

O homem, quanto mais sabe e quanto mais goza, mais deseja saber e mais deseja gozar. São desejos insaciaveis. Por isso os vôos da imaginação e as aspirações do coração humano são tão incommensuraveis como o tempo e o espaço, que não têm limites. D'aqui nasceu a idêa de que no homem ha alguma coisa do infinito, que o aproxima da divindade. D'aqui o fundamento do reino, que chamam *hominal*. D'aqui o desejo de extender as re-

cordações da vida além da morte. E d'aqui finalmente o dever de perpetuar e glorificar a memoria dos varões que bem mereceram da patria.

O cumprimento d'este dever distinguiu sempre as nações cultas das nações barbaras desde a mais remota antiguidade. O Egypto já embalsamava mortos e levantava obeliscos e pyramides. A Grecia e Roma fundiam estatuas, lavravam monumentos gloriosos e iam até á apotheose de seus heroes. E as nações modernas emfim, como á porfia, procuram por todos os modos glorificar os seus cidadãos mais eminentes.

Se nestes justos monumentos de saudade e respeito ha gloria para os mortos, ha tambem honra para os vivos; tanto é verdade que, até certo ponto, são mysticas a justiça e a utilidade. O diadema que orna a frente dos heroes irradia raios de luz que reverberam sobre a nação que elles illustraram. Ainda hoje nos honramos com a gloria do Gama e de Camões, do heroe e do seu cantor.

Glorifiquemos pois a nosso modo a memoria do nosso illustre socio, o sr. Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo, porque assim honramos o nosso Instituto. Cumpramos o nosso dever e deixemos á Nação cumprir o seu de lhe levantar um monumento grandioso, digno do seu primeiro cidadão neste seculo. Por toda a parte, até nas camaras legislativas, surgem já manifestações de saudade e glorificação, infelizmente sem nexo por falta de um centro que as dirija. Porém o tempo vence tudo. Confiemos.

Não nego, Senhores, que tivemos e temos grandes homens, que pelas armas e pelas letras se elevaram a grande altura e foram benemeritos da patria. Nesta parte, mercê de Deus, guardada a proporção das populações, não é Portugal menos rico do que as outras nações cultas da Europa. É porém minha opinião, e de muitos nacionaes e extrangeiros, que nenhum portuguez neste seculo accumulou tantos meritos como este grande Cidadão.

Mas eu, que fallo assim, fui temerario em acceitar o honroso convite que me dirigistes para vir fazer o elogio historico de tão grande homem. Não é dado a olhos myopes medir com vista curta a grande altura do vulto de um gigante. E só espero desculpa,

porque cedo á força de dois profundos sentimentos, o da saudade do amigo e o do desejo de vos ser agradavel.

Accresce, ainda, que é mais natural ao nosso espirito desinvolver-se, do que, depois de dilatado, resumir as materias e retrotrahir-se aos primeiros principios essenciaes d'ellas; assim como é mais facil observar o tronco e ramos de uma arvore, do que descer ao exame das ultimas radiculas escondidas debaixo da terra, que subministram a toda ella os principios da vida sensitiva. Assim que tenho para mim que mostrou mais agudeza de ingenho Tacito do que Tito Livio, pela concisão com que escreveu sem se tornar obscuro.

Que difficuldade, pois, não é a de resumir em breve quadro tantos e tão variados serviços, que prestou á patria pelas armas, e sobretudo pelas letras o nosso illustre socio, o sr. Alexandre Herculano? O seu elogio pois, diga-se a verdade, não competia a um velho, como eu, a quem vão fugindo para a eternidade as faculdades physicas e intellectuaes. Antes dizia bem na bocca de alguns illustres socios, que vejo cheios de vida e com todo o vigor de seus variados talentos. Por isso, se invocais a modestia para desculpa do vosso silencio, respeitae a necessidade em que me collocastes. Desculpae-me; porque tambem vos absolveis da parte da responsabilidade que vos cabe.

II

O sr. Alexandre Herculano nasceu em a rua de S. Bento de Lisboa a 28 de março de 1810, em uma propriedade de casas, chamada o pateo do Gil, a qual tem hoje o n.º 458. Foram seus paes o sr. Theodoro Candido de Araujo e a sr.ª D. Maria do Carmo de S. Boaventura. Foi baptizado na capella da casa com licença do Patriarcha de Lisboa, sendo padrinho Luiz Herculano de Carvalho e madrinha D. Maria Antonia de Ornellas.

O pae do sr. Alexandre Herculano foi empregado na juncta dos reaes emprestimos (hoje juncta do credito publico). Creou seus filhos na abundancia e procurou dar-lhes uma boa e illustrada educação. O sr. Alexandre Herculano estudou humanidades nas

aulas de S. Filippe Nery, para continuar depois os estudos superiores d'esta Universidade. Porém, desgraçadamente, seu pae cegou, e foi aposentado; e por esta causa faltaram-lhe os meios para mandar seu filho a Coimbra. O sr. Alexandre Herculano só frequentou depois com o professor Francisco Ribeiro dos Guimarães a aula de Diplomatica, que tanto lhe aproveitou para poder escrever a historia de Portugal.

Para cursar as aulas d'esta Universidade não teve, como Thiers, a fortuna de uma subscripção: por isso os altos conhecimentos scientificos, que mostrou em suas obras, são o fructo de seus estudos particulares e do seu portentoso talento. Como J. J. Rousseau, a gloria que alcançou de grande escriptor, deveu-a a si mesmo. E todos nós, lentes e estudantes, sabemos quanto custam estudos proficuos sem a guia dos mestres e os estimulos da publicidade, da emulação, das approvações e dos premios das escholas. Apesar, pois, de não ser filho d'esta Universidade, foi sempre defensor d'ella, *como uma instituição*, dizia elle, *séria e grave que nos ficou da antiguidade.*

III

Ainda joven reconheceu os inconvenientes do governo absoluto e o atrazo em que se achava Portugal, comparado com as outras nações que gosavam de instituições livres, e filiou-se no partido liberal, que combateu o governo de D. Miguel, usurpador da corôa de sua augusta sobrinha, a Senhora D. Maria II.

Implicado em uma tentativa de revolução em 1831, viu-se forçado a emigrar para Inglaterra, donde passou para França e d'ahi para a Ilha Terceira. Voltou depois ao Porto fazendo parte da expedição do Duque de Bragança, que veio desembarcar nas praias do Mindelo; e fez toda a campanha até o embarque de D. Miguel em Sines, como soldado do batalhão de voluntarios da Rainha e da Carta, que tanto se distinguiu entre os corpos do exercito libertador.

Durante o glorioso cerco do Porto foi já encarregado de alguns trabalhos litterarios, e dispensado por isso do serviço militar.

Apesar d'isto, nunca deixou de accudir voluntariamente ao fogo das linhas e ás sortidas fóra d'ellas. Escuso de vos dizer quanto era pesado o serviço militar, continuado de dia e de noite; quanto era grande o risco da vida; e quanto valor era necessario para ambas as coisas. Os liberaes do Mindelo, sendo 7:500 contra 85:000, foram heroes.

Tenho presente uma cópia fiel da baixa que deram ao sr. Alexandre Herculano no fim da guerra, em 18 de agosto de 1834, e d'ella consta o seguinte:

Fez parte do exercito libertador no seu regresso a Portugal. Em 14 de julho de 1832 foi ao reconhecimento de Braga até ao Bouro. Em 22 e 23 aos de Vallongo e Ponte Ferreira. Em 31 fez parte da expedição a Villa do Conde. Assistiu aos tiroteios da cidade do Porto de 25 de agosto, 8, 9 e 16 de setembro. Entrou na grande acção de 29 de setembro. Em 28 de novembro foi á sortida a S. Gens. Entrou no tiroteio de 4 de março de 1833. E finalmente apresentou-se sempre voluntariamente em todas as occasiões de fogo em que entrou o seu regimento, apesar de se achar dispensado.

Acabada a guerra, voltou a Lisboa e entregou-se exclusivamente aos trabalhos scientificos. Publicou a *Voz do Propheta,* e muitos artigos em os jornaes litterarios. E como nada tinha recebido do governo em remuneração de seus serviços militares, vivia muito parcamente do pequeno producto de seus escriptos. Porém El-rei o Senhor D. Fernando descobriu-lhe o merecimento litterario, e obteve de S. M. a Rainha D. Maria II que o nomeasse bibliothecario das reaes bibliothecas da Ajuda e das Necessidades, cujo ordenado, pago pelo real bolsinho, o habilitou para escrever as obras que são hoje uma gloria nacional. Louvores ao Senhor D. Fernando, e louvores áquella excelsa Rainha!

IV

Estou vendo que já vos parece tempo de vos fallar dos seus escriptos litterarios e scientificos, que são os maiores titulos da

sua gloria, e que o immortalisaram como philosopho, como poeta e como historiador.

Mas que vos posso eu dizer de novo, a vós que os tendes lido todos muitas vezes; e que sois melhores juizes, do que eu, do merecimento incomparavel d'elles? E não ha nisto modestia da minha parte. Vós principiastes a vossa educação litteraria, e adquiristes o gosto aprimorado com a leitura, longamente meditada, dos grandes escriptores modernos, que eu apenas li quasi no fim dos meus estudos. Quando a sua leitura melhor me podia aproveitar, lia eu unicamente os fastidiosos e grossos volumes dos nossos reinicolas e dos interpretes das leis romanas e canonicas.

Se não fôra o receio de uma grande digressão, fizera-vos aqui um parallelo entre os meios, que tivestes e tendes para os vossos estudos, e os que tiveram os velhos do meu tempo, cuja geração está quasi extincta; e poderia provar-vos que hoje quem estuda aproveita mais em duas horas, do que antigamente em oito ou dez. Vós tivestes abertas todas as portas da sciencia; tivestes a liberdade de imprensa; tivestes a liberdade de commercio dos livros; tivestes a liberdade de ensino; e tivestes todas as liberdades garantidas na constituição do Estado. No tempo dos meus estudos havia a censura previa, a prohibição dos livros, a inquisição, a inconfidencia, a intendencia geral da policia e todo o cortejo tyranico do despotismo. Não se podia ensinar, nem aprender, senão o que o governo absoluto queria.

D'aqui se vê tambem o quanto deve ser agradecida a geração actual aos homens que morreram nas forcas e nas batalhas, e aos que arriscaram a vida para plantar as liberdades publicas neste paiz. E d'esses varões illustres, como já vimos, entre os primeiros pelo valor e risco a que pozeram a vida, não foi por certo o ultimo o sr. Alexandre Herculano.

Fallando, porém, das obras do sr. Alexandre Herculano ha para mim, e creio que para todos, uma quasi impossibilidade invencivel. Por maior que seja a concisão do estylo, por mais restricto que seja o resumo das materias, não cabe nos estreitos limites de um discurso academico, não digo já o juizo critico de tantas e tão grandes obras, que deu á estampa o sr. Alexandre Hercu-

lano, mas nem ainda mencional-as todas, expondo o objecto de cada uma d'ellas. É força, pois, que me limite ás principaes, preferindo ainda aquellas que lhe trouxeram maiores desgostos, para aproveitar a occasião de mostrar a injustiça e brutalidade com que foi atacado na imprensa e até nos pulpitos. Vou pois consideral-o como philosopho, como poeta e como historiador.

V

Sabeis, Senhores, que, sem philosophia não póde haver systemas scientificos, e que sem estes não póde haver sciencias, por onde se possa ensinar e aprender. A razão do homem e a sua experiencia e observação são as unicas fontes dos conhecimentos humanos. Só onde a razão pára principia a revelação. Não podia pois o sr. Alexandre Herculano ser tão grande escriptor, e as suas obras serem tão lidas, como provam as muitas edições no paiz e as muitas traducções extrangeiras, se não fôra grande pensador e profundo philosopho. Na verdade não ha pagina dos seus escriptos em que não appareçam provas da força logica, do rigor analytico e da elevação synthetica do seu espirito, e por isso dos seus vastos conhecimentos philosophicos. Até na poesia foi um philosopho innovador, porque poz de parte a mythologia antiga e os enredos eroticos, substituindo-lhes a philosophia dos sentimentos e das outras verdades physicas e intellectuaes.

Citar-vos-hei, Senhores, sómente dois opusculos — a *Carta ao sr. Visconde de Almeida Guarrett sobre a convenção litteraria entre Portugal e a França*; e *A Reacção em Portugal, ou a Concordata de 21 de fevereiro sobre o nosso padroado do Oriente.*

Na carta ao Visconde de Almeida Garrett combateu triumphantemente a convenção litteraria. Só com as armas da philosophia reduziu o tractado a pó. Porém, que recursos philosophicos não ostenta na parte da carta em que pretende provar que não existe propriedade litteraria? Custa a resistir á força dos argumentos philosophicos e á seducção do seu estylo. Se lhe admittis as premissas, tereis de vos render á discrição do vencedor.

Este escripto faz lembrar os Discursos de J. J. Rousseau, dirigidos á Academia de Dijon. O sr. Alexandre Herculano, se não excedeu, por certo egualou o grande philosopho de Genebra nos recursos philosophicos e na arte de escrever.

Muitas vezes argumentámos ambos sobre esta questão; e posso attestar que o sr. Alexandre Herculano tinha uma forte convicção contra a propriedade litteraria. Sempre saímos d'esta questão tão divergentes, como tinhamos entrado nella. Se eu era o que não estava em erro, estou convencido de que o sr. Alexandre Herculano argumentava com a maior boa fé, inteiramente alheio da vaidade de sustentar paradoxos; e que por isso foram injustos aquelles que por cauza d'esta carta o têm apodado de paradoxal.

Tomei a liberdade de trazer para aqui o outro opusculo, *A Reacção em Portugal,* não só como prova da sua alta philosophia, mas tambem como um tributo de gratidão ao meu amigo, o sr. Alexandre Herculano. Juro-vos que não entra nisto vaidade da minha parte, posto que muito me honrasse o meu chorado amigo com a brilhante defesa que fez do meu procedimento em um lance, o mais delicado da minha vida.

Quando se organisou o primeiro ministerio de D. Pedro v, fiquei eu encarregado da pasta dos negocios ecclesiasticos e da justiça, e achava-se já negociada a Concordata de 21 de fevereiro. Os meus illustres collegas approvaram-na, o que eu não pude fazer para não ir de encontro ás minhas convicções. Fiz um relatorio a El-rei, em que demonstrei que a Concordata destruiria completamente o nosso padroado do Oriente; retirei-me voluntariamente do ministerio, e voltei á minha cadeira d'esta Universidade.

Passados dois mezes sem nunca me dizer nada, publicou o meu amigo, o sr. Alexandre Herculano, aquelle opusculo. Não admiram nesta obra os conhecimentos geographicos, economicos e historicos: devem porém admirar os vastos conhecimentos do direito canonico geral e do especial da Egreja lusitana e do padroado do Oriente; e sobretudo o escalpello da analyse fina e da critica severa que fez a cada um dos artigos da Concordata, demonstrando amplamente, que a approvação d'ella daria em resul-

tado a perda do nosso padroado, como eu tinha asseverado em o meu relatorio.

E, desgraçadamente, assim aconteceu. Já quasi se não falla d'elle senão como de um facto historico. Está quasi esquecida esta joia da corôa, que, além de ser um padrão de gloria dos nossos maiores, era um grande meio de conservar e dilatar as nossas relações do Oriente.

O marquez de Sá da Bandeira em um livro, *O trabalho rural africano,* que publicou em 1873, pouco antes da sua morte, apesar de ter sido meu collega no ministerio e de ter approvado a Concordata, deu uma prova do seu elevado caracter e da sua lealdade proverbial, asseverando que o tempo e a experiencia tinham demonstrado que eu tivera razão em me oppôr á Concordata.

Tambem como prova de profundo philosopho não posso deixar de fallar do brilhante papel que fez como membro da commissão revisora do projecto do Codigo civil, nos varios debates de cada um dos artigos e na sua redacção final; porque os serviços de muitos annos d'esta commissão ficaram enterrados entre as paredes da secretaria de estado dos negocios ecclesiasticos e da justiça; e sómente chegaram a publico o pouco que consta das actas impressas, e a questão do chamado casamento civil, que depois se discutiu tambem na imprensa.

O sr. Alexandre Herculano, que gostava de questionar e discutir, tomava a palavra em quasi todas as questões que se ventilavam no seio da commissão. E, apesar de não ser jurisconsulto, fallava com tanta proficiencia, que era sempre escutado com a maior attenção pelos outros membros da commissão, que se tinham dedicado á sciencia do direito; e conseguiu muitas vezes fazer vencer as questões pela parte que elle sustentava. Muitas propostas suas melhoraram o projecto do Codigo civil e são hoje leis do paiz.

O que porém admirava aos jurisconsultos da commissão era ver que nunca ia de encontro a um principio de direito, apesar d'as questões serem muitas vezes complicadas e difficeis. Parecia que tinha estudado a fundo a sciencia do direito. Se duvidais do meu testimunho, como de amigo suspeito, vêde o que escre-

veu sobre a questão do chamado casamento civil em os diversos opusculos que publicou a este respeito, batendo-se com o auctor do projecto do Codigo civil, um dos maiores jurisconsultos d'este reino. Vêde a subtileza, com que analysou as velhas leis do reino, as leis canonicas e os textos das leis romanas; os immensos recursos que descubriu na historia e costumes antigos; e os profundos conhecimentos que mostrou da philosophia do direito. O debate entre estes dois grandes homens foi digno d'elles, e póde citar-se como modelo de discussão profunda e cortez.

Dos opusculos passou a questão para a imprensa periodica. E tambem eu escrevi alguns pobres artigos, alternados com outros do sr. Alexandre Herculano, no *Jornal do Commercio* de Lisboa, saindo uns aos domingos e os outros ás quintas-feiras. O ultramontanismo intrometteu-se logo na questão, e voz em grita dizia que a commissão estabelecia o casamento civil, unico e exclusivo para todos os cidadãos portuguezes, como o tinha estabelecido o Codigo civil francez. Nesta accusação havia ou ignorancia ou má fé. E não o digo, porque o casamento civil dos francezes seja um absurdo: muitas nações o têm adoptado, e ha boas razões para o fundamentar; mas porque a doutrina da commissão era muito differente da do Codigo francez.

O Codigo civil dos francezes não reconhece, além do casamento celebrado perante o magistrado civil, outro casamento donde resultem direitos civis, a constituição legal da familia e a legitimação da prole; embora os esposos vão depois sanctificar o seu casamento nos templos das suas religiões. D'ahi vêm-lhes graças que as suas egrejas lhes concedem; mas não lhes vêm direitos civis d'esta sanctificação, ou, se se quer, d'este matrimonio ecclesiastico.

A commissão conservou o casamento catholico, reconhecido pelas nossas leis antigas, porque a grande maioria dos cidadãos portuguezes são catholicos, e porque respeitou o artigo 6.° da Carta constitucional. Mas collocou juxtaposta outra fórma de casamento, celebrado diante do magistrado civil, porque no reino e possessões ultramarinas ha muitos cidadãos portuguezes que não acreditam na religião catholica, e porque respeitou o § 4.° do artigo 145 da

Carta constitucional. E era força dar a estes cidadãos um modo de estabelecer legalmente a familia, sem os condemnar ou a um concubinato immoral sem remedio, ou á hypocrisia de se fingirem catholicos, recorrendo a um casamento, repugnante ás suas consciencias. E eu não sei qual d'estas alternativas é mais immoral, visto que ambas são contra os bons costumes e até contra as leis da egreja catholica.

A commissão, pois, estabeleceu que de ambos os casamentos nascessem eguaes direitos civis, e deixou á consciencia dos esposos recorrer áquelle casamento que se conformasse com os seus principios, religiosos ou não religiosos. Não quiz dar occasião a litigios sobre crenças religiosas, a respeito das quaes, como actos interiores da consciencia, só os esposos podiam ser juizes seguros.

Abstenho-me de apreciar as alterações que o governo fez á doutrina da commissão no projecto do Codigo civil que levou ás côrtes, porque não quero entrar aqui no campo da politica; e já noutra assemblêa mais alta disse o que entendia a respeito d'ellas. Tambem finalmente me repugna responder ás injurias e calumnias de que a commissão foi victima. Porém decidi vós, que pela vossa illustração e independencia estais isentos dos preconceitos do vulgo ignorante e dos calculos das conveniencias politicas, se, além do casamento catholico, era, ou não, indispensavel outra fórma de casamento para aquelles que não acreditam nos dogmas do catholicismo.

Ainda o sr. Alexandre Herculano fez outro serviço relevante na commissão revisora do projecto do Codigo civil. Esta commissão, por ser de quatorze membros, julgou-se muito numerosa para poder fazer a redacção final do projecto, e nomeou uma commissão pequena, composta do sr. Alexandre Herculano e de quem escreve estas linhas. Ambos concordámos em que o sr. Alexandre Herculano fizesse a redacção, que eu leria depois, para ver se nella ia alguma palavra de uso vulgar, que devesse ser substituida por outra, propria da sciencia do Direito. E não me lembro de substituir senão uma ou duas palavras. Assim que todo este serviço deve-o a nação ao sr. Alexandre Herculano. E todos vós sabeis o quanto é difficil e fastidioso o trabalho de uma redacção

esmerada, que é necessaria nas leis, onde as palavras devem ser pesadas, segundo J. Bentham, como os diamantes. Esta redacção é hoje reputada uma obra classica, e faz muita honra a quem a fez.

VI

O sr. Alexandre Herculano muitas vezes me disse, gracejando, que eu era o amigo mais prosaico que elle tinha. D'este modo como que me averbou de suspeito e incompetente para o não poder julgar como poeta. E eu acceito a suspeição e a incompetencia, apesar de acreditar que todos os homens recebem da natureza as diversas faculdades do espirito humano, e que estas, posto que em germen, depois se desenvolvem e aperfeiçoam, umas mais do que as outras, pela educação propria de cada uma e pelo auxilio reciproco que todas se prestam entre si. Eu não sei musica; mas gósto da harmonia, e conheço quando alguem desafina.

O sr. Alexandre Herculano principiou a sua carreira de escriptor como poeta, e por ella começou a adquirir o grande nome, que legou á posteridade. A *Harpa do Crente* e as outras poesias lyricas, que deu á luz, provam que foi um poeta philosopho, como já disse, e neste genero de poesia fez eschola entre nós. Como poeta dramatico apenas escreveu *Os Infantes em Ceuta*. Não cultivou mais este genero de poesia, e deixou ao Visconde de Almeida Garrett a gloria de restaurador do nosso theatro. Finalmente, no genero do romance historico foi elle tambem patriarcha entre nós com o seu *Eurico* o *Presbytero* e o *Monge de Cistér*, que compõem o seu *Monasticon*. Estes dois romances abrangem duas epochas muito notaveis de Portugal e Castella. Os homens competentes dos dois paizes são concordes em lhes fazerem os maiores elogios; e as muitas edições neste reino e as traducções em as nações estrangeiras provam tambem o merito d'estas duas composições.

Foram nossos contemporaneos tres grandes poetas — o sr. Alexandre Herculano, o Visconde de Almeida Garrett e o Visconde de Castilho. Não fallo dos vivos: a posteridade os julgará. Agra-

da-me a melodia do Visconde de Castilho, o bom gosto do Visconde de Almeida Garrett e a altura philosophica do sr. Alexandre Herculano. Mas não me atrevo a decidir a questão da preferencia entre estes poetas. Cada um tem apaixonados, que o preferem aos outros dois: por isso parece-me cêdo para os metter em processo e achar jurados imparciaes, que adjudiquem com justiça a preferencia a qualquer d'elles. A posteridade, cada vez mais illustrada e isenta de paixões, não ha de consentir que o nome dos Colombos seja supplantado pelo nome dos Americos. Não ponho a par d'estes poetas Soares de Passos, apesar da sua poesia *O Firmamento,* porque morreu joven; e porque pouco pôde escrever este grande genio poetico.

Além de que eu não preciso de decisão d'esta questão, para julgar o sr. Alexandre Herculano como o nosso primeiro escriptor d'este seculo; porque nenhum dos dois poetas escreveu sobre tantos ramos dos conhecimentos humanos, como elle. Foram ambos os Viscondes grandes poetas; mas o sr. Alexandre Herculano, além de grande poeta, foi grande philosopho, como já vimos, e grande historiador, como vamos ver.

VII

Escreveu a *Historia da Inquisição* e a *Historia de Portugal* e os dois romances historicos do *Monasticon.* Estes dois romances pelo caracter historico tambem são historia, posto que debaixo de uma fórma mais popular e minuciosa do que a historia propriamente dicta, que é mais synthetica e mais austera e grave. São estes romances historicos producções hybridas, filhas da poesia e da historia: participam de ambas. E infelizes d'aquelles que por entre as bellezas da poesia não sentem as verdades historicas da epocha a que os romances se referem. D'estes, sendo verdadeiramente historicos, póde a nossa alma deduzir o espirito e o caracter geral do periodo historico, que elles abrangem, sem lá estar claramente escripto; assim como o nosso olfacto sente a fragancia das flores, sem os olhos verem o aroma, e nem ainda a figura d'ellas.

Para a historia da inquisição achou o sr. Alexandre Herculano na bibliotheca real da Ajuda reunidos quasi todos os subsidios necessarios nas correspondencias e despachos dos nossos embaixadores e outros agentes em Roma; porque elle não escreveu sobre a injustiça dos processos nos tribunaes da inquisição; nem sobre a violencia e tormentos com que aos réos eram extorquidas as confissões; nem sobre a immoralidade da sequestração de todos os bens e sua applicação ao fisco; e nem sobre o horror das chammas dos autos de fé, em nome de uma religião toda de paz e caridade. Escreveu sómente sobre o suborno escandaloso, com que foi impetrada por D. João III a bulla apostolica que creou em Portugal a inquisição.

O sr. Alexandre Herculano pintou com vivas côres a corrupção do governo portuguez, então absoluto, e a maior corrupção da curia romana; porque quem sem necessidade se vende é mais vil do que quem o compra: se bem que diante do direito e da moral sejam réos todos os estipulantes de taes pactos torpes. Na verdade, na curia romana havia curiaes purpurados, que recebiam dinheiro simultaneamente de el-rei D. João III e dos desgraçados judeus, que, sabendo da pretenção do rei, correram tambem a Roma, carregados de saccos de oiro para vêr se podiam salvar as vidas. Durou alguns annos esta lucta, em que entraram a astucia dos curiaes, para obterem as maiores sommas que lhes fosse possivel; a cubiça do rei, para usurpar os bens que haviam de ser sequestrados aos judeus; e a anciedade d'estes, para salvar as vidas e os bens da fortuna. A pintura d'esta almoeda asquerosa de Roma é um quadro traçado por mão de mestre. A sua leitura chega a fazer mal aos nervos dos homens honrados. Foi um livro de um effeito extraordinario!

Contra a obra notavel de *Febronio,* que tão fortemente combateu os abusos e pretenções excessivas da côrte de Roma, appareceu em tempos antigos o *Antifebronio,* que escreveu o jesuita *Passaglia.* Este livro foi vertido ha poucos annos do idioma italiano para o idioma francez; talvez porque, apesar de anterior, póde servir de commentario ao *Syllabus.* E na verdade no *Antifebronio* se acham completamente desenvolvidas as doutrinas

aphoristicas do *Syllabus*. Porém contra a *Historia da Inquisição* do sr. Alexandre Herculano não appareceu ainda nenhum padre *Passaglia*; ou porque a obra não tem resposta; ou porque a reacção não tem em Portugal quem lhe possa responder; ou por ambas as razões ao mesmo tempo. O ultramontanismo contenta-se de cuspir injurias e de fazer insultos, que nem referir quero. Resposta séria, nenhuma.

Houve, não ha ainda muitos annos, uma epocha em que os adversarios das idêas liberaes exprobravam (e ainda exprobram) áquelles que as defendiam a corrupção do estado actual da sociedade, como filha do governo liberal e da falta de respeito á auctoridade dos Summos Pontifices. O sr. Alexandre Herculano quiz responder. E deu-lhes uma resposta cabal e uma tremenda lição! Tal foi o fim d'esta obra.

VIII

Para levantar o edificio da *Historia de Portugal* não achou os materiaes reunidos e classificados, como se acham em outras nações mais adiantadas do que nós. João de Barros e Diogo do Couto escreveram sómente ácerca das conquistas de além-mar. Brito e os dois Brandões escreveram quando ainda a verdadeira critica historica não tinha nascido entre nós; nem sempre beberam em fontes puras; e não tiveram talvez a liberdade de dizer desassombradamente a verdade, pela infelicidade dos tempos, diante da inquisição e do governo absoluto. E os chronistas dos nossos reis occuparam-se apenas das familias reaes e das guerras que os reis fizeram; e nada da historia verdadeiramente nacional. Foi pois o sr. Alexandre Herculano forçado a recorrer immediatamente ás verdadeiras fontes historicas, ás inscripções, chronicões, foraes e outros pergaminhos, espalhados pelos cartorios das camaras municipaes, pelos archivos das corporações religiosas e pelos do Estado. Importava pois, primeiro que tudo, transportar para o archivo geral da Torre do Tombo todos estes monumentos, para poderem ser estudados e conservados com segurança.

Como socio influente da Academia real das sciencias de Lisboa

conseguiu que esta representasse ao governo, pedindo as ordens para a entrega, transporte e deposito d'aquelles monumentos na Torre de Tombo. Offereceu-se á Academia para fazer este serviço como commissario d'ella. Mas que desgostos não soffreu para vencer a inercia dos governos, cujas ordens repetidas a cada passo lhe eram necessarias; e a tenaz resistencia das corporações religiosas, que, sem fundamento solido, se diziam espoliadas do que ellas chamavam a sua propriedade particular? Depois foi-lhe necessario correr as provincias do norte, examinar os archivos e cartorios, relacionar os monumentos e fazel-os transportar com segurança para o archivo da Torre de Tombo. Só para referir esta parte do seu trabalho, seria necessario um volume não pequeno.

Findos estes trabalhos, que chamei materiaes, o trabalho intellectual. Eu o vi classificando pelas datas e pelos periodos historicos aquelles monumentos; lendo com grandes difficuldades alguns por se achar a letra quasi apagada. Punha de lado muitos por inuteis ao seu fim. Em outros encontrava apenas a narrativa de um pequeno facto e até ás vezes só a allusão a elle, e a enunciação de um nome ou de uma data. E como estes subsidios se encontravam muitas vezes em pergaminhos, que por seus objectos eram alheios ao seu trabalho historico, era força lel-os todos. Aproveitava tudo: fazia resumidos extractos, que classificava segundo a ordem das materias do seu systema historico. Finalmente vêdes, Senhores, o quanto era fastidioso e repellente similhante trabalho. Precisava elle de uma vontade de ferro.

Reunidos estes extractos, as inscripções, chronicões, as leis e os escriptos dos romanos, dos arabes e dos godos, que viveram e dominaram na peninsula iberica e nomeadamente em Portugal, principiou o sr. Alexandre Herculano a combinar e a estudar tudo á luz da critica historica. Agora descia do conhecimento das causas ao conhecimento dos effeitos; logo subia do conhecimento d'estes ao conhecimento d'aquellas, pela correlação necessaria que ha entre estes dois termos. Preenchia as lacunas guiado pelas leis das series e da evolução historica, e alumiado pela grande intuição do seu genio portentoso. Assim architectou o

grande edificio da *Historia de Portugal* em todos os seus aspectos, desde a fundação da monarchia até ao fim do reinado de D. Affonso III.

Este periodo da nossa historia é o mais pobre de monumentos historicos. Os portuguezes d'aquellas eras usavam mais da espada, do que da penna. Aquelles porém, que quizerem continuar no reinado de D. Diniz esta historia, encontrarão já grande abundancia de monumentos, que hão de facilitar um pouco a sua obra.

Já vêdes, Senhores, as grandes difficuldades, que teve de vencer o sr. Alexandre Herculano, escrevendo a historia de um periodo de barbaridade, em que poucos sabiam ler e escrever, e em que só alguns poucos monges lançavam nos chronicões pequenas notas de alguns factos importantes. Houve prophetas de inspiração divina, que predisseram o futuro; o sr. Alexandre Herculano tambem foi propheta de raciocinio, mas do preterito, narrando-nos a vida dos nossos remotos antepassados.

Cuvier, pela anatomia comparada, pela ostologia e pela historia natural, em descubrindo um osso ou um ramo fosseis, recompunha o animal, ou o vegetal, e d'esta arte ficava conhecendo a fauna ou a flora nas diversas epochas geologicas e prehistoricas do planeta que habitamos. Assim o sr. Alexandre Herculano, conhecedor das leis naturaes, que regem o homem, a familia e a nação, deduzidas da natureza dos individuos e da d'estas differentes sociedades; e, guiado pelos poucos factos que encontrou dispersos pelos velhos monumentos, como marcos milliarios em viagem desconhecida, pôde á grande luz do seu espirito compor toda a historia d'aquelle grande periodo, levado muitas vezes pela analogia, inducção e deducção logicas do conhecido para o desconhecido, para supprir as lacunas dos factos historicos. Assim levantou o maior monumento da sua gloria, que tambem é hoje uma grande gloria nacional, admirada pelos naturaes d'este reino e pelos extrangeiros.

IX

Publicada esta grande obra, quando o sr. Alexandre Herculano

com razão esperava os applausos dos seus compatriotas, como tinha recebido das nações extrangeiras pela sua admissão ás academias e institutos mais celebres d'ellas, e recolher-se á sua quinta de Valle de Lobos, para ahi acabar seus dias em paz, veio-lhes o martyrio das injurias e até dos insultos brutaes do partido ultramontano. A narrativa breve e simples, que o sr. Alexandre Herculano fez do chamado milagre do Campo de Ourique, deu occasião a este partido para experimentar as suas forças em Portugal.

Os homens e mulheres da reacção levantaram-se voz em grita contra o grande historiador. Primeiramente prégou-se nos pulpitos da provincia do Minho, chamando-lhe herege e atheu. Prohibidos estes sermões pelo arcebispo primaz, voltou o ultramontanismo para o Alemtejo, e nos pulpitos d'esta provincia repetiram-se os mesmos insultos. Feita egual prohibição pelo arcebispo de Evora, correu o ultramontanismo a Lisboa, onde contra elle se prégou com egual violencia. Assistiu a este espectaculo anticatholico, por ser contra a caridade evangelica, o sr. Alexandre Herculano, impassivel e callado. E só, quando lhe foram prégar na propria parochia, se irritou: lançou mão da penna, e defendeu-se, como valente athleta, que era.

A questão, ou antes a batalha, passou então para a imprensa, e muitos folhetos sairam, pugnando por um e outro campo. O sr. Alexandre Herculano não se limitou nesta batalha á sua simples defesa: atacava tambem com toda a força logica os seus adversarios. E como se convenceu de que o ultramontanismo clerical o queria aterrar e forçar pelo medo ao silencio, para mostrar-lhe que acceitava a guerra sem trepidar e de egual a egual, intitulou o seu primeiro folheto — *Eu e o Clero*: o que alguns lhe censuraram, como falta de modestia, sem se lembrarem de que o sr. Alexandre Herculano estava irritado com as injurias atrozes de que era alvo innocente. Não comprehenderam que naquelle titulo havia um estratagema de guerra, para mostrar que não temia a reacção; e todos sabem que os ardís são licitos entre os belligerantes.

Não admirou pois a quem conhecia bem o sr. Alexandre Her-

culano que elle saisse vencedor de tantos adversarios, tendo pela sua parte a verdade e a justiça. O sr. Alexandre Herculano não negou que Deus possa fazer milagres, nem que estes não fossem necessarios para provar a divindade de Jesus Christo e a verdade da sua doutrina. São estas questões materias theologicas de que se não occupou. Fallando sómente do facto historico da apparição de Jesus Christo a D. Affonso Henriques em a noite anterior á batalha, asseverou que o documento, que se adduz para prova do milagre, era claramente falso á luz da critica historica, como já anteriormente tinham reconhecido outros homens competentes, sem que ninguem então se levantasse contra elles.

Era pois uma questão puramente historica, que nada tinha com os dogmas do catholicismo. E neste terreno podia o sr. A. Herculano seguir desassombradamente a opinião, que lhe parecesse verdadeira. Não offendeu nenhum dogma catholico. E sem offensa de dogma não podia, segundo a boa theologia, ser accusado de herege. Se os ultramontanos reaccionarios não sabiam a definição de heresia, que ignorancia! e se a sabiam, que má fé!

E accusado de atheu! Que injustiça chamarem atheu ao pio auctor da *Harpa do Crente*, da *Voz do Propheta*, do *Parocho da Aldêa* e de tantos outros escriptos, em que falla de Deus com o maior respeito e que attestam o quanto era religioso! Estas injurias e outros ataques brutaes, que appareceram na imprensa periodica, nos opusculos e nos pulpitos, não podem achar desculpa no seculo XIX, nem ainda como effeitos de paixões exaltadas pelo fanatismo religioso, nem como effeito de um patriotismo mal entendido; porque na verdade não póde classificar-se como verdadeiro amor da religião ou da patria aquelle que só póde achar assentimento na credulidade lamentavel do vulgo ignorante.

Tem-se perguntado muitas vezes a razão por que o sr. Alexandre Herculano não continuou a *Historia de Portugal* e se foi metter na sua quinta de Valle de Lobos, em edade em que ainda podia trabalhar nella. Têm-se dado muitas respostas, a meu ver muito distantes da verdade. O sr. Alexandre Herculano foi sempre muito apaixonado da vida agricola. Foi esta paixão que o

dominou sempre até á morte. Foi ella que o levou a comprar a quinta de Valle de Lobos e a viver alli, apesar das febres intermittentes, que frequentes vezes soffria. Foi ella, emfim, que contribuiu para sair de Lisboa, e deixar o archivo da Torre do Tombo; e longe dos monumeutos historicos ahi recolhidos, era-lhe impossivel a continuação da *Historia de Portugal*. Além de que este trabalho era tão pesado, que o sr. Alexandre Herculano me confessou que já não podia com elle, porque as forças physicas lhe principiavam a faltar pela frequencia das enfermidades.

X

Já vai longo este discurso; vou terminar com duas palavras sobre o caracter moral do sr. Alexandre Herculano. Tem-se dicto que o estylo é o homem. E com razão, porque o caracter moral do homem escriptor apparece sempre no estylo das suas obras sem lá estar escripto. Sente-se e não se lê. O caracter é a causa, o estylo é o effeito. E é sabido que os effeitos são sempre da natureza das causas.

Principiarei por copiar a bella descripção que o sr. Ortiz, como bom physionomista, fez do caracter do sr. Alexandre Herculano, quando veio a Portugal estudar a nossa litteratura, residindo já então o sr. Alexandre Herculano em Valle de Lobos.

«Basta vel-o uma só vez, observar aquella dureza das linhas da sua physionomia, aquella expressão concentrada de seus olhos, aquella fronte espaçosa e sombria, que parece inclinar-se debaixo do peso das idêas, que seu cerebro elabora; basta escutar uma das phrases afiadas, que brotam de seus labios, quando alguem se atreve a contradizer suas affirmações, para comprehender como esse rei da poesia, da litteratura e da historia ha feito pedaços o sceptro da sua auctoridade scientifica, desterrando se á obscuridade e ao esquecimento[1].»

---

[1] Sr. Romero Ortiz, *Literat. port. en el siglo XIX.*

E verdadeiramente a rigidez de caracter de têmpera antiga revelava-se em todas as suas acções e em todas as suas obra, litterarias. Dominado sempre pelas idêas do verdadeiro, do justos do moral e do bello, nenhumas considerações pessoaes, por mais alto que fosse o seu alvo, tinham força para o desviar das suas convicções. Como a linha recta, ia sempre direito ao seu fim. Era indomito. Não calculava resultados nem conveniencias. Detestava as maneiras accommodaticias da nossa sociedade. E por isso a qualquer homem corrupto e de reputação perdida não apertava a mão e não tirava o chapéo, nem ainda em publico. D'aqui resultou que algumas pessoas, ou por má fé, ou porque o não tinham tractado de perto, o julgaram orgulhoso e soberbo. Foram injustas.

Ninguem recebia mais cordealmente em sua casa os seus amigos, ninguem se humanisava mais com todo o mundo do que elle. Eu o vi nas ruas de Lisboa, quando encontrava algum pobre artista, que tinha sido seu camarada no batalhão da Rainha e da Carta, correr a elle, apertar-lhe a mão callosa e até abraçal-o.

Ahi estão vivos muitos homens de lettras da capital, aos quaes, ainda jovens, elle dirigia em seus estudos e em seus escriptos. Estes respeitavam-no como mestre, e até quasi como pae. Nesse tempo, em se dizendo *o Mestre,* todos entendiam *Alexandre Herculano.* Estas pessoas todas, tão auctorisadas hoje na republica das lettras, protestam contra similhantes calumnias. Impios e cobardes, que ainda hoje cuspís injurias sobre a lousa de um finado illustre que já se não póde defender, e diante do qual tremieis, em quanto foi vivo!

D. Pedro v, cuja perda ainda hoje a nação deplora, porque foi um rei illustrado e fiel observador da Carta Constitucional, e porque sabia manter sem vaidade o seu alto logar de rei, ia muitas vezes a casa do sr. Alexandre Herculano, para com este discutir varios problemas da governação publica, deixando, para assim o dizer, quando entrava, a regia majestade fóra da porta da casa. Este grande rei honrava assim o grande escriptor do seu reinado, como no mesmo tempo Frederico, rei da Prussia, honrava o grande escriptor Humboldt.

Jacintho Freire de Andrade disse que D. João de Castro *fizera brio de merecer tudo e de não pedir nada.* E eu digo que o sr. Alexandre Herculano fizera brio de nada pedir ao governo e de nada acceitar d'elle, o que é muito mais. Podia subir aos maiores logares, e ser ministro e conselheiro de estado; ter o titulo de marquez ou duque, e as maiores condecorações nacionaes e extrangeiras; e morreu burguez, como burguez tinha nascido. Ainda mais: foi nomeado par do reino, e rejeitou o pariato; e até sendo eleito deputado pela segunda vez, não acceitou a cadeira, porque não queria sair da vida das lettras para a vida da politica militante.

D. Pedro v fez-lhe a honra de lhe levar a casa uma commenda da Torre e Espada. Não a rejeitou officialmente, dirigindo-se ao ministro que referendou o decreto, porque entendeu que faria uma acção indigna da delicadeza do monarcha; mas francamente lhe expoz as razões, pelas quaes não podia acceitar a condecoração, nem usar d'ella. Estes dois grandes homens não se deram por offendidos um do outro, porque tinham a tolerancia da amizade, e porque ambos julgaram ter cumprido os seus deveres.

A attracção do bello não me deixa ir para diante sem copiar aqui a explicação authentica, que deu d'este acontecimento o sr. Alexandre Herculano em uma carta, publicada no *Jornal do Commercio* de Lisboa, a qual tambem prova o que deixo dicto ácerca da isenção do seu caracter e da firmeza dos seus principios.

«Pertenço a uma classe obscura e modesta, quero morrer como nasci. Ha nisto uma grande ambição solapada. No meio do immenso consumo que se está fazendo e que se tem feito, ha trinta annos, de distincções, insignias, uniformes bordados, de titulos, gráos, tractamentos e rotulos nobiliarios, o homem do povo, que queira e possa morrer com esta classificação, deve adquirir em menos de meio seculo uma celebridade extraordinaria... Não sou commendador da Torre e Espada. O sr. D. Pedro v, que Deus tem comsigo, procurou-me um dia para pedir-me, dizia elle, um favor. Era o de acceitar a commenda da Torre e Espada. Recusei; e com a sinceridade, que elle sempre encontrou em mim,

expuz-lhe amplamente os motivos da minha recusa. Aquelle grande espirito, complexo de extrema doçura, de alta comprehensão e de profundo sentir, debateu, sem se irritar, as ponderações, talvez demasiadamente rudes, que lhe fiz. Concluiu por me dizer que cada um de nós podia proceder naquelle assumpto em harmonia com as proprias convicções. Que elle cumpria o que reputava um dever de rei, e que fizesse eu o que a consciencia me dictasse.»

«Como os outros homens, os reis, embora se chamem D. Pedro V, estão sujeitos a apreciar mal as pessoas e as coisas. Nem eu valia o que elle suppunha, nem a commenda valia nada.»

«O que valia muito, apesar do seu innocente erro, era esse moço de vinte e quatro annos, esse filho de D. João I, D. Duarte extraviado no seculo XIX, vindo pedir como favor ao filho do povo que lhe acceitasse uma mercê, porque entendia que o dever a isso o obrigava.»

«Se a Providencia reserva no segredo dos seus decretos redempção e renovamento para este paiz, será porque elle ainda soube achar em si lagrimas caudaes e sinceras para verter sobre o ataude d'aquelle martyr.»

O sr. Alexandre Herculano vivia em paz na sua quinta de Valle de Lobos, acompanhado da sua amada esposa, a ex.ma sr.a D. Marianna Herminia Meira, cujas virtudes lhe suavisaram muito os desgostos, que lhe acarretou a publicação das suas obras. Não abandonou nunca a vida das lettras em Valle de Lobos. Occupava-se em fazer correcções e melhoramentos ás suas obras e nas revisões das novas edições. E nos ultimos tempos da sua vida publicava uma serie de opusculos, que são collecções de folhetos de edições esgotadas e de outros que ia escrevendo de novo.

No meio d'estes trabalhos litterarios o veio surprehender uma pneumonia, que o roubou á patria no dia 13 de setembro de 1877. Assim perdeu Portugal o seu primeiro escriptor d'este seculo. Não digo bem: o sr. Ortiz, que como castelhano não póde ser suspeito, diz mais e melhor:

«Assim perdeu Portugal um dos mais illustres litteratos, historiador e poeta ao mesmo tempo, como Schiller, Lamartine e como

fr. Bernardo de Brito. Assim perdeu a *Peninsula iberica o seu primeiro, o seu grande e o seu unico historiador;* de quem se póde dizer, sem lisonja, que reuniu a elegancia de Xenophonte á energia de Sallustio, e a concisão de Tacito á imparcialidade de Polybio.»

APRECIAÇÕES DA IMPRENSA CONIMBRICENSE

Lido o discurso do sr. Ferrer no Instituto de Coimbra, os applausos com que foi acolhido repercutiram-se na imprensa jornalistica d'esta cidade. A impressão favoravel foi unanime; sem distincção de partidos todos se inclinaram respeitosos deante do illustre conferente.

Foi a sessão na noite de 23, rematando pelas 10 horas; no dia 24, sobre tarde, já um dos jornaes dava conta minuciosa d'aquella ceremonia, seguindo-se outros no dia 25 e seguintes. Pelo modo por que foram expostas as noticias, pela espontaneidade e harmonia que as dictaram, bem cabem aqui como complemento do discurso. Por essa razão, e com a devida venia, copiamos os respectivos artigos, precedidos da nota curiosa com que outro jornal apontou a noticia do convite que a direcção do Instituto endereçou ao sr. Ferrer.

A. HERCULANO E O INSTITUTO DE COIMBRA

Tendo sido o famoso historiador socio honorario do Instituto de Coimbra, deliberou a Direcção d'esta sociedade confiar ao sr. Vicente Ferrer, intimo amigo do finado, o seu elogio historico. Uma commissão, composta dos srs. drs. José Epiphanio Marques, Augusto Filippe Simões e Francisco de Paula Sancto-Clara, foi-lhe pessoalmente fazer o convite, que sua ex.ª acceitou.

Foi justa a escolha, porque o sr. Ferrer, além de ser tambem socio do Instituto, é hoje o unico membro que resta da commissão da faculdade de Direito, que assignou o parecer de 3 de maio de

1853 sobre o quarto volume da *Historia de Portugal*, volume que o sr. A. Herculano submetteu ao juizo d'esta faculdade por uma notavel carta de 28 de março do mesmo anno.

O sr. conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva, que em tempo recusou o titulo de visconde do Freixo, nasceu na quinta d'este nome, proxima da villa da Louzã, a 27 de junho de 1798 e doutorou-se na faculdade de Canones em 29 de julho de 1821, sendo despachado lente em 12 de agosto de 1834. Em 18 de fevereiro de 1865 recebeu a sua jubilação. Foi nomeado reitor da Universidade em 1863, cargo que exerceu até 1866.

Em 1857 tinha sido ministro da justiça reinando então el-rei D. Pedro V, e foi por muitas vezes deputado, e é hoje par do reino.

Fez parte das côrtes constituintes de 1838, e nas de 1862 tornou-se notavel pelo *relatorio e projecto de lei sobre as congregações religiosas*. Todos sabem do conflicto suscitado nessa epocha sobre os lazaristas e irmãs da caridade, conflicto em que o partido regenerador se separou do celebre tribuno José Estevão, que, fiel aos principios da liberdade, se manteve no seu campo. Eram então muito lidos os discursos do sr. Pinto Coelho, legitimista, e os do sr. conde do Casal Ribeiro, auctor do *parecer* sobre o mesmo assumpto da parte da regeneração.

Como lente da Universidade, o sr. Ferrer foi quem introduziu nas aulas os principios modernos da philosophia do direito, compondo primeiro um commentario ao velho Martini, que servia de texto para as aulas, e depois um compendio proprio, que ainda hoje é adoptado. Como reitor deve-se-lhe o ser abolido o antigo exame privado, substituido pelo acto publico de licenciatura. Como jurisconsulto pertenceu á commissão de revisão do prejecto do Codigo Civil, onde prestou excellentes serviços.

Eis em traços largos qual tem sido a vida publica do illustre cidadão que se encarregou do elogio de A. Herculano.

(*Gazeta de Coimbra*, n.º 1, de 27 de janeiro de 1878.)

A CONFERENCIA DO SR. CONSELHEIRO VICENTE FERRER

Fomos hontem surprehendidos com a boa noticia de que se devia realisar á noite, no grande salão do *Instituto,* a conferencia do sr. conselheiro Vicente Ferrer, que de proposito viera de Lisboa a fazer o elogio historico de Alexandre Herculano.

Um socio honorario do *Instituto* a descrever os traços homericos do vulto que mereceu egual distincção d'aquella sociedade scientifica; o primeiro restaurador do nosso *Direito natural,* nos dominios da sciencia juridica, a biographar o iniciador da verdadeira historia nacional; dois homens que se bemquizeram em vida, que se estimaram como quem anda por amor e propensão no mesmo trabalho, entregue ao mesmo cultivo, tudo isto era assumpto de despertar attenções neste meio atrophiante que nos esmaga a iniciativa que adianta as sciencias, que as relaciona, que as practica nas mil utilidades da sua applicação positiva.

Foram todos: grande numero de socios do *Instituto,* professores, estudantes; todos os que andam na fadiga do estudo, na educação do espirito. Encheu-se a vasta sala, litteralmente, com a attenção respeitosa devida ao assumpto e ao conferente, antigo professor de Direito e prelado da Universidade, homem de conselho prudente, liberal de virtudes austeras, das que se impõem pelo exemplo, pela via recta do dever, por aquelles versos de Sá Miranda, que hão de ser eternamente a photographia dos bons typos nacionaes.

*
* * *

Assumpto maravilhoso: — *Alexandre Herculano.* Prelector autorisado: aquelle que lhe fôra amigo, discipulo, que lhe ouvira a vasta lição, que o tractára, vendo-o como os alchimistas da meia edade, curvado sobre os livros, e como os Cincinnatos da velha Roma, agricultando as terras; que o vira entre a sciencia, que é o sol do mundo das intelligencias, e a oliveira, que é a paz, tão necessaria a quem vivera entre as lutas da primeira

dynastia e os fortes e valentes campeões do reinado de D. João I, campeões que eram todos valentes — os homens comoNuno Alvares, os enamorados como Mem Rodrigues.

Quando se levantou em leitura a voz sympathica do sr. conlheiro Vicente Ferrer, fez-se o grande silencio de quem escuta com respeito.

Appareceram os traços biographicos do filho do povo, educado no amor do estudo e da familia; do soldado da liberdade, que pugnou por ella em todo o periodo da mocidade; do bibliothecario da Ajuda, entrando no mundo que sonhára, e trabalhando alli com a penna como já fizera com a espada em outro campo não menos glorioso.

O conferente foi felicissimo na transição d'esta parte do seu estudo para a analyse crítica de Alexandre Herculano como escriptor.

Espirito altamente educado, conhecedor do seu tempo de rapaz e do periodo actual, previu certamente que os novos teriam um methodo mais apropriado á analyse da individualidade de Herculano, guiada já, e muito, pelos processos modernos. O sabio prelector fez sentir, em breves palavras, o seu methodo de estudo, comparando-o com o actual; obedecendo áquelle, que constituira o seu meio educativo, seria guiado por elle nas considerações litterarias e scientificas. Hontem não era hoje; entre os dois limites viu o conselheiro Ferrer o abysmo que separa a tyrannia da liberdade, a censura da livre manifestação da consciencia e do pensamento traduzida na palavra e na escripta.

*
* *

Considerou em Alexandre Herculano o philosopho, o poeta, o historiador, o romancista, o polemista, o homem do campo, o caracter austero e inquebrantavel.

O philosopho impunha-se á admiração de nacionaes e estranhos. Comparando-o com felicidade a Rousseau, fez sobresahir as qualidades inherentes á gigante individualidade. Como philosopho

escrevera elle a carta dirigida a Almeida Garrett sobre a convenção litteraria, e o *Padroado na India*; como tal fallára e escrevera sobre a nova legislação civil, como membro da commissão revisora do Projecto de Codigo.

Foi abundante neste ponto de factos historicos; e notou a vasta lição que Herculano tinha de direito civil e canonico, mostrada nas discussões que sustentou no seio da commissão e nos escriptos sobre o casamento civil, onde manifesta por egual o erudito e o liberal. Poz A. Herculano em frente do primeiro jurisconsulto portuguez, o sr. visconde de Seabra, e disse com verdade que o combate fôra digno de ambos, ficando como modelo de saber e de cortezia.

Como poeta, disse que elle prelector fôra averbado de suspeito por Alexandre Herculano, *que o dizia o mais prosaico dos seus amigos,* mas que a *Harpa do Crente* era inspiração verdadeira de um espirito profundamente religioso.

Fallou de Garrett, de Castilho, de Soares de Passos, e não decidiu preferencias onde havia differentes individualidades, todas elevadas no seu ideal.

Fallando do romancista, mostrou-o no *Eurico,* uma das obras mais portentosas da Europa, e no *Monge de Cistér,* a vida portugueza, plenamente retratada, do seculo XIV. O artista que pintára o frankisk do arabe e a massa do Cavalleiro Negro, na destruição religiosa; que fizera o quadro de Covadonga, onde por egual se vê o céo e o inferno, esse artista era o mesmo que fallava como o Mestre de Aviz, como Nuno Alvares, como João das Regras,— tres individualidades que deixam ver aquella epocha, e nol-a trazem, viva, completa — até nós.

O historiador appareceu.— Nós já o dissemos: a austèridade d'aquelle caracter de boa tempera, aquelle isolamento de paixões e enthusiasmos faceis, tinham nos estudos historicos o seu meio.

Nada se havia feito; elle fez tudo. Disse o *fiat,* e fez-se a luz; e os varões dos seculos XII e XIII appareceram pela primeira vez na grande ribalta do seculo XIX.

Bem o disse o sr. Ferrer: Diogo do Couto, Antonio e Francisco Brandão, Bernardo de Brito não haviam escripto a historia;

os chronistas tinham-se ficado na biographia real, no panegyrico da louvaminha cortezã, de frades nos primeiros tempos, ao depois de condes e marquezes, quando D. João V se deu a reformador de lettras.

A cavar naquelle abysmo, collocou Herculano. Trabalho para um Hercules, mas que foi executado por um homem. Estudo para uma Academia, a que se entregou um só obreiro. E no meio d'este *impossivel*, d'esta noite, resurgiu o Portugal da meia edade, armado para a batalha da moirama e para o alargamento do territorio da patria. D. Affonso Henriques, *sem o qual não existiria a nação portugueza e por ventura nem sequer o nome de Portugal*; D. Sancho I, D. Affonso II, D. Sancho II, D. Affonso III ficam assentes no pedestal da immortalidade, porque a sua vida lhes é contada ao mundo pelo homem que se chamou *Alexandre Herculano*.

Quem ouviu a conferencia, attendeu na minuciosidade da descripção. Foi ella fiel, porque acompanhou Herculano de cartorio em cartorio, de archivo em archivo.

Desenterrava, lia, annotava, recompunha.

A sua larga intuição completava. Conhecedor dos principios que relacionam tradicionalmente entre portuguezes a familia e o municipio, pôde adivinhar a historia da nação.

Pulso de ferro, concisão de Tacito, intuição de Michelet, vontade de bronze: estes elementos completavam-lhe a individualidade.

* * *

O pamphletista appareceu; o unico de Portugal, onde os Desmoulin, os Marat e os Courier não encontraram ainda meio revolucionario para indignações de monta, para prégações de valor. Em volta de Herculano andavam os Amorins, os Caetanos, os Recreios, os anonymos, os leitores de Larraga de Braga e Evora, os quaes haviam *jurado nas aras de Jupiter Stator o exterminio do catholicismo*. E elle só, isolado, com a sua fé, com o seu trabalho: invejado, odiado, mordido.

A seita não o poupava, não lhe perdoava.

Hypocrita, subia ao pulpito, e em nome de Deus insultava com palavras de bemaventurança. Olhos no céu, fel no espirito.

Mas quando o ferro em braza do *Eu é o clero* profundou as podridões, a malta fugiu, e não appareceu mais com coragem de affirmações.

Apodaram-n'o de irreligiosidade, mas elle escreveu a *Voz do Propheta,* que vale bem mais que todas as encyclicas e pastoraes.

* * *

Foi muito além a conferencia, e para lhe acompanhar a idêa geral teriamos de estender muito a escripta.

Não o permitte a pressa com que escrevemos, correndo.

O trabalho do sr. conselheiro Vicente Ferrer é digno do seu nome laureado. Envolvendo todas as idêas e considerações, como que illuminando-as, apparecia o sol da liberdade. A lição da historia estava patente num velho de oitenta annos, e era elle que, tomando dos factos, os transformava em argumantos. E atirava-os, com coragem de quem nascera com a revolução, á fronte do ultramontanismo, da seita venenosa, que se metamorphoseia de mil modos, sempre para enganar, sempre para mentir.

A palavra do velho era lição á mocidade.

Ouvia-se a voz do Bom homem Ricardo, fallando numa reunião de intelligentes; voz illustrada e boa, que fallava á razão e ao sentimento mais intimo e mais querido.

D'aqui mandamos um applauso cheio de admirações.

Sergio de Castro.

(*Correspondencia de Coimbra*, n.º 41, de 24 de maio de 1878.)

ALEXANDRE HERCULANO

O Instituto de Coimbra pagou na quinta feira o devido tributo á memoria do insigne escriptor e seu antigo socio honorario, o sr. Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo. Encarregou-se d'essa missão, a pedido da direcção do Instituto, o socio honorario, o sr. conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva.

Ninguem era para isso mais competente do que este antigo e distincto professor da Universidade; não só pelo seu subido merito litterario e scientifico, como pela intima amizade que sempre o ligou ao illustre fallecido.

Em presença de uma numerosa e selecta assemblêa abriu a sessão o sr. conselheiro Castro Freire.

Seguiu-se o sr. Vicente Ferrer a ler a sua extensa e interessantissima memoria, que foi ouvida por todos com a maior attenção.

Depois de tractar da mocidade do sr. Alexandre Herculano, passou a dar conta da sua emigração em 1831, da sua vinda na expedição liberal em 1832, e dos relevantes e numerosos serviços por elle prestados com as armas, na qualidade de voluntario da rainha, em o cerco do Porto e em toda a campanha.

Mereceu, porém, ao sr. Vicente Ferrer particular apreciação o sr. Alexandre Herculano na qualidade de escriptor.

Considerou-o como philosopho, como poeta e como historiador.

Como philosopho — fallou largamente dos seus assiduos e profícuos trabalhos na commissão revisora do Codigo civil, e ultimamente como membro da commissão de redacção do mesmo codigo.

E a esse proposito fallou da celebre questão que elle teve de sustentar por causa do casamento civil.

Apreciou egualmente debaixo do ponto de vista philosophico o opusculo do sr. Alexandre Herculano, publicado em 1851 — *Da propriedade litteraria e da recente convenção com França. Carta ao sr. visconde de Almeida Garrett.*

A proposito do outro opusculo do sr. Alexandre Herculano, publicado em 1857 — *A reacção em Portugal, ou a concordata*

de 21 de Fevereiro sobre o nosso padroado do Oriente — mostrou-se o sr. Vicente Ferrer grato á memoria do seu particular amigo, por ter vindo espontaneamente á imprensa com esta publicação defendel-o, quando, por não ter querido approvar a concordata, se demittira de ministro das justiças em 4 de maio d'aquelle anno.

Como poeta — teceu os maiores elogios ao sr. Alexandre Herculano, tanto pela *Harpa do Crente,* como pela *Voz do Propheta,* e outras poesias.

Não se pronunciou ácerca da superioridade relativa de Herculano, Garrett e Castilho. Disse que cada um tinha especialidades em que sobresaía.

Como historiador — fallou da *Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal,* da *Historia de Portugal,* e dos dois romances historicos, que formam o *Monasticon.*

Occupando-se do estabelecimento da inquisição foi o sr. Ferrer altamente energico, fulminando a corrupção da curia romana, quando se tractava de crear neste reino aquelle nefasto e sanguinario tribunal.

Relatou os trabalhos immensos que teve de vencer o sr. Alexandre Herculano para reunir em Lisboa os numerosos documentos que estavam dispersos por diversos cartorios do paiz; e depois as improbas fadigas que teve para interpretar esses documentos, a fim de servirem para a sua *Historia de Portugal.*

Narrou circumstanciadamente a guerra que a reacção desenvolveu contra o sr. Alexandre Herculano, por causa da sua negação do milagre do campo de Ourique; e a necessidade em que se viu o distincto escriptor de sair a campo contra os prégadores que, abusando da cadeira da verdade, o atacaram até na sua propria parochia.

Por fim descreveu com verdadeiras côres o caracter austero do sr. Alexandre Herculano, que se recusára a acceitar o pariato, a commenda da Torre e Espada, e outras condecorações, algumas pessoalmente offerecidas pelo chorado rei, o sr. D. Pedro V.

Entre outros pontos do discurso do sr. Vicente Ferrer, que impressionaram o auditorio, notaremos aquelle em que tractou de

mostrar a facilidade que ha agora em aprender, comparativamente com a epocha em que elle frequentara os estudos.

Vós tivestes, disse o sr. Ferrer, abertas as portas da sciencia, tivestes a liberdade de imprensa, tivestes a liberdade do commercio dos livros, e tivestes todas as liberdades garantidas na constituição do estado.

No tempo dos meus estudos, continuou dizendo, havia a censura prévia, a prohibição dos livros, a inquisição, a inconfidencia, a intendencia geral da policia, e todo o cortejo tyrannico do despotismo. Não se podia ensinar, nem aprender senão o que o governo absoluto queria.

O sr. Vicente Ferrer sustentou em todo o seu discurso, sem tergiversações, idêas francamente liberaes.

É admiravel como logo depois de uma convalescença, e no tão pouco espaço de tempo que teve, poude o sr. Vicente Ferrer coordenar tão brilhante discurso, que lhe levou a ler cinco quartos de hora. Só uma grande força de vontade e profundas convicções liberaes podem conseguir tanto.

Foi para toda a assembléa muito agradavel ver prestar pelo sr. Vicente Ferrer este tributo á honrosissima memoria do primeiro historiador portuguez neste seculo.

JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO.

(*O Conimbricense*, n.º 3216, de 25 de maio de 1878.)

HERCULANO E FERRER

Na noite de quinta feira ultima, 23 do corrente, foi recitado na sala grande do Instituto de Coimbra pelo sr. conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva o elogio historico de Alexandre Herculano, ambos socios honorarios d'esta sociedade.

Se o nome de um fôra famoso nas lettras, não o é menos na sciencia e na politica o do orador, e o auditorio selecto que o escutava era digno de ambos.

Pelas oito horas e meia tomou a presidencia o sr. conselheiro Francisco de Castro Freire, que expoz em poucas palavras a or-

dem da noite e apresentou o sr. Ferrer á assembléa; foram secretarios os srs. drs. Augusto Filippe Simões, lente de medicina, e Antonio José Gonçalves Guimarães, lente de philosophia. Tomando depois a palavra, leu o sr. Ferrer o seu discurso, leitura que durou perto de hora e meia.

A 27 do proximo mez de junho ha de completar o illustre orador academico 80 annos, pois nasceu em 1798 na quinta do Freixo, perto da Louzã, que é ainda hoje residencia sua. E esta sua edade avançada tem sido sempre util no serviço da patria, já no magisterio universitario, já nas duas casas do parlamento, já nos conselhos da corôa, já em importantes commissões, sendo as mais notaveis a da reforma do projecto de Codigo civil e a reitoria da Universidade. Na politica sobretudo é grande e incontestada a sua auctoridade pela firmeza do seu caracter e serviços importantes á causa da liberdade. Com estes precedentes todos o venerando ancião foi acolhido com viva sympathia e escutado com profundo respeito e religiosa attenção.

Foi o exordio modestissimo, relampejando d'elle clarões de ingenho e erudição que denunciavam um orador adextrado no manejo da palavra. Pondo em parallelo o velho, a quem vão fugindo para a eternidade as faculdades physicas e intellectuaes, com outros seus consocios no Instituto, que alli via cheios de vida e com todo o vigor dos seus variados talentos; alludindo da parte d'estes á modestia e da sua á necessidade de ser agradavel a um pedido e de prestar tributo a uma saudade, accentuava com vigorosa energia a sua posição naquella tribuna. Esboçando ligeiros apontamentos da constancia dos povos em estender as recordações da vida além da morte desde tempos remotos até hoje, para que a gloria dos heroes redunde tambem em honra das nações, enraizava em terreno seguro as demonstrações de saudade e de respeito que se vão manifestando pela memoria de A. Herculano. Mas para fazer sobresahir singularmente o seu amigo, d'elle affirmou que nenhum portuguez neste seculo accumulara tantos meritos como este grande cidadão. E confirmou plenamente a sua asseveração na sequencia do discurso, fazendo sobresahir no remate a opinião de um extrangeiro, e mais do que

extrangeiro, um hespanhol erudito e conscienciso, que escreveu que «*a peninsula iberica perdera em Herculano o seu primeiro, o seu grande e o seu unico historiador*, de quem se póde dizer, sem lisonja, que reuniu a elegancia de Xenophonte á energia de Sallustio, e a concisão de Tacito á imparcialidade de Polybio.»

Riscou em traços largos os pontos capitaes da vida activa de A. H., e d'este rapido bosquejo deduziu magistralmente a partição do discurso, considerando como philosopho, como poeta e como historiador o grande homem de quem fallava.

Não podemos seguir numa simples noticia, escripta á pressa e só com as impressões do que ouvimos, todas as partes d'aquella notavel oração. Foi sempre vigoroso o orador nas suas opiniões, e nellas enlaçou com muita curiosidade e proveito para a historia factos ignotos ainda, e que a intimidade que tivera com A. Herculano lhe tornara familiares.

Avaliando o seu amigo como poeta, colloca-o entre Castilho e Garrett, mas sem discutir preferencias; deixa esse encargo para a posteridade, e exime-se d'elle como suspeito, pois fôra até averbado por A. H. *como o amigo mais prosaico que elle tinha.*

No emtanto a classificação ficou feita com uma delicada *preterição.*

Quando exclamou que *ambos os viscondes foram grandes poetas, mas o sr. A. Herculano, além de grande poeta, fôra grande philosopho como já tinha provado, e grande historiador como ia ver,* não tinha mais que accrescentar. Collocára entre a penna do pensador e o scalpello do investigador a lyra do vate, e fez bem. Em Castilho temos a harmonia metrica, em Garrett o gosto, mas em A. Herculano o pensamento. Por isso no primeiro sobresahe a fórma e no segundo a delicadeza, ficando para o terceiro a idéa. Que o digam a *Harpa do Crente* e as *Tristezas do desterro,* bastantes para firmar a reputação de um insigne poeta.

Fallou o sr. Ferrer de si, e não podia deixar de o fazer, porque em muitos pontos que tractou as duas individualidades confundiam-se. Disse novidades no que tocava á commissão do projecto de Codigo Civil, a que elle tambem pertencera. O notavel opusculo sobre a *reacção ultramontana* prendia com a sahida do

sr. Ferrer do ministerio, e assim muitos outros factos importantes.

Mas o *discurso* ha de vir a lume, conforme nos consta, no proximo numero do *Instituto,* e então melhor se avaliará o seu alto merecimento. Então accrescentaremos mais algumas observações. Por hoje limitamo-nos a saudar o illustre octogenario, e a unir o nosso applauso ao de todos que o ouviram.

(*O Tribuno Popular*, n.º 2328 de 25 de maio de 1878.)

Foi lido ante-hontem, 23 de maio, na sala das sessões do Instituto, pelo seu auctor, o sr. Vicente Ferrer Neto Paiva, o elogio biographico do fallecido historiador, o grande cidadão, Alexandre Herculano.

Foi uma agradavel impressão a que sentimos, ao ver a bella presença veneravel do illustre professor da Universidade, cheio ainda de vigor physico e intellectual, apesar dos seus 80 annos. Parecia que vinha alli não tanto para prestar um preito ardente de homenagem ao homem glorioso, de quem fôra um dos mais sinceros e dedicados amigos, como principalmente para protestar, pelo calor moderno das convicções, pela seriedade das palavras, pela firmeza de principios, pela elevação de conceitos, pela simplicidade da narrativa, contra a tibia e indolente indifferença, contra a profunda esterilidade, que ameaçam annullar as mais fecundas e nativas qualidades do genio nacional.

Era o auditorio muito selecto. Poucas notabilidades officiaes estavam presentes; poucas gloriolas insignificantes. Mas homens de trabalho e de estudo, a *élite* dos nossos professores, jornalistas, academicos, advogados, commerciantes, litteratos, enchiam litteralmente o espaçoso salão, e escutaram religiosamente as palavras do velho venerando.

A oração do sr. Ferrer não foi requintada de flores artificiaes de rhetorica, e de tons mellicos de uma harmonia fingida e docente. Foi simples, sincera e rigida; e pontos houve em que, ao ouvil-o, nos parecia sentir as ardentes palavras de um homem de combate, moço e vigoroso.

Foi assim quando comparou os tempos do seu estudo aos tempos dos que agora estudam. Então todas as repressões; — a inquisição, a censura, a falta de livros independentes, a abundancia de livros hypocritas e falsos; hoje a liberdade de idéas e a liberdade de palavra, a polemica, o jornalismo, o livro sincero. Acolá todas as difficuldades; aqui todas as garantias. Acolá, por incentivo a perseguição, por perspectiva o cadafalso, a vergonha e a morte: aqui por incentivo a liberdade, o estudo, o conflicto das competencias, das emulações e do trabalho, e por perspectiva as fascinações do progresso humano, os triumphos do Pantheon.

E todavia, diremos nós agora, um rapaz inexperiente ao velho experimentado; que profunda differença entre a sua geração e a nossa!

Os homens do seu tempo, sr. Vicente Ferrer, retemperavam as forças do seu espirito nos proprios combates, e parece que o pão do exilio, as agruras do desterro, as afflicções da guerra, as perseguições da hypocrisia alimentavam seus animos, alevantando-os á região dos heroes. Os homens do nosso tempo, esses parece que vão perdendo a noção da dignidade humana; que descem os seus brios á baixeza das pequenas conveniencias, dos insignificantes e tristes egoismos; que curvam a sua mocidade á offerta dos primeiros tostões; que a patria, essa figura sagrada que os homens, como Herculano, veneravam, representa, para elles, a mina inexhaurivel das mais vís explorações; que a honra, essa bella e justa comprehensão do dever, nada mais é do que o protesto para encobrir as mais degradantes provas do abaixamento da consciencia e do caracter.

Que differença, que contraste e que lição! O que ahi se vê de pequenos ambiciosos, e o que então se via de grandes desprendimentos! O que agora se observa de vilezas, o que acolá se alevantava de heroismos! Agora não são o ideal da mocidade, a sancta independencia, a austera virtude, o amor do estudo, a gloria da patria, o adiantamento da nação, a illustração do entendimento; nem estas qualidades servem de base ás justas ambições. Agora o ideal de cada um é viver em delicias dinheirosas, comprar o seu socego, a sua esterilidade, inutil e pacata, ao

primeiro ministro corrupto, ao primeiro explorador agaloado e coberto de commendas, dos que ahi abundam, repletos de importanciaôca e balôfa, de inutilidade annediada e setinosa, de vileza hypocrita e cynica, de ignorancia impudente e absoluta.

No simples discurso do sr. Ferrer sentiu-se sempre o calor desaffectado de convicções arreigadas, e todas as vezes que um homem da sua edade e da sua auctoridade pronuncia certos juizos, elle faz á causa da humanidade, da liberdade e da civilisação, um bello e relevante serviço. Por isso nós lh'o agradecemos, commovidos e penhorados, nós que não somos dos que mais sabemos adular, e que temos pelas falsas conveniencias o mesmo profundo desprezo que temos pelos homens inuteis. Por isso se nos expandiu o coração, ouvindo pronunciar o elogio do vulto severo de Herculano por um dos homens que mais de perto o cultivou e melhor o conheceu, por um d'esses que mais tem servido a sua patria numa longa e prestante carreira publica.

(*A Justiça*, n.º 33, de 25 de maio de 1878.)

Quinta feira passada foi um grande dia e solemne para o Instituto de Coimbra.

Tractava-se de pagar uma homenagem de respeito, um saudoso tributo de veneração á memoria de um dos mais preclaros e distinctos dos seus socios honorarios, do maior vulto litterario dos tempos modernos, o insigne historiador portuguez Alexandre Herculano. Para esse fim havia sido convidado, pela direcção do Instituto, outro dos seus socios honorarios e uma das principaes illustrações do paiz, o ex.^mo^ sr. dr. Vicente Ferrer Neto Paiva, antigo prelado da Universidade e um dos mais brilhantes ornamentos da faculdade de direito, que promptamente se dignou acceder ao convite que lhe fôra feito.

Eram oito horas e meia da noite e já a grande sala das sessões do Instituto estava cheia de cavalheiros dos mais selectos das diversas classes da sociedede conimbricense, notando-se apenas (digamol-o de passagem) a falta de *certas* notabilidades officiaes,

e mais ainda a ausencia *quasi absoluta* dos antigos collegas do illustre conferente.

Apenas s. ex.ª entrou na sala e tomou assento á direita do sr. presidente, o ex.mo sr. conselheiro Castro Freire, abriu este a sessão e começou o sr. Vicente Ferrer a leitura da biographia e elogio historico do seu fallecido amigo.

Não tractaremos de descrever o discurso que o illustre e venerando ancião leu durante cinco quartos de hora, sempre com voz firme e dicção clara e bem accentuada, apesar dos seus oitenta annos. Diremos sómente que o sr. Vicente Ferrer apreciou nelle, á luz dos factos, sem flores de ostentação mas sabia e devidamente, as qualidades moraes e scientificas do eximio escriptor, como philosopho, como poeta, como romancista e como historiador.

Como *philosopho* notou o sr. Ferrer a sua *Carta ao sr. visconde de Almeida Garrett,* os seus opusculos — *A propriedade litteraria* e — *A reacção em Portugal e a concordata sobre o nosso padroado do Oriente.*

Como *poeta* teceu os maiores elogios á *Harpa de Crente* e á *Voz do Propheta.*

Como *romancista* fez principalmente notar os dois romances de que se compõe o *Monasticon* — o *Eurico* e o *Monge de Cistér.*

Como *historiador* apontou o grande monumento nacional da *Historia de Portugal* e a *Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal.*

Além d'isto tambem o sabio conferente o avaliou, e não menos feliz e verdadeiramente, como cidadão *probo, honesto, austero* e amigo leal e desinteressado do saudoso monarcha D. Pedro V.

No seu longo discurso o sr. Ferrer foi sempre desaffectado e puramente consciencioso e verdadeiro, sendo por isso ouvido por todo o selecto auditorio com o mais religioso respeito e attenção.

Damos os nossos sinceros parabens ao venerando conferente e os nossos agradecimentos á illustrada direcção do Instituto.

(*O Progressista*, n.º 676, de 26 de maio de 1878.)

ALEXANDRE HERCULANO

Esteve nesta cidade o antigo professor da Universidade, o cidadão Vicente Ferrer Neto Paiva.

Veio, expressamente, para se desempenhar de uma honrosa missão de que se havia encarregado a pedido da direcção do Instituto de Coimbra.

Fazer o elogio biographico do grande cidadão Alexandre Herculano, tal foi a missão de que o sr. Ferrer se desempenhou, no dia 23 do corrente nas salas do Instituto, com aquella proficiencia que ninguem lhe contesta.

O velho e sabio professor, amigo particular de Alexandre Herculano, socio honorario do Instituto, não esqueceu no seu elogio ao immortal historiador portuguez *tópico* algum, que deixasse de pôr em relevo para fazer o realce do auctor da *Harpa do Crente* e da *Voz do Propheta*.

Encarou-o como philosopho, como poeta, como historiador, como amigo e como democrata, com a erudição propria de um talento ainda vigoroso, não obstante os seus 80 annos.

A assemblêa compunha-se das maiores summidades litterarias e scientificas d'esta terra, e foi presidida pelo cidadão dr. Castro Freire.

Do brilhante e justissimo elogio fallaremos opportunamente.

(*Partido do Povo*, n.º 14, maio, 1878.)

PUBLICAÇÕES

offerecidas ao Instituto

Foram recebidas e se agradecem as obras seguintes:

Observação d'uma coxalgia, tratada pela reducção brusca da articulação doente com anesthesia.— Methodo de Bonnet, pelos doutores Philomeno da Camara e Augusto Rocha.

Estão completas — *As mil e uma noites, contos arabes, traduzidos em francez por Galand, e vertidos em portuguez, edição ornada com 120 gravuras e 24 estampas de lithographia.*

De todas as obras, que recreiam e servem de entretenimento, nenhuma ha, que afoitamente se possa ler com mais gosto, com mais prazer, e que mais entretenha do que as *mil e uma noites.*

A obra consta de 14 volumes de 64 paginas, ornados de gravuras e estampas de lithographia, pelo preço de 120 réis (moeda forte) cada volume *franco de porte.* Depende da vontade dos srs. assignantes o numero de volumes que desejem receber em cada remessa.— Quem enviar a importancia de 8 exemplares, recebe um gratis; por 15 exemplares, 2 gratis, etc.— Os antigos srs. assignantes que receberam até ao 9.º ou 10.º volume d'esta publicação podem requisitar o resto da obra.— Toda a correspondencia a Sousa Neves, rua da Atalaia, 65, Lisboa.— A importancia dos volumes pedidos póde vir em estampilhas ou vales do correio.

Breve relatorio acompanhado das contas da sua gerencia, apresentado pela commissão executiva da Associação Liberal de Coimbra, na assemblêa geral, no dia 25 de abril de 1878.

Controversias e estudos litterarios, 1875-1878, por Silva Pinto.

REDACTORES

Francisco de Castro Freire (Conselheiro), Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Antonio José Gonçalves Guimarães (Dr.)
Augusto Filippe Simões (Dr.)
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
Luiz da Costa e Almeida (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.